

**Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas**

**SUBJETIVIDADE NO EDITORIAL : UMA ANÁLISE RETÓRICO-
ARGUMENTATIVA DA ADJETIVAÇÃO**

Lineide do Lago Salvador Mosca

Orientadora: Profa. Dra. Nilce Sant'Anna Martins

**Tese de Doutorado
Data da Defesa: 06/05/1991**

1991

"O adjetivo é o dizer do desejo"

R. BARTHES

O grão da voz.

Agradecimentos

Ao querido Prof. Dr. Isaac Nicolau Salum, implantador de valores que jamais poderemos esquecer.

À minha orientadora, Prof^ª Dr^ª Nilce Sant'Anna Martins pela sabedoria, dedicação e calor humano.

Ao Centro de Informática, na pessoa de sua presidente Prof^ª Dr^ª Zilda Maria Zapparoli Castro e Melo e de seus colaboradores, pela eficiência de atendimento a esta pesquisa.

A todos que, de um modo ou de outro, contribufram para a realização deste trabalho, a minha gratidão.

SUMÁRIO

	pág.
INTRODUÇÃO.....	8
I. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	37
1. Teoria Semiótica e Análise do Discurso.....	38
2. Teoria da Enunciação.....	49
3. Teoria da Informação e da Comunicação.....	54
4. Teoria da Argumentação.....	60
5. Ideologia e Linguagem.....	63
6. Teoria do Valor.....	65
7. Teoria da Subjetividade/Objetividade.....	69
II. O DISCURSO JORNALÍSTICO : O EDITORIAL.....	76
1. Natureza do texto jornalístico: traços fundamentais.....	76
2. Diversas manifestações: os gêneros jornalísticos.....	78
3. Características específicas do editorial.....	88
3.1. Natureza e especificidade.....	88
3.2. Tipologia dos editoriais.....	91
3.3. Descrição estrutural - modelo sêmico-lingüístico.....	94
3.4. Procedimentos do nível discursivo.....	103
3.4.1. Organização textual.....	103
3.4.2. Procedimentos enunciativos.....	105
3.4.3. Procedimentos argumentativos.....	108
3.4.4. Procedimentos formais.....	112

III. O ADJETIVO NOS MECANISMOS RETÓRICO-ARGUMENTATIVOS DO DISCURSO.....	116
1. A caracterização e a determinação.....	122
2. A função indicial.....	131
3. A função modal.....	147
4. O aspecto relativo.....	155
5. A expressão da gradação.....	159
6. A expressão da afetividade.....	166
IV. VISÃO ANALÍTICA DO ADJETIVO NO EDITORIAL.....	173
1. Análise estrutural: micro-análises.....	173
2. Análise dos dados do <i>corpus</i>	259
2.1. O editorial nos jornais analisados.....	259
2.2. Análise do material.....	263
3. Avaliação retórico-argumentativa.....	279
3.1. A função persuasiva.....	279
3.2. Quadro comparativo dos jornais.....	283
3.3. Rendimento estilístico.....	291
V. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	301
VI. RESUMO.....	313
VII. BIBLIOGRAFIA.....	315
VIII. ANEXOS.....	338

SINAIS E ABREVIATURAS UTILIZADAS

∩ conjunção

∪ disjunção

---> passagem de um estado a outro

====> "transformar", "fazer passar"

Ser barra indica negação do que está embeixo (x̄=não-ser)

// modalidades: /poder/, /querer/, /daver/, /saber/

S sujeito

O objeto

Ov objeto de valor

Om objeto modal

F performance ou transformação

PM programa narrativo

() delimitam um estado

() delimitam uma transformação, passagem de um estado a outro

E da enunciação

e do enunciado

f. ficha

Sub₁ subjetividade 1 não-axiológico

Sub₂ subjetividade 2 axiológico

Sub₃ subjetividade 3 afetivo

SIGLAS DOS JORNAIS

DESP - O ESTADO DE SÃO PAULO

FSP - A FOLHA DE SÃO PAULO

DP - DIÁRIO POPULAR

JB - JORNAL DO BRASIL

GL - O GLOBO

OD - O DIA

CB - CORREIO BRASILIENSE

JEB - JORNAL DE BRASÍLIA

O reconhecimento de que as possibilidades de expressão das nuances de pensamento e da sensibilidade não seriam as mesmas sem o concurso do adjetivo levou-nos ao estudo retórico-argumentativo desta classe de palavras.

Tendo tratado do adjetivo românico na dissertação de mestrado, feita sob a orientação do prof. Isaac Nicolau Salum, optamos por prosseguir, na tese de doutorado, estudos ligados a esse mesmo assunto. Ao final daquele trabalho, havíamos apresentado possibilidades de classificação do adjetivo unindo os vários critérios, sem contudo desenvolvê-las. Foi a partir daí que retomamos o tema para a presente tese, agora com a preocupação de verificar o funcionamento da classe do adjetivo numa dimensão discursiva e, portanto, dentro de uma teoria geral do discurso.

O termo *adjetivo* (correspondente ao grego *epitheton*) significa "o que se junta a" e foi, ele próprio, um adjetivo na expressão *nomen adiectivum*, substantivando-se a seguir quando passou a ser usado só, sem a palavra determinada.

Nas teorias gramaticais sobre espécies de palavras que procedem da Antigüidade Clássica, o adjetivo não constitui categoria independente. Estudava-se em conjunto a morfologia dos substantivos e dos adjetivos, sob o título de *nome*. Só mais tarde, em autores como Prisciano, segundo observa Forcellini, é que se encontra referência ao substantivo em separado (FORCELLINI, 1940. v. 1).

Na Idade Média, os gramáticos escolásticos já tinham feito a distinção *nomen substantivum* e *nomen adiectivum*, mas ainda no século XVI o adjetivo é considerado um acidente do nome, conforme se pode depreender dos gramáticos que bem representam essa época (Nebrija, João de Barros e outros). Somente no século XVIII chegou-se a firmar a posição do adjetivo e do substantivo como partes distintas da oração. Foram Gerard (1747) e Bodmer (1768) que começaram a tratá-los como classes independentes, segundo informa Lázaro Carreter em seu

Dicionário de Termos Filológicos (CARRETER, 1971:27). Mattoso Câmara lembra que, nas línguas indo-europeias primitivas, a linha divisória entre o substantivo e o adjetivo era sempre incerta (MATTOSO, 1972: 6). A separação da categoria gramatical do adjetivo da do substantivo, isto é, a qualidade da substância, conforme comenta Rodolfo Lenz, deu-se de fato com a aquisição da flexão (LENZ, 1935: § 110). O trabalho que ora apresentamos se pautará pelos seguintes objetivos:

1^o) Examinar o papel dos recursos adjetivais na arquitetura do texto, portanto sob a perspectiva da análise do discurso. Assim, procuraremos mostrar como o adjetivo participa da produção global do sentido, colaborando para a construção de determinados efeitos, em especial no eixo da objetividade-subjetividade.

Por este prisma, faremos ver que do distanciamento à adesão do enunciador em relação ao seu discurso existe toda uma escala gradativa que revela o estado de tensão criado pelo ato comunicativo, o *dizer o fato*.

2^o) Mostrar a adjetivação como marca emergente da enunciação, ao lado de outros índices que também dão acesso a essa instância. Não se trata de ver o adjetivo como único elemento do discurso a dar entrada a esse componente, mas de avaliar a sua eficácia quanto a essa finalidade. Servindo ao ato de caracterizar e de determinar, é ele a expressão de uma atitude de avaliação e de estabelecimento de valores. Outros processos, tais como o uso dos dêiticos e da modalização, têm sido estudados sob esta perspectiva indicial.

O estudo dos índices, como vias de acesso à enunciação, apresenta certos limites. Os estudos mais recentes a esse respeito levam a examinar a instância da enunciação de forma global e não apenas em sua manifestação local e dispersa, através dos vários índices inscritos no discurso. Partiremos das marcas enunciativas, para então reconstruir e hierarquizar as operações subjacentes.

Do posicionamento do enunciador decorrerá a instalação da subjetividade ou a busca de objetividade. Em consequência disto, as avaliações, os ajuzamentos expressos pelos adjetivos oscilarão de um a outro pólo, dando-se

também o trânsito do individual ao coletivo, às vezes de um modo pouco perceptível. Trata-se de um processo pelo qual a subjetividade, ou a consciência subjetiva, ganha corpo em produtos avaliáveis por outros como elementos de um mundo comum.

A enunciação será considerada como um ato compartilhado entre enunciador e enunciatário, isto é, como uma atividade intersubjetiva e, a partir dessa relação, poder-se-á chegar ao tratamento dos critérios de transparência e opacidade, de objetividade e subjetividade que envolvem a ambos na produção-recepção do discurso. Os traços aqui delineados importam para o desenvolvimento de nossa análise, uma vez que os valores investidos por meio dos adjetivos são aqueles partilhados pela comunidade e que fazem parte de seu universo de expectativas.

3^o) Verificar a função do adjetivo na direção argumentativa do texto. Esperamos comprovar que a adjetivação é um dos instrumentos mais poderosos de persuasão pelo fato de a expressão/ocultamento da subjetividade funcionar como fator persuasivo com a conseqüente conquista e adesão do enunciatário-leitor.

O estudo da adjetivação, com base em sua função argumentativa, dá acesso ao componente semântico como campo de investimentos ideológicos e de constituição dos sujeitos e objetos de valor. Examinaremos, portanto, o papel do adjetivo sob uma perspectiva semântico-argumentativa em sua relação com a organização profunda do discurso. Do percurso gerativo de sentido de um texto fazem parte as *estruturas sêmio-narrativas* (categorias semânticas fundamentais e sua axiologização, - sintaxe e semântica do nível profundo; o estatuto dos sujeitos e objetos envolvidos no plano actancial e as modalizações - na sintaxe narrativa e semântica do nível de superfície, respectivamente) e as *estruturas discursivas*, que dão corpo a essas estruturas do nível mais abstrato. Assim, através de um simulacro deste percurso gerativo de sentido toma-se um plano conceitual, lugar do semantismo e de seus investimentos temáticos e figurativos, levando-se em consideração o plano da manifestação lingüística concreta, para chegar às escolhas e

alternativas possíveis. Trataremos a expressão da efetividade, peculiar a certo tipo de adjetivo, também como traço argumentativo, funcionando o caráter emocional como elemento responsável, em última instância, pelo *fazer crer* tanto quanto os componentes lógico-conceptuais que estruturam o discurso.

São estes elementos que estão na base dos variados efeitos estilísticos produzidos pelo uso da adjetivação. Poder-se-á, então, observar o encontro da Retórica com a Estilística, em virtude de o adjetivo ser um dos instrumentos lingüísticos que melhor definem o estilo do produtor do discurso.

São, pois, esses objetivos e hipóteses de trabalho que estão na base de nossas investigações.

A escolha da modalidade do editorial para exame do assunto se deve a serem os editoriais textos que exprimem juízo como finalidade básica e cujo propósito é esclarecer, ilustrar, formar opiniões, induzir à ação.

Por suas condições específicas de produção - como manifestação discursiva que representa o parecer de uma instituição, o jornal, pelo qual é legitimado, gozando da credibilidade que isto lhe proporciona - o editorial é campo propício para o exame do uso do adjetivo. Os manuais de redação e de estilo dos jornais asseguram aos editoriais uma situação privilegiada quanto ao emprego do adjetivo, liberando-os das restrições feitas para outras matérias jornalísticas.

Não se trata de uma reflexão sobre o conteúdo transmitido nos editoriais, embora indiretamente ele aflore à superfície, mas de evidenciar os princípios de sua organização, ressaltando a função avaliatória e conseqüentemente persuasiva que os adjetivos neles desempenham. Mesmo numa linguagem que se pretende objetiva, como a do editorial, há a inserção da subjetividade que pretendemos estudar à luz de novos critérios. O mito da objetividade vem sendo atacado pelos próprios teóricos da comunicação e seus artifícios.

Numa perspectiva sêmi-lingüística, cabe apontar as estratégias discursivas mobilizadas nesta modalidade de discurso para veicular objetividade e disfarçar a subjetividade latente. Entre essas estratégias está o uso da adjetivação.

Na PARTE I deste trabalho, será feita uma exposição dos princípios das diversas teorias que serviram como embasamento para a abordagem de nosso objeto de estudo, o editorial jornalístico. Ressaltar-se-ão os fundamentos que de cada uma foram utilizados para a descrição e interpretação do material para análise: *Teoria Semiótica do Discurso*, que nos deu acesso à *Análise do Discurso* e às *Teorias da Enunciação*; *Teorias da Comunicação*, por se tratar de um discurso de caráter social e haver uma codificação dos gêneros para os diversos tipos de manifestação discursiva; *Teorias de Retórica e Estilística*, compreendendo os trabalhos da Teoria da Argumentação (*Nova Retórica, grupo de Liège* e outros). Contribuíram também elementos tomados à Teoria do Valor, às Teorias da Subjetividade e aqueles que tratam da linguagem em seu relacionamento com a ideologia.

Na PARTE II, o editorial será focalizado dentro do quadro constituído pelas diversas modalidades do jornalismo em seu aspecto funcional. Assim sendo, da natureza do texto jornalístico em geral passaremos às características específicas do editorial, enfim, à sua descrição estrutural segundo o modelo sêmi-lingüístico adotado, à sua organização formal e aos procedimentos do nível discursivo.

Na PARTE III, tratar-se-á das funções básicas do adjetivo no funcionamento geral do discurso: seu papel como caracterizador, por meio da predicação e da atribuição e a função de determinação; seu caráter modalizante de posicionamento do enunciador; sua função persuasiva em virtude de seus traços semânticos básicos, tais como o valor relativo e dêitico num sentido amplo, a possibilidade de expressão da gradação, morfológica e semântica; a expressão da

afetividade pelo envolvimento emocional dos atores da comunicação; a expressão do ideológico como campo propício de atualização dos *valores*, da axiologização.

Esse perfil geral dos traços constitutivos da classe do adjetivo, que antecede o seu exame analítico ^(R&L, IV) tem por finalidade dar as bases sobre as quais repousam sua grande flexibilidade de uso e as virtualidades quanto à produção de efeitos estilísticos de grande alcance.

No estudo das partes da oração feitas pelas teorias mais modernas da ciência lingüística, verifica-se o concurso de critérios morfológicos (variabilidade x invariabilidade, por exemplo), semânticos (expressão da substância, qualidade, quantidade, relação etc) e sintáticos (função desempenhada na frase). Seguiremos a orientação dada por Sobejano de que estes critérios sejam completados, quando necessário, por um critério estilístico, "a fim de eliminar, na medida do possível, toda parcialidade" (SOBEJANO, 1970:72).

No presente trabalho, serão consideradas as formas adjetivais propriamente ditas, isto é, aqueles elementos que de um ponto de vista morfológico, sintático e semântico têm, simultaneamente, as características de um adjetivo. É, portanto, sob este tríplice critério que serão examinados os adjetivos em nossa análise.

Se ocorrer alguma citação que não esteja dentro dos limites estabelecidos, será em caráter subsidiário ou para explicar um fenômeno mais amplo.

Pode-se caracterizar formalmente o adjetivo como sendo uma palavra de natureza nominal, uma divisão secundária do nome ou subespécie. O que distingue o adjetivo das outras partes da oração é um *critério morfológico*: o de ser capaz de terminações *genéricas* distintas, sem possuir em si mesmo gênero algum. Portanto, a possibilidade de apresentar terminações de gênero disponíveis para concordância constitui seu traço específico. Com base neste traço, têm-se adjetivos que apresentam formas *variáveis*, biformes (*alto*, *alta*) e *invariáveis*, uniformes (*feliz*, masculino/feminino). Morfologicamente, ocorrem outros traços que não lhe são privativos:

- o *número*, dada a faculdade de concordância do adjetivo com a palavra que usualmente acompanha o substantivo (*livros bons*).

- o *grau*, capacidade de admitir graus da característica que expressam, traço que compartilha com outras classes (substantivos, advérbios). Há o grau de significação, isto é, variações semânticas de lexemas diversos (*quente, morno, frio*) e o grau de comparação ou intensidade, ou seja, variação no valor básico, mantido o lexema (*friozinho, friozão, fríssimo*). Podem apresentar formas superlativas sufixais com a mesma significação básica, porém num grau mais elevado (ex. *altíssimo, facilímo, paupérrimo*).

- a *derivação*, possibilidade de derivação. Em sua formação, os adjetivos podem ser primitivos (radicais) ou derivados, podendo ainda apresentar formações por composição (prefixos e elementos independentes) e hibridismos.

Entre os *primitivos* estão adjetivos que indicam *qualidades físicas*, exteriores, percebidas pelos sentidos, indicativos de cor, dimensão, temperatura, sensações táteis etc (*negro, verde, claro/escuro, curto/longo, pequeno/grande, alto/baixo, quente/frio, áspero/liso* etc) e *qualidades psíquicas* ou interiores - sentimentais, morais, estéticas etc - (*triste/ alegre, bom/mau, lindo/feio, jovem/velho* etc). As qualidades primitivas são simples, as derivadas, complexas.

O adjetivo aceita a derivação por sufixação (*manhoso, corpulento, barrigudo* etc), por encurtamento da palavra a que se chama derivação regressiva (ex. *eleito, sito, frito*) e por derivação imprópria, alterando-se a classe da palavra de uma categoria a outra (ex. *conversa relâmpago, moça^o bem, ler alto, os pobres, os retirantes* etc).

Por derivação sufixal têm-se:

1. *Adjetivos deverbais* Podem eles indicar:

- *Atividade*: -ório (ex. *compulsório*), -dor, -tor, -sor (ex. *fundador*, *escritor*, *compressor*), -ndo (ex. *moribundo*, *venerando*), -nte (ex. *cortante*, *ardente*, *contribuinte*), -ivo (ex. *agressivo*), -tivo (ex. *destrutivo*).
- *Virtualidade* (propensão para, facilidade para): -vel (*durável*, *vencível*, *solúvel*), -ço, (-t)ício, erud. (*quebradiço*, *acomodatício*, *natalício*), -io (*fugidio*, *escorregadio*), -douro, pop. -tório, erud. (*casadouro*, *revogatório*).
- *Resultado*: -do (*abafado*), -to (*aberto*), -so (*aceso*);

2. *Adjetivos denominativos* (derivados de substantivos):

- -ento, -lento (*barrento*, *sanguinolento*), -oso (*gorduroso*, *temeroso*), -udo (*barrigudo*), -ar, -ário (*modelar*, *industrialário*), -eiro (*grosseiro*), -ista (*positivista*), -ano (*luterano*, *peruano*), -ense, -ês (*inglês*, *vienense*), -ício, -ico, -io (*adventício*, *diabólico*, *sombrio*), -enho, -eo (*ferrenho*, *férreo*), -eno (*chileno*), -al, -il (*sentimental*, *infantil*), -isco, -esco (*mourisco*, *gauchesco*), -ndo (*horrendo*), -óico (*paranóico*).

3. *Derivados de adjetivos*:

- -al (*celestial*) -oso (*modernoso*).

4. *Derivados de advérbios*:

- *longinquo*, *forasteiro*.

5. Derivados de preposição:

- *traseiro, dianteiro.*

Os adjetivos apresentam também a possibilidade de dar origem a advérbios mediante a junção do sufixo *-mente*, que se agrega à forma feminina para os biformes e à forma única para os uniformes (*altamente, felizmente*). Este sufixo torna-se um traço identificador da classe do adjetivo, visto que poucos são os que fazem restrições a essa formação.

Quanto às formações por *composição*, observam-se vários graus até que a língua produza verdadeiros compostos (*pontiagudo, sensabor* etc). A meio passo deles, estão os sintagmas fixos, tais como os adjetivos *sem-vergonha, sem-número* e outros do tipo *boa fé, bom senso*, em que há um sentimento de união íntima entre os elementos, podendo-se dizer *a melhor boa fé, o melhor bom senso* etc.

Há dois tipos básicos de composição adjetiva: **radical + radical** (ex. *surdo-mudo, franco-russo, boquiaberto, livre-docente, azul-turquesa, mal-apresentado não-euclidiana*) e **prefixo + radical** (*desleal, incapaz* etc). Por meio desse recurso morfológico constroem-se superlativos de grande expressividade na língua (*super-requintado, ultra-revolucionário, arquimilionário, extrafino, hiper-sensível* etc).

Os adjetivos que se apresentam com o duplo processo de prefixação, sufixação (**parassintese**) nada mais são do que adjetivos verbais, provenientes de verbos parassintéticos, uma vez que tais formações são raras nos nomes. Tais verbos podem ter uma base substantiva (*esburacar, embandeirar*) ou adjetiva (*avivar, empobrecer*). Mesmo quando não há o verbo correspondente, está implícita (ou latente) a forma verbal (ex. **apenhascado**).

Além dos compostos alatinados (*auriverde, multiforme* etc), há também adjetivos híbridos formados de elementos tirados a línguas diferentes, em geral radicais latinos e gregos, constituindo termos da linguagem filosófica, literária e da ciência e técnica modernas (*endovenoso, bigamo, antropólogo, germanófilo* etc).

Os adjetivos pertencem ao grupo de **palavras nocionais**, também chamados morfemas lexicais e se distinguem das **palavras funcionais** ou instrumentos gramaticais, que só têm sentido em relação à estrutura gramatical em que se encontram.

Quanto à *natureza sintática*, os adjetivos são caracterizados como palavras que podem funcionar como *adjunto* ou *atributivo*, termo secundário, é um determinante (ex. *caminho tortuoso*) ou como *predicativo*, termo primário, é um complemento (ex. *Este caminho é tortuoso*). Os adjetivos apositivos, mesmo quando destacados, são considerados atributivos (ex. *Ela, tranquila, pôs-se a falar*). Tem-se ainda que considerar os atributivos adverbiais, em que o atributo adjetival do substantivo é também atributo adverbial do verbo (ex. *Os homens atravessam silenciosos a ponte*).

Há entre as duas realizações sintáticas a diferença relativa ao juízo lógico e à sua realização na frase, ligada ao fato de o adjetivo predicativo encerrar ou concluir a frase, o mesmo não se dando com o atributivo. Lausberg chama de nomes predicativos semânticos a esses adjetivos necessários para tornar o enunciado completo semântico-sintaticamente (LAUSBERG, 1966:191). Além disso, o adjetivo em função predicativa apresenta demarcação no tempo, enquanto o atributivo caracteriza-se por ausência de concreção temporal e espacial, realizada pelo nexa na construção predicativa. Conjugando-se o critério morfológico e sintático, pode-se dizer que as formas raízes ou radicais entram em construções atributivas e predicativas, contudo nem todos os adjetivos derivados, podem entrar em frases predicativas.

Sintetizando as funções básicas do adjetivo, pode-se dizer que como atributivo (adjunto adnominal) ele é um constituinte do grupo nominal (sintagma nominal) e que bastante estreita é a sua ligação com o substantivo nessa função,

considerada o seu mais genuíno papel. Como predicativo, o adjetivo é constituinte do grupo verbal (sintagma verbal), podendo ser predicativo do sujeito ou do objeto.

A própria designação *adjetivo* ("que se junta a") é de natureza sintática. Na tradição francesa chamam-se *építetos* os adjetivos atributivos e os que são chamados atributivos correspondem aos nossos predicativos.

Parece haver consenso entre os linguistas em reconhecer a supremacia da função atributiva do adjetivo em relação à predicativa.

Numa perspectiva gerativista é a função predicativa que está na base da atributiva mediante transformações necessárias (relativização, encaixamento, apagamento ou supressão, anteposição opcional). O adjetivo seria, neste caso, um predicador na estrutura profunda:

Eu vi o pássaro negro

Eu vi o pássaro. O pássaro é negro (oração matriz)

Eu vi o pássaro que é negro

Eu vi o pássaro negro

Eu vi o negro pássaro.

Segundo a mesma teoria, há os adjetivos que não provêm de estruturas predicativas, podendo provir de uma sintagma nominal ou adverbial, mediante acréscimo de sufixos e indicadores de relações (ex. *solar*, *geográfica* etc). São os chamados pseudo-adjetivos. Em alguns casos podem funcionar como predicadores.

A *qualidade* é o núcleo *semântico* do adjetivo, ao lado da quantidade e dos acidentes, enquanto a do substantivo é a substância. Já os gramáticos da época de Prisciano (séc. V) consideravam o adjetivo como um nome semi-significativo ou semi-potente que necessita unir-se a outro nome e também distinguem a idéia de

acidente para o adjetivo frente à de *substância* para o substantivo, ao tratar da categoria nominal (SOBEJANO, 1970:57).

Na verdade, toda qualidade é uma *abstração* que só pode estar em um ser, depender de um ser ou de uma atividade. Esta subordinação semântica à substância deve-se ao fato de o adjetivo ser funcionalmente um termo adjunto ao substantivo, excetuando-se os casos em que o adjetivo funciona sem aplicação a um substantivo, podendo ele próprio vir substantivado. (*os pobres, os justos, o branco de teus olhos* etc).

A qualidade é um conceito de difícil definição, Estudos relativos às partes do discurso não omitem a dificuldade que se tem em definir a classe do adjetivo segundo um critério semântico. Bem mais fácil é a definição do adjetivo de um ponto de vista funcional, dada a sua natural vocação sintática em relação ao substantivo. Ducrot e Todorov bem expressaram essa situação ao afirmar que "la caractérisation sémantique d'une classe de mots comme l'adjectif devient alors une gageure" (TODOROV & DUCROT, 1972:268). Basta que se pense nos abstratos de qualidade como *brancura* e num adjetivo como *humano*, que parece remeter a uma entidade mais que a uma característica, para que se possa sentir o problema. Pode-se, entretanto, apontar alguns traços que fazem parte da noção de qualidade, além do caráter abstrato já mencionado. Toca-lhe o conceito de *inerência*, a partir do de *propriedade*, como independente da comparação com outros seres ou coisas da mesma classe, algo ligado ao objeto ou pessoa enquanto estes existirem.

A noção de qualidade seria uma ampliação do conceito de propriedade inerente e por ela se chega ao adjetivo restritivo, como sendo o que distingue um ser ou objeto em relação aos demais. Assim, pode-se chamar *qualificativos* tanto aos restritivos como aos explicativos.

Os adjetivos podem denotar *qualidade própria*, imanente ao conceito do substantivo ao qual vai ser aplicado (propriedade) ou *qualidade contingente*, adventícia ou extrínseca (acidente), seja por si mesmos, seja pelo fato de terem sido transpostos semanticamente para o plano da qualidade (metafóricos), ainda que expressem quantidade ou relação.

Enquanto o adjetivo accidental pode funcionar como atributivo ou predicativo de qualquer verbo copulativo, o adjetivo próprio pode funcionar como atributivo, mas como predicativo só aceita a cópula *ser*. O português, possuindo a possibilidade *ser/estar* para nexos, permite distinguir o adjetivo próprio (com *ser*) do accidental (com *estar*).

Quase todos os adjetivos podem servir para expressar propriedade ou qualidade accidental em relação ao substantivo, conforme o seu sentido na frase, sendo pouco numerosos os adjetivos exclusivamente accidentais, em geral adjetivos participiais (ex. *cansado, ferido, roto* etc). O uso da oposição *ser/estar* pode ainda trazer diferenças semânticas para o uso do adjetivo: ex. *é vivo* ("esperto")/*está vivo* ("com vida").

Outras classes expressam também a qualidade (*brancura, homem máquina, gente bem* etc), uma vez que não é o conteúdo semântico de uma palavra que marca a categoria ou classe a que esta pertence, mas o conjunto de estrutura morfológica e função sintática. O que se observa é que cada parte da oração apresenta disposição a conter preponderantemente determinados conteúdos semânticos, daí poder-se dizer que o substantivo significa pessoa, coisa; o verbo, atividade, processo e o adjetivo, qualidade. Entretanto, ao expressar a qualidade, o adjetivo o faz na condição de adjetivo, isto é, havendo a congruência formal já descrita e funcionando o designativo da qualidade como termo secundário na frase, isto é, o adjetivo morfológica e sintaticamente caracterizado como tal. Restringindo-se mais ainda, pode-se falar em *adjetivos propriamente ditos* como aqueles que expressam qualidade em si mesma e *adjetivos relacionais*, em que a propriedade é expressa tendo em vista uma referência à substância ou à ação que estão na sua base, estabelecendo-se, assim, relações complexas entre a palavra caracterizada e aquela de que o adjetivo provém. (Ex. *presidencial, alimentício, preparatório* etc).

Outra característica básica de toda qualidade adjetival é a *polaridade*, isto é, a distribuição das qualidades em pólos opostos (*quente/frio, claro/escuro, pequeno/grande, áspero/liso* etc). Esta polaridade é bastante evidente nos adjetivos chamados "puros" ou primitivos, em que se pode melhor cernir a noção de

qualidade (*bom/mau, bonito/feio* etc). Entre estes, até mesmo os adjetivos de cor podem apresentar esta característica, embora sejam menos suscetíveis a oposições. Ex. *branco* (ausência de cor)/*negro*.

Rodolfo Lenz aponta o fenômeno da polaridade para o adjetivo, usando as expressões "parejas contrárias", "parejas contraditórias" (LENZ, 1935:147-151).

Trata-se de um eixo semântico que tem um denominador comum, a medida do *contínuo*, em que as extremidades se opõem. Em termos hjelmslevianos, pode-se dizer que a medida do *contínuo* é a substância em que os extremos constituem a forma de conteúdo. (Ex. *grande/pequeno, novo/velho* etc).

Observam-se qualidades que dependem de um princípio dinâmico e outras, de condição estática. Os adjetivos deverbais são de natureza dinâmica, pois expressam o modo de operar e os denominativos, estáticos, por se relacionarem à substância. Lyons fala em *adjetivos estáticos* e *dinâmicos* (*estativos* e *não-estativos*), distinguindo-os segundo alguns critérios morfossintáticos, isto é, possibilidades de ocorrência em determinadas estruturas como frases imperativas, construções gerundivas e causativas. Os estativos rejeitam tais construções (LYONS, 1979:463).

Semanticamente, dois tipos de adjetivos podem ser considerados na função atributiva:

- os *restritivos*, também chamados distintivos, especificativos ou determinativos, que concorrem para definir ou classificar o ser ou a coisa nomeada (ex. *Um trabalho inútil*).
- os *explicativos*, que lhe atribuem simplesmente uma qualidade, cuja formulação não é necessária. Ao contrário, quando esta é

necessária tem-se o adjetivo restritivo (ex. *a branca neve, o grande Camões*).

A situação restritiva ou explicativa de um adjetivo depende de um critério semântico. Nem sempre é fácil reconhecer quando se trata de um ou outro tipo, implicando às vezes o conhecimento dos dados situacionais em que se dá a caracterização adjetival. Na maioria das vezes, trata-se de casos complexos que requerem inclusive o conhecimento da intenção do falante e dos implícitos, o que nem sempre é fácil nos textos escritos. Na língua oral, a entonação poderá distingui-los. É preciso saber se o falante qualificou para distinguir e se o ouvinte compreendeu a qualidade como distintiva ou não. Os testes de supressão do adjetivo para ver se a frase subsiste (necessidade/não-necessidade) e a equiparação à oração subordinada adjetiva restritiva/explicativa podem auxiliar a distingui-los.

Pottier torna mais claro o assunto ao tratar a adjetivação segundo as relações estabelecidas entre os elementos nela implicados (POTTIER, 1970:78).

de recobrimento total ($A = B$) - adjetivação *descritiva* (ex. *os valiosos quadros foram vendidos*, i. é, todos foram vendidos).

de recobrimento parcial ($A \supset B$) - adjetivação *seletiva* ou *restritiva* (ex. *Os quadros valiosos foram vendidos*, i. é, não todos, somente os valiosos).

de participação ($A \ni B$) - adjetivação *caracterizante* (ex. *uma cidade industrial* = esta cidade é industrial).

de inclusão ($A \cap B$) - adjetivação *determinante* (ex. *um movimento portuário* = do porto e não "este movimento é portuário").

A atribuição distintiva ou restritiva é considerada superior em importância e frequência à atribuição explicativa, uma vez que o adjetivo tem seu fundamento na necessidade humana de distinguir, necessidade de caráter lógico-intelectual. Na função explicativa não são necessários, no sentido de que não contém novidade relevante para o contexto semântico (LAUSBERG, 1966:192). Sobressai entretanto, neste caso, o papel expressivo do adjetivo, que tem raízes na linguagem afetiva, criadora e artística. Sobejano insiste em que não se trata de uma função puramente ornamental, como o "epitheton ornans", mas necessária à expressividade artística (SOBEJANO, 1970:151).

Em nossa tradição gramatical, o termo *epíteto* é usado em relação ao adjetivo explicativo, podendo também se referir ao adjunto adnominal. Na tradição francesa equivale ao adjetivo em sua função não-predicativa, que para designar o adjetivo explicativo usa "epithète de nature", aquele que convém ao nome em qualquer circunstância.

Os adjetivos especificativos ou determinativos são normalmente pospostos ao substantivo e quando antepostos passam a indicar qualidade e não relação, apresentando valor metafórico (ex. *episcopais vestes, férrea vontade* etc). Os explicativos nem sempre são antepostos, embora esta posição seja mais freqüente (ex. *a branca neve, a noite escura*).

Há colocações do adjetivo mais fixas e que não permitem escolhas por parte do falante. Tal é o caso dos adjetivos complementados (*livro fácil de ler, cidadão útil ao país* etc), dos adjetivos em comparações perifrásticas (ex. *rosto mais branco que a neve*), de adjetivos modificados por advérbios (ex. *trabalho pouco fácil, aluno muito criativo* etc).

Da definição gramatical do adjetivo que expusemos, pode-se depreender que não serão incluídos no presente trabalho:

- Os adjetivos em empregos próprios de outras classes, ou seja, substantivados (núcleos, primários) ou adverbializados (elementos terciários) : *ex. os grandes, falar alto* .
- Palavras adjetivadas (*ex. gente bem, cabelos fogo, muito mãe, rei poeta* etc).
- Adjuntos constituídos por locuções (*ex. casa de campo, gente sem terra*).
- Adjetivos empregados de modo puramente referencial (quase sempre do tipo relacional), de valor classificatório (*ex. habitacional, pecuniário, brasileiro* etc). Tais adjetivos só serão levados em conta quando axiologizados no discurso. São ocasionalmente axiológicos.
- Adjetivos em posições fixas consagradas pelo uso (*bom gosto, mau humor* etc) ou que estejam em vias de se tornar um conceito unitário (*ex. livre empresa, horário gratuito, baixo índice* etc). Serão consideradas aquelas que conservam sentido figurado, embora já cristalizadas pelo uso (*ex. lista negra, cheque frio, más línguas*, etc).
- As chamadas equivalências adjetivais que não apresentam as características formais do adjetivo. São vários os processos de preenchimento das lacunas de adjetivos, indo da simples adjetivação de um substantivo a recursos oracionais mais complexos. No uso, observa-se que os falantes preferem usar a proposição quando lhes falta o adjetivo necessário.

- Ex. *Cabelos fogo*
Árvores sem folhas
Moça do cabelo bonito
Moça que tem o cabelo bonito

Sabe-se que não há perfeitas equivalências na língua e que a toda diferença de categoria morfológica corresponde uma diferença de pensamento e de estilo. Por esta razão, houvermos por bem ater-nos aos sintagmas específicos do adjetivo: [subst. + adj.] e [subst. + nexo + adj.], isto é, adjuntos e conexos (ou predicativos). As demais modalidades de caracterizações constituem procedimentos distintos que, além de implicarem uma forma interior distinta, trazem também diferenças no plano valorativo do estilo.

O adjetivo será tomado, portanto, como unidade léxica e não no sentido gramatical indefinido e multiforme que pode apresentar o fenômeno da caracterização e da determinação em geral.

Serão incluídos na análise os adjetivos provenientes de participios: presente, passado, futuro.

Os participios produzem adjetivos com grande facilidade:

- o **particípio presente** deixou de ser usado com valor verbal e se converteu em puro nome: subst. (*estudante, escrevente, ouvinte* etc), adjetivo (*tolerante, influente, constituinte* etc), revelando ainda a regência de alguns deles o originário caráter verbal (*constante de, aspirante a, temente a* etc). Mediante o uso do radical *anti* pode-se formar também os opostos, obtendo-se pares contrários (*coagulante/anticoagulante, detonante/antidetona*nte. Entre todas as formas de adjetivos invariáveis em -e, nota-se a predominância

de formas em *-ite*, tão numerosas quanto os verbos, dada sua origem verbal.

- o **particípio passado** tem largo uso como adjetivo, expressando resultado, aspecto concluso (*-do, abafado; -to, aberto; -so, aceso*) e, às vezes, com dupla ação, ativa e passiva (*um homem lido/um livro lido, uma moça decidida/um plano decidido*).
- do **particípio futuro latino** só há traços em adjetivos de origem culta, uma vez que ele era desconhecido da fala popular. (ex. *morituro, nascituro*). Alguns adjetivos em *-douro*, também a ele se filiam (*morredouro, de morituro, vindouro, de venturu*). É considerável o número de adjetivos de fonte culta procedentes de *-tório* (*preparatório, expiatório, inibitório* etc).

Mattoso Câmara afirma que os participios são formas em que "a natureza de adjetivo se complementa de uma significação dinâmica, que faz delas uma forma verbal. Exprimem um processo verbal, enquanto servem de adjunto a um substantivo" (MATTOSO CÂMARA JR., 1984:187).

Pode-se ter uma visão tipificante das qualidades segundo um critério em que prevalece o objetivo ou o subjetivo. Os que se inclinam para o lado subjetivo funcionam como índices de reação afetiva do enunciador-narrador mais que da natureza qualitativa das coisas a que se referem. Por estratégias de natureza discursiva, ligadas aos processos de enunciação, estes adjetivos poderão ser atribuídos a outras fontes produtoras, conforme mostraremos ao estudar este aspecto de grande importância para o efeito objetividade/subjetividade.

Distinguiremos os adjetivos que se referem à Enunciação enunciada (E) dos adjetivos do enunciado (e), provenientes de outras fontes que não do enunciador. Isto nos levará a observar como a adjetivação se presta aos fins persuasivos do enunciador, mesmo quando aparece em sua feição mais objetivante.

Consideram-se duas instâncias no discurso:

- a da enunciação, tomada como as marcas deixadas pela enunciação no discurso e não no sentido de instância pressuposta por todo enunciado, isto é, o que se pode chamar de *enunciação enunciada*. Opera-se, então, uma desembreagem enunciativa em que se projeta no enunciado a pessoa (*eu/tu*), o tempo (*agora*) e o espaço (*aqui*) da enunciação, projeção esta que produz discursos em primeira pessoa, visando efeitos de sentido de subjetividade.
- a do enunciado, em que ocorre uma desembreagem *enunciva*, isto é, a projeção de uma terceira pessoa (*ele, não-eu*), o tempo (*então*) e o espaço (*lá*) do enunciado. Este tipo de desembreagem é própria de discursos que pretendem seguir os cânones do discurso científico, evitando a intervenção do sujeito em seu próprio discurso. O efeito resultante é o de objetividade. Em ambos os casos, trata-se de uma opção feita pelo enunciador.

Considerar-se-ão três graus de intervenção da subjetividade no estudo dos adjetivos de corpus (Sub₁, Sub₂, Sub₃), num eixo escalar que vai do menos subjetivo (referencial), servindo como ponto de referência inicial, ao mais subjetivo (Sub₃ - afetivo-axiológico). Este eixo contínuo tem valor operacional, uma vez que comporta mobilidades, podendo certos tipos de adjetivos, de baixo grau de subjetividade, vir investidos, no discurso, de valores axiológicos bastante acentuados, ocorrendo também a alteração de alguns usos devido à ocorrência de outros processos conjugados (modalizadores, intensificadores etc). Há,

evidentemente, aqueles que são axiológicos de modo estável (ex. *justo, ridículo* etc) e não ocasional (*sistemático, conclusivo* etc).

O adjetivo será por nós tomado como índice retórico-argumentativo e estilístico de expressão da objetividade/subjectividade. Para o desenvolvimento deste aspecto serviram de base os trabalhos de Bally, Benveniste, Kerhrat-Orecchioni, J.C. Coquet, Parret, e outros citados na bibliografia.

O adjetivo se presta ao uso figurado, sendo freqüentes as metáforas com adjetivos: *palavras torrenciais, voz cristalina, silêncio sepulcral, horas moribundas, dia sonolento, sonho tempestuoso* etc. Este fato, acrescido às possibilidades de colocação, pode surtir os mais surpreendentes efeitos (sinestésicos, hiperbólicos, irônicos etc). Há qualificações originais e qualificações clichês. Veremos a importância deste aspecto num discurso porta-voz como é o do editorial, que pretende transferir para si a voz do povo, na condição de seu intérprete. O lugar-comum parece fazer parte deste discurso que se apresenta como de cunho social, daí a valorização comunicativa do clichê.

Segundo Dumarsais, o princípio de todos os sentidos figurados está no gosto que conduz a imaginação aos pormenores: "O nome da idéia acessória está muitas vezes mais presente na imaginação que o da idéia principal, e a idéia acessória, que designa o objeto com mais circunstâncias, pinta-o com mais graça e mais energia", conforme comenta Genette no estudo em que trata do estatuto da figura (GENETTE, 1972:209).

O adjetivo deve ser portador de traços semânticos compatíveis com os do substantivo ao qual se refere. Da violação deste fato, isto é, da não-observância de suas restrições de seleção, pode-se projetar uma intenção estilística do enunciador.

Estudos sobre o adjetivo impertinente, isto é, inadequado para a função que deve cumprir, e o adjetivo redundante, que indica propriedade inerente

ao ser ou coisa a que se refere, vieram a mostrar que o adjetivo mais supérfluo em aparência poderá exigir uma translação de sentido que justifique seu valor estilístico (COHEN, 1978).

O rendimento estilístico do adjetivo é decorrente da natureza do texto ao qual se acha ligado, razão pela qual faz-se necessário o conhecimento da natureza do discurso jornalístico e das características específicas do editorial para desenvolvermos esse trabalho.

Tão rica quanto variada em suas manifestações, a classe do adjetivo não se subdivide com a mesma facilidade dos pronomes. Comporta, entretanto, conjuntos isoláveis que podem ser delimitados para efeitos de classificação.

A classificação que apresentamos baseou-se, tal como para a definição da classe do adjetivo, em sua constituição morfológica, no comportamento sintático e em alguns traços semânticos dos adjetivos (ativo/passivo, estativo/não-estativo etc) ou área semântica específica a que pertencem. O fato de os adjetivos atenderem a áreas semânticas bastantes distintas em seu papel caracterizador e determinador dificulta o trabalho de classificação. Pode-se, contudo, chegar a subsistemas no interior da classe, alguns constituindo inventários relativamente fechados (adjetivos que indicam propriedades exteriores como matéria, dimensão, cor; circunstâncias várias, como lugar, tempo, ordem) outros, listas inteiramente abertas, susceptíveis de ampliação dentro das condições oferecidas pela língua (adjetivos que exprimem o agente, profissão, filiação, procedência, os relacionais em geral).

Dentro de um mesmo subsistema, podem-se encontrar as duas situações: é o que ocorre com os adjetivos de cor, dos quais as formas primitivas são em número limitado (*branco, negro, verde, azul, roxo* etc), enquanto os compostos por aposição metafórica podem ter suas criações levadas quase ao infinito (*branco-*

nebrasca, cinza-bruma, rosa-bermuda etc). Há também formações derivadas, do tipo *bege-rosado, verde-acinzentado* etc.

O corpus analisado para este trabalho é constituído de editoriais extraídos de oito jornais brasileiros, sendo três da cidade de São Paulo (*O Estado de São Paulo, A Folha de São Paulo* e o *Diário Popular*), três do Rio de Janeiro (*Jornal do Brasil, O Globo* e *O Dia*) e dois de Brasília (*Correio Brasiliense* e o *Jornal de Brasília*), num total de 48 exemplares. A coleta destes foi feita por sorteio ao acaso, recaindo este sobre o mês de agosto/89, do qual os editoriais foram selecionados por escolha randômica, com intervalos de confiança de cinco em cinco dias, portanto, 5, 10, 15, 20, 25 e 30 do referido mês. Embora alguns jornais apresentem mais de um artigo editorial por dia, para que houvesse homogeneidade de tratamento dos dados tomou-se apenas o primeiro artigo de cada exemplar.

A escolha dos jornais levou em consideração o tipo de clientela a que visam e sua significação no cenário nacional (tiragem, circulação etc). Procuramos uma amostragem que incluísse jornais de faixa popular, tais como o *Diário Popular*, de São Paulo e *O Dia*, do Rio de Janeiro. O mesmo não foi possível, entretanto, em Brasília onde o periódico popular de nível equivalente, o *Correio do Brasil*, não apresenta editorial. Assim, em vez de nove jornais, como seria de esperar, contamos com oito dentro do campo observado: São Paulo-Rio-Brasília.

Aos jornais tidos como os quatro maiores da imprensa brasileira (*O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, Jornal do Brasil* e *O Globo*), a assim chamada "Grande Imprensa", por sua representatividade, foram acrescentados outros, pelas razões já expostas e por se pretender alargar o eixo São Paulo-Rio, dada a importância do setor político-administrativo localizado em Brasília, de grande repercussão nos meios informativos.

Os dados acerca das tiragens dos jornais foram extraídos da *Revista Imprensa - jornalismo e comunicação* (set./89), em que são publicadas estatísticas do

Instituto de Veículos de Circulação (IVC), incluindo também revistas, televisão, rádio das principais capitais brasileiras (São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre).

Na ocasião em que foi feito o recorte do *corpus* eram os dados mais confiáveis de que se podia dispor, considerados fidedignos e respeitados nos meios acadêmicos e entre profissionais de Imprensa.

Eis o quadro a que pudemos chegar:

	circulação			tiragem
	2 ^a f.	3 ^a e sáb.	Dom.	semanal
O Estado de S. Paulo	-----	210.293	408.664	1.460.129
Folha de S. Paulo	289.970	303.305	357.231	2.163.726
Diário Popular	Dados não fornecidos			
Jornal do Brasil	149.684	162.109	258.408	1.218.637
O Globo	252.671	256.607	511.175	2.046.881
O Dia	235.670	244.565	350.225	1.763.720
Correio Brasiliense	26.362	30.000	63.184	239.546
Jornal de Brasília	Dados não fornecidos			

Ninguém ignora o fato de que uma faixa considerável de nossa população não tem acesso aos jornais e que é insignificante o número de seus eleitores em comparação ao total da população do país. Numa cidade como São Paulo, por exemplo, com uma população aproximada de 12 milhões de habitantes (a Grande São Paulo), o número total de exemplares diários é pouco mais de 1 milhão. É de se comparar com cifras de outras grandes cidades como Paris em que, para uma população de 8,5 milhões o consumo de jornais ultrapassa os 2,5 milhões de exemplares diários, ocorrendo ainda o fato de que um jornal é lido, em média, por três pessoas, atingindo portanto toda a população. Essas cifras foram tomadas a ROSSI (1986:60/61). Na Inglaterra, tem-se uma tiragem de 1 milhão e cem mil para o *Daily Telegraph*, que lidera como extraconservador, os demais repartem a clientela: o *Guardian* (470 mil), o *Time* (450 mil), o *Financial Times* (300 mil), e *The Independent* que surgiu em 1980 e já está com 360 mil diários, (cifras tomadas ao OESP, 25/06/88, do correspondente de Londres, Pepe Escobar).

O *corpus* deste trabalho, representativo da espécie de discurso escolhido, o editorial jornalístico, será examinado de duas formas:

- 1^o Em seu conjunto, para o estudo das funções do adjetivo, referidas atrás no plano geral do trabalho (parte III), para o tratamento quantitativo^(p. 24 e 25), e para o fornecimento de dados e citações ao longo da exposição.
- 2^o Através da micro-análise, para a descrição estrutural do gênero em questão, inserindo-se nesta a participação do adjetivo. Trata-se de uma micro-análise de oito editoriais, correspondentes a cada um dos jornais que figuram no *corpus*, tendo-se feito a escolha por sorteio ao acaso, que recaiu nos editoriais do dia 15 do referido mês.

Este tipo de procedimento se deve ao fato de que as mesmas regularidades se apresentam, aproximadamente em todos os editoriais, guardadas as peculiaridades de cada periódico, o que se pôde constatar ao longo desses anos de pesquisa sobre o assunto.

Na realidade, nosso *corpus* era bem mais amplo. Chegou, porém, um momento em que se fez necessário um recorte mais preciso a fim de dar tratamento estatístico aos levantamentos feitos. Fichamos, então, os adjetivos localizados nos 48 editoriais, de acordo com as características já expostas nesta introdução, os quais foram avaliados segundo os critérios considerados mais importantes para o exame da função retórico-argumentativa que desempenham neste tipo de texto, dela decorrendo os efeitos de objetividade/subjetividade que serão examinados.

Foram, ao todo, 1153 adjetivos cujas especificações (7 quesitos): I. função sintática, II. Valor semântico, III. Relação enunciação/enunciado, IV. Eixo escalar de subjetividade, V. Uso figurado, VI. Grau, VII. Subsistemas

(físicos/psíquicos) receberam tratamento estatístico efetuado pelo CENTRO DE INFORMÁTICA da FFLCH-USP. A partir do relatório que nos foi apresentado, em resposta, às questões que formulamos, é que pudemos dar consistência ao que, já intuitivamente, vínhamos tendo acesso no trato com os textos.

Nosso levantamento levou em consideração os dados contextuais de ocorrência de cada vocábulo, uma vez que o mesmo adjetivo poderá ser investido de valor subjetivo ou não, na dependência de inúmeros fatores de ordem discursiva. Pode-se, assim, verificar as variações de subjetividade no interior de um mesmo texto.

Quanto ao trabalho de micro-análise, pôde ele funcionar como uma amostragem e permitir o exame um pouco mais minucioso do objeto abordado. Além disso, presta-se à natureza de nosso enfoque, proveniente da teoria semiótica. Procedeu-se à descrição do material sob uma perspectiva sêmiolinguística, tal como concebida pelo Groupe de Recherches Sémio-linguistiques da École de Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS/CNRS), sob a direção de A.J. Greimas. Segundo esta, analisam-se os diversos patamares constitutivos do percurso gerativo de sentido em seus componentes semânticos e sintáticos: as estruturas sêmi-narrativas do nível profundo (semântica fundamental e sintaxe fundamental) e do nível de superfície (semântica narrativa e sintaxe narrativa) e as estruturas discursivas, com sua semântica discursiva (tematização e figurativização) e sua sintaxe discursiva (discursivização : actorialização, temporalização e espacialização).

É no nível discursivo que entram as observações de natureza estilística, como traços de expressividade, índices de afetividade e enriquecimento de sentido. Por serem de natureza qualitativa, ajustam-se bem ao tratamento de micro-análise que presta bons serviços também quando se trata de avaliar realizações peculiares ou únicas.

Esta dupla utilização do *corpus*, no seu todo e em micro-análise, permitiu chegar a um grau confiável de generalidade no estudo da situação adjetival no que toca o gênero jornalístico escolhido, - o editorial - com incursão, que não se pode evitar, nos gêneros vizinhos com os quais mantém algum vínculo na polifonia formada pelas diferentes vozes que constituem o jornal.

Por seu intermédio, foi também possível rever a expressão da subjetividade e mostrar como esta está presente mesmo num texto cujo efeito de sentido principal é o de objetividade.

O estudo formal dos dispositivos de estratégias discursivas permite detectar a subjetividade e o *lugar* ideológico de que fala o emissor da mensagem, uma vez que sua presença é atestada pelo conjunto de opções estilísticas e pela própria organização do material verbal, portanto do nível propriamente textual.

Como complementação do trabalho, foram feitos contactos com profissionais de jornalismo e autores do meio acadêmico, ligados à área de comunicação. A eles nos referiremos em vários pontos do trabalho.

Procurando ter uma idéia do que se faz no jornalismo internacional, examinamos jornais europeus, americanos, canadenses e argentinos. Alguns dados comparativos serão fornecidos no desenvolvimento do assunto.

Constituíram também subsídios para esta pesquisa alguns programas de televisão, cujo tema era a *Imprensa (Imprensa na TV, da TV Record, e Memória Nacional, da TV Gazeta)* e que tiveram a presença de elementos de projeção no setor jornalístico do país.

Quanto à *bibliografia*, procuramos recobrir as diversas teorias que serviram de base ao desenvolvimento da pesquisa e suprir dados referentes à classe do adjetivo e conceitos nele implicados. Foram também consultadas obras que pudessem esclarecer quanto à pesquisa em Ciências Sociais e ao procedimento de análise de seus discursos. São os seguintes os itens arrolados:

1. Semiótica e Teoria do Discurso
2. Teorias da Comunicação e Discurso Jornalístico
3. Teoria da Argumentação e Estilística
4. Gramáticas e Teorias da Linguagem
5. Metodologia do trabalho científico
6. Dicionários e enciclopédias

Na indicação bibliográfica, os títulos de obras francesas terão apenas a primeira letra maiúscula, de acordo com as normas de origem vigentes. As demais seguirão o processo comum.

Optamos pelo sistema de citação imediata do autor, mencionando-se entre parênteses, no próprio texto, a data e página da publicação que consta na bibliografia. Se o autor tiver mais de uma obra com a mesma data, serão distinguidas por uma letra minúscula.

Dois quadros de símbolos se farão necessários:

- Sinais e abreviações utilizados para o exame da adjetivação no conjunto dos editoriais do *corpus* (Quadro geral de análise do *corpus*).
- Sinais convencionais e abreviações próprios da teoria semiótica, utilizados na micro-análise.

Na parte ANEXOS estão reunidos os 48 editoriais que constituíram o corpus examinado no trabalho, precedidos de uma listagem dos títulos dos artigos. O número romano remete ao editorial objeto de micro-análise, na segmentação que fizemos dentro do conjunto. Alguns trechos de editoriais que não figuram nos Anexos são citados no próprio corpo do trabalho, quando se faz necessária a sua inclusão. Duas listagens de adjetivos completam a parte final dos Anexos.

Temos consciência dos limites impostos pela análise à descrição. Dada a complexidade da organização dos textos, por razões estratégicas, tem-se que adotar um ponto de vista e deixar de lado, pelo menos provisoriamente, uma grande quantidade de fatos textuais. Na realidade, não houve a pretensão de esgotar a descrição do objeto-texto escolhido, a não ser no nível da pertinência que se elegeu.

Não se concebe mais, no estado atual das teorias gerais do texto, o desconhecimento dos processos de produção dos efeitos de sentido, estando neste caso o efeito subjetividade-objetividade, de que o adjetivo é parte relevante por sua expressão do "valor", de posicionamento interpretativo do mundo e por seu caráter pulsional, na expressão da afetividade e dos elementos emotivos, o que lhe confere forte poder de persuasão.

Uma leitura que considere estes fatores tem condição de levar o leitor a ter mais cautela antes de formar seu próprio juízo diante dos fatos e das versões sobre o fato, isto é, de ser o seu próprio editorialista.

Esperamos trazer uma contribuição aos estudiosos da comunicação, particularmente àqueles com os quais temos trocado idéias, quer através de documentos escritos, quer no contacto direto em congressos e simpósios de Semiótica, Comunicação e de Linguística.

Foi uma afirmação poderosa de Roland Barthes a responsável pelo entusiasmo que tivemos no trato e convívio com o adjetivo, ao longo desses anos:

"Le brio du texte (sans quoi, en somme, il n'y a pas de texte), ce serait sa volonté de jouissance: là même où il excède la demande, dépasse le babil et par quoi il essaye de déborder, de forcer la main mise des adjectifs - qui sont ces portes du langage par où l'idéologie et l'imaginaire pénètrent à grands flots" (BARTHES, 1973:25).

Nos limites da presente introdução, ficam apenas as linhas gerais do trabalho e os critérios básicos com que vamos operar.

I. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Buscamos, como ponto de partida, a teoria semiótica por permitir verificar como funciona o texto para comunicar alguma coisa e produzir certos efeitos de sentido. Esta análise situa-se dentro do próprio texto e nele procura as leis internas que regem a sua significação. Desta forma, valoriza-se o texto como tal para só então fazer intervir elementos de outra natureza.

A escolha deveu-se ao fato de se poder fazer uma descrição semiótica do processo de comunicação e, a partir dela, proceder a uma caracterização semiótica do editorial através da Análise do Discurso, tal como ela é concebida por aquela teoria.

Tem-se, assim, a possibilidade de, sob princípios coerentes e com grande economia metodológica, encontrar um modelo de análise, se não satisfatório, pelo menos altamente confiável, conforme se pode observar pelos resultados que tem produzido.

As demais teorias contribuirão nos aspectos que lhes dizem respeito: para o fenómeno social da comunicação, a teoria da informação tem trazido muitos elementos que adiante serão tratados; para o fazer persuasivo e os processos de manipulação, nos quais se incluirá o uso da adjectivação no editorial, a Teoria da Argumentação e a Nova Retórica vêm trazer novas perspectivas, ao reexaminar velhas teorias e absorver os avanços feitos nas diversas teorias da linguagem. A Estilística se incumbirá de mostrar como se recria no plano de expressão o plano do conteúdo. Na linha da *Retórica Geral*, de Dubois e do grupo de Liège, as figuras de retórica são vistas pelo ângulo da enunciação e considerando-se os dois planos mencionados.

1. Teoria Semiótica e Análise do Discurso

A *Semiótica* tende a ser uma teoria científica dos sistemas de significação e, tornando a análise mais abstrata, torna-a universal. Seguindo-se aos desenvolvimentos estruturalistas de V. Propp, para a análise narrativa sintagmática, e a de Lévi-Strauss, para seu aspecto paradigmático, a teoria de A.J. Greimas e do grupo de pesquisas sêmio-linguísticas da E.H.E.S.S. de Paris consiste em fornecer instrumentos que possam fazer aparecer a estrutura e a forma do conteúdo, dando regras concretas sobre a construção dos "efeitos de sentido", produzidos pelo texto nas oposições estruturais.

Não se trata, pois, de uma análise de caráter interpretativo, como a hermenêutica de Ricoeur, mas gerativa por excelência, uma vez que procura estabelecer o percurso gerativo de sentido, baseando-se em leis lógicas do pensamento humano, no seu sentido conceptual mais amplo, e obedecendo a exigências e regras das estruturas mentais do ser humano. Formula hipóteses muito gerais e fica assim no centro da problemática das Ciências Humanas ao tratar dos significados básicos que constituem os universais.

Ao proceder à análise dos editoriais, nossa atenção será pois concentrada na estrutura do texto e nos efeitos de sentido por ele construídos. O sentido do texto estará ligado ao do texto-contexto em que se insere e não ao referente ou o mundo das coisas em si. O que importa é saber como se dá o posicionamento em relação à enunciação. Foi o uso dos efeitos de sentido com maior persuasivo que nos levou, no presente trabalho, a rever a subjetividade enquanto tal, isto é, como efeito de sentido pela utilização de processos retórico-argumentativos, dentro dos quais a adjetivação tem uma parte importante a cumprir.

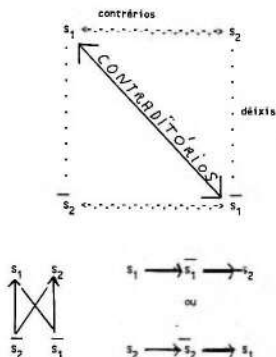
Muitas outras teorias do texto são interessantes, mas não fornecem um modelo operacional preciso e que se aplique a qualquer tipo de texto, razão pela qual ficaremos, basicamente, com o procedimento proposto por Greimas e seu grupo de trabalho, que ora tem seguidores nas mais diversas partes do mundo,

sendo a teoria aplicada a variados tipos de manifestação. Elementos de outras teorias serão oportunos quando o texto-objeto for examinado por outros prismas. A eles se fará referência quando necessário.

Segundo a teoria semiótica greimasiana, parte-se dos níveis de profundidade de um texto, percorrendo-se do mais profundo para a superfície: as oposições fundamentais (vida/morte, ser/parecer/ etc) e os valores investidos (axiologização através das categorias tónicas de euforia/disforia) constituem a mola da narrativa que anima os "actantes", figuras abstratas desse nível de imanência. No nível superficial das estruturas discursivas, esses actantes aparecem sob forma de "atores" (personagens, objetos) que circulam obedecendo a determinadas regras de jogo e não livremente como à primeira vista pode parecer.

Todos esses componentes pertencem ao nível imanente do conteúdo. É no nível aparente ou da manifestação textual (conteúdo e expressão) que a narrativa será vertida numa *expressão* para poder ser transmitida e onde aparecem os diferentes suportes. O problema das relações entre os níveis foi levantado por P. RICOEUR (1980).

Na estrutura geral de uma narrativa verifica-se um eixo semântico que articula conteúdos opostos (por ex. liberdade/captura, mobilidade/fixidez etc). O quadrado semiótico - que se relaciona com o princípio da oposição e da diferença, do tipo do binarismo fonológico propugnado por Jakobson, diferindo de outras representações existentes na lógica - dá conta das operações sintáticas fundamentais (asserção e negação) e pode servir ao traçado do percurso seguido pela narrativa (perspectiva sintagmática), uma vez que as operações são orientadas. Se se chamar os conteúdos opostos S_1 e S_2 , cada um projetando o seu termo contraditório (não- $S_1 = \overline{S_1}$ e não- $S_2 = \overline{S_2}$), será possível organizá-los assim, uma vez que se trata de uma definição formal anterior a qualquer investimento semântico:



Pode-se dizer que os discursos assumem um aspecto polémico devido à sua organização narrativa, com desdobramentos dos actantes: diante de um sujeito ordenado à realização de um projeto, defronta-se um anti-sujeito (adversário ou oponente) ordenado à realização de um projeto inverso; d'antes do destinador que exerce seu querer, propondo ou impondo uma conduta, surge um antidestinador. A partir daí, o texto pode fazer valorizações, isto é, considerar tal sujeito como positivo e o sujeito adverso como negativo, o que não impede a possibilidade de sujeito e anti-sujeito se realizarem num único ator, quando este se vê, por exemplo, fragmentado entre dois "desejos", dois querereres.

Ocorre ainda que se estabelece uma relação conflituosa quando a atribuição de um objeto desejado para um dos sujeitos ¹²correspondente à privação para o outro. Convém assinalar que uma operação importante é a do contrato que se estabelece entre o destinador (ordem ou mando) e o sujeito a quem cabe uma atitude de aceitação ou de recusa.

Os valores axiológicos dizem respeito aos valores relativos a uma dada área sócio-cultural, próprios de um momento histórico preciso, isto é, de sua ideologia. Assim, o modo como uma comunidade encara o mundo, sua "visão do

mundo", determina configurações discursivas que transparecem nas narrativas por ela produzidas.

A partir das reflexões de propp, Greimas substitui a noção de "função" da personagem, vaga e imprecisa, pela formulação de *enunciado narrativo* que, para ele, é uma relação entre actantes (GREIMAS, 1975:154). Segundo seu modelo actancial, as personagens numa narrativa serão analisadas do ponto de vista de seus *papéis* narrativos e das *relações* que estabelecerem entre si. O texto é que irá "valorizar" esta noção ou este ator, isto é, ele distribui valores ou valoriza algumas *relações*. Assim, uma dêixis pode ser valorizada positivamente (euforicamente) por um texto e negativamente (disforicamente) em outro. A valorização axiológica que mais interessa é a que opõe os contrários. Os papéis podem ser reduzidos ao número de seis e as relações estabelecem-se segundo três eixos, dominados cada um por uma modalidade (*saber, querer, poder*), havendo uma submodalidade, o *dever*, quando o sujeito é obrigado a agir. Nesse caso, o /*querer*/ de um sujeito submete-se ao /*querer*/ de outro. No quadro que se segue, conjugaram-se as noções de papel actancial e modalidade:

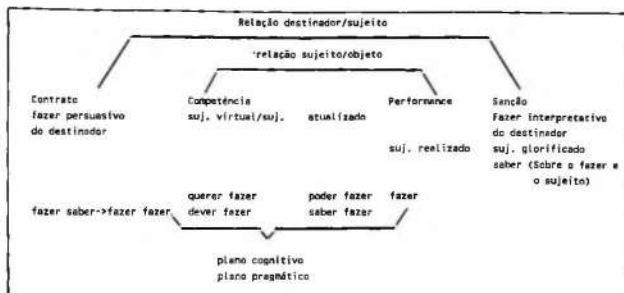


Na verdade, quatro são os actantes de toda e qualquer narrativa: *sujeito/objeto* e *destinador/destinatário*, pois o *adjuvante* e o *oponente* são considerados circunstanciais e secundários, podendo ser canalizados para o eixo do *sujeito*. Os papéis do *sujeito* e do *objeto* definem-se um em relação ao outro e esta

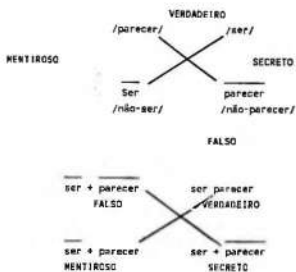
relação que existe entre ambos num determinado momento da narrativa constitui um enunciado narrativo. Os enunciados que designam o estado em que se encontra um sujeito são chamados *enunciados de estado* e os que designam movimento, isto é, uma tentativa do sujeito de passar de um estado a outro são os *enunciados de fazer*. Segundo o sujeito esteja em relação de conjunção (\wedge) ou disjunção (\vee) com o objeto, ter-se-á um enunciado de estado conjuntivo ou disjuntivo. Para que se passe de um enunciado de estado conjuntivo a disjuntivo ou vice-versa deve haver uma transformação sob forma de um enunciado do fazer, com a intervenção de um sujeito do fazer. Eis o esquema que representa essa passagem:

$$F \text{ (transformação)} \implies [(S_1 \vee O)] \implies [(S_2 \wedge O)]$$

O programa narrativo (PN) é o ordenamento ou encadeamento de estados e de transformações. A performance (F) é a transformação que modifica a relação entre um sujeito (S) e um Objeto (O) e para que ela se realize há necessidade de um sujeito operador competente, isto é, investido de três modalidades: /querer/, /saber/, /poder/. São, pois, elas que definem a competência do sujeito e sua aquisição consiste numa prova qualificante ou performance modal. Uma vez adquiridas essas modalidades, o sujeito pode realizar a prova principal e passar à prova glorificante em que é reconhecido por seu destinador. Pode-se assim resumir as unidades sintagmáticas ou etapas da narrativa canônica:



Vê-se, pelo esquema, que ao lado do plano *pragmático* em que se realizam as transformações, havendo uma circulação de objetos, com aquisições e perdas, trocas ("o *fazer*"), há o plano *cognitivo*, em que se processa o reconhecimento, o "saber" sobre os acontecimentos e sobre o "ser" dos atores. É, portanto, nesse plano que se organiza o jogo da verdade. Pode-se modalizar um enunciado de saber aplicando sobre seu conteúdo as categorias do /ser/ e do /parecer/. Conforme os atores e os acontecimentos estejam no plano do /ser/ ou do /parecer/ ou de ambos, ter-se-á o verdadeiro, o falso, o secreto ou o mentiroso. Para se compreender os valores com os quais o texto joga, pode-se articulá-los no quadrado semiótico, o que permite verificar as relações entre os termos: de contrariedade, de contradição, de implicações. Eis os quadrados da *veridicção*:



A Teoria Semiótica fornece um modelo de trabalho para o conhecimento do processo comunicativo. Situando-o como um fazer cognitivo, isto é, da esfera do conhecimento, mostra-o como um *fazer saber*, uma vez que há a circulação de objetos do saber ou objetos-mensagem. Este saber, por sua vez, compreende um *fazer informativo*, em que um ou outro dos atores transmite uma informação acerca do que sabe sobre o fazer do outro ou de si mesmo e também um *fazer persuasivo* da parte de quem o transmite, pois ao fazer circular uma informação o ator veicula também uma convicção, seu ponto de vista de emissor, isto é, tenta fazer um destinatário partilhar de seu saber, uma vez que no eixo da comunicação há a preocupação com o outro. O que importa saber é como funciona a relação com o outro. Cabe ao receptor o *fazer interpretativo*, que permite passar do parecer ao ser do objeto.

O ato de adjetivar é uma expressão do fazer interpretativo, uma vez que implica uma atitude avaliatória, de ajuizamento, podendo também traduzir um envolvimento de caráter emocional.

Interessa-nos conhecer o autor semiótico do texto, aquele a quem chamamos de "enunciador" e que tem a competência para produzir o texto. A própria hermenêutica (interpretação de textos) não crê que se possa estar em comunicação direta com o autor histórico. O exegeta apenas o constrói. Isto é bastante pertinente, em se tratando do gênero editorial, artigo não-assinado e cujo

autor-histórico não vem ao caso numa análise do funcionamento de sua consistência textual. Pode importar conhecê-lo como um instrumento auxiliar, se o objetivo for o conhecimento das condições de sua realização, das regras e normas que orientam tal gênero, do código deontológico da profissão que subjaz ao seu exercício etc. Foi com estes objetivos que procedemos a algumas entrevistas com profissionais ligados à área. O que nos cabe é, antes, delinear o estatuto enunciativo desse sujeito editorialista, como ele instala o seu discurso e quais suas relações com o enunciatário. Importa conhecer o contrato que se estabelece, implícita ou explicitamente, entre ambos nessa produção específica, com seu espaço e "status" bem determinados no quadro geral das modalidades jornalísticas.

O contrato enunciativo que o enunciador firma com o enunciatário se prende a uma base logicamente pressuposta ao ato da comunicação.

No ato comunicativo tem-se, pois, uma estrutura de manipulação com papéis determinados, podendo-se descrevê-lo como um programa narrativo complexo. O programa de base consiste em fazer o outro crer no discurso que se produz e se transmite. Para chegar à sua realização, há necessidade de um programa de uso que leve ao crer do enunciatário.

Tem-se um sujeito 1 que entra em conjunção com um objeto transmitido por um sujeito 2 mediante um *fazer emissor*. Este, para transmitir enunciados, pressupõe a passagem por uma fase de aquisição de competência. Um destinador transmite-lhe um *querer* ou *dever* informar, podendo haver sincretismo entre esses papéis.

Na performance deste programa, tais sujeitos S_1 e S_2 exercerão os papéis temáticos de emissor e de receptor. O programa consiste então em um sujeito do fazer (S_2 emissor) fazer com que o sujeito de estado (receptor) entre em conjunção com um valor "saber" inscrito no objeto "enunciado" (O_v), em que estão contidos a enunciação enunciada e o enunciado enunciado.

Trata-se de uma comunicação participativa, segundo a teoria semiótica, porque o sujeito do fazer não entra em disjunção com o objeto ao transmiti-lo ao sujeito de estado. Tudo se passa como se o próprio enunciador

assumisse os papéis sincréticos de enunciador e enunciatário, retomando aquilo que ele mesmo forneceu como enunciador. Não há, pois, renúncia nem diminuição de seu saber ao transmiti-lo ao enunciatário (GREIMAS & COURTÈS, s/d:68).

O objetivo final do ato comunicativo é um *fazer crer* e com vistas a isso o enunciador constrói seu discurso, faz suas escolhas, seleciona as figuras e recursos argumentativos que melhor se prestem ao fim proposto. Se for bem sucedido, levará o enunciatário a uma mudança em suas relações para com ele, cumprindo-se o contrato estabelecido entre ambos.

Da descrição dos programas narrativos que compõem o processo da comunicação, pode-se perceber por que ele não se reduz a um simples ato informativo (um *fazer saber*). Tem-se que considerar o *fazer crer* do destinatador e o *fazer interpretativo* da parte do destinatário (o *crer*), assim como um *fazer ser* que implica mudança de competência deste destinatário-sujeito como resultado dos fazeres precedentes.

Entre estes diversos fazeres não há uma sequência temporal, mas implicações logicamente necessárias à consecução do programa de base (GREIMAS, 1983).

Uma das soluções ao, descrever o processo comunicativo, é considerar a produção e a comunicação como temas que recobrem programas narrativos que se encaixam, fazendo parte de um programa narrativo complexo. Valemo-nos das reflexões a esse respeito feitas por HAMAD (1983), BARROS (1987) e FIORIN (1988).

Dentro do programa da informação, a enunciação será aqui considerada como parte de um programa de aquisição de competência. De fato, só pode informar (transmitir enunciados) quem é detentor do objeto (enunciado) a ser transmitido. Analisando-se este processo enunciativo segundo o percurso gerativo de sentido, pode-se dizer que um destinador transmite a um destinatário-sujeito um *querer e/ou dever informar*. Às vezes esses dois papéis podem estar em sincrétismo. Veja-se, a propósito, o estatuto da Imprensa quando ela própria se atribui o direito de informar, guardando para si certas prerrogativas (objetividade, imparcialidade

etc). É frequente nos editoriais a preocupação em versar sobre o dever da imprensa e o código deontológico da profissão.

A performance deste programa da enunciação do ato comunicativo consiste na construção do enunciado, quando se passa do não-enunciado (o *dizer*) ao enunciado (o *dito*), utilizando aqui as distinções feitas por DUCROT (1985).

A sanção deste programa enunciativo se dá sob forma de interpretação: o enunciatário atribui ao enunciado o estatuto veridictório firmado entre ele e o enunciador, e este, na condição de destinador-jugador, sanciona positiva ou negativamente esta sua performance. Se o contrato tiver sido cumprido, o ato comunicativo terá sido eficiente, porque resulta um *crer* da parte do destinatário-sujeito a quem era endereçado o objeto de valor.

Nos editoriais cumpre-se o contrato não havendo lugar para a polémica.

As marcas enunciativas vão decorrer do contrato enunciativo que o enunciador estabelece com o enunciatário. Assim, também, as estratégias discursivas serão adotadas a partir de uma projeção que faz o enunciador da imagem do enunciatário.

É da análise interna do texto, dos mecanismos que engendram o discurso que se pode chegar à consideração dos fatores externos, ou seja, às variáveis sócio-históricas de sua produção e de sua recepção.

Quando se fala em análise interna do texto, pensa-se na linguística transfrásica, na gramática textual e na semiótica narrativa e discursiva. Optamos por esta última devido a seu grau de coerência (os termos empregados são definidos entre si), por seu caráter universal (operações baseadas no funcionamento homogêneo da mente humana) e por fornecer um método e técnicas satisfatórias de análise interna do texto.

Acresce ainda o fato de que, através do estudo do aparato da enunciação, o modelo semiótico permite a articulação dos fatores internos que regem o texto com os externos, isto é, o conhecimento de suas condições de produção. Conciliam-se, desta forma, formações discursivas e sociais dentro das

mesmas bases teóricas, podendo-se chegar a um grau de abrangência desejável sem perder a valorização do texto em si.

Sob esta perspectiva, entende-se por contexto a totalidade de significação do texto-contexto em que se insere o texto em questão. Não se trata das relações do texto com o referente (o mundo), mas de ligações intertextuais. Como é um destinador sócio-histórico que comunica valores ao sujeito da enunciação, deveria ser possível o acesso às formações ideológicas que o caracterizam e que ele procura transmitir ao sujeito da enunciação. Para tanto, faz-se necessária uma análise semiótica da intertextualidade contextual, uma vez que só a análise interna do texto não forneceria tais elementos.

Assim, no exame do discurso jornalístico sobre o qual nos deteremos, caberá ver qual é a relação contratual entre enunciador e enunciatário, qual o contrato de veridicção entre eles. O jornal afirma a sua verdade e procura fazer o destinatário (coletivo, no caso) acreditar nos valores que sustenta e a interpretá-lo como verdadeiro, isto é, como um *dizer verdadeiro*. O seu saber se baseia no saber de outro (o editorialista) podendo-se tornar um *crer*. Para estabelecer ou negar a sua verdade, o destinatário-leitor confrontará o texto com outros, por exemplo, outras partes do jornal (notícias, debates etc) ou outras fontes para poder aceitá-lo ou não como "verdadeiro".

Os jornais deixam falar os outros discursos no jornal, as outras "vozes" do jornal, mas sabe-se que reservam para si a opinião final. O presidente do *JORNAL DO BRASIL*, Nascimento Brito, ao apresentar na Faculdade de Economia e Administração da USP os principais momentos do jornal, cujas características são por ele identificadas como "a ética e a opinião" afirmou: "Nossos inimigos podem dizer o que quiserem no nosso jornal, mas nossa opinião estará sempre presente nos editoriais" (*JORNAL DA USP*, 23/9/90:6).

2. Teoria da Enunciação

É da maior importância possível o estudo da enunciação através das estruturas discursivas, considerando-se que é ela a mediadora entre estas e as estruturas sêmi-narrativas. A enunciação é a instância lingüística logicamente pressuposta pela própria existência do enunciado, trazendo este seus traços e marcas.

Dubois se refere à enunciação como "pontos perceptíveis da presença do sujeito falante no texto" (DUBOIS, 1969:103). A eles se pode chegar por um esforço de sistematização e não por simples observações intuitivas.

Importa saber como cada discurso é equacionado em relação à enunciação.

A partir dos estudos sobre enunciação, em plena expansão em nossos dias, procuraremos deprender, na análise do texto escolhido, o editorial, as características do enunciador, os recursos de que se serve como sujeito manipulador para a persuasão do enunciatário-leitor, o jogo de imagens que se estabelece, os valores que veicula, enfim, o que deseja ver realizado. É na escolha dos recursos de persuasão que entram as estratégias argumentativas, as figuras retóricas e as opções estilísticas.

Há vários modos de abordagem da enunciação: a Semiótica o faz sobretudo através da sintaxe discursiva. Há também as Semânticas da Enunciação, conhecidas como a Teoria da Argumentação, da Pressuposição, dos Atos de Linguagem. Oferecem também elementos para esse estudo a Teoria do Texto Literário (noções de foco, de ponto de vista, verossimilhança, expressão do tempo e espaço etc), a Estilística da Enunciação, a Retórica, a Lingüística Textual e outras teorias da linguagem.

O exame da enunciação, circunscrito a alguns elementos indiciais, disseminados no enunciado é apenas uma solução provisória. Procura-se ir além dos meros índices, postulando o caráter *contínuo* da enunciação e, por outro lado, o caráter *discreto* do enunciado. Os estudos sobre modalização se inserem dentro desta perspectiva.

Mudou-se também o modo de encarar a enunciação ao longo desses últimos anos. Primeiramente, tratava-se de avaliar o modo como o locutor assume a língua através do ato de enunciação, que lhe permite situar-se em relação ao mundo. É por esta via que Benveniste fundamenta a subjetividade na linguagem (BENVENISTE, 1966, 1974). Na instância do discurso o locutor se apropria do *eu* que lhe permite, por meio da enunciação, instituir-se como sujeito. Liga-se também a este fato a importância que ele dá aos pronomes. Tais elementos, considerados "shifters" ou "embrayeurs", não existem senão na situação de discurso durante a qual são emitidos (JAKOBSON, 1963:178).

A idéia de apropriação individual da língua pelo falante mostrou ser uma concepção idealista, segundo a qual o sujeito é livre para produzir seus enunciados e isento de qualquer coerção ideológica. Atualmente, a noção do *eu*, sujeito lógico e livre em suas escolhas, herdeira do modo de pensar cartesiano, foi abalada. Trabalhos como os de Althusser levaram a repensar a noção de sujeito da enunciação, considerando as representações de que ele é o suporte e a expressão (ALTHUSSER, 1980).

Há elementos institucionalizados que fornecem seu quadro aos enunciados e chegam a dirigir a atividade enunciativa do sujeito, que está longe, portanto, de ser inteiramente livre (DUCROT, 1977). Importa, pois, considerar o papel das instituições (sistema jurídico, familiar, escolar, religioso) na produção discursiva do sujeito falante.

J. Dubois propõe considerar quatro conceitos ao caracterizar a enunciação no discurso (DUBOIS, 1969):

- 1^o *Distanciamento*: relações do sujeito com o enunciado. Distância máxima (o enunciado tende a ser distinto do sujeito) e distância mínima (o enunciado é assumido inteiramente pelo locutor).
- 2^o *Adesão*: adesão maior ou menor de um locutor ao seu enunciado, medida através dos chamados modalizadores - *modalizadores*

formais (como os advérbios de opinião) *transformações modalizadoras* (ativo/passivo, ênfase) e diversos processos que permitem traduzir a atitude do sujeito diante de uma mensagem.

- 3^o *Transparência*: grau de transparência perfeita ou opacidade máxima do ponto de vista do receptor, na dependência da modalização que o enunciado sofrer.
- 4^o *Tensão*: a enunciação é interpretada como uma relação entre o sujeito falante e o interlocutor, havendo elementos no enunciado que indicam o maior ou menor grau de tensão entre eles (verbos factivos e desiderativos etc). Esta tensão é fruto da intenção que subjaz ao ato de comunicação. Ressalta-se também a importância da noção de *lugar* discursivo entre os interlocutores, responsável pela criação da validade de um ato discursivo. Foi a preocupação com os verbos performativos (*jurar, prometer, declarar* etc) que levou a se desenvolver essa idéia.

Pode-se perceber a grande importância desses conceitos para a análise do discurso e a contribuição que deles tiraremos para o melhor conhecimento de nosso objeto de estudo. Importa considerar o *lugar* de que fala o editorialista, seu caráter institucional, antes de tudo.

Vários avanços da lingüística colaboraram para a mudança da concepção de linguagem vista unicamente como função de representação-expressão ou informativa. Entre as diversas posições, citamos a daqueles que encaram a fala como um *ato*, salientando o seu valor ilocucionário, isto é, a enunciação enquanto ato de linguagem que influi nas relações entre interlocutor e interlocutário (AUSTIN, 1970; SEARLE, 1972).

Tem-se que admitir a existência de coerções a partir do momento em que a fala realiza uma ação. De fato, a força ilocucionária de um ato de fala

depende dos sistemas de convenções e de instituições que governam a sociedade. Trata-se de conhecimentos compartilhados e pressupostos pelo texto, fundo comum sobre o qual o texto se assenta e que não pode ser negado, a não ser que se interrompa o discurso.

Cabe ainda considerar que a enunciação não escapa aos subentendidos do discurso, aquilo que o texto não diz, mas faz que o enunciário compreenda o que o enunciador quis dizer, sem dizê-lo. A análise das pressuposições tem permitido o acesso a elementos codificados da enunciação e levado a ultrapassar o estudo do aspecto indicial desse fenômeno.

Do que apresentamos sobre enunciação, pode-se concluir que nos primeiros estudos o *sujeito* encontrava-se no centro das preocupações, uma vez que a enunciação era definida como a marca do sujeito falante no interior de seu enunciado. Assiste-se, há alguns anos, a um deslocamento no modo de encarar este assunto, sobretudo depois que a psicanálise mostrou a não-unicidade do sujeito e a presença do inconsciente em todo discurso, em sua enunciação e a partir do momento em que as teorias marxistas insistiram na necessidade de se levar em conta as condições de produção do discurso, o extra-lingüístico, as determinações históricas, enfim, a dimensão ideológica do sujeito. O que há de comum em todas essas tendências é o fato de tentarem redefinir o estatuto do sujeito da enunciação. Procura-se chegar a uma teoria do discurso que seja capaz de englobar os diferentes componentes desse sujeito, tornando assim multifacetária a instância enunciativa.

Uma teoria da enunciação não subjetiva postula que se deixe de lado a concepção segundo a qual o *sujeito* está na origem do sentido. Vejam-se as colocações de FOUCAULT (1971), DERRIDA (1975) e outros. Cabe defini-lo não como uma entidade abstrata, mas em sua dimensão social, historicamente determinada. A esse respeito muito contribuíram os trabalhos em equipe de J. Guilhaumou, D. Maldidier, Régine Robin (1974).

Não há discurso sem sujeito, é evidente, mas a questão consiste exatamente em saber de que *lugar* fala ele, enfim, qual é seu estatuto, como apreendê-lo? No enunciado, na enunciação enunciada, na enunciação reconstruída?

As estratégias discursivas tentam ocultá-lo, através, por exemplo, do emprego dos pronomes impessoais, garantindo a aparente objetividade dos enunciados, tal como ocorre nas páginas de opinião do editorial, conforme veremos.

Outras vezes, o sujeito da enunciação se retrai atrás do sujeito do enunciado quando este é uma forma impessoal (*se*), que J. Dubois mostrou tratar-se, na realidade, de um "anti-pessoal" (DUBOIS, 1971). Ligado a um tempo do relato, ele pode deixar brechas ao discurso da Cultura e da História, seus verdadeiros sujeitos, destinadores e fontes de *valor*.

Fato diverso ocorre no caso de o falante referir-se a si mesmo de várias maneiras. Uma análise desse fato, feita por B. Lavandera ao estudar depoimentos de mulheres acerca de condutas que consideram normais e adequadas, mostrou que as falantes produzem uma divisão da pessoa que fala (*uno* e *yo*) e, por este expediente, podiam transmitir dois pontos de vista diferentes: "a falante atribui a *uno* a parte de si mesma que compartilha dos preconceitos e a *yo* a parte de si mesma que os critica" (LAVANDERA, 1984:114). Conservamos a oposição na língua de origem para melhor transmitir a idéia da autora.

Enfim, o *ego* assume diversas formas que podem ir até a um substituto como *isso* (o "ça" de que fala J.C. Coquet, a propósito de um personagem felliniano, herói decepcionante (COQUET, 1984). É quando o *eu* se dilui na não-pessoa.

Dos elementos aqui levantados, pode-se perceber o quanto a análise do discurso tem a fazer no terreno dos estudos sobre subjetividade na linguagem. Todos esses procedimentos são portadores de efeitos de sentido diferentes e como tais precisam ser encarados. De fato, eles permitem traduzir algo além do mero conteúdo referencial das expressões (familiaridade, pretensão, diferenciação etc) e nisto mostram sua natureza estilística, uma vez que decorrem dos diferentes modos de expressão, efetuados por *escolha* do falante, noção fundamental à caracterização de estilo. À análise dos efeitos dos jogos estilísticos só se pode chegar uma vez considerados os fundamentos sobre os quais se dão as opções.

Refazendo alguns pontos considerados importantes para a realização deste trabalho, podemos dizer que o texto será encarado como uma rede de relações e de operações lógico-conceptuais de valores fundamentais, axiologizados em eufóricos/disfóricos, tensos ou relaxados. A seguir, observar-se-á a organização narrativa em que os valores investidos em objetos se tornarão valores (ideológicos, no sentido pleno) de um sujeito e, por último, as estruturas discursivas que lhes dão corpo. Daremos ênfase aos procedimentos da sintaxe discursiva, isto é, ao exame das estratégias discursivas e dos efeitos delas decorrentes, destacando a adjetivação como um dos elementos que desempenham função relevante na criação do efeito objetividade/subjectividade no texto escolhido para este fim, o artigo jornalístico de opinião institucional. Apesar de haver traços gerais e comuns a este tipo de discurso, o que permite uma descrição de cunho estrutural, as opções estilísticas e efeitos de sentido dependem de cada texto e das relações internas que se estabelecem em cada um. Deverão ser considerados problemas específicos da produção e recepção desta modalidade jornalística, razão pela qual alguns elementos da teoria da Informação e da Comunicação vieram a nos secundar em nosso trabalho.

3. Teorias da Informação e da Comunicação

O modelo de comunicação verbal sustentado por Jakobson, sob a influência da teoria da informação, revelou-se um tanto mecânico e mostrou-se insuficiente por sua simplificação redutora: a mensagem não é uma linha direta entre um emissor e um receptor como mostrava o esquema vetorial lido da esquerda para a direita, nem tampouco ela é unívoca.

Desaparece também a crença na transparência da linguagem concebida como meio de expressão de um pensamento no ato da comunicação. A ambigüidade é inerente a qualquer mensagem, razão pela qual o contexto da enunciação ocupa lugar importante na sua consideração. O que as modernas teorias

da linguagem postulam hoje é a relação dialética que, a partir da prática lingüística, institui seus actantes por meio do trabalho da linguagem, conforme nos faz ver KUENTZ (1972:26). Pensa-se, então, a linguagem não como "um repertório de signos e suas combinações" mas como "atividade manifestada em instâncias de discurso" (BENVENISTE, 1966: 257).

Têm sido, enfim, reexaminados os principais pontos da Teoria da Informação, quer por lingüistas e semioticistas, quer dentro do próprio meio em que tal teoria surgiu. Esta passou a tratar do aspecto multilateral do esquema da comunicação e a sair do âmbito puramente quantitativo da informação veiculada.

A reconsideração dos mecanismos da comunicação levou a importantes mudanças nos conceitos de jornalismo: alterando o fluxo unidirecional emissor-receptor, a imprensa mais esclarecida tem procurado chegar a um jornalismo comunicativo no sentido de interação, e não meramente informativo. Longe se está, todavia, de um jornalismo em que o leitor constitui o principal foco de atenção daqueles que produzem informação para a imprensa. As constantes reclamações do leitor, no exíguo espaço que lhe é reservado, o revelam embora parcialmente.

Estudiosos do grupo de Frankfurt, como Habermas, mostraram que a Imprensa tende hoje a constituir um novo *espaço público*, espaço de representação da opinião pública e do debate mediador entre o público e a classe política (HABERMAS, 1984). Tomamos aqui o conceito de representação com o duplo sentido que lhe dá Habermas, de representação do real e de espaço da coisa pública, representação do coletivo.

Trata-se, portanto, de um espaço simbólico e ao mesmo tempo figurativo, de um discurso polifônico. Os meios de informação, ao interpretar culturalmente a informação, constroem uma realidade simbólica e imaginária. Assim, a imprensa chamada de qualidade constrói seu imaginário, apresentando-se ao *Outro* (no caso, o público) como uma força de prestígio e de poder, capaz de influir nas populações do país em que se inscreve. Ao fazê-lo, reproduz uma função

seletiva, separando iniciados de não-iniciados e mostrando-se capaz de reconhecer ou rechaçar os valores da cultura, criando-a como realidade.

A influência cultural deste tipo de imprensa em escala nacional e internacional depende da situação hegemônica comunicacional que o jornal ocupa. Assim, aparecer em determinados jornais confere "status" e prestígio e se torna condição vital para o reconhecimento da função reprodutora da "intelligentsia".

Por outro lado, o público projeta seu imaginário simbólico ao identificar-se com seu jornal, que o valoriza. Ao comprar um jornal de prestígio, o leitor compra não só a informação, o conhecimento sobre o mundo, mas também uma imagem de si próprio. Deste modo, jornal e leitor se identificam e se reconhecem num jogo de espelhos imaginários. Há, pois, uma projeção identificatória. A grande imprensa fica, entretanto, no interregno entre a chamada cultura culta e a cultura de massas e é nesse espaço eclético que desenvolve seus parâmetros culturais.

É a cultura que vem a converter a desordem, o acaso, a entropia, a informação, vistos como ruídos, em mitos, símbolos, imagens, valores. Ela é, pois, um fator de ordem que confere à informação um *sentido* dentro de um universo muito complexo, que inclui modos de vida, idéias, sentimentos etc.

Em teoria da informação, a entropia é a medida da desordem introduzida numa estrutura informacional. Uma informação totalmente original, a mensagem mais imprevisível, seria a entropia máxima. Entretanto, para o receptor médio - alvo dos meios comunicacionais em sentido amplo, neles incluindo-se o jornal - a mensagem totalmente original apresenta-se como algo no qual ele não é capaz de penetrar e diante do qual fica confuso, perplexo. O *novo* seria uma quebra de estruturas existentes, nelas introduzindo uma desordem que funciona como ruído. Portanto, previsibilidade e informação estão correlatos: a uma imprevisibilidade total (máxima originalidade) corresponde ausência de informação e a uma total previsibilidade (nenhuma originalidade) também corresponde ausência de informação. Para a transmissão da mensagem há que se chegar, portanto, a um estado de equilíbrio entre o *dado* e o *novo*.

As improbabilidades, que o jornalismo explora metodicamente, infundem um sentido ao dia-a-dia, ao familiar e podem funcionar como um gancho para o leitor, como "mola propulsora de qualquer pauta" (FRIAS FILHO, 1984). A noção de gancho, também metaforizada de outras formas nos meios comunicacionais, é bastante funcional e tem sido um bom auxílio àqueles que se interessam pela eficiência na comunicação (BLINKSTEIN, 1987).

Por outro lado, estudos sobre redundância mostraram que a taxa informacional de uma mensagem não deve ultrapassar uma densidade de informação compatível com a recepção da mensagem, sob pena de se cair numa retórica vazia e de se chegar à saturação.

Devido a esses conceitos (entropia, previsibilidade, nível de redundância etc), torna-se operacional nas ciências da informação uma abordagem quantitativa, tal como dados de audiência, público-alvo, centímetros redacionais etc.

Ponto comum hoje entre lingüistas, semioticistas e teóricos da comunicação é o fato de considerarem o ato comunicativo não como uma simples transmissão de informação, mas como influência sobre o outro, em suma, como *ação* sobre o outro.

Ao tratar do texto nos meios de comunicação, Muniz Sodré e Ferrari afirmam que "comunicar é um pouco mais que informar e, se a informação consegue situar-se num bom nível de comunicabilidade, atinge mais profundamente o público a que se dirige" (SODRÉ e FERRARI, 1982:8).

É significativa, nesse ponto, a distinção feita por Coseriu entre comunicação *a* outro e comunicação *com* outro. Segundo ele, a participação de algo *a* outros sujeitos é um aspecto prático da comunicação e que pode faltar; já, a comunicação *com* outro é aquela pressuposta em todo ato de comunicação, envolvendo a interação de seus participantes (COSERIU, 1982:148).

Em sua obra, *A fala intermediária*, Flahault procura mostrar o ato comunicativo como efeitos irredutíveis à pura transmissão da informação e que são decorrentes, antes de tudo, de um compromisso, de um contrato estabelecido entre os falantes. Privilegiar a função informativa no ato de linguagem (na "atividade

linguagem”) significa, para ele, ignorar o que há de relações intersubjetivas para além do que o enunciado dá a conhecer (FLAHAULT, 1978:11).

Barthes, no prefácio da referida obra de Flaubert, condensa magnificamente esta idéia nas seguintes palavras: “en parlant, l’homme ne s’exprime pas, il se réalise, il se produit; sa liberté ne vient ni de Dieu ni de la raison, mais du jeu (prenez le mot dans toutes ses acceptions) que lui fournit l’ordre symbolique, sans lequel il ne parlerait pas et ne serait pas un homme” (p. 10).

Idéia paralela se encontra em Jean-Michel Adam ao mostrar que reduzir a função da linguagem à simples função informativa é ficar aquém das condições de funcionamento do discurso e, portanto, do processo de significação (ADAM, 1976:294). Segundo ele, a análise estruturalista, em seu entusiasmo inicial, levou a privilegiar a expressão e a comunicação e por outro lado, a acolhida dada ao modelo extraído da teoria da comunicação resultou em um enquadramento mecânico. Aponta, como uma das direções a seguir, aquela que refuta a idéia de que o sujeito se encontra na origem do sentido, decorrendo alterações importantes dessa nova postura: relações do sujeito com o mundo, a partir dos *lugares* (“topos”) que ocupa no discurso e que permitem *construir* o sujeito como tal, abandonando-se a concepção de estruturas pré-existentes a esse sujeito. Estas idéias se entrecruzam com as que expusemos ao indicar o lugar das teorias da enunciação no quadro de uma teoria geral do texto.

Um segundo ponto de convergência a considerar é a semelhança de descrição feita pela semiótica e a teoria dos gêneros jornalísticos quanto à estrutura e natureza do tipo de discurso por nós analisado: o editorial. Utilizando linguagens distintas e diferentes pontos de partida, chegam a aproximações do objeto-discurso que se equivalem.

Trata-se, antes, do exame do mesmo objeto, sob perspectivas próprias de cada uma dessas teorias. Dois exemplos mostrarão este fato: a descrição da estrutura dos editoriais (acontecimento ou referência, comentário ou fazer interpretativo e parecer final, com sugestões e ditames) pode ser traduzida semioticamente em termos de uma gramática narrativa e discursiva conforme

mostraremos neste trabalho. Um estudioso dos gêneros jornalísticos comparou o editorial a um exame médico em que há o diagnóstico, o prognóstico, e a terapêutica. Outro elemento presente nas duas análises refere-se à consideração do fato enunciativo: produz-se um deslocamento das fontes de emissão de julgamento quando o que se pretende é o distanciamento. Veja-se o que diz a esse respeito o *Manual de redação e estilo* de O ESTADO DE SÃO PAULO: "Também o *maior* ... o *melhor* ... o *único* são formas que envolvem avaliações subjetivas. Procure, como norma, atribuir esses conceitos a alguém ou, no caso de o *maior* ou o *único*, recorra a estatísticas (mas não aceite meras informações alheias) que provem a afirmação. E lembre-se: se você escrever que alguém *é considerado o maior, o melhor, o mais, o único*, explique *por quem* ele é considerado tudo isso (p. 82).

O *Manual* vem explicitar a técnica de colocar a valoração no discurso de outros que não do jornalista. Não toma, entretanto, ciência dos efeitos de sentido produzidos por estes expedientes discursivos, diferentemente do que faz a teoria semiótica.

Vê-se, portanto, que o explicativo e o normativo não estão muito distantes, razão pela qual um trabalho interdisciplinar pode ser proveitoso. Não se pode ficar à margem das discussões acerca dos problemas ligados ao processo de comunicação, tais como o das linguagens e gêneros de que se servem os meios já codificados nas diversas modalidades jornalísticas. Nem tampouco se pode desconhecer a existência do regime de monopólio na imprensa, sendo a informação muitas vezes tratada como se fosse um produto de linha de montagem. Nelson Werneck Sodré, autor de *A História da Imprensa no Brasil*, em entrevista dada ao programa *Memória Nacional*, da TV Gazeta, de 23/03/90 traçou um perfil do jornalismo no Brasil de hoje, referindo-se aos grandes monopólios e à sua influência manipulatória sobre a opinião pública. Afirmou também que nossos jornais, além de serem poucos, não apresentam projeção de dimensão nacional. Seus pronunciamentos foram, entretanto, de confiança no futuro do país em termos históricos (WERNECK SODRÉ, 1966).

Todos esses monopólios, aqui e fora do Brasil, constituem um verdadeiro Império Impresso, como tem sido chamado freqüentemente, ligado a outro império não menor, o eletrônico, constituindo a mídia de nossos dias. Um fato é comum a todos eles: a busca do consenso e grandes lucros.

4. Teoria da Argumentação

Se a função fundamental no ato comunicativo não é apenas informar, mas persuadir, tem-se uma refuncionalização da função estética da Retórica: é preciso ser *eficaz*, antes de tudo. Portanto, os recursos estilísticos mobilizados pelo usuário, suas preferências e escolhas serão vistos sob esta perspectiva: como estratégias de persuasão e mecanismos discursivos de produção de efeitos de sentido, ou seja, à luz de uma teoria de geração do sentido proposta pela teoria semiótica. A esta liga-se, pois, um trabalho de natureza retórico-argumentativa. É neste arcabouço teórico que localizamos o estudo da adjetivação, considerando a modalidade de discurso escolhida como campo de sua observação.

Uma nova teoria retórica, que remontou à tradição aristotélica, afirmando que "le domaine de l'argumentation est celui du vraisemblable, du plausible, du probable, dans la mesure où ce dernier échappe aux certitudes du calcul" (PERELMAN e TYTECA, 1983:1-2) significou uma ruptura com o que se fazia a partir de Descartes. Para este, a evidência era o cunho da razão, rejeitando o que estivesse no domínio do verossímil ou que dependesse de "opiniões".

É a idéia de *adesão* que ganha corpo na teoria de Perelman e Tyteca e que serve de base para definir a argumentação. É o que se depreende da afirmação que expõe seus objetivos: "Notre traité ne s'occupera que de *moyens discursifs* d'obtenir l'adhésion des esprits: seule la technique utilisant le langage pour persuader et pour convaincre sera examinée par la suite" (PERELMAN e TYTECA, 1983:10). Os autores definem o poder de deliberar e de argumentar como opostos à noção de necessidade e de evidência e resgatam a idéia de *razão*, à

qual se havia imposto uma série de limitações. De fato, a concepção pós-cartesiana de razão obriga a fazer intervir elementos irracionais cada vez que o objeto de conhecimento não for evidente. Daí decorre a distinção feita no *Traité* entre *convencer*, que tem vínculos com o raciocínio e a lógica, remetendo à inteligência, e *persuadir* que toca à vontade e à ação.

A idéia de adesão e de *alvo* ao qual se endereça um discurso eram essenciais às teorias antigas de retórica, pelo aspecto eminentemente prático que as caracterizava.

O fato de dar ênfase ao processo comunicativo (o que é *comunicável* importa antes de tudo), centrado no alvo visado, é também de grande relevância, insistindo a Nova Retórica em que "c'est en fonction d'un auditoire que se développe toute argumentation" (PERELMAN e TYTECA, 1983:7). A importância atribuída ao que os autores do *Traité* chamam de *auditório universal* faz com que este seja tomado como norma da argumentação objetiva e que o auditório particular se prenda a fatores subjetivos.

Muitos dos conceitos dessa teoria levaram-nos a melhor compreender o fenômeno discursivo que se dá nos editoriais. O valor de unanimidade atribuído ao auditório universal é o que o editorialista leva em consideração ao falar em *uníssono* com este e *em seu nome*, em nome de uma universalidade. E é também de onde ele extrai a concepção de conformidade a um fato objetivo. A argumentação que se referisse com exclusividade a um auditório particular ofereceria vários inconvenientes, vários pontos frágeis.

O editorialista construirá, pois, sua argumentação utilizando estratégias que concedam valor às opiniões que gozem de aprovação unânime (uso de formas impessoais, asserções generalizantes e outros processos que adiante serão descritos). Faz-se porta-voz desse auditório universal e, ao mesmo tempo, da instituição que ele representa. Por outro lado, dirige-se a um auditório particular e bem determinado, constituído pelo Estado e suas Instituições. Raymond Boudon, no capítulo de seu livro *A ideologia* intitulado "Ideologia e comunicação", refere-se aos jogos de linguagem possíveis de manipular pela ciência, retórica e exegese e afirma

que "uma teoria pode se dirigir a um auditório universal por sua forma e a auditórios particulares pelo interesse que suscitam seu conteúdo e suas conclusões" (BOUDON, 1989:187).

O *Traité* de Perelman e Tyteca é considerado por G. Vignaux em seu livro *L'argumentation. Essai d'une logique discursive*, como um fato muito importante na pesquisa contemporânea, por recolocar o discurso filosófico sob uma perspectiva retórica e pela quantidade de argumentos que apresenta e estuda (VIGNAUX, 1976:3). A eles nos referiremos ao indicar os principais procedimentos utilizados nos editoriais. Já Oléron, embora reconheça a importância de suas posições de princípios, lamenta terem os autores se limitado a certos tipos de discurso, jurídico, filosófico, literário (OLÉRON, s/d:17).

Vignaux julga necessárias duas condições para definir a argumentação: considerar tudo o que concretamente pode ser sentido ou dado como forma de argumento e, paralelamente, examinar as condições que justificam e tornam necessária qualquer argumentação.

De fato, a ótica adotada a respeito da argumentação e a maneira de a conceber dependem do contexto e do universo de discurso específico a cada um. No caso do editorial, localiza-se este perfeitamente num clima de argumentação, dentro do qual se dá o jogo da persuasão, uma vez que toma assuntos passíveis de controvérsias, um universo móvel que implica a avaliação de fatos, ou seja, de versões do fato, já que este não é apreensível em si mesmo. Sua estrutura típica compreende a apresentação da tese, seguida da argumentação que direciona seu julgamento e conduz ao parecer final conclusivo. Pauta-se pelos princípios de todo texto dissertativo ou de reflexão. Pela proximidade de informação e requinte formal o editorial situa-se no que a teoria da informação classifica como do tipo quente (*hot_cool*). A chamada "opinião solene" apresenta-se com acentuado grau de formalidade. Assiste-se mais recentemente ao aparecimento de um grau menos tenso e cerimonioso de gênero editorial, mais ainda assim permanecem como típicas as características descritas.

Na linha de uma semântica argumentativa, são úteis para a compreensão do papel do adjetivo como um dos elementos da complexa rede de argumentação que constitui o texto, os trabalhos de Ducrot e de seus seguidores. No capítulo XIII de *La preuve et le dire* intitulado "Les échelles argumentatives", Ducrot define com clareza o que ele chama de direção ou orientação argumentativa do texto:

nous partions de la remarque, fort banale, que beaucoup d'actes d'énonciation ont une fonction argumentative, qu'ils visent à amener le destinataire à une certaine conclusion, ou à l'en détourner. Moins banale, peut-être, est l'idée que cette fonction a des marques dans la structure même de l'énoncé: la valeur argumentative d'une phrase n'est pas seulement une conséquence des informations apportées par elle. Mais la phrase peut comporter divers morphèmes, expressions ou tournures qui, en plus de leur contenu informatif, servent à donner une orientation argumentative à l'énoncé, à entraîner le destinataire dans telle ou telle direction! (DUCROT, 1981:178).

Aplicando esta teoria, Carlos Vogt apresentou um estudo sobre adjetivos, classificando-os conforme a dependência ou não quanto à estrutura argumentativa para realizar o seu valor de argumentação e também em relação aos termos comparados. Haveria, assim, adjetivos argumentativamente dependentes (do tipo *quente/frio, velho/novo, grande/pequeno*) e adjetivos argumentativamente independentes (do tipo *corajoso/covarde, inteligente/burro*). Na escala em que examinamos os adjetivos de nosso *corpus*, corresponderiam aos adjetivos de subjetividade 1 (passíveis de se axiologizarem) e de subjetividade 2, (axiológicos propriamente ditos) respectivamente.

5. Ideologia e Linguagem

A teoria da argumentação está necessariamente ligada à questão da *ideologia*: sabe-se que o discurso não é um instrumento neutro e transparente, podendo-se detectar um núcleo irradiador de significação ou de intencionalidade

significativa. Deste modo, a linguagem se torna definidora do homem nas relações existentes entre as diversas camadas de intersubjetividade.

Reboul, em seu livro *Langage et idéologie*, afirma a esse respeito:

On ne dit pas non plus ce qu'on veut. Une idéologie détermine non seulement notre manière de parler, mais le sens de nos paroles. Des termes comme 'liberté', 'fascisme', 'démocratie', 'libéralisme', n'ont pas la même signification selon l'idéologie de ceux qui les emploient. Des signifiants encore plus usuels comme 'je', 'nous', 'avoir', 'est', 'contre', 'nouveau', peuvent également varier de signification selon le contexte. Et le contexte dont il est question, c'est l'idéologie. (REBOUL, 1980:16).

No jornal, por exemplo, sabe-se que a mesma notícia é freqüentemente apresentada de formas diversas. Basta mudar o título, alterar a escolha das palavras ou o torneio frasal para transmitir uma carga simbólica de valores ideológicos que atendem mais aos interesses do grupo comunicante do que a verdade dos fatos. Nem é necessário escamotear a notícia. Basta manipular a linguagem para induzir conclusões diversas de um mesmo e único fato. (Disto exposto, vê-se que a linguagem pode servir de instrumento de dominação de grupos sobre grupos, de indivíduos sobre indivíduos, em que o "poder do discurso" acaba sendo o "discurso do poder"; utilizando aqui a forte figura de retórica utilizada para dar título ao capítulo III da citada obra (REBOUL, 1980: 100).

Deriva daí a atenção que precisa ser dada à consideração crítica das formações discursivas de nossa época e ao acesso de suas camadas de intencionalidade para compreender-se o que veiculam os meios de comunicação social.

Já mencionamos o pressuposto não só como um fato de linguagem, mas como parte das formações discursivas ideológicas. Em *O dizer e o dito*, Ducrot trata das pressuposições enquanto intersubjetividade, quando se refere ao vocabulário polêmico e às expressões de injúria (DUCROT, 1987:29/30).

Ao deslindar as relações da linguagem com a História, R. Robin comenta o fato de que muitos pesquisadores lidam com a linguagem como se ela implicasse uma neutralidade ideológica. Segundo a autora, estão presos a uma

filosofia que permanece prisioneira de uma problemática do primado do sujeito individual, soberano e transparente a si mesmo, isto é, procedem a uma leitura a-histórica da História (ROBIN, 1977:70/71).

As leituras referentes ao item *ideologia* que inicialmente constituíam uma categoria à parte em nossa bibliografia, foram incorporadas à Teoria da Argumentação ou à Teoria Semiótica e Análise do Discurso, conforme a ênfase dada em cada uma delas.

Num trabalho cujo pressuposto teórico é uma teoria geral do texto, não podem ficar excluídos os *efeitos da ideologia* sobre o discurso (mecanismos que constituem vestígios de ideologia), o *aparelho retórico* (estratégias de argumentação) e o jogo complexo do *aparelho enunciativo* (estatuto enunciativo do produtor da mensagem, mudança de um tratamento para outro, fenômenos de mascaramento, de simulação, de convivência, de rejeição e outros). Eduardo Prado Coelho, ao apresentar a tradução portuguesa do livro *Posições* de Derrida comenta o fato de o enunciado alterar a relação entre emissor e receptor (DERRIDA, 1975:1).

Caberia à enunciação preencher o vazio, ao articular a Língua à Fala. Ela equivaleria ao que se denomina "sistema de representações" quando se trata da noção de ideologia. A enunciação pode, ser vista, portanto, ora em sentido amplo, em termos de *processo*, ora em termos de *marcas* numa enunciação já enunciada, em acepção restrita.

6. Teoria do Valor

Não poderia faltar uma teoria do valor no tratamento da caracterização, por seu caráter avaliatório. Nesse ponto, trabalhos como a *Introduction to Value Theory*, de Nicholas Rescher, nos foram muito úteis. Conforme ele mesmo diz, as questões decorrentes da noção de valor agitaram os axiologistas:

Virtually anything can be valued. The most ugly and common object can be converted into something of value if endowed through association with sentimental value, say, hallowed by association with a beloved. There are even problems in specifying the specific entity that is valued (RESCHER, 1969: 57).

No capítulo II, "The dimensions of values", Rescher aponta seis princípios de classificação dos valores: "1. their subscribership, 2. their object items, 3. the sort of benefit at issue, 4. the sort of purposes at issue, 5. the relationship between subscriber and beneficiary, 6. the relationship of the value to other values" (RESCHER, 1969:19).

Esta seria uma forma de abarcar os principais traços das variadas dimensões de valor. Não é a mesma coisa quando se fala em "valor social", "valor estético", "valor cambiável" etc. Nossa classificação dos adjetivos quanto à referência a aspectos exteriores (físicos, concretos) e interiores (psíquicos, intelectivos, metafísicos) revela parte dessas distinções que são mais nuançadas ainda no interior dos subgrupos (estéticos, morais etc).

Segundo o item que afetam (suporte) ou a origem de que procedem, os valores também se distinguem. Tal se dá com os adjetivos afetivos que podem revelar uma reação do locutor ("o subscribership") como do actante do enunciado ("their object items"). Já os chamados relacionais estabelecem um vínculo bastante complexo com o suporte ao qual se referem. ("the relationship of the value to other values").

Torna-se, assim, necessário identificar as diversas fontes de procedência do *valor*, os alvos atingidos, as relações entre ambos, uma vez que pelo jogo das estratégias discursivas serão deslocadas tais fontes produtoras de valor para a obtenção de efeitos de objetividade/subjetividade. Nesta confluência reside o cerne de nosso trabalho e para demonstrá-lo nada seria melhor que a escolha da adjetivação, num tipo de texto que se presta magnificamente à expressão avaliatória, através do parecer, do ajuizamento.

Importante também quanto ao aspecto do valor foi o trabalho de William Josiah Good e Paul Haat intitulado *Métodos em pesquisa social*. Trata do

relacionamento entre *ciência e valores*, mostrando que a própria Ciência tem a sua metafísica e a sua ética.

Uma proposição científica pode ser correta ou incorreta, porque é possível demonstrar se está num ou noutro caso. A mesma noção não se aplicaria, entretanto aos julgamentos de valor. Estes são, em essência, expressões do desejo, aspirações ou objetivos, constituindo uma larga porção dos dados das Ciências Sociais. Sua "veracidade" ou "falsidade" é de tipo diferente das afirmações empíricas.

A posição central dos julgamentos de valor nas Ciências Sociais reside no fato de que estes são simplesmente expressões formalizadas de sentimentos e emoções derivadas da cultura, que impelem o homem a agir. O trabalho de Good e Haat alerta para o fato de que pode haver interferência desses valores no trabalho científico, ocorrendo distorções que poderiam ser evitadas (GOOD e HAAT, 1977:38/39).

Nossa época se caracteriza por uma profunda oscilação de valores cujo processo de formação e de forjamento caberia recuperar. Este fato tem a ver com a criação de significações e a produção simbólica de vida em sociedade e, por extensão, com o processo comunicativo. Muniz Sodré define a comunicação como sendo termo abrangente de todo um "modus operandi" da produção de significações na sociedade" (SODRÉ, 1982:123). Pode-se compreender, assim, o porquê de certos adjetivos, cujo sentido básico era axiologizado negativamente, passarem em determinado momento e circunstâncias a um valor positivo. É o que se dá com adjetivos como *sofisticado*, "ao que falta o natural", "não espontâneo" (AURÉLIO, NDLP), empregado com realce das qualificações de "brilho", "requisite" etc. O mesmo tem ocorrido com *agressivo*, "que agride, ou envolve ou denota agressão" (AURÉLIO, NDLP) que passa a ser empregado com teor positivo, revelando uma nova postura diante dos fatos. Na linguagem da moda, incute-se a característica de agressividade como devendo fazer parte da personalidade dos usuários e determinando as escolhas que lhes cabe realizar. Este sentido já é tomado como

normal em se tratando de áreas específicas como a das transações financeiras. Veja-se este trecho de um discurso publicitário, publicado na revista VEJA de 3/10/90:

No MultiplicAtivo seu dinheiro é aplicado numa agressiva carteira de ações, administrada permanentemente por uma equipe de especialistas que sabem como ninguém aproveitar os momentos mais favoráveis do mercado acionário (p. 12-13.

Good e Haat prestaram-nos também esclarecimentos a outros quesitos de nossa pesquisa, como as noções de contínuo e eixo escalar, probabilidade e amostragem. O fato de o adjetivo comportar uma escala semântica de gradação e de poder cobrir um eixo que vai do referencial à mais extrema subjetividade, deslocando-se no interior deste, segundo suas diversas ocorrências, tornou bastante operacional a descrição ao longo do contínuo. No que toca à teoria da amostragem, forneceu-nos elementos para o preenchimento das condições de representatividade de um *corpus*. De fato, os dados permitiram confiar na estabilidade de suas características, tendo sido examinados 8 jornais de 3 capitais brasileiras, num total de 48 exemplares, com distribuição já descrita em nossa introdução. Além disso, tratamentos variados deste material, secundado por elementos auxiliares mais amplos, tornaram possível o conhecimento do universo de discurso do material em estudo.

A questão do valor vem estreitamente ligada à de *opinião*. Neste aspecto convém remeter a Perelman que bem o mostra em seu *Traité*, no capítulo destinado aos "valeurs":

À côté des faits, des vérités, et des présomptions, caractérisés par l'accord de l'auditoire universel, il faut faire place, dans notre inventaire, à des objets d'accord à propos desquels on ne prétend qu'à l'adhésion de groupes particuliers: ce sont les valeurs, les hiérarchies, et les lieux du préférable (PERELMAN e TYTECA, 1983:99-103).

Por não serem tratados como verdades absolutas e indiscutíveis, os enunciados de valor eram agrupados na Antiguidade entre aqueles que eram chamados de *opiniões*, considerados objetos de acordo, sem pretender aceder ao

universal. Os valores, embora precários e instáveis, prestam-se como meios de argumentação: argumentar significa admitir outros valores e que se possa ultrapassar os acordos particulares para chegar ao universal. As asserções generalizantes, do tipo máxima, cujos pressupostos postulam a evidência do sujeito universal, são frequentes no editorial.

7. Teoria da Subjetividade/Objetividade

Focalizaremos os critérios de objetividade/subjetividade como efeitos de sentido produzidos no texto através de procedimentos discursivos. Estas noções são aqui tomadas no sentido que lhes atribui Benveniste, ou seja, como efeitos criados pelas diferentes relações que os tipos de enunciado mantêm com a enunciação.

A linguagem periodística diferencia-se segundo estes critérios que, no fazer profissional jornalístico, determinarão o modo de recobrir fatos, comentários e demais modalidades.

A ilusão referencial ou efeito de real passa a ser a característica desejável do discurso jornalístico e dela decorrem as exigências que constituem seus princípios, isto com base na crença de que é possível reproduzir fielmente a realidade. Mesmo reconhecendo a falência do princípio de objetividade absoluta, é por esta que são aconselhados a se pautar os que entram para a profissão, não se desconhecendo, entretanto, os seus limites.

No caso específico do editorial, trata-se da atribuição de sentido, interpretado, contextualizado, gerando opiniões sobre fatos e acontecimentos. Nele se manifestam os procedimentos que se encontram igualmente em funcionamento nos discursos com vocação científica. Tem-se uma forma discursiva em que se realiza a expressão da subjetividade, embora dissimulada e atualizada sob forma de intersubjetividade, uma vez que neste tipo de discurso estão implicados

destinatadores e destinatários de natureza coletiva, estes representando um auditório universal e particular simultaneamente.

Há um jogo de conflitos que se estabelece no fato de o editorial pretender realizar seu intento de *neutralidade* (objetividade), e de ser, ao mesmo tempo o espaço da opinião, do posicionamento (subjetividade, ou, mais precisamente, intersubjetividade). É desse jogo que resulta a tensão do discurso editorial, decorrente também de transitar entre o espaço público e o privado, o social e o individual.

Pensou-se, durante muito tempo, que a subjetividade não era passível de estudo científico pelo fato de os dados não serem inteiramente observáveis. Hoje, as pesquisas de Skinner e outros mostram novas possibilidades de abordagem dessa questão.

Em seu livro, *Os Estados Subjetivos: uma tentativa de classificação de seus relatos verbais*, Arno Engelmann afirma que a preocupação básica de seu trabalho "reside, precisamente, no estabelecimento de métodos *objetivos* de investigação de "estados *subjetivos*" (ENGELMANN, 1978:89).

Verificamos a importância que os adjetivos ocupam nesta tarefa enquanto termos polares no diferencial semântico usado como escala para o estudo dos estados subjetivos mediante relatos verbais (p. 111). É a ele que o autor recorre como lexema preferencial para rotular o que ele define como "estado subjetivo": "um construto inferido a partir de relatos verbais controlados principalmente por fenômenos internos ao respondedor e que ele não consegue apontar" (p. 91).

De fato, na relação das 370 locuções incluídas em suas investigações e que ocupam cinco páginas do trabalho, a maioria é constituída por adjetivos (*abalado, acabrunhado, perplexo, triunfante, valente, satisfeito* etc). Engelmann afirma que "a tarefa mais importante dos termos polares consiste em caracterizar para o sujeito a dimensão que a escala pretende representar. Talvez seja realmente mais fácil nas línguas indo-européias consegui-lo usando aquilo que tem sido denominado de adjetivo" (p. 111).

Foram-nos também úteis os tópicos referentes à conceituação e caracterização teórica de *emoção*, *afeto*, *paixão*, *sentimento* e *estado de ânimo*, uma vez que toca de perto o tipo de adjetivos classificados como afetivos e que se localizam em nossa escala como sendo de subjetividade máxima, por expressar reações do locutor ou de outros elementos do discurso. Nem sempre é possível saber se a expressão subjetiva é atribuída ao actante engajado no processo denotado ou ao sujeito da enunciação que o consigna.

Ocorre ainda que nem sempre a subjetividade está formalizada, mas implícita, podendo-se por exemplo modalizar a subjetividade de cunho ideológico nos textos não declaradamente ideológicos.

Quatro são os tipos de subjetividade, segundo Catherine K. Orecchioni: afetiva, interpretativa, modalizadora e axiológica, heterogêneas por sua natureza e estatuto e por seu valor gradual. Num sentido mais amplo, aponta uma subjetividade dêitica e não-dêitica, segundo dependam ou não de dados da situação enunciativa (KERBRAT-ORECCHIONI, 1980:150).

Para os teóricos da comunicação, a subjetividade é vista como um ruído na informação, debilitando a identidade do texto jornalístico no seu gênero principal: o informativo. Em outros gêneros, ela é vista como reforço, acrescentando novas dimensões ao espaço polifônico do jornal.

As colaborações assinadas da seção *Opinião*, os cadernos especiais rompem com a dicotomia que se estabelece entre informação e criação, contribuindo para uma diluição dos gêneros jornalísticos.

Discute-se, atualmente, a possível assunção da subjetividade diante da despersonalização imposta pelos meios de produção e de comunicação. Aceita-se o fato de que é próprio da natureza do discurso humano, ao se realizar no enunciado que o produz *aqui e agora*, subjetivar-se, relativizando-se também.

O estudo dos adjetivos empregados com valor metafórico nos textos editoriais por nós relacionados pode mostrar o quanto as associações metafóricas têm de subjetivo requerendo, para uma boa descodificação, o envolvimento emocional do leitor e atuando, portanto, como forte elemento persuasivo. Tais

escolhas, por sua motivação, implicam uma certa *modalidade* de visão, a intencionalidade do produtor da mensagem. Subjacente ao *dito*, há o *dizer* que se relaciona à enunciação e, portanto à intencionalidade e que também se manifesta de alguma forma no enunciado. Remetendo estes elementos às modalidades de veridicção, já mencionadas, pode-se dizer que o *dito* é do plano do *parecer* e o *dizer*, do plano do *ser*.

Já vem das teorias cartesianas a idéia de que a figura é a principal responsável pela eficácia da linguagem: "Puisque nous ne parlons presque jamais que pour communiquer nos affections aussi bien que nos idées, il est évident que pour rendre notre discours efficace il faut le figurer, c'est-à-dire qu'il faut lui donner les caractères de nos affections". É assim que afirma Lamy (séc. XVIII), citado por Genette em seu estudo sobre as figuras (GENETTE, 1972: 209). Segundo Genette, "le cartésien Lamy est sans doute des rhétoriciens français qui a poussé le plus loin l'interprétation psychologique (affective) des figures, jusqu'à chercher dans chacune d'elles le 'caractère', c'est-à-dire la marque d'une passion particulière: autant de figures, autant de symtômes" (GENETTE, 1966: 217/218).

Importa considerar nas figuras o seu valor *impressivo* (o que elas provocam) e o seu valor *expressivo* (o serem ditadas pelos fatos, sentimentos etc). Conciliando-se estes dois aspectos, tem-se a relação dialética dos dois pólos do ato comunicativo: o do destinador, com suas intenções, seu estado de espírito, seus valores; e o do destinatário, a quem cabe conquistar pelo envolvimento, numa atividade que pressupõe um contrato de reconhecimento entre ambos.

É preciso empregar com cautela as noções de *afetividade*, *de afetivo*, em uso na psicologia, porque permitem saber o que se quer dizer, mas não ajudam muito na análise dos processos que designam. Tomaremos tais conceitos em sentido bem amplo, aproximados aos de *emoção*, *emotivo*.

A presença da *conotação* significa sempre um acréscimo de sentido para além da expressão literal, por incluir não só os fatos, os objetos, mas o valor afetivo que se lhes atribui. Através dela se escolhe determinado elemento e não outro, enfatiza-se por exemplo uma idéia acessória quando o importante é destacar

aquilo que *no momento* é essencial no conceito designado. Têm-se, pois, escolhas estilísticas que dão ampla margem à entrada da subjetividade no discurso.

Por outro lado, a conotação faz apelo ao código ideológico de um país ou de uma classe, de um grupo, produzindo o signo mítico, o signo ideológico.

Ao expor nossos fundamentos teóricos, fica evidente que o trabalho será desenvolvido num plano que ultrapassa a simples lógica da comunicação denotativa, pretendendo atentar para o universo conotativo da linguagem e para os fatos de enunciação, para a estratégia dos argumentos do discurso, nela incluindo-se os processos retórico-estilísticos.

Não poderíamos nos deter nos limites da palavra, mesmo em se tratando do adjetivo como elemento revelador do aspecto por nós pesquisado. É a inserção das palavras nas proposições e sua inserção no texto que pode resolver casos de contradições e de ambigüidades.

Para concluir a exposição dos elementos teóricos que serviram de arcabouço ao presente trabalho, temos algumas considerações a fazer:

1^o) A análise semiótica permite chegar ao modo como o texto pode produzir sentido e não ao modo como o leitor se apropria dele. A valorização do texto é uma das pedras de toque da semiótica. Numa análise preliminar não se faz a interpretação dos dados. Pode-se utilizá-la para o que se tiver em mente, na dependência dos objetivos almejados. É, porém, esta fundamentação que vai permitir chegar às diversas interpretações. Neste ponto, semiótica e hermenêutica se articulariam.

2^o) Instrumentos teóricos outros, que não o da semiótica, podem contribuir para o conhecimento do tipo de texto examinado, com a condição de que se limitem

bem os campos exatos em que cada um pode atuar. Se a semiótica tem seus postulados (coerência, universalidade, imanência), delimitando bem seus objetivos, sabe-se também de antemão o que se pode e o que não se pode dela esperar. Não fica, pois, excluída a possibilidade de contribuições de natureza e origem diferentes, resguardando-se o alcance de cada uma. Não se trata de superpor análises contraditórias, mas de tratá-las como extensões uma da outra. Numa lógica de cunho dialético, que é aceita pela semiótica, há possibilidade de tratar os contrários num eixo semântico, adotando a medida do contínuo. Assim, articulam-se os contrários por um denominador comum, o eixo contínuo, embora estejam nas extremidades desse mesmo eixo, constituindo pólos opostos. O mesmo se aplicaria às teorias. Em *L'argumentation*, G. Vignaux ao tratar das diferentes análises de discurso e do novo estatuto atribuído à linguagem afirma que "la pureté des méthodes importe moins que leur pertinence et la clairvoyance vis-à-vis de ce qu'elles font intervenir, en particulier⁴ comme attitude chez l'analyste vis-à-vis de la langue et d'un texte" (VIGNAUX, 1976:170). Logo a seguir acrescenta o seguinte: "le discours est un phénomène trop complexe et quotidien pour être traité de façon univoque" (p. 171). O código cultural e histórico a que o texto remete pode, por exemplo, ser visto como um dos componentes do texto, aproveitando-se as descrições e tratamentos já feitos nesse sentido. Interessamos ver o que dizem os tratados e manuais de jornalismo sobre sua própria produção e a nós, cabe-nos fornecer o ponto de vista sêmico-lingüístico segundo o qual esta produção jornalística é construída discursivamente.

- 3^o) Todo discurso pode ser desmontado, mas não se pretende impor um sentido. Pode-se, pois, escolher a isotopia sobre a qual se apóia o texto, isto é, os roteiros possíveis de se efetuarem as operações fundamentais, estabelecendo-se uma determinada coerência semântica do texto.

- 4^o) Há necessidade de um melhor conhecimento do receptor desses textos, uma vez que fica pouco nítido seu perfil no jogo de imagens que se processa dentro do texto. Na realidade, é o enunciador que projeta a imagem daquele, desdobrando-se em enunciatário. Há que recorrer a dados de outras seções (enquetes, pareceres de profissionais tais como o "ombudsman", cartas do leitor etc) para melhor conhecer esse enunciatário-leitor.
- 5^o) Procuramos explicitar os pressupostos que estão à base dos modelos que adotamos, conscientes de que não são neutros, nem tampouco tão objetivos quanto se possa desejar. Sabe-se que o jogo teórico é marcadamente ideológico e a enunciação do presente trabalho a ele não escapa. Seria incoerência nossa se com ele ilustrássemos o contrário.

Creemos, assim, ter levantado as influências mais marcantes na concepção e encaminhamento de nossas propostas de pesquisa. Tivemos a preocupação de levantar apenas as questões que estarão presentes no desenvolvimento do trabalho e os conceitos que nos serão úteis. Seu tratamento pormenorizado e respectiva aplicação serão vistos e apreciados à medida que o tratamento do assunto assim o exigir. Não caberia, nos limites desse capítulo, alongá-los mais.

II. O DISCURSO JORNALÍSTICO: O EDITORIAL

Ao longo desta exposição, procuramos deslindar as pertinências básicas da classe do adjetivo através de sua ocorrência no gênero jornalístico que lhe dá boa acolhida por ser o lugar das tomadas de posição: as páginas editoriais.

Nesta parte, o interesse se volta para o fenômeno jornalístico enquanto tal, no que ele apresenta de invariantes e, a seguir, pela variedade de suas manifestações, entre as quais se localiza a modalidade do editorial, o que leva, naturalmente, a uma análise tipológica ou comparativa. Só então passaremos a descrever, de modo sistemático, as características próprias do editorial.

1. *Natureza do texto jornalístico: traços fundamentais*

Impõe-se o conhecimento do modo como se realiza o processo jornalístico e de suas características técnicas, para que se evitem certos equívocos. Apontaremos os princípios que presidem a estrutura do discurso jornalístico, diferenciando-o dos demais tipos que ocorrem nas práticas sociais discursivas.

Uso de diferentes códigos de referência: discurso verbal, discurso icônico e discurso espacial ("mise en espace").

Interação de múltiplos universos de referência reunidos num mesmo espaço discursivo (política, economia, esporte, literatura, "socialités", condições do tempo etc). Discurso plural: confluência de diversas vozes.

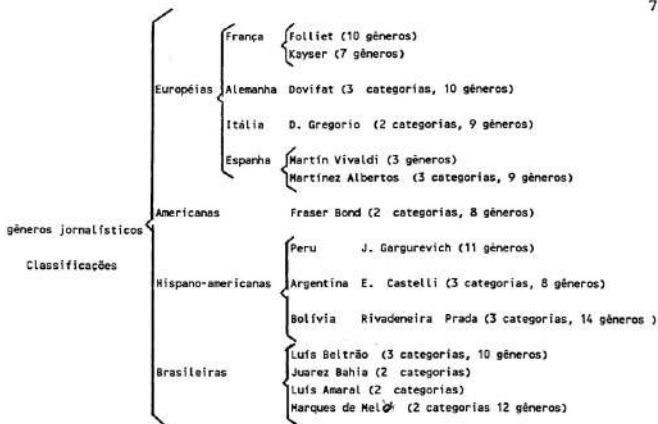
- Caráter efêmero, isto já é uma outra questão, que ultrapassa o âmbito deste trabalho.

- Atualidade: relato do real, do cotidiano, informação da atualidade.
- Consumo rápido como produto perecível.
- Compromisso com a prestação de serviços, um dos traços que determinam o que se deve ou não publicar.
- Titulação como modo específico de enunciar: manchetes e títulos.
- Lugar de produção da linguagem, preceitos gerais de linguagem (clareza, concisão, propriedade etc) e normas específicas dos jornais, a chamada "moda da casa", exposta nos Manuais de redação e de estilo, no intuito de fazer chegar a uma homogeneização que dá a personalidade de cada jornal.
- Periodicidade - retorno cotidiano ou semanal etc.
- Binômio dado/novo: para que o novo seja recebido, ele tem que se apoiar no *já recebido*, mesmo que seja para subvertê-lo.
- Regulamento do Código de Ética do Jornalismo e o da Conferência Nacional de Redatores de Editoriais.
- Pirâmide invertida: ordem de prioridades que consta em todos os Manuais.

2. Diversas manifestações: os gêneros jornalísticos

A questão dos gêneros é das mais discutidas entre os pesquisadores da comunicação jornalística. Inúmeras tentativas de classificação são feitas pelos estudiosos do assunto. Resenha bastante completa é aquela que traz o livro de Marques de Melo *A opinião no jornalismo brasileiro* onde apresenta diversas classificações, conhecidas nos meios acadêmicos através de manuais e tratados de jornalismo. (MARQUES DE MELO, 1985). Quase todas se voltam para a clássica divisão em gêneros informativos e gêneros opinativos, o termo intermediário, ou seja, o jornalismo designado como interpretativo sendo considerado em algumas delas. Trata-se da continuação da velha tradição britânica (*stories* e *comments*) que distingue o que é intencionalmente informativo e o que é explicitamente opinativo.

Tais divisões devem corresponder ao que se faz na prática jornalística, resultando portanto do confronto das reflexões com a práxis. Além disso, devem revelar as novas tendências que surgem, as novas espécies decorrentes do dinamismo da atividade jornalística em seu fazer interativo com o organismo social de que se nutre, transformando-o por seu turno. A cada dia novos procedimentos trazidos pelas mudanças tecnológicas vêm se acrescentar aos da redação clássica e convencionais, produzindo novas modalidades. É preciso, enfim, estar atento aos fatos que alteram a configuração dos gêneros jornalísticos devidos inclusive ao talento criativo dos seus profissionais. Eis um elenco das classificações examinadas por Marques de Melo na obra acima citada:



Apresentamos aqui apenas a classificação de Beltrão, por seu caráter funcional e pelo valor histórico no jornalismo brasileiro, tendo como suporte os livros que publicou, correspondendo a cada uma das três categorias por ele examinadas: A imprensa informativa, (1969), Jornalismo interpretativo (1976, 1ª ed.), Jornalismo opinativo (1980).

Gêneros jornalísticos

A. Jornalismo informativo

1. notícia
2. reportagem
3. história de interesse humano
4. informação pela imagem

B. Jornalismo interpretativo

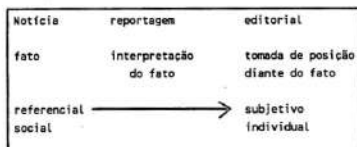
5. reportagem em profundidade

C. *Jornalismo opinativo*

6. editorial
7. artigo
8. crônica
9. opinião ilustrada
10. opinião do leitor

Embora não haja regras fixas para estes gêneros, como denotam os casos híbridos ou de entrecruzamentos, caracterizam-se por seguir técnicas já muito codificadas.

Os leitores nem sempre percebem essas variações que o profissional tem em mente ao preparar suas matérias, utilizando técnicas específicas para cada uma e somente distingue, basicamente, três formas de expressão:



Não se tem acesso direto aos fatos, mas às versões dos fatos. É da maior importância considerar que não há relato sem intenção, isto é, em que seja ausente a valoração, o julgamento ou opinião. Não há, enfim, fenômeno jornalístico que não seja intencional.

O quadro a seguir dá um panorama geral dos principais gêneros, abarcando vários critérios. Fizemos uma adaptação a partir dos dados fornecidos por Amando de Miguel, professor da Faculdade de Ciências Políticas e Sociológicas da Universidade Complutense de Madrid (MIGUEL, 1982).

GÊNEROS JORNALÍSTICOS E SUAS CARACTERÍSTICAS

	GÊNEROS	AUTORIA	FUNDAMENTO	OBJETIVO	ANCLAGEM (Relação com a linha ideológica do jornal)
FATOS ↓ IMAGINAÇÃO	Informação em 3ª p.	Jornalistas	atualidade	informar	alta
	Investigação, interpretação e análise de notícias	jornalistas	atualidade relevância	informar e orientar	muito alta
	Informação em 1ª p.: reportagem, entrevista crônica	jornalistas colaboradores	interesse humano	informar e orientar	muito alta
	EDITORIAL	editores, equipe de colaboradores	relevância institucional	orientar	muito alta
	Coluna	jornalistas	relevância pessoal	orientar	alta
	Colaboração especializada	colaboradores	conhecimentos	orientar	média alta
	Crítica cultural	colaboradores	atualidade e relevância culturais	orientar	alta
	Tribuna Livre	grupos de inter- esse (assin- turas e siglas)	interesse	orientar	baixa
	Artigo de opinião	assinaturas	opinião pública	orientar	média
	Artigo de criação lit.	escritores	estético	deleitar	muito baixa
	Narração literária	escritores	estético	deleitar	muito baixa

Estas classificações dos gêneros em jornalismo são obtidas de modo empírico, isto é, a partir da prática profissional observada, de onde se parte para uma análise e segundo vários critérios:

- de ordem *funcional* (dimensão utilitária, funções que desempenham junto ao público leitor).
- de ordem do *estilo*, do manejo da língua.

São estes critérios que estão na base das definições de gênero jornalístico dadas pelos estudiosos do assunto já citados anteriormente. Segundo eles, os gêneros, como formas de expressão jornalística, são determinados pelo estilo e este depende da relação dialógica que o jornalista deve manter com o público, absorvendo seus modos de expressão e sua temática. Por não visar necessariamente o prazer estético, o estilo jornalístico não se confunde com o estilo literário, que constitui uma expressão descomprometida de vínculos utilitários. É bem reduzido no jornal o espaço para a criação literária assim considerada. Veja-se, no quadro geral dos gêneros, a extremidade ocupada por aquelas modalidades que pertencem a um universo ficcional, já nos limites do que se considera propriamente o universo jornalístico, ou seja, as fontes de informação e de análise que constituem sua matéria-prima.

Observe-se também que a gama variada de possibilidade de expressão no jornalismo apresenta vínculo com a relação de poder-prestígio do jornal e com suas posições ideológicas que reflete em maior ou menor grau, segundo o *lugar* de que fala o seu enunciador, isto é, seu estatuto enunciativo:

Relação dos gêneros jornalísticos com a linha ideológica do jornal

Muito baixa	baixa	Média	Média Alta	Alta	Muito alta
artigos de criação literária	Tribuna livre	Artigos de Opinião assinados	Colaboração especializada	Informação em 3 ^o p. Notícia Coluna Crítica cultural	Informação em 1 ^o p. Reportagem Entrevista Interpretação Análise de Notícias EDITORIAL

Segundo uma teoria geral do discurso, os gêneros jornalísticos podem ser vistos como protocolos formais de enunciação. De fato, são as diferentes enunciações que tornam características certos discursos e estabelecem diversos modos de comunicação. Sob esta perspectiva, não há por que falar em gêneros

informativos, interpretativos e opinativos. Acresce, ainda o fato de que partimos do princípio de que o sentido é construído no texto, de forma imanente, de onde resulta o efeito de "verdade" produzido. Trata-se de uma epistemologia do discurso de tipo construtivista: o discurso não reproduz o real, ele o constrói; de igual modo, não reflete o social apenas, mas o produz.

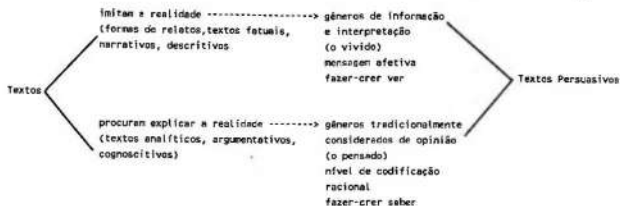
A informação é oferecida pelo jornal, antes de tudo como um fato discursivo, isto é, a realidade se constrói no jornal e este tende a construir o seu próprio referente, ou, pelo menos, "opções de realidade".

Parte importante nesse *fazer jornalístico* liga-se ao que se supõe corresponder à espera do leitor e não à simples e pura reprodução dos fatos e opiniões dados *a priori*. O real passa por uma leitura simbólica e a própria realidade se vê condicionada por um imaginário coletivo, daí caducarem muitas das dicotomias tomadas segundo outros critérios.

É diferente dizer que os textos são informativos, opinativos e dizer que eles parecem informativos, opinativos etc. O que se considera é então que eles produzem um efeito de informatividade, um efeito de interpretabilidade, um efeito de "opinatividade", etc.

Não nos valeremos, portanto, de dicotomias do tipo informação/opinião, realidade/imaginário e outras semelhantes. Por meio de conceitos como o de manipulação, mais enunciativa que referencial, poder-se-á explicar o fato de o jornal, por seus artigos de opinião, erigir-se em voz coletiva, falando em nome de todos, a partir de uma série de operações formais, de que trataremos adiante. A informação passa por esse tratamento antes de chegar ao alvo a que se destina, como se houvesse uma espécie de filtro.

Produz-se uma ilusão referencial com base na crença de que é possível reproduzir fielmente a realidade. Eis um esquema que procura dar conta dessa situação:



Observe-se que o elemento conotativo aparece no gênero informativo (teor afetivo), embora normalmente este aspecto seja apontado para os de opinião explícita. Ambos apresentam-se como persuasivos.

Elaboramos o quadro acima com base em leituras de Gérard Imbert, José Vidal-Beneyto, Eric Landowski e outros que têm estudado o fenômeno jornalístico à luz dos estudos mais recentes da linguagem e da teoria semiótica, conjugando a estes dados uma análise de caráter institucional. Os encontros sobre Metodologia da Análise da Imprensa, feitos sob a coordenação de G. Imbert na Casa de Velásquez em Madrid, publicadora da coletânea que daí resultou (1987), mostram o grau apurado de reflexão a que se chegou no tratamento da questão.

Já anteriormente, 1981, o Comitê Internacional de Comunicação, Conhecimento e Cultura da Associação Internacional de Sociologia dera início a trabalhos sobre *Comunicação e Produção do Real*, cabendo aos estudiosos da comunicação escrita o tema *Os Jornais e a Opinião Pública*, com ênfase numa análise dos editoriais e dos artigos de opinião (colaborações exteriores ao jornal), sob um enfoque sócio-antropológico e semiótico.

Examinando jornais considerados como imprensa do tipo dominante ou de referência (também conhecida como imprensa de prestígio ou de elite), tais como LE MONDE, EL PAÍS, THE GUARDIAN, THE NEW YORK TIMES e outros dessa natureza, foi possível atingir os principais objetivos colocados pela pesquisa: analisar este tipo de jornal em relação ao restante da imprensa e

determinar a função que eles têm junto a opinião pública, bem como o papel que desempenham na construção da realidade social.

Atingia-se assim como meta o lado institucional, ou seja, o jornal como novo espaço público, espaço de representação da opinião pública e do debate e sua função mediadora entre público e classe política.

José Vidal-Beneyto, membro do referido Comitê com sede no Conseil de l'Europe em Strasbourg, ao estudar esse "espaço público de referência dominante" chega à seguinte conclusão; em trabalho incluído na coletânea *Métodos de Análisis de la Prensa*, organizada por G. Imbert (IMBERT, 1987:15):

Plus particulièrement aujourd'hui où le manque d'opérativité, chaque fois plus grand, du discours politique et la baisse irréversible de l'intérêt pour les affaires publiques, font de ces journaux les seuls garants du bon fonctionnement des règles du jeu démocratique. Règles du jeu qui, lorsqu'elles sont contestées par les politiques de disfonctionnement qui revendiquent le jeu sans règles des faits - et ceci aussi bien par les groupes marginaux prônant la violence que par beaucoup des grands centres de pouvoir - font de ces espaces un îlot, les dernières réserves où peut encore se manifester une certaine transparence sociale, ce qui reste du débat collectif, de la raison même d'exister de la raison politique. Un îlot, pourrait-on dire, non encore recouvert par les eaux. Notre dernière plage.

Na mesma coletânea, inclui-se um texto de Eric Landowski do C.N.R.S. (Centre National de Recherches Scientifiques), *Pour une sémiotique du quotidien*, em que o autor procura dar a contribuição da sociossemiótica para a análise do *fenômeno jornalístico*, que ele distingue da *imprensa*, de que os sociólogos podem dar conta, descrevendo a sua organização, suas adaptações às novas condições econômicas e do progresso tecnológico, seu impacto como quarto poder e outros fatos dessa natureza. O que interessa, de um ponto de vista semiótico é descrever o Jornal no que ele tem de invariante, qualquer que seja o tipo que se considere e, a seguir, a variedade de suas manifestações, exigindo naturalmente uma análise tipológica e comparativa.

Assim divididos os campos de interesse e de análise, fica patente que é na condição de *discurso* que o jornal interessa aos linguistas, semioticistas e, particularmente, aos sociossemiolicistas por se tratar de um discurso *social*.

Partindo dos conceitos de *relato* (tempo do relato) e de *vivido* (tempo do discurso), Landowski aponta as duas faces complementares do jornal: a apresentação do inesperado, da novidade e a posse do cotidiano, da repetição, do banal, ligada à construção do público leitor e à manutenção de sua identidade.

A primeira solicita a competência sêmi-narrativa dos leitores e cria condições de uma *espera sintagmática* (a curiosidade, o desejo de conhecer a seqüência dos fatos etc). A segunda está ligada a uma *espera paradigmática* em relação com a periodicidade do jornal e não com a organização lógico-sintática dos acontecimentos relatados, o vivido suposto dos leitores (informações práticas, cartas dos leitores, quadros humorísticos, horóscopo, previsões meteorológicas, de bolsa, anúncios publicitários etc). Enfim, espaços preparados para a projeção de estereótipos sociais que configuram a imagem do leitor do jornal. Sabe-se que é considerável o espaço do jornal destinado a essa finalidade.

Landowski propõe definir o perfil de cada jornal, seu modo de "escrever" o cotidiano e, por conseguinte, de seus leitores, segundo a tensão que mantém entre uma forma objetivante de relato e uma forma subjetivante de discurso (do vivido). No seu caso concreto de estudo, LE MONDE, como jornal de referência dominante, pauta-se pelo relato objetivante e universalista do mundo, enquanto LA LIBÉRATION, jornal que se enquadra na "nouvelle ou jeune presse" é de tendência subjetivante, desenvolvendo ligações intersubjetivas entre jornal e leitores, por uma espécie de contrato em que ambas as partes se consideram sujeitos liberados em relação à grande imprensa. A título de comparação, toma mais duas outras classes de jornal: o chamado JOURNAL OFFICIEL, para ele pólo repulsivo de objetividade no sentido estrito do termo, e a imprensa sensacionalista, cujos nomes não menciona, mas que classifica como de exaltação das subjetividades, na qual o cotidiano é escrito sob a égide das paixões.

Conforme se pode observar, partimos das classificações que presidem a prática jornalística em sua funcionalidade, no seu fazer diário para, então, apresentar as reflexões que a teoria semiótica do discurso e os estudos lingüísticos propõem em sua análise dessa prática social discursiva, o jornalismo e suas diversas manifestações, das quais destacamos o editorial.

3. Características específicas do editorial

São, antes de tudo, as condições de possibilidade do discurso editorial, seu funcionamento, e não propriamente o teor dos temas tratados, que nos importa delinear em seu estudo.

Depois de termos considerado o fenômeno jornalístico em si, como uma totalidade de sentido, como um "relato do mundo", utilizando a expressão de R. Barthes, procuraremos situar o editorial entre suas manifestações discursivas, no que ele tem de específico dentro da pluralidade de vozes que constituem este fazer.

3.1. Natureza e especificidade

O editorial tem, como função precípua, expor os pontos de vista do jornal que representa acerca dos problemas de maior envergadura. Sua importância não é medida, evidentemente, segundo o pequeno espaço que ocupa dentro do jornal, mas pela influência que exerce sobretudo em relação aos que devem tomar decisões na esfera pública, em âmbitos institucionais. Em momentos de gravidade, ou de especial relevância, ele pode inclusive ocupar a primeira página.

Está longe o tempo em que os editoriais eram redigidos pelo próprio dono do jornal. Não se pratica mais um jornalismo de cunho pessoal, sobretudo depois que este se transformou num empreendimento empresarial, com um sistema de gerenciamento semelhante ao que se faz nas empresas comuns. Teoricamente, o editor ("publisher") tem o direito de veto em nome dos proprietários, mas na realidade a equipe editorial é quem assume a responsabilidade dos pareceres, depois de discuti-los e de ouvir membros representativos do "staff" que tenham conhecimento aprofundado do assunto em debate. Só então uma redação final é dada.

O leitor, por sua vez, pode manifestar-se acerca de questões levantadas no editorial na seção que lhe é reservada dentro da página de opinião. A grande afluência de cartas e os limites do espaço impõem, entretanto, uma seleção, segundo a relevância, a concisão e a inteligência da abordagem.

As charges são também parte importante desta página, porque podem graficamente e de modo humorístico dar novas dimensões e perspectivas às notícias. Elas constituem uma forma de observação da realidade e atingem o leitor com rapidez e eficiência. Os cartunistas se tornam figuras de destaque nos grandes jornais e têm seus trabalhos publicados no centro da página, ao lado do editorial ou encimando-o em alguns jornais. Não se trata de uma ilustração dos editoriais ou do que quer que seja, preservando as charges a sua autonomia em relação às demais seções.

As colunas constituem manifestação das opiniões individuais assinadas e podem recobrir os mais diversos assuntos, sob autoria de um especialista, pessoas de reconhecido mérito, o que na imprensa de referência dominante lhes confere prestígio. A crônica também pertence à categoria expositiva e, ao lado do artigo, é uma das formas de expressão da opinião do jornalista. Beltrão a descreve como um gênero que tem por objetivo interpretar um tema, utilizando argumentos, ora lógicos, ora sugestivos e persuasivos, em um conjunto ordenado para levar o leitor à aceitação do juízo último (BELTRÃO, 1980:69).

Esses gêneros assumem identidade³ diversas a partir de duas variáveis: a autoria (quem emite a opinião) e a anulação (perspectiva temporal ou espacial que dá sentido à opinião).

O comentário e o editorial estruturam-se segundo uma angulação temporal que exige continuidade e imediatismo, o que não ocorre com o artigo. Por outro lado, é a identificação da autoria o traço comum à coluna, à crônica, à caricatura e à carta.

Do ponto de vista do fluxo jornalístico, se o editorial representa o espaço opinativo da instituição jornalística, em posição diametral se encontra a

carta, reproduzindo o ângulo de observação do receptor, o da coletividade. Fazem mediação entre esses dois pontos a crônica e a coluna.

Da fisionomia que demos desta página chamada de *opinião*, pode-se inferir que o elo que liga as suas diversas manifestações é a presença explícita do traço *avaliação* (apreciativa/depreciativa etc), *parecer*, *ajuizamento*.

Tais elementos também se encontram nas seções ditas informativas e interpretativas, mas sob aparatos enunciativos diferentes, razão de se ter que postular critérios de natureza formal ao caracterizá-las, aquilo a que nos referimos como "protocolos formais de enunciação" na questão dos gêneros jornalísticos.

O editorial apresenta-se como texto expositivo ou dissertativo entre os discursos chamados não-figurativos ou temáticos, muito próximo do discurso de caráter científico pela sua estrutura lógico-formal, que desenvolve processos argumentativos por meio de raciocínios silogísticos, deduções, implicações, paralelismos e outros recursos dessa natureza.

Nota-se também uma intenção didática pela técnica de documentação mais concreta, ao lado de asserções de natureza abstrata.

O elevado grau de formalidade mantido, as técnicas de distanciamento produzem o efeito final de *objetividade*, apanágio de todo texto que se pretende sério.

A Ciência se apresenta como garantia da realidade, veracidade e seriedade e continua firme na idéia de que é possível conseguir uma transparência da realidade constitutiva do mundo. Esta posição é uma marca resistente do discurso ideológico por formar parte do acervo comum dos conhecimentos coletivos, subjetivamente compartilhados.

3.2. Tipologia dos editoriais

Bem pouco se tem publicado no Brasil sobre o gênero editorial, sendo vários os pesquisadores que se queixam dessa escassez bibliográfica. Alguns estudos permanecem em sua forma mimeografada, ao alcance nas bibliotecas especializadas. Mesmo os trabalhos tidos como clássicos na pesquisa jornalística dedicam atenção insuficiente ao assunto, o que se pode comprovar numa consulta a trabalhos como *Gêneros Periodísticos*, de Martín Vivaldi e aos *Fundamentals of Journalism*, de Spencer Crump, entre muitos outros de renome. Entre nós, duas obras específicas sobre o gênero opinativo merecem destaque: a de Luís Beltrão e a de José Marques de Melo. É do primeiro que tomamos a tipologia que segue, por considerá-la abrangente em seus critérios, e acerca da qual faremos alguns comentários:

1^o) Quanto à morfologia:

- a) *Artigo de fundo* - protótipo do editorial, é o principal comentário da página de opinião. Transmite a manifestação da linha ideológica do jornal como instituição sobre tema ou ocorrência considerada como a mais presente e atuante na consciência coletiva do momento. Por esta razão, retivemos o primeiro dos artigos editoriais em nosso *corpus*, para os jornais que apresentavam mais de um na mesma edição.
- b) *Suelto* - pequenos comentários. Os jornais costumam publicar, em sua página nobre, entre dois a três *sultos* por edição. À informação acrescentam-se comentários e juízos de valor, de modo a se obter uma glosa do fato.
- c) *Nota* - registro crítico ligeiro, advertência, chamada de atenção. Caracteriza-se pela extrema brevidade e concisão.

2^o) Quanto à *topicalidade*:

- a) *Preventivo* - quando se antecipam à realidade, apontando situações, fixando circunstâncias e focalizando aspectos reveladores de que determinados sucessos se irão produzir na sociedade.
- b) *De ação* - quando acompanham imediatamente a ocorrência, analisando suas causas e apreciando seu desenvolvimento, com o objetivo de esclarecer o público em pleno impacto da realidade.
- c) *De consequência* - quando resultam do exame das repercussões e dos efeitos dos fatos, da dedução da realidade.

3^o) Quanto ao *conteúdo*:

- a) *Informativo* - editorial que se destina a esclarecer o leitor sobre determinados fatos, idéias ou situações, ajuntando pormenores e explorando aspectos que passaram despercebidos ou não estão explícitos na notícia.
- b) *Normativo* - editorial que intenta convencer o leitor a atuar em determinado sentido, inspirando-o, encorajando-o por meio de sentenças e argumentos lógicos e incitadores.
- c) *Ilustrativo* - editorial que objetiva aumentar o cabedal de instrução do leitor, entretê-lo, despertar seu interesse para a apreciação de questões e facetas menos comuns da vida e do cotidiano.

4^o) Quanto ao *estilo*:

- a) *Intelectual* - quando redigido com vistas ao intelecto do leitor, levando-o a raciocinar por meio de premissas, silogismos e conclusões. Nesse tipo de editorial, o apelo é feito à razão do leitor, ao homem como ser lógico e conseqüente.
- b) *Emocional* - quando redigido com o propósito de atingir a sensibilidade do leitor, despertando-lhe sentimentos e instintos, os mais profundos e arraigados. Aqui, o apelo é direto ao coração e às suas ígnotas razões.

5^o) Quanto à *natureza*:

- a) *Promocional* - editorial que acompanha regularmente os eventos e idéias marcantes da atualidade, tomando posição definida para analisá-los e explicá-los dentro da política editorial traçada, tendo em vista convencer a comunidade e levá-la à ação.
- b) *Circunstancial* - editorial que apenas eventualmente surge para fixar e apreciar determinado fato, situação ou movimento de opinião.
- c) *Polêmico* - editorial eminentemente doutrinário. Destina-se a manter ou revidar alguma polêmica. Raro o jornal que não mantém no decurso de sua existência uma polêmica.

As razões didáticas que levam a classificar, por vezes separam elementos que na realidade ocorrem juntos, não se excluindo um ao outro. Isto é o

que se dá em relação aos itens 3 e 4 que devem ser vistos como graus de predominância: nos editoriais, o traço *normativo* quase sempre se acrescenta ao *informativo*, fazendo parte das sugestões finais da conclusão e quando não, esparsos pelo texto, sob forma de verdadeiros ditames. Por sua vez, no item *estilo* se mesclam o intelectual e o emotivo, funcionando este como catalizador da adesão do leitor para os argumentos que lhe serão apresentados. É exatamente este um dos aspectos que o presente trabalho, através da adjetivação, pretende desenvolver no que toca o editorial.

A presença do elemento emotivo faz parte da própria técnica publicitária de alguns jornais que o utilizam para cativar o leitor. No *front* da guerra dos jornais, que às vezes se torna acirrada na conquista de espaço, cada um procura projetar uma auto-imagem ao leitor, que revele os princípios que o norteiam. Assim, em recente anúncio promocional, A FOLHA aconselha o leitor, que procura uma oportunidade de trabalho, a comprar outros jornais a fim de atingir mais rapidamente o que deseja e encerra o anúncio dizendo: "af então, você lê o jornal que mais lhe agrada". Por esta tática, reforça a imagem de jornal pluralista, levando o leitor a ver a sua boa vontade em mostrar outras fontes de informação e a considerá-lo como jornal esclarecido, de idéias largas e imparciais. Para ter a sua adesão, não hesita em quebrar o registro habitual para criar o slogan "de rabo preso com o leitor", expressão máxima desse envolvimento a que nos referimos.

3.3. DESCRIÇÃO ESTRUTURAL - MODELO SÊMIO-LINGÜÍSTICO

O modelo que passamos a apresentar pretende, por sua abrangência e grau de generalização alcançado, recobrir de forma estrutural a descrição deste objeto de estudo, o discurso jornalístico editorial. Necessário se faz conhecer o mecanismo de funcionamento deste tipo de discurso para que se possa melhor entender o processo que está na base do ato avaliatório exercido através da adjetivação e a função que esta exerce na criação dos efeitos de objetividade e de subjetividade construídos pelo texto.

Utilizaremos a teoria semiótica de Greimas e seu grupo para mostrar como funciona a produção de sentido nos editoriais por meio de um simulacro do percurso gerativo de sentido, onde se dá a gênese dos investimentos de valores. Examinar-se-ão, assim, as estruturas do plano de conteúdo (percurso gerativo de sentido) e do plano de expressão, de cuja fusão resulta o plano textual.

NÍVEL NARRATIVO

Distinguem-se, no editorial jornalístico, as seguintes posições actanciais dos sujeitos e objetos envolvidos nas relações que se desenvolvem na estrutura narrativa comum a esse tipo de discurso, isto é, seus papéis narrativos transitivos (sujeitos e objetos) e comunicativos (destinadores e destinatários):

Destinador Inicial	Destinatário sujeito do fazer	Destinador jugador
Povo Editorialista	Governo Instituições	Povo Editorialista

FASE DA PERFORMANCE

Programa principal e programas secundários

O sujeito do fazer é, genericamente, o Governo e as instituições governamentais sob suas diversas modalidades. Ele é o destinatário das sanções emitidas pelo sujeito editorialista, que se posiciona como destinador inicial, fonte de valores, representando o povo, a coletividade, na busca dos objetos de valor - justiça, bem-estar social, exercício da liberdade e outros de aspiração semelhante.

Parte-se de um contrato implícito, segundo o qual cabe aos governantes administrar convenientemente a *política* e a *economia* nacional, assim como as *condições sociais* do povo. Do não-cumprimento desse contrato tem-se a sanção negativa do destinador-julgador, que também ocupa a posição de destinador inicial. Não é raro, por isso, que os editoriais iniciem pela fase que, na estrutura narrativa, corresponde à sanção, negativa, no caso, dos desempenhos do Governo. Na realidade, as fases narrativas não se encadeiam numa sucessão cronológica, mas em decorrência de pressuposições lógicas. Como a parte propriamente informativa do editorial já notifica o não-cumprimento do contrato, isto é, um estado de ruptura, é natural que se pressuponham as demais fases da narrativa canônica e que se possa dar destaque à da sanção. Isto se deve também ao fato de se atribuir à Imprensa o papel de questionadora dos acontecimentos, e, no caso específico do editorial, enquanto espaço privilegiado de opinião, o de revelador do *ser* dos fatos, através de suas versões, diante dos quais deve se manifestar, emitindo pronunciamentos.

FASE DA MANIPULAÇÃO E AQUISIÇÃO DA COMPETÊNCIA

A sanção e a manipulação são os dois percursos de base do discurso editorial. Na condição de discurso social de defesa dos interesses coletivos, ele possui dois destinatários: um, o Governo, a quem são atribuídas as carências do país; outro, constituído pelo leitor a quem cabe a adesão ao fazer interpretativo do sujeito editorialista. Em decorrência desse duplo destinatário, a manipulação se exercerá em duas direções: haverá um programa de manipulação do Governo e de seus integrantes, transformando-os em sujeitos do fazer, para que se tornem sujeitos competentes e qualificados para a ação de dirigir o país e que cumpram o contrato inicialmente estabelecido com a nação. Outro programa de manipulação é endereçado ao sujeito leitor no sentido de fazê-lo crer nas propostas editorialistas, isto é, na transmissão de seu universo cognitivo e axiológico. De fato, *saber* e *opinião*

estão interligados e se prendem ao universo de crenças e saberes do sujeito interpretante e a sua transmissão se dá dentro de um processo comunicativo.

Destinatários	Sujeito do fazer (o Governo)	Destinador-manipulador	Suj. fazer	Destinador-julgador
		Povo nação Editorialista	Governo	Povo Nação Editorialista
	Sujeito Leitor	Destinador-manipulador	Suj. do fazer interpretativo Suj. interpretante	Destinatário Destinador-julgador
	Editorialista	Editorialista	Leitor	

No processo de manipulação caberá ao narrador-editorialista, destinador inicial dos valores, que assume um saber superior ao dos destinatários, levar o Governo a reverter a situação inicial e restabelecer o dever. Na realidade, trata-se de modalizá-lo segundo o *querer* e as demais modalizações virão em decorrência. Ao transmitir instruções para a realização do programa narrativo estabelecido, o destinador-manipulador procede à doação de um *saber* dotando o sujeito do *como* fazer. Torna-se, então, o editorial, o lugar de estabelecimento de prescrições e do modo de executá-las. Não aparecem como simples sugestões, mas como ditames e até mesmo sob ameaças. Estabelece-se, então, um clima tenso em que o jogo de imagens dos destinatários é utilizado como instrumento de manipulação por *provocação* - imagem negativa do Governo como corrupto e incompetente - e por *intimidação* - pressões da opinião pública, da coletividade como povo sofrido e injustiçado. Fica delineado, nos editoriais, o perfil de nossos políticos e governantes em geral, assim como o do povo que serve para eles como instrumento de manobra. Do leitor tem-se também uma imagem, uma vez que este escolhe o jornal de sua afinidade mas também o jornal fabrica a imagem do leitor que pretende angariar. Essas características se inscrevem no texto, mas importa também a consideração das condições de produção específicas que geram este tipo de discurso.

Haverá, portanto, um fazer persuasivo em relação aos dois tipos de destinatários: o específico, que é o Governo, e o geral, constituído pelo leitor, ainda que seja um leitor diferenciado, uma vez que o editorial exige hábitos de leitura mais apurados.

A persuasão do editorialista se fará no sentido de busca da verdade, de instalação da veridicção, desvendando o ser das coisas, na qualidade de discurso de interpretação, fundamentada na opinião pública, uma vez que fala em seu nome. Procura auscultar a voz do povo, da nação e reforça-a, como parte que é desta mesma coletividade. O trabalho de interpretação que realiza, como profissional de opinião, denunciando e esclarecendo o que ocorre por trás das aparências, dos pronunciamentos dos atores sociais importantes no cenário da vida nacional, é uma forma de atribuição de sentido, enunciado como sendo a verdade que subjaz à manifestação. Cabe-lhe o exercício de transmitir o sentido por ele apreendido na análise dos fatos.

FASE DA SANÇÃO

Sobre o objeto de comunicação do sujeito interpretante recai o fazer interpretativo do sujeito leitor que o sanciona, endossando seus pareceres e as diretrizes que aponta para o sujeito do fazer, o Governo. Este, por sua vez, é sancionado negativamente pelo não-cumprimento de suas obrigações.

O narratário-leitor, de posse desse saber, reconhece a atividade do sujeito cognitivo, o editorialista, como um trabalho de interpretação. Demonstração dessa postura tem-se nas cartas dos leitores, nos contactos com o "ombudsman", nas remissões constantes em outras secções ao peso atribuído aos editoriais, também conhecidos como a "opinião solene", e na própria continuidade de edição dos jornais e das colunas reservadas a esta finalidade. Não é raro ouvir-se a expressão "isto vale um editorial" ou a afirmação de que "todo jornal que se preze tem o seu editorial".

Destinador	Sujeito	Destinador
Inicial	Interpretante	Julgador
Opinião pública	Editorialista	Opinião pública
Leitor		Leitor

Conforme se pode observar, o profissional de opinião se vê cercado de todos os lados pela opinião pública, quer como fonte inicial de valores, da qual se faz porta-voz, quer como sanção final, na atribuição de credibilidade. A formulação de ajuizamentos implica a investigação e o reconhecimento da verdade, mediante o trabalho comparativo de dados, provas, exemplos, ilustrações e o concurso das modalidades veridictórias (*parecer/ser*), aléticas (*possível/impossível*) e epistêmicas (*certeza/incerteza*).

A operação de reconhecimento da verdade leva o sujeito interpretante a recusar muitas das propostas do nível do parecer. O que parece, mas não é configura a mentira, segundo as modalidades veridictórias, daí o caráter de denúncia assumido em decorrência de seu fazer interpretativo. À sanção de caráter cognitivo, que coloca o editorialista na posição de controlador das regras da vida social e de seu cumprimento, pode seguir-se uma sanção pragmática da parte da opinião pública. É um ponto bastante discutido o da influência direta que os editoriais exercem no encaminhamento de projetos de gerenciamento do país e, de modo mediato, como formadores de opinião.

Ao tratar do estatuto da *Opinião Pública e seus porta-vozes*, Landowski compara os atores do cenário social aos diversos elementos que figuravam no teatro grego, cada um com sua função específica: os espectadores correspondem ao que se pode chamar de "público", o coro à "opinião", o corifeu ao "porta-voz" e os "hypokritai" (na cena) aos "políticos", à "classe política" (LANDOWSKI, 1981/1982). É assim que figuram nos meios de comunicação em

geral ("mass media") e, por conseguinte, nos editoriais quando esta ótica dos fatos se impõe.

A "opinião" e o "porta-voz" se identificam por sua competência discursiva, por serem "sujeitos-falantes", enquanto o "público", instância receptora no quadro do espetáculo político, encontra-se desqualificado como emissor.

Fazendo parte desta "dramaturgia política", a Opinião, que é um actante no nível narrativo, e os seus porta-vozes ocupam o lugar de mediadores entre os governantes e os governados e entram nos processos discursivos de enunciação, por serem sujeitos emissivos, cuja voz é escutada e, diríamos, auscultada, uma vez que se torna poderosa. Dotada de competência interpretativa, sua vocação consiste em "fazer agir" a classe política, servindo-se para isso dos recursos de sua competência persuasiva.

O discurso da "opinião" pode, com efeito, ser analisado como um discurso de persuasão, em nome do povo (o público, nã dramaturgia) que ela personifica. Outra função da opinião seria permitir ao povo ter uma imagem de si próprio, que é o que fazem as sondagens. Por outro lado, os porta-vozes da opinião assumem, no essencial, a função interpretativa e seus discursos se destinam a dar a conhecer aos governantes as reações do povo, colocando este igualmente a par do que se passa na "cena política".

São os jornalistas que assumem basicamente esta função como intérpretes da voz pública. Pierre Salinger afirmou no LE MONDE (12/04/89) que os jornalistas são "indispensáveis à compreensão do curso da História".

O que ocorre de perturbador nas discussões acerca do que seja opinião se deve, em grande parte, ao fato de a mesma palavra referir-se a conceitos distintos: 1^o) uma modalidade de juízo, próxima à incerteza, portanto categoria epistêmica ('modo de ver', 'parecer'), cf. AURÉLIO "atribuição do caráter de verdade ou falsidade a uma asserção, sem que tal atribuição se faça acompanhar de certeza. Forma de assentimento que é insuficiente, objetiva e subjetivamente"; 2^o) O actante coletivo dotado de aptidão cognitiva, isto é, a Opinião enquanto *instância* do juízo.

Em *Dois pontos de vista para uma sociosemiótica*, Landowski procura integrar o *institucional* no seio das reflexões da sociosemiótica (LANDOWSKI, 1989). Estabelece um paralelo entre o actante coletivo da semiótica narrativa e a chamada opinião pública dos sociólogos, ambos reproduzindo traços dos elementos que os compõem, ou seja, de qualquer forma o social remeteria ao individual. Trata igualmente da necessidade de se considerar um nível mais profundo de regulação, para além das regulações sociais, individuais ou coletivas, vividas ou simuladas no discurso, logicamente anterior ao aparecimento das subjetividades e que seriam objeto de uma macro-sociosemiótica. Greimas, já em 1976, falava em uma gramática social mais profunda. Define *instituição* como sendo "uma classe hipotética de *instâncias reguladoras* que tomam especificamente por objeto - no exercício de sua função reguladora (termo-chave ainda por definir) - as interações inscritas por construção, no nível precedente" (p. 16). A idéia de *controle*, de instâncias reguladoras no que se refere ao agir dos atores sociais conduz a problemática institucional à figura do destinador. Landowski propõe então considerar *instituições instituídas*, num primeiro nível, que assumem de modo declarado o papel de destinadores (o conjunto dos atores socialmente considerados habilitados a "dizer a regra" e a fazê-la ser aplicada ou ainda, todos os tipos de sistemas de regras, sob forma de normas explícitas, de códigos, tais como o sistema jurídico, o código deontológico do jornalismo etc. Se são instituídas, são reconhecidas pelos sujeitos como "voz de autoridade", não são dadas *ex nihilo*, pressupõem a existência de algum princípio de regulação logicamente anterior, o que leva a postular, num segundo plano, a existência de *instituições instituintes*, que *fazem ser as precedentes*, constituindo suas condições de possibilidade.

Há alguns pontos estáveis nas sanções emitidas pelo narrador-editorialista e presentes nos editoriais dos jornais por nós examinados, o que permitiu uma descrição do conjunto dessas regularidades definidoras do universo de discurso que lhes é próprio.

Trata-se, antes de tudo, de um lugar de *avaliação* dos desempenhos dos governantes e do estabelecimento de diretrizes a eles endereçadas. Os programas narrativos secundários, de uso, desenvolvem o modo de executá-las, dotando os destinatários, sujeitos do fazer, da competência necessária para tanto. Volta-se, então o editorialista para o futuro, com programas virtuais, procurando incutir "ações heróicas" e penetrar no universo de expectativas do leitor.

3.4. Procedimentos discursivos

Aos procedimentos de manipulação já mencionados na sintaxe narrativa, acrescem-se os procedimentos do plano discursivo, neles compreendidos a organização textual, o dispositivo enunciativo, os recursos retóricos da arte de argumentar, bem como os procedimentos formais adotados.

A persuasão deve agir ao mesmo tempo sobre a afetividade e sobre a inteligência, e este "ao mesmo tempo" é que constitui a marca da retórica (REBOUL, 1984:86).

3.4.1. Organização textual

A estrutura do editorial segue os princípios que norteiam os textos dissertativos, baseados nas etapas retóricas da invenção, disposição e elocução:

1. *Título*: é parte importante do editorial, porque já dá a direção argumentativa assumida no texto. Retoma, em geral, palavras e expressões formuladas no próprio texto ou sinônimos que traduzam o tom nele impresso.
2. *Introdução*: formulação da ocorrência ou idéia que deu origem à matéria (tópico ou *lead*). Trata-se, em geral, de fato já conhecido do público através de outros meios de comunicação (rádio, televisão etc) ou do próprio jornal em outras seções (etapa referencial).
3. *Discussão*: análise, debate e interpretação dos diferentes aspectos da questão. Apresentação de provas e de documentação, refutação

das teses contrárias ou antecipação das possíveis objeções (Etapa interpretativa).

4. *Conclusão*: etapa que se pode chamar de "performativa", uma vez que o editorialista deve se posicionar sobre o exposto, fazer sugestões, dando diretrizes e palavras de ordem, exortando etc. De modo comparativo, pode-se falar que se trata de um diagnóstico, seguido de sua terapêutica.

Pode-se formar a crença como um *ato* tal como faz Cervoni, de onde extraí seu valor ilocucionário: "o locutor se engaja ao exprimir uma crença pessoal, assim como se engaja, por isso mesmo *age*, formula-se um julgamento, de ordem alética, de necessidade, de possibilidade ou de impossibilidade" (CERVONI, 1989:73).

O editorial seria, assim, o resultado da interação do jornalismo informativo e interpretativo, apoiando-se em dados captados da realidade, do cotidiano, alçando-se daí para a valoração, que constitui a espinha dorsal do texto. Tem-se, então, um percurso que vai do reconhecimento, o *dado* (a notícia já conhecida) ao *novo*, o sentido atribuído por um processo interpretativo.

Na realidade, estes dois componentes da estrutura discursiva dos editoriais não aparecem em forma seqüencial, mas entrelaçam-se aqui e ali, sendo entretanto possível reconhecê-los na articulação do texto, conforme mostraremos em nossas micro-análises.

Por se tratar de um discurso que se incumbe de desvendar o que está por trás das manifestações (ele vai do parecer ao ser) o editorial se impõe como um lugar de determinação da verdade, expressa na opinião do narrador. Este se apresenta como um sujeito dotado de competência interpretativa e epistêmica, ao exercer seus dois fazeres (interpretar e julgar) profissionais. Desta forma, é conhecido como o profissional de opinião e, conseqüentemente, formador de opinião. Sua atividade interpretativa, que fica evidente em expressões do tipo "há

indícios de que ...", "é verdade que ..." etc, leva-o a fazer prospecções e, baseado nelas, a fazer prescrições para o que ele julga necessário. O editorial *Presente e futuro* do JORNAL DE BRASÍLIA (25/08/89) ilustra bem esses diversos fazeres do sujeito editorialista que, por elas, apresenta-se como um sujeito dotado de certa onisciência e com um saber superior ao do leitor:

É preocupante a revelação do Banco Central de que os 16 bilhões de dólares do superávit comercial deste ano não bastarão para saldar os compromissos da dívida externa.

É verdade que os tormentos da conjuntura dificultam o planejamento, mas não o impedem. O Brasil precisa mergulhar fundo em algum tipo de preocupação com o que está por vir, substituindo a estratégia de administrar o presente como um dado autônomo. Estamos, assim, comprometendo o futuro, destruindo estruturas produtivas já assentadas, muitas das quais custaram sacrifícios enormes à sociedade brasileira.

A missão a que a imprensa se destina é não só a de informar, mas a de formar a opinião pública, sendo ao mesmo tempo conformado por ela através do seu universo de representações.

Nesta tarefa de interpretação é que os editoriais acabam sendo, muitas vezes, textos de denúncia e de advertências, incitando à ação.

3.4.2. Procedimentos enunciativos

Uma vez conhecidas as condições de produção que presidem e articulam este tipo de discurso, pode-se descrever os processos utilizados para a consecução de suas finalidades.

No ato comunicativo em que se dá a transmissão do saber há todo um trabalho de persuasão, uma vez que o saber vai investido dos valores próprios do universo axiológico do narrador-editorialista, actante coletivo, conforme vimos. Estes valores deverão ser partilhados pelo enunciatário leitor, daí a necessidade de

uma linguagem de convicção, onde os adjetivos desempenham um papel importante, sendo numerosos os de caráter testemunhal (*evidente, notório, inegável* etc).

Para interpretar o sentido do enunciado, o enunciatário tem que reconstruir o conjunto de operações de relacionamento efetuadas entre o enunciador e aquilo ao qual ele quis se referir. Estabelecem-se, assim, relações intersubjetivas entre enunciador e enunciatário, dando-se a apreensão do sentido do ato enunciativo.

São os procedimentos assumidos nesse relacionamento - embreagem e desembreagem em relação à instância da enunciação - que fornecerão os meios para se analisar a situação específica em que se dá a produção jornalística do editorial.

Instaura-se uma espécie de cumplicidade entre enunciador e enunciatário ao pactuarem um mesmo sistema de valores: ao enunciador cabe o fazer crer e, para isto, mobiliza toda sorte de recursos no intuito de imprimir marcas de veridicção ao discurso de modo que o enunciatário-leitor o endosse como verdadeiro.

Trata-se de um texto em terceira pessoa, como todo texto dissertativo que aspira à objetividade, produzindo-se o efeito enunciativo de distanciamento. O enunciador-narrador se oculta através de construções impessoais, ou mesmo apaga-se em construções passivas nas quais não se declara o agente. Quando a instância da enunciação se projeta no discurso por ela colocado na voz de um narrador, o faz através de um *ele* (*Este jornal ..., esta redação ...* etc, ou de um *nós*, seja ele exclusivo do jornal (*Em nosso entender, o Congresso não está reclamando ...*, OESP, 05/08/89) seja o *nós* de amplitude, dando a idéia de voz uníssona ao referir-se a uma prática coletiva em que o próprio narrador se inclui, em sintonia com o povo de que se faz porta-voz (*Todos já sabemos que o camarada Gorbachev enfrenta dificuldades ... Todos, até o presidente Sarney, sabemos disso ...*, OESP, 30/08/89, §5). A construção em silepse mostra bem este processo de transferência de voz.

Dá-se também a transferência total de voz, quando, na condição de sujeito que exerce o seu fazer interpretativo no exercício de sua profissão, fala "em nome de", servindo-se de uma terceira pessoa ("o povo", "a nação", "os brasileiros", "a população"):

Os brasileiros responsáveis têm outras preocupações nesse momento. Todos querem trabalhar duro para exorcizar o fantasma da hiperinflação e garantir a normalidade democrática. (JB, 05/08/89, §9).

No editorial, embora o narratário-leitor não apareça como alocutário, isto é, integrado no ato da comunicação, ele ali está como alocutário implícito, uma vez que se nota o interesse em com ele manter contacto, através dos chamamentos e incitações nos quais se nota a presença da função conativa. Lembremos que o sujeito editorialista, porta-voz da opinião pública, tem que fazer agir a classe política, cobrando dela o contrato estabelecido com os governados, tem que denunciar desvios no âmbito mais amplo de dominantes e dominados, e outras funções que lhe são atribuídas no exercício de controle da vida social:

As grandes potências, pois, estão convocadas a buscar, no âmbito das Nações Unidas e em outros foros competentes, um acordo imediato para a suspensão das hostilidades (CB, 15/08/89, §6).

Louvamos a preocupação do governador Joaquim Roriz com o assentamento de favelados - de fato uma das manifestações mais dramáticas de nossa crise - mas o alertamos para a necessidade de impedir que a política de alienação de terras ... se faça de modo a concentrar ainda mais a propriedade do solo urbano (JDB, 15/08/89, §5).

Tudo acontece na Câmara dos Deputados para a Casa merecer conscius cada vez mais ácidas da opinião pública (CB, 05/08/89, §1).

3.4.3. Procedimentos argumentativos

- 1^o) *raciocínios silogísticos*: por se tratar de um saber argumentado de caráter dedutivo, o editorial se serve com frequência de uma forma abreviada de silogismo, o *entimema*, que não apresenta todas as premissas do silogismo analítico. Dada a interação entre os sujeitos da comunicação, narrador-narratário, a que nos referimos atrás, parte do raciocínio fica pressuposto, quando se refere a algo que pertence ao universo comum de ambos. Segundo Lausberg, o silogismo completo é empregado raramente e o que se encontra com frequência são seqüências parecidas com silogismo, das quais o entimema é a que vai mais longe em sua redução (LAUSBERG, 1966:218).

A elipse que ocorre nos entimemas pode também ser usada com fins táticos, além da economia ao contar com os pressupostos, eliminando-se a premissa que possa parecer duvidosa ou chocante (REBOUL, 1984:70).

Os encadeamentos lógicos dos tópicos frasais em alguns textos editoriais ficam bem aparentes, mostrando-se através dos nexos (operadores discursivos) que fazem a transição de um ao outro. À vezes um tópico não é senão a explicação do anterior. o trecho abaixo foi tirado de um editorial composto de 9 parágrafos, índice superior ao dos demais editoriais, cuja média é de 5 a 6 parágrafos. Apresenta-se, portanto, bastante entrecortado a ele remetemos para que se verifique este aspecto.

Trata-se uma tarefa difícil a dos ministros da área econômica neste momento delicado da vida nacional. Mas os empresários, os economistas, e até mesmo as lideranças sindicais) da CUT à ala mais moderada dos representantes dos trabalhadores) contactados nas últimas semanas pelo ministro Mailson da Nóbrega são sinceros em reconhecer que está sendo feito o melhor possível na

presente circunstância. *Ou seja, a equipe econômica nunca está segurando os perigos para manter um mínimo de normalidade e consumir a transição política.*

Entretanto, alguns segmentos da vida nacional parecem alheios ao mundo em redor e preferem continuar a pensar apenas nos seus interesses. (JB, "Fixação no passado", 05/08/89).

2º) Outras formas de organização do pensamento envolvem paralelismos, sistemas de oposições, paradoxos.

- a) *O paralelismo*, segundo Lausberg, é um esquema de relação de pensamento no qual, em frente dos pensamentos principais conglomerados, se colocam *rationes* conglomeradas. Cita Phoebamm ao invocar a definição de *épiphrase* como "figure de style par laquelle on ajoute, à une phrase qui semblaient finie, un ou plusieurs membres pour développer des idées accessoires" (LAUSBERG, 1966:221).

Veja-se, no editorial a seguir um exemplo desse esquema somatório:

Há, contudo, ponderável dose de ilusão a acompanhar a aparente modéstia desses objetivos. Os fatores psicológicos que tiveram influência determinante para afastar de imediato a ameaça de hiperinflação podem ceder, sem dúvida, ante eventuais sobressaltos da conjuntura; pressões visíveis, tanto aos custos de mão-de-obra como dos custos financeiros para as empresas começam a acumular-se num horizonte não muito longínquo ... vai caindo no vazio ...; e as declarações dos ministros Mailson da Nóbrega e Ronaldo Costa Couto parecem, nesse sentido, reiterar a situação de relativa paralisia vigente (FSP, "Compasso de espera, 30/08/89).

- b) - Como *sistema de oposições* tem-se a polaridade disjuntiva como premissa, chamando-se a esta última *dilema* e que constitui um meio de *refutatio*. Trata-se de um raciocínio que repousa numa alternativa e mostra que, qualquer que seja o termo escolhido, o resultado é o mesmo. Segundo

Reboui, sua força advém do fato de que ele deixa a escolha ao adversário, a ilusão da escolha, pode-se dizer (REBOUL, 1984:71). Eis um trecho de nosso inventário que ilustra bem a utilização desse procedimento, coroando magnificamente a "mise-en-scène" preparada neste editorial:

Resta saber qual patrocinador encontrarão, entre as grandes potências, os cristãos libaneses. Ou se estes serão a moeda de troca característica desse momento histórico constrangedor - o do sequestro de coletividades, até seu aviltamento total ou extermínio. (GL, "O drama do Líbano cristão", 20/08/89).

- c) *Paradoxo*: é uma afirmação que vai contra a expectativa do interlocutor, em geral porque ele contradiz a opinião comum. Sua força está no efeito de surpresa e no apelo que faz à inteligência do interlocutor na tentativa de reverter os lugares-comuns, de desafiá-lo.

Selecionamos, em nosso *corpus*, um editorial que consagra o paradoxo, pois procura mostrar a coexistência de elementos contraditórios na formação sócio-histórica do país: progresso e arcaísmo, moderno e retrógrado. Para este tipo de argumentação, invoca a voz de autoridade de autores como Alceu Amoroso Lima ("O Brasil se formou às avessas, começou pelo fim") e Mário Pedrosa ("O Brasil está condenado a ser moderno"), que encontram formas paradoxais para expressar o paradoxo, numa perfeita correspondência entre o plano do conteúdo e o plano da expressão.

O paradoxo, presente no título, *Saudade do futuro* (JB, 20/08/89), traz o efeito de choque semântico. Tem-se a impressão de que o narrador brinca com o leitor. No último parágrafo do editorial, nomeia-se de forma explícita o que

foi tecido ao longo de todo o texto ("aí reside o grande *paradoxo* da nossa época"). Toda a adjetivação nele presente é também contrastiva.

Na argumentação há lugar para o *verossímil* e não se requer o rigor e a certeza absoluta da *demonstração*, típica das ciências exatas. Basta que a argumentação se apoie em premissas aceitas e admitidas pelo auditório a que se dirige. Por serem as proposições expressas em língua natural, onde há o uso de figuras, ficam sujeitas ao caráter vago e ambíguo da língua (PERELMAN, 1983).

- 3^o) - *exemplaridade*: trata-se de um argumento de caráter indutivo, à diferença do entimema, que é de ordem dedutiva. Constitui o que podemos chamar de *documentação* (casos, dados fornecidos de toda natureza etc). Os editoriais usam abundantemente deste recurso como *argumento de autoridade* que vem reforçar a convicção, funcionando como marcas de veridicção no discurso (citações de especialistas, máximas, cifras de entidades apuradoras de opinião etc):

É preocupante a revelação do Banco Central de que os 16 bilhões de dólares do superávit comercial deste ano não bastarão para saldar os compromissos da dívida externa. (JDB, "Presente e futuro", 25/08/89).

As mais puras intenções não garantem a moralidade das ações. E se diz o provérbio que de boas intenções o inferno está cheio, é justamente porque se situa na prática e nas ações o lugar próprio da moralidade: não há como esperar de boas intenções o saneamento de uma ação intrinsecamente imoral (Gl., "Nem técnica nem moral", 30/08/89).

Os resultados da pesquisa realizada entre assinantes deste jornal, divulgados neste domingo, vêm avalizar de forma expressiva a estratégia de cobertura das eleições presidenciais seguidas pela Folha. (FSP, "O dever da Imprensa", 15/08/89).

3.4.4. Procedimento formais

A rede de argumentos utilizados, os mecanismos enunciativos acionados pelo enunciador, as relações deste com o seu enunciatário vão determinar os procedimentos formais adotados. Eis os principais:

- *Asserções universalizantes*: seus pressupostos postulam a existência do sujeito universal. O editorial possui dois destinatários, um de caráter geral (o leitor em si), outro específico, o auditório particular, constituído pelo aparelho do Estado e suas instituições, pela classe política e outros organismos da vida social.

O bárbaro é aquele que não tem memória nem compromisso com coisa alguma: age apenas por impulsos. (JB, 05/08/89)

- *Frases do tipo máxima*: funcionam como argumento de autoridade e como garantia de consenso. A autoridade do *ele* (das referências) fica substituída pelo do *se*.

E se diz o provérbio que de boas intenções o inferno está cheio, é justamente porque se situa na prática e nas ações o lugar próprio da moralidade. (GL, 30/08/89, §4)

- *discurso indireto*: dada a natureza do texto, predomina o discurso indireto, com ocorrências raras de intercalação do discurso direto. As referências de terceiros são dadas pela perspectiva do narrador, o que às vezes traz ambigüidades enunciativas, algumas vezes propositais, conforme apontaremos adiante ao indicar os deslocamentos de fonte avaliadora.

Em suma, segundo a apreciação de Alceu [Amoroso Lima], a própria república, que é uma instituição moderna, transformadora, participativa, universalista, herdou uma sociedade arcaica, primitiva, tradicionalista, ignorante de si mesma, dispersa em núcleos esparsos que se perdem na imensidão territorial (JB, 20/08/89, §4).

- *Construções impessoais*: dão a impressão de que os fatos falam por si sós, como se o sujeito estivesse ausente de seu discurso. As avaliações parecem "colar" ao fato como se não dependessem de nenhuma fonte de valor, de atribuição de sentido. É, na realidade, sempre um "como se", uma vez que se trata apenas de um processo de ilusão enunciativa, conforme mostramos anteriormente.

E já se sabe que esse trabalho constará, inicialmente, de uma tentativa de ajustamento da proposta do Congresso ... (DP, 10/08/89, §1)

Mas é preciso não ficar apenas nessa identificação. (OD, 10/08/89, §4)

Trata-se de uma questão de grande interesse para toda a população (DP, 30/08/89, §2)

É preciso abrir uma janela para o mundo (JDB, 30/08/89, §4)

- *Construções passivas*: permitem o desaparecimento do agente e podem, portanto, produzir ambigüidades ou deixar a indefinição.

A democracia permite, pela rotatividade no poder, um inevitável processo de amadurecimento político. Não será feito sem custos ou traumas (FSP, 05/08/89, §3)

Pela importância que assumiram os meios de comunicação de massa, especialmente nos dias tormentosos que estamos vivendo, frequentemente é posta em debate a função da Imprensa (DP, 05/08/89, §1)

- *Interrogações retóricas*: alguns procedimentos não são aconselhados pelos manuais de redação jornalística para determinados gêneros. Tal é o caso da interrogação, sobretudo no editorial que deve ser incisivo e não dar margem à desorientação do leitor, pois que sua função é

exatamente a de ser um catalisador de opinião e de ajudar o leitor a sair de suas perplexidades. Veja-se, a esse respeito, o depoimento que Danton Jobim faz em *Espírito do Jornalismo*:

Nesta espécie de conversa (diálogo 'sui generis' em que um dos interlocutores é mudo e o outro lhe tem de adivinhar as perguntas) não há lugar para os silêncios grávidos de sabedoria, os sorrisos enigmáticos, os gestos indecisos ou evasivos, tão bem pintados pelo velho Eça ... As respostas não podem ser as de um ensaista, porque ao jornalista não lhe sobra tempo para as longas meditações, nem as de um ficcionista porque não lhe é lícito ... suprir com a imaginação as lacunas da realidade. Neste particular, o público é severíssimo conosco. Pão, pão, queijo, queijo; fato é fato, poesia é poesia.

O editorial, entretanto, não consegue fugir a esse expediente que tem o valor de um gesto teatral. O editorial "*Solidariedade invisível*" do JORNAL DO BRASIL, numa atitude de indignação, diante do que se passa no país vizinho, a Colômbia, termina o seu último parágrafo com um acúmulo de interrogações retóricas, depois de afirmar que "a hora não é de retórica" no parágrafo anterior:

É esta a "solidariedade continental?" Qual é, afinal, a política externa do Brasil? Ou um vizinho ameaçado não é considerado assunto de política externa? Serão "agentes do imperialismo" os norte-americanos que, neste momento, tentam ajudar a Colômbia a responder a um ataque assassino que atinge o cerne da integridade nacional? (JB, 30/08/89, 59).

- *Marcas gráficas de rejeição*: forma de distanciamento que pode mostrar que o discurso do outro não é endossado ou que se questiona o colocado ou posto pela expressão.

Aspas (exemplos do editorial anterior)

"solidariedade continental"
"agentes do imperialismo"

Ponto de exclamação

"A conta, o País paga!
(OESP, 30/08/89, §6)

- *Unidades lexicais*: termos que, sem estarem assinalados por um desses sinais gráficos expressam rejeição ao fato designado, *suposto, dito, rotulado* etc.

A heresia, assim reconhecida pelas mais respeitáveis instituições especializadas internacionais, serviria de pretexto, contudo, para levantar o clamor universal contra a suposta devastação (CB, 10/08/89, § 1).

III. O ADJETIVO NOS MECANISMOS RETÓRICO-ARGUMENTATIVOS DO DISCURSO

O conhecimento das possibilidades de ocorrência da classe do adjetivo nas estruturas formais da língua, assim como o de suas características morfológicas e propriedades semânticas, são imprescindíveis, como ponto de partida, para que se possa mostrar as funções que lhe cabem na organização e construção do discurso. Por este motivo, delineamos em nossa introdução a conceituação da classe e de seus mecanismos básicos.

Recorremos à superposição de mais de um critério, optando por um tipo misto, de natureza semântico-formal e para tanto servimo-nos das modernas teorias gramaticais sobre o assunto (Pottier, Roca Pons, Chomsky, Lyons, Riegel, Wilmet, Bousono, Sobejano, Mira Mateus, entre outros).

Por outro lado, conforme foi exposto em nossa fundamentação teórica, adotamos uma teoria geral da linguagem em que os componentes enunciativo e retórico são dados fundamentais na consideração de uma mensagem e de sua trajetória. Cabe, portanto, ter em mente:

- A competência ideológica (no sentido amplo) sobre a qual esta mensagem se articula, isto é, o nível fundamental que subjaz à sua manifestação e de que a teoria semiótica do texto procura dar conta. Através do componente enunciativo pode-se ver que a atitude proposicional do enunciador importa às vezes mais do que o próprio valor expresso no enunciado. A noção de enunciação, num sentido amplo, como *processo*, aproxima-se do que se denomina "sistema de representações" na conceituação de ideologia. Entende-se como ideologia "uma visão do mundo própria de uma sociedade, de uma cultura", segundo Chatelet (1978) citado por Reboul em seu livro *Langage et idéologie* (REBOUL, 1980:21).

Entre as inúmeras definições encontradas, esta pareceu-nos a mais abrangente dando margem a que pontos de vista procedentes de teorias diferentes nela possam ser enquadradas.

Raymond Boudon faz uma abordagem crítica das teorias já clássicas a respeito de *ideologia*, procurando dar um quadro comparativo das confluências e divergências (BOUDON, 1989). Não seria o caso de discuti-las nos limites deste trabalho.

Uma prática discursiva, segundo D. Slakta só pode se explicar em função de uma dupla competência: uma competência específica (sistema interiorizado de regras especificamente lingüísticas) e uma competência ideológica, ou geral, que torna possível a totalidade das ações e significações (SLAKTA, 1971:110). Isto significa incluir a ideologia no conceito de discurso e esclarecer a posição deste em relação à língua, que não existe fora do sujeito do discurso.

O sujeito da imprensa não é um sujeito único, unívoco, mas uma pluralidade de vozes, a emanção de uma fala plural, constitutiva de um discurso social. Entende-se a imprensa como lugar de representação simbólica, cujo intento é romper a opacidade, trazer sentido, interpretando, contextualizando e gerando opinião sobre notícias e acontecimentos. O espaço público torna-se, assim, o lugar do jornalista e este por sua vez se erige como seu "guardião".

O adjetivo seria um elemento privilegiado de penetração do ideológico no discurso, como campo de investimento do valor.

- Os efeitos que se pretende obter (o componente retórico): o conteúdo se ligaria a uma força ilocucionária maior, isto é, a uma situação de enunciação que influi nas relações entre interlocutor e ouvinte ou interlocutário, obtendo-se um efeito direto pelo ato de linguagem.

Situam-se pois estes componentes dentro de uma orientação argumentativa, como meios de persuasão, e segundo uma teoria geral do discurso.

Tomaremos, neste estudo, como básica, a função argumentativa, sob cuja ótica serão examinadas as demais funções do adjetivo.

A constatação de que existem expressões sem valor informativo marcante, mas que servem para induzir o sentido geral pretendido pelo discurso e levar o interlocutor a determinadas conclusões está na base dos estudos sobre argumentação e comunicação persuasiva. Esta idéia tem sido desenvolvida por Ducrot em vários trabalhos seus.

Certas expressões poderiam ser consideradas como "marcadores de tendenciosidade", uma vez que fazem parte das estratégias do locutor para intervir nas representações e expectativas de seu ouvinte/leitor. Muitas delas vêm forçar a adesão, tentar modificar crenças e convicções, enfim, impor um sentido.

Nessa direção argumentativa podem ser situados os adjetivos em sua tarefa de classificar um fato, determinando-o, ou de fazer sobre ele um juízo de valor, ou ainda, de mostrar o envolvimento emotivo-relacional que com ele se mantém.

Os títulos de alguns editoriais de nosso *corpus* podem ilustrar essas diversas funções que lhe cabem:

Violência regimental (CB, 05/08/89)

Predação multinacional (CB, 10/08/89)

Exigência nacional (CB, 30/08/89)

Manobra espúria (OESP, 05/08/89)

No rumo certo (DP, 20/08/89)

Movimento justo (OD, 25/08/89)

Confronto melancólico (OESP, 20/08/89)

Tentativa infeliz (DP, 25/08/89)

Solidariedade invisível (JB, 30/08/89)

Tudo o que o produto do discurso visa, afinal, calculada ou involuntariamente, é selar um acordo com o seu interlocutor, tornando-o conivente com os propósitos desejados. Por esta razão, localizamos os estudos sobre a adjetivação dentro de uma perspectiva semântico-argumentativa, tocando-lhe de perto a função persuasiva.

Nesse sentido, a classe do adjetivo pode produzir muitos efeitos. De fato, caracterizar, sua função, precípua, implica várias atitudes do falante: reconhecimento, julgamento, apreciação, aceitação ou rejeição. É, enfim, um ato de aquilatar, avaliar coisas, seres, idéias, sentimentos e de descrever as impressões causadas por estes. Embora outras partes do discurso possam fazê-lo, é a classe do adjetivo que assume basicamente estas funções, constituindo um lugar propício de instalação da subjetividade na linguagem. Figura entre os elementos linguísticos mais salientes quanto à manifestação da presença do locutor no seu enunciado, isto é, como revelador de traços da enunciação.

Os adjetivos são, pois, colocados junto aos chamados *índices de avaliação*, isto é, entre os processos discursivos que assinalam o grau de adesão do sujeito da enunciação aos conteúdos enunciados. Deve-se também considerá-los em relação aos processos de *modalização*, que se definem como a marca dada pelo sujeito ao seu enunciado, embora a modalização constitua um ato contínuo, sendo inúmeros os elementos que podem realizá-la. Estes aspectos são produzidos pelos adjetivos quer em seus torneios predicativos (ex. *É verdade que, é incerto que, é incontestável que* etc), quer nos atributivos (ex. *certeza absoluta, palavra verdadeira, afirmação incontestável* etc). Além disso, há que considerar também o modo de encadeamento das frases e, dentro destas, como os seus constituintes se acham ligados (ex. *gordo, porém, atraente*).

O levantamento que fizemos dos adjetivos do *corpus* levou em consideração esses aspectos (sintático-semântico e de relações discursivas). Não poderia ser de outra forma, uma vez que adjetivos de natureza basicamente referencial axiomatizam-se *no* discurso e *pela* rede de relações nele estabelecidas.

Faremos uma análise dos adjetivos propriamente avaliatórios, isto é, dos que não são simplesmente descritivos ou classificatórios, mas que trazem posicionamento de seus usuários, quer acidentalmente (não-axiológicos), quer como sentido básico (axiológicos), muitos deles externando também as reações afetivas da fonte avaliadora. Os adjetivos avaliatórios são fundamentais à construção de um ponto de vista, da perspectiva do enunciador.

Considerar-se-ão, portanto, graus de subjetividade, ou seja, variações dentro dos textos que exigem uma revisão do conceito de subjetividade. Partindo do princípio de que o objetivo em estado puro inexistente, postulamos um *continuum* de subjetividade, da mais discreta à mais exacerbada, o que se verá nos diferentes jornais examinados, e procuraremos mostrar que também ela é construída no texto, assim como se constrói objetividade por meio de uma série de recursos discursivos.

Os efeitos de objetividade/subjetividade produzidos pelo uso do adjetivo no editorial inserem-se dentro das articulações discursivas da persuasão, isto é, ao lado de outros recursos empregados com a finalidade de ser convincente e de ganhar a adesão dos narratários-leitores: a Nação, de um lado, ou seja, o povo que a constitui, o Governo, de outro, com seus múltiplos organismos dirigentes. Nestes terrenos, ganham destaque, além do raciocínio lógico, as provas de natureza subjetiva que se alçam em primeiro lugar, pois persuadir é tocar o universo de crenças, expectativas, desejos e paixões dos interlocutores. Ao fazê-lo, o editorialista revela os valores do grupo de que é representante, seja os do jornal, com seus interesses próprios, seja os da população, de que pretende ser o porta-voz. Nessa intersubjetividade não deixam de aflorar seu estado patêmico, seu domínio emocional.

Características específicas do adjetivo propiciam a execução das tarefas acima mencionadas: apresentação de um valor escalar (eixo de gradação) e graus de intensidade; ampla flexibilidade dada por seu valor dêitico (a existência de uma norma ou padrão implícitos a qualquer avaliação); expressão da afetividade, possibilitando o envolvimento do falante. São estes aspectos que, a seguir, vamos expor.

O discurso jornalístico do editorial se serve de meios discretos, dada a atitude de distanciamento porém, de qualquer forma traz, evidentemente, a marca do lugar ideológico a partir do qual o emissor se pronuncia. Em *Provar e Dizer*, Ducrot afirma que a situação ideológica é parte integrante do que chamamos "o locutor" (DUCROT, 1981:184). Há uma tomada de posição explícita por parte do redator mas encoberta por estratégias discursivas, ou seja, pelos processos de formalização da mensagem. Deste modo, a análise formal é aquela que pode detectar o ideológico no texto, uma vez que ele se apresenta de forma difusa nos textos não declaradamente ideológicos, podendo estar modalizado ou implícito.

A teoria semiótica, ao examinar as relações existentes entre os efeitos de sentido e os mecanismos que os produzem, fornece elementos para que se possa determinar o contexto sócio-histórico e a formação ideológica em que o texto se insere (BARROS,1990:62).

O lugar discursivo de que fala o locutor (entre interlocutores) dá voz de autoridade ao discurso. Assim, por exemplo, no editorial o estatuto enunciativo do sujeito emissor coloca-o na posição de uma superconsciência que dá a interpretação dos fatos, pairando sobre o acervo comum de acontecimentos coletivos (crenças, aspirações, decepções etc) subjetivamente compartilhados pelo grupo a que se dirige.

Nos itens que se seguem serão vistos os traços fundamentais que favorecem o exercício da função argumentativa pelo adjetivo.

1. A caracterização e a determinação

O adjetivo está ligado a uma operação do espírito a que podemos chamar *caracterização* a qual, por sua vez, também se acha ligada a outras como a de nomear e determinar. O ato de nomear e de caracterizar vão lado a lado. Parte-se da noção de que o nome é formado por um conjunto de traços, os semas, que expressam características do ser, das coisas, cabendo ao adjetivo tornar concisas essas características, aumentando sua compreensão e diminuindo a sua extensão.

A caracterização constitui o elemento semântico próprio do adjetivo em sua função atualizadora e predicativa do suporte ao qual se liga. Unindo estes elementos, pode-se chegar ao seguinte esquema:

Função predicativa \longrightarrow aumenta a compreensão do nome

Ex. *Este homem é inteligente*

Função atualizadora \longrightarrow delimita a extensão do nome

Ex. *O homem inteligente* (que é inteligente)

A função básica dos atualizadores em geral é exatamente manifestar qual das possibilidades virtuais do signo se dá num determinado ato de fala, pondo-o numa relação concreta e determinada com a realidade.

As próprias palavras de significação objetiva, enquanto exercem as suas funções de membro da frase, são também elementos atualizadores: o adjetivo em relação ao substantivo que ele caracteriza, o nome em relação ao verbo de que é sujeito, e assim por diante.

Vem da antiguidade a conhecida classificação lógica das palavras em três categorias fundamentais: o substantivo, que expressa a substância (entidades), o adjetivo que expressa a qualidade (caracteres) e o verbo, o fenômeno (processo,

acidente ou estado). A elas há que acrescentar, como partes da oração, as partículas relacionantes e os determinantes.

Não há, entretanto, como se sabe, uma correspondência direta entre as classes gramaticais e essas categorias lógicas: um substantivo, que normalmente expressa substância, pode também expressar qualidade, como se dá com os abstratos em geral (ex. *mansidão, beleza* etc) e fenômeno, no caso dos substantivos deverbais (ex. *partida, chegada* etc); o verbo, cuja característica fundamental é expressar o fenômeno, o processo, pode também expressar qualidade, tal como se dá com verbos formados a partir de adjetivos (ex. *enegrecer, afinar, amarelar* etc); por outro lado, o adjetivo, além de expressar qualidade, pode traduzir o aspecto dinâmico que identifica o verbo, o que ocorre com os adjetivos deverbais (ex. *duradouro, passageiro, escorregadio, alagadiço* etc).

De fato, a representação lingüística das coisas e seres que constituem o mundo da realidade se faz de acordo com a possibilidade de apreensão que dele temos através das palavras, como substâncias, processos ou como propriedades ou qualidades.

Essa representação lingüística dos modos de existência das coisas pode, entretanto, ser independente da realidade, de tal forma que um mesmo objeto de conhecimento pode ser apreendido de diversas maneiras. Assim, o que na realidade existe como um processo ou movimento (ex. *o avião chegou*) pode também ser apreendido como substância (ex. *a chegada do avião*). De igual modo, o que na realidade existe como propriedade, pode ser expresso gramaticalmente ora como propriedade inerente a uma substância, ora como a própria substância sujeita à inerência, isto é, com possibilidade de ser caracterizada:

As planícies verdes

O verdor das planícies

O verde viçoso das planícies

A mesma realidade poderia ser apreendida como processo:

As planícies verdejam

As planícies reverdecem

Pode-se mesmo chegar a uma fusão entre qualidade e fenômeno, quando se fala de uma qualidade em relação a certo tempo do passado ou do futuro, tornando-se, então, um acidente (ex. *derradeiro, vindouro* etc) ou quando a qualidade é vista como processo (ex. *a árvore está florida, a árvore floresce*).

A relação dinâmico/estático aplicadas respectivamente a verbos e nomes mostrou não corresponder à realidade da língua, por existirem nomes de caráter dinâmico e verbos de caráter estático. É, portanto, antes de tudo, o comportamento morfossintático que irá caracterizar as classes de palavras, isto é, as modalidades de morfemas que aceitam e as funções que podem exercer na oração. É nesse sentido que se pode dizer que o adjetivo e o advérbio são ambos caracterizadores ou modificadores, do nome e do verbo respectivamente.

É possível, por um processo de abstração, separar-se a qualidade da substância, porém não é igualmente fácil a separação quanto aos fenômenos, pela própria natureza limitada de sua duração e por estarem mais vinculadas à substância. Estabelece-se uma coesão mais íntima entre o sujeito e o fenômeno que entre o sujeito e a qualidade, embora esta seja característica da substância, conforme vimos, e, às vezes, a ela inerente.

A esse respeito é bastante esclarecedor o capítulo de Lyons, em sua *Semantics 2*, sobre as bases ontológicas das entidades, qualidades e ações. Segundo o autor, a estrutura gramatical das línguas pode ser, em parte, determinada por distinções semânticas, havendo fortes correlações entre elas nesse aspecto (LYONS, 1977:441 e ss.).

É função própria do adjetivo a de conferir ao substantivo, que representa os entes ("aquilo que existe; coisa, objeto, matéria, substância, ser", AURÉLIO, NDLP, s.v. *ente*), uma caracterização ou especificação, embora todas as

espécies de elementos da oração possam ocasionalmente servir para esse fim (ex. *aquele homem é um animal*). A caracterização é, entretante, papel específico do adjetivo. Quando se fala de caracterização em geral, trata-se antes de tudo do processo semântico envolvido. Ao falar de caracterização através do adjetivo é ao processo semântico formal nele implicado que nos referimos.

Adotando a denominação usada por F. Brunot, a caracterização realizada por adjetivos, advérbios e seus substitutos é a caracterização *extrínseca*, havendo também aquela que se faz dentro da própria palavra, por esta razão chamada *intrínseca* (BRUNOT, 1936:581).

Desta forma, cabe verificar o jogo das combinações possíveis dentro do texto, tendo-se encontrado os seguintes tipos mais freqüentes nos sintagmas examinados:

- ambos caracterizadores: substantivo + adjetivo

surto infamante
fúria gananciosa
obstinada veemência

- substantivo + adjetivo como caracterizador (caso mais comum)

ação criminoso
ações desencorajadoras
leviana desenvoltura

- substantivo caracterizador + adjetivo referencial

Este tipo é bastante significativo quanto à criação de figuras, que dão uma linha isotópica ao texto, determinando a rede de escolhas a serem efetuadas e a direção interpretativa do texto.

Seguem-se alguns exemplos:

histeria internacional
espasmos históricos
curral eleitoral
holocausto ecológico
embalagem ideológica
brincadeiras semânticas
banditismo organizado

- substantivo caracterizador axiologizando o adjetivo.

A caracterização de tipo intrínseca importa para nosso estudo sobretudo na medida em que constitui uma via de axiologização do adjetivo referencial que a ela estiver ligado, transferência essa de natureza positiva ou negativa em consonância com o traço caracterizador do nome. Observe-se como se dá essa transmissão de valores:

padrões internacionais
subterfúgio democrático, jogo democrático
credo privatista
populismo estatizante

O adjetivo poderá concorrer para a definição do ente nomeado, desempenhando então um papel especificativo em relação a este (ex. *texto publicitário*). Neste caso, ele aumenta a sua compreensão e diminui a sua extensão. Esta função determinativa consiste em precisar os termos ou limites, distinguir um elemento dentro de um conjunto, separá-lo dos outros. Poderá também o adjetivo apenas atribuir uma qualidade ao nome (ex. *texto excelente*), sendo esta a sua função mais propalada. Na realidade, esta é apenas uma de suas funções. Pode ser atualizador do substantivo que modifica por meio de relações formais que com ele mantém.

Qualificar supõe no falante uma atitude descritiva e até mesmo contemplativa. Essa atitude vai se desenvolvendo durante o processo de aquisição

da linguagem e se apresenta inicialmente limitada a alguns pares de adjetivos para expressá-la (*bom/mau, lindo/feio* etc).

Os caracteres de um ser, coisa ou conceito são aqueles traços que os identificam, sejam eles essenciais ou acessórios, naturais ou adquiridos, duráveis ou efêmeros, interiores ou exteriores, simples ou complexos, físicos ou psíquicos.

Os caracteres físicos do ser e das coisas envolvem sensações visuais, (*grande/pequeno, alto/baixo, claro/escuro* etc), táteis (*áspero/liso, quente/frio, duro/brando* etc), gustativas (*doce/amargo/azedo* etc), olfativas (*fétido, pútrido, aromático* etc), acústicas (*agudo, estridente, bemolizado* etc). Prestam-se ao uso figurado e ao emprego sinestésico, tendo alguns destes adjetivos uma frequência bastante elevada nos editoriais (*grande*, 24 ocorrências, *pequeno*, 12, *claro*, 7, *alto e baixo*, 6). Para as sensações acústicas e olfativas faltam adjetivos primitivos (radicais), havendo o concurso de formas complexas (derivadas).

A falta de adjetivos qualificativos propriamente ditos, fundamentais para denotar a qualidade, faz com que seu suprimento seja feito mediante transposições semânticas. Assim, adjetivos que não expressam qualidade, mas outros conteúdos (como espaço, tempo, propriedade, matéria, procedência etc) passam a fazê-lo por translação a um sentido figurado, isto é, metaforicamente. Este é um dos processos mais fecundos que a língua possui para suprir a escassez de adjetivos na expressão da qualidade. Vejamos exemplos tomados aos 8 jornais por nós examinados, que somaram ao todo 49 empregos metafóricos, sem neles estar incluídos os hiperbólicos, anotados à parte e não muito numerosos. Fizeram uso aproximado, deste recurso, os jornais O ESTADO DE SÃO PAULO, (9 casos), JORNAL DO BRASIL (10 casos) e o CORREIO BRASILIENSE (11 casos). Em situação intermediária estão JORNAL DE BRASÍLIA (6 casos) A FOLHA (5 casos) e o DIÁRIO POPULAR (5 casos). Por último estão O GLOBO (2) e O DIA (1).

A bravata desapareceu da retórica portenha, substituída por um avudo senso de adesão à realidade

(OESP, *Confronto melancólico*, 20/08/89)

Um arcaísmo básico se confirma, assim, tanto na postulação pretensamente renovadora de Collor, como no redentorismo caudilhesco de Brizola.

(FSP, Campanha estagnada, 25/08/89)

Continua provocando acalorados debates a questão da autonomia do Corpo de Bombeiros em relação à Polícia Militar.

..... Por isso mesmo o assunto impõe análise fria e isenta de preconceitos corporativos ...

(DP, A questão dos bombeiros, 30/08/89)

... nada impede que o desejo de uma nova situação crie o entusiasmo necessário à ultrapassagem das etapas iniciais, certamente duríssimas (trata da situação na Polônia).

(JB, Divisor de Águas, 25/08/89)

... cabe-lhe sepultar o apetite pela pompa, característico de um poder divorciado da Nação, a afirmar-se pela majestade, uma das variantes da opressão (uma real transição democrática).

(GL, Nem técnica, nem moral, 30/08/89)

Os eleitores brasileiros estão maduros o suficiente para entenderem que devem escolher quem apresentar melhores propostas para tirar o País da crise econômica e social em que vive.

(OD, Baixo nível, 30/08/89)

Estaria aí uma forma de evitar a expansão da base monetária ou de reduzir os saques sobre as poupanças privadas mediante a colocação de títulos da dívida pública, ambas práticas carregadas de explosivo conteúdo inflacionário.

(CB, Política 'banho-maria', 20/08/89)

O Brasil é hoje um País sem políticas, sem planejamento, sem uma visão clara daquilo que quer e daquilo que pode.

(JDB, Presente e futuro, 25/08/89)

Em se tratando do ser, ao aspecto físico se acrescenta o psíquico. Os editoriais, por serem discursos, temáticos, de reflexão, apresentam maioria absoluta de adjetivos de natureza psíquica: 836 adjetivos num total de 1153 adjetivos examinados, acrescentando-se ainda o fato de que os restantes 317 adjetivos físicos

ou exteriores foram axiologizados no discurso, não tendo sido computados os de emprego simplesmente referencial. Entre os adjetivos psíquicos, contam-se os de valor estético, moral, metafísico e intelectual.

Tem-se ainda que considerar uma caracterização de cunho objetivo (denotativo) e outra que se prende a elementos subjetivos (conotativos). Procuraremos mostrar como, através do jogo desses dois tipos, o editorialista procura influenciar seus leitores. A primeira produz efeitos de referencialização, e portanto, de "dizer verdadeiro"; a segunda, toca o universo de paixões (espera, confiança, rebeldia etc) dos destinatários da mensagem, com o intuito de obter sua adesão, de fazer crer no discurso produzido. Assim é que o editorial é construído com o rigor e as normas de um texto dissertativo, de caráter científico, mas imprime-se-lhe o toque subjetivo através dos posicionamentos do enunciador-narrador, através do grau de afetividade com que carrega seus pronunciamentos e pareceres. Este "gancho" parece ser mais poderoso que aquele, conforme se verá ao longo de nossa exposição. A emoção intensa que chega, muitas vezes, a provocar é da ordem do "pathos", da ênfase.

Certas características não estão no objeto real representado pelo substantivo, mas nas imagens (representações) que o locutor dele faz. Disto decorre a grande margem de subjetividade no ato de qualificar.

O adjetivo de caráter objetivo enuncia as qualidades que estão realmente no ser ou coisa, própria ou acidentalmente. Quando de caráter subjetivo, enuncia qualidades que estão não só no ente em questão, mas sobretudo na imagem representativa que o sujeito formou desse ser. Falamos em sujeitos, no caso do editorial, uma vez que o sujeito editorialista procura transmitir o imaginário coletivo, assumindo sua "voz" e falando em nome dele.

Greimas e Courtès ao se referirem aos valores pragmáticos afirmam serem eles "objetivos ou subjetivos e, em decorrência disso, podem se manifestar quer como propriedades intrínsecas dos sujeitos (ex. *ser poderoso*), quer como objetos tematizados independentes (ex. *possuir um exército*)", Dic. Sem., p. 14.

A caracterização através do adjetivo apresenta diferenças acentuadas conforme se caminha do discurso científico, em que as escolhas são discretas, em geral denotativas, ao discurso polêmico, que pode tê-las fortemente conotadas, passando pelo jornalismo cotidiano, com suas estratégias específicas, de que falaremos adiante.

2. A função indicial

Não se pode falar em objetividade/subjetividade abstraindo as noções de modalidades, conotações, pressupostos importantes na manifestação da subjetividade, conforme se pôde depreender do exposto até aqui. As conotações, por diferentes que sejam os pontos de vista adotados a esse respeito, são consideradas como manifestação da subjetividade do locutor. Quanto às pressuposições, Ducrot salienta seu papel nas relações intersubjetivas do ato comunicativo.

Ponto de partida para esses estudos foram os trabalhos de Benveniste. Muitos elementos já foram, entretanto, acrescidos com os trabalhos mais recentes da análise do discurso sobre enunciação. Tal se deu, por exemplo, com a dicotomia história/discurso que para ele correspondia à de objetividade/subjetividade respectivamente. Estes conceitos foram por ele definidos como efeitos criados pelas diferentes relações que os tipos de enunciado mantêm com a enunciação (BENVENISTE, 1966). Relações entre a instância da enunciação e o discurso enunciado são do domínio da sintaxe discursiva, segundo a teoria que adotamos para este trabalho. Pouco a pouco, o mito da objetividade foi se desfazendo e hoje não se desconhece o fato de que, na realidade, as coisas se apresentam emaranhadas e que não é fácil captar a presença de uma ou de outra atitude, sobretudo se considerarmos que a língua fornece estratégias enunciativas que propiciam ao usuário afastar a subjetividade de seu discurso e de imprimir-lhe uma gama imensa de efeitos de objetividade.

Se o dogma da objetividade não passa de um logro, pode-se entretanto falar de *efeitos* de objetividade e de *efeitos* de subjetividade, construídos *no* discurso e *pelo* discurso. Estamos tomando aqui *discurso* como "o enunciado considerado do ponto de vista do mecanismo discursivo que o condiciona" (ROBIN, 1977:26). Em outras palavras, se se considera o enunciado no seu quadro enunciativo, então ele se torna um *discurso*, que tem valor de comunicação com,

(1022 ocorrências) em relação àqueles que procedem de outra fonte avaliatória que não da enunciação (31 apenas). A título precário, estes foram denominados *enuncivos*, embora saibamos que o termo pode prestar-se a outras finalidades.

Quanto à escala de subjetividade, os adjetivos propriamente axiológicos (interpretativos e de julgamento) constituem a maioria (668 ocorrências), os avaliatórios não-axiológicos (dimensionais, temporais, de lugar, de ordem etc) que se axiologizaram no discurso são praticamente a metade daqueles (376 ocorrências) e, finalmente, os afetivos em número bem mais reduzido (89 ocorrências). O destaque do adjetivo axiológico se deve à própria natureza do texto examinado: sua incidência é muito maior nos textos de vocação avaliadora, como o discurso do comentário, do que em textos com finalidades descritivas. Em adjetivos como *grande*, *frio*, por exemplo, empregados em sentido próprio, a subjetividade é muito menos evidente.

Em certos tipos de discurso, como os de vocação científica e os jurídicos, chega-se a banir os adjetivos afetivos, com a intenção de eliminar certos traços da enunciação considerados indesejáveis. No jornalismo de tipo *cool*, como os noticiários de tele-jornalismo, expressões de indignação, de complacência devem ser evitadas. Há, entretanto, apresentadores que fogem a essa ortodoxia e mesclam suas reações aos fatos relatados. Polêmica proveitosa a esse respeito, com profissionais de vulto nacional no gênero, foi mantida pela revista VEJA que traz como manchete *A ARTE DE OPINAR* (9:10-16, março/90). Discutiu-se a validade da presença de comentários marcantes e até mesmo irreverentes nesse gênero de jornalismo, que em muitos aspectos se aproxima do editorial.

Há, portanto, diferenças acentuadas conforme se caminha do discurso científico ao discurso polêmico, passando pelo jornalismo cotidiano. Certos textos aproximam-se do "grau zero" ou se afastam muito pouco dele com escolhas estilísticas extremamente discretas.

Há ainda que considerar as formas que expressam simultaneamente julgamento de valor e envolvimento emocional do locutor diante do fato. São os afetivo-axiológicos de alto grau de informatividade, uma vez que fornecem

informações acerca do objeto que traz a qualidade e ainda sobre a posição do locutor diante dele, o que não é necessariamente proporcional à sua precisão objetiva (ex. *admirável, desprezível, irritantes* etc). Nem sempre é fácil, entretanto, distinguir a presença destas duas atitudes no adjetivo, estando muito imbricadas, em alguns casos, a participação emocional (afetiva) e a valoração (julgamento).

Dados pormenorizados relativos ao *corpus* serão objeto de nosso estudo no capítulo seguinte deste trabalho. Por ora, apenas os dados gerais que contribuem para o esclarecimento das funções que o adjetivo pode cumprir no discurso em seu papel retórico-argumentativo, tomando-se como exemplificação o editorial.

Entre essas funções, destaca-se o valor indicial, uma vez que o adjetivo faz parte de um procedimento utilizado pelo enunciador para imprimir ao discurso as marcas de veridicção de que este necessita para ser aceito. Trata-se, pois, de um recurso de manipulação entre outros que visam o mesmo efeito (os "subjectivêmes" ou "enunciatêmes").

Certos tipos de adjetivos são talhados para dotar o discurso dessas marcas de veridicção, especialmente aqueles que constituem núcleos predicativos em torneios como *é certo que, é inegável que, é necessário que, é obrigatório que* ou em construções infinitivas correspondentes. Os adjetivos *possível/impossível, necessário/contingente* (modalidades aléticas) caracterizam um fazer interpretativo objetivo, pois os resultados da interpretação são obtidos, em princípio, a partir do próprio objeto (BERTRAND, 1984:24).

Deve-se acrescentar que o estudo das *marcas* ou *índices* de enunciação tem que integrar-se ao da coesão estilística global do texto. O adjetivo, por constituir um lugar propício de instalação no enunciado da subjetividade dos falantes, está colocado entre os elementos linguísticos mais salientes quanto a essa manifestação.

A noção de distanciamento é bastante pertinente no exame da produção do editorial. Há várias formas de distanciamento a considerar: importamos, para o tipo de texto em questão, aquela que se dá entre o sujeito da enunciação

e o conteúdo do enunciado (ou um ou mais actantes que se acharem nele inscritos) e a que se dá entre os dois actantes do processo de alocação (locutor-alocutário), no editorial o observador-narrador e o destinatário-leitor. Outras possibilidades de distanciamento, como a que se estabelece entre os diferentes actantes do enunciado ou a que ocorre, em forma de metalinguagem, entre o enunciador e a própria produção do enunciado, não interessam ao caso específico do discurso editorial, a não ser excepcionalmente.

Tomando-se a primeira forma de distanciamento, nota-se que ele é ilusório em relação ao sujeito da enunciação: trata-se, na realidade, de um discurso voluntariamente neutralizado do ponto de vista da instância da enunciação.

Em sua condição mais ampla de comentário, o editorial inclui a modalização do sujeito enunciador, diversamente do discurso informativo, que procura ser não-modalizado. Na verdade, isto só se dá teoricamente ou na intencionalidade dos produtores da notícia.

O efeito de objetividade produzido neutraliza, no co-texto, a intervenção dos índices de subjetividade, mas nem por isto estes deixam de exercer seu papel de adesão. A subjetividade é, assim, controlada por outros elementos:

- Caracteriza-se com um axiológico (de cunho moral, no caso abaixo) e, a seguir, indetermina-se o sujeito (*se*):

Com leviana desenvoltura, colocou-se em circulação, para espanto dos meios científicos desengajados, a idéia de que a floresta tropical seria responsável pela quase totalidade do oxigênio consumido no mundo (CB, 10/08/89)

- Utilizam-se advérbios que, ao modalizarem, funcionam como *operadores de objetividade*:

intrinsecamente imoral (GL, 30/08/89, §4)

pretensamente renovadora (FSP, 25/08/89, §3)

aparentemente singelo (CB, 25/08/89, §3)

sabidamente frágil e injusto (FSP, 20/08/89, §5)

- Intervenção metalingüística do enunciador: referimo-nos a esse procedimento ao tratar das várias formas de distanciamento. Por ele se observa a flutuação que há no terreno do *valor*:

Daf a definição do arcaico ser dada pelo seu oposto, o moderno, ou seja, o que se entende por moderno, e por desenvolvimento para uma nação ou para a humanidade (JB, 20/08/89, §11)

- Atribuição subjetiva e argumentação objetiva, produzindo o efeito de equilíbrio objetividade/subjetividade (emoção + razão):

A tentativa de transformar a Câmara em mais uma das comissões que a prefeitura estimula e preside não foi feliz, como os fatos demonstraram (DP, 25/08/89, §3).

- Aparência argumentativa quando, na verdade, se tem um forte impacto emocional (razão + emoção):

"A comprovação de um desgaste" (OESP, 25/08/89, título do editorial, n 33)

Trata-se de uma questão de grande interesse para toda a população. E, sem dúvida, nossos bombeiros são merecedores de gratidão, pela maneira correta e invulgar bravura com que sempre se conduziram, em todas as emergências. Por isso mesmo o assunto impõe análise fria e isenta de preconceitos corporativos ... (DP, 30/08/89, §2).

Conforme se pode notar, é bem tensa a trama que constrói o editorial, num movimento constante do distanciamento à adesão e desta para aquele novamente. Desenvolve-se todo um jogo em que as relações dialógicas ficam subentendidas, criando-se uma atmosfera de cumplicidade entre enunciador e enunciatário e diminuindo-se assim o segundo tipo de distanciamento a que nos referimos atrás. Recursos de ordem da subjetividade mostram as relações entre os actantes que fazem parte do ato comunicativo do editorial: tensas e conflituvas quando o destinatário é o governo, distensas, quando os destinatários são os cidadãos em geral, na condição de iguais.

A partir de dois pólos coletivos, passa-se através do discurso por uma sucessão de traços intersubjetivos.

O sujeito editorialista, de carácter impessoal, confunde-se então com o enunciador e o efeito produzido é o da ilusão de um saber verdadeiro, confirmado por um contrato fiduciário entre as partes, garantia de sua credibilidade. Trata-se de um observador, instalado no discurso de modo implícito ou em sincretismo com um dos actantes da comunicação, o chamado narrador, que é encarregado de exercer o fazer interpretativo que recai sobre os outros actantes e os programas narrativos do percurso gerativo de sentido.

Tudo é dado sob a perspectiva de um mediador informado, que tem o saber, mas que se oculta na impessoalidade do discurso. O saber em jogo não é discutido, pois não se coloca em questão a origem e o valor de verdade de seus enunciados. Pelo contrário, a própria imprensa os referencializa, havendo o compromisso de mencionar-se os editoriais em outras seções cada vez que for mencionado um assunto já tratado neles. Ocorre ainda o reforço através da rede de relações estabelecida entre os próprios editoriais, em que os textos dialogam nas contantes remissões intertextuais e intra-textuais:

Como dissemos na última sexta-feira, a aprovação do projeto sobre a moratória não significa que ela entra em vigor: afinal, o presidente da República poderá vetar o projeto e o Congresso manter o veto. (OESP, 20/08/89)

Ainda ontem, neste espaço, comentava-se de que modo uma eventual polarização entre Collor e Brizola seria explicável... (FSP, 25/08/89)

Analisamos, em nosso comentário principal desta página, as sugestões para a execução do programa, lembrando não ser este o momento de mudar-se uma equipe que, com a ajuda proposta pelo Congresso, poderá ainda melhorar suas performances. (OESP, 05/08/89).

No editorial, o enunciador emite juízos valorativos, permanecendo num relativo anonimato. É a sua voz que se impõe como saber máximo possível, o saber verdadeiro, ficando os sujeitos dos discursos com os saberes particulares. Tais estratégias discursivas fazem parte da ilusão criada pelo texto de efeito de objetividade, legitimado ainda mais por ser o editorial a expressão de uma instituição, enquanto ela gozar da credibilidade dos leitores, produzida pelo próprio *fazer crer* do jornal.

Não se pode medir, no editorial, o idioleto estilístico do autor, uma vez que se trata de um observador-narrador de natureza coletiva, mas pode-se ver as várias relações contextuais entrecruzadas.

Sendo o estatuto enunciativo do sujeito editorialista de natureza coletiva e havendo um efeito de voz uníssona com a opinião pública, atenuam-se as marcas do sujeito da enunciação. Enquanto certos processos de desembregem esvaziam o enunciado de toda marca de enunciação (construções passivas, torneios impessoais, asserções universalizantes etc), outros, em contraposição, como a presença de avaliatórios, denunciam-na.

No discurso editorial joga-se com estes dois processos, na dependência das intenções do editorialista. Pode ocorrer desde o julgamento explícito assumido pela enunciação até o seu deslocamento para outros actantes do enunciado. Tem-se uma embreagem enunciativa apagando-se a distância em relação à enunciação, quando esta projeta um "ele" (uma terceira pessoa) que se põe a falar:

*Este jornal achou que a idéia era no mínimo prematura.
Criou-se assim mesmo o ministério (JB, 05/08/89.)*

Quando a avaliação procede dos atores colocados no discurso pelo enunciador (que representaremos por um *e*) dá-se um certo distanciamento, em relação aos fatos, da parte da instância enunciativa (E), mas os graus de subjetividade da avaliação se efetuam tais como os da enunciação enunciada apenas deslocados (E → *e*). Vários recursos colaboram para esse efeito (discurso indireto, voz passiva, orações parentéticas etc):

Agora Mailson da Nóbrega ameaça tabelar novamente os produtos de quem der aumentos exagerados. E diz que vai conversar sobre isto com os próprios industriais e comerciantes, exigir deles explicações convincentes (OD, 05/08/89, § 6)

Esse triunfo considerado espetacular ao ser comparado com as atrações anteriores do PT em eleições majoritárias, levou muitos a imaginar a probabilidade de uma luta eleitoral restrita à esquerda (OESP, 25/08/89, § 2).

Não se prestou a necessária atenção ao lobby das estatais e o resultado foi uma constituição estatizante (em que pese a opinião dos que a têm como a mais favorável à livre empresa), na qual se reforçou a presença de grandes grupos produtivos do Estado na economia (OESP, 20/08/89, § 5).

A alternância de discurso do narrador e do actante, através do discurso citado, com passagem quase imperceptível de um a outro, constitui um artefato jornalístico que confunde a perspectivização, isto é, o modo de presença do observador, delegado pela enunciação, no discurso. Por este processo, pode-se emitir juízos valorativos sem um comprometimento pessoal, isto é, disfarçando seu posicionamento.

Um dessas estratégias consiste em citar um terceiro, sem acompanhar essa citação de um comentário distanciador; ora, a ausência de tal comentário funciona, em geral, como índice de adesão. São, portanto, de grande eficácia do ponto de vista argumentativo esses truncamentos de citação, ou melhor dizendo, esses "deslizes" intencionais (*e* → E):

Em suma, segundo apreciação de Alceu, a própria República, que é uma instituição moderna, participativa, universalista, herdou uma sociedade arcaica, primitiva, tradicionalista, ignorante de si mesma, dispersa em núcleos esparsos que se perdem na imensidão territorial (JB, 20/08/89, §4).

O pensador francês Jean-François Revel apontou, há algum tempo, o que julgava ser uma importante diferença entre as ditaduras de direita e as de esquerda: as primeiras, ao contrário das segundas, tinham ao menos a vantagem de serem biodegradáveis. A instalação, na Polónia, do primeiro governo não-comunista da Europa do Leste é um extraordinário acontecimento mostrando que, também desse lado, nem tudo é imutável! (JB, 25/08/89, § 1).

Por este expediente o sujeito editorialista utiliza a voz de autoridade de um actante do discurso como endosso e dela passa à sua própria valoração, sem transição de uma a outra. Vale-se, também da voz de entidades que fornecem dados estatísticos com o intuito de imprimir maior veracidade aos atributos que provêm dele, enunciador:

A pesquisa do Instituto Gallup de Opinião Pública publicada na edição de hoje de O ESTADO revela, mais uma vez, os estragos feitos na trajetória da candidatura presidencial do Partido dos Trabalhadores (PT) pelas desastradas gestões de seus prefeitos eleitos em novembro passado (OESP, 25/08/89, §1).

Estabelece-se, por vezes, um processo de identificação entre ambos (E ≡ e), feita de modo explícito:

Se as lideranças se prestassem a esse jogo maguiavélico - matuto, como diria o falecido presidente Castelo Branco., estariam decretando a desmoralização da instituição do Poder Executivo (OESP, 05/08/89, §5).

Certos processos de distanciamento como o uso de sinais gráficos (aspas, itálico ou negrito) podem indicar superposições da valoração do enunciador à do actante do enunciado, (E + e) porém numa atitude de questionamento, de rejeição.

No segundo editorial do ESTADO do dia 05/08/89, observa-se o uso reiterado desses recursos gráficos com essas finalidades: a partir do próprio título, as aspas já funcionam como índice de rejeição ("*Crianças populares*" dispensadas do médico). O assunto dá ensejo a que o jornal expresse sua desaprovação em relação à política educacional estabelecida pela gestão da Secretaria da Educação do Município de São Paulo, na pessoa do professor Paulo Freire:

O único problema é que os professores de Educação Física do município de São Paulo não perfilham este mesmo conceito, continuando a considerar a validade do exame para a prática da matéria. E deixaram bem clara sua opinião na única vez em que a gestão 'democrática' da educação paulista ousou discutir o assunto, no primeiro ciclo de debates sobre 'Educação Física e criança popular' (§2).

Têm-se, no mesmo período, os dois processos gráficos questionando conceitos e a terminologia que os expressam, numa demonstração evidente do relacionamento linguagem e poder. (Veja-se a esse respeito R. Barthes, 1980, M. Gnerre, 1978, C. Vogt, 1980 e outros):

Do mesmo modo, o diretor da Divisão Médica do Departamento de Saúde Escolar do Município, Wagner Ranna, também não consegue explicar o decreto da prefeitura que extingue os exames, justificando-o somente como uma decisão conjunta das secretarias municipais da Saúde e da Educação, que seguiu 'critérios técnicos e científicos'. Quais? Os mesmos que obrigam todos os professores do Município de São Paulo a referirem-se a seus alunos como crianças 'populares', proibidas que estão as expressões criança 'de periferia' ou 'carente'?" (§3).

O uso da *ironia* é também uma forma de distanciamento, como R. Barthes muitas vezes frisou. Ela supõe uma certa superioridade de quem a emite, um olhar "de longe".

Esta figura de pensamento da retórica clássica é vista hoje, na teoria que adotamos, como um procedimento de sintaxe discursiva, em que há um desacordo entre a instância da enunciação e a do enunciado: afirma-se no enunciado e nega-se na enunciação (FIORIN, 1988).⁷ Outras figuras como a lítotes,

a preterição, a reticência também se inserem dentro deste mesmo processo de discordância, com as especificidades próprias de cada uma. Quando tais discordâncias se dão no domínio das oposições graduais, têm-se o eufemismo e a hipérbole: atenua-se no enunciado e intensifica-se na enunciação ou intensifica-se no enunciado e atenua-se na enunciação, respectivamente.

Este tratamento das figuras permitiu-nos deslindar melhor os casos em que se torna difícil saber se a avaliação procede do enunciador ou se se prende a algum elemento do enunciado. Há casos em que ela parece aderir ao ente a que se refere, como se fosse independente de qualquer fonte avaliadora.

A ironia não é um recurso argumentativo muito fecundo no editorial: em apenas 18 adjetivos do *corpus* examinado recai este traço. A chamada "opinião solene" parece evitá-lo.

O *Manual Geral da Redação* da FOLHA afirma ser a ironia um recurso só admissível em textos assinados e que, ainda nestes, convém tomar precauções no seu uso. Recomenda ainda que não se confunda ceticismo, característica desejável para um bom jornalismo, com ironia (p. 84). O *Manual de Redação* do ESTADO não traz matéria específica a esse respeito.

Alguns articulistas de prestígio, por gozarem da liberdade que a posição lhes confere, acabam usando a ironia de forma canhestra e deselegante, às vezes até mesmo pesada.

No editorial, apenas um ou outro texto faz uso do que se pode chamar de tom de chacota ou zombaria. Tomemos como ilustração alguns trechos do editorial *Quem paga a conta* (OESP, 30/08/89), onde foram localizados 6 adjetivos com o traço irônico, proporção elevada para o total encontrado no *corpus*. O próprio título já situa o leitor num clima anedótico, mantido desde o primeiro parágrafo até a fórmula final, em tom bastante familiar: *a conta, o País paga:*

País estranho, para não dizer extraordinário, o Brasil - ou será seu presidente? (§ 1)

Do alto de sua especial percepção da realidade, o chefe de Estado se dispõe a contrariar até mesmo os sábios pareceres de seus assessores militares para marcar as eleições com sua presença na televisão. No fundo, bem no fundo, o presidente Sarney não afasta a idéia de poder dizer, um dia, que elegeu um presidente da República que salvou o Brasil, seguindo as sugestões dele, acadêmico e imortal, que passou cinco anos na Presidência da República para ao final formular um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil.

A conta, o País paga! (§ 6)

O estudo da adjetivação em sua função indicial levou-nos, pois, a considerar a questão da subjetividade/objetividade que, por sua vez, trouxe a de adesão/distanciamento e a de opacidade/transparência. Há sempre certo grau de opacidade subjetiva no texto, ainda quando ele se pretenda isento dela. Não é raro encontrarem-se vários graus de subjetividade dentro do mesmo texto, o que se pode constatar no uso adjetival, em que o mesmo adjetivo é tomado de modo referencial e, a seguir, investido de elementos valorativos.

Alguns exemplos poderiam elucidar este fato. Neles, o núcleo substantival a que o adjetivo se refere é em grande parte responsável por sua axiologização ou ainda ela se deve à presença de modificadores adverbiais:

Essa redação, sutil como a de um comunicado diplomático, foi interpretada por alguns como o desejo do Congresso de que haja um superministro incumbido de gerir os problemas econômico-financeiros. (OESP, "Manobra espúria", 05/08/89, §1)

É porque o texto do documento do Congresso permite essas duas interpretações, que o rotulamos de diplomático. (OESP, "Manobra espúria", 05/08/89, §41)

Imperdoável, entretanto, é o fato de um festival com astros tão retuzentes estar administrado de forma tão amadora que obrigue o público a desconfiar da precisão das informações sobre hora e local dos eventos antes de arriscar-se a sair de casa. (§2)

O destino que todos nós esperamos para a cidade não merece tão triste seqüência de demonstração de amadorismo e incompetência. (JDB, "Festival do caos", 05/08/89, §5)

No primeiro caso, *diplomático*, o adjetivo axiologiza-se ao se apresentar como predicativo do objeto direto de um verbo como *rotular*, cujo sentido é o de "nomear de modo especial", "alcanhar", "reputar". No segundo, *amador*, a modificação exercida pelo intensificador axiologiza-o negativamente, deixando o adjetivo de significar tão-somente o oposto de profissional, em seu valor denotativo. Isto é confirmado no texto pela presença, a seguir, do substantivo abstrato que lhe é cognato (*amadorismo*), coordenado a outro substantivo abstrato de valor igualmente disfórico, (*incompetência*).

Os adjetivos relacionais se prestam com frequência a este duplo emprego (*sistemático*, *burocrático* etc), às vezes na dependência da distribuição concreto/abstrato do termo determinado (ex. *campo esportivo*, *espírito esportivo*) de que a relações textuais se valem para efeito de plurissignificação e, portanto, de opacidade, da qual o editorial não está isento:

Em vez de se matar nos campos de batalha ou de se agredir nas ruas, a humanidade poderia competir nos campos esportivos, de maneira a transformar em positivas as energias da agressividade. O espírito esportivo passou a ter até um sentido vernacular de atitude desprendida, capacidade de aceitar serenamente as limitações do corpo e da mente humanas e consciência de que a vida deve sempre premiar os mais capacitados e preparados, embora vencer não fosse o objetivo, mas sim competir (OESP, 15/08/89)

No editorial, joga-se com as duas vertentes (objetividade/subjetividade), uma vez que para produzir objetividade é preciso disfarçar ou atenuar a subjetividade, neutralizando-a. Tal se dá, por exemplo, no fato de um mesmo recurso gramatical prestar-se à produção dos dois efeitos: objetividade e subjetividade. Já foram citados os advérbios modais como operadores de objetividade (*pretensamente*, *aparentemente*, *sabidamente* etc). O mesmo recurso

se presta à produção de efeitos de subjetividade, alterando-se a ordem dos elementos, isto é, o subjetivo incidindo sobre o objetivo ou sobre o menos subjetivo:

Felizmente, o Presidente José Sarney e seus auxiliares mais próximos souberam distinguir os aspectos terrivelmente negativos dessa tentativa e o ministro Mailson da Nóbrega foi mantido (DP, 20/08/89, § 4).

Para finalizar, algumas considerações podem esclarecer os pontos aqui colocados. Convém observar que o processo de distanciamento enunciativo não é absoluto, havendo na própria escolha lexicática uma parcela de subjetividade que cabe ao enunciador sujeito cognitivo, reforçada pela ordenação que lhes dá dentro do enunciado e, às vezes, pela motivação fonética presente nos mesmos.

Ao privilegiar certos dados e aparências em detrimento de outros, ao reordená-los no texto, já há interferência de fatores subjetivos. A existência de uma linguagem transparente é um mito e o leitor, mesmo no jornalismo mais avisado, não pode esperar encontrar por trás dela o fato íntegro para seu julgamento. Fazem-se algumas tentativas no sentido de estabelecer fronteiras um pouco mais nítidas entre o "fato" e o "dizer o fato", dada a consciência que se tem da manipulação da realidade pelo discurso.

A busca da nomeação neutra é bastante difícil no jornalismo em que se tem que operar com palavras do uso comum, correntes no sistema ideológico de trocas, com uma carga inevitável de implicações e de conotações. Em seu livro *Les passions. Essai sur la mise en discours de la subjectivité*, H. Parret defende como fundamentais para a questão da enunciação as atividades de subjetivação e de contextualização. Sua perspectiva é essencialmente enunciativa quando se trata de focalizar o homem no discurso:

Une approche adéquate - énonciative - ne s'intéresse pas à l'homme avant son discours, mais à la subjectivité dans le discours, à l'instance d'énonciation discursivisante ou se mettant en discours. Une heuristique dont les stratégies sont efficaces, ne démarre jamais comme psychologie ou anthropologie, mais en tant qu'investigation des caractéristiques manifestées des discours (PARRET, 1986)

Trata-se propriamente de uma enunciação/ "efeito de enunciado", que deve ser reconstruído ou descoberto por um esforço de interpretação, ou seja, por uma atividade de paráfrase que preencha um espaço elíptico.

É certo que existem certas marcas convencionais de enunciação, tratadas sob diversos prismas (gramáticas, retóricas, teoria dos atos de linguagem etc), mas estas marcas empíricas não constituem senão uma ínfima parte do "iceberg" enunciativo. Na verdade, não há contradição entre os dois fatos: a enunciação é transposta a partir do enunciado e isto se dá não por uma operação de natureza lógica, mas da ordem do sentimento, da paixão, segundo Parret (PARRET, 1986).

O problema está em como a enunciação deverá ser descrita. Segundo Recanati, ela se descreve a si própria em sua realização (reflexividade), podendo-se falar em *transparência* da enunciação (RECANATI, 1979).

Na realidade, a própria comunicação exige esta reflexividade que todo discurso tem em relação a si próprio.

3. A função modal

Não se pode tratar de adjetivação sem considerar a noção de modalidade, uma vez que é preciso distinguir, num enunciado, um *dito* também denominado "conteúdo proposicional", e uma *modalidade*, isto é, um ponto de vista do sujeito falante sobre este conteúdo. Bally refere-se a essas noções como *dictum e modus* (BALLY, 1951), retomando os termos já empregados na Idade Média.

Deve-se distinguir modalidade de um fenômeno mais amplo do qual esta faz parte, a *modalização*, isto é, "o reflexo, na linguagem do fato de que tudo o que o ser humano pode sentir, pensar, dizer e fazer se insere numa perspectiva particular" (CERVONI, 1989:75).

A subjetividade não se manifesta apenas diretamente, mediante a manifestação declarada do sujeito da enunciação através das pessoas gramaticais. C. Kerbrat-Orecchioni mostrou em seu livro *L'énonciation. De la subjectivité dans le langage* que um *ele* às vezes pode figurar em enunciados mais subjetivos que os emitidos em primeira pessoa (KERBRAT-ORECCHIONI, 1980:151-157). Ela se manifesta também através da modalidade, ou seja, na presença implícita do enunciador no processo enunciativo, através dos verbos (*poder, querer, dever* etc), dos dêiticos (elementos espaço-temporais que estabelecem localização em relação à instância da enunciação) e de expressões afetivas, avaliatórias, interpretativas, axiológicas (substantivos, adjetivos, advérbios).

No estudo da modalidade há os que estendem seu campo ao máximo, nela incluindo tudo o que provém de uma escolha, consciente ou inconsciente do sujeito falante, ou seja, o conjunto das diferentes maneiras de dizer o mesmo conteúdo proposicional, o que poderia vir enfeixado pelo termo *expressividade*. Segundo essa concepção, entrariam no estudo da modalidade:

- a chamada *modalidade de frase* (assertiva, interrogativa, exclamativa, imperativa)

- *fatos de natureza sintática* como a subordinação (incluindo-se as construções infinitivas, participiais, gerundivas) ligada a idéias como do possível, do provável, do certo
- as *modalidades apreciativas* que tocam o léxico (adjetivos, advérbios)
- *modalidades* que afetam a entonação, a ordem instituída das palavras, a tematização, gestualidade etc.

Pode-se, entretanto, chegar a uma aproximação mais restrita da noção de modalidade, estabelecendo-se critérios semânticos e formais que possam ser operacionalizados no exame dessa questão, considerada das mais delicadas na reflexão sobre a linguagem. Para os estudos da noção de modalidade, preocupação que já vinha desde a antiguidade greco-latina, convergem hoje os pontos de vista dos lógicos, da teoria lingüística de origem inglesa, conhecida como das *atos de linguagem* e os da teoria semiótica, em que esta noção é fundamental.

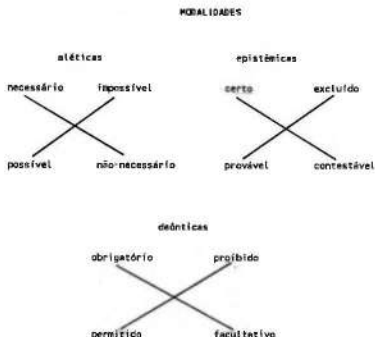
A ausência de características formais nitidamente distinguíveis para a modalidade obriga a partir de um critério semântico para as diversas manifestações no discurso. Veja-se o que Greimas e Courtès dizem sobre este percurso, confrontando também as posições dos lógicos e dos semioticistas acerca da modalidade:

Sendo o enfoque indutivo pouco seguro e de uma generalidade insuficiente, só um encaminhamento hipotético-dedutivo está de alguma forma em condições de pôr um pouco de ordem nos inventários confusos das modalidades das línguas naturais. As lógicas modais, é verdade, dão o exemplo de uma abordagem semelhante.

Observa-se que a semiótica, mesmo visando, à maneira da lógica, a instalar no cerne de sua teoria, mediante uma declaração axiomática, uma estrutura modal fundamental, mantém o caráter hipotético de sua busca, procurando apoio empírico e teórico a seu empreendimento (GREIMAS e COURTÈS, s/d: 282)

Considera-se, desta forma, como critério semântico inicial para modalidade tudo o que traduz, de modo característico, as noções que figuram nos quadrados aléticos (*necessário/possível*), deônticos (*obrigatório/permitido*) e

epistêmicos (*certo/provável*) da lógica formal e da teoria semiótica (que trata também das modalidades *bulênticas, volitivas*):



Para a teoria semiótica, as categorias modais referem-se às relações que ligam o sujeito ao objeto-valor, modificando estas relações, que são da ordem do *ser* (ou existenciais) e da ordem do *fazer* (ou intencionais). As primeiras dão existência modal ao sujeito de estado, modificando o estatuto dos objetos que estão em relação com o sujeito. As do fazer devem qualificar o sujeito para o fazer, isto é, atribuir-lhe competência modal. Pode-se definir competência como sendo o *ser* que modaliza o *fazer*, enquanto o *ser* que modaliza o *ser* é chamado modalidade veridictória e articula-se como categoria modal com o *parecer*, cujo quadrado semiótico já foi apresentado na fundamentação teórica deste trabalho.

Partindo-se de um nível abstrato de *existência semiótica* (relação do sujeito com o objeto), isto é, de categorias semânticas fundamentais, chega-se à *existência semântica* com o investimento de traços semânticos no objeto em junção com o sujeito (categoria *tímico/fórica*). Neste nível, aos valores *descritivos* (objetivos e subjetivos) juntam-se os *modais* do *querer/dever* e *poder/saber*, capazes de modificar tanto o *ser* como o *fazer*.

Os valores axiológicos virtuais transformam-se em ideológicos, atualizados e assumidos por um sujeito com o qual mantém uma relação de natureza *modal*. Distinguem-se então o *objeto modal* (que constitui a competência) e o *objeto de valor* (que é o investimento da performance).

As modalidades podem, assim, ser consideradas como um objeto com o qual o sujeito deve estar conjunto antes de realizar a sua performance. As diferentes modalidades podem ser adquiridas pela ação do sujeito ou então por transmissão de um destinador. Daí a importância de se saber quem são os destinadores do sujeito da enunciação para se ter acesso ao sentido final do texto, o que equivaleria a inseri-lo no contexto das formações ideológicas que estão na sua base, uma vez que se trata de um sujeito que representa valores determinados sócio-históricamente.

As modalidades, segundo o percurso que leva à sua realização - percurso tensivo da existência virtual, atual, realizada - podem agrupar-se em *exotáticas* e *endotáticas*, segundo o quadro abaixo (Dic. Sem., 283):

modalidades	virtualizantes	atualizantes	realizantes
exotáticas	dever	poder	fazer
endotáticas	querer	saber	ser

Nas modalidades exotáticas ou extrínsecas o sujeito modalizador é diferente do sujeito modalizado, nas endotáticas os dois sujeitos estão sincretizados no mesmo ator. Tem-se, em decorrência disso, efeitos de *objetividade* ou *sociabilidade* nas modalidades exotáticas e de *subjetividade* ou *individualidade* nas endotáticas (BARROS, 1988:53).

Este fato é bastante relevante para o editorial em que o individual (a entidade jornal) projeta-se enunciativamente como social, como voz da nação. Por sua vez, o julgamento, que é a atividade de base do editorialista, é um ato epistêmico que consiste na transformação de um estado de crença em outro, quando

se confronta um dado novo a um velho, já parte de seu universo cognitivo. O mesmo processo de reconhecimento se dará por parte do destinatário-leitor.

Em *Da modalidade (Para uma teoria das modalidades)*, Greimas apresenta as limitações que enfrenta um estudo da modalidade, mostrando como o inventário proposto é ainda provisório. Ao fazer prospecções sobre uma *teoria da performance* (englobando *teoria da manipulação* e *teoria da ação*) Greimas expressa seu otimismo no sentido de ver também surgir uma *teoria da competência*, referindo-se às confluências dos trabalhos que se fazem nessa direção:

Desejar-se-ia também que uma teoria paralela, a da competência, que integrasse tanto quanto possível as pesquisas convergentes dos lógicos e semióticos, pudesse enfim surgir. (GREIMAS, 1976:68/69).

Fala-se, pois, em modalidade *stricto sensu* ou *núcleo duro* da modalidade lingüística como sendo tudo o que traduz as noções ou valores modais do *dever querer, poder saber* (crer): modalidades proposicionais, em que entram adjetivos ("*É necessário que, é possível que* etc), e auxiliares de modo (*dever, poder* etc), que trazem uma manifestação exterior da modalidade (ex. *A crise deve voltar, a guerra pode eclodir* etc). Como restrição formal, os verbos modais recusam o imperativo, só o aceitando em condições especiais.

Haveria também uma modalidade que poderia ser chamada *impura* ou *parcial*, isto é, quando "implícita ou mesclada num mesmo lexema, num mesmo morfema, numa mesma expressão a outros elementos de significação" (CERVONI, 1989:68). Estão neste caso os lexemas que, traduzidos em paráfrases, comportam um verbo modal, as oposições de modo (indicativo/subjuntivo) e os empregos modais de certos tempos do indicativo.

Pode-se, então, do ponto de vista da modalidade, classificar os adjetivos:

- 1^ª) *Tipicamente modais*: correspondem às modalidades do *dever, querer, poder, saber* e apresentam a estrutura proposicional da

modalidade, isto é, determinam na estrutura lógica das frases uma proposição inteira. O *modo* seria então uma determinação da proposição, semelhante à determinação do nome pelo adjetivo e do verbo pelo advérbio. (Ex. *É possível que ele venha.*)

Incluem-se:

- Adjetivos em *-vel* nos quais se percebe, com nitidez, a estrutura modal (*possível/impossível, desejável/indesejável, acreditável/inacreditável* etc).

Estes adjetivos, podem perder excepcionalmente o valor modal. Ex. *menino impossível* = "menino rebelde".

- Adjetivos equivalentes dos elementos tipicamente modais, em que se percebe a estrutura modal da proposição (*elegível, "que podemos eleger", admirável, "que devemos admirar"*) ou de uma oração subjacente. Ex. *fruto proibido*, em que o particípio é o vetor da modalidade e o sintagma resulta de uma proposição modalizada: [*Proibido (alguém come o fruto)*].

Convém lembrar que a lingüística moderna considera não só a forma canônica da proposição, mas também as estruturas subjacentes para as formas de superfície, assim como o *implícito* na análise das frases.

Em nosso *corpus* são em número de 108 as ocorrências de adjetivos em *-vel*, cifra bastante elevada em relação ao total de adjetivos considerados (1153). Têm-se como resultado dessa formação em *-vel* adjetivos que se deixam traduzir por palavras que comportam uma noção modal. Entre eles figuram adjetivos *tipicamente modais*, em relação direta com as noções fundamentais da modalidade (aléticas,

deônticas, epistêmicas e bulêuticas): *possível/impossível, provável/improvável, admissível/inadmissível, indispensável, inevitável, inacreditável* etc; e adjetivos *equivalentes* dos elementos tipicamente modais, em que se pode efetuar uma paráfrase de natureza modal. São eles bastante numerosos: *respeitável, durável, desagradável, confortável, lamentável, implacável* etc.

Nos *anexos* deste trabalho, seguir-se-á uma lista do inventário completo desses adjetivos, por ordem de ocorrência nos textos.

2^o) *Parcialmente modais*: adjetivos que fornecem uma expressão unipessoal, embora tenham pouco vínculo com a noção modal do núcleo duro, e que determinam uma proposição, isto é, preenchem o segundo requisito da modalidade (*útil, grave* etc).

3^o) *Não-modais ou inaptos*: adjetivos que não determinam uma proposição. Convém observar que há adjetivos que podem apresentar valor ora modal, caso determinem uma proposição (ex. *É interessante que ele venha*), ora não-modal quando determinam um substantivo não analisável como proposição (ex. *Este filme é interessante*). A maioria dos adjetivos são deste tipo, entre eles muitos dos avaliativos que, numa concepção mais ampla de modalidade, são tidos como modais.

Embora haja inconvenientes em estender-se demais a noção de *modalidade*, tal como foi apresentada no início desta parte, muitos autores defendem a posição de nela incluir o que chamam *modalidades avaliadoras*, entre as quais se situam as *modalidades apreciativas*, como um subgrupo.

Estão neste caso os advérbios de modo (*facilmente, bem, mal* etc), muitos adjetivos (*importante, delicioso, agradável* etc), verbos (*apreciar, censurar, supor* etc), substantivos (entre outros, todos os substantivos que correspondem aos advérbios, adjetivos e verbos citados neste parágrafo).

Segundo informações de Kerbrat-Orecchioni, Bally coloca um adjetivo como *delicioso* entre os modalizadores, Culioli coloca na mesma situação adjetivos como *feliz*, *agradável*, *desejável* e seus antônimos, Sctrik inclui os "apreciativos" que indicam a "participação emotiva ou afetiva do enunciador", Chabrol distingue ao lado dos "modalizadores de asserção" uma classe de "modalizadores valorativos", que traduzem na superfície um enunciado implícito do tipo "eu aprovo" ou "eu critico" (*bom/mau, belo/feio*). Depois de ampliar esta lista com outros processos tomados como modalizadores, a autora os enfeixa afirmando que "les frontières de la classe des modalisateurs viennent recouvrir, voire déborder, celles de la classe des faits énonciatifs" e delimita seu próprio ponto de vista nas seguintes palavras: "nous réservons, quant à nous le terme de 'modalisateurs' aux seuls procédés signifiants qui signalent le degré d'adhésion (forte ou mitigée/incertitude/rejet) du sujet d'énonciation aux contenus énoncés" (KERBRAT-ORECCHIONI, 1980:118).

Conforme se pode depreender, a questão da modalização é das mais complexas nos estudos da linguagem e toca de perto a função que o adjetivo desempenha no discurso. O caráter modalizante que o adjetivo pode apresentar se deve sobretudo ao fato de poder ser ele informador de atitude do locutor, como projeções da enunciação.

4. O aspecto relativo

O adjetivo é, pela própria natureza, de valor relativo, na dependência do ponto de partida de quem fala. Ao caráter abstrato, por ser a expressão da qualidade na sua função mais típica, deve-se a sua falta de relação, positivamente determinável, com as categorias de espaço e de tempo. Daí resulta a possibilidade de deslocamentos, com escalas de gradação semântica, como veremos a seguir, e de dêixis no sentido amplo do termo, tal qual é entendida por Benveniste, Kuentz, Kerbrat-Orecchioni. Pela ausência de conteúdo referencial fixo, fica o adjetivo submetido a uma norma (explícita ou implícita) que varia de acordo com a situação de que se trata ou de acordo com o sujeito da enunciação. Fillmore fala em *dêixis social* (1971) e Todorov em *elementos indiciais* (1974).

Um par de adjetivos que exemplifica bem esse duplo estatuto (a situação de que se trata e o ponto de vista do sujeito da enunciação), é *caro/barato* variando consideravelmente conforme a pessoa que o emprega e o objeto de que se fala. Quando se diz, por exemplo, de uma casa que *ela é cara*, esta avaliação pode provir de uma comparação com o referente (demais casas) ou das condições do orçamento de quem o disse.

Subjaz sempre uma norma, mesmo para os adjetivos dimensionais e de duração (ex. *grande/pequeno, longo/curto* etc), isto é, um parâmetro que permite qualificar uma mesma medida ou duração como superior ou inferior a essa norma. Nos de tempo, há ainda que considerar o tempo psicológico que molda essas expressões. Até mesmo os adjetivos que indicam temperatura e que se referem a fatos meteorológicos precisam sempre de um referencial de natureza espacial e temporal (*quente, ameno, frio* etc). Uma temperatura pode estar *quente* ou *fria* em relação a uma determinada região e não a outra ou mesmo diferente do que seria de esperar para *aquela* região, *naquela* estação do ano.

Não é sem desconfiança que são recebidas as informações sobre o tempo, expressas por meio de adjetivos pouco precisos e esclarecedores, além da

tradicional e elevada margem de erros das previsões meteorológicas (ex. *Haverá chuvas ocasionais em pontos esparsos* etc).

Estende-se a noção de dêixis às unidades avaliativas de valor psíquico (emotivo, moral, estético etc), no sentido de que são relativas à natureza particular do sujeito da enunciação, às suas triagens, às suas reações, as quais se vinculam, por sua vez, a códigos sociais, a cânones estéticos e morais. Quando se diz *isto é lindo*, ou *isto é mau*, diante do que quer que seja, além do demonstrativo evidenciar a dêixis, os adjetivos *lindo*, *mau* implicam a presença de uma fonte avaliadora, ou seja, de um enunciado implícito do tipo *eu acho*, *eu considero*, *eu julgo* etc. No que toca os adjetivos axiológicos, quando seu emprego repousa sobre um consenso ideológico, quando os emissores e os receptores são unânimes em partilhar o mesmo sistema de valores, esses adjetivos não apresentam nenhum problema de utilização.

Há bem pouco tempo, uma indústria de malas, ao anunciar os predicados qualificacionais de um lançamento seu no mercado, exaltava seu valor de uso afirmando ser a mala *ampla quando se usa e pequena quando se guarda*. O que o enunciado apregoava era, de fato, um dos mitos da modernidade, a funcionalidade.

Mediante o exposto, observa-se o grau de flexibilidade do uso adjetival permitido pela dêixis a ele inerente e como, por seu intermédio, o ato de avaliar, interpretar e julgar pode dar grande margem à entrada de elementos subjetivos na linguagem.

Ao caráter relativo conjuga-se o fato de poder o adjetivo ser passível de gradação. Desses aspectos, que estão intimamente ligados à sua natureza, pode resultar a flutuação dos valores que veicula, o que permite ao adjetivo servir de instrumento de manipulação. Tal se dá, por exemplo, quando um mesmo adjetivo se presta à valoração de causas distintas (ex. *democrático*, *liberal*, *revolucionário* etc).

Vejamos, através de alguns editoriais, como são explorados esses aspectos. Tomemos, primeiramente, um trecho do editorial *Quem paga a conta*, de O ESTADO DE SÃO PAULO 30/08/89):

Após estranho, para não dizer extraordinário, o Brasil - ou seria seu presidente?

Após ter decretado moratória unilateral, que só acumulou prejuízos para o País e ter dado sua contribuição, que não foi pequena, para a criação de clima social tenso, construído sobre uma proletarização cada vez mais crescente de amplos setores da classe média e redução do nível de vida de milhões; depois de ter desorganizado a economia com o Plano Cruzado, aumentado a dose com o Plano Bresser e tentado remediar as coisas com o Plano Verão, agora o chefe de Estado pretende apresentar ao povo, pela televisão que irá requisitar no uso de seus poderes, a imagem de grande estadista capaz de projetar o Brasil, no mundo, como País apto a resgatar a estagnação econômica e projetar-se internacionalmente como um novo modelo de desenvolvimento!!! (§1).

Além da adjetivação de valor semântico pouco nítido (*estranho, diferente*) e do uso do adjetivo em lítotes (*que não foi pequena*), tem-se o emprego de adjetivos com valor nitidamente relativo e em que se explora este aspecto para efeito de ironia. Isto se dá com o adjetivo *novo* (5 ocorrências no texto, uma delas na forma superlativa *Novíssima*, referente à Nova República), ou seja, o caráter de *novo* existe apenas na pretensão ou imaginação de quem assim vê os fatos, (o actante *o Presidente, o chefe de Estado*, por antonomásia), o que não corresponde à visão do enunciador e, portanto, daqueles em nome de quem ele fala. A rejeição a esta imagem é acusada pelos sucessivos pontos de exclamação.

Tem-se, ainda, no mesmo editorial, a presença de outros adjetivos, cujo caráter relativo é evidente: *unilateral* (moratória), *barata* (mão-de-obra), *moderna* (economia nacional), *especial* (percepção da realidade).

Bons exemplos também se encontram no editorial do JORNAL DO BRASIL, "Divisor de Águas" (25/08/89), que consiste num confronto de tendências, diante das novas posições da União Soviética. Esta procura de novos padrões dá margem a que os conceitos sejam valorizados sob prismas diferentes: deprecia-se o passado (*ineptos, burocratas empedernidos, oficialismo esterilizante*) e apreciam-se os novos rumos, o que se vê pelos adjetivos que manifestam adesão à causa polonesa (*extraordinário acontecimento, extraordinária aventura polonesa, movimento*

renovador do Solidariedade). As figuras da *água* (*Divisor de Águas*) e do *vento* (*ventos reformistas que sopram de Moscou*, §2) imprimem a idéia de movimento, de mudança, valorizada positivamente pelo observador-narrador.

Nesse contexto histórico, o novo se defronta com o velho e certos elementos são comuns a ambos, como é natural nos processos de mudança, daí o emprego com valor relativo de termos que transitam nas duas situações. Eis um pequeno trecho em que o adjetivo substantivado exerce esse papel:

A União Soviética é uma das incógnitas desta colossal equação histórica: Gorbachev não podia simplesmente dar força aos dogmáticos da Polónia - pois não só eles se mostraram ineptos, como isto seria agir contra o espírito da 'perestroika'. Mas também, não pode concordar com o desmantelamento do império soviético sem abrir um flanco excessivo aos ataques dos seus próprios dogmáticos.

Os adjetivos que indicam filiação ou tendência prestam-se com mais facilidade a este emprego.

O adjetivo *novo*, utilizado 11 vezes no texto (todos em função atributiva, com predomínio dos antepostos, 9, sendo apenas 2 pospostos), consolida na mente do leitor o triunfo do movimento de abertura no bloco comunista, atraindo o leitor para o posicionamento favorável do jornal a esse respeito: *novo regime*, *novo primeiro-ministro*, *nova realidade*, *novo governo* (3 vezes), *nova situação* (2 vezes), *novo padrão*, *situação demasiado nova*, *padrões inteiramente novos*. A anteposição do adjetivo faz com que esse estabeleça uma solidariedade íntima com o nome a que se refere e, em muitos casos, forma-se uma lexia. O mesmo não se dá com a posposição, sobretudo quando se intercalam elementos modificadores, como é o caso dos dois últimos exemplos.

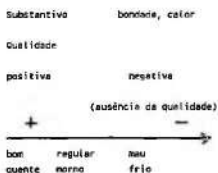
Conforme se pode observar, quando se trata do adjetivo, tira-se partido também de traços cuja característica está ligada a uma ausência (o aspecto relativo) e não a uma presença, tal como se dá com o traço da gradação e com a expressão da afetividade que a seguir desenvolveremos.

5. A expressão da gradação

Quando se fala em gradação deve-se considerar a existência de graus de significação (variações semânticas por meio de lexemas diversos) e graus de comparação ou intensidade (variação no valor básico, mantido o lexema). Portanto, num sentido amplo, gradação é o fato de os adjetivos poderem especificar os graus da característica que expressam, de uma forma ou de outra.

A base do fenômeno chamado gradação dos adjetivos se deve ao fato de que o adjetivo, por natureza, já traz consigo uma comparação, que pode vir expressa ou ficar apenas subentendida. Este traço tem vínculo com o aspecto dêitico que delineamos no item anterior.

Esta idéia é desenvolvida, entre outros, por Lenz que representa uma qualidade através de um eixo que vai do grau positivo dessa qualidade, passando pelo regular, até o oposto, que seria a ausência dessa qualidade, ou a qualidade levada ao grau zero (LENZ, 1935:§96):



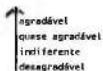
A existência de pares contraditórios para os adjetivos indica a negação absoluta da qualidade enunciada e pode ocorrer tanto para adjetivos primitivos (*digno/indigno, certo/incerto* etc) como para adjetivos derivados (*agradável/desagradável, gracioso/desgracioso* etc), tanto para as caracterizações concretas como abstratas.

Já apontamos, na introdução deste trabalho, a polaridade como um dos traços constitutivos da semântica de toda qualidade adjetival (*quente/frio,*

claro/escuro, grande/pequeno, áspero/liso etc) e como, graças a ele, o adjetivo se presta ao uso em experiências clínicas que requerem a presença de termos polares. Trata-se da distribuição das qualidades em pólos opostos que poderiam ser identificados como pólo dinâmico (*quente, claro, grande, áspero* etc) e estático (*frio, escuro, pequeno, liso* etc). O pólo dinâmico coordena-se com o mundo verbal da vida, da manifestação, do movimento (*signo dinâmico*), o pólo estático (*signo estático*) relaciona-se com a esfera do "elemental amorfo", segundo Sobejano que cita um estudo feito para o alemão a esse respeito (SOBEJANO, 1970:99 e 424). O eixo permite localizar os estágios intermediários. Casos há, entretanto, em que não é possível situar a noção de par opositivo num único eixo semântico como uma categoria única. É o que ocorre, por exemplo, com *agradável/desagradável*. Tem-se, então, que admitir duas categorias - uma que vai do indiferente ao agradável e outra do indiferente ao desagradável - sendo preciso representá-las em duas escalas distintas:



Tal se dá porque, ao utilizar esses lexemas em frases e considerar as leis do discurso, certas ocorrências se tornariam inviáveis na seqüência da escala única. Assim, *ser quase agradável* refere-se a algo abaixo do marco agradável, isto é, entre indiferente e agradável:



O mesmo não se poderia dizer em relação à *desagradável* porque *ser quase desagradável* deveria designar uma zona inferior a *desagradável*, isto é, numa situação *pior que desagradável*. No entanto, isto não ocorre, pois o valor real da expressão se refere a algo entre *desagradável* e *indiferente*.

Ducrot, ao tratar do fenômeno da gradação acrescenta valores de natureza argumentativa aos valores lógicos já considerados no tratamento da questão. Em *L'argumentation dans la langue*, Anscombe e Ducrot reconhecem a presença de um sistema de implicações subjacentes e outras relações de tipo lógico, mas propugnam a supremacia de uma estrutura de natureza argumentativa. Alguns capítulos já haviam sido publicados anteriormente como o das *Escalas argumentativas*, o das *Leis lógicas e Leis argumentativas* e o da *Interrogação e argumentação*. Nos demais, figura a posição mais recente dos autores acerca dos problemas considerados básicos na teoria da argumentação, introduzida nos últimos anos por eles numa perspectiva da teoria geral da enunciação. Na apresentação da obra deixam claro seus objetivos, isto é, saber:

... pourquoi le discours impose-t-il à l'activité d'argumentation des contraintes spécifiques qui n'ont pas leur explication dans les conditions logiques ou psychologiques de la démonstration? (ANSCOMBRE e DUCROT, 1988).

Os autores apresentam a hipótese implicativa ao considerar o fenômeno escalar como sendo de ordem lógica. Na constituição das escalas a ordem se deduz a partir de uma relação de implicação entre as frases construídas com um mesmo contexto e não dos lexemas isoladamente. Na ordem *fresco (ameno)*, *frio*, *um gelo (gélido)* tem-se que *está um gelo* implica *está frio* que implica *está fresco*.

Observa-se, entretanto, que nas frases em que entram expressões do tipo *mesmo*, *até mesmo*, *pelo menos*, *quase*, *apenas*, os resultados ficam sensivelmente alterados, de onde se pode depreender a natureza argumentativa na atividade da linguagem.

À idéia de gradação, prende-se à de *quantidade*: atribui-se a um objeto uma certa quantidade de uma certa "substância". Ao dizer que está fresco, frio ou um gelo atribui-se à atmosfera diversas quantidades da substância *frio*, quantidades que aparecem marcadas pelos três adjetivos.

Fica, pois, bem evidente a estreita relação entre a quantidade e a qualidade, que é o fundamento da intensidade adjetival. Em expressões do tipo *bela*

porcaria!, *bela ocasião!*, *bonito papel!*, as duas noções podem ser encontradas, parecendo prevalecer ora uma, ora outra. O inglês tem expressões semelhantes do tipo "*pretty expensive*" e o mesmo fenômeno se manifesta também em outras línguas. Em seu tratado sobre Lógica, Wundt, citado por Lenz, aponta esta proximidade:

Na realidade, não há nenhuma qualidade que não esteja em certas relações quantitativas para com outras qualidades parecidas ou diferentes (LENZ, 1935: §96) .

Ao estudar a natureza dos diminutivos, em que estas noções estão explícitas Weber afirma o seguinte:

O quantitativo e o qualitativo são categorias que, no espírito, moram tão perto uma da outra que elas se implicam ou se reclamam mutuamente (WEBER, 1963:48) .

Pode-se, por isso, falar em caracterização quanto-qualitativa, dependendo a dosagem dos dois planos da existência em maior escala do elemento objetivo (quantidade) ou subjetivo (qualidade); por esta razão, pode haver uma transição paulatina de uma noção a outra. Para se passar do valor qualitativo ao quantitativo parece haver um suporte psicológico, baseado na noção de consequência ou de semelhança. Observe-se, nos exemplos abaixo, o valor intensivo expresso pelo adjetivo, que ocorre também com a forma participial:

Ele está vermelho de raiva
Ele está roxo de frio
Ele ficou branco de susto
Ele está morto de fome, de sede, de sono

Em adjetivos dimensionais como *pequeno/grande, alto/baixo, elevado, amplo, estreito* não é difícil a proximidade da noção de quantidade e qualidade, porque da noção de medida, que é quantidade, passa-se à de valoração (apreciativa/depreciativa).

É considerável em nosso *corpus* a proporção de adjetivos dimensionais, usados com valor axiológico (143) em relação aos demais tipos, só

superada pelos adjetivos que expressam qualidades psíquicas (836), estando entre eles o adjetivo de segunda maior frequência do material jornalístico examinado, *grande* (24), que apenas perdeu para o adjetivo de valor temporal *novo* (29), *facilmente* axiologizável no discurso, uma vez que a ele se liga a noção eufórica de progresso e de realização das expectativas para o alcance dos quais o editorial se apresenta como um intermediário. Exemplificamos, a seguir, a presença nos editoriais dos dois adjetivos mencionados:

Por detrás dessas atitudes tendentes a criar empecilhos ao Executivo no seu relacionamento com os bancos credores, o FMI e o Banco Mundial, está sem sombra de dúvida o grande 'lobby' das estatais, fortemente representado no Congresso.

(OESP, *Confronto melancólico*, 20/08/89)

É pelo esforço de intransigência crítica, pelo pluralismo político e pela decisão inabalável de não atrelar-se a nenhuma candidatura que, trazendo novas exigências, novas informações, novas perguntas, (a imprensa) poderá confrontar cada um dos postulantes com uma realidade a que as conclamações de palanque e as tergiversações programáticas se furtam sistematicamente

(FSP, *O dever da imprensa*, 15/08/89)

Quanto aos meios de variar os graus, pode-se considerar os *intrínsecos*, isto é, pela própria escolha da palavra caracterizadora (*excelente*, *colossal*, *escasso* etc) e os *extrínsecos*, centralizados em outros recursos como morfemas gramaticais (*belíssimo*, *fininho*, *comilão* etc), palavras anexas, isto é, por meio léxico (*muito vivo*, *tão idiota*, *demasiado louco* etc), repetições, entonação, torneios exclamativos.

Os adjetivos de caráter intensivo têm uma base semântica que é qualificativa, à qual se soma simultaneamente uma parte quantitativa. Tal se dá com adjetivos como *grave*, *forte*, *firme*, *mortal*, *pura* e outros. A colocação geralmente decide se se trata de um valor ou outro, havendo tendência para antepor-se o valor quantitativo e a pospor-se o qualitativo.

No item referente ao grau (VI), em nosso *corpus*, foram assinalados os adjetivos de significação superlativa inerente, num total de 51 para o conjunto de

adjetivos examinados. Os jornais que apresentaram maior índice foram O ESTADO DE SÃO PAULO, com 9 adjetivos desse tipo (*enorme*, 3, *escassas*, 1, *majoritárias*, 1, *péssimo*, 1, *pleno*, 1, *radicais*, 1 e *reforçada* 1); O DIA também com 9 adjetivos (*abusivos*, 2, *elevada*, 1, *essenciais*, 2, *exagerados*, 3, *insuportáveis*, 1). Em segundo lugar, com 8 ocorrências, está o CORREIO BRASILIENSE (*elevadas*, 1, *extrema*, 1, *hiperinflacionário*, 1, *imenso,a,os*, 3, *incisivo*, 1, *profundo* 1).

Os superlativos absolutos sintéticos constituíram ocorrência reduzida para o conjunto dos textos, sendo registrados apenas 7 empregos: *gravíssima* crise social (JDB, 15/08/89), *baixíssima* renda (JDB, 15/08/89), *altíssima* taxa inflacionária (OESP, 20/08/89), contribuição *paupérrima* (CB, 20/08/89), etapas iniciais certamente *duríssimas* (JB, 25/08/89), (Nova República) a *Novíssima* (OESP, 30/08/89), *baixíssimo* nível (OD, 30/08/89).

Vê-se que outros processos de intensificação lhe fazem concorrência e que, mesmo num registro bastante formal, tais formas parecem pesadas e muito imponentes.

No fenômeno da gradação inclui-se também a formação de aumentativos e de diminutivos, ambos podendo apresentar-se como apreciativos e depreciativos, segundo se encareça ou se degrade a característica expressa. Fenômeno típico do substantivo, estendeu-se também aos adjetivos e a alguns advérbios.

Nosso levantamento não registrou presença alguma de formações aumentativas e diminutivas para os adjetivos. Trata-se também de uma possibilidade de valor superlativo. Tal se dá quando se usa, por exemplo, um diminutivo ou aumentativo de valor afetivo (*cabeludinho*, *ousadinho*, *valentão*, *malandrão* etc). Lembramo-nos, aqui de uma afirmação de Margarida Basílio, em sua *Teoria Lexical*, que vem ao encontro da descrição do discurso editorial que adiante desenvolveremos com pormenores. Tem-se nele um discurso dissertativo que se distancia da linguagem coloquial:

Num discurso em que a individualidade procura se esconder, não há lugar para expressões subjetivas claras, razão por que qualquer processo morfológico que tenha função subjetiva explícita está descartado da língua formal escrita (BASÍLIO, 1987:89).

Procuraremos mostrar, então, como a subjetividade se disfarça através de outros recursos não tão evidentes e que o efeito de objetividade pretendido não os elimina, pelo contrário, serve-se deles como efeito persuasivo.

O estudo do adjetivo no que toca ao grau envolve também problemas de sintaxe em suas formas comparativas e superlativas analíticas, razão pela qual deixamos de lado os dados a esse respeito.

Em princípio, toda qualidade é susceptível de gradação, havendo apenas algumas restrições formais e semânticas à presença desse traço, de que não trataremos aqui. Razões de expressividade podem romper as barreiras impostas neste sentido.

6. A expressão da afetividade

Muitas vezes a linguagem foi tratada como se aquele que fala não mobilizasse senão faculdades cognitivas nessa atividade. Seria como se o discurso fosse inteiramente lógico da ordem do *logos* e nele não intervisse o *pathos*, utilizando a antiga oposição. Entretanto, a consciência dessa dualidade não passou despercebida a muitos e vem sendo estudada sob vários ângulos e com diferentes aproximações. É assim que Vendryès se expressou a esse respeito:

Il faut distinguer dans tout langage ce qui fournit l'analyse des représentations et ce que le sujet parlant y ajoute de son propre fonds: l'élément logique et l'élément affectif (VENDRYÈS, 1921:163).

É ela que está também na base da conceituação que Bally faz da Estilística ao defini-la como a "ciência da expressividade", de que foi o fundador:

elle étudie la valeur affective des faits du langage organisé et l'action réciproque des faits expressifs qui concourent à former le système des moyens d'expression d'une langue (BALLY, 1951:1) -

Vê-se que com termos variados, os autores se referem muitas vezes ao mesmo fato. Em seu livro *O fator psicológico na evolução sintática*, Cândido Jucá (Filho) faz a seguinte afirmação:

Eu antes chamaria 'linguagem subjetiva' a essa que os grandes gramáticos em geral denominam 'afetiva' (CÂNDIDO JUCÁ, 1953:23).

Herman Parret prefere falar em *força emotiva* na linguagem, não aceitando a existência de uma divisão entre o cognitivo e o emotivo:

C'est que tous les actes de langage sont dominés par une force, appelée illocutionnaire, et que cette force introduit l'élément passionnel dans le discours.

La force émotive est en fait la force qui anime la performance, et mettre en oeuvre la force émotive, c'est performativiser le texte, l'énoncé, le terme ou le syntagme. C'est donc bien par la performativisation que la subjectivité se met en discours.

Para Parret, portanto, a emoção não é um conteúdo que se exprime de alguma forma, mas sim um operador que modifica todos os conteúdos e que pode dar ao enunciado a potencialidade de ser utilizada como expressão de estados psicológicos.

Estudos feitos pelo grupo de Liège, congregados em torno de Dubois para reavaliação da retórica clássica diante das conquistas das novas ciências da linguagem, foram-nos de grande proveito para um melhor conhecimento do *traço afetivo* que pode estar presente no adjetivo. O conceito de *ethos* esposado pela *Retórica Geral* e correntemente empregado na estética moderna elucida alguma coisa a esse respeito: trata-se de um estado afetivo provocado no receptor por uma mensagem particular, por um estímulo (o texto, no caso), que é um dado de natureza objetiva. A impressão subjetiva é motivada por um dado objetivo, é a reação a certos estímulos e tem como resposta uma *apreciação*. Seu conceito difere do de julgamento que estaria num plano epistemológico (DUBOIS, 1974:202)

Por um processo de transitividade, o editorialista procura expressar as reações emocionais da coletividade diante dos fatos por ele comentados. Uma expressão mais direta dessas reações é o que se tem na seção de cartas dos leitores, em que se pode ter uma idéia do impacto dos textos no público leitor.

O termo *afetivo* pode ser tomado em seu sentido mais amplo de "aquele que afeta". Num sentido mais específico, linguagem afetiva é aquela que exprime sentimentos e emoções que o locutor sente ou que deseja provocar no interlocutor. De fato, Catherine Orecchioni ao falar de subjetividade afetiva distingue dois tipos, correspondentes às duas possibilidades da definição precedente: termos afetivos que enunciam uma reação afetiva do locutor e termos

afetivos que predicam a respeito de um actante do enunciado (KERBRAT-ORECCHIONI, 1980:125).

Os adjetivos classificados como afetivos são enunciativos na medida em que implicam um envolvimento afetivo do enunciador, manifestando sua presença no interior do enunciado. Enunciam, além de uma propriedade do objeto que eles determinam, uma reação emocional do sujeito falante diante desse objeto. O valor afetivo pode estar inerente ao adjetivo (*lamentável, gritante*), ligado a um significante prosódico ou tipográfico (aspas, itálico, sinais de pontuação) ou a um fato sintático, como a anteposição do adjetivo ao termo determinado (*pobre rapaz!*).

Há certas afinidades entre as categorias de adjetivos afetivos e axiológicos, embora uma não implique necessariamente a outra: pode-se perceber isoladamente os mecanismos de participação emocional (afetivos) e os de valorização (axiológicos). Entretanto, há casos de imbricação em que nem sempre é fácil separar uma coisa de outra, fala-se então em afetivo-axiológicos (ex. *admirável, desprezível, irritante* etc).

Partindo da idéia de que num ato comunicativo não há somente a transmissão de um saber, de uma informação, mas a disposição de influenciar o outro, o traço afetivo é visto como um dos procedimentos que tornam o discurso persuasivo. É um dos recursos empregados pelo enunciador para imprimir ao seu discurso as marcas de veridicção necessárias para que o enunciatário reconheça o seu estatuto veridictório, segundo um contrato estabelecido entre ambos, para que este creia. O discurso é, portanto, produzido por um sujeito que procura por meio dele, atingir um certo fim, carrear a adesão aos seus propósitos, ou seja, é um objeto de comunicação manipulador.

Isto significa dizer que a subjetividade é usada como instrumento de eficácia, junto ao aparato retórico que constitui o texto. Portanto, por meio de adjetivos de cunho afetivo a subjetividade se infiltra no discurso, carregando-o das mais variadas tonalidades afetivas. Embora evitado em certos tipos de texto, têm boa acolhida em outros, funcionando como um "gancho" dos mais eficientes junto ao leitor. A linguagem jornalística, salvo em determinados gêneros, evita a

modalização por (termos afetivos,) que daria a impressão de que o sujeito da enunciação está emocionalmente envolvido com o conteúdo do enunciado. Nas páginas editoriais, sua presença é rarefeita em relação aos demais tipos de adjetivação: 89 apenas nos 48 editoriais por nós examinados revelam reações afetivas do enunciadador-narrador ou dos actantes do enunciado a fatos observados. O maior número de ocorrências foi o da FOLHA DE SÃO PAULO (18), em segundo, igualam O ESTADO DE SÃO PAULO e o CORREIO BRASILIENSE (ambos com 15), a seguir têm-se o JORNAL DO BRASIL (12), O GLOBO (10), o DIÁRIO POPULAR (8), o JORNAL DE BRASÍLIA (6) e O DIA (5).

Embora minoritários os adjetivos afetivos bem como os afetivo-axiológicos, denunciam o envolvimento do enunciadador. Eis os adjetivos de maior frequência:

lamentável	(5)
estranho	(4)
condenável	(3)
inadmissível	(3)
perigosa	(3)
dramático	(2)
gritante	(2)
inacreditável	(2)
incrível	(2)
inegável	(2)
injustificável	(2)
preocupante	(2)
trágico	(2)

Os demais adjetivos apresentam todos uma única ocorrência.

A análise dos cruzamentos entre critérios examinados permitiu-nos inferir dados significativos a esse respeito (ver Quadro Geral, IV, 2):

Critério III (relação enunciação/enunciado e IV (eixo escalar de subjetividade).

86 adjetivos afetivos são enunciativos, isto é, referem-se a reações emocionais do enunciadador e 3 apenas são atinentes a actantes do enunciado.

Critério IV (eixo escalar de subjetividade) e V (uso figurado).

Entre os adjetivos afetivos não é grande a incidência de uso figurado. Apenas 9 casos entre metafóricos e hiperbólicos (*atormentada, desastreadas, escorchante, inspiradores, tormentosos, desesperadores, gritante, insuportáveis, turbulentos*).

Dá-se, às vezes, uma figura complexa, havendo a superposição de mais de uma (ex. *escorchante*, que é metafórico e hiperbólico).

Quando se procura *convencer*, a argumentação segue as vias do raciocínio. Quando se trata, porém de *persuadir* é pelo caminho da subjetividade que se tem acesso ao objeto almejado. No editorial se mesclam os dois processos. Por meio dos adjetivos de cunho afetivo, o editorialista procura penetrar no universo de paixões e nos "mundos possíveis" que movem o leitor, traduzindo o seu grau de expectativas.

Em entrevista que fizemos com o editorialista Marcelo Coelho, do jornal A FOLHA, falou-nos ele da diferença do dispositivo enunciativo que preside a produção do texto editorial e a do texto de articulista, da seção vizinha, a dos *Debates*, para a qual colabora igualmente, assim como outros membros do corpo editorialista. A postura e o estilo diferem segundo se trata de um ou de outro. Na realidade, como sabemos, não se trata do mesmo autor semiótico, pois os *lugares* de que falam são distintos.

Referiu-se também Marcelo Coelho à função de *catarse* que o editorial desempenha para o leitor, dando como exemplo os textos em que se atinge a figura de políticos, especialmente a do presidente, algumas vezes de forma quase caricaturesca.

A adjetivação é contundente nessa atividade caracterizadora dos políticos de nosso cenário:

Para governo cujo chefe não se cansa de dizer que a Constituição deixou o país ingovernável e que a postura do Congresso é inamistosa, a reação do executivo ao plano apresentado pelas lideranças do Congresso para encaminhar a solução da crise financeira e econômica foi extremamente favorável (OESP, 05/08/89, § 1).

Políticos inábeis, administradores inexperientes e gestores incompetentes, esses prefeitos têm protagonizado trapalhadas de tal monta que passaram a interferir, negativamente, no desempenho do deputado Luís Inácio Lula da Silva nas pesquisas que detectam a preferência dos eleitores (OESP, 25/08/89, § 1).

Ainda na mesma entrevista, trocamos idéias a respeito do caráter teatral assumido em muitos editoriais, em que os fatos são vistos como se fossem uma encenação, com seus atores, adjuvantes e atitudes "espetaculares", gestualidade da voz, ou seja, a palavra como um gesto. Transformam-se então em palco onde se desenrola o "espetáculo" político, não só do país, mas também de fora dele:

Este fim de século não está assistindo apenas à barbárie de pessoas transformadas em mercadoria, nos sequestros, políticos ou não. A barbárie parece em franco recrudescimento, ao se passar do tráfico de indivíduos ao tráfico de coletividades inteiras e minorias. É o que transparece da situação do Oriente Médio e sobretudo da guerra civil no Líbano, com grave risco moral para as grandes potências que a tudo assistem.

Porque o drama cruel do Líbano persiste. E porque não é possível se esquecer de que ele é um dos atos do teatro de crises em que se transformou há mais de um século, todo o Oriente Médio (GL, 20/08/89)

O presidente Bush, entretanto, é apenas um dos atores desse drama. Um outro é o novo presidente do Irã, Ali Rafsanjani, que pode utilizar quando quer uma retórica violenta capaz de contentar os devotos ululantes do antigo líder ... (JB, 05/08/89)

Difícilmente se terá assistido a uma disputa na qual o emocionalismo das expectativas, a presença de ilusões extremadas tenham-se demonstrado com tanto vigor; contraponto previsível de uma situação de angústia e desespero na sociedade, não se traduziam, entretanto, em atos de violência e gangsterismo que parecem ter origem,

sobretudo, no fato de o favoritismo de Collor de Mello nas pesquisas eleitorais não ter sofrido abalos até agora. De um lado, tem-se o perigo de que atitudes triunfalistas e arrogantes se transformem em atos de provocação; de outro, que o inconformismo dos adversários se traduza numa estratégia política deliberada no sentido de perturbar as regras do jogo e de criar, pelo tumulto e pela desordem, um quadro artificial de polarização política (FSP, 10/08/89)

O estado patêmico (de "pathos") está presente de modo ostensivo no editorial *Confronto melancólico* de O ESTADO (edit. 25), em que os adjetivos afetivos fazem parte importante da rede semântica que se estabelece em torno dos conteúdos emocionais veiculados. Tem-se um clima denso e carregado de elementos afetivos (*melancólico, assustador, desesperadores, dramático, intimidador, trágica*, GL, 20/08/89).

Do distanciamento enunciativo à adesão (eixo da produção), assim como do enunciativo ao enunciatário (eixo da comunicação) cria-se um eixo de tensão de que os adjetivos são excelentes índices de verificação.

IV. VISÃO ANALÍTICA DO ADJETIVO NO EDITORIAL

1. Análise estrutural: micro-análises

Faremos um exame qualitativo do *corpus*, tendo feito a escolha, ao acaso, de um dos dias que o compõem e analisado um editorial por jornal (o primeiro artigo) dos oito periódicos que figuram em nosso inventário.

Tendo sido publicados no decorrer do mês de agosto de 1989 os editoriais que submetemos à micro-análise, é natural que os problemas relativos às eleições presidenciais de novembro neles fossem tratados com certa ênfase e, conseqüentemente, os principais temas de interesse nacional. Os quatro primeiros estão relacionados ao assunto das eleições. Os demais tratam de temas sociais variados da vida nacional (saneamento, condições de trabalho, problema habitacional) e internacional (a situação no Oriente Médio).

O modelo de descrição estrutural adotado foi o que expusemos na parte I (Fundamentação Teórica) e na parte II, 3.3 deste trabalho. Ele comporta o exame das estruturas sêmio-narrativas e discursivas do percurso gerativo de sentido em seus componentes, ou seja, sua sintaxe e sua semântica. Trata-se, por suas características, de mecanismos válidos para o funcionamento do discurso editorial, recobrando esta modalidade de jornalismo em sua especificidade.

Nesta análise, serão explorados os efeitos estilísticos do plano de expressão como um acréscimo significativo ao sentido do texto em sua totalidade, razão pela qual não poderíamos nos limitar ao plano do conteúdo. As figuras retóricas são encaradas como figuras do texto, efeitos de sua significação global e não da frase e das palavras isoladamente. São tidas não como um simples ornato ou algo posticho, mas como uma recriação do conteúdo que significa uma releitura original do mundo.

Ao longo deste estudo, utilizar-se-á o termo *figura* em dois sentidos diferentes: como *figura do discurso* - "figuras de conteúdo que correspondem às

figuras do plano de expressão da semiótica natural" ou do mundo natural (GREIMAS e COURTÈS, s/d:185) e *figura retórica* - mecanismos discursivos de construção de efeitos de sentido. Ao estudo deste segundo tipo é que se dedicava a retórica clássica. Algumas figuras pertencem ao plano da imanência (conteúdo) e outras ao nível da manifestação. Estas serão de grande importância para o nosso estudo, pois como afirmou Reboul "é a *figura* que melhor mostra a ligação, própria da retórica, entre o estilo e a argumentação (REBOUL, 1984:35).

É, pois, uma teoria geral do discurso que está à base das considerações que serão feitas nas análises que se seguem.

Achamos por bem fazer um resumo de cada editorial analisado, como passo prévio para a compreensão dos agentes que entram em seu processo.

Nosso roteiro para a micro-análise incluirá os seguintes tópicos:

Micro-análise dos editoriais

Resumo:

Estruturas sêmio-narrativas

Nível profundo

Nível de superfície

- sintaxe narrativa

- semântica narrativa

Estruturas discursivas

Semântica - Temas e figuras

Sintaxe - Actorialização

Temporalização e espacialização

Nível textual

Efeitos de sentido. Comentários de natureza estilística

Editoriais analisados:

- I. *A privatização e a oligarquia - O ESTADO DE SÃO PAULO*, 15/08/89 (Edit.17)
- II. *O dever da imprensa - FOLHA DE SÃO PAULO*, 15/08/89 (Edit.18)
- III. *Pela dignidade do pleito - DIÁRIO POPULAR*, 15/08/89 (Edit.19)
- IV. *Espírito das sombras - JORNAL DO BRASIL*, 15/08/89 (Edit.20)
- V. *A obra e o programa - O GLOBO*, 15/08/89 (Edit.21)
- VI. *Trahalho escravo - O DIA*, 15/08/89 (Edit.22)
- VII. *O genocídio libanês - CORREIO BRASILIENSE*, 15/08/89 (Edit.23)
- VIII. *Desafio da habitação - JORNAL DE BRASÍLIA*, 15/08/89 (Edit.24)

Outros editoriais citados, embora não façam parte dos anexos, onde figura apenas um artigo por jornal do período em questão:

- *Contra o massacre do Líbano, O ESTADO DE SÃO PAULO*, 15/08/89
- *Revisão necessária, CORREIO BRASILIENSE*, 15/08/89
- *Exemplo de favoritismo, A FOLHA DE SÃO PAULO*, 30/08/89.

O ESTADO DE SÃO PAULO 15/08/89 Edit. 17

A privatização e a oligarquia

Este editorial, *A privatização e a oligarquia*, coloca em cheio o problema da natureza e função da opinião pública. Questão bastante debatida por sociólogos e teóricos da comunicação, o que nos interessa aqui não é a sua realidade empírica, contestada ou não, mas o seu modo de existência sêmiolinguístico, como um actante que produz efeitos de sentido. Sob esta perspectiva, a opinião pública funciona, no discurso jornalístico editorial, como um "operador narrativo", um actante à semelhança de uma personagem na estrutura dramática. Mas é também utilizada como "operador discursivo", pois o jornal a faz falar ou fala em seu nome através de uma pessoa sincrética na qual o sujeito falante se confunde com a instância coletiva, a voz pública em suas diferentes realizações (Povo, Nação, Cidadão etc).

É nesta função atributiva que se coloca o sujeito editorialista, outorgando-se este direito de porta-voz pública. Dentro de uma teoria semiótica, ele é visto como um expoente sintático do *querer* coletivo, por ser um actante-sujeito que orienta o *fazer* coletivo e assume um caráter *performativo* ao pretender ser um agente da mudança social. Trata-se, enfim, de um destinador que deve fazer agir outros sujeitos.

Ao falar "em nome de", o sujeito editorialista se investe de autoridade e procura refletir setores da opinião pública ou o conjunto da formação social como um todo, indo além do público específico que constitui seus leitores.

No texto em questão, tem-se a presença da opinião pública nesta dupla dimensão: opinião de grupos (de políticos, de congressistas, de grupos influentes pouco nítidos) e opinião da sociedade em si:

Na verdade, o que muitos candidatos objetivam é seduzir grupos influentes na opinião pública, levando-os a crer que a privatização da economia se fará com facilidade (5 5).

Pode-se observar que o editorialista assume papel de "árbitro" e se coloca na posição de um sujeito onisciente, como se para ele os fatos fossem transparentes, atribuindo-se a função de revelá-los mediante sua capacidade de exame em profundidade, que lhe permitiria penetrar na vontade, nas expectativas dos diversos actantes, atualizados nos atores do cenário social. Veremos pormenores de como isto se dá na análise das estruturas narrativas e discursivas que se seguem.

Resumo:

Segundo informação inicial do editorialista, os candidatos à presidência da República são quase todos unânimes quanto à necessidade de privatização, dada a falência do modelo estatizante. O poder que as oligarquias exercem junto ao Governo através do Congresso apresenta-se como o principal obstáculo à consecução desse objetivo, havendo outros de caráter secundário. O tema da privatização seria utilizado como meio para seduzir setores influentes na opinião pública, que a endossariam. O objeto visado, entretanto, é visto com certo ceticismo, devendo permanecer em condição de projeto enquanto se mantiverem os privilégios das oligarquias dentro do Governo. Desta forma, os discursos privatistas dos candidatos são vistos como instrumentos de visível manipulação.

Estruturas sêmio-narrativas

No nível semântico fundamental as categorias /mudança/ e /conservação/ são axiologizadas com os traços /eufórico/ e /disfórico/ respectivamente, inscritos no texto, conforme se mostrará. *A sintaxe do nível*

fundamental se baseia nas seguintes operações: afirma-se a conservação (a), nega-se a conservação (a) para afirmar a mudança (b) e finalmente nega-se (b) para manter (a).

Vê-se, portanto, que o percurso sintáxico fundamental é circular, permanecendo o estado inicial. Trata-se de um trajeto conservador, não ocorrendo mudança, ou melhor, a mudança se dá simplesmente no plano do parecer, não se efetivando no plano do ser.

Não se segue daí que esses grupos sejam tão influentes a ponto de mudar substancialmente o processo histórico (§3).

Pedir a esse grupo social que se extinga será, no entanto, pretender demais e esperar em vão (§ 8).

O *programa narrativo* principal a realizar é a privatização e os actantes implicados na realização desta performance são os seguintes:

S₂ Sujeito do fazer - Governo

S₁ Sujeito de estado - Estado

O_v grandes empresas

Governo e Estado estão aqui empregados nas acepções dadas no *Dicionário de Política* (BOBBIO et al., 1986:553) ...

Para *Governo* são apresentadas duas definições:

- 1^o) acepção da linguagem política corrente: "conjunto de pessoas que exercem o poder político e que determinam a orientação política de uma determinada sociedade". É preciso, porém, acrescentar que o poder de Governo, sendo habitualmente institucionalizado, sobretudo na sociedade moderna, está normalmente associado à noção de Estado.
- 2^o) acepção mais própria da realidade do Estado moderno: "não indica apenas o conjunto de pessoas que detêm o poder de Governo, mas o complexo dos

órgãos que institucionalmente têm o exercício do poder. Neste sentido o Governo constitui um aspecto do Estado.

Pode-se formalizar, a partir daí, os enunciados de estado e os enunciados do fazer:

$$s_2 \cap e_v$$

$$s_1 \cup e_v$$

Os programas narrativos se encadeiam do seguinte modo:

PN₁

F (privatizar S₂(Governo) ---> [S₁(Estado) \cup O_v] (grandes empresas)

Anti-programa (manter estatizado) S₂(Governo) ---> [S₁ (Estado) \cap O_v] (grandes empresas)

O anti-sujeito é o actante que apresenta o programa oposto ao programa principal.

PN₂

Programas de uso - tem-se o fazer persuasivo dos candidatos junto a grupos influentes na opinião pública, com a intenção de fazê-los crer na facilidade da privatização.

Percurso do destinador-manipulador: para que se cumpra o programa narrativo principal é necessário que o sujeito do fazer, O Governo (S₂), seja manipulado por um destinador-manipulador (a opinião pública, a Nação) a *querer* ou *dever fazer* a performance, privatizar a economia.

F ---> S₂ (Governo) \cap O_{vm} *querer e poder fazer*

Percurso do sujeito

1) S₂ (Governo) \wedge O_{vm} *querer e poder fazer*

2) PN de performance (privatizar)

Este programa comporta variações: a) privatizar a gestão das estatais;
b) privatizar todas as empresas, exceto algumas.

São oponentes à execução do programa: a) o nacional-oligarquismo, representado no Congresso; b) o fator tempo e as condições prévias de saneamento financeiro; c) dificuldades em relação à Bolsa de Valores.

Numa sociedade em que se processa a circulação de valores, para que uns ganhem é preciso que outros percam, uma vez que os objetos de valor em circulação são limitados, resultando daí o caráter polêmico da estrutura narrativa que se estabelece. É com esta intenção que se estabelece o fazer persuasivo junto a setores influentes da opinião pública e junto ao Congresso com a finalidade de destituir as oligarquias de seus privilégios. Como estas não estão dispostas a abrir mão deles, não se cumpre o programa inicial. Para que este se dê, seria necessário uma performance de caráter modal, que envolva o *querer*, uma vez que os candidatos e o Congresso conhecem a situação, mas não querem alterá-la:

Egressos do mundo político, melhor do que ninguém sabem o quanto pesam as estatais na opinião dos congressistas; qual é o valor dos interesses investidos pela oligarquia na classe política e qual a riqueza de argumentos que políticos, empresários e intelectuais em sentido amplo usarão para demonstrar que a privatização é difícil, senão impossível. (§ 8)

Percurso do manipulador-julgador

Através de um juízo epistêmico (*crer ser*), o destinador final coloca em dúvida a execução do programa, que fica em condição de projeto. A transformação não se efetua porque, apesar das provas qualificantes, a prova principal é vista como

quase impossível diante do quadro descrito, ou seja, não se cumpre o contrato estabelecido entre as partes (governantes e Governados). O próprio fazer persuasivo dos atores (os candidatos) é questionado. O texto termina com uma sanção negativa a esse respeito, induzindo à descrença em seus discursos:

Não se deve fiar em demasia nos discursos privatistas de muitos candidatos, senão de todos (§8)

Trata-se de um nível cognitivo em que a luta se faz sob forma de discursos. Não se dá, pois, a prova glorificante, no percurso da sanção, porque o programa fica apenas na condição de virtual. Ao desvendamento do plano do ser segue-se uma sanção negativa, encoberta pelo plano do parecer. É, pois, do jogo dos dois planos que resulta o *fazer verdadeiro* do sujeito editorialista, actante coletivo.

Estruturas discursivas

Vejamos o que ocorre no nível discursivo que dá corpo às instâncias anteriores: sua semântica (temas e figuras), sua sintaxe (projeções da instância da enunciação no enunciado e relações enunciador-enunciatário).

Trata-se de um texto predominantemente temático, dado o grau de dominância dos elementos abstratos e em que as figuras apresentam ocorrência mais restrita e esparsa. Os principais temas levantados são os da ideologia (influência ideológica), da História (processo histórico), o da influência (social e econômica) e da opinião pública, o dos modelos (estatizante/privatista). Como figuras que revestem esses temas têm-se os seguintes papéis temáticos: *eleitores, candidatos, empresas, congressistas*. São papéis temáticos os elementos simbólicos codificados por uma sociedade definida e da escolha deste papel decorrerá um determinado percurso figurativo. Hammon em seu estudo "Pour un statut sémiotique du personnage" destaca como papéis temáticos os papéis profissionais, familiares, psico-profissionais. (HAMMON, 1977:140)

O enunciador fala como sendo o narrador-comentador que procura informar o enunciatário, aqui o virtual leitor, apresentando números, dados argumentativos sobre o assunto, alinhando os obstáculos à aquisição do objeto de valor perseguido, a privatização: "cabe ver ..." (§ 2), "sem dúvida ..." (§ 3), "na verdade ..." (§ 5) e estabelece com o enunciatário uma situação de consenso, de voz uníssona ("Todos são concordes nisso", § 7).

Em relação à instância da enunciação tem-se uma desembregem enunciativa em 3ª pessoa, conforme convém aos discursos dissertativos de cunho predominantemente temático, o que lhes confere efeito de objetividade e de rigor no tratamento das questões. Já em 1ª pessoa do plural, numa desembregem enunciativa, fala o editorialista em nome do jornal, não se escondendo por trás de expedientes que tentam apagar o sujeito da enunciação ao conferir-lhe o recuo necessário em relação ao seu próprio discurso. O que predomina, entretanto, é a idéia de transparência e de adesão aos seus argumentos:

Esses dados que alinhamos são suficientes, cremos, para deixar claro que não se deve fiar em demasia no discurso privatista de muitos candidatos, senão de todos (§ 8).

O discurso em terceira pessoa faz parte da estratégia discursiva que pretende imprimir o selo de objetividade e de distância dos fatos a serem interpretados pelo narrador, sujeito-interpretante, e pelo narratário, que aceitará ou rejeitará o resultado de seu fazer interpretativo. Se este o aceitar, a comunicação terá sido eficiente, cumprindo-se o contrato estabelecido entre ambos. Do contrário, haverá polêmica.

Segue-se daí, com toda objetividade, que não se deve esperar para breve, qualquer que seja o candidato eleito, a irrupção de uma miríade de empresas privadas no lugar das estatais (§ 6)

Assim, o enunciador, ao ceder a voz ao narrador, por um processo de desembregem enunciativa, faz, por seu intermédio, sua projeção no enunciado,

ainda quando predominem os enunciados de caráter enuncivo, em que o *eu* (*nós*, no caso do editorial, sujeito coletivo) se ausenta do discurso.

Mostraremos, ao longo das micro-análises dos editoriais, que no jogo de objetividade e subjetividade os caracterizadores adjetivais de cunho referencial (descritivo ou classificatório) e os avaliatórios não-axiológicos (do tipo dimensional, por exemplo) podem axiologizar-se com facilidade no discurso e que os propriamente subjetivos (axiológicos ou afetivo-axiológicos) fazem sua aparição sem grande dificuldade, uma vez que respaldados por outros processos que lhes conferem a validade necessária.

Uma estratégia discursiva utilizada para este fim, muito comum no editorial, consiste em colocar os avaliatórios como pertencentes ao enunciado (tendo como fonte os atores) e não à instância da enunciação ou à enunciação enunciada, sua projeção. Tais termos são apresentados como não sendo uma avaliação do enunciador.

Consideram-se como componentes da sintaxe discursiva a temporalização e a espacialização, ambas dependendo dos procedimentos de embreagem e desembreagem que remetem à instância da enunciação. Os programas narrativos do texto em questão são localizados em relação ao *aqui* e *agora* da enunciação e têm como remissão o *aqui* e *agora* do enunciado. Há muitas prospecções que revelam o intuito de mudar o rumo dos acontecimentos. A não-concomitância realiza-se então pela posterioridade.

Para que a privatização fosse possível e rápida, no Brasil, seria necessário que a oligarquia, por seus representantes no Congresso Nacional, também deles abdicasse (§ 8).

Os atores que tramitam no texto são os *eleitores*, citados em números redondos logo na primeira afirmação, correspondendo à intenção de provocar efeito de real, de referencialidade:

Os 80 milhões de eleitores brasileiros teriam sem dúvida grande dificuldade na escolha de seu preferido entre os candidatos a presidente da República ... (§ 1)

Os *candidatos* exercem seu fazer persuasivo sobre os eleitores e o editorialista procura cumprir seu papel de formador de opinião ao aconselhar cautela no exame de seus discursos, sobretudo no que neles há de perlocutório. Conforme o *Dicionário de Semiótica*, "a perlocução não está diretamente ligada nem ao conteúdo, nem à sua forma lingüística: trata-se de um efeito segundo, como o que produz um discurso eleitoral ao suscitar entusiasmo, convicção, ou enfado" (GREIMAS & COURTÈS, s/d:331).

... é preciso examinar com muita atenção aquilo que os candidatos dizem, e, mais do que dizem, prometem. (§ 2)

A *História* é um ator na medida em que por suas estranhas voltas faz a dita *esquerda* coincidir com a *chamada direita* no que respeita aos caminhos da racionalidade econômica. (§ 1) São também atores: o *governo*, este tem o *saber*, mas não *quer* realizar a mudança requerida. O *Congresso Nacional* e as *oligarquias* são fortemente representadas naquele, através de políticos e de "lobbies". E, finalmente, o que o editorialista menciona de forma bastante genérica como "*amplios setores influentes da sociedade*". (§ 3)

O fato de a maioria dos conteúdos serem expostos através do discurso indireto (interpretativo) faz com que a fala do narrador se confunda com a do ator em questão, numa atitude de endosso de suas posições, de seus pareceres:

Egressos do mundo político, melhor do que ninguém sabem o quanto pesam as estatais na opinião dos congressistas, qual é o valor dos interesses investidos pela oligarquia na classe política e qual a riqueza de argumentos que políticos, empresários e intelectuais em sentido amplo usarão para demonstrar que a privatização é difícil, senão impossível (§ 8) .

Vejamos no editorial em questão, "A privatização e a oligarquia", como se dá o jogo do menos marcado do ponto de vista da subjetividade à sua expressão total.

Parte-se de adjetivos de cunho referencial mas facilmente axiologizáveis conforme o substantivo a que se ligarem ou conforme o ponto de vista do enunciador, recebendo uma conotação positiva ou negativa. São relativos às duas noções básicas que se opõem no texto e que constituem o objeto de valor a ser adquirido, conforme foi visto no modelo actancial atrás mencionado, em que o programa básico é a privatização:

modelo estatizante (§ 1)

credo privatista (§ 2)

populismo estatizante (§ 3)

campanha privatista (§ 4)

discurso privatista (§ 8)

Muitos são os adjetivos *dimensionais* (expressão da quantidade, medida, intensidade) que se axiologizam, pois é apenas um pequeno passo da noção de dimensão ou de intensidade à de avaliação de importância. Tais adjetivos trazem implícita uma norma em relação à qual são comparados os seres e objetos avaliados:

grande dificuldade (§ 1)

pequenas variantes (§ 1)

amplos setores da sociedade (§ 3)

amplos e dotados de enorme influência social e econômica (§ 3)

escassos recursos (§ 4)

São quase todos adjetivos que intensificam substantivos abstratos. Observa-se que o substantivo abstrato acompanhado de um desses adjetivos equivale a um intensificador e adjetivo numa asserção que expressa julgamento.

Ter grande dificuldade na escolha/

Achar a escolha muito difícil

Adjetivos indicativos de *cor* ou *luminosidade* passam do sensorial ao plano da razão. Algumas classificações de adjetivos, como a de Dumarsais, falavam em adjetivos *físicos* - (que exprimiriam uma qualidade inerente ao objeto - e *metafísicos* - expressão de uma qualidade que seria atribuída ao objeto pelo efeito de um julgamento do espírito (MAROUZEAU, 1951:9). Assim é que o adjetivo *claro* e suas formas flexionadas aparecem várias vezes neste editorial, reforçando as convicções do editorialista e projetando a idéia de transparência de suas opiniões:

não muito claros matizes (§ 1)

há clara tomada de consciência (§ 3)

Esses dados que alinhamos são suficientes, cremos, para deixar claro que não se deve fiar em demasia no discurso privatista de muitos candidatos, senão de todos. (§ 8)

Adjetivos indicativos de *tempo*, de *ordem* investem-se freqüentemente de avaliação, uma vez que manifestam dificuldade ou facilidade na realização de algum fato:

O período necessário à implementação do processo de privatização é longo - e tão mais demorado quanto mais importantes, do ponto de vista econômico e sentimental, forem as empresas (§ 6).

Outro fator impeditivo de uma rápida privatização das estatais é a circunstância de a Bolsa de Valores estar atravessando fase difícil, ... (§ 7).

Podem, entretanto aparecer com noção exclusiva de tempo, em seu uso referencial, expressando a anterioridade/posterioridade.

Outros mais engajados (ainda que de curta data) na campanha privatista prometem privatizar todas as empresas estatais menos algumas. (§ 4)

- isto para não falar nas condições prévias, uma das quais é sanear financeiramente as empresas antes de privatizá-las, ou não (§ 6).

O parecer dos oponentes à privatização é apresentado como *difícil*, *impossível*, adjetivos do campo das modalidades aléticas e, por isso, facilmente colocados em relação de oposição, no julgamento do editorialista:

Oponentes → ... *para demonstrar que a privatização é difícil, senão impossível*
(§ 8)

Editorialista → *Para que a privatização fosse possível e rápida, no Brasil, seria necessário que a oligarquia, por seus representantes no Congresso Nacional, também deles abdicasse* (§ 8) •

Dessas categorias, passa-se às do dever (deônticas), com indicação das diretrizes que cumpre imprimir à questão proposta. Vejam-se os verbos no futuro do pretérito que consubstanciam a voz do destinador-julgador em suas avaliações finais, ditando normas e apontando sugestões:

Num processo dessa natureza - todos são concordes nisso - a presença e a participação das Bolsas de Valores são essenciais, pois naturalmente seria por meio delas que se faria a pulverização do capital das estatais e sua privatização (§ 7)

Seria necessário que a oligarquia, por seus representantes no Congresso Nacional, também deles abdicasse. (§ 8)

São eminentemente enunciativos, uma vez que provenientes do narrador-editorialista, delegado pela enunciação para assumir o discurso, os adjetivos que emanam dessa fonte avaliadora como marcas da enunciação enunciada na avaliação da necessidade/conveniência:

Poucos, ou nenhum, referem-se ao problema do BNDES, talvez o mais delicado de todos ... (§ 4)

... não haverá condições de adotar qualquer providência mais acertada com relação ao destino desses setores (§ 5).

Faz um pequeno recuo nessa adesão ao empregar os adjetivos *dita* e *chamada* em relação aos substantivos indicadores das tendências de esquerda e direita, com a intenção de sugerir uma inadequação na classificação dos setores políticos e de questionar sua própria essência. A História aparece como o grande Destinator.

O eleitor médio poderia até pensar nas estranhas voltas que dá a História, fazendo a dita esquerda coincidir com a chamada direita no que respeita aos caminhos da racionalidade econômica (§ 1).

Através dos recursos da negação-asserção, típicos dos esquemas argumentativos e que se postulam desde o nível das estruturas fundamentais, chega o narrador-editorialista a expor suas convicções. Os nexos lógicos ficam bem evidentes na trama argumentativa do seguinte trecho, em que se atribui uma qualidade (*sinceros*) para negar, a seguir, sua existência:

; afinal, se todos são sinceros adversários da presença do Estado na economia, isso equivaleria a dizer que a oligarquia já não tem poder no governo e que o nacional-oligarquismo deixou, como ideologia, de influenciar pessoas. Ora, como nada indica que a oligarquia tenha perdido poder, nem que o nacional-oligarquismo tenha deixado de exercer sua influência ideológica, é preciso examinar com muita atenção aquilo que os candidatos dizem, e, mais do que dizem, prometem (§ 2).

O sujeito editorialista deve interpretar os discursos emitidos pelos atores do cenário político com o propósito de esclarecer o leitor, sempre presente em suas considerações, ainda que de forma implícita: pretende falar *em seu nome*, como destinator inicial, fonte dos valores e, ao mesmo tempo, *para ele*, narratário ou destinatário desse processo comunicativo.

São constantes as alusões e referências aos discursos políticos e, ao examiná-los, o editorialista denuncia a falsidade de muitos argumentos e posições, mencionando os performativos frequentes que são emitidos em tais circunstâncias:

é preciso examinar com muita atenção aquilo que os candidatos dizem, e, mais do que dizem, prometem (§ 2)

Trata-se de verbos que descrevem atitudes e cuja emissão realiza a ação que exprimem. Ao serem mencionados por outrem, no caso o editorialista, adquirem valor suplementar e passam a ser questionados através desse distanciamento enunciativo.

Já vimos, nos esquemas anteriormente expostos, que o leitor cerca o sujeito-interpretante ou sujeito do fazer interpretativo, que é o editorialista, de todos os lados, como fonte e como alvo.

Na verdade, o que muitos candidatos objetivam é seduzir grupos influentes na opinião pública, levando-os a crer que a privatização da economia se fará com facilidade (§ 5).

Essa empatia com o leitor faz com que o editorialista simule seu pensamento, de modo a poder influenciar o seu julgamento de uma forma mais direta.

privatizar, sim, mas, ... É justamente esse 'mas' que deve levar o eleitor a pensar; afinal, se todos são sinceros adversários da presença do Estado na economia, isso equivaleria a dizer que a oligarquia já não tem poder ... (§ 2)

Outro procedimento argumentativo bastante usado no discurso editorial é o da exemplificação ou ilustração, constituindo este um forte recurso de persuasão, ao lado das provas que compõem o cerne deste tipo de produção jornalística.

Esses dados que alinhamos são suficientes, cremos, para deixar claro que não se deve fiar em demasia no discurso privatista de muitos candidatos, sendo de todos (§ 8)

No processo da Revolução Francesa, houve um momento em que os nobres e a Igreja votaram o fim de seus privilégios (§ 8).

É grande, no texto, a ocorrência de adjetivos antepostos. Nem todos constituem, entretanto, procedimentos de valorização estilística, uma vez que muitos deles fazem parte de expressões cristalizadas ou quase estabelecidas na língua (*grande dificuldade, pequenas variantes, dita esquerda, chamada direita, simples razão* etc.).

Há também expressões em que a colocação do adjetivo é condicionada sintaticamente pelo grupo nominal de que faz parte (*clara tomada de consciência*) e outros em que a sua colocação pode considerar-se facultativa (*enorme influência, escassos recursos, rápida privatização* etc.).

Muitas são as *oposições* constituídas com pares de adjetivos antônimos. Vimos que já na semântica do nível fundamental axiologizam-se, na base do binarismo (eufórico/disfórico), os elementos abstratos que irão se concretizando nas instâncias narrativas e discursivas, ao mesmo tempo que se tornam mais complexos e ainda enriquecidos no plano discursivo. Assim, no texto em questão:

Eufórico		Disfórico
possível	/	impossível
fácil	/	difícil
favorável	/	impeditivo
rápido	/	demorado

Observe-se também a ocorrência dos adjetivos em *-vel*, que caracterizam algo como paciente potencial em relação à base da construção. São dos mais freqüentes na totalidade do *corpus* por nós examinado (108 ocorrências para um total de 1153 palavras). O adjetivo possível está entre aqueles que apresentam a terceira maior freqüência na amostragem com índice 16. Já o seu antônimo impossível aparece com apenas 4 ocorrências. Vê-se, pois, que prevalece o mundo do possível e que o editorialista procura externalizar as expectativas da

comunidade, ainda otimistas. Quanto ao par fácil/difícil, enquanto fácil apresenta 5 ocorrências, difícil vem com 14, externando a natureza dos obstáculos encontrados à execução dos objetivos (programas) desejáveis. Equilibram-se os adjetivos favorável e rápido, ambos com 5 ocorrências no total do corpus. Seus opostos vêm com 1 e 2 respectivamente, prevalece, pois, o elemento eufórico, apesar dos impasses e da crise. É o universo de crenças do enunciador-narrador que então se projeta como extensão do imaginário coletivo. Trata-se de um processo que retrata a função do adjetivo em sua própria conceituação, ou seja, a de caracterizar o ser.

O estudo dos caracterizadores adjetivais pode propiciar uma aproximação do componente passional que integra o ato de avaliar, de opinar e influir, fato que está presente nas questões políticas, econômicas e sociais, temas básicos dos editoriais. Veja-se como é impossível não tratar dos valores efetivos mesmo quando o assunto é a economia do país:

O período necessário à implantação do processo de privatização é longo - e tão mais demorado quanto mais importantes, do ponto de vista econômico, ou sentimental, forem as empresas (§ 6).

Os esquemas do nível das estruturas narrativas, explicitando os actantes neles envolvidos e os do nível discursivo, em que se dão os processos de actorialização, constituem preciosos auxiliares para que se possam distinguir as diferentes fontes avaliadoras de que se vale o enunciador para expressar seu juízo. É do jogo delas que resulta, em grande parte, o efeito de sentido final que leva à construção de objetividade. A subjetividade é disfarçada ou deslocada para a voz dos atores que compõem a cena do editorial. Quando ela aparece na voz do editorialista é, antes, em nome de uma intersubjetividade, que por si só já é um outro fator de adesão dos destinatários. Pode-se, portanto, observar que a opinião, o julgamento fazem parte dos fatos que dependem do sujeito, não havendo pois como considerá-los autônomos, a não ser por intermédio de expedientes discursivos.

A FOLHA DE SÃO PAULO 15/08/89 Edit. 18

O dever da Imprensa

Trata-se de um discurso de idéias, em que se apresenta o papel da imprensa na defesa da liberdade de expressão e na difusão da verdade. Delinea-se o perfil do jornal, *Folha de São Paulo*, numa atitude de auto-descrição e auto-imagem cuja pertinência cabe ao leitor endossar ou não. O fazer persuasivo do editorialista opera no sentido de transmitir uma imagem de imparcialidade, de compromisso com idéias democráticas e de rigor crítico. Todo o plano do parecer é trabalhado no sentido de apresentar o jornal como um órgão de imprensa que estimula o debate de opiniões divergentes. Trata-se de uma dimensão metatextual, uma vez que o editorial em questão versa sobre a função jornalística.

Resumo:

A *FOLHA* promove um esclarecimento de sua atitude diante do fato *eleições* e apresenta os requisitos que considera fundamentais a um candidato. Defende como propósito básico a atribuição à imprensa do dever de garantir o direito de informação ao público leitor. Seus argumentos são reforçados por uma pesquisa de opinião empreendida pelo próprio jornal *FOLHA DE SÃO PAULO*, a qual atribui ao eleitor a possibilidade de decisão, resguardando para si apenas a função informativa. Sabe-se, entretanto, que vai além desse objetivo.

Estruturas sêmio-narrativas

As categorias semânticas do nível fundamental que estão na base da construção do texto, *O dever da Imprensa*, são os termos opostos da /parcialidade/ x /imparcialidade/, qualificados respectivamente com valor negativo (disfórico) e positivo (eufórico).

esta Folha não tem recuado no propósito de trazer a público tudo o que possa esclarecer o eleitor a respeito do conteúdo de cada candidatura (§ 1)

A sintaxe do nível fundamental realiza a operação de asserção (afirma a parcialidade), de negação da asserção (nega a parcialidade) para afirmar o termo oposto, (a imparcialidade). Trata-se de uma das categorias de base do processo informativo que os órgãos da imprensa pretendem viabilizar.

elementos disfóricos - parcialidade

Não é por impulso destrutivo, assim como não é por intenção apologética, que a imprensa pede contribuir para o aperfeiçoamento da democracia e para o nível de discussão na presente campanha (§ 2)

elementos eufóricos - imparcialidade

é pelo esforço de intransigência crítica pelo pluralismo político e pela decisão inabalável de não atrelar-se a nenhuma candidatura ... (§ 2)

O texto começa pela parte final do percurso gerativo de sentido: a sanção, positiva em relação ao sujeito do fazer, o jornal *FOLHA DE SÃO PAULO*, que realizou com êxito o programa principal que lhe cabe como órgão de imprensa, informar ou esclarecer o leitor com o qual tem um contrato fiduciário nesse sentido.

o compromisso do jornal é contribuir para que esta decisão se faça a partir do máximo de informações ... (§ 4).

Programa narrativo principal
 ou
PN de Performance

S₂ Imprensa
 S_ujeito do fazer - Imprensa

S₁ Sujeito de estado - Eleitor

O_v objeto de valor - A informação, o saber

F (informar) [S₂ ---> (S₁ ∪ O > S₁ ∩ O_v)]

O esquema narrativo acima mostra qual a performance a realizar e quem vai executá-la. Trata-se de uma doação de competência, o saber, que levará o sujeito à escolha e à ação, o ato de votar nos candidatos às eleições presidenciais. Tem-se neste tipo de doação, que não implica em privação da parte de quem doa, o fato que a semiótica greimasiana denomina "comunicação participativa". (GREIMAS & COURTÈS, s/d:68)

PN de Competência

Para que a Imprensa realize seu programa, é preciso que ela seja modalizada segundo o *dever* por um destinador-manipulador, no caso, a opinião pública, com a qual tem um contrato implícito. O próprio título do editorial, *O dever da imprensa*, revela esta modalidade deontica, do tipo virtualizante. A estrutura modal do *dever fazer* é denominada *prescrição* e se opõe à do *dever ser*, denominada *necessidade*. Há uma afinidade entre ambas, com a diferença de que, no primeiro caso a mobilização incide sobre o sujeito que modaliza e, no segundo, sobre o objeto, isto é, o enunciado de estado é que é modalizado.

F ----> S₂ (Imprensa) ∩ Om *dever*

Destinador-
manipulador

Opinião pública

Trata-se, finalmente, da busca de um *poder ser* que leva à tematização da liberdade.

PN de sanção

Percurso do manipulador-julgador

É a opinião pública que sanciona cognitivamente o jornal, mediante pesquisa efetuada entre seus assinantes, com cifras e dados que revelam adesão aos seus propósitos.

É amplamente majoritária, segundo a pesquisa realizada entre os assinantes, a opinião de que a Folha não faz campanha contra nenhum candidato: 80% dos entrevistados têm essa avaliação (§ 2)

A sanção pragmática é a que levará ao voto, no sentido de votar bem, após a informação da imprensa e debates por ela estimulados.

Ao eleitor, e apenas ao eleitor, cabe decidir (§ 4)

Estruturas discursivas

Na qualidade de discurso abstrato por excelência, de discussão de idéias, os temas giram em torno da natureza da imprensa e de suas atribuições. São, pois, tematizações desse editorial a democracia, a liberdade de informação e de

escolha, o caráter de investigação e de crítica dos formadores de opinião e os atributos opostos.

democracia

grau de transparência e de espírito democrático de seus métodos de atuação (§ 2)

Não é por um impulso destrutivo, assim como não é por intenção apologética, que a imprensa pode contribuir para o aperfeiçoamento da democracia e para o nível de discussão na presente campanha (§ 2).

(A Folha) exerce, apenas, o dever de investigação e de crítica que é essencial à imprensa nas democracias (§ 4)

liberdade

Procurando assegurar o acesso do leitor ao maior número de informações possíveis sobre cada candidato, sem submeter o noticiário a preferências políticas ou ao intuito de tomar a si a tarefa, exclusiva de cada cidadão, de escolher o futuro presidente ...

crítica

é pelo esforço de intransigência crítica, pelo pluralismo político e pela decisão inabalável de não atrelar-se a nenhuma candidatura que, trazendo novas exigências, novas informações, novas perguntas, poderá confrontar cada um dos postulantes ... (§ 2).

paixão, impulso

para quem os encara sob o prisma da própria paixão política (§ 1).

Não é por impulso destrutivo, assim como não é por intenção apologética, que a imprensa pode contribuir ... (§ 2).

poderá confrontar cada um dos postulantes com uma realidade a que as conclamações de palanque e as tergiversações programáticas se furtam sistematicamente (§ 2).

Mediante o exposto, pode-se compreender o fato de tratar-se de um texto temático de figuração esparsa.

Entre as raras figuras que revestem o tema estão *cobertura das eleições, acesso, recuar, atrelar, alvo*. As demais escolhas lexicáticas são todas do domínio abstrato (*decisão, compromisso, preferências, propósito, aperfeiçoamento, convicções, mistificação* etc.) As figuras do discurso, por sua relação com os elementos do mundo natural, levam o enunciatário a uma atitude de reconhecimento e, portanto, a aderir à verdade do discurso, por seu efeito de real.

Os dados estatísticos aparecem a título de comprovação das teses do sujeito editorialista que deles retira até mesmo as contradições que podem invalidar a opinião dos oponentes. Tem-se conhecimento da pesquisa através de seus resultados, cabendo ao leitor reconstituir as perguntas que teriam sido formuladas para efeito das entrevistas. É mais uma forma de envolver o leitor na situação e de atuar junto a ele de modo persuasivo.

Quanto à projeção da instância da enunciação no enunciado, esta se dá como uma terceira pessoa (a Imprensa, o jornal), não aparecendo o "nós" que costumiramente representa a instituição de que o editorial é porta-voz. Suspende-se ainda a oposição entre o possível "nós" e o "ele", empregando-se a terceira pessoa em lugar da primeira, com a menção do próprio nome do jornal. Trata-se, na verdade, de um só ator, com retorno à enunciação, por um processo de embreagem. É a mesma estratégia enunciativa que se dá quando a mãe diz ao filho: *A mamãe não quer que você faça isto.*

A Folha não apoia Collor ou qualquer outro candidato; não está em campanha contra ele nem qualquer de seus concorrentes, exerce, apenas, o dever de investigação e de crítica que é essencial à imprensa nas democracias (§ 4).

Alternam-se com estes processos torneios impessoais, típicos de discursos de caráter temático:

Trata-se de ver, na campanha presidencial, um teste implacável para todos os candidatos (§ 2)

Acesse a este dado a porcentagem também expressiva ... (§ 3)

É ainda importante salientar que ... (§ 3).

Os dêiticos atualizam no discurso o "aqui" e "agora" da enunciação, neutralizando o efeito de distanciamento trazido pela projeção desta no enunciado em terceira pessoa:

... esta Folha não tem recuado no propósito de trazer a público tudo o que possa esclarecer o leitor a respeito do conteúdo de cada candidatura (§ 1).

Como estratégia discursiva, estabelecem-se várias fontes de avaliação, que os esquemas narrativos ajudam a melhor identificar: algumas provêm do destinador inicial, outras emanam dos próprios actantes envolvidos nos programas narrativos.

Avaliações de cunho afetivo-axiológico, que revelam envolvimento emocional podem, assim, ser deslocadas do enunciador-narrador para outros elementos envolvidos na trama narrativa.

- por mais desagradáveis e decepcionantes que possam ser os fatos, para quem os encara sob o prisma da própria paixão política (§ 1).

Outras vezes é o enunciador que se faz presente através de uma avaliação que nega o parecer, afirmando o ser e estabelecendo a sua versão dos fatos. É o recuo construído que aponta a procedência dos julgamentos:

- o mesmo que, segundo os entrevistados que julgam o jornal em campanha contra algum dos postulantes, é apresentado como o principal alvo dessa presumida iniciativa (§ 3).

O mesmo ocorre quando introduz avaliações do tipo *suposta, dita, chamada* etc.

São de natureza quantitativa grande parte dos caracterizadores adjetivais que se distribuem pelo texto e que se prestam a intensificar os valores:

expressiva (de forma expressiva, porcentagem também expressiva)

maior (maior número)

majoritária (É amplamente majoritária ...)

máximo (máximo de informações)

Um dos papéis da imprensa é o de trazer um ângulo novo para velhas questões. No texto, esta atitude se materializa na repetição do adjetivo *novo* que, anteposto, acrescenta a idéia de excelência à de temporalidade.

é pelo esforço de intransigência crítica, pelo pluralismo político, e pela decisão inabalável de não atrelar-se a nenhuma candidatura que, trazendo sempre novas exigências, novas informações, novas perguntas, poderá confrontar ... (§ 2).

Um dos processos argumentativos comuns no editorial é o da generalização, pois com ela o enunciador pretende dar foro de verdade universal à construção da veridicção, ou seja, o "fazer verdadeiro" do jornal, que é o efeito de sentido pretendido. Assim procede ao caracterizar a imprensa e as campanhas eleitorais, chegando aos estereótipos, com suas qualidades, defeitos, aptidões e simbolismos existentes na sociedade, anteriores a qualquer discurso particular.

Não é por impulso destrutivo, assim como não é por intenção apologética, que a imprensa pode contribuir para o aperfeiçoamento da democracia e para o nível de discussão na presente campanha; (§ 2).

- longe da mistificação, da inconsistência programática e dos apelos fáceis que, por sua própria natureza, campanhas eleitorais trazem consigo (§ 4).

Espera-se, portanto, da Imprensa como papel temático um certo comportamento já previsto e com um percurso figurativo, até certo ponto, determinado.

No *corpus* por nós examinado, a natureza da imprensa e suas atribuições constituem uma das recorrências temáticas, uma vez que o próprio fazer jornalístico é colocado em questão, ainda que seja, muitas vezes, com o intuito de fabricação da própria imagem e na tentativa de produzir também a do leitor para seduzi-lo e ganhar a sua adesão. É este jogo de imagens enunciadador-enunciatório, narrador-leitor (em outros termos, o que o enunciadador pensa que o enunciário pensa do que ele pensa), que dá o equilíbrio necessário à manutenção do jornal.

Com o título *A função da Imprensa* temos no *corpus* o editorial do *DIÁRIO POPULAR* de 5/08/89. É interessante observar como a preocupação com o papel que cabe à Imprensa na vida da comunidade é também relevante num jornal de cunho popular.

E aqui surge uma outra ideia a ser levada intransigentemente em consideração e que consiste em ter sempre em vista que a Imprensa está a serviço da comunidade, com a qual deve colaborar sistemática e fielmente (§ 2).

O *DIÁRIO POPULAR* traz sempre apenas um artigo como editorial. Trata-se de colocar um problema de ética jornalística, qual seja, o da conveniência ou não de publicar determinada notícia quando está em jogo a vida de pessoas da comunidade (MEYER, 1989). Repensa-se, através do episódio de um seqüestro, a própria função da Imprensa, hierarquizando a sua atuação, quando o critério social é o que prevalece: informar ou silenciar?

Nada nos faria proceder de outra maneira, em qualquer caso semelhante. Em sinal de respeito à família atormentada e para não perturbar as investigações, preferimos reprimir nosso desejo de informar em primeira mão, visando, acima de tudo, servir à nossa gente, colaborar com os que procuram solucionar o problema (§ 4).

O editorialista deixa patente a consciência do jornal de estar agindo em consonância com a chamada "grande imprensa", ou seja, com os jornais de grande tiragem e influência no país.

Como todos os outros grandes jornais, guardamos silêncio respeitosamente, durante todos esses dias, para não cometermos imprudência que poderia colocar em jogo uma vida humana (§ 3).

No plano discursivo, a escolha dos adjetivos recai sobre os que expressam a noção de *temporalidade*, que é fundamental ao desenvolvimento do processo em questão: quebrar ou não o silêncio, ser fiel ou não ao contrato implícito que a Imprensa tem com a comunidade, em sua função social junto à opinião pública, distinta modernamente da "doxa" dos filósofos clássicos. Assim aparecem *permanente* (*preocupação*), *imediate* (*difusão*), *momentâneo* (*silêncio*), *primeira* (*hora, mão*). Todos referindo-se ao *agora* da enunciação.

A elevada tensão de cunho emocional criada é expressa através de adjetivação de cunho afetivo-axiológico, de forte impacto psíquico e moral ao revelar as reações desencadeadas e a adesão, de cunho subjetivo, do narrador-editorialista, ainda que na manifestação dos sentimentos coletivos, razão pela qual preferimos falar de *intersubjetividade*. São adjetivos como *tormentosos* (*dias*), *lamentável* (*acontecimento*), *triste* (*problema*), *atormentada* (*família*). O aspecto afetivo é ainda ampliado, nesses adjetivos, seja pela anteposição ao nome, tornando-os marcados estilisticamente, seja pelo uso figurado que neles incide (*lamentável acontecimento*, *triste problema*, *dias tormentosos*, *família atormentada*).

No editorial da FOLHA de 30/08/89, *Exemplo de favoritismo*, que faz parte de nosso *corpus* inicial, tem-se também a descrição dos papéis e tarefas que cabem à Imprensa, na concepção daquele jornal:

esta Folha entende que seu papel, nesta campanha presidencial como em qualquer outro momento, é o de exercer com máximo rigor a atitude de fiscalização crítica e de desmistificação que cabe à imprensa nas democracias mais avançadas (§ 4).

O último parágrafo do editorial, descrevendo a imagem do Brasil com seus avatares, acentua a necessidade de cumprimento da missão que cabe à imprensa, apesar das dificuldades nela compreendidas.

Tratando-se de um país como o Brasil, onde o arcaísmo, a filosofia, o desrespeito aos interesses e direitos do contribuinte parecem estar em toda parte, só se pode tornar mais intensa e incansável esta tarefa (§ 5).

Se o jornal em questão realiza esta tarefa satisfatoriamente é um ponto que cabe ao leitor indagar em seu diálogo com o texto e o contexto em que é produzido, isto é, a situação comunicativa a que pertence. Parte-se aqui da ideia de que o leitor é parte ativa na dinâmica da comunicação e de que seu sistema de expectativas é incorporado na própria elaboração da mensagem. Trata-se de um decodificador ativo e não de um simples consumidor. Assim, cabe-lhe, como coparticipante do texto, detectar a falsa objetividade nele inscrita e desvendar a subjetividade que possa estar implícita e disfarçada por processos discursivos.

Contrastando o plano do parecer e o do ser, ao apontar contradições nos discursos políticos, o editorial *Exemplo de favoritismo* mostra a discordância entre os discursos e os atos, assim como o problema daí decorrente de validação do discurso, isto é, de autoridade dada pelo papel do falante, de credibilidade que imprime ao seu discurso. Neste ponto, os discursos dos políticos equivaleriam a *atos* e assim são cobrados pela opinião pública. Contrapõe-se o "agora" da campanha com o "então", a vida pregressa dos políticos com suas discrepâncias.

Tem-se aqui, em sua consternadora minúcia, exemplo bastante claro da facilidade com que discursos moralizadores e modernizantes vêm sendo apropriados, no decorrer da campanha eleitoral, por personagens sem credenciais particulares para preferi-los (§ 3).

As figuras da pejoratividade e da ironia estão presentes no processo avaliatório que se segue à constatação desses fatos. Assim, por exemplo, axiologiza-se negativamente um caracterizador adjetival cujos traços são habitualmente positivos, assinalando o modalizador adverbial a atitude de oposição do editorialista, sua rejeição do fato, isto é, do estereótipo implantado:

Seguindo um modelo infelizmente já clássico no país, o então prefeito de Belém elaborou projeto de lei assegurando aos vereadores do município a aposentadoria com oito anos de serviços (§ 2).

Outra maneira de o narrador-editorialista situar-se perante o "status" vigente, manifestando sua desaprovação, é o emprego da ironia, com que habilmente desmonta e ridiculariza situações já entronizadas nas condutas e práticas políticas dos dirigentes do país. A personificação é outra figura que se superpõe à ironia, concretizando a presença da referida instituição:

Aprovada celeremente pela Câmara, a lei prevê a suplementação dos recursos pela Prefeitura, no caso - facilmente previsível - de este generoso sistema previdenciário não ter condições de sustentar-se a partir apenas da contribuição dada pelos vereadores (§ 2).

Por estes processos, exerce o editorialista seu fazer interpretativo em relação às instituições governamentais, - Câmara, Prefeitura, Sistema previdenciário, - e aos partidos políticos, procurando resguardar de sectarismos a função da imprensa. O caráter de denúncia da situação está presente em adjetivos como *flagrante*, *evidente* e em sintagmas nominais como *pretensões modernizantes*, *completa ausência*, em que os substantivos respondem por parte da caracterização, partilhando-a com o adjetivo.

A condição de metadiscurso faz com que se estabeleça uma distância entre o enunciador e seu enunciado.

Na tentativa de imprimir objetividade ao seu discurso, que é contruído em 3ª pessoa o editorialista, desloca os adjetivos para os próprios fatos, como se dele não emanassem em sua atividade avaliatória. Entretanto, a figura da

personificação que ocorre em afetivo-axiológicos, atesta sua presença e posicionamento diante desses mesmos fatos (*consternadora minúcia*, § 3).

Tem-se aqui, em sua consternadora minúcia, exemplo bastante claro.

A subjetividade do editorialista vem, assim, mascarada no texto porque, se fosse explícita, parte da credibilidade que o leitor lhe atribui se enfraqueceria e relativa seria também sua adesão.

Conforme se pôde observar, o jornal cai nas malhas do mito da objetividade, pretendendo fazer crer num jornalismo isento do envolvimento emocional de seus produtores, fruto de um positivismo que se instalou e se divulgou por muito tempo. Hoje se torna cada vez mais difícil mistificar essa situação, pois não se ignora que o simples fato de priorizar notícias, atribuindo-lhe um espaço maior ou menor, já estabelece pontos de vista, a perspectivização do jornal.

Pela Dignidade do pleito

O editorial inicia pelo breve relato das agitações ocorridas em determinadas campanhas eleitorais. Dois períodos constituem essa etapa de referência antes que se entre propriamente no discurso de interpretação, embora não estejam eles isentos de dados que revelem o ponto de partida das opiniões de seu emitente. Palavras como "atrído", *perturbar*, *tumulto* já direcionam as interpretações que se seguirão. Mais ainda se pode dizer quanto à presença de modalizadores oracionais tais como *infelizmente*, derivado de um adjetivo axiológico, que coloca o narrador de imediato em plena atmosfera dos fatos e não como um relator neutro dos acontecimentos. Atualmente, a tendência em jornalismo é considerar este sujeito como dotado de emoções, de reações pessoais integrantes do ato comunicativo de que ele é uma peça importante, caindo por terra qualquer divisão rígida dos gêneros jornalísticos que não leve em consideração este fato.

Resumo:

O povo, que readquiriu a possibilidade de escolher diretamente o Presidente da República, não deve permitir que a tranquilidade democrática seja perturbada por desordeiros, *estimulados por mal-intencionados inimigos da democracia*. É preciso desencorajar estes grupos minoritários e preservar a dignidade do pleito, resguardando os direitos dos eleitores que determinarão a escolha final.

Estrutura^sêmico-narrativas

As categorias semânticas do nível fundamental, axiologizadas respectivamente em eufóricas e disfóricas são a /Liberdade/, à qual se ligam os traços de respeito e tranqüilidade, e a /Coação/, sob a forma de ameaça, violência etc. Parte-se de um estado de relaxamento, uma vez que se readquiriu o *poder realizar* as eleições de forma democrática, mas as estruturas narrativas do texto se situam entre a aquisição de competência e a performance, que se vê ameaçada. Embora já se tenha o *saber* dado por experiências anteriores (*A experiência das últimas eleições permite antever que, também nesta, o direito de voto será exercido sem qualquer coação. § 3*), o *querer* (*A verdade é que a esmagadora maioria do povo está se preparando para a eleição de 15 de outubro, com a mais absoluta tranqüilidade, § 3*), há um estado de tensão que pode impedir a realização do programa principal: um pleito digno. Portanto, o programa de aquisição de competência não se completou, uma vez que há grupos minoritários que ainda não foram modalizados para a execução do programa.

Através da afirmação e negação das categorias fundamentais do texto, o narrador-editorialista conduz o processo argumentativo que levará os destinatários a aderirem às suas idéias: afirmação da ameaça, negação dela para, a seguir, postular a liberdade e conseqüente dignidade das eleições.

Trata-se de uma ameaça que precisa ser contornada o mais rapidamente possível (§ 2).

Cabe aos líderes dos respectivos partidos e aos próprios candidatos desencorajá-los, preservando a dignidade desse pleito de grande valor histórico, sob todos os pontos de vista. (§ 4).

Em termos de estruturas narrativas, o objeto de valor desejado é o desenvolvimento da democracia pela escolha presidencial direta, através de eleições dignas. O sujeito de estado (povo) está em sincretismo com o sujeito do fazer (o próprio povo). Os líderes dos partidos políticos e os candidatos a essa eleição aparecem como adjuvantes na realização do programa principal. Eles podem dar o

poder ao sujeito operador. Por outro lado, os que se opõem a essa busca são tidos como oponentes para o sujeito, no caso em questão, os "arruaiceiros".

PN Programa narrativo principal

$F S_2 \text{ ===== } [(S_1 \cup O_v) \text{ --- } \rightarrow (S_1 \cap O_v)]$

S_1 - sujeito de estado, povo

S_2 - sujeito do fazer, povo

O_v - pleito digno

As campanhas eleitorais, o horário gratuito nos meios da comunicação funcionam como programas secundários para o êxito do programa principal.

Programa de competência

O programa de competência não aparece desenvolvido no texto, mas como pressuposição, devendo aplicar-se aos grupos minoritários que impedem o *poder fazer*, isto é, a consecução do programa principal.

Não foram muitos os envolvidos naquelas arruaças, porém elas serviram para mostrar que existe uma tendência, no sentido do fenômeno se reproduzir, se não forem tomadas providências imediatas e eficazes. (§ 1).

Fica, pois, evidente a manipulação, por intimidação e provocação, em relação aos órgãos que detêm o poder em nome do povo.

Programa de sanção

São sancionadas negativamente as buscas que contrariem a realização do programa principal, ao mesmo tempo em que se sanciona positivamente a aquisição de competência do sujeito operador:

Não se pode admitir que tendo readquirido, depois de tantos anos, a possibilidade de escolher diretamente o Presidente da República, o povo permita que essa franquia democrática seja perturbada por um pequeno número de desordeiros contumazes... (§ 2)

Trata-se, portanto, de um programa virtual, que tem fortes razões para ser bem sucedido, com o restabelecimento do equilíbrio inicial. É o próprio povo que exercerá esse fazer transformador que o levará a um estado de conjunção com o objeto desejado. Cabem-lhe, assim, os méritos da sanção positiva.

Estruturas discursivas

O enunciado do título já nos coloca diante da natureza temática do texto: *Pela dignidade do pleito*, ocorrendo uma nominalização abstrata, onde poderia ter sido dito *Por um pleito digno*, o que resulta em diferentes focos de atenção e hierarquia. Pode-se, entretanto, ver claramente a relação de equivalência entre o substantivo abstrato e o adjetivo correspondente.

O tema da liberdade abarca os demais, tais como o da dignidade e o da harmonia. Em direção oposta aparecem os temas da coação e da violência.

A figura da "urna", que aparece no último período do último parágrafo, tem emprego metonímico, simbolizando as próprias eleições e seus eleitores. Além disso, a urna é personificada e constituída em objeto-mensagem:

Os futuros Presidente e vice-Presidente do Brasil terão que resultar do que disserem as urnas e não os caudilhos das tropas de choque civis. (§ 4)

A relação englobante-englobado faz parte da arquitetura do texto, uma vez que se contrasta a *esmagadora maioria do povo* e os *pequenos grupos de inconformados* que, sendo *poucos e pequenos*, são fáceis de identificar.

O editorialista, sujeito cognitivo que exerce seu fazer de interpretação da realidade, assume o caráter de onisciente, como representante da instância da enunciação, e emite julgamentos que só desta perspectiva seriam compreensíveis. É o que ocorre, por exemplo, ao penetrar nas intenções dos atores por ele considerados os verdadeiros mentores dos conflitos, ou seja, os destinadores do poder atribuído aos oponentes.

... um pequeno número de desordeiros, estimulados por mal-intencionados inimigos da democracia (§ 2).

O anti-programa esboçado é visto de forma minimizada para realçar o programa principal, deixando na indefinição os atores que dele se incumbem.

As projeções da enunciação se realizam no enunciado sob forma de uma 3ª pessoa, constituindo desembreagens enuncivas.

Não se pode admitir que tendo readquirido, depois de tantos anos, a possibilidade de escolher diretamente o Presidente da República, o povo permita que essa franquia democrática seja perturbada por um pequeno número de desordeiros contumazes, estimulados por mal-intencionados inimigos da democracia. (§ 2)

Quanto à temporalização e à espacialização discursivas, o texto inicia com um "então" (*Por ocasião da chegada do candidato ...*), um "lá" *chegada a Fortaleza*, por antonomásia *na capital cearense*, e, num passado anterior a um outro passado *cenas que infelizmente já haviam sido registradas em outros lugares* (não concomitância anterior).

Os adjetivos dimensionais *pequeno* e *grande* destacam-se no texto quanto ao número de ocorrências e, de simplesmente descritivos de propriedades exteriores, passam ao uso axiológico com valor de "insignificante" (*houve um atrito*,

embora de *pequenas* proporções, § 1; *Apenas pequenos grupos de inconformados* ..., isto é, numericamente e também de importância secundária) e de "importante" (... *preservando a dignidade desse pleito de grande valor histórico, sob todos os pontos de vista*, § 4). Fica evidente a axiologização nesses adjetivos quando unidos a outros de noção quantitativa, ressaltando-se então o puro valor apreciativo/depreciativo.

Sendo poucos e pequenos, os grupos são fáceis de identificar (§ 4).

Considerando-se gradual a oposição entre *pequeno* e *grande*, pode-se perceber que a relação entre ambos é estabelecida por um denominador comum, a medida do *continuum* (substância do conteúdo, na conceituação de Hjelmslev), mas como se encontram nas duas extremidades do eixo, opõem-se entre si (forma do conteúdo). Há, pois, simultaneamente uma relação de conjunção e de disjunção entre eles. O fato de os adjetivos serem passíveis de gradação favorece a inserção da subjetividade, na dependência do ponto de vista em que se coloca o enunciador. Dá-se um salto interpretativo quando se passa das propriedades objetivas de um objeto à sua valorização axiológica, nem sempre havendo univocidade nessa avaliação. É preciso salientar a complexidade dos fenômenos avaliatórios. Nessas circunstâncias não se pode aplicar às flutuações e deslizes o julgamento de falso/verdadeiro em caráter absoluto.

Como o uso desses adjetivos avaliatórios não-axiológicos, que se axiologizam no contexto do discurso, é relativo à idéia que o enunciador (locutor) faz da norma de avaliação para uma dada categoria de objetos, o resultado é ter-se imprecisão e tomada de posição largamente subjetiva.

Este fato explica a exploração da ambigüidade dos adjetivos desse tipo em discursos polêmicos, com uma boa dose de má fé, constituindo um elemento de força em seu trabalho de manipulação.

A ocorrência da anteposição de adjetivos neste editorial não se deve a fins estilísticos propriamente ditos por se tratar de usos quase clichês e, portanto já banalizados: *esmagadora maioria, absoluta tranquilidade, inteira liberdade, grande*

valor histórico. Não deixam, contudo de ser expressões enfáticas, bastante cultivadas neste tipo de discurso.

A exploração do adjetivo em empregos já cristalizados pode servir a fins humorísticos ou satíricos bastante curiosos. Tal se dá, por exemplo, nos versos de Carlos Drummond de Andrade que têm por título "Cara e coroa do adjetivo", publicados no *JORNAL DO BRASIL* de 03/08/78, em que ele mostra, através do paradoxo, certas qualificações em expressões estereotipadas, clichês, colocando-os em questão.

*Mesmo durante o terremoto você é capaz de tomar uma
decisão inabalável?*

.....
*Por que os futurólogos prevêem que a abertura total pode
trazer consequências imprevisíveis?*

Nos exemplos citados, a impertinência do uso adjetival não está na relação determinante-determinado, mas na contradição estabelecida fora de seus limites, em relação a outros elementos da frase ou da unidade maior construída pelo período.

Poucos são os adjetivos propriamente axiológicos do texto, sobretudo se se considerar a proporção de substantivos que nele ocorrem. Registram-se apenas *eficazes (providências)*, *contumazes (desordeiros)*, *mal-intencionados (inimigos da democracia)*, *fascistas (práticas)*, *condenável (realização de vaia e arruaças)*, *fáceis de identificar (grupos)*. Tem-se um emprego intensificador e enfático em *absoluta tranquilidade*.

Às vezes a coordenação de um adjetivo axiológico a outro de valor não-axiológico transmite a este também um caráter de ajuizamento, pois à sua noção semântica básica se acresce um teor valorativo. Assim, em *providências imediatas e eficazes*, o primeiro adjetivo, que expressa a idéia de tempo, assume a noção de prontidão, de presteza, ampliadas a seguir pelo axiológico propriamente dito.

Acrescente-se que o uso do substantivo abstrato faz concorrência ao adjetivo, conforme se pode ver a partir do próprio título (*Pela dignidade do pleito*), em que se dá também valor axiológico.

Observa-se ainda a presença de adjetivos substantivados (*inconformados, simpatizantes*) e de substantivos com traços semânticos de avaliação (*desordeiros, ameaça, vaias, arruaças* etc).

Embora pouco numerosos no texto, compartilhando a função caracterizadora com outras classes de palavras, os adjetivos são de forte carga conotativa, incluindo-se também o uso figurado.

JORNAL DO BRASIL 15/08/89 Edit. 20

Espírito das Sombras

Diferentemente dos editoriais anteriores, trata-se de um texto recoberto por figuras, que assumem um caráter enigmático. O título remete a uma afirmação que aparece à altura da metade do artigo, apresentando a mesma figura (*sombra*) e o mesmo tom obscuro: "Demagogos se beneficiam mais das sombras do que da luz", (§ 4).

Os dois outros artigos que compõem a página editorial também apresentam títulos cujos referentes só se esclarecem durante ou após a leitura dos mesmos (*Marca Registrada* e *Velho romance*), não sendo dados de imediato. Por esta razão, tais títulos, embora parte integrante dos textos, não trazem quase nada do ponto de vista da informatividade. São vagos e plurissignificativos, havendo a possibilidade de uma leitura isotópica dos três editoriais sob o prisma da decifração, do enigma.

Cabe observar que dos oito jornais examinados em nosso *corpus*, o *JORNAL DO BRASIL* é o único a utilizar maiúsculas nas palavras lexicográficas do título, conforme o sistema adotado em alguns países. Há também simetria na estrutura dos títulos desses editoriais, formados por sintagmas nominais compostos de subst. + prep. + subst.; subst. + adj.; adj. + subst. Conforme se pode notar, há uma certa uniformidade estrutural e estilística que rege a composição desses discursos.

Resumo:

A restrição à propaganda eleitoral esconde o casuísmo autoritário sob uma aparência de democracia. O editorialista mostra a necessidade de uma

avaliação completa dos candidatos, sem restrições à liberdade. O TSE, ao estabelecer regras para a realização das campanhas, adotou uma atitude pseudo-democrática, pois violou duplamente a liberdade dos cidadãos, impondo horário gratuito às emissoras de rádio e televisão e limitando o direito dos eleitores à informação, ao interditar a participação dos candidatos em debates e programas fora do horário estabelecido. O editorialista aponta incompatibilidade entre a reconstitucionalização democrática do país e tais atitudes, interpretadas por ele como autoritárias.

Estrutura sêmico-narrativas

As categorias semânticas fundamentais trabalham com as noções de /ocultamento/ x /desvendamento/, apresentadas no nível profundo como restrição e liberdade e axiologizadas respectivamente, com traço negativo e positivo.

Quanto à sintaxe fundamental, afirma-se a liberdade (por exemplo, *o país se reconstitucionalizou* § 3), nega-se a liberdade (*para atrofiar o mínimo de liberdade* § 3), afirma-se a restrição (por exemplo, *o espírito destrutivo da liberdade que continua solto no país* § 6). A liberdade equivaleria a *um poder saber*, ou seja, ao direito à informação total. A restrição é o *não poder saber* e, portanto, o ocultamento da informação.

O programa narrativo de base consiste em poder o sujeito de estado S_1 (povo, o leitor) escolher o presidente da república de forma direta, livre e democrática. O sujeito do fazer (S_2) é o próprio povo, em sincretismo com o sujeito de estado.

$$F S_2 \dashrightarrow [(S_1 \cup O_V) \dashrightarrow (S_1 \wedge O_V)]$$

PN de competência

Para realizar esta performance, há um programa de uso, constituído pelas campanhas eleitorais com sua regulamentação. Neste programa de uso é que se dá a manipulação por parte de um destinador (o TSE), que manipula o sujeito do fazer deste programa secundário (Rádio e televisão) e o sujeito de estado (os eleitores), levando-os, por imposição, respectivamente a um *dever fazer* transmissivo (transmitir propaganda eleitoral gratuita) e a um *dever ser* receptivo (ser obrigado a ouvir informações incompletas a respeito dos candidatos).

D^{Or} Destinador : TSE

D₂ Sujeito do fazer (Rádio e TV)

S₁ Sujeito de estado (eleitores)

Manipulação:

a) D^{Or} \dashrightarrow S₂ \wedge O *dever fazer*

b) D^{Or} \dashrightarrow S₁ \wedge O *dever ser*

Há uma contradição entre o programa de base e o programa de uso que o editorialista reconhece e denuncia: no *plano do parecer*, o programa de uso é adequado ao de base. Dá oportunidade a todos os candidatos; no *plano do ser* estabelece-se uma contradição, porque no programa de uso há uma imposição, destoando do programa de base que repousa sobre valores democráticos (*A obra está em desacordo com o projeto*, frase final do texto).

De igual modo, no plano do parecer o destinador, cuja figura actorial é o TSE, atribui ao sujeito de estado, actorializado no "povo brasileiro", uma medida democrática; no plano do ser, o que este destinador atribui de fato (*Subterfúgio democrático* §3) ao sujeito de estado, "povo brasileiro", são medidas de carácter autoritário.

Por meio desse jogo de parecer e ser, o editorial realiza o reconhecimento da situação, revelando a "verdade" e desmascarando os que tentam ocultá-la do povo.

O programa de aquisição da competência fica pressuposto, uma vez que se trata de imposição do destinador sobre os destinatários-sujeitos.

O programa de sanção se exerce sobre o contrato que o destinador faz com o sujeito, "povo brasileiro", ao lhe atribuir valores: /poder/ escolher seus candidatos, isto é, realizar a performance principal, havendo também sanção para o programa de uso (normas do TSE).

Na verdade, este editorial consiste basicamente na etapa da sanção, sendo o programa de base sancionado positivamente e as restrições e casuísmos do programa secundário sancionados negativamente.

Estruturas Discursivas

Já dissemos que o editorial é um discurso de tipo predominantemente abstrato ou não-figurativo. Tem-se, no caso do editorial *Espírito das Sombras*, um destaque para o elemento figurativo que parece cobrir, como um "fantasma", todos os demais elementos. Paira no ar uma ameaça: resquícios do autoritarismo sobre a nova ordem democrática, percurso temático recoberto por várias figuras.

O tema do obscurantismo é figurativizado pela imagem da sombra, que se contrapõe à da luz, representado pelos lexemas no futuro "esconderá", "se sentirão cerceados" (§ 1) e pelos infinitivos "para despistar os eleitores e confundí-los" (§ 4). Ligam-se à idéia de ocultamento que inclui a realização de um anti-programa para anular a competência já adquirida, levando à confusão, ao desinteresse e, enfim, a um não poder saber.

Os antisujeitos desse programa, genericamente chamados de "demagogos" ou actorializados como "o espírito restritivo da liberdade - que continua solto no país" § 6, são sancionados negativamente por tramarem medidas (os programas de uso mencionados nas estruturas narrativas) prejudiciais ao exercício

da liberdade, que é o programa narrativo de base. Este espaço que vai do nível abstrato ao nível figurativo é coberto por metáforas tais como *'uma cortina de proibições esconderá os pretendentes'* (§ 4) e *entre as restrições que teceram uma rede obscurantista em torno da eleição direta* (§ 4). A junção do concreto e do abstrato denotam bem essa passagem (*cortina de proibições, rede obscurantista*).

Pertence ao mesmo percurso a figura "mão", recobrimdo os temas da democracia e do autoritarismo que, por sua vez, corporificam ou dão tessitura ao destinador ("*mão constitucional*") e ao anti-destinador ("*mão do casuismo*") do programa principal. Esta figura implícita na manufatura (também de *manu*, "mão") de "cortina", de "rede" e no próprio ato de "manipular", está disseminada pelo texto, uma vez que o fazer interpretativo do editorialista se volta ao desvendamento do trabalho manipulatório dos destinadores.

Não deixa de ser um casuismo, e casuismos, como se sabe, podem mudar de mão e servir à razão aposta daquela que o recomendou (§ 4).

A nossa democracia concede liberdades pioneiras com a mão constitucional, e com a mão do casuismo mantém todas as restrições autoritárias (§ 6).

Mesmo quando aparece, no último parágrafo, em expressão já cristalizada (*mãos à obra*), é a um sujeito do fazer, já manipulado pelo destinador, que esta figura se reporta, revestindo-o de forma metonímica.

Esse casuismo é muito mais para despistar os eleitores e confundi-los no exercício do direito de escolher governantes e representantes que ponham mãos à obra para fazer democracia, onde antes havia um regime autoritário (§7).

Quanto à estrutura formal, o editorial não seguiu a forma canônica citada nos manuais: a apresentação da referência, além de ser feita no tópico ou primeiro parágrafo, aparece retomada várias vezes e detalhada ao longo do artigo, prolongando-se até o penúltimo parágrafo (§5 e §6).

Na sintaxe discursiva, compreendendo os procedimentos de discursivização; tem-se uma desembreagem enunciativa (o *ele* do enunciado), quanto à ancoragem espacial, o *aqui* (o medo da liberdade ainda fala *mais alto neste país*, § 1), enquanto na coordenada temporal contrasta-se o então da enunciação, o regime autoritário, e o *agora*, a reconstitucionalização, (*Pior ainda é a reverência política a uma restrição da ditadura depois que o país se reconstitucionalizou* § 3).

A ativação de uma estrutura de atores se faz pela instituição de atores coletivos do discurso, o eleitor, os cidadãos, o brasileiro, cujas características são apresentadas de modo a acentuar ainda mais o paradoxo força/democracia.

Num país de baixo índice de esclarecimento político, com uma índole social afeiçoada ao paternalismo estatal, com hábitos de leitura restritos a uma parcela pequena da sociedade, a interdição dos candidatos ao debate é um desserviço à democracia e um tardio favor ao autoritarismo. (§ 3)

Fala-se eufemisticamente na *parcela menos esclarecida da sociedade*, e a *mais sujeita às tentações do messianismo* (§ 4) e ressalta-se a superioridade do saber do editorialista, que se projeta como um sujeito onisciente, o que lhe autoriza o *fazer prescritivo* em nome da coletividade. O editorial apresenta-se, pois, como um discurso de defesa dos interesses coletivos. O narrador instalado no discurso em nome do sujeito da enunciação, além da transmissão desse saber através de seu *fazer interpretativo*, como discurso de opinião que procura construir o sentido dos fatos analisados, exerce também um *fazer persuasivo* no sentido de exigir o cumprimento do contrato estabelecido entre governantes e governados, seus destinatários, impondo uma orientação quanto às medidas a serem tomadas para que os objetivos propostos sejam alcançados.

Esta posição de superioridade do sujeito do saber se nota em afirmações do tipo *o brasileiro não atina com o sentido de um tipo de restrição que era corolário da própria extinção do voto direto* (§ 2). Seu caráter de onisciência transparece em asserções do tipo *Não foi por acaso que a Lei Falcão esquematizou todos os embaraços para confundir e desinteressar o eleitor no programa de rádio e*

televisão (§ 2). Como atores potenciais têm-se "os pretendentes", o "futuro presidente da República".

O uso do direito à informação, que caberia ao cidadão durante as campanhas eleitorais, é avaliado não só de forma quantitativa (grau de informatividade), mas quanto à sua qualidade e tratado pejorativamente como "xarope diário", isto é, algo enfadonho a que é submetida a população, violada assim duplamente.

A figura *sombras* que remete à categoria semântica fundamental do acultamento e, portanto, da negação, inspira antíteses que projetam o desejo de aniquilar esse espectro, de caráter enigmático, que ameaça fazer retroagir o país. Assim, qualificativos como *pioneiras (liberdades pioneiras)* apontam para *autoritárias (restrições autoritárias)* em sentido antitético, como especificativos e não como simples epítetos, redundantes aos termos determinados como poderia parecer à primeira vista. A *luz* é a figura que conduz à categoria semântica do desvendamento, revestindo os temas da liberdade e da democracia.

Pode-se também observar os diferentes graus de subjetividade no emprego da adjetivação no texto, envolvendo uma adesão maior ou menor do sujeito ante os elementos por ele avaliados, com reações que vão do distanciamento e relativa impassividade à participação emocional, reveladora de seus mecanismos psicológicos. Para exemplificar essa escala, tomamos os adjetivos *tardio (um tardio favor ao autoritarismo)*, *inacreditável (Chega a ser inacreditável ...)* e *gritante (Entre as restrições ... esta é a mais gritante)*.

O adjetivo de valor temporal *tardio* apresenta uma discreta subjetividade, imprimindo um tom irônico juntamente com o substantivo ao qual vem anteposto. Em *inacreditável*, tem-se um axiológico pela atitude de julgamento explícito, reforçada pela perífrase "chega a ser" que introduz uma sutileza bem diferente do efeito que se teria ao afirmar simplesmente "é inacreditável que ...". Sente-se um escalonamento na emissão do parecer. Já em *gritante* (esta é a mais gritante), o enunciador se posiciona diante da escolha que mais lhe afeta,

exprimindo antes sua reação diante do elemento determinado que propriamente a sua característica. Tem-se, então, um afetivo-axiológico, de forte tensão emocional.

Caberia, no caso do editorial em questão, indagar quais as intenções do editorialista, considerando-se ser ele parte dos meios de comunicação que ele julga lesados pelo TSE (*O horário só é gratuito para os candidatos, porque o custo do tempo corre por conta das emissoras*, § 5). Estaria ele favorecendo pontos de vista conservadores (dos proprietários desses meios de comunicação) sob aparência de progressistas? Nota-se que aspectos positivos da regulamentação não foram sequer considerados, tais como a intenção de evitar o abuso do poder econômico durante as campanhas. Dever-se-ia, assim, também levar em conta o jogo do parecer e do ser no seu próprio discurso, uma vez que não há a isenção de julgamento que se pretende na atividade jornalística, a não ser em termos. Ao editorialista é preciso que, além da objetividade perseguida ao transmitir uma interpretação da realidade por ele examinada, seja ele capaz de comunicar algo inteligível para os outros e que tenha algum valor humano para a maioria. Assim o texto leva em seu bojo a carga humana de quem o escreveu. Por isso dá-se, hoje, muita importância ao jornalismo de investigação e ao criativo.

Estamos levando em consideração o fato de que os valores pragmáticos podem se manifestar como propriedades intrínsecas dos sujeitos, ou como objetos tematizados de forma independente. Na avaliação da subjetividade em textos que procuram dissimulá-la por expedientes de transferência, deve-se levar também em conta a própria subjetividade do pesquisador, para não perder de vista o fato de que estamos sempre nos posicionando, ainda que não chamemos a isto "opinião".

Convém salientar aqui a intersubjetividade que caracteriza o uso da linguagem e a necessidade de se incorporar os fatos envolvidos no evento da produção do discurso. Neste, a língua é assumida pelo sujeito, sem o qual não haveria discurso, sob a condição da intersubjetividade. Por outro lado, deve-se considerar que um dos fatores constitutivos da subjetividade é o fator efeito-leitor

(a leitura), de que ainda pouco se conhece. Trata-se, pois, de um terreno em que temos de nos valer de ciências conexas para não resvalar num terreno movediço.

O GLOBO - Rio de Janeiro 15/08/89 Edit. 21

A obra e o programa

Embora vago e sem especificadores, o título do editorial já coloca o leitor diante de um duplo programa.

O tópico (*lead*) se incumbirá de explicitar o primeiro: execução dos projetos de prevenção contra as enchentes (dragagem, despoluição etc) genericamente chamado de obra; o outro virá na segunda metade do artigo, qual seja, a mudança de mentalidade em relação ao meio-ambiente e ao bem-comum, especialmente em relação à água. A esta dualidade corresponderão dois programas narrativos: um de natureza pragmática e outro cognitivo, o qual por sua vez levará a outros fazeres pragmáticos. O editorial fala em nome de uma *consciência ecológica moderna* que requer transformações fundamentais, advindas de um novo fazer interpretativo da realidade. O jornal O GLOBO traz apenas um artigo editorial na página que leva como título *O País*, em letras tipo negrito. A charge paginada ao seu lado, de cunho político, nada tem, entretanto, a ver com o assunto do editorial.

Resumo:

O Estado do Rio de Janeiro irá executar sete projetos de prevenção contra as enchentes na Baixada Fluminense, que incluem a dragagem de bacias dos rios e sua conseqüente despoluição. Paralelamente há a necessidade de um outro programa em termos de educação pública: o estabelecimento de novas relações da população com sua natureza ambiente. Para que isto ocorra, faz-se necessária uma nova legislação sobre a água.

Estruturas sêmio-narrativas

As categorias semânticas fundamentais de /transformação/ x /permanência/ ligam-se às de *inovação* e *manutenção* no nível fundamental. A inovação é axiologizada positivamente e a manutenção ou permanência como negativas (*é sempre mais difícil reparar as agressões que o Homem faz à Natureza, do que as prevenir*, § 3). Na organização sintática fundamental, afirma-se um estado disfórico de tensão devido ao mau uso dos recursos naturais (*risco periódico, saldo de mortas e desabrigados, perigo e ameaça* etc), nega-se este estado (*E a obra será completa ... pelo alcance da solução encontrada*) e afirma-se uma nova ordem (*para se estabelecer uma nova relação das populações com sua Natureza ambiente, especialmente com a água*), isto é, afirma-se a transformação como o alvo desejável.

Há necessidade de transformar a relação da população com a água, de disfórica e tensa (inundações, doenças e mortes) a eufórica e relaxada (perenidade da água e do solo). Para o êxito da execução da obra, há que realizar este programa principal:

F (maneja) S_2 ===== $\{(S_1 \cup O)\}$ ----> $\{S_1 \cap O_v\}$

S_1 Sujeito de estado - a população

S_2 Sujeito do fazer - organismos públicos, a Constituinte Estadual

Ov a água

Para que este programa se dê, deve haver um programa de aquisição de competência, uma nova legislação sobre a água, visto que o Código de Águas, com mais de 50 anos, tornou-se ineficiente. Um outro saber é invocado como argumento: a legislação sobre o solo (*Soubemos legislar sobre o uso do solo, urbano e rural; e disciplinar sua exploração à margem das ferrovias e rodovias. É mais que tempo de legislar sobre a água, que dá vida ao solo;* § 6). Este saber fazer é que vai determinar o que se *deve fazer*, isto é, de um fazer cognitivo chega-se a novas interpretações e, portanto, à criatividade (legislar sobre a água).

É, pois, preciso modalizar novamente o sujeito segundo o *saber*, ou seja, novas concepções advindas de um fazer interpretativo (*Eis aí um desafio à criatividade e ao descortino de nossa Constituinte Estadual*, § 5).

Num antigo programa, a água era doação da natureza pura e simplesmente, com o atributo *perene*. No novo programa, o sujeito do fazer torna-se o Governo, que tem por obrigação garanti-la à população, tornando o seu atributo básico o caráter *público*. É sobre essa performance que vai incidir a sanção. Nos dois programas a água apresenta-se como *perene*.

Portanto, no desenvolvimento das estruturas narrativas, a ênfase recai sobre o programa de aquisição de competência. Sanciona-se positivamente o programa de execução das obras, virtuais, porém, já certas, em razão de se contar com os meios para a sua realização, seu custeio *E nela se destaca pelo vulto e pelo custo ...* § 1). Espera-se sancionar também positivamente o *programa revolucionário em termos de educação pública*. A atitude é de credibilidade nos órgãos públicos (a Constituinte estadual), que o narrador-editorialista, destinador inicial, em nome do povo, manipula por tentação, desafiando a sua "criatividade" e "descortino" e por sedução, aludindo à sua capacidade em legislar sobre áreas afins.

Estruturas Discursivas

Distinguem-se basicamente dois temas: o da perenidade da natureza que está compreendido no de conscientização do que seja "bem público". Ambos remetem às categorias semânticas fundamentais de /transformação/ x /permanência/, havendo uma inversão de axiologização no par *público* x *perene*, segundo se trate do programa principal.

Nosso código de águas a admitiu como pública, desde que perene. A consciência ecológica moderna inverte os termos da conceituação: exige que ela seja mantida perene em razão de seu caráter de bem comum e permanente (§ 6).

A atualização desses temas se dá através das figuras da *água* em relação hiponímica com a *Natureza*, (*Natureza ambiente, especialmente com a água*) e todo um campo semântico afim (*bacia dos rios, enchentes, chuvas de verão, cursos d'água, mar*). Na relação *Homem-natureza* têm-se as figuras *obra* (= conjunto de projetos), *dragagem, despoluição, uma imensa lata de lixo* (o sujeito deste fazer é a população que assim transformou as águas dos rios, tal como as do mar).

As coordenadas espaço-temporais do discurso revelam a projeção do *agora* da enunciação (*risco periódico, risco crônico que esses cursos d'água têm trazido para a saúde pública, Projeto atual*) que os adjetivos de valor temporal situam, sendo significativa a sua ocorrência no texto. Prende-se o fato à categoria fundamental da /transformação/ que implica num *antes* e num *depois*. Apresentam o traço positivo os caracterizadores cujos elementos determinados se situam depois da transformação: *completa, definitiva* (a obra a ser realizada), *inovador, revolucionário* (o programa de educação pública exigido), *moderno* (a consciência ecológica moderna). Contrariamente, o *antes* é qualificado como *intolerável* (*risco periódico para a segurança da população* § 2), *difícil* (*é sempre mais difícil reparar as agressões que o homem faz à Natureza, do que as prevenir* § 3), *velho* (*Afinal, temos um código de Águas velho de mais de 50 anos* § 5). As chuvas de verão do ano passado (*o então*) deixaram um saldo de mortos e desabrigados (*o agora*).

Pode-se depreender, do que acabamos de ver, que o investimento de valores está ligado a uma rede de relações e na dependência do ponto de vista da enunciação. Adjetivos como *revolucionário* e *moderno*, axiologizados euforicamente neste texto, em outro podem ser investidos de valor negativo, desde que se atribua às transformações um conteúdo de rejeição. O primeiro, por exemplo, em determinados contextos históricos; o segundo, quando intensificado por advérbios como *demasiadamente, demasiado*, podendo ainda ocorrer a forma derivada em *-oso, (modernoso)* de caráter propriamente pejorativo.

A ancoragem espacial se dá no Estado do Rio de Janeiro, mais exatamente na Baixada Fluminense. Há uma série de topônimos no primeiro parágrafo que também referencializam o discurso. São nomes de bacias de rios e

canais, todos eles de origem tupi (*Sapucaí, Meriti, Pavuna, Inhomirim, Iguazu, Jacaré*) e nomes históricos como o do Município de Duque de Caxias.

Quanto à projeção da enunciação no enunciado, esta se apresenta sob forma de um "nós" (*Soubemos legislar ...*), "nossa" (*nossa Constituinte estadual*) na segunda parte do texto, em que se propõe um novo tipo da saber. Por este mecanismo de sintaxe discursiva dá-se um envolvimento direto da população, que é, em última instância, o destinador responsável pelo sujeito do fazer, as autoridades competentes (O Estado, a Constituinte etc), fazendo-as cumprir o contrato estabelecido por delegação de poder. Por este procedimento se estreitam as relações enunciador-enunciatário, sendo maiores os efeitos de adesão.

Alternando com este "nós", amplo e abrangente, há a desembreagem enunciativa da enunciação, em terceira pessoa, dando autonomia aos fatos, que parecem relatar-se por si próprios. Esta projeção da enunciação sob diferentes formas tem como um dos efeitos atribuir primazia ao objeto criado e não ao sujeito do fazer (Estado) que relega ao segundo plano, dando destaque ao nós de amplitude.

Um conjunto de sete projetos dará a Baixada Fluminense a obra mais completa contra as enchentes já empreendida pelo Estado (§ 1).

O narrador chega a atribuir voz a esses fatos, transformando simples "índices" (*chuvas de verão*) em agentes personificados, aos quais dá maior destaque colocando-os em posição ao predicado, por sua vez axiologizado de modo a provocar reações afetivas.

Do risco que corre toda essa área densamente povoada falarão tragicamente as chuvas de verão do ano passado, com seu saldo de mortos e desabrigados (§2).

Entre os procedimentos de desembreagem enunciativa utilizados no texto estão os torneios de frase impessoais (*É preciso aprimorar o alentado capítulo sobre meio ambiente...*, § 5), as construções declarativas de cunho genérico e

validade universal (*custos costumam inibir ou fazer adiar políticas, ainda quando fundamentais...*, § 3).

São muitas, no texto, as inversões de ordem da frase, podendo-se relacionar este fato ao que a teoria da informação chama de *o dado* e *o novo*. No texto, o novo é apresentado como um avanço e, portanto algo desejável; o velho, como estagnação, um mal crônico a ser alterado. *E nela se destaca, pelo vulto e pelo custo, a dragagem das bacias dos rios...* (§ 1), *Custará caro a obra* (§ 3).

Alguns tropos complexos fazem parte da retórica deste texto, acumulando mais de uma figura. Estamos utilizando aqui a terminologia adotada por Reboul em sua descrição das figuras de retórica (REBOUL, 1984).

Sinedóque e personificação se ligam num efeito retórico dos mais brilhantes do texto, cumprindo simultaneamente uma função estética e persuasiva.

Eis aí um desafio à criatividade e ao descortino de nossa Constituinte estadual (§ 5).

O referente (natureza: rios e mar) degradou-se a tal ponto que deixa de ser hiperbólica e vulgar a escolha de *lata de lixo*, reforçada pelo adjetivo dimensional intensificador *imensa*, como o segundo termo da referência. Há, evidentemente, um efeito prosaico, pouco comum no editorial, conhecido como a "opinião solene" que procura manter uma atitude comedida e sóbria.

As águas que correm pela Baixada Fluminense só se tornaram um perigo e ameaça depois que se fez delas, tal como com o mar, uma imensa lata de lixo (§ 4).

A utilização estilística da repetição se dá com o adjetivo *completa*, referente à obra. Trata-se de, por meio dela, fazer sobressair uma diferença. e, portanto, de trazer uma informação não-redundante, de onde o uso do adjetivo em construção absoluta, seguido de seu emprego relativo, isto é, exigindo complemento.

E a obra será completa em mais de um sentido: completa pela dimensão física do problema enfrentado e completa pelo alcance da solução encontrada (§ 2).

Quando o que se repete é o significado, mas com diferentes significantes tem-se a perissologia, como ocorre com alguns adjetivos do texto (*fundamental, essencial, vital*). Como efeito final do texto tem-se o emprego de predicativos cruzados (*pública e perene*) sob forma da figura retórica do quiasmo, que não constitui um mero jogo de palavras, mas corresponde à implantação de uma nova mentalidade em que os valores se alternam.

Para o Código das Águas \longleftrightarrow pública e perene
 Para a consciência ecológica, moderna \rightarrow perene pública.

Assim, o quiasmo coloca em evidência uma relação profunda e presta-se ao desenvolvimento do pensamento. Chamou-nos a atenção para este fato a leitura do já mencionado Reboul ao avaliar o emprego desta figura. Afirma ser o quiasmo a figura favorita de Karl Marx do qual cita os seguintes exemplos: *philosophie de la misère ou misère de la philosophie?*, *Un duel entre des principes sans pouvoir et un pouvoir sans principes* (REBOUL, 1984:55). Pode-se observar que a própria estrutura formal do texto em questão, *A obra e o programa*, apresenta a disposição de um quiasmo, invertendo-se as propostas iniciais. O programa final propugnaria o inverso: *O programa e a obra*, ou seja, o que é causa se torna efeito e o que é efeito se torna causa (*exige que ela seja mantida perene, em razão de seu caráter de bem comum e permanente*, § 6).

Quanto ao eixo de subjetividade em que os adjetivos se locomovem no exercício de sua atividade avaliatória, pode-se constatar a grande afluência de adjetivos que indicam tempo e que correspondem às transformações já descritas nas estruturas sêmio-narrativas. Além da noção temporal, carregam-se de valores apreciativos/depreciativos, ainda que estes se apresentem de forma discreta, e se situam a meio caminho, entre os adjetivos propriamente descritivos, de características externas, e os que exprimem julgamentos, revelando o universo

axiológico do enunciador. Citam-se: *periódico, crônico, atual, perene, permanente, velho(de), moderna, definitiva*.

Entre os de valor axiológico estão *inovador, difícil, revolucionário, fundamentais, essencial, vital, completa, sadia*. No adjetivo *alentado*, além da noção quantitativa equivalente a "volumoso", há também o aspecto qualitativo de "substancial". Prevalece, entretanto, o primeiro sentido, uma vez que o predicado *aprimorar* aí está para completar o segundo aspecto. Portanto, a maior ou menor axiologização é determinada pela rede de relações estabelecida no texto e pelo texto em sua construção do sentido.

É preciso aprimorar o alentado capítulo sobre meio ambiente que figura no projeto atual; (§ 5).

Se os axiológicos são numerosos, o mesmo não se dá em relação aos caracterizadores adjetivais de cunho emocional, isto é, de valor propriamente afetivo. Apenas *intolerável* ocorre no texto, referente a *risco periódico*, em emprego apositivo.

Num total de 28 ocorrências adjetivais, a quase inexistência de adjetivos afetivo-axiológicos e o uso equilibrado dos demais tipos mostram tratar-se de um uso moderado da adjetivação, muito embora se permita uma maior liberdade nos textos da chamada página de "opinião", uma das razões pelas quais escolhemos o editorial como campo de observação. A recomendação que prevalece a esse respeito, nos manuais de jornalismo, é o uso parcimonioso, ou seja, a adjetivação deve limitar-se aos casos em que se necessita tornar conciso, ampliar, ou matizar o significado de um termo.

Uma vez feito o exame dos diversos níveis de estruturação do texto, percorrendo o trajeto de produção do sentido, a partir do que está inscrito no plano de expressão, pôde-se chegar a um balanço da atitude avaliatória do narrador-editorialista através dos caracterizadores adjetivais por ele empregados.

MICRO-ANÁLISE VI

O DIA - Rio de Janeiro 15/08/89 Edit. 22

Trabalho escravo

No Jornal, *O DIA*, apenas um artigo editorial com duas colunas, constituídas por sete pequenos parágrafos. Acima dele, uma charge de Jaguar com assunto do cenário nacional, a hiperinflação. Portanto, o editorial quase desaparece nas circunstâncias descritas.

Resumo:

Constata-se a existência de um problema: a exploração de lavradores no interior do Estado do Rio de Janeiro. É necessária uma política agrária e constante fiscalização para que não haja exploração do trabalho humano no campo, em caráter de escravidão. Quem terá a incumbência de realizar essa política é a Secretaria Estadual do Trabalho e, portanto, o Governo do Estado.

Estruturas sêmio-narrativas

A articulação encontrada ao nível das estruturas profundas repousa sobre os traços /humano/ x /desumano/ que se ligam, respectivamente a /livre/ e /escravo/ como valores positivo e negativo. Trata-se, como se verá pela estrutura narrativa, de modalizar o sujeito do fazer para que proceda a conjunção dos sujeitos de estado (lavradores), com o objeto desejável, a liberdade. Este sujeito se instaura semioticamente em relação ao objeto.

O trabalho escravo, que se refere ao sujeito de estado, implica uma prescrição (*dever-fazer*), má-vontade (*não-querer-fazer*) e obediência (*não-poder*

não-fazer). O caráter complementar dos termos pertencentes às categorias modais do dever (virtualizante) e do poder (atualizante) fica evidente: a obediência, valor modal que define certa competência do sujeito, pressupõe outro valor modal que é a prescrição. É também o que ocorre com as relações hierárquicas dominante/dominado de que o trabalho escravo é uma versão.

Afirma-se o desumano e escravo (*A descoberta de lavradores nordestinos trabalhando em regime de escravidão*, § 1), nega-se o desumano (*É inadmissível que, no final dos anos 80, ainda se descubra ...* § 6) e afirma-se o humano e livre (*... impedir a exploração dos lavradores*, § 7).

O PN Principal consiste em fazer com que os lavradores entrem em conjunção com os seus direitos, dos quais se encontram afastados. Quem deve proceder a essa transformação é a Secretaria Estadual do Trabalho e, portanto, o Governo.

$$F S_2 = = = = > [(S_1 \cup O_v) \text{ ----} > (S_1 \cap O_v)]$$

S₁ Sujeito de estado - lavradores

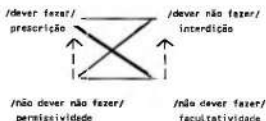
S₂ Sujeito do fazer - autoridades governamentais

O_v Direitos

O estado de disjunção em que os sujeitos de estado se encontram (*trabalho escravo*) é sancionado negativamente como uma situação anacrônica (*bolsões onde a economia viva o tempo do final do século passado, quando os trabalhadores escravos eram tratados como gado*, § 6). É preciso, pois, que um destinador manipulador faça o sujeito do fazer agir no sentido de que o sujeito de estado se torne "humano". Estabelece-se então um contrato (*uma política agrária firme*) e o programa principal traz em seu bojo a própria sanção (*uma constante fiscalização*). A manipulação se dá no sentido de um *fazer saber*: menção dos fatos precedentes que testemunham a irregularidade da situação. É então que o manipulador desvenda o plano do parecer, da manifestação, uma vez que o fato se dava na clandestinidade, e chega à sua imanência, ao *ser* dos fatos, revelando as

"descobertas" em que as coisas *parecem e são*, o que semioticamente equivaleria à /verdade/. Segundo o quadrado das modalidades veridictórias já mencionado, pode-se dizer que se trata de um discurso social de descoberta e de denúncia.

Da aquisição do *saber* passa-se ao *dever*, ou seja, a uma modalidade deôntica que estabelece as prescrições.



O sujeito é então colocado diante de uma situação de /*não poder não fazer*/ ao se articular as modalidades do /*dever fazer*/ e do /*poder fazer*/.

Para a aquisição dessas competências, ou seja, a transformação da competência modal do sujeito manipulado, o destinador-manipulador vale-se dos procedimentos de manipulação:

- de *sedução*, representando lisonjeiramente o manipulado sob forma de sinédoque, (*um dos Estados culturalmente mais avançados do país*), levando-o ao /*querer fazer*/.

- de *provocação*, projetando uma imagem desfavorável a seu respeito, que lhe cabe rejeitar e seguir na direção proposta pelo destinador-manipulador, /*dever fazer*/, aceitando os valores por ele propostos (... *prova que o campo no Estado do Rio não é tranqüilo quanto se imagina*, § 5).

O clima é de tensão, uma vez que há um "problema", descrito nos dois primeiros parágrafos e revelado em duas etapas anteriores ao momento da enunciação (*há muito tempo e recentemente*), acrescentando-se ainda um caso isolado, porém de valor representativo (*Há pouco tempo, um líder rural foi morto na Região dos Lagos*, § 4). A sanção negativa do jornal diante dos fatos levantados é emitida a partir do título que denuncia a situação irregular, por meio do nome *escravo*, ali em emprego adjetival, especificando a natureza do trabalho. O mesmo

se pode dizer de *tratamento desumano*, já no interior do texto. A rejeição explícita a este tipo de exploração é feita por meio do julgamento de valor expresso com forte tensão emocional por *É inadmissível que ...* (§ 6).

O fazer persuasivo do jornal, por meio de seu editorialista, efetua-se numa série de seqüências-argumento que incluem exemplos, provas e demonstrações. Assim, a um nível descritivo segue-se ou sobrepõe-se um nível modal que sobredetermina o primeiro, modalizando-o por possibilidade (modalidades aléticas) para chegar a constatações categóricas (modalidades epistêmicas). Vejamos uma seqüência em que estes níveis se dão:

O Rio de Janeiro não é um Estado tradicionalmente agrícola. Talvez por isso, o que acontece no campo não repercute com a mesma intensidade do que, por exemplo, a violência nas grandes cidades. Mas nem por isso deixa de ser um problema sério (§ 3).

A modalização por possibilidade (*talvez por isso ...*) relativiza o peso das afirmações categóricas e faz parte do trabalho de manipulação dos destinatários, ali presentes através da referência ao processo comunicativo, incumbido do fazer saber (*... o que acontece no campo não repercute com a mesma intensidade* § 3). A partir da manifestação, o editorialista mostra o ser do ser (*Mas nem por isso deixa de ser um problema sério*). Mobiliza, para tanto, processos típicos do discurso de persuasão em geral, acrescidos daqueles específicos, provindos da natureza de seu próprio estatuto modal, como sujeito cognitivo que detém o saber, e das condições de produção próprias desse gênero jornalístico.

O fazer persuasivo do editorialista o leva a estabelecer prescrições, ou seja, programas a serem cumpridos pelos sujeitos do fazer, por ele manipulados com esta finalidade. Pretende, pois, conduzir à ação, além de simplesmente esclarecer e formar opinião. Daí o contrato injuntivo que se estabelece, o /*dever-fazer*/, entre destinador e destinatário-sujeito e os programas virtuais que aquele determina para este com vistas à realização do programa principal.

... (o campo) precisa de uma política agrária firme e de constante fiscalização (§ 5).

A Secretaria Estadual do trabalho tem que agir com rapidez e eficiência (§ 7).

O destinador, que é o sujeito interpretante, aponta a possibilidade de uma solução e põe em evidência o /poder fazer/ do sujeito.

Estruturas discursivas

Os temas que revestem as estruturas narrativas são os do regime de escravidão e o dos direitos do cidadão. As figuras que concretizam esses temas se agrupam em torno de campos semânticos bem nítidos, uma vez que a situação é bipolar, tendo como traços básicos o /humano/ x /não-humano/, /livre/ x /não-livre/, chegando-se ao /desumano/ e /escravo/. Destacam-se, assim, alguns percursos concretos, recobrando os temas mencionados.

- lavradores, crianças, campo, fazenda,
cana-de-açúcar, usina, líder rural, gado.
- autoridades, Secretaria Estadual do Trabalho,
governo do Estado do Rio de Janeiro.
- cidade
- assassinos

A instância da enunciação projeta no enunciado uma terceira pessoa, cuja distância se torna mais evidente por se tratar de construção passiva em que não se externa o agente. Tem-se, primeiramente, uma forma nominalizada por derivação imprópria (*a descoberta de lavradores nordestinos trabalhando em regime de escravidão*, § 1) que se repete no interior do texto em condições semelhantes (*A descoberta de trabalhadores, mandados buscar em outros estados ...*, § 5).

A forma nominalizada permite a referência ao ato de *descobrir* como a uma entidade em si, sem menção às circunstâncias particulares do fato, que o verbo poderia revelar, como tempo, pessoa e outras categorias que lhe são próprias.

O que se especifica são os complementos nominais, exigidos pela forma nominalizada e não ela própria (*a descoberta*). Vejam-se as formas gerundivas e participiais que cumprem essa finalidade:

trabalhando em regime de escravidão (§ 1)
 ... *mandados buscar em outros Estados* (§ 5)
 ... *submetidos a regime de escravidão* (§ 5)

A utilização da forma nominalizada permite apresentar o fato como algo realizado e não como processo, tal como se teria com a forma verbal, e trazer para si o foco narrativo.

Trata-se de uma marca do discurso formal escrito, sobretudo do gênero dissertativo, em que importam os dados, as provas, os eventos mais que a ordem de ocorrência dos fatos, tal como se dá no discurso narrativo.

A seguir, a passiva é expressa de forma analítica, porém omite-se de igual forma o agente, como se o narrador descartasse a necessidade de identificá-los. Ficam, entretanto, subentendidos em *denúncias* e em *propriedades*.

Recentemente, outros lavradores foram descobertos trabalhando como escravos ... (§ 2).

... até mesmo crianças são submetidas a tratamento desumano em propriedades usadas para a produção de cana-de-açúcar (§ 2).

As coordenadas espaciais são dadas pelo campo e pela cidade, opondo-se o interior e a capital ("as grandes cidades"). O Estado do Rio de Janeiro, mencionado três vezes num espaço tão reduzido, é caracterizado como *não tradicionalmente agrícola* e como *um dos estados culturalmente mais avançados*.

Uma série de topônimos especificam a ancoragem espacial dentro dessa unidade maior, que é o Estado: Campos, Norte Fluminense, Rio Bonito, Região dos Lagos.

O contraste, entretanto, não se dá apenas no espaço, mas também no tempo - o *então*, de estruturas econômicas obsoletas que permanecem anacronicamente no *agora* do enunciado. O *final do século passado* é disforicamente contrastado ao *final dos anos 80*, uma vez que naqueles tempos os trabalhadores rurais eram tratados como "gado", comparação feita por meio de um termo (hiperônimo em relação a bois, ovelhas, cabras etc) que rebaixa a situação do elemento comparado.

O tema da violência, decorrente dos temas básicos, constitui o traço comum presente nas coordenadas espaço-temporais: perpetua-se através dos tempos e invade o espaço rural e urbano.

No plano da manifestação, notar-se-á que os adjetivos são rarefeitos, apenas treze, havendo períodos sem nenhuma adjetivação. Para se compreender este fato que ocorre no Jornal *O DIA*, de cunho popular, deve-se considerar que o uso do adjetivo revela um processo mental de diferenciação que por si só implica um maior grau de cultura, estando seu uso abundante e conciso na razão direta do grau de cultura dos seus usuários, entre estes a clientela a que se destina a comunicação. Constituem os adjetivos, ao lado das conjunções, um critério diferenciador muito importante entre os planos sociais, conforme se pode observar nos trabalhos de Bernstein e outros. Não se pode negar que o adjetivo tende para a expressão abstrata, pois se refere a uma qualidade ou atributo, conforme foi exposto.

Nota-se que os adjetivos, além de pouco numerosos neste editorial, são também pouco variados.

O título é sugestivo *Trabalho escravo*, fazendo uso de uma palavra que pode atualizar-se no discurso como substantivo ou adjetivo, neste caso ocorrendo em função adjetival, assim como em *trabalhadores escravos* do penúltimo parágrafo.

No sintagma *problema sério* tem-se a ocorrência de um dos adjetivos mais frequentes no *corpus* editorial por nós examinado, (*sério*, 9 ocorrências). Basta

considerar que, não são muitos os que superam esta cifra (*novo*, 29; *grande*, 24; *possível*, 16; *difícil*, 14, *grave*, 13). Veja-se o quadro de frequência em 2.2.

Em *não foram raras as denúncias*, tem-se o adjetivo ligado a uma negação gramatical em que, ao negar-se, afirma-se o oposto, constituindo este recurso a figura retórica conhecida como lítotes. Nega-se no enunciado e afirma-se na enunciação.

Em *agiu rápido* tem-se a conversão de adjetivo em advérbio, não muito aceita pelos manuais de redação de jornalismo. Veja-se o que diz a respeito o *Manual geral da redação* da FOLHA DE SÃO PAULO: *Deve ser evitado o emprego de adjetivos na função de advérbio. Ninguém 'anda rápido'. 'Rápido' é adjetivo. As pessoas andam 'rapidamente' ou 'devagar' (p. 67).*

Trata-se, entretanto, de torneio bastante frequente na língua coloquial e que hoje tem o seu uso cada vez mais ampliado, sobretudo na linguagem publicitária (*Pense forte, pense Ford*).

Na verdade, é grande o grau de identidade a que chegam as duas classes, - adjetivo e advérbio - em seu papel caracterizador: qualificador de ser e qualificador do processo. Alguns linguistas como B. Pottier consideram a ambos como adjetivos, do nome e do verbo respectivamente, em virtude da identidade estrutural entre ambos (POTTIER, 1968:217 e ss.):

(caminhada < — *rápida*,
caminhar < — *rapidamente*).

Por isso, não é de estranhar que haja adverbializações de adjetivos, mesmo sem acréscimo de sufixo, e adjetivações de advérbios.

Em virtude de a classe do advérbio ser muito heterogênea quanto às variedades que abriga, referimo-nos mais especificamente aos chamados advérbios qualificativos, em especial aos de modo em *-mente*, por serem eles uma derivação de adjetivos (*clara, claramente, firme, firmemente* etc). Semanticamente, pode-se dizer que fica pouco nítida a distinção entre ambos: há uma estreita relação entre a

quantidade e a qualidade por serem propriedades da substância. Além disso, o caráter /duradouro/ atribuído ao adjetivo e /passageiro/ ao advérbio não é inteiramente válido, pois o aspecto transitório pode também ser efetivado através do adjetivo.

Embora o adjetivo e o advérbio exerçam, neste caso, a mesma função, há diferença expressiva segundo se use um ou outro: a forma adjetiva é mais direta e forte, a forma adverbial em *-mente* confere à idéia um tom mais neutro e formal.

Poucos são os adjetivos afetivo-axiológicos presentes neste editorial. Tem-se *inadmissível*, que expressa a rejeição do enunciador-narrador diante da situação de disjunção em que os sujeitos se encontram em relação ao objeto desejado, a liberdade. Por outro lado, o interpretante relativiza o seu ajuizamento, estabelecendo uma certa distância em relação ao enunciado em avaliações do tipo *a descoberta ... prova que o campo no Estado do Rio não é tranqüilo quanto se imagina* (§ 5). Na verdade, este é mais um recurso de endosso ao seu parecer: embora haja transferência de ponto gerador da avaliação, conserva-se a mesma fonte emissora dos juízos.

MICRO-ANÁLISE VII

CORREIO BRASILIENSE - Brasília 15/08/90 Edit. 23

O genocídio libanês

A situação do Líbano tornou-se tão grave no mês que escolhemos para exame dos editoriais (agosto/89), que constituiu alvo de comentários de muitos deles. Assim, no dia 15 do mês de agosto, escolhido para a concentração de nossa micro-análise, além do editorial que tomamos para estudo, também o jornal *O ESTADO DE SÃO PAULO* teve em seu segundo artigo da página editorial o mesmo assunto, intitulado-o *Contra o massacre do Líbano*. Observa-se que, apesar das diferentes formulações, tanto o *Correio Brasiliense* quanto o *ESTADO DE SÃO PAULO* posicionam-se negativamente frente ao conflito. Nomeá-lo *genocídio* já é caracterizá-lo suficientemente, uma vez que o termo significa "crime contra a humanidade" (AURÉLIO, NDLP). Igualmente, o substantivo *massacre* traz em si próprio a caracterização a que F. Brunot chama de intrínseca, ao lado da que se faz por meio de modificadores adjetivais, adverbiais ou seus equivalentes (BRUNOT, 1936:577). Não há, por que reforçá-los com adjetivos, são nomes que se bastam por si próprios, tornando desnecessária qualquer adjetivação, a não ser que se vise a um efeito hiperbólico (ex. *o horrendo genocídio libanês, contra o terrível massacre no Líbano* etc).

Outro ponto comum aos dois editoriais citados é o fato de apelar, como possibilidade de solução, para instâncias superiores aos fatos localizados. *O CORREIO BRASILIENSE* fala na intervenção da *consciência civilizada do mundo* e o jornal *O ESTADO DE SÃO PAULO* em *ativar a consciência internacional*.

A transmissão do impacto emocional, que semelhante situação desencadeia, é maior e mais contundente no *CORREIO BRASILIENSE*, a julgar pelos recursos neste utilizados, especialmente quanto aos

apreciativos/depreciativos. São 36 adjetivos para 22 do *ESTADO DE SÃO PAULO*, e muitos apresentam forte conotação afetiva.

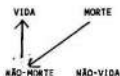
Resumo:

O território libanês é um local de conflitos concomitantemente internos e externos que têm gerado constantes extermínios. As grandes potências devem fazer um acordo para a cessação dessas violências. O mundo civilizado não pode permanecer indiferente diante desses fatos e sua desaprovação deve conduzir a um acordo no Líbano e, por extensão, no Oriente Médio, amainando também as tensões internacionais.

Estruturas sêmio-narrativas

Como categorias semânticas fundamentais que constituem o nível profundo desse texto têm-se os traços /morte/ e /vida/, actancializados nas estruturas narrativas de superfície e tematizados e figurativizados nas estruturas discursivas. Serão eles importantes para a escolha dos recursos estilísticos ativados pelo produtor do discurso.

Afirma-se a morte (*mais de quinhentas mil pessoas já perderam a vida*, § 1), nega-se a morte (*Já não é mais possível contemplar com indiferença o massacre*, § 1), afirma-se a vida (*Nenhum valor pode ser mais alto do que a sobrevivência de milhões de pessoas*, § 6). A morte é axiológizada disforicamente, em seu grau máximo de tensão. Tem-se no quadrado semiótico o seguinte percurso:



Morte e vida estão à base dos estados de *indiferença* e *indignação*, estados passionais que revelam a reação do sujeito diante da ação de outro sujeito. Tem-se um caso bem nítido de configurações passionais de indiferença e de indignação. Do ponto de vista tímico, a primeira é expressão da passividade, do relaxamento e, portanto, seu sujeito não é visto nem como acatador nem como rejeitador; a segunda traduz o estado de tensão que leva à atividade e assim à repulsa, caracterizando um sujeito rejeitador. A indignação revela-se como a condição da existência e afirmá-la, pois, é levar à possibilidade de mudança, ou seja, à existência de tensão necessária à vida. Assim, afirma-se primeiro a indiferença do mundo civilizado diante do conflito libanês, nega-se esta indiferença e afirma-se a indignação a que ele conduz (*A consciência civilizada do mundo, sob o impacto da matança indiscriminada ... certamente reage indignada com o prosseguimento dessa loucura*, § 6).

Pressupõe-se que, inicialmente, a consciência civilizada, que aparece como um destinador, não sanciona negativa nem positivamente o conflito, ou seja, sua atitude é de indiferença. Para o estabelecimento da pacificação (objeto de valor desejado) faz-se necessária a aquisição de competência. Processa-se, para tanto, a uma dupla manipulação: uma que se exerce em relação ao destinador (*"o mundo civilizado"*) e outra em relação ao sujeito do fazer (*"as grandes potências"*).

O destinador, uma vez manipulado é levado a passar da indiferença à desaprovação, isto é, de uma situação de */não querer saber ser/* a um */querer saber ser/* ou "curiosidade" e a um */saber ser/*, "tomar consciência" (ponto de vista cognitivo, inicialmente) e deverá levar o sujeito do fazer a um */dever fazer/*, isto é, estabelecer a conjunção do sujeito de estado com a paz. Sua manipulação se dá por provocação (se são grandes potências, como permitem semelhante barbárie? Serão julgados incompetentes) e por sedução (tal situação não é condizente com a sua grandeza). O fato de os sujeitos disputarem simultaneamente o mesmo objeto cria a estrutura polêmica da narrativa. O programa principal a executar e os respectivos actantes poderiam ser assim representados:

F $S_2 = = = = > [(S_1 \cup O_v) \longrightarrow (S_1 \wedge O_v)]$

S_1 Sujeito de estado - o Lfbano

S_2 Sujeito do fazer - as grandes potências

Dor Destinador - o mundo civilizado

O_v Objeto de valor - paz

O Dor \longrightarrow Consciência internacional \longrightarrow Grandes potências
(sujeito cognitivo interpretante, o editorialista
como porta-voz coletivo)

Para a consecução do programa principal, é necessário, conforme foi dito, um programa de aquisição de competência no sentido de dotar o sujeito do fazer (S_2) de um /querer fazer/, um /dever fazer/ e um /poder fazer/ diante do objeto a ser rejeitado, o genocídio (O_v) - Tem-se então:

S_2 indiferente ($S_1 \wedge O_v$) \longrightarrow S_2 indignado ($S_1 \wedge O_v$)

S_2 querer fazer = = = = > ($S_1 \wedge O_v$) \longrightarrow ($S_1 \cup O_v$)

A competência só será adquirida quando o sujeito passar da indiferença à preocupação e à rejeição da situação apresentada. Pode-se considerar tais estados como paixões complexas, segundo a classificação de Greimas, uma vez que apresentam estado inicial de *espera* e estado final de *satisfação* e *confiança* (GREIMAS, 1983:231):

As grandes potências estão convocadas a buscar, no âmbito das Nações Unidas e em outros foros competentes, um acordo imediato para a suspensão das hostilidades, (§ 6).

As conseqüências dessas paixões estão inscritas no texto, devendo o sujeito do fazer levar o sujeito de estado a conseguir o que deseja. Veja-se acima qual era o seu estado passional antes de ser modalizado pelo /querer fazer/, isto é, antes de ser instaurado como sujeito do fazer.

Há, pois, uma situação de conflito, traduzida actancialmente pelo programa narrativo, se se considerar a existência de dois sujeitos rivais (sujeito e

anti-sujeito) na "captura" de um mesmo objeto. O sujeito, uma vez tornado competente para realizar o programa principal, encontra-se diante de virtuais oponentes à sua consecução:

Nenhuma conveniência política ou interesses utilitaristas associados às ideias de segurança devem paralisar as ações pacificadoras, (§ 6).

Numa fórmula abrangente, o sujeito cognitivo interpretante, o narrador-editorialista, propõe a negação total de todos os possíveis oponentes, numa manifestação de confiança que reafirma a vida:

Nenhum valor pode ser mais alto do que a sobrevivência de milhões de pessoas, (§ 6).

Exalta-se, portanto, a vida e sanciona-se negativamente o genocídio, que é o atentado contra a vida, o seu contrário.



Têm-se, pois, que considerar dois níveis de programa para o destinator inicial: um em relação aos actantes do programa narrativo principal e outro em relação ao leitor. Este duplo destinatário vai determinar igualmente dois níveis de sanção. A tomada de consciência levaria a uma sanção de natureza cognitiva e por meio dela o editorialista torna-se porta-voz da coletividade, interpretando o seu universo axiológico, suas aspirações e expectativas. Como se trata de um programa narrativo virtual, a ameaça da morte de milhões de pessoas é a expressão da sanção negativa que se pode configurar. Cabe às Nações Unidas e outros foros competentes evitar essa tragédia maior e sancioná-la negativamente, não permitindo que um anti-programa se efetue, isto é, a disjunção em relação à paz.

Assim constituído em sua estrutura narrativa, este editorial ilustra bem o mecanismo que se dá num discurso porta-voz da opinião pública, com suas várias instâncias de enunciação e o sincretismo a que chega como resultado final.

Estruturas discursivas

Vários temas se entrecruzam no texto como se fossem o "fogo cruzado" de que fala uma das figuras nele presentes. Esta rede de temas é enfeixada pelo tema mais geral da repugnância diante da irracionalidade da guerra. A este ligam-se os subtemas axiologizados negativamente, por se prenderem à idéia da morte (violência, fanatismo, ódio, ambição desmesurada, insânia belicista, hostilidades) e subtemas contrários axiologizados positivamente, ligadas à noção de vida (princípio ou sentimento humanitário, esforços de conciliação, pacificação, valor no sentido amplo de algo desejável). Contrastam-se, assim, civilização e barbárie, razão e loucura.

As figuras que concretizam esses temas se acham sintetizadas numa figura maior que as engloba a todas: *É uma quadro de horror ...* (§ 3). Anaforicamente, o percurso figurativo assim estabelecido remete a sangue, campo de batalha, bombardeios, fogo, cratera juncada de cáveres, litigantes, jogar uma partida decisiva, mortos, feridos, vítimas etc. Outro percurso figurativo, ligado ao anterior, é aquele que pode ser feito como se se tratasse de um espetáculo (*contemplar com indiferença*, § 1), (*o Líbano não é apenas teatro de um insurreição interna*, § 2), (*por trás, como pano de fundo ...*, § 2).

A instância da enunciação projeta no enunciado um discurso em terceira pessoa, que visa ao distanciamento conveniente à natureza temática do texto. A presença do enunciador se manifesta de forma impessoal, através de construções com o pronome *se* indefinido (*onde se acredita que mais de quinhentas mil pessoas já perderam a vida.* § 1); (*... como poucas vezes se viu na história das nações* § 3); (*"Não se sabe como o Líbano ..."*, § 4), de construções infinitivas (*E*

imaginar que semelhante barbárie há tempos poderia ter cedido aos esforços de conciliação. § 4).

Os tempos do mundo narrado e do mundo comentado, utilizando a concepção de Weinrich, se alternam quando se trata de contrastar o *então* (*o massacre que, há mais de quatorze anos, mergulhou em sangue e outrora pacífico território libanês*, § 1) e o *agora* (*“já não é mais possível”*, § 1; *A guerra civil ... se nutre de elementos irracionais os mais bárbaros*, § 2; *Os muçulmanos xiitas ... destilam o seu ódio contra a facção cristã*, § 1; *todos se igualam nos riscos propostos na luta genocida e se transformam em alvo da insânia belicista*, § 1). (WEINRICH, 1968).

Este editorial é propício para que se observe a tensão própria do comentário, em que os fatos são vistos em seu comprometimento presente. No caso do *Genocídio libanês* tem-se o aspecto dramático da situação, com repercussões negativas para todos quantos se vêem por ela afetados. A função do discurso, neste caso, ao empregar os tempos do comentário, é a de exigir uma resposta, uma atitude e não a simples constatação nostálgica, através dos tempos do relato (atitude narrativa, relaxada) de uma época em que tal tensão era ausente (*o outrora pacífico território libanês*). Trata-se de uma atitude comunicativa de participação em que os presentes do indicativo ali estão para solicitar a aquiescência e adesão do leitor.

O espaço corresponde ao *lá* do enunciado, o Líbano e sua capital, Beirute, agora internacionalizados devido aos interesses estrangeiros lá presentes :

Mas o Líbano não é apenas teatro de uma insurreição interna; O país já é hoje um campo de batalha internacional, § 2.

Este editorial não segue a estrutura formal apontada nos Manuais de estilo para o gênero que, conforme já vimos, consiste em apresentar a referência (o fato que deu origem ao comentário) no tópico ou "lead" e o discurso interpretativo do sujeito editorialista acerca dessa informação ou notícia. Espalha-se esta por todo o texto, como se fosse um relato de guerra, e os dados interpretativos não se confinam a determinados parágrafos. De fato, a escolha léxica recai, desde o

primeiro parágrafo, senão mesmo do título, conforme já o dissemos, em termos tão fortemente caracterizadores que equivalem a um ajuizamento implícito. A muitos deles, acresce-se ainda a circunstância de constituírem figuras de retórica, ou seja, tropos como a metáfora, a metonímia, a sinédoque, o que enriquece a produção do sentido global do texto, com efeitos de sentido ligados à expressão da afetividade e da emoção do sujeito interpretante, de seu universo de valores e daqueles de que se faz porta-voz. É o que se dá com o uso de verbos em sentido figurado tais como *mergulhou em sangue* (§ 1), *destilam o seu ódio*, (§ 1), *se nutre de elementos irracionais* (§ 1), *alimenta um conflito ocasional* (§ 2). Estes últimos revelam, inclusive, o dado "antropofágico" do litígio. Entre os substantivos caracterizadores, pode-se citar *genocídio*, *massacre*, *morticínio*, *matança*, *barbárie*, *insânia*, *loucura*, todos disfóricos e, portanto, destinados a provocar reações de repugnância da parte dos destinatários-leitores, como parte do fazer persuasivo emitido pelo destinador-manipulador e produtor do discurso.

Igualmente se pode dizer dos adjetivos os quais, mesmo nos contextos em que deveriam ser meramente descritivos, apresentam elementos subjetivos avaliatórios (Ex. *elementos irracionais os mais bárbaros*, § 1). Passa-se assim a grande exasperação, que constitui o tom geral do texto, já mesmo a partir das primeiras afirmações.

Os estados passionais da indiferença e indignação, de natureza subjetiva (ENGELMANN, 1978:146), tornam-se supra-individuais na perspectiva do enunciador-narrador, uma vez que coletivizados, tendo-se a impressão de voz uníssona:

A consciência civilizada do mundo ... certamente reage indignada com o prosseguimento dessa locura (§ 6).

Trata-se de um efeito de estratégia enunciativa em que a valoração expressa fica transferida para os atores discursivos, resguardando-se para o sujeito-interpretante, produtor do discurso, o dogma da objetividade, embora seja ele próprio a fonte de onde emanam os valores. Tal se dá, sobretudo, com o emprego

dos adjetivos afetivo-axiológicos que implicam um envolvimento emocional na avaliação e que, portanto, poderiam comprometer o efeito de imparcialidade que é um dos princípios basilares do código deontológico jornalístico.

A violência assumiu tais proporções que a Cruz Vermelha internacional dirigiu apelo dramático às vanguardas em luta ... (§ 3)

É um quadro de horror como poucas vezes se viu na história das nações (§ 4).

O uso de artifícios de distanciamento, sobretudo emocional, fazem parte do efeito de sentido que se pretende construir no texto e pelo texto e da sua intenção de fazer crer verdadeiro.

As figuras retóricas do texto são quase todas complexas porque superpõem processos, no intuito de expressar de forma mais densa as sensações a serem transmitidas ao leitor, que é o destinador-julgador da performance do sujeito editorialista e que convém, portanto, conquistar por todos os meios.

Metáfora e metonímia se reúnem em *mergulhou em sangue*, além do conjunto da expressão constituir também uma hipérbole; metáforas hiperbólicas em *uma imensa cratera juncada de cadáveres*; sinédoque e hipérbole em *sobrevivência de milhões de pessoas*.

Trata-se de um texto fortemente conotado em que as imagens se disseminam por todo o texto, como as do sangue, do fogo, remetendo à idéia de morte que, como vimos na estrutura profunda, constitui a categoria semântica fundamental na organização lógico-conceptual do texto.

O grau de consciência da composição formal de muitos desses adjetivos, que constituem formações eruditas, também é um elemento fortemente motivador. Veja-se a presença de adjetivos em *-cida* (*guerra fratricida, luta genocida*) e os de filiação em *-ista* (*grupo fundamentalista, insânia belicista, interesses utilitaristas*). O narrador tem de seu narratário a imagem de um leitor

culto, cuja competência lingüística não encontra ruidos nessas escolhas, a não ser excepcionalmente.

Há que salientar também, no plano da expressão, a presença de adjetivos de grande volume, em que a massa fônica aparece como elemento reforçador do conteúdo, avantajando o significado a transmitir, tal como se pode observar na preferência pelos polissílabos: *civilizado, pacífico, irracionais, humanitário, decisiva, dramático, hegemônicas, indiscriminada, indignada, competentes*, além de outros já citados anteriormente como *fratricida, genocida, belicista, utilitarista*.

Alguns adjetivos entram em expressões já lexicalizadas ou em vias de lexicalização como *guerra civil, nações amigas, Nações Unidas, Cruz Vermelha, grandes potencias, mundo civilizado*, em que o valor referencial predomina, sentindo-se ainda, em algumas delas, uma ligeira axiologização na dependência dos contextos em que se atualizam. Os recursos retóricos de construção podem separar esses elementos, criando expressivos torneios de frase, como é o caso da hipálage, em que se desloca o termo atributivo: *a consciência civilizada do mundo* (§ 6).

Não é de estranhar a presença de adjetivos patronímicos, uma vez que o sujeito do fazer, que deverá promover as mudanças necessárias a favor do sujeito de estado, tem como atores nas estruturas discursivas, as chamadas "grandes potencias", acrescentando-se ainda que a ancoragem espacial torna-se um *campo de batalha internacional*, daí referências como *território libanês, organizações palestinas*.

São muitos os adjetivos, conforme veremos a seguir, que expressam a noção de tempo, visto que se contrastam nas estruturas discursivas o *então* (*o outrora pacífico território libanês*, § 1) e o *agora* (*O país já é hoje um campo de batalha internacional*, § 2). A situação do futuro será determinada pela execução do programa narrativo, do qual depende a *sobrevivência de milhões de pessoas* (§ 6). Assim, tem-se *confronto diuturno, conflito ocasional, acordo imediato*. São todos eles adjetivos de cunho referencial que colaboram para o efeito de real criado pelo texto, assim como os que indicam procedência e espacialidade.

O uso de adjetivos de grande impacto, quer pela raridade de sua ocorrência (*hegemônico, juncada*), quer pela carga emocional ou pelos dois motivos superpostos (*fratricida, genocida, belicista*), corresponde à natureza argumentativa do tipo de texto que é o editorial e à função persuasiva que leva o enunciador-narrador a direcioná-lo para os destinatários-leitores, despertando a sua atenção e provocando uma quebra de previsibilidade de grande poder informativo.

A assertiva final é constituída por frases de grande efeito, em que se sente os ecos do verso camoniano na escolha do substantivo *valor* e do adjetivo dimensional que a ele se refere, *alto*, axiologizado para expressar a noção de excelência.

*Nenhum valor pode ser mais alto do que a sobrevivência
de milhões de pessoas (§ 6).*

Que falante culto da língua portuguesa, leitor de editoriais do jornal em questão, não é sensível à intertextualidade que remete aos famosos versos de *Os Lusíadas*, no seu primeiro canto?

*Cesse tudo o que a Musa antiga canta,
Que outro valor mais alto se alevanta.*

MICRO-ANÁLISE VIII

JORNAL DE BRASÍLIA

15/08/89

Edit. 24

Desafio da habitação

É o caráter prescritivo que dá o acento geral do texto, introduzindo de imediato a noção de um *dever fazer* contida em *desafio*. Parte-se de um saber já partilhado em que se dá o reencontro com o já sabido. O leitor tem ciência do que ocorre, desde o início, por antecipação de sentido dada pela situação de crise e contornada ^{pela} política assistencialista.

A exemplaridade é o recurso adotado para incutir o *dever fazer*, constituindo a técnica do que se pode chamar "realismo biográfico", de valor semelhante ao da citação, conferindo realismo e reforçando o efeito de sentido "verdadeiro". São exaltados alguns feitos do governador de Brasília no que toca à questão habitacional, cerne do presente editorial. Igual temática foi abordada na mesma data por outro jornal concorrente, o *CORREIO BRASILIENSE*, num pequenino artigo editorial (*Revisão necessária*), em que se propõem mudanças no tratamento do problema, denunciando irregularidades nesse setor. Como característica comum a ambos tem-se a categoria deontica, impondo-se diretrizes ao Governo, instado a tomar-se o agente dessas medidas.

Resumo:

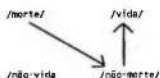
A estrutura social vem sendo corroída há anos pela crise econômica. A sociedade tem uma dívida para com os estratos sociais periféricos ao sistema econômico, que sofreria sérios problemas de moradia e de questão sanitária. Como a situação é grave e persistente, com pouca possibilidade de ser revertida, cabe atenuar os efeitos da crise sobre essas populações.

A política habitacional do Governo de Brasília vem favorecendo a concentração da propriedade do solo urbano nas mãos de poucos incorporadores, o

que atinge em cheio a classe média da cidade. Deve, pois, existir no Governo uma orientação firmemente decidida a solucionar a questão social da habitação em todas as suas vertentes.

Estruturas sêmio-narrativas

A gravidade da situação focalizada leva a considerar como categorias fundamentais do texto as noções semânticas de *morte* e *vida*. De fato, naquelas circunstâncias, dois percursos se tornam possíveis: passar-se de uma situação de */não-vida/* (contraditório de */vida/*) à de */morte/*, (seu contrário), a penosa condição em que se encontra grande parte da população, ou da negação da */morte/* (a */não-morte/*) para chegar-se à afirmação da */vida/*. Os programas narrativos se estabelecerão com a tentativa de manipular para a consecução da segunda hipótese. Portanto, os valores ligados à morte são axiologizados negativamente, enquanto a vida é valorizada positivamente. Eis como se pode representar este percurso no quadrado semiótico:



O programa principal não propõe uma mudança radical diante da situação disfórica do país, caracterizada como estado de crise, mas a minorar os seus efeitos sobre os vários estratos sociais.

PN principal:

$$S_2 = \text{====} > [(S_1 \cup O_v) \text{---} > (S_1 \cap O_v)]$$

S_2 Sujeito do fazer - Governo

S_1 Sujeito de estado - população desfavorecida

O_v Assistência social

Já que a crise aí está, é preciso transformá-la num objeto menos disfórico, de onde os programas assistenciais:

PN₁, em relação aos favelados

PN₂ em relação à classe média

No PN₁, a sociedade deve dotar o sujeito de estado de um *saber*, isto é, da competência necessária para que ele possa *galgar os degraus da promoção social*, uma vez que não foi "instrumentado" para isso (§ 1).

$$S_2 = \text{====} > [(S_1 \cup O_v) \text{---} > (S_1 \cap O_v)]$$

S_2 Sociedade

No PN₂, o Governo de Brasília por omitir-se identifica-se com a política de alienação de terras, isto é, com os incorporadores que detêm a propriedade dos terrenos. Assim,

$$S_3 = S_1 \text{---} > S_1 \cap O_v$$

S_1 incorporadores

S_2 Classe média

S_3 Governo do Distrito Federal

O_v terrenos

A competência do sujeito do fazer é julgada negativa por sua atitude conivente. A manipulação se dá então por provocação no sentido de que ele

(Governo) se torne sujeito do fazer de um outro programa: o da desconcentração da propriedade da terra. A instauração de um sujeito ativo levará a um *dever fazer* neste novo programa. Dá-se, antes de tudo, um fazer persuasivo no sentido de conscientizá-lo. O sujeito cognitivo interpretante o "alerta" para esta necessidade.

$$S_3 \neq S_1 \longrightarrow S_1 \cup O_v$$

$$S_3 = = = \longrightarrow (S_2 \cup O_v) \longrightarrow (S_2 \cap O_v)$$

Enfim, S_1 tem que entrar em disjunção com o objeto para que S_2 entre em conjunção com ele. Tem-se então a estrutura polêmica da narrativa. Deve haver um processo de doação de S_1 para S_2 .

No programa 1, a sociedade é sancionada negativamente por não ter cumprido o seu dever para com o sujeito de estado, as populações desfavorecidas. Alguns programas executados com esta finalidade são sancionados positivamente (assentamentos que o governador Joaquim Roriz vem empreendendo) e apontam a sua exemplaridade a outros casos semelhantes.

No programa 2, há sanção negativa para o sujeito do fazer pela omissão que o leva a identificar-se com um anti-sujeito em desacordo com os objetivos do programa principal. O programa fica na condição de virtual, mas o fazer persuasivo se exerce por intimidação (ameaça atenuada) e por sedução (louvor).

Louvamos a preocupação do governador Joaquim Roriz com o assentamento de favelados - de fato uma das manifestações mais dramáticas da nossa crise -, mas o alertamos para a necessidade de impedir que a política de alienação de terras, ou a mudança de destinação de terrenos, se faça de modo a concentrar ainda mais a propriedade do solo urbano. (§ 5).

No tom geral do editorial, *Desafio da habitação* entra a manipulação por provocação. Instiga-se à realização dos feitos, apelando para a capacidade/incapacidade de seus agentes.

Estruturas discursivas

O caráter de texto dissertativo fica explícito em sua própria elaboração, estando visíveis os andaimes que denotam a estrutura argumentativa:

O raciocínio vem a propósito dos assentamentos de caráter social... (§2).

O solo urbano, voltamos a insistir na tese, deve ser administrado exclusivamente na sua dimensão social (§ 4).

Inicialmente, parece ser um discurso revolucionário, fazendo um grande preâmbulo à situação geral do país, em que se delinea um quadro assustador. O enunciador-narrador refuta possíveis objeções antes de apresentar o programa assistencialista como único meio de minorar os efeitos apresentados pela crise econômica e social.

Trata-se, entretanto, de um discurso conservador, conforme se pode depreender das estruturas narrativas já expostas.

É, pois, dentro desta perspectiva que se apresentam os temas em debate e que se concretizam as figuras escolhidas para revesti-los. Predominam os temas de natureza social, estando a responsabilidade da sociedade e do governo expressos por figuras fortes através de verbos como *corroer*, *asfixiar* ('*corrói a estrutura social*', § 1; '*a classe média está asfixiada*', § 4).

O texto parte de uma indefinição ('*A crítica que frequentemente se ouve à política social do Governo por parte dos que, com certa razão ...*', § 1), a seguir procede por generalizações que incluem processos retóricos de dramatização ('*Os estratos sociais periféricos ao sistema econômico padecem de uma crônica incapacidade de galgar os degraus da promoção social ...*' § 1), busca das causas sociais ('*... porque não foram instrumentos para isso. A sociedade tem com eles essa dívida*', § 1) e particularizações (empreendimentos do Distrito Federal e sua exemplaridade).

As cordenadas espaço-temporais aparecem sintetizadas em *circunstâncias especiais do momento que o País vive*. Constata-se o agora do enunciado, simulacro da enunciação, apresentado disforicamente, com o *então*, que é valorizado euforicamente:

... visam a socorrer as populações que, se não tinham oportunidades quando a economia do País era próspera, não a terão jamais depois que a crise econômica agravou os desníveis (§ 2).

Nota-se, contudo, uma indeterminação temporal (*uma crise ... que há anos corrói a estrutura social*, § 1), *Trata-se de problema que vem se arrastando há anos ...*, § 3), que torna incerta a propalada prosperidade do país. Na realidade, tratar-se-ia de graus diferentes da crise, de um *continuum*, e não de uma polaridade.

A alternância de recursos de distanciamento enunciativo, tais como a terceira pessoa impessoal (*A crítica que frequentemente se ouve à política social do Governo*, § 1), ou mesmo o apagamento do sujeito da enunciação, como se ele não existisse e a frase se enunciasse por si própria (*Há uma crise econômica gravíssima e persistente ...*, § 1) e, por outro lado, a presença do sujeito falante, formalizada em primeira pessoa do plural do tipo unanimista (*propugnamos*, § 3, *não devemos deixar de focalizar*, § 4, *Louvamos*, § 5) produz efeitos de sentido que mantêm o equilíbrio do objetivo/subjetivo. O alocutário aparece com um destinatário indireto através de chamamento, no qual intervém a função conativa ou incitativa. (*Louvamos a preocupação do governador mas o alertamos para a necessidade de impedir ...*, § 5). Fica patente, neste caso, a força perlocutória do enunciado, constringendo o destinatário a colocar-se sob os valores do enunciator-narrador e de executar os programas por ele propostos. É o que se poderia chamar de "papel performativo do jornal" (IMBERT, 1986). A sanção expressa vai além do simples reconhecimento. Não só a presença declarada do sujeito da enunciação através da 1ª pessoa do plural atesta a subjetividade colocada no discurso, mas também as modalizações, ou seja, a presença implícita do enunciator no processo enunciativo, através de dêiticos que o situam em relação a este, de expressões avaliatórias, axiológicas, afetivas. Catherine

Orecchioni menciona a forte tendência, no uso habitual da linguagem, a axiológica (KERBRAT-ORECCHIONI, 1980).

Todos os adjetivos axiológicos são fortemente marcados do ponto de vista da subjetividade, embora esta possa ser variável em grau, de uma ocorrência a outra, às vezes dentro da mesma produção textual. Eles situam o locutor em relação aos conteúdos postos, embora dêem a impressão de se ligarem à própria natureza destes, independentemente de quem os formula. Este emprego é a peça forte dos editoriais, porque não fica explícita a natureza enunciativa desses axiológicos. Se assim fosse, os julgamentos se relativizariam muito, porque tal coisa seria isto *para mim* (ou *o nós* do grupo) e perderia em parte a sua validade. Assim, um insulto ou a face oposta, o elogio, só são tomados como tais se se desprenderem das fontes enunciativas. É exatamente nesse sentido que operam as estratégias enunciativas do editorial.

Revelam igualmente a presença do enunciador as opções de natureza estilística e a própria organização da mensagem verbal que não são absolutas, mas sofrem restrições devidas às condições concretas da comunicação e às características do gênero. Sabe-se o quanto a natureza do canal incide sobre a eleição dos termos lingüísticos. O editorial goza de um certa liberdade de expressão, mas tem um compromisso estilístico com o "falar bem". Dadas as suas características, o editorial pode incorrer em escolhas requintadas tais como as que se encontram no presente editorial: *galgar, propugnar, sofrer procrastinações* etc. Os substantivos presentes, ainda que se refiram a fatos bem concretos, aparecem como entidades: *habitação, moradia, solo urbano, água, terras, terrenos, dinheiro, moeda*. Os adjetivos avaliatórios não são muito numerosos, 20 no total do texto, concentrando-se na primeira parte que corresponde exatamente àquela em que se superestima um problema com a intenção de reduzir a dimensão de outros. A intensificação se dá por meio de dois superlativos absolutos sintéticos (*gravíssima* e *baixíssima*), significativa dentro de nosso corpus, uma vez que no total de textos foram encontrados apenas 7 ocorrências com este emprego.

Há uma crise econômica gravíssima e persistente que há anos corrói a estrutura social. Essa crise, nos efeitos que ela desencadeia sobre os estratos sociais de baixíssima renda, é impossível de ser revertida ... (§ 1).

Nos adjetivos em *-vel*, presentes de forma marcante no texto (*possível/impossível*), percebe-se com nitidez a estrutura lógica da modalidade, a alética, por expressarem a probabilidade, estando ligadas ao *poder*. São adjetivos tipicamente modais e podem ser incluídos entre as modalidades proposicionais, pois nos enunciados em que aparecem pode-se delimitar perfeitamente o componente da cadeia sintagmática no qual a modalidade se realiza. De um ponto de vista mais amplo, entretanto, também outros adjetivos em *-vel* (*-ável, -ível, -ível, -ível*), que não apresentam tais características, podem também ser considerados modalizadores, tais como *abominável, terrível, razoável* etc.

O título grandiloquente do editorial, assim como o arrazoado inicial que expõe com fervor as convicções do editorialista e, portanto, da instituição em nome da qual emite seu parecer, levam o leitor a um grau de expectativa que se vê arrefecido diante das soluções propostas, uma vez que estas procuram induzi-lo à aceitação dos fatos como sendo irreversíveis (*crônica incapacidade*). Ao procurar refletir a opinião pública, o jornal, como instituição, também a conforma a si próprio, revelando a imagem do leitor que o lê e cujo perfil contribui a delinear. O editorial que ora analisamos, pela consideração do já sabido, partindo do pressuposto de que há um consenso cultural e ideológico entre a fonte emissora e receptora, fecha o sentido a novas interpretações, vetando ao leitor outros possíveis percursos geradores de sentidos.

Observa-se, contudo, que embora no nível da formalização (aparato formal da enunciação, estilo neutro etc) o texto pretenda passar por objetivo, no nível dos pressupostos teóricos tem-se o que se poderia chamar de subjetividade ideológica que o enunciador-narrador pretende impor ao leitor.

Do exame pormenorizado dos editoriais que acabamos de analisar, ressalta-se o fato de que há uma acumulação de valores que vêm desde o nível profundo e que irão se concretizando nos programas narrativos dos percursos em questão e recebendo seu revestimento no nível discursivo.

Procede-se a uma seleção nos valores virtuais, os quais deverão ser assumidos e atualizados pelos sujeitos da estrutura narrativa de superfície e inscritos nos objetos (actantes objetos) a entrarem em conjunção/disjunção com esses sujeitos. Pode-se, a partir dessas estruturas, separar a incidência da valoração sobre o sujeito/objeto, ou seja, dar conta de sua procedência, o que será projetado no nível das estruturas discursivas mediante as opções feitas pelo enunciador.

No nível das estruturas discursivas, tem-se nos editoriais a produção de um discurso de tipo abstrato, isto é, predominantemente temático, embora a figurativização não lhe seja estranha como forma de atualização semântica, podendo haver a concretização sob forma de figuras, tomadas ao acervo comum, às configurações discursivas da comunidade.

Na textualização, os processos e expedientes de construção textual procuram dar conta das categorias semânticas de base e sua respectiva axiologização, já atualizadas nas estruturas narrativas de superfície e semanticamente modalizadas para os fins pretendidos. As escolhas e combinatórias possíveis do plano textual são eficazes na medida em que possam dar conta desse percurso gerativo de sentido e que criem o efeito de sentido almejado pelo produtor do discurso, seja ele de objetividade ou de subjetividade. O discurso editorial, ao criar objetividade, se serve de procedimentos de caráter subjetivo, tais como o uso axiológico e afetivo da adjetivação, como forte e poderoso instrumento de persuasão. O importante é *parecer* objetivo, mesmo que para tanto seja necessário o concurso de procedimentos de natureza distinta.

2. Análise dos dados do corpus

2.1. O editorial nos jornais analisados

Uma breve descrição da posição dos editoriais em cada um dos jornais examinados permite melhor situá-los. Figuram nas chamadas páginas "nobres", ao lado das colaborações especiais (artigos, crônicas, charges) e da seção de opinião do leitor, matérias que correspondem a uma média de 90% da superfície analisada, o restante sendo destinado à publicação do expediente, noticiário de agências e publicidade. Segundo dados de pesquisa feita por Beltrão, nossa imprensa destina, de um modo geral, na página reservada à *Opinião*, 29% dessa superfície aos editoriais, 51,4% às manifestações opinativas dos jornalistas ligados à empresa, colaboradores convidados e chargistas e 18,8% à expressão do leitor comum (BELTRÃO, 1980:99). A título de observação, reproduzimos uma página de opinião de cada um dos jornais examinados, conforme se apresentavam no período em questão (ANEXOS, VIII).

Por ordem de sua inclusão no *corpus*, correspondendo ao triângulo São Paulo-Rio de Janeiro-Brasília, daremos um pequeno perfil de cada um, conforme segue:

O ESTADO DE SÃO PAULO (OESP)

Traz editoriais sob a rubrica *Notas e informações* à página 3. Sabe-se que a página ímpar é a primeira em que se detém a atenção do leitor quando abre o jornal, daí a preferência por esta colocação em muitos jornais. Às vezes, coloca-se um catalizador de atenção na coluna ao lado, como a seção de fatos sociais, frases famosas etc. Na página 2, há a seção *Espaço aberto*, com artigos assinados e o espaço *Dos leitores* ao lado que, mais recentemente, se chama *Fórum dos leitores*.

Apresenta 3 ou 4 artigos editoriais por edição, sendo que o primeiro, conhecido como artigo de fundo, destaca-se dos demais pelo tamanho dos tipos do

título e por constituir-se de 3 colunas com tipos maiores que a dos outros artigos, de 4 colunas cada um.

A FOLHA DE SÃO PAULO (FSP)

Dedica duas páginas diárias à matéria de caráter opinativo (*Análises/Perspectivas e Tendências/Debate*). Apresenta 3 ou 4 artigos editoriais, na página A-2, em duas colunas, ocupando os dois primeiros quase toda a altura da página e os outros dois (ou 1) últimos, o pequeno espaço restante, ao pé da página. Entre os periódicos examinados é dos que mais veiculam opiniões. Foi o primeiro jornal do país a institucionalizar a função do *ombudsman*, comum há vários anos nos jornais europeus e americanos. Esta criação (24/09/89) seguiu-se a uma série de modificações internas do jornal, conhecidas como Projeto FOLHA, de que se tem um comentário no livro de Carlos Eduardo Lins da Silva, *Mil dias. Os bastidores da revolução em um grande jornal* (1988).

O *ombudsman* tem uma tríplice função: atender os leitores (por carta, telefone ou pessoalmente); produzir diariamente uma crítica da FOLHA, de circulação interna, quanto ao conteúdo e edição, assim como aspectos formais de toda natureza, tendo como referência o *Manual Geral de Redação* do jornal; produzir num artigo semanal (aos domingos) o chamado "media criticism", comentando a atuação dos órgãos da imprensa, trabalho comparativo que o *ombudsman* realiza diariamente em relação aos principais jornais, refletindo sobre a essência do jornalismo e o ofício do jornalista.

Já anteriormente havia jornalistas que faziam a crítica do jornal em certas colunas, porém sem as atribuições e o papel que hoje cabem ao *ombudsman*. Pode-se citar, na própria FOLHA, a coluna *Jornal dos Jornais* de Alberto Dines, citado em nossa bibliografia (DINES, 1986).

A produção do *ombudsman* é a de um metadiscurso, ou seja, de um discurso sobre o próprio discurso, uma vez que a sua função é dar a imagem do próprio jornal, participando do que se pode chamar de discurso indireto do jornal, tal como as Cartas do leitor. Tem assim atuado como produtor de um

contradiscurso e servido para formalizar o *feedback* do jornal, mediante uma inversão simbólica da figura do leitor: o jornal se torna a instância receptora na escuta dele mesmo, isto é, torna-se leitor de suas próprias produções. Institucionaliza-se, assim, o *feedback*, que é integrado formalmente às seções chamadas de *Opinião*.

Atuando como uma espécie de *superego*, o *ombudsman* fornece elementos importantes para que se possa conhecer as condições de produção do jornal, o modo como ele constrói a sua própria realidade na produção do discurso, em sua condição de jornal de prestígio, de referência obrigatória na criação da realidade cultural. Tem-se igualmente, por seu intermédio, um perfil do leitor a que o jornal se dirige e que também determina o perfil deste. Ambos têm em comum a função de exercer, no processo comunicativo, a consciência crítica do jornal. Diferentemente do narrador-editorialista, que se mantém num relativo anonimato, o *ombudsman* assume o seu próprio discurso, razão pela qual tem assegurado o seu cargo pelo espaço de dois anos, como sinal de garantia no emprego.

É claro que tudo isto faz também parte daquela imagem que a FOLHA tem procurado criar de si própria junto ao público leitor, imagem de jornal pluralista, aberto ao diálogo, de vigilância social e outros traços que a compõem. Não tratamos deste aspecto em outra parte, por ser A FOLHA o único jornal a apresentá-lo.

DIÁRIO POPULAR (DP)

Traz sempre apenas um artigo editorial, de 2 colunas, que se localiza nas páginas 5 ou 6 e não se faz chamada para ele na primeira página. É encimado por uma charge, que com ele não tem necessariamente relação direta, ocupando o centro da página. A titulação é feita com tipos bem grandes em relação aos demais da mesma página. Com linguagem simples, de fácil "leitabilidade" e traços coloquiais, o jornal visa certamente a atrair a clientela a que se destina.

JORNAL DO BRASIL (JB)

Na página 10 do 1º caderno, no período por nós analisado, apresentam-se normalmente três editoriais com 2 colunas cada um. Está entre os jornais que destinam mais espaço à colaboração do leitor. As charges da página 11 são firmadas por caricaturistas de renome, como Millor Fernandes e abordam temas políticos de grande atualidade. Diferentemente dos demais jornais, coloca com iniciais maiúsculas todas as palavras nocionais dos títulos.

O GLOBO (GL)

Apresenta um artigo editorial por edição à página 4, em 3 colunas, com diagramação atraente, tendo-se o enquadramento da composição e titulação de grande destaque. Dá-se também ênfase com letras em caixa-alta ou versalete à primeira palavra de cada período, sendo um separado do outro por um intervalo maior. Ao lado do editorial tem-se uma charge que, em geral, satiriza personagens de nosso cenário político.

O DIA (OD)

Um único editorial muito breve à página 4, sem nenhum destaque maior a não ser o título, - é assim que ele se apresenta no jornal O DIA. Traz no alto uma charge de Jaguar ou de algum outro colaborador. Vazado em linguagem despojada, seu conteúdo é, em geral, de denúncia das anomalias na vida social do país. Vai direto ao cerne da questão, não apresentando nenhum artifício ou desejo de impressionar pela forma.

CORREIO BRASILIENSE (CB)

Alguns sinais denotam o apego à tradição por parte deste jornal. Logo abaixo de seu nome, escrito com a velha ortografia (CORREIO BRAZILIENSE), há uma citação de Camões ("na quarta parte nova os campos ara/ e se mais mundo houvera, lá chegara", VII, 14).

Apresenta dois editoriais por edição à página 2, sendo o primeiro maior que o segundo e versando assunto de maior amplitude.

JORNAL DE BRASÍLIA (JDB)

No momento de nossa análise, apresenta um único editorial por edição, à página 2. Em época anterior a esta, apresentava quase sempre dois artigos editoriais. O uso de tipos em negrito para o texto e o título em tipos muito grandes dão-lhe presença na página *Opinião*, onde também figuram uma charge, artigos especializados e a correspondência do leitor.

2.2. Análise do material

Dos 48 editoriais de nosso recorte final, apenas 4 versam sobre assuntos internacionais (Libano, edit. n^o 23 e dit. n^o 29, Polônia, edit. 36 e Colômbia, edit. 44), sendo que dois estabelecem confronto nacional-internacional (edit. 15, *Predação multinacional*, com envolvimento de órgãos internacionais, e edit. 25, *Confronto melancólico*, que trata da situação da Argentina e do Brasil diante do problema inflacionário). Assim, alguns apresentam um tema internacional, mas na realidade visam tratar de um tema nosso.

Quanto aos temas abordados, prevalece o político, ainda quando as questões tratadas sejam de cunho social ou econômico. É o aparelho governamental que está sempre por trás como condição de possibilidade dos demais componentes. A educação, as questões de saneamento, de moradia estão todas submetidas ao fator político. Editoriais de circunstâncias, para comemorar eventos, como havia anos atrás, já não os há mais, a não ser como pretexto para tratar de pontos fundamentais. Ao fazer a avaliação retórico-argumentativa do emprego do adjetivo, veremos em que medida a natureza do tema influi em sua ocorrência.

Partimos do fato de que em textos de caráter dissertativo, como os editoriais, que se aproximam das normas do discurso científico (discurso de verificação, discurso interpretativo, somados ao discurso referencial e retórico difusos no texto), haja o predomínio evidente de adjetivos de valor denotativo. Como isto é ponto já assente, voltamos nosso estudo para os processos de investimento de valor nesses adjetivos, através do discurso, e também para aqueles que já sejam basicamente axiológicos ou afetivo-axiológicos, embora minoritários, mas cumprindo importantes funções persuasivas neste tipo de texto. Em nossa análise, procuramos exatamente mostrar que o efeito de objetividade resultante advém do equilíbrio entre o intelectual e o emocional, sendo este um aval daquele, mas expresso com parcimônia para não invalidá-lo. O elemento valorativo, nele incluso o afetivo, fazem parte integrante da trama argumentativa que se desenrola no editorial, dando as marcas de verificação de que ele necessita para cumprir o seu objetivo, ou seja, ganhar a credibilidade do leitor.

Fizemos, então, o levantamento dos adjetivos assim caracterizados, nos 48 textos que compõem o material analisado, levando-se em conta a situação sintático-semântica em que se encontram no texto, bem como os demais elementos do nível discursivo (relação enunciação/enunciado, relação enunciador/enunciatório, basicamente), de que decorrem as opções retóricas e estilísticas.

Foram eles fichados de acordo com sete critérios, já mencionados na introdução deste trabalho, os quais por sua vez comportam subespécies, conforme se pode ver no seguinte quadro, já com os resultados obtidos em sua apuração final:

ANÁLISE DO CORPUS - DADOS GERAIS

I. FUNÇÃO SINTÁTICA

		OCCORRÊNCIAS
1. Adjunto anteposto	Aa	= 278
2. Adjunto posposto	Ap	= 621
3. Aposto	Apt	= 35
4. Predicativo do sujeito	Pa	= 194
5. Predicativo do objeto	Po	= 25

II. VALOR SEMÂNTICO

6. Restritivos	Res	= 1023
7. Explicativos	Éspl	= 51
8. Relacionais	Rel (conotativo)	= 79

III. RELAÇÃO ENUNCIÇÃO/ENUNCIADO

FONTE DE AVALIAÇÃO

9. Enunciador	E	= 1122
10. Actante do enunciado	e	= 31

IV. EIXO ESCALAR DA SUBJETIVIDADE

11. Não-axiológico	S ₁	= 376
12. Axiológico	S ₂	= 688
13. Afetivo	S ₃	= 89

V. USO FIGURADO

14. Metafórico	Fm	= 49
15. Hiperbólico	Fh	= 16
16. Irônico	Fi	= 18

VI. GRAU

17. Adj. de sign. superlativa inerente	SSI	= 51
--	-----	------

VII. QUALIDADES FÍSICAS/PSÍQUICAS

18. Cor	C	= 7
19. Tempo	T	= 117
20. Lugar	L	= 16
21. Ordem	O	= 19
22. Dimensão	D	= 143
23. Matéria	Mat	= 3
24. Forma	Fo	= 4
25. Temperatura	Temp	= 2
26. Pefquica	Pq	= 836

Para representar os critérios adotados, utilizamos siglas, transformadas em códigos a fim de facilitar o trabalho de computação, tendo-se depois reconvertido os dados à forma inicial. Elaboramos uma ficha-padrão (f.) para registro de cada uma das ocorrências assinaladas.

O analista de sistema do Centro de Informática da FFLCH, após tomar ciência de nossos propósitos e dos quesitos que gostaríamos de ver respondidos, elaborou programas especiais para atendê-los, gerando posteriormente relatórios das fichas cadastradas, bem como dos dados que deveríamos obter. Foi possível organizar:

- 1^o) Listagem de freqüência de cada adjetivo do *corpus* em ordem decrescente (de que apresentamos uma súmula até a freqüência 5).
- 2^o) Listagem de adjetivos por ordem alfabética. (Anexos)
- 3^o) Listagem de adjetivos para cada item examinado no *corpus* com todos os dados das fichas (item a avaliar, n^o da ficha, nome do jornal, data, página, título do editorial) e a classificação do adjetivo com respeito aos tópicos examinados. (I. Função sintática, II. Valor semântico, III. Relação enunciação/enunciado, IV. Eixo escalar de subjetividade, V. Uso figurado. VI. Grau, VII. Físicas/psíquicas). Este material está todo ele arquivado em disquete.
- 4^o) Relacionamento dos itens anteriores, o que nos forneceu um quadro a ser incluído nesta parte:

III e IV - Enunciação/enunciado e eixo escalar de subjetividade

III e V - Enunciação/enunciado e Uso figurado

III e VI - Enunciação/enunciado e grau

IV e V - Eixo escalar de subjetividade e uso figurado.

- 5^o) Situação do adjetivo nos 8 jornais do *corpus* quanto aos itens III, IV, V e VI, tendo sido fornecido um inventário, jornal por jornal, de todos estes itens, com os dados completos das fichas de cada adjetivo examinado. Deste resultou um quadro, com os dados numéricos dos itens avaliados, apresentado neste capítulo.
- 6^o) Listagem dos adjetivos em *-vel*, *-veis*, por ordem de ocorrências no *corpus*, inclusa nos *anexos*.

Com estes dados, podemos verificar, entre outros fatos, a natureza da fonte avaliadora, os processos de investimentos axiológicos, um quadro comparativo dos diferentes jornais quanto à escala de subjetividade para daí inferir o modo de tratá-la e demais aspectos que um trabalho interpretativo pôde revelar.

A fórmula típica do adjetivo encontrado no material em exame, tal como foi caracterizado, é a que apresenta os seguintes quesitos, preenchendo 5 casas ou espaços:

$$A_p | Res | E | S_2 | P_q$$

Trata-se, portanto, de um adjetivo em função adnominal, posposto, restritivo, tendo como fonte avaliadora o enunciador, axiológico propriamente dito e da área psíquica (intelectivo, moral, estético etc). Seguem-se alguns exemplos do inventário:

manobra espúria, ficha n^o 1 - Título do editorial de OESP, 05/08/89.

No rumo *certo*, ficha n^o 536 - Título do editorial do DP, 20/08/89.

ai se tem o aspecto mais grave da transgressão regimental, ficha n^o 124, CB, 05/08/89, § 4.

Por sua vez, o gesto *simbólico* adquire esse valor, ficha n^o 1058, GL, 30/08/89, § 4.

Houve adjetivos que preencheram mais quesitos, no caso de estarem em uso figurado ou de trazerem como inerente uma significação indicativa de grau. Constituem, porém, casos menos freqüentes. Vejam-se alguns exemplos:

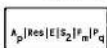
Entre as restrições que teceram uma rede obscurantista em torno da eleição direta, esta é a mais gritante.

gritante, ficha 377, JB, 15/08/89, §4



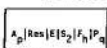
Os principais países produtores do óleo situam-se em uma área, o Oriente Médio, cronicamente engolfada em conflitos regionais e em insurreições internas

engolfada, ficha 1118, CB, 30/08/89, §5



Num período de inflação galopante, como o que atravessamos no Brasil ...

galopante, ficha n^o 99, OD, 05/08/89, §2



Pôde-se também, pelo exame do inventário, tratado de modo quantitativo, verificar que tipos de adjetivos não-axiológicos são suscetíveis de investimentos dessa natureza. Chegamos às seguintes possibilidades:

- 1^o) Adjetivos que expressam qualidades físicas ou exteriores, de acordo com os campos de experiência (cor, tempo, lugar, ordem, dimensão, sensações físicas, forma, temperatura) axiologizam-se com facilidade, sobretudo os dimensionais, dada a proximidade da noção de

quantidade e de qualidade conforme já assinalamos. Foram os casos mais numerosos do conjunto de textos, vindo a seguir os indicativos de tempo. Seguem-se alguns exemplos:

Dimensão -

É o fato de esses grupos, serem amplos e dotados de enorme influência social e econômica que leva os candidatos a assumir posição a favor da privatização (f. 293, OESP, 15/08/89, §3).

As grandes potências ficaram aliviadas com o fim da guerra entre Irã e Iraque, da qual com certo cinismo se disse que o ideal seria que ambos saíssem derrotados (f. 616, GL, 20/08/89, §2).

Observe-se a tendência desse tipo de adjetivo a formar lexia com o substantivo a que vem anteposto.

Tempo -

O Brasil está condenado a ser moderno (f. 607, JB, 20/08/89, § 12).

A hora não é de retórica. Na Colômbia, mata-se com um sem-cerimôn de fazer inveja ao velho Oeste americano (f. 1035, JB, 30/08/89, §8).

Este adjetivo também tende a formar lexia com o substantivo a que vem anteposto com valor explicativo, atribuindo-lhe uma carga afetiva de familiaridade. No mesmo texto aparece também "velhos lugares-comuns", §7).

Lugar -

Causas infinitamente mais distantes fazem disparar declarações e abaixo-assinados. (f. 1031, JB, 30/08/89, §7).

(pressões) ... começam a acumular-se num horizonte não muito longínquo (f. 979, FSP, 30/08/89, §2).

Ordem -

O II Festival Latino-Americano de Arte e Cultura - Flac - traz à capital brasileira estrelas de primeira grandeza no cenário cultural da América Latina ... (f. 127, JDB, 05/08/89, § 1).

Nenhum sentido de urgência, mesmo depois da ameaça direta a todas as pessoas que ocupam cargos de importância na Colômbia (f. 1039, JB, 30/08/89, § 9).

Da noção de ordem, passa-se com facilidade à de valoração (apreciação/depreciação), como na máxima "os últimos serão os primeiros".

Forma -

No caso de Lula, o esgotamento de imobilizacionismo sindical estreito e a experiência do poder em algumas capitais levou a uma sensível perda no conteúdo de 'novidade' de que seu partido se beneficiou (f. 770, FSP, 25/08/89, § 3).

A bravata desapareceu da retórica portenha, substituída por um agudo senso de adesão à realidade (f. 483, OESP, 20/08/89, § 4).

*Sensações físicas -**Temperatura*

Continua provocando acalorados debates a questão da autonomia do Corpo de Bombeiros em relação à Polícia Militar (f. 993, DP, 30/08/89, § 1).

Por isso mesmo o assunto impõe análise fria e isenta de preconceitos corporativos (f. 1001, DP, 30/08/89, § 2).

Cor e sensações visuais -

Sem dúvida, há clara tomada de consciência por parte de amplos setores da sociedade de que o modelo de populismo estatizante falhou economicamente (f. 290, OESP, 15/08/89, § 3).

Pressões visíveis, tanto dos custos de mão-de-obra como dos custos financeiros para as empresas começam a acumular-se num horizonte não muito longínquo (f. 978, FSP, 30/08/89, § 2).

Imperdoável, entretanto, é o fato de um festival com astros tão rejuvenescentes estar administrado de forma tão amadora (f. 130, JDB, 05/08/89, §2).

Matéria e sensações táteis, gustativas, olfativas -

Tudo acontece na Câmara dos Deputados para a Casa merecer censuras cada vez mais ácidas da opinião pública (f. 110, CB, 05/08/89, §1).

... nada impede que o desejo de uma nova situação crie o entusiasmo necessário à ultrapassagem das etapas iniciais, certamente duríssimas (f. 834, JB, 25/08/89, §10).

São numerosos no *corpus* os adjetivos que, não sendo axiológicos propriamente ditos, pois usados para outras finalidades (qualidades exteriores, físicas etc), passam a ser investidos de *valor* no texto. Foram agrupados como de subjetividade 1 (S₁). Embora menos numerosos que os axiológicos propriamente ditos, a metade destes aproximadamente (376 para 688 respectivamente), estão entre os de maior frequência no material examinado, conforme se pode verificar na lista dos adjetivos de maior ocorrência: *novo* (29), *grande* (24), *pequeno* (12), *maior* (9), *amplo*, *claro*, *enorme*, *eventual*, *imediate*, *moderno* (7), *alto*, *baixo* (6), *elevado*, *rápido*, *suficiente* (5). Segue-se a listagem a título comparativo:

ADJETIVOS MAIS FREQUENTES NO CORPUS

Ocorrências

NOVO	-	29
GRANDE	-	24
POSSÍVEL	-	16
DIFÍCIL	-	14
GRAVE	-	13
CAPAZ	-	12
PEQUENO	-	12
NECESSÁRIO	-	11
BOM, BOA	-	9
MAIOR	-	9
SÉRIO	-	9
PERMANENTE	-	8
PIOR	-	8
AMPLO,	-	7
CLARO		
ENORME		
ESSENCIAL		
EVENTUAL		
IMEDIATO		
MODERNO		
REAL		
ALTO,	-	6
ALTÍSSIMO		
BAIXO		
BÁSICO		
IMPORTANTE		
DECISIVO,	-	5
ELEVADO,		
EXPRESSIVO,		
FÁCIL,		
LAMENTÁVEL		
PRINCIPAL,		
RÁPIDO,		
SEMELHANTE,		
SUFICIENTE,		

- 2) Adjetivos determinativos ou especificativos que passam a expressar a qualidade quando em emprego metafórico, isto é, por translação de sentido:

Se as lideranças se prestassem a esse jogo maquiavélico ...
(f.23, OESP, 05/08/89, §5)

É preciso que o comércio e os consumidores resistam ao abuso destes preços esquizofrênicos (f. 227, JB, 10/08/89, §7)

Estaria aí uma forma de evitar a expansão da base monetária ou de reduzir os saques sobre as poupanças privadas mediante a colocação de títulos da dívida pública, ambas práticas carregadas de explosivo conteúdo inflacionário (f. 669, CB, 20/08/89, §5).

A aparição do solidariedade, há dez anos, já foi uma demonstração de que o país real não tinha morrido, por baixo de cimento de um oficialismo esterilizante (f. 289, JB, 25/08/89, §9)

A fórmula típica do adjetivo encontrado no editorial mostrou-nos ser ele procedente do enunciador como fonte avaliadora, isto é, poucos são os adjetivos atribuídos a outras fontes de avaliação presentes no discurso por meio de citações ou qualquer outro expediente (1122 adjetivos para 34).

Quanto ao exame da escala de subjetividade, aqueles que são basicamente axiológicos (S_2) e não circunstancialmente (S_1) constituem maioria (688 para 376), sobretudo se se considerar que os afetivos (S_3) também são em parte axiológicos (89).

O uso figurado é pequeno, confirmando a idéia de que as denominações imagéticas são raras na linguagem jornalística, segundo observação de Orecchioni, ao examinar alguns textos de imprensa (KERBRAT-ORECCHIONI, 1980).

De fato, nosso *corpus* revelou a presença de 83 adjetivos em uso figurado, entre empregos metafóricos, hiperbólicos e irônicos. O destino comum destes empregos é normalmente a metáfora que pode englobar os demais.

Os adjetivos ocupam função estilística importante entre os processos de intensificação, daí termos apurado ocorrências que trazem inerente esta idéia (52

adjetivos). Observa-se que esses adjetivos podem ser usados com valor hiperbólico (18 ocorrências), embora o editorial não lhes dê grande acolhida para não prejudicar o efeito de objetividade perseguido, que implica na produção de ilusão de referencialidade, em que o hiperbólico deve constituir exceção.

A combinação desses critérios (III e VI) fornece-nos mais alguns dados para o conhecimento da função retórico-argumentativa que o adjetivo pode exercer no discurso e, de modo especial, no editorial.

Remetemos ao quadro de cruzamentos que se segue e que somente um tratamento informatizado poderia oferecer, dadas as múltiplas combinações efetuadas com os itens do inventário:

CRUZAMENTOS ENTRE CRITÉRIOS

III E IV - ENUNCIÇÃO/ENUNCIADO + EIXO ESCALAR DE SUBJETIVIDADE

Enunciativo	e Não-axiológico	= 364
Enunciativo	e Axiológico	= 668
Enunciativo	e Afetivo	= 86
Enuncivo	e Não-axiológico	= 9
Enuncivo	e Axiológico	= 19
Enuncivo	e Afetivo	= 3

III E V - ENUNCIÇÃO/ENUNCIADO + USO FIGURADO

Enunciativo	e Metafórico	= 49
Enunciativo	e Hiperbólico	= 16
Enunciativo	e Irônico	= 18
Enuncivo	e Metafórico	= 0
Enuncivo	e Hiperbólico	= 0
Enuncivo	e Irônico	= 0

III e VI - ENUNCIÇÃO/ENUNCIADO + GRAU

Enunciativo	e Adj. de sign. superlativa	= 50
Enuncivo	e Adj. de sign. superlativa	= 1

IV E V - EIXO ESCALAR DE SUBJETIVIDADE + USO FIGURADO

Não-axiológico	e Metafórico	= 21
Não-axiológico	e Hiperbólico	= 1
Não-axiológico	e Irônico	= 9
Axiológico	e Metafórico	= 23
Axiológico	e Hiperbólico	= 11
Axiológico	e Irônico	= 9
Afetivo	e Metafórico	= 5
Afetivo	e Hiperbólico	= 4
Afetivo	e Irônico	= 0

Relacionamentos:

Item III e IV - revela que a junção enunciativo e axiológico constitui o par por excelência de adjetivos no editorial: adjetivos que apresentam conjugados o traço enunciativo (da enunciação enunciativa) e axiológico (668). Também entre os enuncivos (do enunciado) a maioria é de axiológicos (19).

- Item III e V - revela que o uso figurado só se deu nos adjetivos da enunciação enunciada, equiparando-se o número de adjetivos de emprego hiperbólico (16) com os de emprego irônico (18).
- Item III e VI - mostra a concentração de adjetivos de significação intensiva inerente entre os enunciativos (50 para 1).
- Item IV e V - observa-se que o uso metafórico se reparte quase igualmente entre os axiológicos (23) e os não-axiológicos (22). Portanto, estes são tão suscetíveis de emprego metafórico quanto aqueles. Na realidade, eles se axiológizam no discurso, por isso é natural esse resultado. Poucos empregos metafóricos estão entre os afetivos (5). O hiperbólico sobrepõe-se melhor ao axiológico (11). Deles, apenas 4 são afetivos e 1 não-axiológico. O traço irônico incidindo no adjetivo tem igual ocorrência entre os axiológicos (9) e não-axiológicos (9). Nenhum entre os afetivos, tal como foram definidos para o levantamento.

Concluída a análise do *corpus*, pode-se utilizar os dados obtidos para fundamentar algumas afirmações feitas em nossa introdução:

- 1^o) A supremacia da função atributiva considerada a função por excelência do adjetivo: 934 (adjuntos e apostos) para 219 em função predicativa (do sujeito e do objeto).
- 2^o) Maioria de adjetivos restritivos e não explicativos, o que confirma a necessidade básica de distinguir, de classificar, por parte dos sujeitos

falantes. Foram poucos os adjetivos explicativos encontrados, apenas 51, proporção pequena em relação ao total examinado.

- 3^o) A posposição do adjetivo é a colocação normal na função de adjunto: 621 pospostos para 278 antepostos. Destes, nem todos são marcados estilisticamente, uma vez que muitos já se acham em íntima relação com o substantivo a que se referem, a caminho de constituir uma lexia (*curto prazo, baixo índice, livre empresa, livre iniciativa* etc). Há ainda a presença de clichês como *plenos pulmões* (OESP, 10/08/89), *más línguas* (OESP, 30/08/89, *mau agouro* (DP, 25/08/89).

Fatos isolados:

- 1^o) *Superlativo sintético*: foram encontradas apenas 7 ocorrências, já mencionadas no corpo deste trabalho. No editorial, prima-se por uma linguagem bem cuidada, especialmente os da Grande Imprensa. A sua leitura confere *status* ao leitor, fazendo parte do jogo de imagens que se estabelece entre ambos. Evita-se, entretanto, as formas superlativas sintéticas, que podem reduzir o efeito de sobriedade que se procura imprimir ao comentário.
- 2^o) *Aumentativos e diminutivos*: não foram registrados adjetivos em formas diminutivas ou aumentativas. De fato, a manifestação ostensiva da afetividade não é recomendada nos editoriais. O narrador-editorialista serve-se dela sutilmente, assumindo a subjetividade, antes de tudo, com finalidade persuasiva. Daí escolher poucos, porém eficientes recursos em seu direcionamento argumentativo.
- 3^o) *Adjetivos em -vel*: foram registradas 108 ocorrências de adjetivos com esta formação. O levantamento nos foi útil no sentido de avaliar os adjetivos que se relacionam com as modalidades do "quadrado lógico"

(aléticas, epistêmicas e deônticas) ao qual se acrescentam as volitivas (bulêuticas). Proporcionou-nos um melhor estudo do caráter modalizante, que pode se efetivar por meio de certos tipos de adjetivos. A sua expressão mais evidente está num dos adjetivos de maior ocorrência do *corpus*: *possível*, em terceiro lugar, com 16 ocorrência. Nos anexos, encontra-se a sua listagem.

- 4^o) *Grau*: não se fez um estudo isolado do grau em suas formas analíticas, mas foram considerados os adjetivos nessa situação. Fizemos um levantamento dos adjetivos que apresentam uma significação intensiva ou superlativa (SSI), tais como *colossal*, *gigantesco*, *excessivo*, *escasso* etc, constatando a presença de 51 ocorrências desse tipo, variando de 4 a 10 a sua distribuição nos vários jornais. Nesse processo de intensificação, o jornal O ESTADO DE SÃO PAULO e O DIA tiveram o maior índice, com 10 ocorrências cada um. No jornal O DIA, esta cifra é elevada, considerando-se que a sua adjetivação é escassa (60 adjetivos no total dos textos examinados, média de 10 adjetivos não referenciais por texto).

Considerando-se que a intensificação é um processo de encarecimento/aviltamento da coisa nomeada, quase sempre ela se liga ao hiperbólico, que é uma das formas extremas de expressão da subjetividade, uma vez que esta figura lá está para exprimir o que as palavras denotativas não podem dizer, como se o que se tem a dizer estivesse muito além delas. A hipérbole é passional no sentido de que revela a impossibilidade de expressarmos intelectivamente o que sentimos.

3. Avaliação retórico-argumentativa

3.1. A função persuasiva

O aspecto retórico-argumentativo é de suma importância na consideração do discurso editorial, uma vez que estamos diante de um gênero jornalístico que remete, de imediato, ao termo-chave da chamada imprensa de qualidade, que é *influência*. Este evidencia a presença básica da função persuasiva, que desencadeia e determina as escolhas a serem efetuadas para a obtenção dos efeitos desejados.

Nas funções que lhe cabem no discurso, vimos que o adjetivo não é um simples adorno, cumprindo papel de destaque na argumentatividade do texto. Para transmitir o universo de discurso institucional, que representa, e ainda assumir o papel de porta-voz da coletividade, o editorial tem que se valer de fortes recursos argumentativos, alguns mesmo contundentes. Embora haja contensão das reações emocionais e afetivas em nome de uma pseudo-objetividade, não fica ele isento de efeitos de natureza retórica. São mobilizados então os mais diversos recursos estilísticos para esse fim, entre os quais o adjetivo tem papel relevante dadas as características já apontadas. Ainda quando redundante ao substantivo, em sua função explicativa, em que a expressão da qualidade não seria necessária, cumpre uma finalidade poética, de grande eficácia persuasiva. Vejam-se alguns exemplos dos editoriais examinados:

Imperdoável, entretanto, é o fato de um festival com astros tão reluzentes estar administrado de forma tão amadora ... (f. 130, JDB, 05/08/89, §2).

E antem o triste problema tornou-se de domínio público, o que nos deixa inteiramente à vontade para abordar o assunto, como desejariamos ter feito, desde a primeira hora (refere-se ao seqüestro do presidente da agência Salles-Interamericana) (f. 51, DP, 05/08/89, §4).

Houve um momento na campanha em que a ação grevista da Central Única dos Trabalhadores (CUT), desaprovada pela maioria da sociedade brasileira, funcionou como uma pedra pesada, arrastando o bote petista para o fundo do mar. (f. 715, OESP, 25/08/89, §3).

Dentro da situação específica que descrevemos, o adjetivo pode, portanto, aparecer como índice estilístico de expressividade subjetiva, mas também de apagamento da presença do sujeito, quando este se esquia de avaliar ou o faz à distância, procurando ausentar-se de seu discurso. De fato, no editorial, a adjetivação mais numerosa é a de cunho referencial, assim mesmo menos abundante que outros elementos do discurso, visto que o efeito desejado é o de objetividade, dando-se minoritariamente as intervenções subjetivantes. Estas se escondem, conforme vimos, atrás de outros procedimentos discursivos, com o deslocamento das fontes avaliatórias e os jogos de objetividade/subjetividade, que levam a uma atitude de desvendamento/ocultamento do sujeito da enunciação no processo de transmissão da mensagem. Isto se prende, antes de tudo, à estratégia discursiva que consiste em criar efeitos de "real" e de "verdade" e não a escolhas naturais e espontâneas como se poderia pensar. Denota-o a grande variedade de adjetivos do *corpus*, pelo fato de a maioria deles ter uma única ocorrência, sendo poucos os que se apresentam com frequência superior a 5, como mostra o quadro exposto na análise dos dados.

É neste ponto que se vê a íntima relação entre as teorias da Enunciação e as teorias da Argumentação. De fato, argumentar é tarefa do sujeito da enunciação que projeta em seu discurso os valores por ele assumidos, servindo-se dos mais variados recursos discursivos. Conforme se pode depreender, a argumentação é resultado da interação de vários elementos discursivos, que provocam efeitos distintos. Uma vez que *adjetivar* é assumir valores, trata-se de um procedimento linguístico privilegiado no desempenho desta tarefa.

Os valores, a que nos referimos, já se inscrevem na própria organização narrativa, que é o fundamento e o suporte do discurso. Como esta é opção do sujeito da enunciação, reflete necessariamente os valores por ele

assumidos. Chegamos, então, ao cerne do que nos interessa para o desenvolvimento do aspecto retórico-argumentativo: a produção da significação está ligada a um processo comunicativo que é articulado, por sua vez, pelos processos persuasivos.

Os autores do *Traité de l'argumentation*, definem o domínio da argumentação como sendo "celui du vraisemblable, du plausible, du probable, dans la mesure où ce dernier échappe aux certitudes du calcul" (PERELMAN E TYTEKA, 1983:1). Segundo esta Nova Retórica, o uso da razão corresponde à faculdade humana de usar o raciocínio, de ser razoável, de ser plausível, não constituindo o raciocínio o traço único da racionalidade.

Levando-se em consideração que o editorial toma por assunto algo do universo móvel, passível de controvérsia, questionável, constitui ele um lugar típico para o exercício da atividade argumentativa, tal como a entendem os autores do *Traité*. Há todo um caráter polêmico que perpassa o discurso e estabelece o jogo da persuasão. Mais do que convencer, trata-se de persuadir.

A reflexão por parte do ouvinte ou do leitor, por sua vez, é uma forma de argumentação sobre o discurso, em que o ato de interpretar o leva a se posicionar, a determinar o crédito que deve conferir ao discurso do outro.

[Há, pois, uma dimensão comunicativa a considerar e dela decorre a noção de *adesão* para a Retórica e a de *verificação* para a Semiótica, pois ao enunciatário cabe atribuir ao discurso enunciado sua crença, seu "crer verdadeiro". Igualmente, aos processos de persuasão equivalem igualmente os de manipulação, respectivamente.] Daí termos adotado as duas perspectivas como pano-de-fundo de nossa própria argumentação neste trabalho.

Por outro lado, os estudos mais modernos da linguagem entendem-na não somente com finalidades puramente significativas mas também com função representativo-imaginativa e volitivo-afetiva de pura exteriorização, conforme se depreende de autores como Bally, Sobejano, Kuentz e outros. Estes elementos, devem necessariamente fazer parte integrante de toda e qualquer atividade da linguagem, em que entrarão em maior ou menor escala, mas nunca estarão

inteiramente ausentes. Dubois e seu grupo já discutiram bastante o fato de não se poder falar em um grau zero da retórica, que só existe na ilusão do falante.

Diante do exposto, cabe-nos ver em que medida essas diversas dimensões estão presentes no editorial e através de que recursos elas se materializam.

3.2. Quadro comparativo dos jornais

A tendência atual é para os editoriais cada vez mais curtos (cerca 300 palavras), evitando-se o artigo pesado, que desanima o leitor.

O editorial que apresentou maior número de adjetivos foi o do JORNAL DO BRASIL, de 20/08/89, "saúde do futuro", com 57 adjetivos de tipo avaliatório. O de menor registro foi o do jornal O DIA, de 10/08/89, "Identificação", com 5 adjetivos apenas.

Os jornais mantêm um número mais ou menos estável de adjetivos em seus artigos editoriais, saindo dessa média apenas em casos excepcionais:

DESP	- 30 a 25
FSP	- 25 a 30
DP	- 15 a 20
JB	- 25 a 30
GL	- 25 a 30
OD	- 10 a 15
CB	- 25 a 30
JDB	- 20 a 25

Os artigos que versam sobre assunto econômico ou de natureza técnica apresentam adjetivação denotativa ou classificatória, sendo rarefeita a adjetivação de natureza subjetiva. Por esta razão, para os jornais que apresentam mais de um artigo, tomamos o primeiro, conhecido como artigo de fundo. Ainda neste, verificam-se concentrações de adjetivos em determinados tópicos e a sua falta em outros, de acordo com a natureza da argumentação, o que nos indicaram as "manchas" deixadas ao assinalar os adjetivos do texto.

No quadro que se segue, pode-se observar como cada jornal se posiciona quanto à adjetivação de caráter subjetivo e estabelecer pontos de comparação entre eles:

QUADRO COMPARATIVO DOS JORNAIS

ESTADO DE SÃO PAULO		A FOLHA DE SÃO PAULO		DIÁRIO POPULAR	
Enunciativo	= 191	Enunciativo	= 145	Enunciativo	= 105
Enuncivo	= 15	Enuncivo	= 3	Enuncivo	= 0
Não-axiológico	= 71	Não-Axiológico	= 42	Não-Axiológico	= 45
Axiológico	= 119	Axiológico	= 88	Axiológico	= 52
Afetivo	= 15	Afetivo	= 16	Afetivo	= 8
Metafórico	= 9	Metafórico	= 5	Metafórico	= 5
Hiperbólico	= 1	Hiperbólico	= 2	Hiperbólico	= 2
Irônico	= 6	Irônico	= 1	Irônico	= 0
Adj. de sig. sup.	= 9	Adj. de sig. sup.	= 4	Adj. de sig. sup.	= 4

JORNAL DO BRASIL		O GLOBO		O DIA	
Enunciativo	= 189	Enunciativo	= 150	Enunciativo	= 56
Enuncivo	= 6	Enuncivo	= 0	Enuncivo	= 4
Não-axiológico	= 75	Não-Axiológico	= 46	Não-Axiológico	= 14
Axiológico	= 108	Axiológico	= 94	Axiológico	= 41
Afetivo	= 12	Afetivo	= 10	Afetivo	= 5
Metafórico	= 10	Metafórico	= 2	Metafórico	= 1
Hiperbólico	= 4	Hiperbólico	= 1	Hiperbólico	= 4
Irônico	= 8	Irônico	= 1	Irônico	= 0
Adj. de sig. sup.	= 5	Adj. de sig. sup.	= 5	Adj. de sig. sup.	= 9

CORREIO BRASILENSE		JORNAL DE BRASÍLIA	
Enunciativo	= 172	Enunciativo	= 111
Enuncivo	= 2	Enuncivo	= 1
Não-axiológico	= 47	Não-Axiológico	= 33
Axiológico	= 111	Axiológico	= 75
Afetivo	= 15	Afetivo	= 6
Metafórico	= 11	Metafórico	= 6
Hiperbólico	= 1	Hiperbólico	= 1
Irônico	= 2	Irônico	= 0
Adj. de sig. sup.	= 8	Adj. de sig. sup.	= 6

O número de adjetivos enunciativos, registrados para cada jornal se equipara, guardadas as proporções das médias mantidas por cada um (OESP, 191, FSP, 145, DP, 105, JB, 189, GL, 150, OD, 56, CB, 173, JDB, 111).

A ausência de adjetivos enuncivos em O GLOBO e no DIÁRIO POPULAR atestam que toda valoração através do adjetivo foi assumida pelo enunciador-narrador. Em O ESTADO DE SÃO PAULO, que apresentou o maior número (15 enuncivos), estes empregos atestam o fato de que, por meio deles, a subjetividade reparte-se para outras fontes, podendo endossar pareceres do

enunciador, mediante o deslize de um para o outro, conforme vimos ao tratar dos mecanismos discursivos, ou então ser rejeitada por meio do recuo enunciativo que isenta o enunciador de tal parecer. Vejamos alguns casos concretos:

Para governo cujo chefe não cansa de dizer que a Constituição deixou o País ingovernável(e) e que a postura do Congresso é inamistosa(e), a reação do Executivo ao plano apresentado pelas lideranças do Congresso para encaminhar a solução da crise financeira e econômica foi extremamente favorável(E) (OESP, 05/08/89, §1).

Por este exemplo, pode-se observar claramente as duas fontes distintas de ajuizamento: a dos actantes do enunciado - *governo*, metonimicamente representado por *chefe* e *Executivo* - e a do enunciador, estrategicamente relegada para o final do período como a predicação aguardada e que só então completa o sentido do período.

No seguinte trecho, também ficam distintas as duas fontes de avaliação, invertendo-se porém a ordem e utilizando-se outros processos discursivos, como a presença de expressão característica do ator do enunciado, rara nos editoriais, que quebra internamente a seqüência com a passagem para o ponto de vista do actante do enunciado:

Ao término de mandato conquistado a duras penas, depois de anestesiar o povo com uma inflação que obrigou o governo a cortar seis zeros da moeda, o presidente José Sarney alimenta a esperança de recuperar e polir sua imagem pública, dizendo ao sofrido(E) povo - "brasileiras e brasileiros!" - que o mundo lá fora é diferente(e) do que os políticos pensam, tanto no campo da política quanto no da economia (OESP, 30/08/89, §1)

Tomemos outros jornais para exemplificar esses diferentes planos de valoração e como o enunciador joga com eles para que o seu pronunciamento se veja reforçado pela voz de autoridade dos actantes que ele próprio coloca no enunciado. Note-se até mesmo a semelhança na escolha léxica:

Juízes reclamam que a Justiça continua emperrada(e) por falta de informatização. O cidadão que sai de um banco e entra noutra sente o choque porque uma das agências é automatizada e a outra não. Por trás de guichês empoeirados(E) nada caminha nos órgãos públicos (JB, 20/08/89, § 1)

Alguns procedimentos menos sofisticados no jornal O DIA identificam as avaliações feitas pelo narrador editorialista através de outra voz do discurso que contracena com a sua, porém para negá-la:

Agora, Mailson da Nóbrega ameaça tabelar novamente os produtos de quem der aumentos exagerados(E). E diz que vai conversar sobre isso com os próprios industriais e comerciantes, exigir deles explicações convincentes(e).

Não seria preciso. Bastaria o Ministro da Fazenda mandar equipes aos supermercados, por exemplo, para verificar quem está aumentando produtos exageradamente (OD, 05/08/89, § 5 e 6).

No eixo escalar de subjetividade, observa-se que os adjetivos não-axiológicos são em número pouco maior que a metade dos propriamente axiológicos, nos seis jornais maiores. Deles diferem o DIÁRIO POPULAR, que apresenta um equilíbrio entre ambos (45 não-axiológicos e 52 axiológicos) e O DIA, em que é bem pequena a quantidade de não-axiológicos comparada aos axiológicos (14 não-axiológicos e 41 axiológicos).

Estes dados mostram que o editorial é mesmo o lugar do julgamento explícito, de avaliação dos fatos, uma vez que subrepticamente o jornal dispõe de artifícios para fazer com que a sua opinião seja veiculada sem que isso se dê de modo evidente. No editorial, a própria apresentação da notícia se faz carregada de interpretação da parte do sujeito editorialista. Vejam-se as primeiras linhas de alguns editoriais para que esta idéia fique clara:

Já não é mais possível ao mundo civilizado contemplar com indiferença o massacre que há mais de quatorze anos mergulhou em sangue o outrora pacífico território libanês, onde se acredita que mais de quinhentas mil pessoas já perderam a vida (CB, 10/08/89, § 1).

A emenda ao anteprojeto de Constituição de São Paulo, sugerindo o cancelamento das comemorações do 9 de Julho, foi uma demasia ideológica. Por isso compreensível, embora condenável (OESP, 10/08/89, §1).

Outra interpretação que estes dados nos permitem inferir é o de que a adjetivação, por expressar a qualidade ou a especificidade, implica uma atividade de abstração ligada à vida intelectual dos usuários, seu grau de cultura, sua capacidade de discernir. De fato, o jornal O DIA é o que faz menos uso deste processo, sendo o seu total de ocorrências pouco mais da metade do total de seu similar paulista, O DIÁRIO POPULAR, que já é pequeno em relação ao da Grande Imprensa (DP total de 105 adjetivos no *corpus* e OD, 60). Ambos possuem o mesmo tipo de clientela.

O uso dos adjetivos afetivos é aproximado em todos os jornais, guardadas as devidas proporções de cada um, conforme se pode ver no quadro comparativo. Sua presença nos editoriais está ligada à natureza de sua argumentação, no sentido em que foi definida ao tratarmos da função persuasiva no início desta parte.

Cabe a estes adjetivos a comoção imediata mais que a apreensão intelectual. O importante então não é convencer, mas seduzir, técnica bastante usada no discurso publicitário, cujo objetivo é o espelhamento do leitor que deve ser levado a um processo de identificação com o sujeito da mensagem veiculada, tornando-se o virtual comprador do produto apresentado, qualquer que seja ele.

Desejar que a opinião seja desapaixonada e que em sua expressão vigore o jornalismo chamado *frio* seria uma exigência quase sobre-humana, uma vez que o jornal participa dos interesses da coletividade, manifestando a sua insatisfação diante de determinados assuntos que a afligem, cobrando providências e, ao mesmo tempo, defendendo seus próprios interesses como empresa que é. Este é um dos paradoxos que o editorial tem que enfrentar e que fazem dele um espaço de contradição, por isso sujeito a todas as paixões.

Os adjetivos afetivos que exprimem essas reações ligam-se, portanto, a estados emocionais já bastante caracterizados pelos cientistas do comportamento, sobretudo depois que mostraram serem eles também passíveis de estudo científico, conforme vimos em nossa fundamentação teórica da parte I. Em seu livro sobre os estados subjetivos, ENGELMANN (1978) aponta uma lista de 370 expressões que a eles se referem, constituídas por adjetivos em sua maioria.

Os estados emocionais de desgosto predominam nos editoriais, conforme se pode observar nas escolhas dos adjetivos afetivos, a maioria disfóricos:

*condenável
desastroso
decepcionante
dramático
deprimente
desagradáveis
gritante
inaceitável
injustificável
lamentável
ridículos
risíveis
atormentado
indesculpável
intolerável
ultrajante
perturbadora
inadmissível
insuportável
indignado
infamante
desfavorável*

Entre estes estão os que expressam *temor* (ex. *assustador, intimidador, implacável, desesperador, constrangedor, repressor*) e *desconfiança, insegurança* (ex. *estranho, preocupante, desencorajador, inacreditável, incrível*).

Poucos são os que transmitem estados subjetivos de *satisfação* (ex. *fantástico, atraente, favorável, favorito, expressivo*), *confiança* (ex. *convincente, concebível, fervoroso, inconfundível* etc).

O fato de serem raros os adjetivos metafóricos do editorial vem confirmar que a natureza de texto dissertativo impõe escolhas que devem inclinar-se para o denotativo. Neste aspecto, alguns jornais preferem uma adjetivação

grandiosa, procedendo a escolhas léxicas requintadas (OESP, JDB, CB), outros são um pouco mais sóbrios (FSP, GL, JDB) e alguns se servem da adjetivação apenas quando absolutamente necessária, não sobressaindo nenhuma intenção de com ela fazer estilo (DP, OD). No DIÁRIO POPULAR apenas alguns adjetivos apresentam uma carga expressiva maior em meio ao restante de seus adjetivos, em geral bastante comuns (ex. *gigantesca*, 10/08/89, *flagrante*, 10/08/89, *contumazes*, 15/08/89, *invulgares*, 20/08/89 etc).

Já comentamos também a incidência rara do uso irônico no adjetivo em se tratando da linguagem jornalística e, de modo especial, no editorial. Em três de nossos jornais não se registrou nenhuma ocorrência (JDB, DP, OD) e nos demais ela foi também bastante baixa.

O traço irônico pode recair tanto em adjetivos axiológicos como nos não-axiológicos, o que deve ser compreendido não está no enunciado, mas sim na enunciação:

Estabelecer, porém, preferência na aquisição, para funcionários que tenham vínculo permanente com o serviço público, e com condições extremamente generosas de financiamento, é instituir uma nova reserva de mercado e uma modalidade privilegiada de aquisição da propriedade (GL, 30/08/89, §7).

Do alto de sua especial percepção da realidade, o chefe de Estado se dispõe a contrariar até mesmo os sábios pareceres de seus assessores militares para marcar as eleições com sua presença na televisão (OESP, 30/08/89, §6).

No uso da figura da ironia vê-se claramente por que é preciso considerar a *figura* como sendo do *discurso* e não como figura que recai em palavras isoladas. O trecho que transcrevemos abaixo mostra que a adjetivação só tira o seu significado irônico do conjunto de elementos que descrevem a situação, compondo um quadro dos mais pitorescos:

Tudo acontece na Câmara dos Deputados para a Casa merecer censuras cada vez mais óculas da opinião pública. A gota d'água que carecia escorrer para transbordar o copo da inconformidade com o desleixo da

Câmara configurou-se no episódio em que o deputado belga Willy de Clercq, presidente da Comissão de Relações Exteriores do Parlamento Europeu, discursou da principal tribuna para espanto do plenário. Estava o inesperado orador em visita às instalações legislativas quando no exercício da presidência o deputado Luís Henrique convidou-o a integrar a mesa e, em seguida, franqueou-lhe a palavra. O convidado não se fez de rogado. Brindou o plenário com incisivo pronunciamento, primeiro em francês e, depois, em inglês, cujo conteúdo permanece praticamente desconhecido, eis que não fora solicitado o serviço de tradução simultânea (CB, 05/08/89, § 1).

As anteposições do adjetivo (*principal, inesperado, incisivo*) conferem-lhe a vontade do narrador em transmitir-lhes o valor irônico que perpassa todo o texto.

Vejamos, a seguir, o aproveitamento estilístico que se faz no editorial quanto ao uso da adjetivação.

3.3. *Rendimento estilístico*

Ao longo dos capítulos anteriores já se pôde ir delineando os recursos mais produtivos no discurso jornalístico do editorial em função dos objetivos a que ele se propõe.

Foi necessário conhecer o seu funcionamento nos diversos componentes de sua estrutura para compreender a natureza dos mecanismos que nele se efetuam, bem como apreciar as suas preferências no nível textual. Assim é que, neste ponto do trabalho, pretendemos salientar os fatos estilísticos mais notórios que tocam à presença do adjetivo no tipo de discurso em questão.

Trata-se de ver como estas escolhas se processam de modo a participar da produção do sentido geral do texto, enfim, do efeito final criado por este. Procuramos chegar a alguns elementos básicos:

1^o) Predomínio de *escolhas estilísticas discretas*, não se cometendo muitas extravagâncias no editorial. O arcabouço lógico-conceitual é de fundamental importância no seu trabalho de argumentação. As provas subjetivas são importantes na medida em que, por meio delas, procura-se persuadir. O editorial não é um texto estilisticamente muito marcado, dada sua natureza de texto temático.

Trata-se, no geral, de uma linguagem bem cuidada e que procura manter um elevado grau de formalidade, havendo quebra deste registro apenas em situações especiais. Quando o choque que se deseja provocar é grande, apela-se para este recurso, presente, em geral, apenas no título ou em determinadas frases, porque no demais mantém-se o mesmo tom solene e cerimonioso. É o que ocorre, por exemplo, em editoriais como "Política banho-maria", do CORREIO BRASILIENSE, de 20/08/89, "Comprando sabão", do JORNAL DO BRASIL, de 20/08/89, em que o prosaico e informal têm essa finalidade. Já citamos também,

em outra parte, o editorial do ESTADO DE SÃO PAULO, "Quem paga a conta", de 30/08/89.

O sujeito editorialista coloca-se numa posição hierarquicamente superior à do leitor: ele tem o *saber*, a capacidade de interpretação dos fatos, e o *discurso* competente para a transmissão desse saber. Os períodos apresentam estruturas sintáticas complexas, quase sempre hipotáticas, que supõem competência de recepção do leitor, daí torná-lo diferenciado dos demais leitores. Embora o que se recomenda para a linguagem jornalística sejam os períodos e parágrafos curtos, o editorial foge a essas normas e opta geralmente pelos torneios de longo fôlego, com exceção dos jornais endereçados a um público de menor instrução.

As escolhas léxicas são cuidadas mas não constituem ruído para seus leitores, que se sentem privilegiados por lhes serem dirigidas tais palavras, gerando uma atitude de empatia entre ambos. Os termos técnicos e científicos, de cunho erudito, dão ao leitor a idéia de prestígio e de poder investida pelo emissor da mensagem como *autoridade*. É bem verdade que os editoriais têm especificamente como destinatários, conforme já o dissemos, o Governo e as instituições por ele geridas, e secundariamente o público-leitor que, neste caso, funciona apenas como massa de manobra.

Do emprego de alguns adjetivos raros, o editorial tira bom partido: alguns provêm da linguagem científica (*esquizofrênico, sado-masoquista, potencializadora, biodegradáveis* etc). Outros se destacam pelo valor de intensificação (*colossal, gigantesco, galopante, escorchante* etc).

O que se observa nestes adjetivos de uso pouco comum é o fato de serem eles de grande porte, isto é, de considerável massa fônica, o que lhes confere maior relevo ainda. Eis alguns de nosso inventário:

desestabilizadores
hiperinflacionárias
contraproducentes
patrimonialistas
estarecedoras
hegemônicas
estrítila
caudilhesco
 etc.

Dois adjetivos chamam atenção especial: *apócrifo* causa estranheza, por ser empregado no DIÁRIO POPULAR (30/08/89) sem nenhuma explicação prévia. Apenas do sentido geral do texto o leitor comum pode inferir seu sentido:

A quantidade de panfletos apócrifos que começaram a circular no Rio, dizendo cobras e lagartos principalmente dos candidatos Leonel Brizola e Fernando Collor de Melo, justamente os dois candidatos mais bem colocados nas pesquisas, mostra que a campanha eleitoral está tomando rumos perigosos (§1).

O outro é *aparvalhado*, de uso comum em Portugal, mas não no Brasil, daí o efeito de estranheza produzido, cumprindo neste caso a sua finalidade, que é exatamente mostrar o inusitado da situação.

Em toda a crônica parlamentar da República ou do Império, jamais houve episódio mais ridículo, nem mais grave, sob o ponto de vista do respeito regimental. As circunstâncias que cercaram o acontecimento, um visitante a exercitar sua retórica e um plenário aparvalhado, seriam risíveis, se não se houvesse consumado das mais violentas de quantas agregões já se praticaram ali contra o Regimento interno (CB, 05/08/89, §2).

2^o) Não se trata de uma linguagem inovadora, mas sim de cunho *conservador*. Não há alteração de padrões através de construções singulares ou de desvios. Na condição de discurso social, por transferência de voz que o jornal se auto-outorga assumindo o *dever* de falar em nome do povo, da população, o editorial cultiva as formas cristalizadas, o uso de clichês, facilmente identificáveis e que estabelecem o *elo* entre os dois actantes deste ato comunicativo.

São formas que vêm em reforço da idéia de que o editorialista interpreta as expectativas, as aspirações e também as decepções que estão no senso comum de todos. Vejam-se alguns exemplos:

Não faz sentido a presença do chefe de governo, no apagar das luzes de sua administração, pretender, como se o (proibição) no Código Eleitoral, criar 'estados mentais' na opinião pública mediante a descrição do que acontece no mundo (OESP, 30/08/89, §5)

Mas o assunto está longe de dizer respeito apenas ao Brasil e à Colômbia. Pelo contrário: o que cabe perguntar, a indagação que salta aos olhos é - por que um problema tão grave ainda não foi tratado em âmbito continental? (JB, 30/08/89)

A quantidade de panfletos apócrifos que começaram a circular no Rio, dizendo cobras e lagartos principalmente dos candidatos (DP, 30/08/89, §1).

Por detrás dessas atitudes tendentes a criar empecilhos ao Executivo no seu relacionamento com os bancos credores, o FMI e o Banco Mundial, está sem sombra de dúvida o grande 'lobby' das estatais, fortemente representado no Congresso. (OESP, 20/08/89, §5).

Certos adjetivos quando antepostos tendem a constituir fórmulas consagradas, conservando o uso figurado: *duras penas, o mais vivo, a mais viva* etc.

Ao término do mandato conquistado a duras penas ... (OESP, 30/08/89, §1)

A candidatura Collor pode despertar as mais vivas críticas e desconfianças (FSP, 15/08/89, §3)

O compromisso do jornal é contribuir para que esta decisão se faça a partir de um máximo de informações e do mais vivo contraste entre convicções políticas divergentes (FSP, 15/08/89, §4).

O uso figurado não é, entretanto, a peça-chave do discurso editorial. O chamado *difficilis ornanus* pelos tratadistas medievais, como Quintiliano, que assim se referiam aos recursos empregados para realçar a expressão, nem sempre produzem bons resultados nos editoriais. Em alguns são de gosto duvidoso, em outros criam-se velhos macetes, nas trilhas das metáforas criadas por Joelmir Betting e que se espalharam pelo jargão da economia, como se com elas se pudesse quebrar a aridez do assunto, na tentativa de torná-lo acessível aos "não-iniciados":

Não se sabe como o Líbano, um país com uma extensão territorial apenas um pouco maior que o Distrito Federal, ainda não se transformou numa imensa cratera juncada de cadáveres. (CB, 15/08/89, §4).

As duas leituras são patentes: aquela que atende a interesses privados de quantas procuram ao menos ser conselheiros do príncipe ou militam por obras e mais obras - e com isso permitem que se imagine que a administração pública não necessita de manter o norte, nem de imediato seguro que conheça o mar proceloso em que navega a nau do Estado - e aquela outra, que coloca o interesse nacional acima das vantagens, ganhos e lucros pessoais (OESP, 05/08/89, §4).

Para fazer o barco da economia singrar as águas turbulentas da atual crise, seguramente será necessária extrema vigilância sobre a execução da política monetária e fiscal (CB, 20/08/89, §6).

As retóricas modernas mostram o alto valor informacional das figuras e os teóricos da informação também já o salientaram, disto resultando um aproveitamento mais sistemático e eficaz desta que sempre foi o grande manancial do discurso poético: a *figura*. O discurso publicitário logo fez dela sua grande estrela ao perceber seu elevado poder persuasivo.

No editorial, a escolha e combinatória de certos adjetivos axiológicos e afetivos pode produzir efeitos bastante criativos, quando se procura fugir das formas estereotipadas. No trecho que se segue, observe-se a força que tais adjetivos podem trazer para a concentração de carga emotiva e de predisposição a uma determinada atitude:

A decisão do grupo OK de lançar uma campanha contra o uso de drogas ocorre no ápice de uma conjuntura social carregada de preocupações. De fato, a expansão do consumo de narcóticos em Brasília assume proporções estupefacientes, que colocam a capital da República em segundo lugar nas estatísticas criminosas das metrópoles brasileiras conforme pesquisas recentemente divulgadas (CB, 05/08/89, §XX).

Com estes dois tipos de adjetivos, o axiológico e o afetivo, fazem-se várias combinações nos editoriais. Tomamos um editorial que explora

sistematicamente as construções binárias, a partir do título ("Provocação e violência", FSP, 10/08/89), para documentar as diversas possibilidades, que se distribuem uniformemente nos parágrafos:

Afetivo + axiológico: *inaceitável e oposto*

... aponta para grave risco de que a campanha sucessória, até aqui tranquila, venha a impregnar-se de um clima de exacerbação e violência, para não dizer de banditismo organizado, absolutamente inaceitável e oposto aos próprios princípios da disputa democrática (§1)

Axiológico + axiológico: *triumfalistas e arrogantes*

De um lado tem-se o perigo de quebentudes triumphalistas e arrogantes se transformem em atos de provocação; de outro ... (§2).

Observe-se também a estrutura binária do período.

Axiológico + afetivo: *primitiva e inaceitável*

; mas maior virtude de virtual terrorismo político protagonizada pelos manifestantes de Niterói surge principalmente como reação, primitiva e inaceitável, não a uma candidatura simplesmente, mas a própria essência do regime democrático (§3).

Afetivo + afetivo: *deprimente e lamentável*

Depende do equilíbrio de todos os candidatos, e principalmente de um compromisso geral com as regras do jogo democrático, a tranquilidade de uma campanha que, neste episódio deprimente e lamentável, conheceu ontem seu mais grave percalço até aqui (§4).

Juntam-se também um adjetivo axiológico e outro indicativo de tempo (*possível e rápida privatização*) ou o inverso, de tempo e axiológico (*imediatas e eficazes providências*).

No editorial que apresenta grande concentração de adjetivos, a maior do *corpus* - "Saúde do futuro", do JB^(20/8/89), queremos destacar um período em que se manifesta a enorme variedade de possibilidades adjetivais, que vão do referencial, portanto, do menos subjetivo, ao grau máximo de subjetividade:

No primeiro decênio de vida republicana se esboçaram e consolidaram os eternos problemas brasileiros: vida cara, dívida externa, inflação descontrolada, alta criminalidade, escassez de moradias, arrocho salarial, impostos escorchantes, baixo padrão de moralidade, especulação financeira, autoritarismo institucional, natureza anti-social do Estado (JB, 20/08/89, §7)

A ordem normal do adjetivo no sintagma nominal, em sua função de adjunto, é a posposição, que corresponde à ordem progressiva lógica, refletida na seqüência progressiva do idioma, que é de determinado mais determinante. A alteração dessa ordem usual, sobretudo a anteposição de um adjetivo de caráter restritivo, confere ao atributo uma situação de destaque que pode incorporar valor afetivo:

Os sensíveis indicadores do mercado financeiro mostraram que a sociedade está vacinada contra boatos e manobras que não têm compromisso com a clareza de propósitos (JB, 10/08/89, §1)

Muitos adjetivos adquirem ordem fixa com a freqüência de uso (ex. ... "os limites que separam a atividade política da *pura e simples* delinqüência". FSP, 10/08/89, §3) e algumas anteposições produzem verdadeiras *lexias*, conforme já mostramos. Os adjetivos de posição fixa não permitem escolha da parte do falante, portanto ficam excluídos de emprego estilístico, a não ser que haja quebra intencional de clichê ou revitalizações de expressões já gastas na língua.

Os adjetivos destacados ou mediatos são de grande valor estilístico. Os adjetivos apositivos prestam-se a esses deslocamentos dada sua relativa

autonomia nessa função. Note-se o realce que recebem os adjetivos axiológicos do exemplo que se segue, quando destacados no período:

Ao mesmo tempo rigorosa em excesso e liberal num ponto básico, a iniciativa do governo necessita de aperfeiçoamento (FSP, 20/08/89, §5).

3^o) *Flexibilidade de uso*: permite alterações no eixo escalar da subjetividade. Quando a qualidade ou especificação está no ser a que o adjetivo se refere, própria ou acidentalmente, situa-se ele do ponto de vista referencial. Se estas características provêm da imagem que o sujeito faz do ser, tem-se uma visão de caráter subjetivante. No terreno da adjetivação tudo é relativo: valor implica sempre flutuação. Um adjetivo como *culpado*, por exemplo, não será o mesmo segundo se trate de um tribunal de júri, de um conversa mundana ou de um editorial. Dada esta sua grande mobilidade, é no *discurso* que ele tem que ser apreendido.

Na dependência de certas palavras do texto, às quais se ligam determinados pressupostos, pode-se negar os atributos expressos pelos adjetivos, em vez de afirmá-los:

Ainda ontem, neste espaço, comentava-se de que modo uma eventual polarização entre Collor e Brizola seria explicável - o confronto entre dois personagens reforçando, em meio à derrocada dos partidos políticos existentes, as tendências para uma visão messiânica, tanto na vertente populista como na que inconvincentemente ostenta uma atitude modernizante e liberal (FSP, 25/08/89, §2).

Os modalizadores adverbiais, abundantes no editorial, dão a ótica da enunciação, podendo contrariar a do enunciado: *pretensamente renovadora* (FSP, 25/08/89, §3), *aparentemente singelo* (CB, 25/08/89, §3). O mesmo expediente servirá para reforçar a sua opinião, quando a avaliação é procedente dela: *decididamente retrógrados* (JB, 20/08/89, §12), ou para expressar o senso comum,

sabidamente frágil e injusto (FSP, 20/08/89, §5), que o dispositivo enunciativo lhe permite assumir.

Qualquer adjetivo pode axiologizar-se no discurso, embora alguns grupos semânticos sejam mais suscetíveis de investimento de valor, tal como se dá com os dimensionais, intensificadores, de tempo, ordem, lugar, os de sensações físicas). A própria ordem das palavras pode fazer um adjetivo, que é simplesmente relacional ou determinativo, exprimir um atributo ou tornar-se metafórico, conforme vimos. Os adjetivos que melhor ilustram a função que desempenha a ordem nesse sentido são aqueles em que há mudança de sentido conforme venham antepostos ou pospostos ao nome (*simples, puro, perfeito*). Em certos casos, não ocorre propriamente mudança de sentido, mas alteração de valor (*triste, verdadeiro*).

É também no conjunto do texto que se pode notar como as figuras escolhidas pelo enunciador no nível semântico das estruturas discursivas direcionam a rede de isotopias léxicas do plano textual. Foi o que procuramos mostrar através de nossas micro-análises.

Observe-se, por exemplo, a isomorfia que há entre o plano de conteúdo e o plano de expressão num editorial como *A questão dos bombeiros*, do DP de 30/08/89, em que se tem expressões como *acalorados debates, análise fria* ou em *Compasso de espera* da FSP de 30/08/89, em que se tem expressões como *horizonte não muito longínquo*. Nessas escolhas entram, necessariamente, as configurações discursivas, o universo de discurso do enunciador que o produz, trazendo também consigo as do enunciatário que com ele toma parte do ato comunicativo que se estabelece. A situação ideológica de ambos é fundamental na atribuição de valores, que serão compartilhados ou não, na dependência da "visão de mundo" de cada um, nela incluídas as expectativas e aspirações.

Machado de Assis, cuja obra é farta em comentários metalingüísticos, manifesta-se acerca do adjetivo, formulando para ele uma definição bastante poética em seu conto *Teoria do Medalhão*. Coloca-a nas palavras do pai, personagem que dialoga com o filho, tentando transmitir-lhe seus saberes e seu sistema de valores, ao lhe propor como alvo a atingir o *ser medalhão*. A discordância

entre o ponto de vista do enunciador e o da personagem por ele criada fica implícita e é sutilmente sugerida no texto. É da analogia que se estabelece entre o medalhão e o adjetivo - unidos pelos traços *sobressalente, ornamental, o supérfluo* que se torna *essencial* - que brota a definição deste:

O adjetivo é a alma do idioma, a sua porção idealista e metafísica. O substantivo é a realidade nua e crua.

e tu serás o adjetivo dessas orações opacas, o odorífero das flores, o anilado dos céus, o prestimoso dos cidadãos, o noticioso e succulento dos relatórios.

(MACHADO DE ASSIS, *Papéis avulsos*, Rio de Janeiro, ed. Aguilar, 1962, v. II, p. 293).

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa investigação tomou como ponto de partida para o exame do objeto de estudo - a subjetividade no editorial através de uma análise de sua adjetivação - a Teoria Semiótica do Discurso, as teorias retórico-argumentativas e o que se vem realizando no campo da Teoria da Comunicação, renovada a cada dia diante das exigências da vida moderna.

Fizemos uma abordagem comunicacional de base semiótica com ênfase no nível discursivo do percurso gerativo de sentido, uma vez que é nele que se dá a intervenção do sujeito da enunciação e onde se podem verificar as relações dos actantes do processo comunicativo. Não obstante, não se poderia descrevê-los com propriedade sem considerar os diversos níveis de profundidade que entram na produção do sentido.

Procuramos compreender a estrutura actancial e discursiva do gênero jornalístico em questão e chegar a uma descrição que pudesse recobrir os textos-ocorrências, ou seja, à construção de um modelo estrutural que desse conta da variedade produzida.

Vimos tratar-se de textos de dimensão cognitiva, lugar de expressão da opinião e de afirmação de valores, em que se realiza a expressão da subjetividade, aqui tomada no sentido de que emana da Instituição Jornal, vista como indivíduo, isto é, como um actante do processo comunicacional.

Como, entretanto, chegar a realizar seu intento de objetividade que, apesar de contestado permanece ainda como alvo da atividade jornalística, tendo que simultaneamente posicionar-se diante do objeto de conhecimento e ainda transmitir essa atitude a outrem? É neste espaço de conflitos, oscilando do objetivo ao subjetivo, que o sujeito editorialista se move e desenvolve um trabalho persuasivo que permite equilibrar esses dois pólos.

A persuasão torna-se, deste modo, a atividade essencial do sujeito da enunciação. Tem-se no editorial um texto persuasivo por excelência, em que a

preocupação com a eficácia comunicativa está inscrita no próprio texto através de sua estrutura lógico-conceitual e das escolhas estilísticas que ^{se} efetua^m com essa intenção.

É o jogo do equilíbrio objetivo-subjetivo que sustenta a estrutura do texto, constituindo a sua estratégia básica, em torno da qual giram os demais procedimentos: para produzir o *efeito de objetividade* o editorial tem que anular ou disfarçar o *efeito de subjetividade*. Portanto, um implica necessariamente o outro.

Ocorre ainda que no processo comunicativo do editorial, através de mecanismos discursivos que lhe são facultados, o sujeito editorialista assume a incumbência de falar em nome de seus concidadãos e já não se trata tão-somente de expressão da subjetividade, mas de uma intersubjetividade.

O editorial apresenta-se como uma voz intermediária, voz da coletividade e em nome desta é que impõe a sua autoridade, levando o leitor a aceitá-la tacitamente, sem questionar a parte que ele, Jornal, reivindica para si.

Servimo-nos da adjetivação para este estudo por ser uma das marcas mais salientes do posicionamento do enunciador-narrador e de suas reações diante dos fatos, ainda quando os oculte em nome de uma pseudo-objetividade. A contensão dos elementos emocionais não se efetua inteiramente, pelo contrário, são seus resíduos que captam a adesão do leitor, canalizando-o para a argumentação lógico-conceitual que se desenvolve.

Uma vez que o editorial é o espaço da subjetividade do jornal, não haveria por que ocultá-la senão em nome da objetividade, condição fundamental para a credibilidade do periódico que o põe em circulação.

Para não ser redundante às diversas conclusões parciais já emitidas em cada capítulo deste trabalho, passamos a expor os pontos básicos de reflexão e que a análise do objeto de estudo nos levou.

1^o) *Jogo dialético subjetivização-objetivização*

Procuramos mostrar como o editorial resolve as suas contradições internas e neutraliza o clima de tensão delas resultante. Trata-se de uma subjetividade objetivizada, ou seja, as duas atitudes coexistem no editorial, permitindo que o enunciador tome posição sem declarar-se abertamente como fonte de avaliação. O texto faz-se passar por objetivo no nível da formalização, através dos diversos procedimentos apontados (tais como o distanciamento sistemático, a transferência de voz etc) e, no entanto, corresponde a uma tomada de posição subjetiva, havendo a transmissão dos valores do enunciador. Trata-se de um enunciador institucional que o editorialista representa e que lhe confere a autoridade necessária à produção do discurso e à credibilidade da recepção.

2^o) *Caráter persuasivo*

O editorial, como espaço de interpretação e de avaliação, não se limita a transmitir um saber mas constitui-se numa área de influência que assume valor performativo. Além de orientar, função que assume no triângulo das atividades jornalísticas (informar, orientar, deleitar), deve também levar à ação, especialmente os destinatários institucionais aos quais se dirige como alvo básico.

Nesse sentido, dá-se todo um trabalho persuasivo. Nada mais manipulatório, por exemplo, do que a impessoalidade do discurso, porque esta esconde a realidade. Sob a capa de impessoalidade está o sujeito passional, que exalta os ânimos, que toca fundo o *ethos* do leitor. O que se dá é um processo de mascaramento, de simulação e de convivência. Do mesmo modo como se constrói objetividade, também se constrói subjetividade, pelos mecanismos já descritos, entre os quais procuramos mostrar o papel da adjetivação. Há textos que não fazem questão de ocultar a subjetividade, porém em determinados textos a sua presença seria considerada um ruído, portanto, a ser evitada ou, quando muito, controlada.

No processo manipulatório que entra em jogo, vê-se que a subjetividade pode exercer uma elevada função persuasiva.

Esta é a situação do editorial que, mesmo sendo o espaço reconhecido da opinião do jornal, apresenta os argumentos e fatos como se fossem verdades absolutas, inquestionáveis, fechando o sentido a opiniões divergentes. A organização do texto, que oferece condições para a apresentação de provas, contra-provas, documentações, exemplaridade, dá a impressão de ser um espaço de controvérsia, de discurso polêmico.

Na realidade, tudo é produzido de modo a conduzir o leitor por um percurso de sentido pré-determinado pelo enunciador e que tem seu ápice no momento conclusivo, de avaliação final. O leitor parece caminhar por si próprio, ao se defrontar com as formas universalizantes adotadas, mas de fato o que se dá é a imposição de sentido, não deixando margem a possíveis contra-argumentações. Tudo é apresentado como se fosse notório, evidente e do conhecimento do destinatário-leitor, salvo do destinatário-governo a quem é preciso notificar as ocorrências e fazer executar as providências necessárias. Trata-se, pois, de um discurso de caráter autoritário, embora no plano do parecer tudo se passe como se houvesse o exercício da argumentação também da parte do enunciatário-leitor. Na verdade, pouco espaço de reflexão lhe é deixado.

3^a) *Caráter conservador*

Trata-se de um discurso que não se caracteriza pela ruptura, o que se reflete no próprio uso da linguagem. O editorial baseia-se em códigos estabelecidos, daí sua tendência ao convencional, ao cultivo do lugar-comum, não no sentido pejorativo que assumiu a expressão. Sendo este um traço fundamental, há lugar para as redundâncias e para o que há de repetitivo no discurso social (clichês, máximas, fórmulas já conhecidas etc). O editorialista assume a postura de captador do discurso social. Do lugar em que ele se localiza na sociedade, ele procura captar

o "imenso rumor fragmentário" que constitui o discurso social na representação do mundo, utilizando a expressão de M. Angenot e R. Robin (ANGENOT e ROBIN, 1985). Exerce, assim, um duplo papel hegemônico, se a este de captador se acrescentar o de "orientador ideológico" no papel já codificado que desempenha em sua atividade jornalística.

Partindo da idéia de Bakhtin (1981) de que todo texto se situa na junção de vários textos, dos quais é ao mesmo tempo a releitura, a condensação, o deslocamento, o aprofundamento, levanta-se hoje a hipótese de que na intertextualidade do discurso social (aqui tomado no sentido amplo de tudo aquilo que se diz) emerge um modelo cognitivo que influiria, de um modo generalizado, nas maneiras de falar, de narrar, de discutir (BAKHTIN, 1981, FOSSAERT, 1983, ANGENOT, 1986).

Nesse sentido, o discurso social é hegemônico, havendo no quadro social poucos discursos expressamente concebidos para desafiar essa hegemonia. Não é o caso do editorial que reitera o discurso social e endossa a sua hegemonia, exercendo ainda o papel de "vigilante" de sua sobrevivência.

O *novo* somente se inclui como o que é *previsível* ou como o velho vestido de novo, ou seja, uma reinterpretação do *já-sabido*. Não é outra a atitude do editorial que deve, a cada dia, enfrentar o fato já dado como do conhecimento de todos e convertê-lo em comentário através da ótica da empresa como conjunto de forças de que ele se torna o intérprete, articulando um discurso que consiga conciliar as opiniões de todos os que a sustentam. Por outro lado, tem um compromisso com o público que, se não observado, levaria o jornal à perda dos leitores, dos anunciantes que o mantêm e da credibilidade da opinião pública, considerada autorizada ou qualificada.

O discurso do editorial não procura, portanto, escapar à esfera de influência dessas forças, ele é uma espécie de memória da *doxa*. Não pretende apresentar o novo, ficando preso às regras discursivas e tópicas que presidem o discurso social, o *dizível*, como discurso instituído. Das recorrências temáticas e figurativas que pudemos ressaltar em nossa amostragem.

Esta é a razão pela qual apontamos o fato de não bastar apenas considerar os traços imanentes que conferem ao editorial a sua função e identidade formal, mas de considerá-lo como espaço intertextual que absorve, modifica, *reinterpreta* discursos disseminados nessa rede heterogênea do discurso social. Trata-se, pois, de referentes textuais, de outros discursos aos quais ele se refere, uma vez que a apreensão do real se dá pela mediação da linguagem, dos discursos. Lembramos a idéia de Foucault de que a sociedade é "movida a discursos", tal como os carros o são a combustível. Isto é da maior importância possível no jornalismo em que se tem de lidar com "versões" do fato.

Apesar de não cultivar inovações e de não se caracterizar por audácias linguísticas, o editorial contribui para a elevação do idioma. Não lhe são alheios o senso de ritmo das palavras, dos torneios frasais, e a sonoridade dos vocábulos, o uso da imagem, o que já é do domínio do estilo e não da simples correção do uso. Nota-se a procura de recursos que possam fixar-se com facilidade na memória do leitor logo à primeira leitura e de modo indelével, o que o leva a escolhas cuidadosas e, às vezes mesmo, requintadas.

4^o) *Encontro do social e do individual*

Quando se fala em discurso social, não se trata somente de lugares-comuns, de clichês, de fórmulas, que são apenas balizadores da ordem dóxica, mas também de produção social da individualidade. Em seu livro *La parole intermédiaire*, Flahault refere-se à "production sociale des individus comme sujets parlants, comme existences subjectives," não se limitando às determinações das relações de produção (FLAHAULT, 1978:12).

O editorial transita do social para o individual, o que torna censo o espaço em que circulam os diferentes discursos nele presentes ou nele representados. O individual (o jornal) projeta-se enunciativamente como o social, a voz da nação.

Ao analisarmos o estatuto do editorial e com ele o do jornal que o investe como sua voz oficial, mostramos que este se apresenta como o lugar simbólico em que se dão a conhecer as representações coletivas, o espaço público de que fala HABERMAS (1984). Desta forma, ele colabora para produzir o imaginário social e para fornecer figuras de identificação, modelos, estereótipos, enfim, o socialmente aceitável.

Na constatação de que o social e o individual coexistem no editorial está a pressuposição de que a heterogeneidade é constitutiva de toda interação verbal, tal como a entendia Bakhtin, e de que o social e o dóxico são, antes de tudo, dialógicos, do domínio da confrontação (BAKHTIN, 1981b).

A transferência de voz, uma vez que o editorial se faz intérprete de outra instância que não a sua, é usada como recurso para produzir o efeito de voz uníssona, de expressão do senso-comum, do discurso social homogeneizado. Na realidade, pode ocultar, por este expediente, interesses de grupo, como os do jornal e das forças que entram em sua produção.

5^o) *Relações paradigmáticas e sintagmáticas*

Estabelecem-se relações paradigmáticas com o discurso social, a cultura, como realidade extremamente complexa de que se tem apenas fragmentos. O editorial, como discurso jornalístico que é, move-se no terreno do verossímil, reproduzindo esquemas e valores sabidos, novamente apreendidos. Como discurso de interpretação, entretanto, que pretende revelar o *ser* partindo de sua manifestação, o *parecer*, trabalha com a face oculta das coisas, com o mundo das conotações e com as pulsões coletivas. Procuramos mostrar, ao longo deste trabalho, a participação do adjetivo neste processo de desvendamento (hermenêutico), servindo para nomear qualidades não aparentes, em toda a sua subjetividade, expor contradições (polaridade, oxímoros, quiasmos etc), reações (adjetivos afetivos que expressam envolvimento) e sugerir elementos do imaginário.

Por outro lado, criam-se relações sintagmáticas entre as diversas seções do jornal, considerado como espaço polifônico, de onde o editorial tira a sua significação como lugar privilegiado da *opinião*, embora esta se dê também em outras matérias jornalísticas, de forma mais ou menos velada, na dependência do gênero a que se liga, submetido que está a forte codificação.

6^o) *A adjetivação e a expressão da subjetividade*

O exame do modo como se produz o sentido global do texto nos leva a ver que na textualização, produto da junção do plano do conteúdo com o plano da expressão, a assunção de valores já vem, em parte, pré-determinada e direciona as combinações possíveis de atualização. O plano da manifestação resultante surge então enriquecido pelas escolhas efetuadas, cujos resultados estilísticos são os mais variados, dentro das possibilidades oferecidas pela língua. Dependendo das categorias semânticas fundamentais, dos investimentos axiológicos que nelas se fazem, das estruturas narrativas de superfície que entram em jogo, da tematização e das figuras que recobrem os temas, poder-se-á encontrar textos em que haja maior incidência de adjetivação constituída por antônimos, outros em que seja frequente a axiologização de adjetivos referenciais ou então o uso de processos de intensificação e assim por diante.

A caracterização pode ser efetuada por vários elementos do discurso, cabendo entretanto ao adjetivo, por excelência, o exercício dessa função. Seu uso representa sempre um enriquecimento para a significação global do texto: em sua função predicativa ou atributiva, determinando ou atribuindo uma qualidade, própria ou não do ente a que se refere, o adjetivo expressa a atitude do falante diante das coisas, dos fatos, o modo como ele os vê ou lhes parecem ser.

Acrescem ainda as suas inúmeras especificações semânticas: a maleabilidade que o valor relativo lhe permite, trazendo implícita uma norma ou padrão que nem sempre é possível determinar e que fica na dependência de vários

elementos (situação, sujeito da enunciação etc), sem um conteúdo referencial fixo; o caráter modalizador, isto é, a possibilidade de ao *dito* acrescentar uma *modalidade*, isto é, o ponto de vista do sujeito falante acerca do enunciado, não ficando difícil perceber a estreita relação entre o adjetivo e a expressão dessa função; a possibilidade da gradação que lhe permite especificar os graus da característica que expressam, assim como da intensificação, ligada a um valor quantitativo; a expressão da afetividade, vista como forte elemento no ato de influenciar, uma vez que por seu intermédio o enunciador imprime marcas de veridicção ao seu discurso, necessárias ao fazer crer do enunciatário, à sua adesão.

Por todas essas especificações, o adjetivo é o elemento próprio à penetração da subjetividade no discurso, um índice marcante da presença do enunciador em seu enunciado. Por meio dele, o sujeito editorialista ora se esconde ou se apaga, nos referenciais, buscando transparência, ora se mostra através dos axiológicos, na expressão do julgamento, ou dos afetivos que põem a nu as suas emoções. Efetua-se, no editorial, um jogo de ocultamento/desvendamento que corresponde ao processo da objetivização/subjetivização a que nos referimos no primeiro tópico dessas considerações finais.

Quando se dá o uso de adjetivos de cunho referencial ou classificatório em sua maioria, o efeito produzido é o de imparcialidade, de referencialidade, tal como se dá no editorial. A maior ou menor axiologização dos adjetivos é determinada pela rede de relações estabelecidas *no texto e pelo texto*.

Ligada também ao processo avaliatório está a pejoratividade, que é também utilizada como fonte de subjetividade. No editorial ela não ocorre de forma rotunda, mas injeta-se em certos processos como a sufixação (*caudithesco*, por exemplo, desqualificando o comportamento de um dos atores do cenário político nacional).

O fato de a maioria dos adjetivos avaliatórios procederem do enunciador e não dos actantes do enunciado mostra que a subjetividade é assumida no editorial. Por outro lado, entretanto, ela é contrabalançada por outros elementos que restabelecem o efeito de objetividade desejado, pois é inegável a inclinação

para o denotativo neste tipo de texto, em que é pequena a presença do elemento figurado, conforme o estudo de nosso inventário apontou.

A adjetivação funciona também como índice de verificação do grau de tensão (do distanciamento à adesão) no eixo da produção (enunciação/enunciado) e no eixo da comunicação (enunciador/enunciatário).

Verificamos que o uso adjetival vai do "transbordamento" em certos textos de O ESTADO DE SÃO PAULO (como "Confronto melancólico"), do JORNAL DO BRASIL (como "Saudade do futuro") e do CORREIO BRASILENSE (como "Genocídio libanês") à economia e esquivança em outros do DIÁRIO POPULAR e de O DIA, passando pela situação intermediária de A FOLHA, O GLOBO e o JORNAL DE BRASÍLIA.

No editorial, o uso de elementos de caráter subjetivante, como o dos adjetivos avaliatórios e afetivos, não compromete a clareza e objetividade desejados, porque fazem parte de uma rede de expedientes discursivos que determinam o efeito final de sentido. São facilmente neutralizáveis, conforme mostramos no estudo de suas funções nos mecanismos discursivos (Parte III) e em sua atuação global através do exame dos textos das micro-análises (Parte IV, 1). Suas ressonâncias, entretanto, são duradouras e eficazes, uma vez que tocam o universo de sensações do leitor e procuram penetrar em seu imaginário. O sujeito editorialista faz prospecções no intuito de expressar as expectativas e os projetos da coletividade de que se faz porta-voz. Assemelha-se, às vezes, ao velho do Restelo comoniano.

O adjetivo não funciona como um ruído de comunicação no texto editorial quando se faz portador de elementos subjetivos e sim como um ingrediente importante na expressão do interesse humano. Volta-se ultimamente a pensar num jornalismo não impessoal, mas que leve em conta uma escala de interesse humano que determine, inclusive, o que é relevante ou não para publicação. Ao processo de desmistificação da objetividade, vem se seguindo o de assunção da subjetividade. A objetividade tem-se mostrado como um dogma de nossa cultura e é uma nota sensível do discurso marcadamente ideológico.

Para concluir este relacionamento da adjetivação com a expressão da subjetividade, pode-se dizer que o adjetivo se integra no *dizer* do enunciador, no sentido de que ele capta o fundo de suas intenções.

O conhecimento das condições de produção inclui também a do enunciatário, que é esta entidade abstrata, construída pelos enunciados do texto e que nos dá a imagem do leitor. Delineando o público-leitor com precisão pode-se aumentar a legibilidade do texto e colaborar para a formação do bom leitor, o leitor-crítico. Este deverá aprender a ler os conteúdos semânticos implícitos veiculados pelos textos jornalísticos.

Trata-se, na verdade, da leitura da subjetividade implícita, o que equivaleria ao hábito de reconstruir os percursos e construções do enunciador, de modo a poder atribuir aos enunciados por ele emitidos o caráter de verdadeiro ou falso.

Faz-se, pois, uma mudança de relacionamento com o texto na tentativa de formar leitores ativos, que também participem de sua construção, tomando-se a leitura e a linguagem como um *trabalho* e não um ato de consumo passivo. O sentido resulta, assim, de uma construção bilateral, a partir de uma disposição interna do texto.

Em se tratando do editorial, o público-leitor fica entre as seguintes alternativas: conhecer o parecer dos profissionais de opinião, ainda que comprometidos com a linha do jornal ou formar a sua própria interpretação dos fatos, a partir das notícias que lhe são oferecidas pela imprensa. Esta segunda alternativa, que poderia parecer ideal, é falaciosa no sentido de que as próprias notícias não são isentas de pareceres dos produtores da mensagem e já impõem também um sentido.

O que cabe, então, é propugnar pela formação do leitor-crítico a que nos referimos, que tome ciência das condições de produção do jornal e da

relatividade dos pareceres por ele emitidos. Este deve compreender que não temos acesso à verdade absoluta dos fatos, mas a opções de interpretação da realidade.

Haverá sempre o jogo de interesses das partes implicadas na produção-recepção do jornal, um conjunto de forças que atuam como *reguladoras* dos pareceres nele emitidos, e que não podem ser desconsideradas em se tratando de processo avaliatório, como o é o editorial.

Não se pode também esquecer que o jornal é parte atuante de uma comunidade, na qual ele é chamado a desempenhar um papel relevante. Importa, pois, considerar o grau de *credibilidade* que lhe será atribuído, em função do *poder* e do *prestígio* de que goza nesta comunidade.

O contrato fiduciário substituiu o conhecimento como suporte de qualquer comunicação, no entender de GREIMAS (1983). Assim, para o senso comum, a crença vem antes do saber, diferentemente da atitude científica em que o saber antecede a crença e pode modificá-la.

Aqueles que se empenham na pesquisa jornalística queixam-se da ausência de estudos sobre os gêneros reunidos sob a rubrica de *Opinião*, especialmente o editorial. Esta é a mais expressiva forma de opinião no jornalismo, mas é igualmente a mais controversa e polêmica. As tentativas de decretar a sua morte não tiveram êxito e ele aí está, mais vivo do que nunca, sobretudo em época de grandes crises em que o leitor aguarda um pronunciamento.

Esperamos ter contribuído para um melhor entendimento dessa modalidade jornalística, através da construção-desconstrução que dela empreendemos, e para a compreensão do fenômeno em si do discurso jornalístico, de uma forma mais ampla.

VI. RESUMO

Situamos dentro de uma teoria geral do discurso o estudo da adjetivação nos editoriais, considerando-a uma das marcas discursivas do enunciador capazes de captar a adesão do destinatário, sem quebrar o efeito global de objetividade que se pretende para este tipo de texto. Trata-se de uma modalidade jornalística privilegiada para estudo dos elementos que, como o adjetivo, podem ser portadores de valoração, exprimindo juízos ou manifestando o envolvimento e reações do produtor do discurso.

Partindo dos índices avaliatórios constituídos pelos adjetivos, num eixo contínuo que vai do menos ao mais marcado do ponto de vista da subjetividade, procuramos mostrar os processos de investimento de valor ou axiologização que se dão na trama constitutiva do texto. Tomamos como fundamento o fato de que o sentido do texto é *construído* por meio de expedientes mobilizados pelo enunciador e que visam a determinados *efeitos*, tais como, os de objetividade/subjetividade. Foi o uso dos efeitos de sentido com valor *persuasivo* que nos levou, neste trabalho, a rever a subjetividade enquanto tal, mediante a utilização de processos retórico-argumentativos, entre os quais a adjetivação tem importante papel a cumprir.

O percurso gerativo de sentido, segundo uma teoria semiótica do discurso, se dá do mais abstrato ao mais concreto, do mais profundo ao superficial, portanto, do nível da imanência ao da manifestação. Foi, pois, nesta direção e sob estes princípios que orientamos a nossa pesquisa, dando ênfase especial às estruturas discursivas em que a enunciação atua como mediadora.

Nosso *corpus* constou do exame de 48 editoriais de oito jornais de nossa imprensa, tendo-se efetuado paralelamente uma avaliação quantitativa do conjunto do inventário e um trabalho de micro-análise num recorte de amostragem.

Procuraremos mostrar de que recursos se vale o editorial para neutralizar o clima de conflito e de tensão decorrente de seu próprio estatuto

enunciativo: deve produzir o efeito de neutralidade e, ao mesmo tempo, tomar posicionamento diante dos fatos, ser porta-voz da coletividade sem deixar de defender os interesses do jornal que representa, como a sua voz oficial.

Tem-se na adjetivação um dos índices mais salientes do jogo dialético que se estabelece no editorial.

Termos-chaves: Valoração. Axiologização. Efeitos de sentido.
Subjetividade/Objetividade. Persuasão.
Julgamento. Opinião. Afetividade.

VII. BIBLIOGRAFIA

1.1. SEMIÓTICA E TEORIA DO DISCURSO

- ADAM, Jean Michel. *Linguistique et discours littéraire*. Paris, Larousse Université, 1976.
- ALTHUSSER, L. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. 3ª ed. Lisboa, Ed. Presença, 1980.
- ANGENOT, Marc. *Intertextualité, interdiscursivité, discours social*. Canadá, Les Éditions Trintexte, 1984.
- ANGENOT, M. e Robin R. "L'inscription du discours social dans le texte littéraire". *Sociocriticism*. Pittsburg, 1985, I, 1, p. 53-82.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia de Linguagem*. 2ª ed. São Paulo, Hucitec, 1981.
- BAKHTIN, Mikhail et Todorov T. *Le principe dialogique suivi de écrits du cercle de Bakhtine*. Paris, Ed. du Seuil, 1981.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria do Discurso: Fundamentos semióticos*. São Paulo, Atual, 1988.
- _____. "Problemas de enunciação". *Cruzeiro Semiótico*. Dir. Norma Tasca. Porto, Associação Portuguesa de Semiótica, 6:68-75, jan., 1987.
- _____. *Teoria Semiótica do Texto*. São Paulo, Ática, 1990.
- BARTHES, Roland. *O Grau Zero da Escritura*. São Paulo, Cultrix, 1971.
- _____. *Linguística e Literatura*. Lisboa, Edições 70, 1976.
- _____. *O Prazer do Texto*. São Paulo, Perspectiva, 1977.
- _____. *Sistema da Moda*. Trad. Lineide L.S. Mosca. São Paulo, Nacional/EDUSP, 1979.
- _____. *Aula*. São Paulo, Cultrix, 1980.
- _____. *O Grão da Voz*. Lisboa, Edições 70, 1982.
- _____. "O efeito do real". *Literatura e realidade*. Lisboa, D. Quixote, 1984, p. 87-97.

- BERTRAND, D. "Narrativité et discursivité". *Documents*. Groupe de Recherches Sémio-Linguistiques, VI(59), Paris, 1984.
- BLANCHÉ, R. *Structures intellectuelles*. Paris, J. Vrin, 1969.
- BOUDON, Raymond. *A ideologia ou a origem das idéias recebidas*. Trad. Emir Sader. São Paulo, Ática, 1989.
- BRAGA, M.L. Santaella. *Produção de Linguagem e Ideologia*. São Paulo, Cortes, 1980.
- BUNGE, Mário. *Ciência e Desenvolvimento*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1980.
- CARONTINI, E. e PERAYA, D. *O Projeto Semiótico*. São Paulo, Cultrix/EDUSP, 1979.
- CERVONI, J. *A Enunciação*. Trad. de L. Garcia dos Santos. São Paulo, Ática, 1989.
- CHABROL, Claude. *Semiótica Narrativa e Textual*. São Paulo, Cultrix/EDUSP, 1977.
- CHARAUDEAU, Patrick. "Significação e Sentido". *Acta Semiótica et Linguística*, SBPL, 1(1), São Paulo, 1977.
- _____. "Problematique de l'analyse lexico-sémantique". *Travaux de linguistique et littérature*, v. XIII, n° 1, Strasbourg, Centre de Philologie et de Littérature Romanes de l'Université de Strasbourg, p. 209-228.
- CHAUÍ, Marilena. *O Que é Ideologia*. 17ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- _____. "Ideologia e Educação". *Educação e Sociedade*, ano II, n° 5, São Paulo, CEDES, Cortez, 1980.
- COQUET, Jean-Claude. *Le discours et son sujet*. Paris, Klincksieck, 1984. 2 v.
- COQUET, Jean-Claude e ARRIVÉ, Michel. *Sémiotique en jeu*. Paris/Amsterdam/Philadelphia, Hades-Benjamins, 1987.
- COURTÈS, T. *Introduction à la sémiotique narrative et discursive*. Paris, Hachette, 1976.
- DERRIDA, Jacques. *Posições. Semiologia e materialismo*. Trad. Maria Margarida Barahona. Lisboa, Plátano Ed., 1975. (Col. Discurso Social, dir. Eduardo Prado Coelho).

- DUBOIS, J. "Énoncé et énonciation". *Langages*, 13, Paris, Larousse, 1969.
- ECO, Umberto. *Tratado Geral de Semiótica*. Trad. Antonio P. Davesi e Gilson de Souza. São Paulo, Perspectiva, s/d.
- _____. *Conceito de Texto*. Trad. Carla de Queiroz. São Paulo. T.A. Queiróz/EDUSP, 1984.
- ENGELMANN, Arno. *Os Estados Subjetivos: uma tentativa de classificação de seus relatos verbais*. São Paulo, Ática, 1978. (Col. Ensaios, 36).
- EVERAERT-DESMEDT, Nicole. *Semiótica da Narrativa*. Coimbra, Almedina, 1984.
- FÁVERO, Leonor e KOCH, Ingedore G. Villaça. *Linguística Textual: uma introdução*. São Paulo, Cortez, 1983.
- FERRARA, Lucrécia D'Alessio. *Leitura sem Palavras*. São Paulo, Ática, 1986. (Série Princípios).
- FIORIN, José Luiz. *Linguagem e Ideologia*. São Paulo, Ática, 1988. (Série Princípios).
- _____. "As Figuras de Pensamento: estratégia do enunciador para persuadir o enunciatário". *Alfa*, 32:53-67, São Paulo, 1988.
- _____. *O regime de 1964. Discurso e Ideologia*. São Paulo, Atual, 1988.
- _____. *Elementos de Análise do Discurso*. São Paulo, Contexto/EDUSP, 1989.
- FLAHAULT, F. *La parole intermédiaire*. Paris, Seuil, 1978.
- FOSSAERT, Robert. *Les structures idéologiques*. Paris, Seuil, 1983.
- FOUCAULT, M. *Les mots et les choses*. Paris, Gallimard, 1966.
- _____. *L'ordre du discours*. Paris, Gallimard, 1971.
- FUCHS, Catherine. "Variations discursives". *Langages*, 70, Paris, Larousse, 1983.
- GREIMAS, Algirdas Julien. *Sobre o Sentido*. Petrópolis, Vozes, 1975.
- _____. *Semiótica do Discurso Científico. Da Modalidade*. DIFEL, SBPC, 1976.
- _____. *Semiótica e Ciências Sociais*. São Paulo, Cultrix, 1981.
- _____. *Du Sens II. Essais sémiotiques*. Paris, Seuil, 1983.
- _____. *De l'imperfection*. Périgueux, Pierre Fanlac, 1987.

- GREIMAS, Algirdas Julien e LANDOWSKI, Eric. *Análise do Discurso em Ciências Sociais*. São Paulo, Global, 1976.
- GROUPE D'ENTREVERNES (Jean-Claude Giroud e Louis Panier). *Analyse sémiotique des textes: introduction, théorie, pratique*. Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 1979.
- GUILHAUMOU, J. et alii. *Langage et idéologies*. Paris, Les Editions Sociales, 1974.
- HAMAD, M. "L'énonciation: procès et système". *Langages*. Paris, Larousse, (70):35-46, 1983.
- KRISTEVA, J. *Recherches pour une sémanalyse*. Paris, Ed. Du Seuil, 1969.
- KRISTEVA, J. et alii. *Langue, discours, société*. (Pour Emile Benveniste). Paris, Seuil, 1975.
- LANDOWSKI, Eric. "A Opinião Pública e os seus Porta-vozes". *Nova Renascença*. Porto, Renascença, (5):59-60, 1981 e (cont.) (6):187-200, 1982.
- _____. "Pour une sémiotique du quotidien". *Métodos de Análisis de la Prensa*. Madrid, Casa de Velázquez, 1987, p. 113-121.
- _____. "Dois pontos de vista para uma sociosemiótica". Trad. de Lineide L.S. Mosca. *FACE Revista de Semiótica e Comunicação*, v. 2, n^o 1, São Paulo, EDUC, jan./jun., 1989a.
- _____. *La société réfléchi. Essais de socio-sémiotique*. Paris, Seuil, 1989b.
- LEFEBVE, Maurice-Jean. *Estrutura do Discurso, da Poesia e da Narrativa*. Coimbra, Almedina, 1975.
- LOPES, Edward. *Discurso, Texto e Significação: uma teoria do interpretante*. São Paulo, Cultrix, 1978.
- _____. *Metáfora: da retórica à Semiótica*. São Paulo, Atual, 1986.
- LOTMAN, I.M. "Sobre Algumas Dificuldades de Princípio na Descrição Estrutural de um Texto". SCHNAIDERMAN, Bóris. *Semiótica Russa*. São Paulo, Perspectiva, 1979.

- MAINGUENEAU, Dominique. *Initiation aux méthodes de l'analyse du discours*. Paris, Hachette, 1976.
- _____. *Approche de l'énonciation en linguistique française*. Paris, Hachette, 1981.
- _____. *Genèses du discours*. Bruxelles, Pierre Mardaga, 1984.
- _____. *Eléments de linguistique pour le texte littéraire*. Paris, Bordas, 1986.
- _____. *Nouvelles tendances en analyse du discours*. Paris, Hachette, 1987.
- MARANDIN, Jean-Marie et alii. *Analyses de discours et linguistique générale. LANGAGES*, Paris, Didier/Larousse, (55), 1979.
- MENANDRO, Paulo Rogério et alii. "Sensibilização do Diferencial Semântico na Caracterização de Termos previamente Classificados como Designadores de Diferentes Intensidades de Alguns Estados Subjetivos". *Ciência e Cultura*. SBPC, v. 41, n.º 3, março de 1989, p. 270-274.
- MOSCA, Lineide L.S. "Presença do Adjetivo no Editorial". *Estudos Linguísticos*. XIV ANAIS DE SEMINÁRIOS DO GEL, Campinas, 1987, p. 336-344.
- _____. "Estratégias de Enunciação no Editorial". *Estudos Linguísticos*. XV ANAIS DE SEMINÁRIOS DO GEL, Santos, Unisantos, 1987, pp. 487-49.
- _____. "O Jogo do Parecer e do Ser: universo de expectativas". *Estudos Linguísticos*. XIX ANAIS DE SEMINÁRIOS DO GEL. Bauru, UNESP, 1990, p. 266-275..
- ORLANDI, Eni. *A Linguagem e seu Funcionamento*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- PAIS, Cidmar T. "Sistèmes de Signes et Systèmes de Signification Au-Delà du Structuralisme". *Acta Semiótica et Lingvistica*, v. 4, São Paulo, SBPL, 1980, p. 69-80.
- _____. *Ensaio Semiótico/Linguístico*. Petrópolis, Vozes, 1977.
- _____. "Estruturas de Poder dos Discursos". *Revista Língua e Literatura*, v. 7, São Paulo, USP, 1978, p. 39-49.

- PARRET, Herman (org.). *La mise en discours*. Paris, Larousse, 1983. (Langages, 70).
- _____. *Les passions. Essais sur la mise en discours de la subjectivité*. Bruxelles, Pierre Mardaga, 1986.
- PÉCHEUX, M. *Analyse automatique du discours*. Paris, Dunod, 1969.
- PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica e Filosofia. Textos Escolhidos*. 3^a ed. São Paulo, Cultrix, s/d.
- PRIETO, Luis J. "La Communication Artistique" e "Communication et Signification". *Études de Linguistique et de Sémiologie Générales*. Genève, Libr. Droz, 1975, p. 115-141.
- PROPP, V. *Morphologie du conte*. Paris, Seuil, 1970. (Col. Point).
- RASTIER, F. *Idéologie et signes*. Haia, Mouton, 1971.
- _____. "Sistemática das isotopias". GREIMAS, A.J. org. *Ensaio de Semiótica Poética*. São Paulo, Cultrix, 1976.
- REBOUL, Olivier. *Langage et idéologie*. Paris, PUF, 1980.
- RECANATI, F. *La transparence et l'énonciation*. Paris, Seuil, 1979.
- RESCHER, N. *Introduction to Value Theory*. Englewood, Prentice Hall, 1969.
- REYES, G. *Polifonia Textual*. Madrid, Gredos, 1984.
- RICOEUR, Paul. "La grammaire narrative de Greimas". *Documents du Groupe de Recherches Sémio-linguistiques*, n^o 15, Paris, EHESS, 1980.
- _____. *Interpretação e Ideologias*. Trad. Hilton Japiassu. 3^a ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988.
- ROBIN, Regine. *História e Linguística*. São Paulo, Cultrix, 1977.
- ROSSI-LANDI, F. *A Linguagem Como Trabalho e Como Mercado. Uma Teoria da Produção e da Alienação Linguísticas*. Trad. Aurora F. Bernardini. São Paulo, DIFEL, 1985.
- SAVIOLI, P. F. e FIORIN, J.L. *Para Entender o Texto*. São Paulo, Ática, 1990.
- SEBEOK, Thomas A. "Fetichismo". Trad. Alasdair Burman. *FACE Revista de Semiótica e Comunicação*, 1(2):11-25, São Paulo, Jul./dez., 1988.
- SEIXO, M. Alzira, (dir.). *Literatura, Significação e Ideologia*. Lisboa, Arcádia, 1976.

- SEVERINO, A.J. *Educação, Ideologia e Contra Ideologia*. São Paulo, Ed. Pedagógica Universitária, 1986.
- TODOROV, Tzvetan. *Os Gêneros do Discurso*. Trad. Elisa Kossovitch. São Paulo, Martins Fontes, 1980.
- _____. *Teorias do Símbolo*. Lisboa, Edições 70, 1979.
- VELHO, Gilberto. *Subjetividade e Sociedade. Uma Experiência de Geração*. Rio de Janeiro, Zahar, 1986.
- VÉRON, E. *Ideologia, Estrutura e Comunicação*. São Paulo, Cultrix, 1977.
- _____. *A Produção de Sentido*. São Paulo, Cultrix/EDUSP, 1980.
- VOGT, C. *Linguagem Pragmática e Ideologia*. São Paulo, Hucitec/ /FUNCAMP, 1980. (Col. Linguagem).

1.2. TEORIAS DA COMUNICAÇÃO E DISCURSO JORNALÍSTICO

- AMARAL, Luís. *Técnica de Jornal e de Periódico*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1969.
- _____. *Jornalismo. Matéria de Primeira Página*. 4^a ed. rev. e aum. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1986.
- AMOROSO LIMA, Alceu. *Jornalismo como Gênero Literário*. Rio de Janeiro, Agir, 1960.
- AUGRAS, Monique. *Opinião Pública: teoria e pesquisa*. Petrópolis, Vozes, 1970.
- BELTRÃO, Luís. *A Imprensa Informativa*. São Paulo, Folco Masucci, 1969.
- _____. *Jornalismo Interpretativo: filosofia e técnica*. 2^a ed. Porto Alegre, Sulina/ARI, 1976.
- _____. *Jornalismo Opinativo*. Porto Alegre, Sulina/ARI, 1980.
- _____. *Teoria Geral da Comunicação*. 3^a ed. Brasília, Thesaurus, 1982.
- BELTRÃO, Luís e QUIRINO, Newton de Oliveira. *Subsídios para uma Teoria da Comunicação de Massa*. São Paulo, Summus, 1986.
- BENJAMIN, Walter *et alii*. *Textos Escolhidos*. São Paulo, Abril Cultural, 1979. (Col. Os Pensadores, 48).
- BERNARDI, Maria Amália. "A Arte de Opinar". *VEJA*. São Paulo, março de 1990.
- BLIKSTEIN, Izidoro. *Kaspar Hauser ou A Fabricação da Realidade*. São Paulo, Cultrix/EDUSP, 1983.
- _____. *Técnicas de Comunicação Escrita*. 4^a ed. São Paulo, Ática, 1987.
- BONFIM, L.C. "Linguagem de Imprensa: técnica ou arte?" *Cadernos de Jornalismo e Comunicação*, n^o 13, Rio de Janeiro, agosto/68.
- BORDENAVE, Juan Díaz. *Além dos Meios e Mensagens*. 4^a ed. Petrópolis, Vozes, 1983.
- BRUM, Eron. *O Procedimento Editorial do Veículo Jornal Frente à Interrupção de Processos Políticos*. São Paulo, ECA, 1981.
- BUYSENS, E. *Semiologia e Comunicação Lingüística*. São Paulo, Cultrix, 1972.

- CARPENTIER, Edmund e MCLUHAN, Marshall. *Revolução na Comunicação*. 2^a ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1971.
- COELHO NETO, J. Teixeira. *Semiótica, Informação e Comunicação*. São Paulo, Perspectiva, 1980.
- CRUMP, Spencer. *Fundamentals of journalism*. New York, McGraw-Hill Book Company, s/d.
- CUNHA, Celso. *Jornalismo e Universidade*. Rio de Janeiro, MEC, 1954.
- DINES, A. *O Papel do Jornal*. 4^a ed. São Paulo, Summus, 1986.
- EPSTEIN, I. *O Signo*. São Paulo, Ática, 1985. (Série Princípios)
- _____. *Teoria da Informação*. São Paulo, Ática, 1986. (Série Princípios).
- ERBOLATO, M. *Técnicas de Codificação em Jornalismo: redação, captação e edição do jornal diário*. 4^a ed. Petrópolis, Vozes, 1985.
- FIDÉLIS, Guido. *Jornalismo. A Grande Arma da Liberdade*. São Paulo, Nacional, 1986.
- FREIRE, Paulo. *A Importância do Ato de Ler*. São Paulo, Autores Associados/Cortez, 1982.
- FRIAS FILHO, Otávio. *Seminário de Jornalismo*. São Paulo, Publ. Folha de São Paulo, julho de 1986.
- _____, (org.). "Vampiros de Papel". *Folha de São Paulo. Folhetim*, 05/08/84.
- FOLHA DE SÃO PAULO. *Manual Geral de Redação*. 2^a ed. rev. e ampl. São Paulo, 1987.
- FROMM NETTO, Samuel. *Comunicação de Massa*. São Paulo, Pioneira, 1972.
- GIANNOTTI, Vito. *O Que é Jornalismo Operário*. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- HABERMAS, J. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984. Cap. IV, "Opinião".
- HUDEC, Wladimir. *O Que é Jornalismo?* Lisboa, Caminho, 1980.
- IMBERT, G., (org.). *Métodos de Análisis de la Prensa*. Madrid, Casa de Velázquez, 1987.
- IMBERT, G. e BENEYTO, J.V. *El País. O la Referencia Dominante*. Barcelona, Mitre, 1986.

- IMPrensa. *Jornalismo e Comunicação*, São Paulo, Feeling, ano III, n.º 25-26, set.-out./89.
- JAKOBSON, R. *Linguística e Comunicação*. 2.ª ed. São Paulo, Cultrix, 1969.
- JOBIM, Danton. *O espírito do jornalismo*. Rio de Janeiro, Livr. São José, s/d.
- LAGE, Nilson. *Ideologia e Técnica da Notícia*. 2.ª ed. Petrópolis, Vozes, 1982.
- _____. *Linguagem Jornalística*. 2.ª ed. São Paulo, Ática, 1986. (Série Princípios).
- LISBOA, Luís Carlos. "Os Subterrâneos da Palavra". *Cadernos de Jornalismo*, n.º 3, Rio de Janeiro, Jornal do Brasil, set./out., 1965.
- MARCONDES FILHO, C.J.R. *O Capital da Notícia: jornalismo como produção social de segunda natureza*. São Paulo, ECA/USP, 1983.
- MARQUES DE MELO, J. *Comunicação, Opinião, Desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes, 1971. (Col. Meios de Comunicação Social).
- _____. *Sociologia da Imprensa Brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1973.
- _____. (Coord.). *Pesquisa em Comunicação no Brasil: tendências e perspectivas*. São Paulo, Cortez/INTERCOM, 1983.
- _____. *A Opinião no Jornalismo Brasileiro*. Petrópolis, Vozes, 1985.
- _____. *Para uma Leitura Crítica da Comunicação*. São Paulo, Edições Paulinas, 1985.
- _____. *Comunicação: direito à informação*. Campinas, Papyrus, 1986.
- _____. "Gêneros Jornalísticos na Imprensa Espanhola". *Cadernos de Jornalismo e Editoração*. São Paulo, ECA/USP, v. 10, n.º 23, jun., 1989, pp. 7-27.
- MARTÍN VIVALDI, G. *Gêneros Periodísticos*. 4.ª ed. Madrid, Paraninfo, 1987.
- MASER, Siegfried. *Fundamentos da Teoria Geral da Comunicação*. Trad. Leônidas Hegenberg. São Paulo, EPU/EDUSP, 1985.
- MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim. *Manual de Expressão Oral e Escrita*. 8.ª ed. Petrópolis, Vozes, 1985.
- MEYER, Philip. *A Ética no Jornalismo. Um Guia para Estudantes, Profissionais e Leitores*. Trad. de Antonio Trânsito. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1989.

- MIGUEL, Amando. *Sociología de las Páginas de Opinión*. Barcelona, A.T.E., 1982. (Texto de Periodismo).
- NEUMANNE PINTO, J. "Os Impasses na Imprensa Brasileira". *Revista de Cultura Vozes*, n^o 1, Petrópolis, 1976.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. *Manual de Redação e Estilo*. Org. e ed. de Eduardo Martins. São Paulo, O Estado de São Paulo, 1990.
- PENTEADO, Whitaker. *A Técnica da Comunicação Humana*. 10^a ed. São Paulo, Pioneira, 1987.
- PIGNATARI, Décio. *Informação. Linguagem. Comunicação*. 2^a ed. São Paulo, Perspectiva, 1968. (Col. Debates).
- ROSSI, Clóvis. *O Que é Jornalismo?* 7^a ed. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- SERAFINI, M. Teresa. *Como Escrever Textos*. Trad. Maria Augusta de Mattos, adaptação Ana Luísa M. Garcia. Rio de Janeiro, Globo, 1987.
- SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *Mil Dias: os bastidores da revolução em um grande jornal*. São Paulo, Trajetória Cultural, 1988.
- SOARES, Ismar de Oliveira, (org.). *Para uma Leitura Crítica dos Jornais*. 2^a ed. São Paulo, Edições Paulinas, 1984. (SEPAC).
- SODRÉ, Muniz e FERRARI, Maria Helena. *Técnica de Redação. O Texto nos Meios de Informação*. 3^a ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1982.
- THE NEW YORK TIMES. *Manual of Style and Usage*. A desk Book of Guidelines for Writers and Editors, ed. by Lewis Jordan. New York, The New York Times Company, 1976.
- VIEIRA, R.A. Amaral. *O Futuro da Comunicação*. Rio de Janeiro, Cadernos Didáticos, 1974.
- VOGT, C. et alii. "Controvérsia: intervalo e dialética". *Revista de Comunicações e Artes*, (19):5-26, São Paulo, ECA/USP, agosto, 1988.
- WERNECK SODRÉ, Nelson. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- WIENER, Norbert. *Cibernética e Sociedade. O uso humano de seres humanos*. 4^a ed. São Paulo, Cultrix, 1978.

WRIGHT, Charles R. *Comunicação de Massa*. Rio de Janeiro, Bloch, 1968.

13. TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO E ESTILÍSTICA

- ARISTÓTELES. *A Poética*. São Paulo, Abril Cultural, 1975. (Col. Os Pensadores, 5).
- _____. *Arte Retórica e Arte Poética*. Trad. Antonio Pinto de Carvalho, estudo introdutório de Goffredo Teles Júnior, Edíouro, s/d. (Col. Universidade de Bolso).
- BALLY, Charles. *Traité de stylistique française*. 3ª ed. Paris, Klincksieck, 1951. 2. v.
- BEAUGRANDE, R.A. e DRESSLER, W.U. *Introduction to Text Linguistics*. London/New York, Longman, 1981.
- BELLENGER, Lionel. *A Persuação*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar, 1987.
- BOUSOÑO, Carlos. *Teoría de la Expresión Poética*. 5ª ed. aum. Madrid, Gredos, 1970. 2 v.
- CITELLI, A. *Linguagem e Persuação*. São Paulo, Ática, 1985. (Col. Princípios).
- COHEN, J. *Estrutura da Linguagem Poética*. 2ª ed. São Paulo, Cultrix, 1978. Cap. III e IV.
- CRESSOT, M. e JAMES, L. *Le style et ses techniques*. 11ª ed. Paris, PUF, 1983.
- DANON-BOILEAU, Laurent, (org.). "Argumentation et discours scientifique". *Langages*, 42. Paris, Didier/Larousse, 1976.
- DELAS, D. e FILLIOLET, J. *Linguística e Poética*. São Paulo, Cultrix/EDUSP, 1975.
- DUBOIS, J. et alii. *Retórica Geral*. São Paulo, Cultrix, 1974.
- _____. *Retórica da Poesia*. Trad. Carlos F. Moisés. São Paulo, Cultrix/EDUSP, 1980.
- DUCROT, O. *Princípios de Semântica Descritiva (Dizer e não-dizer)*. São Paulo, Cultrix, 1977.
- DUCROT, O. et alii. *Les mots du discours*. Paris, Minuit, 1980.

- DUCROT, O. *Provar e Dizer. Leis Lógicas e Leis Argumentativas*. São Paulo, Global, 1981.
- _____. *Le dire et le dit*. Paris, Minuit, 1985. Trad. port. *O Dizer e o Dito*. Campinas, Pontes, 1987.
- DUCROT, O e ANSCOMBRE, J.C. *L'argumentation dans la langue*. 2^a ed. Liège-Bruxeles, Pierre Mardaga, 1988.
- FONTANIER, P. *Les figures du discours*. Paris, Flammarion, 1977.
- GARCIA, Othon. *Comunicação em Prosa Moderna*. 4^a ed. Rio de Janeiro, FGV, 1976.
- GENETTE, G. *Figures*. Paris, Ed. Du Seuil, 1966, 1969, 1972. 3 vols. (Coll. Poétique). Trad. port. *Figuras*. São Paulo, Perspectiva, 1972 (correspondente ao v. 1).
- GUIMARÃES, Eduardo. *Texto e Argumentação*. Campinas. Pontes, 1987.
- _____. (org.). *Sobre Pragmática*. Uberaba, Centro de Letras e Ciências Humanas, Faculdades Integradas de Uberaba. (Série Estudos, 9).
- GUIMARÃES, Elisa. *A Articulação do Texto*. São Paulo, Ática, 1990. (Série Princípios).
- GUITRAUD, Pierre. *A Estilística*. Trad. Miguel Mailet. São Paulo, Mestre Jou, 1978.
- GUITRAUD, Pierre e KUENTZ, Pierre. *La stylistique. Lectures*. Paris, Klincksieck, 1970.
- HALLIDAY, M.A.K. e HASAN, R. *Cohesion in English*. London, Longman, 1976.
- HALLIDAY, M.A.K. e HASAN, R. *Explorations in the functions of language*. London, Edward Arnold Publ., 1973.
- HAMMON, Ph. *Poétique du récit*. Paris, Ed. Du Seuil, 1977.
- HATZFELD, Helmut. *Bibliografía Crítica de la Nueva Estilística*. Madrid, Gredos, 1955.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Cath. *La connotation*. Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 1977.
- _____. *L'Enonciation de la subjectivité dans le langage*. Paris, Armand Colin, 1980.

- KERBRAT-ORECCHIONI, Cath. *L'implicite*. Paris, Armand Colin, 1986.
- KOCH, Ingedore G. Villaça. *Argumentação e Linguagem*. São Paulo, Cortez, 1984.
- KOCH, Ingedore G. Villaça e TRAVAGLIA, Luís Carlos. *Texto e Corência*. São Paulo, Cortez, 1989.
- KRIEGER, M.G. *A Retórica da transitividade*. São Paulo, USP, 1990. (Tese de doutorado, cópia xerográfica).
- KUENTZ, P. "Parole/discours". *Langue Française*, 15, Paris, Larousse, 1972.
- LAPA, Rodrigues. *Estilística da Língua Portuguesa*. 3^a ed. Rio de Janeiro, Livr. Acadêmica, 1959.
- LAUSBERG, H. *Elementos de Retórica Literária*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1966.
- LE GUERN, M. *Sémantique de la métaphore et de la métonymie*. Paris, Larousse, 1973.
- MARTÍN VIVALDI, G. *Curso de redacción. Teoría y práctica de la composición y del estilo*. 20^a ed. Madrid, Paraninfo, 1986.
- MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim. *Dispensos*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1972.
- MATTOSO CÂMARA JR. *Contribuição à Estilística Portuguesa*. 3^a ed. rev. Rio de Janeiro, Livro Técnico, 1977.
- MAROUZEAU, J. *Précis de stylistique française*. Paris, Masson et Cie, 1969.
- MARTINS, Nilce Sant'Anna. *Introdução à Estilística - a expressividade na língua portuguesa*. São Paulo, T.A. Queiróz/ EDUSP, 1989.
- MELO, Gladstone Chaves de. *Ensaio de Estilística da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Padrão, 1976.
- MOLINIÉ, Georges. *Elements de stylistique française*. Paris, PUF, 1986.
- MONTEIRO, José Lemos. *Fundamentos da Estilística*. Fortaleza, Secretaria de Cultura e Desportos, 1987.
- NIETZSCHE, F. *A Gaia Ciência*. São Paulo, Abril, 1974. (Col. Os Pensadores, XXXII).

- OLÉRON, P. *A Argumentação*. Lisboa, Publicações Europa-América, s/d. (Col. Saber).
- ORTONY, A. *Metaphor and Thought*. Cambridge, Cambridge University Press, 1979.
- PERELMAN, Ch. e OLBRECHTS, T. *Traité de l'argumentation. La nouvelle rhétorique*. 4^a ed. Bruxelas, Ed. Univ. Bruxelles, 1983.
- POSSENTI, Sírio. *Discurso, Estilo e Subjetividade*. São Paulo, Martins Fontes, 1988.
- REBOUL, Olivier. *O Slogan*. Trad. Ignácio Assis Silva. São Paulo, Cultrix, s/d.
- _____. *La rhétorique*. 3^a ed. rev. Paris, PUF, 1984.
- RICOEUR, P. *La métaphore vive*. Paris, Ed. du Seuil, 1975.
- RIEGEL, Martin. *L'Adjectif attribut*. Paris, PUF, 1985.
- SAYCE, R.A. *Style in Frenche Prose. A method of analysis*. Oxford, Clarendon Press, 1970.
- SOBEJANO, G. *El Epíteto en la Lírica Española*. 2^a ed. rev. Madrid, Gredos, 1970.
- TAMBA-MECZ, J. *Le sens figuré*. Paris, PUF, 1971.
- TODOROV, T. *Estruturalismo e Poética*. 3^a ed. São Paulo, Cultrix, 1974.
- ULLMAN, Stephen. *Lenguage y Estilo*. Trad. Ruiz-Werner. Madrid, Aguilar, 1973.
- VANOYE, Francis. *Usos da Linguagem. Problemas e Técnicas na Produção Oral e Escrita*. Trad. Clarice M. Sabóia (et alii). 7^a ed. São Paulo, Martins Fontes, 1987.
- VIGNAUX, G. *L'Argumentation*. Gêneve-Paris, Droz, 1976.
- VILANOVA, José Brasileiro. *Aspectos Estilísticos da Língua Portuguesa*. Recife, UFPE, 1979.
- VOGT, Carlos. *O Intervalo Semântico. Contribuição Para uma Teoria Semântica Argumentativa*. São Paulo, Ática, 1977. (Col. Ensaios, 26).
- YLLERA, A. *Estilística, Poética e Semiótica Literária*. Coimbra, Almedina, 1979.

1.4. GRAMÁTICAS E TEORIAS DA LINGUAGEM

- AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel. *Competência Linguística e Competência Literária*. Coimbra, Almedina, 1977.
- AUSTIN, J.L. *Quand dire c'est faire*. Paris, Seuil, 1970.
- AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de. *Ensaio de Linguística e Filologia*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Documentação, 1971. (Série Universidade, 5).
- _____. *Para uma Gramática Estrutural da Língua Portuguesa*. 2^a ed. Rio de Janeiro, Gernasa, 1975.
- BARBOSA, M.A. "Modelos em Lexicologia". *Língua e Literatura*, 9:261-279, São Paulo, FFLCH/USP, 1980.
- BARRENECHEA, Ana M. e ROSSETI, Manacorda de. *Estudios de Gramática Estructural*. Buenos Aires, Paidós, 1986.
- BARRETO, Mário. *Novíssimos Estudos da Língua Portuguesa*. 3^a ed. Rio de Janeiro, Presença, 1980. Cap. XXII e XXV.
- BASÍLIO, Margarida. *Estruturas Lexicais do Português: uma abordagem gerativa*. Petrópolis, Vozes, 1979.
- _____. *Teoria Lexical*. São Paulo, Ática, 1987. (Série Princípios).
- BECHARA, E. *Lições de Português pela Análise Sintática*. 13. ed., rev. Rio de Janeiro, Padrão, 1987.
- BENVENISTE, Emile. *Problèmes de linguistique générale*. Paris, Gallimard, 1966.
- _____. *Problèmes de linguistique générale II*. Paris, Gallimard, 1974.
- BERNSTEIN, B. "Social Class, Linguistic Codes and Gramatical Elements". *Class, Codes and Control*. New York, Schocken Books, 1974, cap. 6, p. 95-117.
- BIERWISCH, M. "Semantics". LYONS, J. (org.). *Novos Horizontes em Linguística*. São Paulo, Cultrix/EDUSP, 1976.
- BOMFIM, Eneida. *Advérbios*. São Paulo, Ática, 1988. (Série Princípios).
- BORBA, F. da Silva. *Teoria Sintática*. São Paulo, T.A. Queiróz/ /EDUSP, 1979.
- BRUNOT, F. *La pensée et la langue*. 3^a ed., rev. Paris, Masson, 1936.

- CÂNDIDO JUCÁ (Filho). *O Fator Psicológico na Evolução Sintática*. 2ª ed. rev. aum. Rio de Janeiro, Organização Simões, 1953.
- CARONE, Flávia de Barros. *Morfossintaxe*. São Paulo, Ática, 1986. (Série Princípios).
- _____. *Subordinação e Coordenação*. São Paulo, Ática, 1988.
- CUESTA, P.V. e LUZ, M.A.M. da. *Gramática Portuguesa*. Madrid, Gredos, 1971. 2 v.
- CUNHA, Celso. *Gramática do Português Contemporâneo*, 2ª ed. Belo Horizonte, Bernardo Álvares, 1971.
- CUNHA, Celso e CINTRA, L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.
- COSERIU, E. *Teoria da Linguagem e Linguística Geral: cinco estudos*. Rio de Janeiro/São Paulo, Presença/EDUSP, 1979.
- _____. *O Homem e sua Linguagem*. Rio de Janeiro/São Paulo, Presença/EDUSP, 1982.
- DASCAL, M., (org.). *Pragmática, Problemas, Críticas, Perspectivas da Linguística*. Campinas, 1982. V. IV.
- DUBOIS-CHARLIER, F. *Bases de Análise Linguística*. Coimbra, Almedina, 1981.
- DUBOIS, J. *Grammaire structurale du français: nom et pronom*. 2ª ed. Paris, Larousse, 1971.
- FILLMORE, Ch. "Types of Lexical Information". Steinberg et Jakobovits, *Semantics*. Cambridge, Univ. Press, 1971.
- FONSECA, M.S.V. e NEVES, M.F. *Sociolinguística*. Rio de Janeiro, Eldorado Tijuca, 1974.
- HJELMSLEV, L. *Prolegomènes à une théorie du langage*. Paris, Minuit, 1971.
- _____. *Ensaio Linguísticos*. Madrid, Gredos, 1972.
- JAKOBSON, R. *Essais de linguistique générale*. Paris, Les éditions de Minuit, 1963.
- JESPERSEN, O. *Philosophy of Grammar*. 6ª reimpr. Londres, Georges Unwin, 1955.

- KATO, Mary. *No Mundo da Escrita*. 2^a ed. São Paulo, Ática, 1987. (Série Princípios).
- KOVACCI, Ofélia. *Tendências Actuales de la Gramática*. 3^a ed. Buenos Aires, Marymar, 1977.
- LABOV, W. *Languages in the Inner City*. Philadelphia. University of Pennsylvania Press, 1972.
- LIMA, M.P. de Souza. *Gramática Expositiva da Língua Portuguesa*. São Paulo, Nacional, 1937.
- LIMA, Rocha. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 8^a ed. Rio de Janeiro, Briguiet, 1962.
- LENS, Rodolfo. *La Oración y sus Partes*. 3^a ed. Madrid, Public. Revista Filología Española, 1935.
- LYONS, J. *Introdução à Linguística Teórica*. São Paulo, Nacional/ /EDUSP, 1979.
- _____. *Semantics*. Cambridge, Cambridge University Press, 1977. 2v.
- MARTINET, A. *Conceitos Fundamentais da Linguística*. Trad. Wanda Ramos. Lisboa, Presença, 1976.
- MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis, Vozes, 1970.
- _____. *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. 2^a ed. Rio de Janeiro, Padrão, 1976.
- MIRA MATEUS, M.H. et alii. *Gramática da Língua Portuguesa*. 2^a ed. rev. e aum. Lisboa, Caminho, 1989.
- PERINI, M.A. *Gramática Gerativa. Introdução ao Estudo da Sintaxe Portuguesa*. Belo Horizonte, Vigília, 1976.
- PIMENTEL, Edith. *A Língua Escrita no Brasil*. São Paulo, Ática, 1986. (Série princípios).
- PONS, J. Roca. *Introducción a la Gramática*. 3^a ed. Barcelona, Teide, 1974.
- _____. *El Lenguaje*. 2^a ed. Barcelona, Teide, 1975.
- POTTIER, B. *Linguística Moderna y Filología Hispánica*. Madrid, Gredos, 1968.
- _____. *Gramática del Español*. Madrid, Alcalá, 1970.

- POTTIER, B. *Linguistique générale*. Paris, Klincksieck, 1974.
- PRETI, Dino. *Sociolinguística: os níveis da fala*. 4^a ed. rev., modif. São Paulo, Nacional, 1982.
- ROBINSON, W.P. *Linguagem e Comportamento Social*. Trad. Jamir Martins. São Paulo, Cultrix, 1977.
- SAID ALI, Manuel. *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*. 6^a ed. São Paulo, Melhoramentos, 1965.
- SALUM, I.N. "Decomposição, Recomposição e análise Crítica de um Texto". *Língua e Literatura*, (1):9-41, São Paulo, 1972.
- SEARLE, J.R. *Les actes de langage*. Paris, Hermann, 1972.
- SILVEIRA, Álvaro Souza da. *Lições de Português*. 7^a ed. Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1964.
- SLAKTA, D. "Esquisse d'une théorie léxico-sémantique". *Langages*, 23, Paris, Didier-Larousse, 1971.
- SOARES, Magda. *Linguagem e Escola. Uma Perspectiva Social*. 4^a ed. São Paulo, Ática, 1987.
- TESNIÈRE, L. *Esquisse d'une syntaxe structurale*. Lille, Klincksieck, 1953.
- ULMANN, S. *Semântica. Uma Introdução à Ciência do Significado*. 2^a ed. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1970.
- VENDRYÈS, J. *Le langage*. Paris, La Renaissance du Livre, 1921.
- WEBER, Marcel. *Contributions à l'étude du diminutif en français moderne*. Zurich, Otto Altorfer, 1963.
- WEINRICH, H. *El Tiempo*. Madrid, Gredos, 1968. (Trad. fr. *Le temps*. Paris, Seuil, 1973.
- WILMET, Marc. *La détermination nominale. Qualification et caractérisation*. Paris, PUF, 1986.

1.5. METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO.

- BOAVENTURA, E. *Como Ordenar as Idéias*. São Paulo, Ática, 1988. (Série Princípios).
- CERVO, A.L. e BERVIAN, P.A. *Metodologia Científica*. São Paulo/Rio de Janeiro, MacGraw-Hill, 1973.
- ECO, Umberto. *Como se Faz uma Tese*. 2^a ed. São Paulo, Perspectiva, 1985.
- GOODE, W. Josiah e HATT, P.K. *Métodos em Pesquisa Social*. Trad. Carolina M. Bori. 6^a ed. São Paulo, Nacional, 1977.
- SALAMON, D. Vieira. *Como Fazer uma Monografia*. 2^a ed. Belo Horizonte, Inter-Livros, 1972.
- SALVADOR, A. Domingos. *Métodos e Técnicas da Pesquisa Bibliográfica*. 2^a ed. rev. e aum. Porto Alegre, Sulina. 1971.
- SEVERINO, A.J. *Metodologia do Trabalho Científico*. 14^a ed., rev. e aum. São Paulo, Cortez, 1986.
- SPINA, S. *Normas Gerais Para os Trabalhos de Grau*. São Paulo, Fernando Pessoa, 1974.

1.6. DICIONÁRIOS E ENCICLOPÉDIAS

- AMADOR, E.M. *Dicionário Gramatical*. Barcelona, Ramón Sopena, 1954.
- BOBBIO, N.; MATTEUCI, N.; PASQUINO, G. (orgs.). *Dicionário de Política*. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1986.
- CARRETER, F. Lázaro. *Dicionário de Termos Filológicos*. 3^a ed. Madrid, Gredos, 1971.
- CRYSTAL, D. *Dicionário de Linguística e Fonética*. Rio de Janeiro, Zahar, 1988.
- FERNANDES, F. *Dicionário de Regimes de Substantivos e Adjetivos*. 17. ed. Porto Alegre, Globo, 1980.
- FORCELLINI, A.- *Lexicon Totius Latinitatis*. Patavii, Typis Seminarii, 1940. v. I.
- GREIMAS, A.J. e COURTÈS, J. *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris, Hachette, 1979. Trad. port. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo, Cultrix, s.d.
- _____. *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage, (compléments, débats, propositions)*. Paris, Hachette, 1986. T. 2.
- GUIA ALFABÉTICO DOS COMUNICADORES DE MASSA. Lisboa, Edições 70, 1978.
- HOLANDA, Aurélio Buarque. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, s/d (NDLP).
- KATZ, Chaim Samuel; DORIA, Francisco A.; LIMA, Luís Costa (orgs.). *Dicionário Básico de Comunicação*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- MAROUZEAV, J. *Lexique de la terminologie linguistique*. 3^a ed. Paris, Libr. Paul Geuthner, 1951.
- MATTOSE CÂMARA JR., Joaquim. *Dicionário de Linguística e Gramática*. 11^a ed. Petrópolis, Vozes, 1984.
- MORIER, H. *Dictionnaire de poétique et de rhétorique*. 3^a ed. Paris, PUF, 1981.
- NABANTINO RAMOS, J. *Jornalismo. Dicionário Enciclopédico*. São Paulo, Ibrasa, 1970.

- RABACA, Carlos e BARBOSA, Gustavo. *Dicionário de Comunicação*. Rio de Janeiro. Codecri, 1978.
- REIS, Carlos e LOPES, A. Cristina. *Dicionário de Teoria da Narrativa*. São Paulo, Ática, 1988.
- ROMANO, Ruggiero, (dir.). *Linguagem e Enunciação*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. 2 v.
- _____. *Oral/Escreto, Argumentação*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda. 1987. v. 11.
- SANTOS JOTA, Z. *Dicionário de Adjetivos Afins*. Niterói, J. Gonçalves, 1955.
- TODOROV, T e DUCROT, O. *Dictionnaire encyclopédique des sciences du langage*. Paris, Seuil, 1972. Trad. port. *Dicionário das Ciências da Linguagem*. Lisboa, D. Quixote, 1973.

VIII. ANEXOS

×

TÍTULO DOS EDITORIAIS EXAMINADOS

Dia 5/8/89

1. Manobra espúria (OESP)
2. A crise do PT (FSP)
3. A função da Imprensa (DP)
4. Fixação no Passado (JB)
5. Energia: evitar o pior (GL)
6. Só ameaças (OD)
7. Violência regimental (CB)
8. Festival do caos (JDB)

Dia 10/8/89

9. Povo sem história (OESP)
10. Provocação e violência (FSP)
11. Dias decisivos (DP)
12. Preços Loucos (JB)
13. Os crimes e os vícios (GL)
14. Identificação (OD)
15. Predação multinacional (CB)
16. Setor Sudoeste (JDB)

Dia 15/8/89

17. A privatização e a oligarquia (OESP)
18. O dever da imprensa (FSP)
19. Pela dignidade do pleito (DP)
20. Espírito das Sombras (JB)
21. A obra e o programa (GL)
22. Trabalho escravo (OD)
23. O genocídio libanês (CB)
24. Desafio da habitação (JDB)

Micro-Análise

- I
- II
- III
- IV
- V
- VI
- VII
- VIII

Dia 20/8/89

25. Confronto melancólico (OESP)
26. Lei contra sonegação (FSP)
27. No rumo certo (DP)
28. Saudade do Futuro (JB)
29. O drama do Líbano cristão (GL)
30. Decisão acertada (OD)
31. Política "banho-maria" (CB)
32. Uma revisão necessária (JDB)

Dia 25/8/89

33. A comprovação de um desgaste (OESP)
34. Campanha estagnada (FSP)
35. Tentativa infeliz (DP)
36. Divisor de Águas (JB)
37. Os milhões mal atendidos (GL)
38. Movimento justo (OD)
39. Moralização do cheque (CB)
40. Presente e futuro (JDB)

Dia 30/8/89

41. Quem paga a conta (OESP)
42. Compasso de espera (FSP)
43. A questão dos bombeiros (DP)
44. Solidariedade invisível (JB)
45. Nem técnica, nem moral (GL)
46. Baixo nível (OD)
47. Exigência nacional (CB)
48. Abrindo a janela (JDB)

Manobra espúria

Para governo cujo chefe não se cansa de dizer que a Constituição deixou o País ingovernável e que a postura do Congresso é ilegítima, a reação do Executivo ao plano apresentado pelas lideranças do Congresso para encaminhar a solução da crise financeira e econômica foi extremamente favorável. Diz-se lá que o chefe do Executivo até que folgou com o fato de o Congresso estar disposto a cortar gastos desnecessários, consentir na demissão de funcionários, auxiliar as pastas econômicas e realizar uma política de contenção efetiva da inflação. O senador Nelson Carneiro — a cuja posseio não se deve creditar esse discurso de Congresso Nacional — não hesitou em afirmar que agora os dois Poderes começam a agir harmonicamente. Diz-se lá, até, que a salvação da Pátria está a vista.

Em outro comentário desta página, analisamos os aspectos propriamente econômicos do plano e apresentamos como sugestão à Corte, a forma como iniciar o empacotamento do Congresso na luta contra a inflação. Queremos, nesta está, acrescentar um pequeno ponto do documento do Congresso, de especial importância tipográfica, que pode representar alteração profunda na política governamental tal qual concebida até agora. É o seguinte trecho de conteúdo na área econômica e financeira, e o diálogo portante dele com o Congresso:

Essa redação, sutil como a de um comunicado diplomático, foi interpretada por alguns como o desejo do Congresso de que haja um superministro incumbido de gerir os problemas econômico-financeiros. Essa interpretação tem sua razão de ser, tanto mais quanto foi a que jornalístico de Janeiro deu ao texto, apresentado como resultado de negociação que permiti-

tiria fosse colocado em prática o acordo alcançado pelas lideranças do Congresso. A ligação entre a solicitação de unidade de comando na área econômico-financeira e a saída dos sen. Milton de Nóbrega, Batista de Abreu — e Roberto Cardoso Alves, de Jumbujem — apareceu com todos os indícios de notícia plantada por quantos há anos se consideram aptos a influenciar nas grandes decisões da política nacional, seja agindo nos bastidores, seja, filosoficamente, apresentando salvar o Brasil. Na realidade, se "unidade de comando" pode significar um ministro da Economia, pôde traduzir, também, um apelo do Congresso Nacional ao presidente da República para que assumira, finalmente, as funções de chefe do Poder Executivo, que exerce com o auxílio dos ministros de Estado a direção superior da administração federal.

E porque o texto do documento do Congresso permite outras duas interpretações, que o notamos de diplomacia. As duas leituras são patentes: aquela que atende a interesses privados de quantos procuram ao menos ser conselheiros do príncipe ou militam por obras e mais obras — e com isso tentam que se imagine que a administração pública não necessita de manter o norte, nem de imediatamente que comença o mar — e aquela outra, que coliga o interesse nacional com a vantagem, ganhos e lucros pessoais.

Em nosso entender, o Congresso não está reclamando do presidente Sarney a demissão dos ministros da Fazenda e do Planejamento como condição para a partir um programa de privatização, de racionalização da máquina administrativa, de negociação ativa com os credores inter-

nacionais etc. Se as lideranças se prestassem a esse jogo inequivocado — matado, como diria e falecido presidente Castello Branco —, estaríamos decretando a desparalisação da instituição do Poder Executivo. Não porque o presidente da República possa decidir, no exercício de suas prerrogativas, substituir seus ministros, mas porque o fará sob pressão não admitida de poder constitucional que não pode exigir a cabeça de ministros, e de poder jurídico que só pode agir na sombra, subvertendo totalmente as instituições.

Os sen. Milton de Nóbrega e João Batista de Abreu não acabaram com a inflação. Ninguém negará o fato. Cabe ver, no entanto, que conseguiram reverter as piores expectativas, apoiar de o credibilidade do chefe de governo não ter alterado em nada o país que os agentes econômicos fazem de conjetura. A inflação, é preciso que todos saibam, não se vence se o chefe do Executivo não inspira confiança e seriedade, se não se impõe ao Congresso, se não domina a administração, se não consegue vencer, no âmbito daqueles que não escrutinamente seus comandados, o chamado "Século Camarinho", se não pode impedir que o Banco Central de os aumentos que dá, nem os bancos estatais dos Estados continuem sendo fonte de problemas para a administração financeira. Se, em suma, não tem autoridade!

Os que desejam ler no plano de Congresso a sentença de morte dos ministros da Fazenda e do Planejamento deverão meditar sobre o que esperam o Brasil no dia em que se souber que interesses espúrios estão por detrás da substituição da equipe econômica no momento mais difícil das negociações de Brasil com a comunidade financeira internacional.

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil ★ ★ ★

Publicado desde 1921

Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Director de Redacção: Otávio Frias Filho — **Conselho Editorial:** Luiz Alberto Bahia, Rogério César de Carqueiro Leite, Osvaldo Pirello, Marcelo Coelho, Roberto Macedo, Carlos Alberto Longo, Janio de Freitas e Otávio Frias Filho (secretário)

A crise do PT

Edit. n.º 2

A greve dos servidores municipais em São Paulo reproduz, como movimento reivindicatório, o fenómeno conhecido e injustificável de expor a sociedade em seu conjunto às pressões de uma categoria específica de trabalhadores; mais uma vez, vêem-se exigências salariais servirem de estopim para uma tática de paralisação a qualquer custo, em prejuízo dos setores que, dependendo exclusivamente dos precários serviços prestados pelo Estado, são os mais carentes e desassistidos da coletividade. Numa situação de crise financeira do setor público, o atendimento a reivindicações salariais do funcionalismo tende a consumir parcelas cada vez maiores da arrecadação, inviabilizando os serviços básicos e os investimentos necessários à melhoria das condições de vida da população.

A prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, e o seu partido, o PT, ao longo de sua trajetória política, manifestaram extrema e permanente aversão a argumentos como os apresentados acima; a crise inaugurada com a greve do funcionalismo municipal se transforma, assim, de simples crise administrativa em verdadeira crise de identidade política; à frente do poder municipal, setores do PT conhecem, agora,

responsabilidades a que, no cómodo papel de opositores intransigentes de qualquer governo estabelecido, puderam por muito tempo desconsiderar. A crise no PT é o preço a pagar por toda uma estratégia de militância que, refugiada numa pretensa coerência de atitudes, numa incondicional adesão a todo movimento reivindicatório, era na realidade a contrapartida de uma recusa em dobrar-se às circunstâncias económicas, de uma profunda inconsistência de propostas, de uma irresponsabilidade política mal disfarçada pela aura de falsa solidez ideológica.

Tanto melhor, em última análise, que a realidade económica e os impasses da conjuntura terminem impondo a setores do PT e à Prefeitura de São Paulo o confronto incontornável entre sua costumeira prática política e as responsabilidades administrativas do momento. A democracia permite, pela rotatividade no poder, um inevitável processo de amadurecimento político. Não será feito sem custos ou traumas; fica a pergunta de se o PT, como um todo, está disposto a encará-los. A oposição do diretório municipal do partido às atitudes de Erundina não sugere muito otimismo a este respeito.

São Paulo, sábado, 5-8-1989

Diário Popular - Página 5

Edit. N

A função da Imprensa

Pela importância que assumiram os meios de comunicação de massa, especialmente nos dias tormentosos que estamos vivendo, frequentemente é posta em debate a função da Imprensa. Sempre que as notícias e comentários relativos a determinada personalidade ou organização contrariam os interesses da mesma, o mais comum é que surjam críticas e contestações ao modo pelo qual foi encarado, no caso, essa função. Tudo se desenrola normalmente em sentido inverso, quando os interesses são favorecidos ou há coincidência de pontos de vista.

Evidentemente, a principal função da Imprensa consiste em noticiar e comentar os acontecimentos, especialmente aqueles que dizem mais de perto com a comunidade ou a região a que o veículo pretende servir. E aqui surge uma outra idéia a ser levada intransigentemente em consideração e que consiste em ter sempre em vista que a Imprensa está a serviço da comunidade, com a qual deve colaborar sistemática e fielmente. Esta preocupação tem de ser permanente e a difusão imediata ou não das informações e comentários não pode ser feita sem considerá-la. O jornalista muitas vezes tem que escolher a melhor maneira de colaborar, para que determinado objetivo de interesse geral seja atingido. E essa maneira pode ser traduzida, em cer-

tos casos, até pelo silêncio momentâneo.

Estes comentários surgem aqui não para justificar, mas para explicar o comportamento por nós adotado, em relação ao caso do sequestro do presidente da agência Salles-Interamericana, Luiz Salles. Desde a última segunda-feira, tínhamos informações sobre esse lamentável acontecimento. Mas, para não prejudicarmos as providências que vinham sendo tomadas e a exemplo do que havia sido feito anteriormente, em casos semelhantes, concordamos em não tomar a iniciativa do noticiário a respeito. Como todos os outros grandes jornais, guardamos silêncio respeitosamente, durante todos esses dias, para não cometermos imprudência que poderia colocar em jogo uma vida humana.

Um jornal de Brasília resolveu romper o silêncio, a todo o risco. E ontem o triste problema tornou-se de domínio público, o que nos deixa inteiramente à vontade para abordar o assunto, como desejaríamos ter feito, desde a primeira hora. Nada nos faria proceder de outra maneira, em qualquer caso semelhante. Em sinal de respeito à família atormentada e para não perturbar as investigações, preferimos reprimir nosso desejo de informar em primeira mão, visando, acima de tudo, servir à nossa gente, colaborar com os que procuram solucionar o problema.

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DU RASCHEMTO BRITO — Diretor Presidente

MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — Diretora

VICTORIO BIRRING CABRAL — Superintendente Geral

MARCOS TÁ COHRÉA — Editor

ELAVIO PINHEIRO — Editor Executivo

ROBERTO POMPEU DE TOLEDO — Editor Assessor

Fixação no Passado

A economia brasileira ficou mais difícil de ser administrada pelo agravamento do problema fiscal do Estado e a falta de flexibilidade dos credores na negociação da dívida externa. A proximidade da eleição presidencial e o exiguo tempo para o atual governo recuperar a credibilidade perante a sociedade tornaram o quadro ainda mais delicado.

A despeito disso e dos reflexos causados pelo insucesso do Plano Verão — em grande parte pela falta de apoio do Congresso aos cortes de pessoal e de despesas propostos pelo governo para reequilibrar o orçamento fiscal —, o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, tem feito um esforço enorme para estabilizar a inflação, depois da explosão de preços no fim do congelamento.

A inflação subiu muito à medida que a demora na manutenção do congelamento repugnou custos e onerou as empresas. Mas, principalmente, pela existência de abusos, reconhecidos até mesmo por lideranças empresariais da Fiesp. Exatamente para coibir os abusos, o ministro da Fazenda acionou o Conselho Interministerial de Preços, órgão competente do governo para verificar, caso a caso, se os reajustes de preços espelham os custos de produção.

Trata-se de uma tarefa difícil a dos ministros da área econômica neste momento delicado da vida nacional. Mas os empresários, os economistas, e até mesmo as lideranças sindicais (da CUT à ala mais moderada dos representantes dos trabalhadores) contactados nas últimas semanas pelo ministro Mailson da Nóbrega são sinceros em reconhecer que está sendo feito o melhor possível na presente circunstância. Ou seja, a equipe econômica está segurando os perigos para manter um mínimo de normalidade e consumir a transição política.

Entretanto, alguns segmentos da vida nacional parecem alheios ao mundo em redor e preferem continuar a pensar apenas nos seus interesses. Contra todos os sinais de que a estabilidade inflacionária está sendo obtida — ainda que em patamares muito elevados — esses segmentos continuam manipulando o espectro da hiperinflação iminente, como se nela pudessem ser interessados.

Esse campo de intriga nada tem a ver com o

futuro do Brasil. Seu compromisso é com o nosso pior passado. Tem a ver com a manutenção de privilégios e cartórios que se sentem ameaçados pelo desejo de mudança que a sociedade brasileira já deu sinais de querer alcançar em 15 de novembro. Mais do que manobra para afastar esse ou aquele ministro, a permanente atuação na sombra, para minar a credibilidade mantida pelos ministros da área econômica, representa uma conspiração contra o Brasil, ainda que embalada sob a atraente forma de pacto social ou político.

A economia mostra realmente sinais de que está entrando no controle do governo. Os indicadores de expansão monetária já são mais confortáveis, como fruto da recuperação da arrecadação fiscal, a partir da reindexação geral da economia e a diminuição nos prazos de recolhimento de impostos e de sua permanência na rede bancária.

Ontem, por exemplo, a onda de boatos visando à derrubada dos ministros da área econômica não surtiu o efeito imaginado por seus mentores. As Bolsas de Valores subiram. Não porque, como em outras épocas, houvesse euforia com a troca do comando econômico. Mas porque os demais indicadores do mercado financeiro não mudaram de rumo: a taxa de juros do *overnight* continuou indicando uma política monetária rígida; o mercado futuro de BTN (que prevê a inflação de agosto) operou quase todo o dia nos mesmos 30,75% da véspera, fechando no fim da tarde em 30,99%, uma pequena alta; e, no mercado do dólar paralelo, a alta das cotações não chegou a acompanhar a variação do câmbio oficial, fazendo com que o ágio recuasse ainda mais, de 66,5%, para 65,6%. Aparentemente, o tiro saiu pela culatra.

Os brasileiros responsáveis têm outras preocupações nesse momento. Todos querem trabalhar duro para exorcizar o fantasma da hiperinflação e garantir a normalidade democrática. As dificuldades são muitas e o quadro econômico, sem dúvida, é desconfortável para a grande massa dos assalariados. Felizmente, essa grande maioria não se deixa levar pelos que se sentem na obrigação de fazer o Brasil não dar certo. Os que se dão ao luxo de evoluir à beira do abismo procedem como se o país fosse um grande canteiro de obras para seus exercícios de maquiavelismo.

Energia: evitar o pior

Rev. N.º 5

CERTAMENTE ainda está na memória dos brasileiros que já passaram dos 20 anos o época em que as grandes cidades do País ficavam às escuras, em horas alternadas da noite, por falta do racionamento de energia elétrica. Além das transtornos que isto causava à vida doméstica de qualquer cidadão, maiores eram os estragos provocados pelo blecaute compulsório à economia, pois as empresas eram obrigadas a diminuir o ritmo de produção.

EM meados da década de 60, o Brasil acelerou a construção de diversas hidrelétricas, dando sequência a um programa iniciado nos anos 50. A expressão "racionamento de energia elétrica" foi então riscada das câmaras traçadas para a economia brasileira e um número crescente de consumidores, não só das grandes cidades, mas de todos os cantos do País, pôde usufruir de conforto proporcionado pela enorme variedade de instrumentos e aparelhos elétricos presentes no mundo moderno. A eletrificação também foi chegando ao campo, revolucionando as técnicas de produção agropecuária e melhorando a qualidade de vida da população rural.

QUANDO o Brasil foi surpreendido pelo choque do petróleo, já tinha acumulado vasto conhecimento das suas bacias hidrográficas e possuía um razoável acervo tecnológico no se-

tor elétrico. Com entendimentos e negociações diplomáticas, removeu barreiras junto a países vizinhos e partiu para a construção do Itaipu, a maior hidrelétrica do Mundo, em parceria com o Paraguai. Pouco tempo depois, foi a vez de Tucuruí.

ESSE programa permitiu ao Brasil manter o seu ritmo de rápida industrialização e colaborou para reduzir a dependência em relação ao desperdício elétrico importado. A energia elétrica respondeu por 39% da matriz energética brasileira (índice que não tem paralelo em outros países).

PARA financiar um programa de tal envergadura, o Governo recorreu a diversas fontes, até mesmo empréstimos compulsórios cobrados nos cantos de luz dos consumidores residenciais, que tinham como contrapartida obrigações resgatáveis no prazo de 25 anos. Mas, efetivamente, até o início dos anos 80 cerca de 60% dos investimentos do setor elétrico foram custeados com recursos próprios dos concessionários. Para se ter uma idéia do que isto representou, o setor elétrico chegou a responder, durante um período de cinco anos, por 25% de taxa de formação bruta de capital fixo do País — a taxa de investimento que prepara o crescimento futuro de uma economia.

UMA sucessão de erros fez com que o setor elétrico se

decapitalizasse. Em vez de recursos próprios, os novos investimentos passaram a ser custeados por dívidas, especialmente as contraídas no exterior. As tarifas foram sendo fixadas sem considerar o ônus do pagamento dessa dívida e, o que é pior, sem viabilizar futuros investimentos.

AS consequências dessa situação somente aparecerão de forma drástica dentro de três ou quatro anos. Drasticamente porque a pior incerteza para o empresário, particularmente o industrial, é não ter a garantia de energia disponível.

NADA seria mais irresponsável do que fechar os olhos para o problema e fazer de conta que ele não exista. Decisões precisas são tomadas já, para que a expressão "racionamento de energia" não venha a figurar no dicionário da economia brasileira. Assim como no passado encontraram-se fórmulas de financiar os investimentos do setor elétrico, também agora, com algum esforço, será possível identificar novas alternativas: combate ao desperdício, atualização das tarifas, pesquisa de técnicas com custos mais baixos, construção de usinas menores e, principalmente, maior participação do setor privado. São essas as frentes de trabalho — e um trabalho sério em todas elas permitirá ao País chegar a uma solução capaz de evitar o pior.

Só ameaças

DEPOIS de liberar todos os preços dos produtos essenciais, mantendo sob controle apenas o pão e o leite C, o Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, agora ameaça voltar com o tabelamento para os comerciantes e industriais que abusarem dessa liberdade.

É difícil acreditar que o Ministro Mailson da Nóbrega tenha cometido tamanha ingenuidade. Num período de inflação galopante, como o que atravessamos no Brasil, qual-quer um poderia imaginar que, com a liberação, os preços aos produtos subiriam muito mais do que os índices inflacionários.

E quem alertou para esse problema foi o próprio Mailson da Nóbrega, ao denunciar que industriais e comerciantes estavam promovendo aumentos que lhes garantissem contra uma provável hiperinflação. Logo, o Ministro não desconhecia que haveria altas insuportáveis nos produtos essenciais.

Não se justifica, portanto, a liberação dos preços. O controle era a única arma dos assalariados, especialmente os de baixa renda, contra a especulação desenfreada, contra os aumentos exagerados. Mas o Ministro promoveu a liberação geral, sem levar em conta esse problema mais do que previsível.

Agora, Mailson da Nóbrega ameaça tabelar novamente os produtos de quem der aumentos exagerados. E diz que vai conversar sobre isso com os próprios industriais e comerciantes, exigir deles explicações convincentes.

Não seria preciso. Bastaria o Ministro da Fazenda mandar equipes aos supermercados, por exemplo, para verificar quem está aumentando produtos exageradamente. Mailson da Nóbrega, mais uma vez, fica no discurso, na promessa, enquanto a situação do País exige ações efetivas das autoridades da área econômica.

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara,
E se mais mundo houver, lá chegara.
CAMÕES, e. VII e IX.

Diretor-Geral
Paulo Cabral de Araújo

Diretor-Superintendente
Edilson Cid Varela

Diretor Responsável
Ari Cunha

Editor-Geral
Ronaldo Martins Junqueira

Gerente-Geral
Alberto de Sá Filho

Gerente Financeiro
Evaristo de Oliveira

Gerente Técnico
Ari Lopes Cunha

Gerente Comercial
Maurício Dinopi

Violência regimental

Tudo acontece na Câmara dos Deputados para a Casa merecer censuras cada vez mais ácidas da opinião pública. A gota d'água que carecia escorrer para transbordar o copo da inconformidade com o desleixo da Câmara configurou-se no episódio em que o deputado beiga Willy de Clercq, presidente da Comissão de Relações Exteriores do Parlamento Europeu, discursou na principal tribuna para espanto do plenário. Estava o inesperado orador em visita às instalações legislativas quando no exercício da presidência, o deputado Luis Henrique convidou-o a integrar a mesa e, em seguida, franqueou-lhe a palavra. O convidado não se fez de rogado. Brindou o plenário com incisivo pronunciamento, primeiro em francês e, depois, em inglês, cujo conteúdo permanece praticamente desconhecido, eis que não fora solicitado o serviço de tradução simultânea.

Em toda a crônica parlamentar, da República ou do Império, jamais houve episódio mais ridículo, nem mais grave, sob o ponto de vista do respeito regimental. As circunstâncias que cercaram o acontecimento, um visitante a exercitar sua retórica e um plenário aparvalhado, seriam risíveis, se não se houvesse consumado das mais violentas de quantas agressões já se praticaram ali contra o Regimento Interno. Nem o titular da presidência, deputado Paes de Andrade, pôde reduzir as proporções do fato, quando às pressas substituiu o interino na condução dos trabalhos. Aquela

altura, mais grave ainda seria castar a palavra a um representante estrangeiro convidado a discursar.

Ora, não há dirimentes no ato praticado pelo deputado Luis Henrique. Juntamente com outras instituições supranacionais, a exemplo da Comunidade do Carvão e do Aço e da Comunidade Econômica Europeia, o Parlamento Europeu surgiu para garantir a paz em um continente cujas divergências internas sempre geraram guerras. Porém, por mais que seja importante o órgão onde Clercq exerce o seu mandato, havia interna corporis uma lei, o Regimento da Câmara, impeditiva da manifestação de estrangeiros da tribuna, salvo as exceções reservadas aos chefes de Estado e expressamente definidas no diploma regimental.

Não compreendeu o deputado Luis Henrique que a vedação prevista no Regimento está associada aos valores da soberania, pois a Câmara dos Deputados representa a Nação. Por isso mesmo, a sua tribuna não pode ser ocupada senão por aqueles que a representam e, excepcionalmente, por determinados figurantes do universo político, entre os quais os chefes de Estado estrangeiros, quando convidados. Al se tem o aspecto mais grave da transgressão regimental. A Câmara está no dever de prestar amplos esclarecimentos sobre o episódio e dizer quais providências saneadoras terão sido adotadas.

Festival do caos

Edit. Nº 8

Brasília está sediando um festival que deveria estar chamando a atenção de todo o País e de correspondentes internacionais. Deveria. O II Festival Latino-Americano de Arte e Cultura — Flaac — traz à capital brasileira estrelas de primeira grandeza no cenário cultural da América Latina, entre músicos, escritores, artistas plásticos, bailarinos, produtores de cinema e de televisão: só hoje, para se ter uma idéia, apresentam-se na cidade o Ballet Contemporâneo da Barcelona, o mito Mercedes Sosa, e importantes figuras brasileiras como Fagner, Beth Carvalho e até a bateria da escola de samba da Mangueira. Da mesma maneira, durante toda a semana que vem estarão nos palcos da cidade centenas de artistas de vários países, entre cubanos, mexicanos, argentinos e franceses (que se agregaram também ao Festival).

Imperdoável, entretanto, é o fato de um festival com astros tão reluzentes estar administrado de forma tão amadora que obrigue o público a desconfiar da precisão das informações sobre hora e local dos eventos antes de arriscar-se a sair de casa. A coordenação do Festival, por incrível que pareça, simplesmente não consegue confirmar a chegada dos artistas e muito menos exerce disciplina administrativa capaz de obrigar os espetáculos a acontecerem na hora marcada,

ou com atrasos pequenos, os atrasos de praxe.

Na tarde de ontem, muita gente foi aos jardins da UnB para ver o trabalho experimental, ao ar livre, do grupo de teatro da Universidade Autônoma do México — a peça "Páramo". O espetáculo estava marcado para as 17h00, mas meia hora depois do previsto o grupo foi obrigado a comunicar que só se apresentaria às 19h30. Inconsciente da babilônia de absurdos em que se transformou o Festival, o público reclamou: "A imprensa está informando de maneira errada e a gente perde tempo". Não. A imprensa está fazendo esforços incontáveis para dar aos leitores o que o Festival não consegue, ou seja, um mínimo de organização às diversas programações. E está publicando os horários e locais fornecidos pela coordenação do Festival.

Depois do fracasso da última edição de um de nossos mais tradicionais e badalados eventos culturais — o Festival de Cinema —, transformar esta maravilhosa festa latino-americana num festival de desrespeito ao público e aos profissionais da imprensa é ameaçar Brasília com o medo de empresários, artistas, produtores e público.

O destino que todos nós esperamos para a cidade não merece tão triste sequência de demonstração de amadorismo e incompetência.

Povo sem história

A emenda ao anteprojeto de Constituição de São Paulo, inserindo o cancelamento das comemorações do 9 de Julho, foi uma demais ideológica. Por isso, compreensível, embora condenável.

Sendo uma proposição calcada em posição ideológica, pelo menos reconhecia a importância do que a esta simbolizava: tanto assim era, que cuidava de apagá-la da memória de todos. Já a alteração da bandeira paulista na propaganda da Constituição não obedecia a propósitos ideológicos. Por isso é muito mais grave do que a emenda. Se esta última traduzia uma pugna entre concepções do mundo antagônicas, travada no nível simbólico, a desfiguração da bandeira é obra apenas do desconhecimento, ou, se quisermos tomar como válida a explicação do responsável pelo setor de divulgação da Assembleia Legislativa, da preséncia do artista gráfico de alterar um símbolo coletivo para atender a suas exigências gráficas, as artísticas, sobre cujo valor estético ele, o artista, não admite crítica a não ser dos entendidos. Na que teria razão, fosse o pavilhão do Estado considerado apenas como obra de arte ou produto gráfico. O grave do incidente que envolveu a mudança da ordem em que se sucediam as listras negras e brancas no pedágio paulista é que o objetivo artístico individual prevaleceu sobre o símbolo coletivo. Na obra de arte não se pode tocar, protegida que está por constituições, pelas leis e pelo bom senso. A bandeira, que é de todos, que representa a tradição, qual quer um pode alterar?

Pela câmbria da explicação, invocando motivos artísticos, é de supor que os símbolos estão expostos à sanha de todos enquanto não houver presentes suficientemente qualificadas para que se volte

atrás. Ora, quando tal se dá, e quando se esquece, ou pior, quando não se sabe que foi a bandeira "já consagrada pelo uso" que mobilizou São Paulo, e que foi essa mesma bandeira, de 13 listras, sete negras e seis brancas, que foi queimada juntamente com as outras na festa da ditadura varguista, o Estado de São Paulo deixa de ser um projeto de convivência humana para ser mera ficção jurídica em cujo território as práticas perdem a condição de homens, ao sentido que lhe atribui Ortega y Gasset. Perdem sua humanidade, sim, porque o homem não é um ser biológico, apenas — é essencialmente um ser com história. A vida humana, a história de cada um de nós, que seria se não tivessem a união ou símbolos que espelham a História comum? A pretensão de cancelar as comemorações do 9 de Julho obedecia ao propósito de fazer uma história diversa da que aconteceu; a deturpação da bandeira simplesmente demonstra que São Paulo corre o risco de não ter mais História.

O fato, de suma gravidade, não é próprio do este Estado, que em sua pujança e no caloramento poderia encontrar algumas razões explicativas dessa perda de identidade como o passado. Fez a qual, dir-se-ia, seremos todos obrigados a pagar no futuro. O Brasil também perdeu a idéia de sua história, e perdeu-a em boa medida porque muitos pensam e agem como se apenas o presente contasse e o futuro estivesse nas mãos de Deus.

Os primeiros sinais de que alguma coisa de grave estava acontecendo em São Paulo podem ser detectados desde 1965, quando, passados 13 anos da guerra constitucionalista, o sr. Getúlio Vargas se elegeu senador pelo Estado que havia pouco tinha humilhado. No Brasil, o fato

é mais recente e de mais difícil percepção, mas igualmente real. Quem tenha sido Vargas, não possui os que se recordam — para não dizer que são apenas alguns — que sabem quantos outros construíram o Estado Novo, que mal fez 50 anos, ou ajudaram a derrubá-lo. Não é apenas a chamada sociedade civil que perdeu sua identidade histórica: quanto, nas Forças Armadas, agora os patronos das armas singulares, lembra-se-se de naqueles que nelas e com elas fizeram História recente?

Não se responsabiliza apenas a crise do ensino pelo fato de o brasileiro ser hoje um indivíduo sem história: o baixo nível das escolas é apenas reflexo da crise maior na qual essa do ensino se insere. Não se culpe o Congresso, cujo nível político vem em declínio desde 1945, por tudo o que de mal ocorre; a representação política é o reflexo do que somos como Nação. Muito menos se atribua aos militares, aos empresários, à CUT, à CNBB ou a quem se quiser a responsabilidade pelo fato de a bandeira paulista — como poderia ser tudo a brasileira — ter sido adulterada, e da o País não realizar mais aquele proibido cotidiano que, segundo Kemist, era a essência da Nação. Será difícil saber por que chegamos onde chegamos. O essencial, porém, é ter consciência de que não fora a ação de um pequeno grupo e não se perderia que a bandeira das 13 listras já não era e consagrada pela tradição. Da mesma maneira como se não for a ação de pequenos grupos, em breve não se saberá mais o que foi o Brasil e o que pretendeu ser.

Acima dos partidos e das facções, a tarefa é urgente: reintroduzir o homem brasileiro no mundo da Cultura e fazer que de novo ele seja um ser com história, e não um mero acidente biológico.

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil ★ ★ ★

Publicada desde 1921

Propriedade da Empresa Folha da Manhã S. A.

Diretor de Redação: Otávio Frias Filho — **Conselho Editorial:** Luiz Alberto Bahia, Rogério César de Carqueira Leite, Osvaldo Peralva, Marcela Coelho, Roberto Macedo, Carlos Alberto Longo, Júlia de Freitas e Otávio Frias Filho (secretária)

Provocação e violência

O tumulto ocorrido ontem em Niterói, opondo centenas de adeptos do candidato do PDT, Leonel Brizola, e do PRN, Fernando Collor de Mello, aponta para o grave risco de que a campanha sucessória, até aqui tranquila, venha a impregnar-se de um clima de exacerbação e violência, para não dizer de banditismo organizado, absolutamente inaceitável e oposto aos próprios princípios da disputa democrática. A declaração de um político brizolista, segundo o qual a partir de agora Fernando Collor de Mello terá de "andar com um capacete" para evitar agressões, tem o tom inconfundível da ameaça e da intimidação.

Dificilmente se terá assistido a uma disputa política na qual o emocionalismo das expectativas, a presença de ilusões extremadas tenham-se demonstrado com tanto vigor; contraponto previsível de uma situação de angústia e desespero na sociedade, não se traduziam, entretanto, em atos de violência e gangsterismo que parecem ter origem, sobretudo, no fato de o favoritismo de Collor de Mello nas pesquisas eleitorais não ter sofrido abalos até agora. De um lado, tem-se o perigo de que atitudes triunfalistas e arrogantes se transformem em atos de provocação; de outro, que o inconformismo dos adversários se traduza numa estratégia política deliberada no sentido de perturbar as regras do jogo e de criar, pelo tumulto e pela desordem, um quadro artificial de pota-

rização política.

O episódio de Niterói é resultado, sem dúvida, da ação provocadora de um grupo que não parece ter definido os limites que separam a atividade política da simples e pura delinquência. A candidatura Collor de Mello pode despertar, certamente, as mais vivas críticas e desconfianças; mas a atitude de virtual terrorismo político protagonizada pelos manifestantes de Niterói surge principalmente como reação, primitiva e inaceitável, não a uma candidatura simplesmente, mas à própria essência do regime democrático. Era preciso responder a isto com o mais firme e sereno repúdio — e não, como ocorreu, com violência equivalente. Substitui-se, assim, a disputa política pela selvageria e pelos atos de força; abdica-se da concorrência legítima em favor do tumulto e da agressão.

Trata-se de coibir, com máximo rigor, atos desse tipo. Mais que isto, interessa encará-los como advertência, para todas as forças políticas, sobre os riscos que uma conjuntura social extremamente delicada pode projetar sobre a campanha presidencial. Depende do equilíbrio de todos os candidatos, e principalmente de um compromisso geral com as regras do jogo democrático, a tranquilidade de uma campanha que, neste episódio deprimente e lamentável, conheceu ontem seu mais grave percalço até aqui.

Dias decisivos

Serenadas as inquietações resultantes da tentativa de golpe contra os ministros Mafonso da Nóbrega e João Batista de Abreu, pode, agora, o Presidente José Sarney dar prosseguimento a seu trabalho, procurando tornar viável o Plano de Emergência, recebido de vários líderes do Congresso. E já se sabe que esse trabalho constará, inicialmente, de uma tentativa de ajustamento da proposta do Congresso, com um projeto que o própria Presidente da República mandou elaborar há algum tempo, e que se encontra em fase final.

Onde houver coincidência das propostas do Palácio do Planalto com as do Poder Legislativo, o Presidente José Sarney pretende desencadear as providências, sem perda de tempo. Onde houver discrepância, será necessária a busca de um denominador comum, de modo a facilitar o andamento dos projetos de lei ou das medidas provisórias, na Câmara e no Senado. Para que isso aconteça, o Presidente da República já deu início às conversações, com políticos e empresários, em sucessivas reuniões, nos Palácios do Planalto e da Alvorada.

É bom mesmo que as coisas se desenvolvam nesse ritmo, para tirar proveito do gesto espontâneo dos congressistas e da boa receptividade que recebeu,

quase por toda a parte, a idéia de um esforço conjunto, dos poderes Executivo e Legislativo, para romper o impasse em que estávamos, pondo o País em marcha novamente. Não há motivo para deixar que esmoreça essa onda de boa vontade, nascida da iminência da hiperinflação. Quanto antes o Presidente José Sarney e os líderes do Congresso engajarem suas responsabilidades nessa tarefa gigantesca menores serão as margens restantes para recuos, sob pena de flagrante desmoralização.

Infelizmente, não se pode abandonar totalmente a formulação de hipóteses relativas a recuo. Algumas das medidas a serem tomadas irão ferir de frente mordomia e vantagens concedidas de longa data e estamos em um ano eleitoral. Só a convicção de que o Plano responde a uma necessidade urgente, para conter perigo de desastre econômico e talvez institucional, dará forças aos responsáveis por sua execução para prosseguirem, sem desfalecimento.

Os que analisam a situação com espírito de justiça e pensando, acima de tudo, no Brasil e na nossa gente, sabem disso. E esperam que, finalmente, os representantes do povo e o chefe do Governo se comportem à altura dos dias decisivos que estamos vivendo.

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1911

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Presidente
 MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — Diretora
 VICTÓRIO BHERING CABRAL — Superintendente Geral

MARCOS SA CORRÊA — Editor

PLÁVIO PINHEIRO — Editor Executivo

ROBERTO POMPEU DE TOLEDO — Editor Executivo

Preços Loucos

A margem dos boatos inverossímeis sobre troca de figuras no comando oficial, os agentes econômicos demonstraram mais senso de responsabilidade do que os autores da versão que não conseguiram gerar a consequência pretendida. Os sensíveis indicadores do mercado financeiro mostraram que a sociedade está vacinada contra boatos e manobras que não têm compromisso com a clareza de propósitos. O mercado futuro de BTN, que projeta a inflação esperada para agosto, acreditava terça-feira numa taxa inferior a 30% (29,79%) e reajustou ontem as expectativas para 30,27%.

Trata-se de ajuste técnico natural, em função da ligeira alta nas taxas do overnight e do BTN fiscal (que indica a própria expectativa governamental de inflação para efeito de tributação diária das operações financeiras), estacionado ontem em 27,52%. Ou seja, o mercado não está muito longe das projeções do governo, tradicionalmente subestimadas até o dia 10 ou 11 de cada mês, quando a Fundação IBGE divulga a primeira prévia tri-semanal da inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC) no Rio e em São Paulo.

A economia tem os seus canais próprios de expectativas. Muitas vezes ela percebe a tempo as manobras e boatos para desestabilizar as regras do jogo. O setor privado responsável sabe que na atual conjuntura não há mais tempo para planos mirabolantes visando a repor a economia nos trilhos. O combate definitivo à inflação e ao déficit público e uma renegociação favorável da dívida externa só serão possíveis no novo governo, respaldado pelo voto da maioria dos eleitores.

No momento, o que de melhor se pode fazer é a mobilização dos instrumentos tradicionais de política monetária, para evitar a perda de confiança na moe-

da, que costuma ser o caminho mais curto para hiperinflação. Desde o fim do Plano Verão o governo acionou todas as armas do arsenal ortodoxo e campo monetário e fiscal. Além da recuperação fiscal, a partir da indexação diária dos tributos cresceram os adiantamentos de contrato de câmbio as exportações, devido à política monetária de juro reais para inibir especulação com estoques.

A queda vertiginosa do ágio do dólar no mercado paralelo, para a faixa de 60%, depois de atingir o 200% há dois meses, é uma prova de que a volta à ortodoxia monetária e fiscal mudou para melhor as expectativas. A evolução favorável da situação autêntica, depois da posse do governo Menem, ajudou muito na queda do paralelo. Mas é inegável que prevaleceu a racionalidade das leis do mercado, pelo princípio da oferta e da procura, e quem apostou na hiperinflação começa a colher prejuízos.

As lojas de roupas e as boutiques, que sempre passaram ao largo do controle de preços, foram a primeiras a acusar a queda do mercado: os preços chegaram a cair até 50%, diante da retração dos consumidores. As indústrias de alimentação aumentaram em até 400% seus preços e devem ter também uma resposta do mercado, no enalhe do produto nas fábricas ou nas prateleiras dos supermercados.

O combate à inflação, aos boatos e aos abusos de reajustes, de preços que levam à hiperinflação por parte dos que pretendem tirar proveito antecipado de situações de pânico, é bandeira de toda a sociedade. Não basta apenas o Ministério da Fazenda punir empresários que reajustam preços sem qualquer realidade com os custos. É preciso que o comércio e os consumidores resistam ao abuso destes preços esquifeiros.

Os crimes e os vícios

AS CONCLUSÕES da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado, que investigou suspeitas de irregularidades na importação de alimentos durante a Plano Cruzada, levam mais longe que ao pedido de indiciamento de pessoas. Porque se foram pessoas os autores das infrações penais apontadas — crimes de responsabilidade, de corrupção passiva, de falsidade ideológica e de prevaricação — a meta propícia a leis ilícitas forneceu-a a própria Administração. Há indícios de crimes; mas há sobretudo evidência de vícios, de vícios de Administração.

CONFIRMA-O a reação das apontadas à Procuradoria Geral da República para indiciamento. Alegam ordens recebidas e procedimentos legais rigorosamente obedecidos. Quer dizer que se aceita ser o ordenamento de despesas eventualmente ordenamento de prejuízos para o Erário público; e que a lei confere indulgência plenária a desmandes e malversações. Plenária e antecipada, numa espécie de salvo-conduto jurídico e ético.

FICA o real, o concreto — o prejuízo de US\$ 300 milhões, um efeito sem causa, de tão difusa que se mostra sua causa eficiente. Um prejuízo de potencialidade ignorada; e, em consequência, de ressarcimento impossível. E agüenta-se lá o País que, além de ter de observá-lo, não dispõe de como se aculetar contra desastres semelhantes, no presente e no futuro.

O PAIS não pode embarcar nessa espécie de fatalismo, que seria uma outra face do cinismo. O País quer mais que partir na captura de responsáveis; quer descobrir, além dos responsáveis, as falhas. Porque onde não se consegue chegar à individualização de uma causa eficiente de danos e prejuízos consegue-se muitas vezes, e bem, alinhar com notórias causas deficientes — as falhas; falhas técnicas e falhas humanas.

TODAS as CPIs derão em que se nada, enquanto houver conformidade com o desgoverno; enquanto se admitir o absurdo de se viabilizar o descontrole; enquanto não se aplicar à administração pública, em todos os níveis, o rigor e a disciplina que são o imperativo de sobrevivência de qualquer administração.

ESÃO de lamentável desgoverno as evidências com que trabalhou a CPI do Senado: de que se ordenou a importação de um leite em pó — 50 mil toneladas — que já se encontrava no Brasil; de que se comprou carne não recomendada para importação, já que sob suspeita de contaminação por radioatividade; de que foram alugados frigoríficos para uma carne que viria a ser imediatamente encaminhada à comercialização; e de que se manteve sobre papel uma formidável operação de transporte de milho importado — e apenas sobre papel; tanto assim que sobre um papel até sem timbre.

FESSE feito em pó desvanecido, essa carne rita em radioatividade, esses frigoríficos de ociosidade bem paga e esse transporte ferroviário de milho planejado para descantamento cheirem, à clare, a corrupção. Mas são sobretudo o relato em negativo da que deve ser um governo; e o caricatura de uma administração, que só teria eficácia para produzir chacote. Pelo menos até se constatar o prejuízo que deixa para todos; por conta de um somatório de causas deficientes.

Identificação

O Governo federal começa a identificar o vilão da história do aumento desenfreado do custo de vida no País, que este mês em São Paulo bateu o recorde dos últimos 38 anos. A indústria e o comércio de gêneros alimentícios foram os que mais aumentaram seus produtos.

A decisão governamental de exigir das indústrias de alimentos as listas de preços de seus produtos para comparar principalmente com as dos supermercados, que já são enviadas há algum tempo, vai mostrar definitivamente quem está contribuindo mais para a inflação de 30% ao mês a que a população brasileira está submetida.

Identificado o setor, o Governo quer agora saber os detalhes. E com as duas listas nas mãos poderá evitar o jogo de empurra de industriais e comerciantes, que jogam uns nos outros a culpa pelos aumentos nos preços.

Mas é preciso não ficar apenas nessa

identificação. Além de punir os especuladores do setor de alimentos, o Governo deve ir fundo no estudo das relações de custos e preços de outros setores, como por exemplo a das mensalidades escolares, dos transportes e dos bens de consumo em geral.

De nada adianta liberar totalmente os preços, sob a alegação de que as leis do mercado impedirão altas exageradas, num momento de inflação elevada como o de agora. O Governo tem que atuar como regulador desse mercado, usando de todos os meios legais que possui para impedir a especulação. O empresário sério, consciente deve ser estimulado e até premiado. O especulador deve ser punido.

Agindo dessa forma, o Governo Sarney terá respaldo e ajuda dos políticos do Congresso Nacional. O caminho para evitar a hiperinflação é esse. O da coragem para resistir às pressões e adotar medidas de interesse da população assalariada.

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte novos os computadores.
E se mais mundo houvera, ia chegar.
CAMOES, e, VII e 14.

Diretor-Geral Paulo Cabral de Araújo	Diretor-Superintendente Edilson Cid Varela	Diretor-Responsável Ari Cunha
Editor-Geral Ronaldo Martins Junqueira	Gerente-Geral Alberto de Sá Filho	
Gerente Financeiro Evaristo de Oliveira	Gerente Técnico Ari Lopes Cunha	Gerente Comercial Maurício Dinepi

Predação multinacional

Ainda funciona com obstinada veemência, principalmente na Europa e Estados Unidos, campanha de denúncias contra atividades predatórias na Amazônia e agressões ao seu meio ambiente. Com leviana desenvoltura colocou-se em circulação, para espanto dos meios científicos desengajados, a ideia de que a floresta tropical seria responsável pela quase totalidade de oxigênio consumido no mundo. A heresia, assim reconhecida pelas mais respeitáveis instituições especializadas internacionais, serviu de pretexto, contudo, para levantar o clamor universal contra a suposta devastação.

Revelada à curiosidade mundial há mais de quatrocentos anos, a Região Amazônica só foi explorada até agora em menos de dez por cento de sua extensão. Ao longo do processo de colonização manifestaram-se ali algumas formas inadequadas de aproveitamento econômico das riquezas naturais, mas sempre em presença de ações desencorajadoras e repressoras do Estado brasileiro. As inspirações de sentido ecológico que permitiram a preservação daqueles imensos tratos tropicais levaram o atual Governo a criar o Ibama, um órgão com a função dominante de impedir, notoriamente na Amazônia, violações ambientais.

Todavia, enquanto assim se comporta o Governo brasileiro, embora exposto a execração internacional por um surto

infamante de acusações, um conjunto expressivo de empresas multinacionais há tempos destrói espaços imensos da floresta e contamina solos e rios com o emprego de reagentes químicos de alto teor poluente. Tais complexos supranacionais procedem exatamente da Europa e dos Estados Unidos, áreas onde se manipulam os processos de envenenamento da opinião pública mundial contra o Brasil. Os dados publicados os por este jornal, em recente reportagem, expõem uma situação que não se converterá em holocausto ecológico porque o Governo deste país cancelará o prosseguimento da ação criminosa.

Mais uma vez, as diversas variáveis do problema endossam o entendimento de que as mentes perversas da contra-informação, mentiras da campanha antibrasileira, buscam efeitos notórios: anular a soberania nacional sobre a Amazônia, tranqueá-la à fúria gananciosa de interesses internacionais e impedir o Brasil de explorá-la racionalmente. Quanto aos interessados em semelhantes projetos, países que incineraram as suas próprias florestas, mataram as suas populações autóctones e até hoje saturam a atmosfera com a emissão de gases letais, nenhum constrangimento será capaz de paralisá-los. Cioso, porém, dos valores da independência, o Brasil taca adiante o seu programa de exploração da Amazônia, fundado na compatibilização da ecologia com a economia.

Setor Sudoeste

O resultado da primeira licitação de terrenos no setor Sudoeste indica ser correta a afirmação que repetidamente temos formulado, a de que a política habitacional do Distrito Federal levou à privação da classe média, ensejando oportunidades apenas aos dois extremos da escala social, os muito pobres e os muito ricos. Não é por outra razão que os preços das projeções econômicas foram considerados altos pelo mercado. As construtoras sabem que a classe média não tem mais poder aquisitivo, optando, portanto, por adquirir só as projeções onde se erguerão apartamentos destinados aos que pagam qualquer preço.

Esta é uma questão séria e complexa ante qual as autoridades do Distrito Federal têm de se debruçar. A classe média de Brasília — aquela com renda até 10 mil cruzados novos por mês — não tem condições de adquirir um imóvel residencial de qualidade compatível com sua expectativa e responsabilidades profissionais. Em consequência, uns submetem-se aos altíssimos preços da locação, outros passam a pressionar, de cima para baixo, as áreas habitacionais periféricas, expulsando delas os muito pobres para os quais se volta hoje a política habitacional do Distrito Federal. Foi sempre assim na história de Brasília, mas está sendo cada vez mais assim à medida em que a inflação dispara e corrói os salários.

Insistimos na tese de que o espaço urbano edificável, aqui e em qualquer lu-

gar, pertence à comunidade, não ao Governo, isto é, os terrenos destinados à habitação não podem ser utilizados como fonte de receita pública.

Seu preço deve corresponder exatamente ao custo da infra-estrutura respectiva. Mais ainda, em se tratando de bem público, transferido à comunidade no âmbito de uma política social, há de se assegurar, no contrato de venda, que o preço pago pelo licitante seja transferido sem acréscimos, salvo o da correção monetária, ao comprador final. Seria inadmissível o incorporador apropriar a vantagem do preço, o que corresponderia a enriquecimento sem causa. Seria de todo apropriado também que o Governo, no processo de licitação, estabelecesse controles sobre a margem de lucro do incorporador relativa à obra civil. Enfim, a venda de terrenos habitacionais tem um fim social e este fim deve ser buscado pelo Governo, em todas as fases do processo, até que ele se cumpra.

Tal é a magnitude do problema habitacional de Brasília que julgamos também deva o Governo realizar ampla divulgação nacional das licitações do setor Sudoeste visando a ampliar o espectro de concorrentes, estabelecendo-se porém mecanismos que impeçam a corrida dos preços. Estes devem ser suportáveis pelo público ao qual se destinam as habitações sob pena de se converter o restrito espaço que resta na cidade em instrumento iníquo de especulação e enriquecimento.

A privatização e a oligarquia

Os 80 milhões de eleitores brasileiros teriam sem dúvida grande dificuldade na escolha de seu preferido entre os candidatos a presidente da República se o voto fosse dado exclusivamente em função da posição que cada um deles assume diante do problema da privatização da economia. É a razão é simples: com pequenas variantes e não muito claras razões, todos reconhecem a falência do modelo estatizante e prometem enveredar pelo caminho da privatização. O eleitor médio poderia até pensar nas estranhas voltas que dá a História, fazendo a dita esquerda coincidir com a chamada direita no que regeita os caminhos da racionalidade econômica.

Cabe ver, no entanto, que a conversão dos candidatos — exceto o sr. Luís Ignacio Lúcia da Silva, que persiste no erro — ao credo privatista das vezes sempre no ar uma restrição: privatizar, sim, mas... É justamente essa "mas" que deve levar o eleitor a pensar: afinal, se todas são ilusões advérsicas da presença do Estado na economia, isso equivaleria a dizer que a oligarquia já não tem poder no governo e que o nacional-oligarquismo deixou, como ideologia, de influenciar pessoas. Ora, como nada indica que a oligarquia tenha perdido poder, nem que o nacional-oligarquismo tenha deixado de exercer sua influência ideológica, é preciso examinar com muita atenção aquilo que os candidatos dizem, e o mais do que dizem, prometem.

Sem dúvida, há clara tomada de consciência por parte de amplos setores da sociedade de que o modelo do populismo estatizante falhou economicamente. E o fato de esses grupos serem amplos e diversos de origem, influência social e econômica que ora os candidatos a assumir posição a favor da privatização desconcerta aqueles

que sempre defenderam a livre iniciativa. Não se trata de que todos sempre sejam tão influentes a ponto de mudar substancialmente o processo histórico. Tome-se alguns exemplos, ao acaso.

Mãe candidata que, defendendo apertadamente a livre iniciativa, falava em privatizar a gestão das empresas estatais, isto é, em não transferir a propriedade delas para mãos de particulares, mas apenas aplicar métodos de administração na administração do colosso burocrático. Outros, mais enojados (ainda que de curta data) na campanha privatista, prometem privatizar todas as empresas estatais menos algumas. Ora, as excluídas são exatamente as matrizes da oligarquia e do nacional-oligarquismo: Petróbrás e Banco do Brasil. Há os que na enumeração do que não deve ser privatizado incluem todo o sistema de telecomunicações e a Companhia Siderúrgica Nacional. Poucos, ou nenhum, referem-se ao problema do ENDEB, talvez o mais delicado de todos, por ser o banco que de uma maneira ou de outra tem sob seu controle os escassos recursos disponíveis para investimento.

Na verdade, o que muitos candidatos objetivam e seduzir grupos influentes na opinião pública, levando-os a crer que a privatização de economia se fará com facilidade. Tal não acontecerá pela simples razão de que o nacional-oligarquismo está fortemente representado no Congresso Nacional, e, além do mais, na medida em que se considera que comunicações, geração de energia elétrica e fabricação de aço são assuntos de segurança nacional, não haverá condições de adotar qualquer providência mais acertada com relação ao destino desses setores.

Outro aspecto da questão é o tempo que se requer para efetivar a privatização — isto para não falar nas condições pré-

vias, uma das quais é a saúde financeira — das empresas antes de privatizá-las, ou não. O período necessário à implementação do processo de privatização é longo — e tão mais demorado quanto mais importantes, do ponto de vista econômico, ou estratégico, forem as empresas. Segue-se daí, com toda a objetividade, que não se deve esperar para breve, qualquer que seja o candidato eleito, a irrupção de uma miríade de empresas privadas no lugar das estatais.

Outro fator impeditivo de uma rápida privatização das estatais é a circunstância de a Bolsa de Valores estar atravessando fase difícil, conseqüência direta do excesso de D + D. Nem processo dessa natureza — toda a adição de bilhões — a presença e a participação das Bolsas de Valores são exceções, pois naturalmente seria por meio delas que se faria a pulverização do capital das estatais e sua privatização.

Esses dados que alinharmos são suficientes, cremos, para deixar claro que não se deve fazer nenhuma do tipo de privatização de muitos candidatos, sendo de todos Expressões de mundo político, melhor do que ninguém sabem o quanto pesam as alianças na opinião dos congressistas; qual e o valor dos interesses investidos pela oligarquia na classe política, e qual a riqueza de argumentos que políticos, empresários e intelectuais em regime sempre usaram para demonstrar que a privatização é difícil, sendo impossível. No processo da Revolução Francesa, houve um momento em que os nobres e a Igreja votaram o fim de seus privilégios. Para que a privatização fosse possível e rápida, no Brasil, seria necessário que a oligarquia, por seus representantes no Congresso Nacional, também deles abdicasse. Fidir a esse grupo social que se estinga será, no entanto, pretender demais e esperar em vão.

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço da Brasil ★ ★ ★

Publicada desde 1921

Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Diretor da Redação: Otavio Fries Filho — **Conselho Editorial:** Luiz Alberto Echoa, Rogério César da Cerqueira Leite, Osvaldo Pereira, Manoel Coelho, Roberto Macedo, Carlos Alberto Longo, Jânio de Freitas e Otavio Fries Filho (secretário)

O dever da imprensa

Os resultados da pesquisa realizada entre assinantes deste jornal, divulgados neste domingo, vêm avaliar de forma expressiva a estratégia de cobertura das eleições presidenciais seguida pela Folha. Procurando assegurar o acesso do leitor ao maior número de informações possíveis sobre cada candidato, sem submeter o noticiário a preferências políticas ou ao intuito de tomar a si a tarefa, exclusiva de cada cidadão, de escolher o futuro presidente, esta Folha não tem recuado no propósito de trazer a público tudo o que possa esclarecer o eleitor a respeito do conteúdo de cada candidatura — por mais desagradáveis e decepçõnantes que possam ser os fatos, para quem os encara sob o prisma da própria paixão política.

Trata-se de ver, na campanha presidencial, um teste implacável para todos os candidatos: para a consistência de suas propostas programáticas, para a imagem política com que se apresentam junto ao eleitorado, para o grau de transparência e de espírito democrático de seus métodos de atuação. Não é por impulso destrutivo, assim como não é por intenção apologética, que a imprensa pode contribuir para o aperfeiçoamento da democracia e para o nível de discussão na presente campanha; é pelo esforço de intransigência crítica, pelo pluralismo político e pela decisão inabalável de não atrelar-se a nenhuma candidatura que, trazendo sempre novas exigências, novas informações, novas perguntas, poderá confrontar cada um dos postulantes com uma realidade

a que as conclamações de planque e as tergiversações programáticas se furtam sistematicamente.

É amplamente majoritária, segundo a pesquisa realizada entre os assinantes, a opinião de que a Folha não faz campanha contra nenhum candidato: 80% dos entrevistados têm esta avaliação. Acresce a este dado a porcentagem também expressiva (68%) de assinantes considerando que o jornal não apóia nenhum dos postulantes. É ainda importante salientar que, para os que consideram que a Folha apóia um candidato, aparece em primeiro lugar o nome de Fernando Collor de Mello — o mesmo que, segundo os entrevistados que julgam o jornal em campanha contra algum dos postulantes, é apresentado como o principal alvo dessa presumida iniciativa.

A Folha não apóia Collor ou qualquer outro candidato; não está em campanha contra ele nem contra qualquer de seus concorrentes; exerce, apenas, o dever de investigação e de crítica que é essencial à imprensa nas democracias. Ao eleitor, e apenas ao eleitor, cabe decidir. O compromisso do jornal é contribuir para que esta decisão se faça a partir do máximo de informações, e do mais vivo contraste entre convicções políticas divergentes — longe da mistificação, da inconsistência programática e dos apelos fáceis que, por sua própria natureza, campanhas eleitorais trazem consigo.

Pela dignidade do pleito

Por ocasião da chegada do candidato do PT, Luis Inácio Lula da Silva, a Fortaleza houve um atrito, embora de pequenas proporções, entre seus correligionários e os de Fernando Collor, que tentaram perturbar a recepção. Tapas, empurrões e um início de tumulto reproduziram, na capital cearense, cenas que infelizmente já haviam sido registradas em outros lugares e com outros pretendentes à sucessão do Presidente José Sarney. Não foram muitos os envolvidos naquelas arruaças, porém elas serviram para mostrar que existe uma tendência, no sentido do fenômeno se reproduzir, se não forem tomadas providências imediatas e eficazes.

Trata-se de uma ameaça que precisa ser contornada, o mais rapidamente possível. Não se pode admitir que tendo readquirido, depois de tantos anos, a possibilidade de escolher diretamente o Presidente da República, o povo permita que essa franquia democrática seja perturbada, por um pequeno número de desordeiros contumazes, estimulados por mal-intencionados inimigos da democracia.

A verdade é que a esmagadora maioria do povo está se preparando para a

eleição de 15 de novembro, com a mais absoluta tranquilidade. A experiência das últimas eleições permite antever que, também nesta, o direito de voto será exercido sem qualquer coação. E que os candidatos, mesmo os que têm prestígio quase nulo, poderão realizar suas campanhas, com inteira liberdade de movimentos e de expressão. Além disso, o horário gratuito, garantido pela Justiça Eleitoral, permitirá que as idéias de todos sejam amplamente difundidas, pelo território nacional.

Apenas pequenos grupos de inconformados com o desenvolvimento do processo democrático e simpatizantes das práticas fascistas vêm se entregando à realização condenável de vaias e arruaças, procurando substituir o valor dos argumentos pelo emprego da ameaça e da agressão. Sendo poucos e pequenos, os grupos são fáceis de identificar. Cabe aos líderes dos respectivos partidos e aos próprios candidatos desencorajá-los, preservando a dignidade desse pleito de grande valor histórico, sob todos os pontos de vista. Os futuros Presidente e vice-Presidente do Brasil terão que lembrar do que disserem nas urnas e não os caudilhos das tropas de choque civis.

A obra e o programa

UM conjunto de sete projetos dará à Baixada Fluminense a obra mais completa de prevenção contra as enchentes já empreendida pelo Estado. E nela se destaca, pelo vulto e pelo custo, a dragagem das bacias dos rios Sarapuí, Meriti, Pavuna, Inhamirim, Estrela, Bata, Iguazu e Jacaré, bem como do Canal do Cunha e de dezenas de valões no Município de Duque de Caxias.

DO RISCO que corre toda essa área densamente povoada falaram tragicamente as chuvas do verão do ano passado, com seu saldo de mortos e desabrigados. Mas, além do risco periódico para a segurança da população, já de si intolerável, há o risco crônico que esses cursos d'água têm trazido para a saúde pública. Assim, sua dragagem será também sua depoluição. E a obra será completa em mais de um sentido: completa pela dimensão física do problema enfrentado e completa pela alcance da solução encontrada.

CUSTARÁ caro a obra. E pela evidência, está aí o fa-

to de ser ela a primeira, de tal parte, a ser executada na região em 40 anos: custos costumam inibir ou fazer adiar políticas, ainda quando fundamentais, como as políticas oficiais de segurança e saneamento. Custará, porém, cada vez mais caro, por uma simples e comumente aceita razão: é sempre mais difícil reparar as agressões que a Natureza faz à Natureza, do que as prevenir.

A EXECUÇÃO da obra parece então reclamar um outro tipo de programa inovador, para que ela se torne definitiva: um programa revolucionário, em termos de educação pública, para se estabelecer uma nova relação das populações com sua Natureza ambiente, especialmente com a água. As águas que correm pela Baixada Fluminense só se tornaram um perigo e ameaça depois que se fez delas, tal como com o mar, uma imensa lata de lixo.

ÉIS aí um desafio à criatividade e ao descortino de nossa Constituinte estadual. É preciso aprimorar o alentado

capítulo sobre meio ambiente que figura no Projeto atual; e no sentido de avançar sobre a conceituação de "bem de uso comum da povo e essencial à sadia qualidade de vida", no tocante às águas. Afinal, temos um Código de Águas velho de mais de 50 anos (1934), que define as águas públicas de uso comum prevalentemente em função da navegabilidade e flutuabilidade — como vias de comunicação, portanto, mais do que como recursos naturais vitais.

SOUBEMOS legislar sobre o uso da solo, urbano e rural; e disciplinar sua exploração à margem das ferrovias e rodovias. E mais que tempo de legislar sobre a água, que dá vida ao solo: a perenidade da água, em sua pureza, condicionará a perenidade do solo em seu valor econômico, de qualquer ordem que seja. Nosso Código de Águas o admitiu como pública, desde que perene. A consciência ecológica moderna investe os termos da conceituação: exige que ela seja mantida perene, em razão de seu caráter de bem comum e permanente.

Trabalho escravo

A descoberta de lavradores nordestinos trabalhando em regime de escravidão numa usina em Campôz traz de volta um problema que existe há muito tempo no interior do Estado, principalmente no Norte Fluminense, mas que jamais foi levado a sério pelas autoridades do Rio de Janeiro.

Recentemente, outros lavradores foram descobertos trabalhando como escravos numa fazenda em Rio Bonito, bem mais próxima da Capital do que Campos. E não foram raras as denúncias de que até mesmo crianças são submetidas a tratamento desumano em propriedades usadas para a produção de cana-de-açúcar.

O Rio de Janeiro não é um Estado tradicionalmente agrícola. Talvez por isso, o que acontece no campo não repercute com a mesma intensidade do que, por exemplo, a violência nas grandes cidades. Mas nem por isso deixa de ser um problema sério.

Há pouco tempo, um líder rural foi morto

na Região dos Lagos. Desta vez o Governo do Estado agiu rápido, descobriu e prendeu os assassinos. E o caso caiu rapidamente no esquecimento, como se fosse isolado, uma exceção.

A descoberta de trabalhadores, mandados buscar em outros Estados com promessas de uma vida melhor, submetidos a regime de escravidão, prova que o campo no Estado do Rio não é tranquilo quanto se imagina e precisa de uma política agrária firme e de constante fiscalização.

É inadmissível que, no final dos anos 80, ainda se descubra num dos Estados culturalmente mais avançados do País, bolsões onde a economia viva o tempo da final do século passado, quando os trabalhadores escravos eram tratados como gado.

A Secretaria Estadual do Trabalho tem que agir com rapidez e eficiência, através da fiscalização, para identificar esses bolsões e impedir a exploração dos lavradores.

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte põe os campos ara.
E se mais mundo houver, lá chegara.
CAMÕES, e, VII e 14.

Diretor-Geral
Paulo Cabral de Araújo

Diretor-Superintendente
Edilson Cid Varela

Diretor-Responsável
Ari Cunha

Editor-Geral
Ronaldo Martins Junqueira

Gerente-Geral
Alberto de Sá Filho

Gerente Financeiro
Evaristo de Oliveira

Gerente Técnico
Ari Lopes Cunha

Gerente Comercial
Maurício Dinepi

O genocídio libanês

Já não é mais possível ao mundo civilizado contemplar com indiferença o massacre que, há mais de quatorze anos, mergulhou em sangue o outrora pacífico território libanês, onde se acredita que mais de quinhentas mil pessoas já perderam a vida. A guerra civil, com ramificações e apoios externos, se nutre de elementos irracionais os mais bárbaros. Os muçulmanos xitas, do grupo fundamentalista, destilam o seu ódio contra a facção cristã, numa guerra fratricida sem nenhuma concessão a qualquer princípio humanitário. Velhos, mulheres, crianças, mutilados, todos se igualam nos riscos propostos na luta genocida e se transformam em alvo da insânia belicista.

Mas o Líbano não é apenas teatro de uma insurreição interna. O país já é hoje um campo de batalha internacional. Aí, Israel sustenta um confronto diuturno com organizações palestinas e alimenta um conflito ocasional com a Síria. Por trás, como pano de fundo, os Estados Unidos, aliados de Israel, e a União Soviética, protetora da Síria, jogam uma partida decisiva para manter suas posições no Oriente Médio, inclusive mediante apoio logístico. O morticínio vem de um fogo cruzado onde o difícil é saber em quem atirar, embora a grande efusão de sangue ocorra entre a população civil desarmada.

A violência assumiu tais proporções que a Cruz Vermelha Internacional dirigiu apelo dramático às vanguardas em luta para que suspendam o fogo, pelo menos por algumas horas, a fim de que os civis feridos obtenham socorro e os mortos sejam enter-

rados. É um quadro de horror como poucas vezes se viu na história das nações.

Não se sabe como o Líbano, um país com uma extensa territorial apenas um pouco maior do que o Distrito Federal, ainda não se transformou numa imensa cratera juncada de cadáveres. É imaginar que semelhante barbárie há tempos poderia ter cedido aos esforços de conciliação, caso as grandes potências renunciassem às suas ambições hegemônicas na área e exercessem a sua força política para conter a explosão do fanatismo e bloquear a intervenção de estrangeiros.

Nem mesmo o patrimônio de nações amigas e a vida de diplomatas acreditados em Beirute escaparam à ferocidade do combate. Ainda agora, as embaixadas do Brasil e da Argentina foram alvo de ataques mortuosos, embora não se tenha registrado vítimas.

A consciência civilizada do mundo, sob o impacto da matança indiscriminada, reiteração já esterilizou os sentimentos humanitários dos litigantes, certamente reage indignada com o prosseguimento dessa loucura. As grandes potências, pois, estão convocadas a buscar, no âmbito das Nações Unidas e em outros foros competentes, um acordo imediato para a suspensão das hostilidades. Nenhuma conveniência política ou interesses utilitaristas associados às ideias de segurança devem paralisar as ações pacificadoras. Nenhum valor pode ser mais alto do que a sobrevivência de milhões de pessoas.

Desafio da habitação

A crítica que freqüentemente se ouve à política social do Governo por parte dos que, com certa razão, condenam o assistencialismo, deve ser deixada de lado nas circunstâncias especiais do momento que o País vive. Há uma crise econômica gravíssima e persistente que há anos corrói a estrutura social. Essa crise, nos efeitos que ela desencadeia sobre os estratos sociais de baixíssima renda, é impossível de ser revertida ainda que o País volte a crescer, que a moeda se estabilize e que o nível de renda da população aumente. Os estratos sociais periféricos ao sistema econômico padecem de uma crônica incapacidade de galgar os degraus da promoção social porque não foram instrumentados para isso. A sociedade tem com eles essa dívida.

O raciocínio vem a propósito dos assentamentos de caráter social que o governador Joaquim Roriz tem empreendido no Distrito Federal, os quais visam justamente a socorrer populações que, se não tinham oportunidades quando a economia do País era próspera, não a terão jamais depois que a crise econômica agravou os desníveis. Essas populações têm o direito de ser assistidas nas demandas mais simples, como a moradia, ainda que precária, mas capaz de assegurar condições mínimas de sanidade. É a dívida social a que nos referimos, impossível de ser paga, mas possível de ser contemporizada com ações que atenuem o impacto da crise sobre os credores.

O assentamento do Paranoá, sob a mesma ótica, é algo em relação ao que propugnamos por uma solução urgente. Trata-se de problema que vem se arras-

tando há anos, em face, sobretudo, da morosidade com que a burocracia do meio ambiente resolve as demandas que lhe são colocadas. O Paranoá se tornou um problema sério, principalmente por causa da total inexistência de água, representando uma questão sanitária que não pode mais sofrer procrastinações.

Não devemos, sempre que o problema social da moradia se coloca, deixar de focalizar também a questão que diz respeito à classe média, tão sacrificada em Brasília como os segmentos econômicos inferiores. A classe média está asfixiada por uma política habitacional que por anos e anos vem favorecendo a concentração de terrenos nas mãos de incorporadores— como é o caso do Setor de Mansões ParkWay, onde uma só empresa possui mais de duzentas unidades—também pela inexistência, no Governo, de uma orientação firmemente decidida a entender a questão social da habitação em todas as suas vertentes sociais. O solo urbano, voltamos a insistir, deve ser administrado exclusivamente na sua dimensão social, nunca na sua dimensão econômica. Incorporadores devem ganhar dinheiro na edificação de obras, nunca na especulação com terrenos.

Louvamos a preocupação do governador Joaquim Roriz com o assentamento de favelados—de fato uma das manifestações mais dramáticas da nossa crise—, mas o alertamos para a necessidade de impedir que a política de alienação de terras, ou a mudança de destinação de terrenos, se faça de modo a concentrar ainda mais a propriedade do solo urbano.

Confronto melancólico

É possível que o Brasil tenha de passar pela trágica experiência da hiperinflação para que a sociedade como um todo, o Congresso em especial, tome consciência de que não se pode brincar com o futuro de uma nação. Em Buenos Aires, dispôs-se a correr todos os riscos políticos, o presidente Menem empenhou-se junto ao Congresso argentino para que a lei de Reforma do Estado — que autoriza a privatização de um sem-número de empresas estatais — fosse aprovada na forma que melhor parecia ao Poder Executivo na sua luta para reduzir a altíssima taxa inflacionária, diminuir o déficit público e ter o orçamento sob controle. O apelo do chefe de governo foi atendido, malgrado as diferenças de opinião e as restrições que parte dos deputados radicais fazem à maneira pela qual se dará a privatização.

Em Brasília, o chefe de governo esqueceu-se de pedir urgência para a votação do projeto de autoria do Executivo privatizando 19 empresas estatais, e no Congresso as lideranças talvez encontrem dificuldades em acelerar a tramitação do documento. Resultado: talvez a decisão legislativa sobre o assunto só saia no próximo governo! E, o que é ainda mais grave, estoca-se no Congresso movimento destinado a não aprovar o projeto do presidente Sarney. Sob a alegação de que S. Exa. não negociou com as lideranças quais as empresas que poderiam ser privatizadas, nem discutiu com o Congresso o destino das empregadas, ou a maneira de proteger o patrimônio nacional representado pelas 19 empresas constantes do projeto, im sistema, enquanto em Buenos Aires se toma consciência de que não se brinca com a economia, em Brasília arde-se tempo indagando se o projeto deveria ter sido discutido antes ou após de ser enviado, e se é o Executivo que deveria ter pedido urgência, e se essa providência cabe agora às denúncias que se declararam prontas votar um programa de emergência.

O abismo que separa as duas entidades — a dos políticos argentinos e a de seus colegas brasileiros — não para nesse exemplo dramático. Vai além. No momento em que acordos celebrados com o México rem a perspectiva de o Brasil ser incluído com o Plano Brady — ide que se dispunha a executar programa de reforma econômica (que inclui a privatização de empresas estatais) — o governo brasileiro recebeu a mensagem de que a decretação da moratória será tida como

ato de hostilidade à comunidade financeira, excluindo isso facto o País dos benefícios do plano, no Congresso articula-se o pedido de urgência para votação do relatório da comissão que investiga a dívida externa, no qual se determina exatamente a moratória. Ditas as coisas de outro modo, os grupos que, no Congresso Nacional, por um lado negam urgência para privatizar empresas estatais, por outro manobram para que se conceda urgência para a decretação da moratória.

A posição diante da dívida externa é outra das marcas distintivas entre a classe política argentina, chamada à responsabilidade, e a brasileira, que a ela procura fugir. A brava desapareceu da retórica portenha, substituída por um agudo senso de adesão à realidade. No Brasil, pelo contrário, demonstrando um despreparo intelectual assustador — tão intimidador que levou o senador Severo Gomes a tomar posição contra o projeto de moratória —, legisla-se sobre assuntos dessa gravidade com a ingenuidade de um escolar que comunica ao país que não irá prestar exame, convencido de que a "nova educação" evitará qualquer reprimenda e de que não será reprovado. A medúxula ídola de que os juros pagos são suficientes para resgatar o principal no mercado secundário, e que portanto não se deve pagar, inspira muitos raciocínios sobre a dívida externa, agora disfarçados de severa aplicação do texto constitucional, que reclama a aprovação do Congresso para atos internacionais que onerem o patrimônio nacional.

Por detrás dessas atitudes tendentes a criar empecilhos, os Executivos no seu relacionamento com os bancos credores, o FMI e o Banco Mundial, está sem sombra de dúvida a grande lobby das estatais, fortemente representado no Congresso. Durante o debate constituinte, a atenção do público concentrou-se no grupo de deputados e senadores que, oriundos do Norte, do Nordeste, e do Centro-Oeste, tiveram pressão para que a reforma tributária e sobretudo os critérios de distribuição das cadeiras na Câmara dos Deputados favorecessem essas regiões mais comprometidas com o País do passado. Não se prestou a necessária atenção ao lobby das estatais — e o resultado foi uma Constituição estatizante (em que pese a opinião dos que a têm como a mais favorável à livre empresa), na qual se reforçou a presença de grandes grupos produtivos do Estado na economia. E esse mesmo grupo, agora, que se mobiliza

para impedir a votação do projeto de urgência e aprovar o que decreta a suspensão dos pagamentos da dívida externa até decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a constitucionalidade e legalidade dos contratos firmados.

Se porventura se conceder urgência para a votação do relatório da Comissão Mista, mais o projeto determinado a moratória, criar-se-á situação sumamente difícil para os representantes do Executivo que forem negociar — e precisam fazê-lo — com o FMI e com os bancos credores. O Congresso necessita ter em mente que as negociações em curso com o Fundo Monetário Internacional vão relativamente bem e de que o Banco Mundial já deu evidentes sinais de estar disposto a ajudar o Brasil, desde que o governo se disponha a fazer a sua parte para levar o processo de desenvolvimento a termo. Como dissemos na última sexta-feira, a aprovação do projeto sobre a moratória não significa que ela entre em vigor; afinal, o presidente da República poderá vetar o projeto e o Congresso manter o veto. A questão não é discutir os danos que o projeto, transformado em lei, causaria ao País. É evitar que sua simples aprovação cause constrangimentos enormes ao governo brasileiro em suas negociações com o Exterior.

O Congresso Nacional, curiosamente, não tem mais noção de que seja um processo negociável. Disposto a resgatar a autonomia perdida durante o regime autoritário, os congressistas passaram a adotar postura idêntica à dos presidentes militares, impondo decisões. O problema, porém, é que no campo das relações internacionais não se impõem decisões — a menos que haja força para tanto. No campo internacional, negocia-se, e não é bom negociador quem se senta a mesa de conferência para dizer que todas as condições que esboçamos são inegociáveis. Em si, essas posturas intransigentes é apenas desastrosas, de que o negociador é péssimo, especialmente quando ele não tem para oferecer as intransigências.

A decisão do Congresso argentino, que permitiu fosse também atendida a empresa petrolífera YPF, deveria servir de exemplo para os membros do Congresso brasileiro. A situação financeira no Brasil ainda não chegou a níveis desesperados; a insensibilidade dos políticos para alguns aspectos da realidade, no entanto, poderá deitar a perder os esforços que se vêm fazendo, e tornar sem sentido os sacrifícios já feitos.

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil ★ ★ ★

Publicado desde 1921

Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Diretor de Redação: Cláudio Fries Filho — **Conselho Editorial:** Luiz Alberto Bahia, Rogério César de Cerqueira Leite, Oswaldo Perolva, Marcelo Coelho, Roberto Macedo, Carlos Alberto Longo, Jenio de Freitas e Otávio Fries Filho (secretário)

Lei contra sonegação

É sem dúvida correta a proposta da Receita Federal de iniciar uma investida sobre os chamados "sinais exteriores de riqueza" (iates, carros importados, grandes aplicações em Bolsas de Valores) como mecanismo para detectar possíveis casos de sonegação de impostos. Apesar de alguns aspectos ridículos — como a pesquisa em colunas sociais que a tática iria, ao que parece, exigir —, trata-se de procedimento acertado, em área tão movediça como é a da inadimplência fiscal. Só é de espantar que tais métodos não tenham sido até hoje postos em prática no Brasil.

A idéia se inscreve na recente iniciativa do governo de encaminhar projeto de lei considerando a sonegação um crime. Novamente, não há o que opor à tese em si; segue-se finalmente a prática adotada em vários países, a começar pelos Estados Unidos. Há, contudo, pontos passíveis de crítica no projeto apresentado.

Em primeiro lugar, a tendência generalizada no Direito Penal é a de circunscrever a pena de prisão somente aos crimes onde é inegável a periculosidade do condenado, como assalto, estupro ou homicídio. Por mais inaceitável que seja a prática da sonegação de impostos, há modos igualmente eficazes de colibi-la, como multas — que deveriam ser extremamente elevadas — ou a prestação, por longos períodos de tempo, de serviços à comunidade; a reclusão ou a detenção do condenado devem ser vistas, assim, como alternativas que só se justificam quando o criminoso não pode ser admitido no convívio da sociedade,

já que a sua liberdade representa ameaça à segurança dos demais.

Ao lado desta demonstração excessiva de rigor, o projeto contém uma liberalidade injustificável. Permite que o sonegador deixe de ser punido, se pagar o que deve antes de a denúncia do Ministério Público ser acolhida pelo juiz. Trata-se, na verdade, de um estímulo implícito à sonegação: pode-se prever facilmente a atitude do contribuinte mais astucioso, que aceita correr o risco de não pagar seus impostos, sabendo que, no caso de cair nas malhas da fiscalização, poderá interromper rapidamente as consequências legais de seu ato. Nada impede, assim, que faça uma aposta; se não for descoberto, ganha o que deixou de pagar; caso contrário, o que é mais difícil de acontecer dada a precariedade da fiscalização, poderá corrigir-se a tempo, sem que nada lhe aconteça.

Ao mesmo tempo rigorosa em excesso e liberal num ponto básico, a iniciativa do governo necessita de aperfeiçoamento. O que não deve ser pretexto, bem entendido, para que se perca em meio às confusões e à inoperância do Legislativo. Ao contrário, trata-se de fortalecer ao máximo os mecanismos que conduzam à eficiência do sistema tributário brasileiro, sabidamente frágil e injusto do ponto de vista social; escusado dizer, ademais, que toda iniciativa desta ordem só obterá legitimidade real quando vier acompanhada de demonstrações de eficácia e de austeridade no uso dos recursos que, mal ou bem, o Estado já arrecada junto à população.

No rumo certo

O Presidente José Sarney acaba de assinar duas medidas provisórias de grande significação. A primeira autoriza a venda de 10 mil imóveis da União que se encontram vagos. A segunda determina a extinção de 12 mil cargos públicos que também se encontram vagos. Apenas esse não preenchimento de cargos permitirá economizar NCr\$ 215 milhões, em um ano. Quanto aos imóveis, têm um valor estimado em NCr\$ 150 milhões. Esse valor poderá ainda crescer, conforme a maneira pela qual for conduzido o leilão.

Como já tem sido observado, não serão essas vendas nem a extinção de cargos que irão solucionar a grande crise em que o País se encontra mergulhado. Representam valores muito pouco expressivos, em comparação com os números que traduzem nossas dívidas externas e internas, ou nossas necessidades. Mas trata-se de um gesto simbólico de grande oportunidade e ainda maior significação. As medidas provisórias assinadas agora demonstram que o Presidente José Sarney está disposto a tirar proveito, sem perda de tempo, da boa vontade revelada pelos congressistas que Deputados e Senadores em Plenário de Emergência.

Não é de agora que se cogita de ado-

ção de medidas como estas. Infelizmente, não havia um entendimento satisfatório entre o Poder Executivo e o Legislativo, de modo a permitir o encaminhamento legal das mesmas, em curto prazo. Por isso mesmo, não se pode admitir que justamente agora, quando esse entendimento existe e o Presidente se prontifica a utilizá-lo no bom sentido, alguém tenha planejado mudar o time, eliminando dele o elemento básico que é o ministro da Fazenda.

Felizmente, o Presidente José Sarney e seus auxiliares mais próximos souberam distinguir os aspectos terrivelmente negativos dessa tentativa e o ministro Mallean da Nóbrega foi mantido. De que essa resolução foi correta estamos tendo várias provas. Uma delas foi a manifestação dos 400 empresários, reunidos recentemente em São Paulo, que se saíram com Mallean, reconhecendo que ele está fazendo o máximo e seu alicerce e tem revelado uma tenacidade e coragem inulçáveis. A outra foi a festa do subsecretário do Tesouro norte-americano, David Mulford, depois de ter tomado conhecimento de nossa situação atual. Agora é preciso que o Presidente José Sarney não recue, nem aceite, como aconteceu de outras vez-

JORNAL DO BRASIL

Publicado em 1981
 Nº 2. DO NAVEGAMENTO BRITO — Diretor Presidente
 MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — Diretora
 VICTORINO ARRUDA CABRAL — Superintendente Geral

MARCOS LA CORREA — Editor
 FLAVIO FERREIRO — Editor Executivo
 ROBERTO JONFLEU DE TOLEDO — Editor Executivo

Saudade do Futuro

Juizes reclamam que a Justiça continua empenhada por falta de informatização. O cidadão que sai de um banco e entra noutra sente o choque porque uma das agências é automatizada e a outra não. Por trás de guichês empoeirados nada caminha nos órgãos públicos. A fraude continua impune em todos os setores. Sem extensa papelada (constantemente renovável, para justificação de enormes máquinas burocráticas) não se fazem grandes negócios, não se importa e nem se exporta.

Isto ainda não é tudo, mas já fornece uma amostra do arcaísmo que continua a ser o Brasil. Neste país, convivem sem nenhuma afinidade a vocação do arcaísmo e a necessidade do moderno, como zonas de resistência que se repelem mas se influenciam.

O Brasil está atrasado para o modernismo. Nos seus aspectos sociais e políticos, em algumas áreas, retrocedeu ao passado, em outras, em alguns aspectos, contraditórios. Alceu Amoroso Lima observou com surpresa que o Brasil se ligou às avessas, começou pelo fim. Teve Coros antes do povo. Teve parlamentarismo antes de eleições. Teve escolas superiores antes de alfabetismo. Teve bancos antes de economia. Fez empréstimos antes de consolidar a riqueza. Enfim, tornou-se uma obra de inversão, produto de um longo oficialismo.

Em suma, segundo a apreciação de Alceu, a própria república, que é uma instituição moderna, transformadora, participativa, universalista, herdeira de uma sociedade arcaica, primitiva, tradicionalista, ignorante de si mesma, dispersa em núcleos esparsos que se perdem na imensidão territorial. Tudo funciona como se a república não tivesse pegado, com leis copiadas de códigos estrangeiros. O idealismo republicano esbarrou no arcaísmo social recebido da monarquia. E o arcaísmo social esbarrou num sistema de leis oriundo do liberalismo europeu. O povo ficou de um lado, as leis do outro. O Brasil oficial ficou de um lado, o Brasil real do outro.

Não é de hoje que se observa a existência de duas metades que não se acoplam. Saint-Hilaire, um estrangeiro, já anotou no século passado a convivência e as contradições dos "dois Brasis". O tempo passa, mas prevalece nas elites brasileiras a banalização do passado, como se o tempo permanecesse congelado no religião da História. A falta de interação dos dois Brasis gera valores novos sem um confronto decisivo com os Antigos.

O que é o poder executivo republicano hoje? O herdeiro direto do poder imperial. A república continua querendo muito poder para deixar as coisas como estão. Historicamente, o regime republicano, ao ser instituído, por seu caráter federativo, multiplicou na capital e nos estados os cargos administrativos para criar em pouco tempo uma febre de emprego público. Os cargos públicos eram disputados não como meio de realizar o ideal republicano, mas simplesmente como meio de vida.

No primeiro decênio de vida republicana se esboçaram e consolidaram os eternos problemas brasileiros: vida cara, dívida externa, inflação descontrolada, alta criminalidade, escassez de moradias, arrocho salarial, impostos escorchantes, baixo padrão de moralidade, especulação financeira, autoritarismo institucional, natureza anti-social do Estado (continuismos, fisiologismos, casuismos, etc.). Tudo se passa como se a História do Brasil tivesse começado pela distribuição de sesmarias e capitanias e continuasse hoje pela distribuição de cargos. Há pouco um senão Joaquim Nabuco escreveu que no Brasil "o emprego público é uma vocação de todos".

O arcaísmo público e moderno, gerando perigosa simbiose de frustração e ceticismo. O poder do Estado cresceu sem a formação de uma sociedade completamente moderna, alimentando uma crença ancestral de que as reformas só são possíveis pelo caminho autoritário, de cima para baixo. O Estado cresce sem participação, e o povo se habitua a esperar tudo do governo.

O resultado é a implantação de uma trindade toda-poderosa que orienta os movimentos da vida nacional: o nepotismo encara a função pública como meio de beneficiar parentes e não para prestar serviço público; o clientelismo vê tudo em termos de curral eleitoral; e o empirismo é a política da bica d'água em troca de voto.

Parando acima de tudo está o corporativismo, que talvez seja o maior sintoma de arcaísmo na sociedade brasileira. O corporativismo mostra as garras sempre que se trata de garantir suas vantagens. O sonho do empresário é tirar cada vez mais vantagens das posições conquistadas. O sonho do político é sentar-se no trono de monarca e ditar normas. A aliança do empresariado com a política resulta em encarceramento da corrupção dos subsídios que acaba por emperrar o próprio progresso, por estancar a concorrência e favorecer até quem produz com menor qualidade ou quem exporta menos.

Dai a definição do arcaico ser dada pelo seu oposto, o moderno, ou seja, o que se entende por moderno e por desenvolvimento para uma nação ou para a humanidade. Nos países do Primeiro Mundo a revolução cultural e tecnológica já se produziu há décadas e até séculos, seguindo à risca projetos sucessivos em que o investimento em educação de base, pesquisa avançada e cultura constituem prioridades nacionais permanentes.

No Brasil se observa uma característica perturbadora: a presença de alguns setores extremamente avançados, de ponta, em contraste acentuado com amplos segmentos sociais, culturais e políticos decididamente retrógrados. Em largos setores as portas do futuro continuam fechadas e no todo se observa uma convivência, cada vez mais próxima com uma crise cada vez mais dramática.

E no entanto, como dizia Mário Pedrosa (aí reside o grande paradoxo da nossa época): "O Brasil está condenado a ser moderno".

O drama do Líbano cristão

Edi. Nº 29

ESTE fim de século não está assistindo apenas à barbárie de pessoas transformadas em mercadoria, nos seqüestros, políticos ou não. A barbárie parece em franca ressurreição, ao se passar do tráfico de indivíduos ao tráfico de coletividades inteiras e minorias. É o que transparece da situação do Oriente Médio e sobretudo da guerra civil no Líbano, com grave risco moral para as grandes potências que a tudo assistem: por omissão ou por neutralidade mal-entendida, elas podem se tornar cúmplices dessa ofensa agravada até seus últimos limites.

AS grandes potências ficaram aliviadas com o fim da guerra entre Irã e Iraque, da qual com certo cinismo se disse que o ideal seria que ambos saíssem derrotados. E não escondem sua expectativa face aos sinais de mudanças políticas em Teerã, onde o Governo se mostra mais interessado em recuperar-se internamente da miséria econômica que é a seqüela da guerra, que na exportação da revolução islâmica de que Khomeini se fez profeta. Até quando, porém, essa satisfação com o pragmatismo pressentido no Presidente Rafsanjani não é também alibi e escapismo?

PORQUE o drama cruel do Líbano persiste. E porque não é possível se esquecer de que ele é um dos atos do teatro de crises em que se transformou, há mais de um século, toda o Oriente Médio. Desde que as grandes potências, justamente, o escolheram como prioridade em seus interesses e desde que uma estranha desventura lhes permitiu retê-lo em áreas de influência. O problema do Oriente Médio é, no fundo, um problema histórico das grandes potências.

O DRAMA do Líbano é afetado retardado da bomba deixada pela balcanização, aquela reorganização arbitrária do mapa geopolítico do Oriente Médio a que procederam as potências vitoriosas na Primeira Guerra Mundial. E pouca importa seja este o último efeito: não se pode esquecer-lo, como um resto a desprezar.

ATÉ porque tudo indica que esse drama se tornará mais agudo, desfeito o equilíbrio que o Líbano encontrou entre seus dois grupos principais — muçulmanos e cristãos — e transformada sua instabilidade num jargo da guerra entre contendores de fuso, onde avulta agora a Sí-

ria, com ou sem retiro do Irã.

A SÍRIA controla militarmente quase todo o Líbano. E se os terroristas do Hezbollah continuam a fazer seus reféns, têm como carcereira a Síria, em território alheio: ela é a alternativa que se oferece, para o aparente retiro do Irã de Rafsanjani. Uma alternativa que nada traz de auspicioso para a sorte que sobra nesse jogo — a presente minoria cristã do Líbano.

AO Presidente Rafsanjani parecem interessar, no momento, os recursos para a reconstrução de seu país — especialmente os US\$ 4 bilhões bloqueados nos Estados Unidos. Ao Hezbollah interessa a resgate de quantos milhões de xitas for possível; e eventuais aliados entre os palestinos. A Síria, que pode conter em certa medida o furor sagrado do Hezbollah, surge assim como interlocutor necessário em qualquer negociação. Resta saber se o patrocinador encontrará, entre as grandes potências, os cristãos libaneses. Ou se estarão a moeda de troca característica desse momento histórico — o seqüestro de coletividades, até seu aviltamento total ou extermínio.

Decisão acertada

A Justiça Eleitoral agiu corretamente ao conceder aos candidatos a presidente da República o direito de participarem de programas no rádio e na televisão até o início do horário eleitoral de propaganda gratuita, no dia 15 de setembro.

Não faria o menor sentido que, justamente agora, quando os candidatos começam a expor suas ideias aos eleitores, haja uma proibição de eles participarem de entrevistas e debates com jornalistas no rádio e na televisão.

O Tribunal Superior Eleitoral interpretou corretamente o espírito da lei, que não é o de censurar ou de cercear a liberdade de os candidatos divulgarem os seus programas de governo. Muito pelo contrário, o que a lei quer é impedir abusos, evitar que o poder econômico, por exemplo, acabe beneficiando este ou aquele candidato.

Com a proibição, certamente isso acabaria acontecendo, pois os mais ricos teriam condições de, durante este mês inteiro, man-

dar fazer milhões de panfletos, plásticos e bottons para distribuir. É claro que, assim, iriam aparecer muito mais do que os outros.

A Justiça Eleitoral deve é ficar atenta para que não haja privilégios. Para que a campanha corra como vem correndo até agora, com as emissoras de rádio e televisão promovendo debates e entrevistas que dêem oportunidade a todos.

Uma eventual punição, no caso, seria para a emissora que discriminar, e não só chamar um candidato para participar dos programas, ou para impedir que qualquer outro apareça.

Os juizes eleitorais estão aí para isso, para fazer justiça. Não há necessidade de censuras ou proibições para que a campanha eleitoral corra sem problemas. A hora é de os eleitores receberem as mensagens dos candidatos, para que possam fazer a sua opção e votem conscientemente no dia 15 de novembro.

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos AFA.
E se mais mundo houver, la, chegará.
CAMÕES, e, VII e 14.

Diretor-Geral
Paulo Cabral de Araújo

Diretor-Superintendente
Edilson Cid Varela

Diretor-Responsável
Ari Cunha

Editor-Geral
Ronaldo Martins Junqueira

Gerente-Geral
Alberto de Sá Filho

Gerente Financeiro
Evaristo de Oliveira

Gerente Técnico
Ari Lopes Cunha

Gerente Comercial
Maurício Dinepi

Política "banho-maria"

A menos de sete meses do encerramento da atual gestão, o Governo já não dispõe de tempo para elaborar e executar um programa ousado de estabilização econômica. Tampouco reúne suficiente sustentação política para tentar reverter o quadro inflacionário por meio de medidas de impacto, fora da ortodoxia doutrinária. Resta-lhe, apenas, o recurso a providências de ordem técnica, capazes de viabilizar correções indispensáveis à manutenção de certo equilíbrio na progressão dos preços, a fim de contornar a ameaça da hiperinflação.

E preciso ficar bem claro que o plano de emergência oferecido ao presidente Sarney não foi preparado pelo Congresso, como faz supor manifestações reiteradas de porta-vozes do Executivo. Trata-se de obra construída pelos presidentes da maioria dos partidos políticos com representação no Legislativo, entre os quais não se encontram os do PT e do PDT, as duas siglas que disputam o segundo lugar na preferência do eleitorado. Portanto, está-se diante de contribuição paupérrima em suporte político, inclusive porque a maioria parlamentar já se revelou contrária à participação do Congresso em políticas institucionalmente confiadas ao Poder Executivo.

Ao mesmo tempo, o programa emergencial é periférico, não articula quaisquer alterações de natureza estrutural, pela razão mesma de proceder de uma vertente partidária escassa em força política e em função do vertiginoso declínio operacional do Executivo. Todavia, o Governo acolheu as sugestões e parece disposto a colocá-las em prática, salvo no que diz respeito a um tratamento de choque para a dívida externa e a suspensão de determinados subsídios. Com relação à dívida, o presidente Sarney cultiva a esperança de concluir um acordo provisório com o Fundo Monetário Internacional, de modo a obter recursos que evitem, pelo menos, saque de 2,3 bilhões de dólares sobre as poupanças internas para pagamento de parcela com prazo de vencimento em setembro. Quanto à manutenção dos subsídios, tem razão o Governo quando alega a impossibilidade de cancelá-los sem prévia reformulação legal, eis que constituem hoje direito adquirido.

Em ambas as hipóteses, contudo, poderia

haver critério menos burocrático para encaminhá-las. Urge que os credores internacionais fiquem cientes, desde já, que o Brasil não malversará suas reservas cambiais, contabilizadas hoje no limite estratégico de 6,5 bilhões de dólares, no pagamento de compromissos externos. E indispensável insistir junto ao sistema financeiro internacional com relação à decisão de Berna, quando as sete maiores nações do Ocidente decidiram recomendar ao FMI e ao Banco Mundial a liberação emergencial de recursos aos países devedores. A utilização de reservas cambiais no resgate de juros e ou de parcelas da dívida empurrará o País, inapelavelmente, para a catástrofe hiperinflacionária, tal como ocorreu com a Argentina.

No que concerne aos subsídios, o Governo poderia pagá-los apenas quando houvessem disponibilidades no Tesouro, inclusive para cumprir o mandamento constitucional sobre a obrigação de a União gastar apenas o que arrecada. Estaria aí uma forma de evitar a expansão da base monetária ou de reduzir os saques sobre as poupanças privadas mediante a colocação de títulos da dívida pública, ambas práticas carregadas de explosivo conteúdo inflacionário.

Para fazer o barco da economia singrar as águas turbulentas da atual crise, seguramente será necessário extrema vigilância sobre a execução da política monetária e fiscal. Nem devem ser favorecidas pressões desestabilizadoras, capazes de influir sobre as relações de preços, nem, tampouco, permitidas perdas de receita fiscal por deficiência da máquina arrecadadora. Aliás, quanto a este último aspecto, a União deixa de trazer para os cofres públicos cerca de um ou dois bilhões de cruzados novos ao mês por inoperância da fiscalização.

Como se vê, embora manietado para realizar operação profunda no funcionamento do sistema econômico, o Governo ainda dispõe de razoável área de manobra para suscitar equilíbrio no desenvolvimento do processo, embora sob o impacto de taxas inflacionárias elevadas. Ai está a face da política "banho-maria", conforme o batismo que lhe deu o ministro da Fazenda, Maitson da Nóbrega.

Uma revisão necessária

O ministro da Agricultura Iris Rezende, propôs ao Conselho Monetário Nacional medida de grande importância para reduzir a dependência em que se acha a agricultura do crédito oficial. Trata-se da ampliação da cobertura do seguro que deixará de proteger o banco para proteger de fato o agricultor. É incrível o fato de só agora terem as autoridades percebido os malefícios da sistemática vigente. Sem proteção alguma contra os riscos naturais da atividade agrícola, uma vez que o seguro do Proagro só garante o financiamento, o produtor simplesmente deixava de investir recursos próprios, optando invariavelmente pelo crédito. O resultado não poderia ser outro: toda a agricultura brasileira se sustenta no crédito, ainda que o agricultor esteja capitalizado.

De alguns anos para cá, tamanho o volume de recursos demandados por uma agricultura em expansão, o crédito rural passou a constituir um problema para a política monetária. A cada ano, na época do plantio, a base monetária é inflada por injeção massiva de recursos, causando inflação. Este ano, o problema é de simples escassez de dinheiro, dada a decisão do Governo de conter as emissões. Sem dinheiro e juros subsidiados, e com dinheiro caro no mercado financeiro, prevê-se uma retração no setor agrícola, com sérios problemas potenciais para o próximo ano. Se o Governo atender só a 60% da demanda de crédito, como

anuncia, o mix resultante da tomada dos outros 40% a juros de mercado resultará num encargo financeiro médio incompatível com a rentabilidade do setor.

Era evidente, já há muito tempo, que a agricultura tinha de obter algum nível de autonomia em relação ao Governo, um intervencionista que dá juros subsidiados e retoma através do controle de preços. Mas essa autonomia achava-se entravada pela inexistência do seguro, afugentando o capital privado potencialmente disponível para investimento e custeio agrícolas.

A iniciativa do Ministro da Agricultura, se referendada pelo Conselho Monetário, virá tarde em relação à safra de 89/90, mas é um passo que tem de ser dado com vistas ao futuro. Este ano, o terreno que não foi preparado dificilmente o será, além da circunstância de que muitos agricultores, como o fazem invariavelmente, aplicaram sua poupança em outros ativos, dificultando uma reversão rápida a tempo de utilizá-la ainda nesta safra.

O erro que foi cometido no passado na formulação do Proagro, cujos efeitos se estão sentindo agora, decorreu de uma visão burocrática distorcida, a de favorecer sempre, e exclusivamente, os segmentos econômicos dominantes. No caso, o segmento que inspirou o Proagro e de qual se beneficiou foi o bancário, ficando os verdadeiros destinatários dele, os agricultores, totalmente desamparados.

A comprovação de um desgaste

A pesquisa do Instituto Gallup de Opinião Pública publicada na edição de hoje de *O Estado* revela, mais uma vez, os estragos feitos na trajetória da candidatura presidencial do Partido dos Trabalhadores (PT) pelas desastrosas gestões de seus prefeitos eleitos em novembro passado. Políticos inábeis, administradores inexperientes e gestores incompetentes, esses prefeitos têm protagonizado trapalhadas de tal monta que passaram a interiorir, negativamente, no desempenho do deputado Luiz Inácio Lula da Silva nas pesquisas que detectam a preferência dos eleitores.

A candidatura do PT à Presidência começou o ano sob o signo do pleno favoritismo. O partido ganhou eleições em 38 municípios, entre os quais alguns dos mais importantes do País, como São Paulo, Porto Alegre, Vitória, Campinas e Santos. Esse triunfo, considerado espetacular ao ser comparado com as atuações anteriores do PT em eleições majoritárias, levou muitos a imaginar a probabilidade de uma luta eleitoral restrita à esquerda, entre Lula e o ex-governador Leonel Brizola. Mas, desde a posse dos prefeitos petistas, em 15 de março, a candidatura de Lula a presidente caiu do segundo para o terceiro lugar e, na última pesquisa Gallup, publicada hoje, desce ainda mais, passando para o quarto posto. Ela agora é superada, não só pelo favorito Fernando Collor de Mello e por Brizola, do PDT, mas até mesmo por Paulo Maluf, do PDS.

Houve um momento na campanha em que a ação revista da Central Única dos Trabalhadores (CUT), desaprovada pela maioria da sociedade brasileira, funcionou como uma pedra pesada, arrastando o bote petista para o fundo

do mar. A situação agora, no que se refere a movimentos de paralisação do trabalho, porém, é relativamente tranquila. De tal forma que já se pode atribuir, fundamentalmente, o fato de Lula ter caído de 6,2 para 5,4 pontos percentuais na pesquisa Gallup ao desempenho mediocre dos prefeitos petistas, principalmente Luiza Erundina, de São Paulo, Telma de Souza, de Santos, e Jacó Bittar, de Campinas. Somente na última quinzena, 17,74% dos eleitores que haviam manifestado, antes, sua intenção em votar em Lula desistiram dele.

Esse fenômeno não produz apenas obstáculos à caminhada do principal líder do PT rumo ao Palácio do Planalto. As más administrações petistas também abalam, significativamente, a própria imagem do partido. O Instituto Gallup revela que o Partido dos Trabalhadores detinha a simpatia de 23,4% dos eleitores brasileiros em fevereiro, ou seja, antes da posse de seus prefeitos. Depois de 15 de março, esses índices têm rolado ladeira abaixo, sem parar. Se, em fevereiro, o PT era o partido favorito dos eleitores, hoje ele goza da confiança de apenas 9,1%, dos brasileiros aptos a participar das eleições. Esse índice está 6,6 pontos percentuais abaixo do conquistado pelo PMDB, apesar de todo o desgaste sofrido pelo maior partido da Nova República, conforme já e publico e notório.

O desgaste provocado pela má ação dos prefeitos fez de Lula um dos poucos candidatos em condições de disputar o posto presidencial a não se beneficiar, na última pesquisa Gallup, de uma definição mais clara do eleitorado em relação aos pretendentes ao posto máximo da República. Os três candidatos mais cotados que o petista subiram, em comparação com a

última pesquisa Gallup. O ex-governador Paulo Maluf, do PDS, por exemplo, sagrou-se no terceiro lugar, conquistando 17,64%, de novos eleitores, deixando o patamar de 5,1%, e passando para 6,0%. O segundo colocado, Leonel Brizola, que passou de 11,1%, para 13,5%, conquistou 21,62%, de novos eleitores.

Dos 3.005 eleitores entrevistados pelo Gallup em 191 cidades de 65 microrregiões nos 23 Estados brasileiros, 10,5%, se declararam indecisos, 57,14%, menos do que os 10,5%, encontrados na coleta anterior de opiniões. O maior beneficiário dessa definição foi o favorito, Fernando Collor de Mello, do PRN, que passou de 40,9%, para 45,1%, subindo 4,2 pontos percentuais, ou seja, conquistando as mentes e os corações de mais 10,25%, de eleitores brasileiros. A primeira explicação para essa nova subida de Collor pode ser o novo papel de vítima assumido por ele, por causa da pancadaria promovida nas ruas centrais de Niterói (RJ) por brizolistas desordeiros. A agressão aconteceu no dia 9 de agosto e a pesquisa do Gallup, feita entre 10 e 22, foi a primeira a registrar seus efeitos no eleitorado.

A ascensão de Collor, a redução dos indecisos, a queda de Lula e o desgaste do PT obedecem a lógica implacável de uma eleição presidencial marcada pelo desprestígio de uma geração de políticos comprometidos com malignas superstições patrimonialistas e populistas. A reafirmação da popularidade do candidato do PRN, que tem 40 anos e procura desvincular sua imagem da dos políticos dessa geração fracassada, e consequência desse malogro, conforme revelam as estatísticas do Instituto Gallup de Opinião Pública.

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil ★ ★ ★

Publicado desde 1921

Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Diretor de Redação: Otávio Frias Filho — Conselho Editorial: Luiz Alberto Bahia, Rogério Cesar de Cerqueira Leite, Osvaldo Fereira, Marcelo Coelho, Roberto Macado, Carlos Alberto Longo, Janio de Freitas e Otávio Frias Filho (secretário)

Campanha estagnada

A ligeira elevação nos índices de popularidade dos candidatos do PRN, Fernando Collor de Mello, e do PDT, Leonel Brizola — registrada pela pesquisa que a Folha divulga hoje — não altera substancialmente o quadro da campanha sucessória. O favoritismo de Collor de Mello, mantendo-se há vários meses, vai comprovando o êxito de uma estratégia publicitária bastante hábil na exploração de todo o ressentimento da opinião pública face à camada política dominante no Brasil; os vínculos do próprio Collor com práticas condenáveis na gestão dos recursos públicos, com o uso cartorial do Estado e com os esquemas regionalistas de poder político são como que dissolvidos na imagem "renovadora" que sua campanha, inteligentemente, tem sabido alimentar — especialmente entre as parcelas mais desinformadas da população.

Num distante segundo lugar, mas registrando um pequeno acréscimo nos índices de preferência eleitoral, encontra-se Leonel Brizola. Ainda ontem, neste espaço, comentava-se de que modo uma eventual polarização entre Collor e Brizola seria explicável — o confronto entre dois personalismos reforçando, em meio à derrocada dos partidos políticos existentes, as tendências para uma visão messiânica, tanto na vertente populista como na que inconvincentemente ostenta uma atitude modernizante e liberal.

Um arcaísmo básico se confirma, assim, tanto na postulação pretensamente renovadora de Collor, como no ~~re~~redentorismo caudillesco de Brizola. Seria equivocado, entretanto, atribuir este fenômeno

ao sucesso exclusivo de uma tática astuciosamente montada pelos dois candidatos. O êxito flagrante de um, assim como a relativa ascensão de outro, vêm refletir o colapso das forças políticas articuladas em torno da "Nova República" — e tanto PMDB como PFL, e mesmo PSDB, pagam o preço de sua convivência com o governo Sarney. Duas tendências alternativas de oposição, durante esse período — o PDS e o PT — não conseguiram, por sua vez, colher os frutos de sua atitude política nesta campanha eleitoral. No primeiro caso, a incipiente reformulação na imagem de Paulo Maluf não é capaz de apagar tudo o que sua figura política representa de autoritarismo, de manipulação fisiológica e de desatenção ao regime militar. No caso de Collor, o esgotamento de um mobilizacismo sindical estreito e a experiência do poder em algumas capitais levou a uma sensível perda do conteúdo de "novidade" de que seu partido se beneficiou; a crise interna do PT, assim como a dimensão do cargo presidencial, cria sérias dificuldades para o crescimento dessa candidatura.

Trata-se, sem dúvida, de um balanço provisório; nada mais ariscado do que tentar conclusões abrangentes a partir de um quadro sujeito a toda sorte de surpresas — das quais a mais expressiva e gritante é o próprio favoritismo de Collor de Mello. Que a campanha presidencial reserve surpresas, contudo, não é fato a ser recebido com inquietação. O problema é saber quanto o futuro governo há de trazer em decepções e desencanto.

Tentativa infeliz

A última visita da prefeita Luiza Erundina à Câmara Municipal provocou um episódio lamentável, porém merecedor de análise detalhada. Antes de mais nada, veio mostrar a existência de um grande distanciamento entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo da Capital. Além disso, revelou que a prefeita Luiza Erundina pretende adotar, em sua administração, procedimentos que, além de fugirem às normas consagradas e constitucionais, não encontraram ainda aprovação, por parte de uma das outras partes interessadas e nelas envolvida diretamente.

A prefeita Erundina foi à Câmara para solicitar a colaboração dos vereadores na elaboração do orçamento municipal relativo ao ano de 1990. Para isso, compareceu ao plenário, tendo feito distribuir, com pequena antecedência, um documento intitulado "A participação popular na elaboração do orçamento da cidade de São Paulo". Diante disso, inesperadamente os vereadores da oposição, além de se recusarem ao debate, manifestaram ostensivamente seu desinteresse pela iniciativa. Enquanto as bancadas do PT e do PC se revezavam na tribuna, procurando amenizar a situação, os vereadores da oposição concediam entrevistas à imprensa, ou simplesmente perma-

neciam sentados e desatentos.

Trata-se evidentemente de um acontecimento lamentável e de mau agouro, para São Paulo. Mas é forçoso reconhecer que os projetos e assuntos a serem debatidos pelos vereadores daquela Câmara devem ser levados a essa condição através dos trâmites legais. E quem deve presidir os debates é o presidente da Câmara, vereador Eduardo Suplicy, ou um dos seus substitutos legais. A prefeita é apenas uma visitante, a ser recebida com todo o respeito, enquanto não pratique qualquer ato capaz de ser interpretado como intromissão de outro Poder. A ideia da participação popular na elaboração do orçamento deixa transparecer o desejo da chefia do Poder Executivo Municipal, de estabelecer, cada vez mais, ligações diretas deixando de lado os representantes do povo, que são os vereadores. Estes, por sua vez, de acordo com a lei, terão, isto sim, de apreciar e votar os projetos recebidos do Poder Executivo que, para isso, dispõe de secretários e outros auxiliares diretos, podendo até solicitar sugestões à Câmara, por intermédio de seu presidente. A tentativa de transformar a Câmara em mais uma das comissões que a prefeita estimula e preside não foi feliz, como os fatos demonstraram.

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1931

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Presidente
 MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — Diretora
 VICTÓRIO BIERING CABRAL — Diretor Administrativo Geral

MARCOS SA CORRÊA — Editor

FLAVIO FINILIRO — Editor Executivo

ROBERTO POMPAU DE TOLEDO — Editor Executivo

Divisor de Águas

O pensador francês Jean-François Revel apontou, há algum tempo, o que julgava ser uma importante diferença entre as ditaduras de direita e as de esquerda: as primeiras, ao contrário das segundas, tinham ao menos a vantagem de serem biodegradáveis. A instalação, na Polónia, do primeiro governo não-comunista da Europa do Leste é um extraordinário acontecimento mostrando que, também desse lado, nem tudo é imutável.

Um fato histórico dessa magnitude precisa de motivos fortes; e o motivo, no caso, foi o virtual colapso do oficialismo polonês, somado aos ventos reformistas que sopram de Moscovo. Se o comunismo nunca criou raízes em solo polonês, ele chegou, ultimamente, a um estágio de inépcia em que faltava tudo, de aparelhos de TV a lâminas de barbear. O povo da Polónia, historicamente desengajado do regime, passou a gostar ainda menos dele depois que o movimento renovador do Solidariedade foi pisoteado pela lei marcial de 1981.

O Solidariedade alcança, agora, a chefia do governo — o que seria impensável poucos anos atrás. Não chega lá sozinho, devido às restrições da legislação polonesa, que ainda reserva lugares marcados para o PC. Mas foi beneficiado pela adesão de dois pequenos partidos — o Partido Camponês e o Partido Democrático —, que se cansaram de fazer figuração no falido esquema de poder do PC.

Não é uma situação consolidada — não podia ser, dadas as circunstâncias. O novo regime poderia acabar por um golpe militar, como já aconteceu em 1981. As vésperas da passagem do poder, a liderança do PC parecia insultar um desfecho desse tipo. Acalmou-a, segundo se informa, um telefonema do Secretário-Geral Mikhail Gorbachev, que simultaneamente dava sinal verde para a experiência polonesa mas advertia para a importância da participação comunista na situação que ia surgir.

A União Soviética é uma das incógnitas desta colossal equação histórica: Gorbachev não podia simplesmente dar força aos dogmáticos da Polónia — pois não só eles se mostraram ineptos, como isto seria agir contra o espírito da *perestroika*. Mas também não pode concordar com o desmantelamento do império soviético sem abrir um flanco excessivo aos ataques dos seus próprios dogmáticos.

O novo primeiro-ministro polonês, Tadeusz Mazowiecki, mostrou bastante consciência da nova realidade ao procurar desarmar a oposição que já crescia do lado do PC. Comunicou, por exemplo, à bancada parlamentar do Solidariedade que não ia estabelecer limites à participação dos comunistas no governo (o projeto original dava ao PC os ministérios da Defesa e do Interior — o que já era muito, implicando o controle do exército e da polícia), explicando que limites rígidos poderiam

ser contraproducentes. "Os nossos parceiros (comunistas) não devem sentir-se como parceiros secundários", ele acrescentou.

Mazowiecki enfatizou que não haveria nenhuma caçada às bruxas quando ele assumisse, e que seu único critério na distribuição de cargos vai ser o de "competência e lealdade ao novo governo". Mas até esses princípios já significarão dificuldades bastantes. Pois até agora, a preferência política ditava as nomeações. Os competentes foram sendo pouco a pouco excluídos do aparelho de governo — o que levou o país, assim como aconteceu com seus vizinhos, a um impasse virtualmente insolúvel.

Podrá o novo governo remover de seus cargos os burocratas empedernidos que ocupam posições significativas? Podrá dar à imprensa a liberdade de que ela precisa para analisar a nova situação? Antes de qualquer melhoria, o novo governo só tem a oferecer aos poloneses mais trabalho e privações. Uma campanha orquestrada contra essa primeira fase — somada a sabotagens igualmente organizadas — poderia ser fatal.

O que há de favorável ao governo é o orgulho nacional que preservou a identidade polonesa ao longo de décadas de "internacionalismo proletário". A aparição do Solidariedade, há dez anos, já foi uma demonstração de que o país real é bem mais morrido, por baixo do cimento de um comunismo esterilizante. Nos últimos anos, essa mesma semente esteve germinando, procurando uma saída para a luz.

Se há, agora, menos entusiasmo e menos ilusões do que há nove anos — quando os poloneses chegaram a acreditar numa solução fácil para os seus problemas —, nada impede que o desejo de uma nova situação crie o entusiasmo necessário à ultrapassagem das etapas iniciais, certamente duríssimas.

A atual liderança soviética tem interesse numa evolução civilizada do problema. Isto poderia criar um novo padrão (até agora desconhecido) de relacionamento entre o poder central e seus satélites. O premier Mazowiecki apressou-se em declarar que entendia "a situação geográfica da Polónia" e o fato de que ela pertencia ao pacto de Varsóvia. A Europa Ocidental e os EUA certamente serão chamados a dar apoio económico à extraordinária aventura polonesa (com o cuidado de não melindrar a Roma do Leste).

Trata-se, de qualquer modo, de situação demasiadamente nova para poder ser julgada através de modelos já existentes. Nos domínios até agora intocados do comunismo, um país dá início a um governo chefiado por um católico não-comunista. A evolução do caso polonês pode criar padrões inteiramente novos para a aferição e interpretação da realidade contemporânea.

Os milhões mal atendidos

A CIDADE deveria ter em seu transporte rodoviário de passageiros um serviço público acima de críticos — pela extensão da área atendida pelas 344 linhas de ônibus convencionais, mais as 25 de responsabilidade da CTC. Temos mesmo uma peculiaridade, no confronto com centros metropolitanos de igual porte pelo Mundo afora: aqui, o transporte de massa é, de fato, o ônibus, tornadas as outras modalidades — o transporte metrôviário e ferroviário — complementares ao transporte rodoviário; e não vice-versa.

NOS dias úteis, a rede rodoviária urbana transporta quase o equivalente à população total da Cidade: de cinco a seis milhões de passageiros. E isso lhe amplia e reforça o caráter de serviço público essencial: é o serviço de maior demanda, e de demanda constante, se não crescente, no ritmo do crescimento populacional.

DADOS agora divulgados pela Superintendência Municipal de Transportes Urbanos (SMTU) se chocam frontalmente com tal caráter: e permitem concluir, sem injunção alguma, que a Cidade está longe de dispor do serviço a que tem direito; e menos por efeito de deficiências estrutu-

rais que por falhas de ordem pessoal.

A TENTE-SE, de saída, ao volume de reclamações que o SMTU vem registrando, com uma média de mil reclamações por mês. E esse número encobre um valor exponencial: por quantas reclamações pertinentes a procedimentos não valerá cada reclamação que chega a ser registrada?

SEGUNDO a Assessoria de Informática do SMTU, 73 por cento das reclamações se referem ao mau atendimento prestado por motoristas e tracadores; ou seja, ao que não costuma atingir indivíduos isolados apenas. São paradas obrigatórias que não são obedecidas, são afrontas a passageiros, são ônibus a arrancar antes que todos os passageiros tenham entrado, são erros no traco e — a que é particularmente ultrajante — são pessoas idosas impedidas de entrar pela porta dianteira, apesar de seu direito legal a isso.

OUVE-SE freqüentemente a desculpa do congestionamento do tráfego gerado pela imperiosa opção pelo transporte coletivo rodoviário. Mas é bom lembrar que isso não tem impedido um serviço satisfatório em cidades que têm outro e grave problema

a enfrentar, como Roma, em seu centro histórico: o tráfego de coletivos por vias públicas totalmente inadequadas. Alega-se ainda o regime irracional de trabalho a que são submetidos motoristas e tracadores, levados muitas vezes à estafa. Mas seria do próprio interesse destes corrigi-lo, através da reivindicação. Assim como é dever do Estado fiscalizar rigorosamente tal regime, quer em seu atendimento direto, quer como poder concedente de serviços públicos.

O QUE é permanentemente indesculpável é o direito lesado do cidadão-usuário, instância inapelável de julgamento de todos os serviços públicos; em especial dos de maior demanda. Além porque o usuário ciente das providências tomadas pelo SMTU diante das denúncias recebidas não é ainda o cidadão plenamente ressarcido por seu direito lesado. Há bem maior solicitude pela conservação e aproveitamento dos veículos que pelo respeito às pessoas.

FALTA, enfim, aos prestadores de serviços públicos em geral e dos serviços de transportes coletivos urbanos em particular a consciência de que o público é seu real patrão, e não mero cliente: falta-lhes a qualificação básica para o serviço público.

Movimento justo

NÃO é possível que as autoridades da área econômica do Governo Federal deixem agora de se sensibilizar com os protestos de alunos e pais de alunos das escolas particulares contra o aumento abusivo das mensalidades.

Os estudantes tomaram as ruas do Rio ontem, numa manifestação pacífica em defesa dos salários de seus pais, que já não suportam mais pagar mais a cada mês para os filhos estudarem e, o que é pior, não sabem ao menos de quanto serão os aumentos, pois os donos de colégios sobem as mensalidades sem qualquer critério.

O Governo Federal tem que reconhecer inicialmente que errou quando permitiu que os donos de escolas particulares gozassem do privilégio do regime de liberdade vigiada para estipular os aumentos de mensalidades. Eles provaram que não merecem essa confiança, que devem ser controlados com mão-de-ferro para não explorarem a população.

E necessário também que o Governo

anuncie imediatamente medidas para corrigir as distorções dos últimos meses. Todas as contas dos aumentos de mensalidades devem ser refeitas até se chegar a um preço justo, de acordo com os custos e a qualidade do ensino oferecido.

Só então será possível às autoridades da área econômica o estabelecimento de novos critérios para os aumentos de preços das mensalidades, que em hipótese alguma podem ser superiores à média dos aumentos salariais do conjunto da população.

O movimento pacífico dos alunos é motivo de reflexão. Embora crianças, eles foram capazes de entender a angústia dos pais, que não suportam mais os aumentos abusivos, e saíram às ruas para protestar, para alertar o Governo que alguma coisa tem que ser feita e com urgência.

Das passeatas dos jovens, o Governo deve tirar uma lição e resolver de uma vez por todas a questão das mensalidades escolares.

CORREIO BRAZILIENSE

No quarta parte nova os campos ara.
K se mais minuto houvera. 13 chegara.
CAMOES, e, VII e 14.

Diretor-Geral
Paulo Cabral de Araújo

Diretor-Superintendente
Edilson Cid Varela

Diretor-Responsável
Ari Cunha

Editor-Geral
Ronaldo Martins Junqueira

Gerente-Geral
Alberto de Sá Filho

Gerente Financeiro
Evaristo de Oliveira

Gerente Técnico
Ari Lopes Cunha

Gerente Comercial
Maurício Dinepi

Moralização do cheque

O Conselho Monetário Nacional, em boa hora, adotou medidas destinadas a moralizar o uso do cheque, que já vinha alcançando um patamar muito baixo de credibilidade por culpa de abusos que o desmoralizaram na prática, além de representar prejuízos a particulares e a pessoas físicas. A sua prática mais vulgar, o conhecido cheque sem fundos, vinha causando sérios transtornos às atividades econômicas, exigindo do Governo a adoção de medidas cautelares em defesa do patrimônio e da própria honorabilidade do sistema de trocas e de pagamentos.

As novas medidas adotadas pela autoridade financeira máxima do Governo representam uma nova tentativa de moralizar o uso do cheque, cujos maus emissores sofrerão sanções mais rigorosas. É uma boa iniciativa. Sem dúvida cabe em primeiro lugar aos responsáveis pela saúde do sistema financeiro nacional a adoção de providências enérgicas para fazer com que o substituto do papel-moeda possa ter um trânsito pacífico e respeitado em todos os setores da atividade nacional.

Seria ingenuidade, entretanto, imaginar que daqui por diante tudo será diferente na utilização do cheque, até porque as medidas aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional somente entrarão em vigor dentro de seis meses. Urge, portanto, conscientizar os próprios emissores de cheques em geral para a importância do ato que praticam no momento em que preenchem esse documento aparentemente simples, mas cheio de responsabilidades. A verdade é que existe uma pro-

cupante desinformação sobre o valor de um cheque, que é muitas vezes encarado como uma espécie de nota promissória — e não como uma ordem de pagamento de efeito imediato, para cuja emissão e necessária a indispensável previsão de fundos equivalentes.

Outro erro comum é supor-se que a repedição de cheques sem fundos inconvenientemente preenchidos seja um problema do estabelecimento bancário ou do destinatário do pagamento. O comércio, a indústria e os próprios bancos têm o dever de realizar campanhas permanentes de esclarecimento popular a respeito do significado do cheque, pois é mister constatar que boa parte dos emissores desses documentos ignora o seu real significado e importância. A responsabilidade do emissor permanecerá sempre como intransferível e insuscetível de ser minimizada.

Muitas das medidas agora aprovadas nasceram de sugestões que os próprios emissores dos bancos e dos diretores lojistas encaminharam ao Conselho Monetário Nacional, o que mostra o acerto das decisões, todas adotadas em consonância com a realidade do mercado financeiro do País. Uma dessas medidas desburocratiza a abertura de novas contas e agiliza o próprio processo de interdição e liberação das contas de emissores de cheques sem fundos. Tudo isso é saudável e representa mais uma tentativa, que se espera vitoriosa, de recuperar a credibilidade desse documento de uso cotidiano e comum, mas ao mesmo tempo de tão pouca respeitabilidade.

Presente e futuro

É preocupante a revelação do Banco Central de que os 16 bilhões de dólares do superávit comercial deste ano não bastarão para saldar os compromissos da dívida externa. Fecharemos o ano, portanto, com a situação externa irregular sem que tenhamos podido, em contrapartida, obter qualquer desafogo na situação interna. O País virtualmente paralisou as importações nos últimos anos para forçar a produção de saldos comerciais, sacrificando enormemente a expansão e a modernização industrial.

Preocupa mais ainda, entretanto, o fato de que não nos preparamos internamente para a eventual recuperação do poder de importar, ou seja, não dispomos de uma política industrial capaz de determinar com exatidão os setores nos quais se deve flexibilizar a importação. Quais os segmentos do setor produtivo nacional que devem ser recuperados e modernizados? Tendo em vista a escassez, quais são as prioridades? Devemos continuar importando petróleo, por exemplo, ou devemos modernizar o setor siderúrgico? Estas indagações precisam ter respostas precisas, além de qualquer dúvida, em razão do fato de que não teremos no futuro próximo abundância de divisas estrangeiras, impondo-se a necessidade de escolher entre alternativas.

Todas as energias nacionais, nos últimos anos, estiveram voltadas para a administração da conjuntura econômica, não tendo ocorrido qualquer esforço no campo do planejamento de médio e longo prazos. O Brasil é hoje um País sem políticas, sem planejamento, sem uma visão clara daquilo que quer e daquilo que pode. Nenhuma autoridade governamental poderá responder hoje sem hesitação qual será o programa de investimentos do País após o ajuste fiscal porque, simplesmente, não há planos a respeito.

É verdade que os tormentos da conjuntura dificultam o planejamento, mas não o impedem. O Brasil precisa mergulhar fundo em algum tipo de preocupação com o que está por vir, substituindo a atual estratégia de administrar o presente como um dado autônomo. Estamos, assim, comprometendo o futuro, destruindo estruturas produtivas já assentadas, muitas das quais custaram sacrifícios enormes à sociedade brasileira.

O País precisa começar a discutir as grandes linhas de um projeto nacional até para instrumentalizar-se melhor na discussão da conjuntura. Fica difícil administrar o presente se não se tem idéia alguns daquilo que se quer para o futuro.

QUARTA-FEIRA, 30 DE AGOSTO DE 1989

OFFICINAS S.A. 1989

Notas e Informações

Edi. Nº 41

Quem paga a conta

País estranho, para não dizer extraordinário, o Brasil — cu seria seu presidente? Ao término de mandato conquistado a duras penas, depois de anestesiado o povo com uma inflação que obrigou o governo a cortar seis zeros na moeda, o presidente José Sarney alimenta a esperança de recuperar e polir sua imagem pública, dizendo ao sofrido povo — "brasileiros e brasileiras!" — que o mundo lá fora é diferente do que os políticos pensam. Tanto no campo da política quanto no da economia. Após ter decretado moratória unilateral, que só acumulou prejuízos para o País, e ter dado sua contribuição, que não foi pequena, para a criação de clima social tenso, construído sobre uma proletarização cada vez mais crescente de amplos setores da classe média e redução do nível de vida do milhão; depois de ter desorganizado a economia com o Plano Cruzado, aumentado a dose com o Plano Bresser e tentado remediar as coisas com o Plano Verão, agora o chefe de Estado pretende apresentar ao povo, pela televisão que irá regular no uso de seis poderes, a imagem de grande estadista capaz de projetar o Brasil, no mundo, como País apto a reger a estagnação econômica e projetar-se internacionalmente como um novo modelo de desenvolvimento!

O objetivo da proposição de novo modelo de desenvolvimento econômico, que superará o 50 em 5 do presidente Kublitschek, ou possivelmente a famosa Terceira Via, que os Não-Alinhados quiseram tentar depois da conferência de Bandung, em 1955, não é apenas caso de registrar a imagem do País no Exterior e a do presidente junto à grande massa dos que se dispõem, segundo algumas pesquisas que citam

culam no Planalto, a votar no candidato do sr. José Sarney. É triplo o objetivo da grande manobra montada à custa da requisição da televisão: enganar o mundo com nossa capacidade de inventar soluções, apagar a imagem negativa do presidente a influenciar na sucessão presidencial.

Tendo ajudado a criar a Nova República teve resultado de enfraquecimento do maior partido do Ocidente ao qual pertencem, e tendo fundado a Novíssima, a partir do instante em que decidiu que o importante não era "não gastar", mas fazer gastar, o presidente Sarney herdou de todas as anteriores o hábito de influir na sucessão presidencial. Carlosamente não quer prestigiar um antigo companheiro de partido, como o sr. Fernando Collor de Mello, bem um adepto fervoroso da sua obra magna, a Norte-Sul, que é o sr. Leonel Brizola. O chefe de governo, buscando mostrar ao Brasil dos albaneses da SEI e dos moçambicanos de todas as reservas de mercado que a economia internacional o mediará, quer dar empurrãozinho nas candidaturas dos srs. Mário Covas e Guilherme Afif Domingos. Cuidem-se S.E.s, do apelo não pedido.

A não ser pelo desejo de realmente passar à História como o fundador de um novo modelo de desenvolvimento, e possivelmente amparado na compulsão de pretender um dia aparecer em público sem ser apunhado ou necessitar de segurança reforçada, inclusive nos próprios oficiais da União, nada explica por que deva o chefe de governo interferir num processo eleitoral em que todos os candidatos, uns mais educadamente do que outros, fazem o processo de seu governo.

Não faz sentido a presença do chefe de

governo, ao apagar das fozes de sua administração, pretender, como se diz (profundamente no Código Eleitoral, criar "estados mentais" na opinião pública mediante a descrição do que acontece no mundo. Todos já sabemos que o camarada Gorbachev enfrenta dificuldades sem conta para modernizar a economia soviética, clamando por empréstimos externos; todos sabemos que em 1992 a Europa será de fato única, até mesmo na moeda se u era. Tuitcher ceder em suas resoluções; todos sabemos que o mercado Estados Unidos-Canadá (ao qual se acrescenta o México) é enorme como realidade e maior como potencialidade. Ademais, sabemos que a tecnologia está substituindo as matérias-primas e diminuindo a importância da mão-de-obra barata no comércio internacional. Sabemos que o importante no computador não é fabricá-lo, mas saber usá-lo. Todos, até mesmo o presidente Sarney, sabemos disso — todos, menos os burocratas sobre os quais S. Exa. deveria exercer seu comando, e os deputados e senadores sobre os quais não exerce influência alguma, uns e outros, todos unidos, transformando o Brasil num país infeliz.

Do alto de sua especial percepção da realidade, o chefe de Estado se dispõe a comandar até mesmo os senhores parecíveis de seus assentados militares para marcar as eleições com sua presença na televisão. No fundo, bem no fundo, o presidente Sarney não afasta a ideia de poder dizer, um dia, que elegeu um presidente da República que salvou o Brasil, seguido em sugestões dele, acadêmico e imortal, que passou cinco anos na Presidência da República para ao final formular um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil.

A conta, o País paga!

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil * * *

Publicado desde 1921

Propriedade da Empresa Folha da Manhã S. A.

Diretor de Redação: Otávio Frias Filho — **Conselho Editorial:** Luiz Alberto Bahia, Rogério César de Cerqueira Leite, Osvaldo Peraivo, Marcelo Coelho, Roberto Macuda, Carlos Alberto Lange, João de Freitas e Otávio Frias Filho (secretário)

Compasso de espera

Não constituem propriamente novidade as declarações do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, e do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, segundo as quais o atual governo não teria a pretensão de debelar o processo inflacionário, e tampouco a de empreender a modernização do Estado brasileiro. Com efeito, parecem esgotadas as condições para que a administração federal se lance a essa tarefa; depois de diversos insucessos, e uma vez comprovado o descompromisso da maioria parlamentar com os princípios mais elementares da realidade econômica, o governo parece limitar suas expectativas à intenção de manter estabilizado o atual ritmo de aumento de preços — cerca de 30% ao mês.

Há, contudo, ponderável dose de ilusão a acompanhar a aparente modéstia desses objetivos. Os fatores psicológicos que tiveram influência determinante para afastar de imediato a ameaça de hiperinflação podem ceder, sem dúvida, ante eventuais sobressaltos da conjuntura; pressões visíveis, tanto dos custos de mão-de-obra como dos custos financeiros para as empresas, começam a acumular-se

num horizonte não muito longínquo. A iniciativa do Congresso Nacional, propondo a elaboração de um plano de emergência para assegurar um mínimo de estabilidade até a posse do futuro presidente, vai caindo no vazio — de que são responsáveis tanto o Executivo como a própria maioria dos deputados e senadores; e as declarações dos ministros Mailson da Nóbrega e Ronaldo Costa Couto parecem, neste sentido, reiterar a situação de relativa paralisia vigente no país.

Talvez a simples continuidade dos esforços contracionistas das autoridades econômicas seja suficiente para assegurar a estabilização na qual confia o ministro da Fazenda; seria difícil ariscar uma avaliação que vá além da mera consciência quanto à precariedade do quadro atual. Abandonando quaisquer pretensões de empreender algo mais decisivo contra a inflação, o atual governo admite uma realidade de exaustão política que o atinge tanto ao Congresso; resta saber se, até a posse do novo presidente, a situação econômica continuará a permitir atitudes tão contemplativas.

A questão dos bombeiros

Continua provocando acalorados debates a questão da autonomia do Corpo de Bombeiros em relação à Polícia Militar. Proposta nesse sentido já foi apresentada pelo deputado Adilson Monteiro Alves e ratificada pela Comissão de Sistematização da Constituinte paulista. Mas sofre intensa contestação, inclusive por parte do atual comandante da Polícia Militar de São Paulo, coronel Wilson Correia Leite. Segundo ele, a perda do Corpo de Bombeiros, cujo efetivo corresponde a 10% do total da PM, traria um desprestígio para aquela corporação, além de ser desnecessária já que os bombeiros de São Paulo têm oferecido provas mais do que satisfatórias, quanto à sua competência e desprendimento.

Trata-se de uma questão de grande interesse para toda população. E, sem dúvida, nossos bombeiros são merecedores de gratidão, pela maneira correta e invulgar bravura com que sempre se conduziram, em todas as emergências. Por isso mesmo o assunto impõe análise fria e isenta de preconceitos corporativos, o que, evidentemente, não se pode exigir do coronel comandante da PM, quem quer que ele seja.

Em nossos dias, o Corpo de Bombeiros, onde existe de fato, tornou-se uma corporação altamente especializada, sen-

do que essa especialidade engloba técnicas e tarefas que nada têm a ver com as da Polícia Militar. Daí porque a tendência mundial é no sentido de dar-lhe autonomia administrativa e operacional, com o que se obtém economia de tempo e de custos. Não há necessidade de que um bombeiro receba a mesma instrução básica que o soldado da Polícia Militar. Não precisa conhecer o manejo das armas, nem ter conhecimentos semelhantes. Precisa, sim, o quanto antes, familiarizar-se com o material variado e altamente técnico de que o Corpo de Bombeiros deve dispor. E ter um preparo físico adequado às tarefas perigosas que, muitas vezes, é chamado a cumprir. Com mais forte razão, os oficiais dessa corporação devem ser técnicos, inclusive em assuntos de segurança de prédios e formas de abordagem dos mesmos, em caso de sinistro. Todo o tempo de que puderem dispor será ainda pouco, uma vez que o avanço tecnológico, também nesse terreno, é cada vez mais rápido.

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Presidente

MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — Diretora

VICTORIO SHERING CAETAL — Superintendente Geral

MARCOS SA CORRÊA — Editor

FLAVIO PENICHO — Diretor Editorial

ROSETO POMPEU DE TOLEDO — Diretor Administrativo

Solidariedade Invisível

O que está acontecendo na Colômbia é algo de inédito em termos continentais: um país soberano vê-se acuado e desafiado por uma organização de criminosos, instalada dentro das suas fronteiras. A ministra da Justiça da Colômbia acaba de comportar-se como virtual fugitiva, e não se mostra absolutamente segura em seu cargo: pode vir a ser mais uma vítima dos esquadrões da morte.

Nas pistas que emergem das investigações sobre os *barões* da droga, já há referências ao Brasil — o que não chega a espantar, dada a extensão do território brasileiro e nossa vizinhança com a Colômbia. Perseguidos em seu país, os narcotraficantes teriam motivos para olhar em direção à Amazônia brasileira, como região suficientemente desprotegida para servir-lhes de abrigo.

Os cidadãos brasileiros têm todo o direito de exigir satisfações quanto a essas notícias. O que está sendo feito para impedir que o câncer colombiano transborde definitivamente para o nosso território que já foi incluído na rota das drogas?

Mas o assunto está longe de dizer respeito apenas ao Brasil e à Colômbia. Pelo contrário: o que cabe perguntar, a indagação que salta aos olhos é — por que um problema tão grave ainda não foi tratado em âmbito continental? A Colômbia acaba de pedir à OEA uma reunião referente a esse desafio. Precisava pedir?

Este é um continente de retórica fácil; e poucos temas têm sido mais ventilados e incentivados que o da famosa "integração continental". Pois aí está uma excelente oportunidade para demonstrar que essa idéia não é apenas matéria para discursos.

Um vizinho está ameaçado — e não por um movimento político ou ideológico, mas pela criminalidade mais escancarada. Brasil, Peru, Bolívia, Argentina, têm interesse direto nesse problema. Mas do lado do Brasil, o que se tem visto até agora é um silêncio inexplicável.

Causas infinitamente mais distantes fazem disparar declarações e abaixo-assinados. Os palestinos, por exemplo, já se beneficiaram dessa euforia diplomática. E os assuntos continentais, não são sérios se não disserem respeito a velhos lugares-comuns como a "luta contra o imperialismo".

A hora não é de retórica. Na Colômbia, mata-se com uma sem-cerimônia de fazer inveja ao velho Oeste americano. E mata-se com método: não há notícia de uma organização criminosa — nem mesmo a Máfia — que tenha chegado a esse grau de desfaçatez, que se dê ao luxo de desafiar um Estado nacional, e de fazer-lhe a suprema afronta que é propor negociações.

Nada disso parece refletir-se no movimento das chancelarias: o assunto está recebendo (quando recebe) tratamento rotineiro. Nenhum sentido de urgência, mesmo depois da ameaça direta a todas as pessoas que ocupam cargos de importância na Colômbia. É esta a "solidariedade continental"? Qual é, afinal, a política externa do Brasil? Ou um vizinho ameaçado não é considerado assunto de política externa? Serão "agentes do imperialismo" os norte-americanos que, neste momento, tentam ajudar a Colômbia a responder a um ataque assassino que atinge o cerne da integridade nacional?

Nem técnica, nem moral

A TRAVÉS do Ministro Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, o Governo admite que a venda de mansões em Brasília e de imóveis da União em todo o País deverá surtir um efeito apenas moral: a desmobilização desse patrimônio serviria de símbolo de austeridade.

DE FATO, uma real transição democrática tem muito de uma conversão moral: cabe-lhe sepultar o apetite pela pompa característico de um poder divorciado da Nação, a afirmar-se pela majestade, uma das variantes da opressão.

ENTRE as intenções e a prática vai boa distância. Distância que o Governo tem que percorrer na íntegra, quer por coerência com princípios, quer por respeito com o público alvo desse seu gesto simbólico — um público que há muito trocou a ingenuidade pela descrença.

AS MAIS puras intenções não garantem a moralidade das ações. E se diz o provérbio que de boas intenções o inferno está cheio, é justamente porque se situa na prática e nas ações o lugar pró-

prio da moralidade: não há como esperar de boas intenções o saneamento de uma ação intrinsecamente imoral. Por sua vez, o gesto simbólico adquire esse valor de sua percepção fácil por todos, de sua absoluta transparência. Sem essa cautela, a descrença será empurrada para mais adiante — para um cinismo fatalista, talvez.

PORTANTO, ao anúncio dessa desmobilização fantástica — seriam, além das mansões, apartamentos funcionais e outros imóveis, terrenos e projeções, rondando a total pela casa dos 20 mil — deve-se seguir a das medidas que lhe garantam a lisura e recuperem a crença na austeridade como pedra de toque da dignidade da administração pública. A forma de alienação desses imóveis tem que se pautar rigorosamente por seus propósitos.

ORA, por que essa forma ainda não está determinada? Por que, junto com o anúncio da alienação, não ficou esta logo condicionada à norma comum das transações do Estado com os particulares — a licitação pública? O público brasileiro, habituado a

ver periodicamente nos jornais os editais da Caixa Econômica Federal a colocar em leilão imóveis de mutuaristas tornados insolventes, aceitará que o próprio Governo adotasse outra forma, sem suspeitá-lo de favorecimento e de hipocrisia?

ESTÁ certo que o Governo mantenha uma reserva técnica de imóveis, destinadas a funcionários chamados a cargos de confiança — de ocupação temporária e, pois, vedados a uma aquisição definitiva. Estabelecer, porém, preferência na aquisição, para funcionários que tenham vínculo permanente com o serviço público, e com condições extremamente generosas de financiamento, é instituir uma nova reserva de mercado e uma modalidade privilegiada de aquisição de propriedade.

NADA mais estranho a um Governo despojado que administrar benesses. E nada mais contrário a um Governo convertido ao serviço à sociedade que os subterfúgios da discriminação: a discriminação que restringe a licitação, para deixar uma reserva, nem técnica, nem moral, de favorecimentos.

Baixo nível

Edi. Nº 46

A quantidade de panfletos apócrifos que começaram a circular no Rio, dizendo cobras e lagartos principalmente dos candidatos Leonel Brizola e Fernando Collor de Mello, justamente os dois mais bem colocados nas pesquisas, mostra que a campanha eleitoral está tomando rumos perigosos.

Os ataques às atitudes políticas dos candidatos são normais em qualquer parte do mundo e até úteis para que o eleitor conheça bem quem está pedindo o seu voto. Mas atacar a honra dos políticos e, principalmente, envolver as famílias dos adversários nesses ataques é um abuso inadmissível.

Pior ainda é quando esses panfletos de baixíssimo nível são apócrifos. Quem ataca deve ter pelo menos a coragem de se indentificar. Tentar ofender a honra de quem quer que seja se escondendo no anonimato é uma covardia que só contribui para fomentar um clima de violência na campanha.

Cabe à Polícia descobrir e prender quem está distribuindo esses panfletos para, através dessas pessoas, a Justiça Eleitoral chegar aos autores intelectuais e mandantes, que devem ser punidos exemplarmente.

Não é baixando o nível da campanha que qualquer candidato conseguirá vencer as eleições. Os eleitores brasileiros estão maduros o suficiente para entenderem que devem escolher quem apresentar melhores propostas para tirar o País da crise econômica e social em que vive.

Candidatos a Presidente da República têm uma responsabilidade muito grande e devem conter seus correligionários para que a campanha eleitoral transcorra normalmente, sem violência, pois isso contribuirá para o aperfeiçoamento do regime democrático no Brasil, seja quem for o vencedor no dia 15 de novembro.

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara.
É se mais mundo houvera, lá chegou.
CAMÕES, e. Villeit.

Diretor-Geral
Paulo Cabral de Araújo

Diretor-Supervendente
Edison Cid Varela

Diretor-Responsável
Ari Cunha

Editor-Geral
Ronaldo Martins Junqueira

Gerente-Geral
Alberto de Sá Filho

Gerente Financeiro
Evaristo de Oliveira

Gerente Técnico
Ari Lopes Cunha

Gerente Comercial
Maurício Dinepi

Exigência nacional

Um programa que nasceu para atenuar a dependência externa de energia carburante, o Proálcool, está quase à beira do colapso, já visível a possibilidade de uma crise no abastecimento a partir de fevereiro próximo. Pânico é a única expressão capaz de definir, em seus contornos trágicos, o sentimento que se apossa dos quatro milhões de proprietários de veículos a álcool, ao tomarem conhecimento da situação em perspectiva. Jamais seria concebível admitir que uma estratégia profundamente associada à própria independência econômica do País chegasse à iminência de uma grave ameaça de extinção.

Sabem todos os habitantes deste país ser o Brasil criticado pelos povos desenvolvidos justamente por não cultivar a coerência e a seriedade. Mas raia à loucura o conjunto de ações omissivas que põe que, agora, em xeque o Programa Nacional do Alcool. Está-se diante de um impasse capaz de tornar compulsório o cúmulo da insensatez, que é não oferecer aos usuários do álcool hidratado senão a possibilidade de converter para o consumo de gasolina nada menos de quatro milhões de motores.

Por e que as hipóteses em exame para reduzir os efeitos do desabastecimento previsto para o começo do próximo ano são todas inadequadas. A redução de 18 para 12 por cento da mistura de álcool na gasolina, além de aumentar os níveis de degradação

ambiental nas grandes cidades, não é suficiente para compensar a queda de produção estimada em torno de 1,5 bilhão de litros de combustível vegetal. E a introdução de cinco por cento de gasolina no álcool provocará desregulações inevitáveis nos motores, com prejuízos para os proprietários.

Se já não é mais possível retroceder no tempo para corrigir as distorções, erros e desidias que condenaram o Proálcool a uma situação pré-falimentar, nenhuma conveniência poderá ser invocado para impedir a adoção imediata de providências saneadoras. Não cabe a alegação de que, no ocaso de sua força política, o Governo atual está dispensado de executar ações de envergadura. Caso semelhante raciocínio prevalecesse, seria irrecusável admitir que o Brasil caminha à matroca, sem comando e paralisado pela astenia administrativa.

É preciso dizer que as razões inspiradoras do Proálcool — os aumentos astronômicos dos preços do petróleo em duas ocasiões — prevalecem ainda hoje. Os principais países produtores de óleo situam-se em uma área, o Oriente Médio, cronicamente assolada em conflitos regionais e em insurreições internas, com a agravante de estarem atualmente reunidos em verdadeiro cartel. Portanto, restabelecer a plenitude potencializadora do Proálcool é exigência da própria soberania nacional.

Abrindo a janela

Embora seja evidente que na hipótese de eventual desaforo cambial o País deva privilegiar importações de bens de capital, pois são essenciais ao crescimento econômico, parece estrategicamente conveniente utilizar em relação a certos setores industriais o mesmo instrumento de contrapressão a que se recorre freqüentemente em relação à agricultura, a importação de bens de consumo duráveis. Por que só a agricultura há de sofrer, ciclicamente, a concorrência do produto estrangeiro?

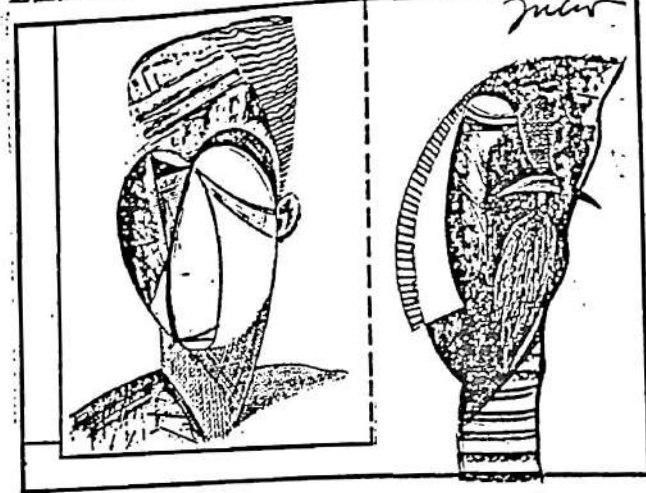
A economia brasileira está amadurecida o suficiente para não mais sancionar reservas de mercado do tipo daquelas que conservamos há quarenta anos, como a da indústria automobilística, a mais pujante da América Latina. A reserva de mercado é um instrumento de que se valem as economias em desenvolvimento para favorecer a implantação de setores industriais considerados úteis ao País. É claro que, nos seus primórdios, a reserva no setor automobilístico fazia sentido, tendo sido ela o fator preponderante da sua implantação e consolidação. Mas a perpetuação da reserva é danosa à própria indústria beneficiada, pois mascara eventual ineficiência impedindo o desenvolvimento da sua capacidade de competir. A indústria automobilística brasileira está nesta posição. A reserva permite-lhe vender internamente veículos de qualidade inferior aos que exporta e a preços elevados por padrões internacionais. Agora mesmo, poucas semanas após o último aumento, a indústria pressiona por um novo reajuste de 50 por cen-

to e o Governo terá de ceder porque ela tem o poder de desabastecer e de cobrar ágio através de empresas periféricas ao sistema formal de revenda.

Não só o setor automobilístico mas um amplo espectro de segmentos industriais deveria ser objeto de estímulos através do mecanismo da competição com similares estrangeiros. O setor de eletrodomésticos historicamente tem sido o mais apressado em corrigir preços sempre que apanha o Governo em posição de força desfavorável. Por que não agir em relação a ele como se age toda vez que o mercado puxa para cima os preços agrícolas?

A liberalização das importações, além dos seus efeitos imediatos na regularização de preços, é extremamente saudável também por seu efeito pedagógico sobre o consumidor brasileiro. É preciso fazê-lo conhecer o que outros povos estão fazendo, com que qualidade o estão fazendo e a que preço. É preciso que o consumidor brasileiro saiba, por exemplo, que uma geladeira americana dura 20 anos, como aliás duravam as geladeiras brasileiras do passado. Ou que um automóvel produzido nos países mais desenvolvidos utiliza chapas resistentes, não as chapas reaproveitadas que se comportam como papel-celofane no nosso tráfego congestionado. Enfim, o Brasil, o País líder da América Latina, não pode viver isolado, convivendo só no contrabando com os produtos que a moderna tecnologia está produzindo. É preciso abrir uma janela para o mundo.

Espaço aberto



Os presidenciáveis e a cultura

JOSE ARISTÓTELES DRUMMOND



Hoje são da moda e instrumentos de cultura. Não resisti. Além do prazer pessoal de fazer uma coisa que há alguns dias me motivava: me recordei e honroo com a participação de desenhos...

lização permitiu que os latinos cobrassem o termo "humanismo", e daí largaram, altura e sentido verdadeiramente humano e holístico ao processo cultural. Aristóteles Basile...

O Brasil viveu esse antagonismo durante a Segunda Grande Guerra, quando o conceito de cultura nacional, embuído em nacionalismo festivo, predominou sobre a cultura internacional...

É possível que bom número dos que aspiram à Presidência pensem e respondam de maneira formal, sem causar estranheza...

A cultura não é algo secundário. Simples em algumas de suas formas, complexa em outras, cultura, no sentido antropológico do termo, é todo o modo de vida de um povo...

A cultura condiciona o equilíbrio social e psicológico dos indivíduos. Será tanto mais autônoma e original, quanto mais rica e sublimada for a vida que a ela se relaciona...

Essa aliança entre cultura e civilização, aliás, não é exclusiva da América Latina. Ela também existe em outras partes do mundo...

lras do passado para reconstruir o presente, enfrentando seus traumas.

Cultura, não importa quanto a saúde

Somos apodados em nossas culturas sempre que importamos soluções adaptadas ao nosso meio — o que, infelizmente, tem acontecido com frequência. A reforma universitária de 1968, para citar exemplo...

Relaciono cultura com desenvolvimento, pois se sabe que o passo de superação do subdesenvolvimento começa no instante em que um país encontra soluções próprias para seus problemas...

De minha parte, entendo que as formas culturais autênticas e livres estão relacionadas com a soberania e o desenvolvimento de um povo.

Quando como pelo respeito às tradições não se exprime pelo comprometimento. Acredito que o passo seguinte não deve ser a ruptura...

Esses grupos, empossados nos governos estaduais e na Constituição, são hoje terminos e sonho do Plano Cruzado...

O pleito da traição

Um espetáculo, aliás, inédito, inédito na história política. Inicialmente, o grande traído foi o presidente da República. Usado e abusado pela ala esquerda da Aliança Democrática...

Depois de um período de calma, na área da desobediência, sua volta se deu sob o comando do presidente João Figueiredo.

Foi o candidato Paulo Maluf alvo de campanha de destruição. No âmbito nacional, PSD, foi o primeiro, depois que desajustaram modificações na regra do jogo...

está hoje órfão dos próprios companheiros. Suas campanhas vivem momentos mais de ridículo do que de dificuldade...

No centro- liberal o paradoxo é tão grande que o candidato do PL, deputado Guilherme Afif Domingos, embora tendo como o de melhores índices...

Também Leonard Brito está sendo próximo com seu próprio partido. A como se o país estivesse da violência e do terror, que a promoção de desordem, sendo ligado com a candidatura do chefe.

Um dos grandes que, depois de anos, gar dias significativas no âmbito municipal, agora, se sucedeu presidencial, depois uma das últimas posições. O crescimento da prática de traição...

LIQUIDAÇÃO

LIQUIDAÇÃO. LIMPELA EM ESTIPE. ALICIAS DE 50%. 5 X SEM ACRESCIMO.

Isonomia nas carreiras jurídicas

NOTÍCIAS

A Constituição Federal, de 3 de outubro de 1968, estabelece, no § 1º de seu artigo 39, que "a lei assegurará, aos servidores da administração direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, relativas às vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho".

A letra deste dispositivo não autoriza a exclusão que quando se trata de ocupantes de cargos que tenham atribuições iguais ou de ocupantes de cargos semelhantes, os respectivos vencimentos devem ser iguais, porquanto, assim, a Constituição garante e trata isonomia.

Ocorre que a própria Constituição Federal, em outro dispositivo, estabelece — no § 1º de seu artigo 39, § 1º de seu artigo 39, § 2º de seu artigo 39, § 3º de seu artigo 39, § 4º de seu artigo 39, § 5º de seu artigo 39, § 6º de seu artigo 39, § 7º de seu artigo 39, § 8º de seu artigo 39, § 9º de seu artigo 39, § 10º de seu artigo 39, § 11º de seu artigo 39, § 12º de seu artigo 39, § 13º de seu artigo 39, § 14º de seu artigo 39, § 15º de seu artigo 39, § 16º de seu artigo 39, § 17º de seu artigo 39, § 18º de seu artigo 39, § 19º de seu artigo 39, § 20º de seu artigo 39, § 21º de seu artigo 39, § 22º de seu artigo 39, § 23º de seu artigo 39, § 24º de seu artigo 39, § 25º de seu artigo 39, § 26º de seu artigo 39, § 27º de seu artigo 39, § 28º de seu artigo 39, § 29º de seu artigo 39, § 30º de seu artigo 39, § 31º de seu artigo 39, § 32º de seu artigo 39, § 33º de seu artigo 39, § 34º de seu artigo 39, § 35º de seu artigo 39, § 36º de seu artigo 39, § 37º de seu artigo 39, § 38º de seu artigo 39, § 39º de seu artigo 39, § 40º de seu artigo 39, § 41º de seu artigo 39, § 42º de seu artigo 39, § 43º de seu artigo 39, § 44º de seu artigo 39, § 45º de seu artigo 39, § 46º de seu artigo 39, § 47º de seu artigo 39, § 48º de seu artigo 39, § 49º de seu artigo 39, § 50º de seu artigo 39, § 51º de seu artigo 39, § 52º de seu artigo 39, § 53º de seu artigo 39, § 54º de seu artigo 39, § 55º de seu artigo 39, § 56º de seu artigo 39, § 57º de seu artigo 39, § 58º de seu artigo 39, § 59º de seu artigo 39, § 60º de seu artigo 39, § 61º de seu artigo 39, § 62º de seu artigo 39, § 63º de seu artigo 39, § 64º de seu artigo 39, § 65º de seu artigo 39, § 66º de seu artigo 39, § 67º de seu artigo 39, § 68º de seu artigo 39, § 69º de seu artigo 39, § 70º de seu artigo 39, § 71º de seu artigo 39, § 72º de seu artigo 39, § 73º de seu artigo 39, § 74º de seu artigo 39, § 75º de seu artigo 39, § 76º de seu artigo 39, § 77º de seu artigo 39, § 78º de seu artigo 39, § 79º de seu artigo 39, § 80º de seu artigo 39, § 81º de seu artigo 39, § 82º de seu artigo 39, § 83º de seu artigo 39, § 84º de seu artigo 39, § 85º de seu artigo 39, § 86º de seu artigo 39, § 87º de seu artigo 39, § 88º de seu artigo 39, § 89º de seu artigo 39, § 90º de seu artigo 39, § 91º de seu artigo 39, § 92º de seu artigo 39, § 93º de seu artigo 39, § 94º de seu artigo 39, § 95º de seu artigo 39, § 96º de seu artigo 39, § 97º de seu artigo 39, § 98º de seu artigo 39, § 99º de seu artigo 39, § 100º de seu artigo 39, § 101º de seu artigo 39, § 102º de seu artigo 39, § 103º de seu artigo 39, § 104º de seu artigo 39, § 105º de seu artigo 39, § 106º de seu artigo 39, § 107º de seu artigo 39, § 108º de seu artigo 39, § 109º de seu artigo 39, § 110º de seu artigo 39, § 111º de seu artigo 39, § 112º de seu artigo 39, § 113º de seu artigo 39, § 114º de seu artigo 39, § 115º de seu artigo 39, § 116º de seu artigo 39, § 117º de seu artigo 39, § 118º de seu artigo 39, § 119º de seu artigo 39, § 120º de seu artigo 39, § 121º de seu artigo 39, § 122º de seu artigo 39, § 123º de seu artigo 39, § 124º de seu artigo 39, § 125º de seu artigo 39, § 126º de seu artigo 39, § 127º de seu artigo 39, § 128º de seu artigo 39, § 129º de seu artigo 39, § 130º de seu artigo 39, § 131º de seu artigo 39, § 132º de seu artigo 39, § 133º de seu artigo 39, § 134º de seu artigo 39, § 135º de seu artigo 39, § 136º de seu artigo 39, § 137º de seu artigo 39, § 138º de seu artigo 39, § 139º de seu artigo 39, § 140º de seu artigo 39, § 141º de seu artigo 39, § 142º de seu artigo 39, § 143º de seu artigo 39, § 144º de seu artigo 39, § 145º de seu artigo 39, § 146º de seu artigo 39, § 147º de seu artigo 39, § 148º de seu artigo 39, § 149º de seu artigo 39, § 150º de seu artigo 39, § 151º de seu artigo 39, § 152º de seu artigo 39, § 153º de seu artigo 39, § 154º de seu artigo 39, § 155º de seu artigo 39, § 156º de seu artigo 39, § 157º de seu artigo 39, § 158º de seu artigo 39, § 159º de seu artigo 39, § 160º de seu artigo 39, § 161º de seu artigo 39, § 162º de seu artigo 39, § 163º de seu artigo 39, § 164º de seu artigo 39, § 165º de seu artigo 39, § 166º de seu artigo 39, § 167º de seu artigo 39, § 168º de seu artigo 39, § 169º de seu artigo 39, § 170º de seu artigo 39, § 171º de seu artigo 39, § 172º de seu artigo 39, § 173º de seu artigo 39, § 174º de seu artigo 39, § 175º de seu artigo 39, § 176º de seu artigo 39, § 177º de seu artigo 39, § 178º de seu artigo 39, § 179º de seu artigo 39, § 180º de seu artigo 39, § 181º de seu artigo 39, § 182º de seu artigo 39, § 183º de seu artigo 39, § 184º de seu artigo 39, § 185º de seu artigo 39, § 186º de seu artigo 39, § 187º de seu artigo 39, § 188º de seu artigo 39, § 189º de seu artigo 39, § 190º de seu artigo 39, § 191º de seu artigo 39, § 192º de seu artigo 39, § 193º de seu artigo 39, § 194º de seu artigo 39, § 195º de seu artigo 39, § 196º de seu artigo 39, § 197º de seu artigo 39, § 198º de seu artigo 39, § 199º de seu artigo 39, § 200º de seu artigo 39, § 201º de seu artigo 39, § 202º de seu artigo 39, § 203º de seu artigo 39, § 204º de seu artigo 39, § 205º de seu artigo 39, § 206º de seu artigo 39, § 207º de seu artigo 39, § 208º de seu artigo 39, § 209º de seu artigo 39, § 210º de seu artigo 39, § 211º de seu artigo 39, § 212º de seu artigo 39, § 213º de seu artigo 39, § 214º de seu artigo 39, § 215º de seu artigo 39, § 216º de seu artigo 39, § 217º de seu artigo 39, § 218º de seu artigo 39, § 219º de seu artigo 39, § 220º de seu artigo 39, § 221º de seu artigo 39, § 222º de seu artigo 39, § 223º de seu artigo 39, § 224º de seu artigo 39, § 225º de seu artigo 39, § 226º de seu artigo 39, § 227º de seu artigo 39, § 228º de seu artigo 39, § 229º de seu artigo 39, § 230º de seu artigo 39, § 231º de seu artigo 39, § 232º de seu artigo 39, § 233º de seu artigo 39, § 234º de seu artigo 39, § 235º de seu artigo 39, § 236º de seu artigo 39, § 237º de seu artigo 39, § 238º de seu artigo 39, § 239º de seu artigo 39, § 240º de seu artigo 39, § 241º de seu artigo 39, § 242º de seu artigo 39, § 243º de seu artigo 39, § 244º de seu artigo 39, § 245º de seu artigo 39, § 246º de seu artigo 39, § 247º de seu artigo 39, § 248º de seu artigo 39, § 249º de seu artigo 39, § 250º de seu artigo 39, § 251º de seu artigo 39, § 252º de seu artigo 39, § 253º de seu artigo 39, § 254º de seu artigo 39, § 255º de seu artigo 39, § 256º de seu artigo 39, § 257º de seu artigo 39, § 258º de seu artigo 39, § 259º de seu artigo 39, § 260º de seu artigo 39, § 261º de seu artigo 39, § 262º de seu artigo 39, § 263º de seu artigo 39, § 264º de seu artigo 39, § 265º de seu artigo 39, § 266º de seu artigo 39, § 267º de seu artigo 39, § 268º de seu artigo 39, § 269º de seu artigo 39, § 270º de seu artigo 39, § 271º de seu artigo 39, § 272º de seu artigo 39, § 273º de seu artigo 39, § 274º de seu artigo 39, § 275º de seu artigo 39, § 276º de seu artigo 39, § 277º de seu artigo 39, § 278º de seu artigo 39, § 279º de seu artigo 39, § 280º de seu artigo 39, § 281º de seu artigo 39, § 282º de seu artigo 39, § 283º de seu artigo 39, § 284º de seu artigo 39, § 285º de seu artigo 39, § 286º de seu artigo 39, § 287º de seu artigo 39, § 288º de seu artigo 39, § 289º de seu artigo 39, § 290º de seu artigo 39, § 291º de seu artigo 39, § 292º de seu artigo 39, § 293º de seu artigo 39, § 294º de seu artigo 39, § 295º de seu artigo 39, § 296º de seu artigo 39, § 297º de seu artigo 39, § 298º de seu artigo 39, § 299º de seu artigo 39, § 300º de seu artigo 39, § 301º de seu artigo 39, § 302º de seu artigo 39, § 303º de seu artigo 39, § 304º de seu artigo 39, § 305º de seu artigo 39, § 306º de seu artigo 39, § 307º de seu artigo 39, § 308º de seu artigo 39, § 309º de seu artigo 39, § 310º de seu artigo 39, § 311º de seu artigo 39, § 312º de seu artigo 39, § 313º de seu artigo 39, § 314º de seu artigo 39, § 315º de seu artigo 39, § 316º de seu artigo 39, § 317º de seu artigo 39, § 318º de seu artigo 39, § 319º de seu artigo 39, § 320º de seu artigo 39, § 321º de seu artigo 39, § 322º de seu artigo 39, § 323º de seu artigo 39, § 324º de seu artigo 39, § 325º de seu artigo 39, § 326º de seu artigo 39, § 327º de seu artigo 39, § 328º de seu artigo 39, § 329º de seu artigo 39, § 330º de seu artigo 39, § 331º de seu artigo 39, § 332º de seu artigo 39, § 333º de seu artigo 39, § 334º de seu artigo 39, § 335º de seu artigo 39, § 336º de seu artigo 39, § 337º de seu artigo 39, § 338º de seu artigo 39, § 339º de seu artigo 39, § 340º de seu artigo 39, § 341º de seu artigo 39, § 342º de seu artigo 39, § 343º de seu artigo 39, § 344º de seu artigo 39, § 345º de seu artigo 39, § 346º de seu artigo 39, § 347º de seu artigo 39, § 348º de seu artigo 39, § 349º de seu artigo 39, § 350º de seu artigo 39, § 351º de seu artigo 39, § 352º de seu artigo 39, § 353º de seu artigo 39, § 354º de seu artigo 39, § 355º de seu artigo 39, § 356º de seu artigo 39, § 357º de seu artigo 39, § 358º de seu artigo 39, § 359º de seu artigo 39, § 360º de seu artigo 39, § 361º de seu artigo 39, § 362º de seu artigo 39, § 363º de seu artigo 39, § 364º de seu artigo 39, § 365º de seu artigo 39, § 366º de seu artigo 39, § 367º de seu artigo 39, § 368º de seu artigo 39, § 369º de seu artigo 39, § 370º de seu artigo 39, § 371º de seu artigo 39, § 372º de seu artigo 39, § 373º de seu artigo 39, § 374º de seu artigo 39, § 375º de seu artigo 39, § 376º de seu artigo 39, § 377º de seu artigo 39, § 378º de seu artigo 39, § 379º de seu artigo 39, § 380º de seu artigo 39, § 381º de seu artigo 39, § 382º de seu artigo 39, § 383º de seu artigo 39, § 384º de seu artigo 39, § 385º de seu artigo 39, § 386º de seu artigo 39, § 387º de seu artigo 39, § 388º de seu artigo 39, § 389º de seu artigo 39, § 390º de seu artigo 39, § 391º de seu artigo 39, § 392º de seu artigo 39, § 393º de seu artigo 39, § 394º de seu artigo 39, § 395º de seu artigo 39, § 396º de seu artigo 39, § 397º de seu artigo 39, § 398º de seu artigo 39, § 399º de seu artigo 39, § 400º de seu artigo 39, § 401º de seu artigo 39, § 402º de seu artigo 39, § 403º de seu artigo 39, § 404º de seu artigo 39, § 405º de seu artigo 39, § 406º de seu artigo 39, § 407º de seu artigo 39, § 408º de seu artigo 39, § 409º de seu artigo 39, § 410º de seu artigo 39, § 411º de seu artigo 39, § 412º de seu artigo 39, § 413º de seu artigo 39, § 414º de seu artigo 39, § 415º de seu artigo 39, § 416º de seu artigo 39, § 417º de seu artigo 39, § 418º de seu artigo 39, § 419º de seu artigo 39, § 420º de seu artigo 39, § 421º de seu artigo 39, § 422º de seu artigo 39, § 423º de seu artigo 39, § 424º de seu artigo 39, § 425º de seu artigo 39, § 426º de seu artigo 39, § 427º de seu artigo 39, § 428º de seu artigo 39, § 429º de seu artigo 39, § 430º de seu artigo 39, § 431º de seu artigo 39, § 432º de seu artigo 39, § 433º de seu artigo 39, § 434º de seu artigo 39, § 435º de seu artigo 39, § 436º de seu artigo 39, § 437º de seu artigo 39, § 438º de seu artigo 39, § 439º de seu artigo 39, § 440º de seu artigo 39, § 441º de seu artigo 39, § 442º de seu artigo 39, § 443º de seu artigo 39, § 444º de seu artigo 39, § 445º de seu artigo 39, § 446º de seu artigo 39, § 447º de seu artigo 39, § 448º de seu artigo 39, § 449º de seu artigo 39, § 450º de seu artigo 39, § 451º de seu artigo 39, § 452º de seu artigo 39, § 453º de seu artigo 39, § 454º de seu artigo 39, § 455º de seu artigo 39, § 456º de seu artigo 39, § 457º de seu artigo 39, § 458º de seu artigo 39, § 459º de seu artigo 39, § 460º de seu artigo 39, § 461º de seu artigo 39, § 462º de seu artigo 39, § 463º de seu artigo 39, § 464º de seu artigo 39, § 465º de seu artigo 39, § 466º de seu artigo 39, § 467º de seu artigo 39, § 468º de seu artigo 39, § 469º de seu artigo 39, § 470º de seu artigo 39, § 471º de seu artigo 39, § 472º de seu artigo 39, § 473º de seu artigo 39, § 474º de seu artigo 39, § 475º de seu artigo 39, § 476º de seu artigo 39, § 477º de seu artigo 39, § 478º de seu artigo 39, § 479º de seu artigo 39, § 480º de seu artigo 39, § 481º de seu artigo 39, § 482º de seu artigo 39, § 483º de seu artigo 39, § 484º de seu artigo 39, § 485º de seu artigo 39, § 486º de seu artigo 39, § 487º de seu artigo 39, § 488º de seu artigo 39, § 489º de seu artigo 39, § 490º de seu artigo 39, § 491º de seu artigo 39, § 492º de seu artigo 39, § 493º de seu artigo 39, § 494º de seu artigo 39, § 495º de seu artigo 39, § 496º de seu artigo 39, § 497º de seu artigo 39, § 498º de seu artigo 39, § 499º de seu artigo 39, § 500º de seu artigo 39, § 501º de seu artigo 39, § 502º de seu artigo 39, § 503º de seu artigo 39, § 504º de seu artigo 39, § 505º de seu artigo 39, § 506º de seu artigo 39, § 507º de seu artigo 39, § 508º de seu artigo 39, § 509º de seu artigo 39, § 510º de seu artigo 39, § 511º de seu artigo 39, § 512º de seu artigo 39, § 513º de seu artigo 39, § 514º de seu artigo 39, § 515º de seu artigo 39, § 516º de seu artigo 39, § 517º de seu artigo 39, § 518º de seu artigo 39, § 519º de seu artigo 39, § 520º de seu artigo 39, § 521º de seu artigo 39, § 522º de seu artigo 39, § 523º de seu artigo 39, § 524º de seu artigo 39, § 525º de seu artigo 39, § 526º de seu artigo 39, § 527º de seu artigo 39, § 528º de seu artigo 39, § 529º de seu artigo 39, § 530º de seu artigo 39, § 531º de seu artigo 39, § 532º de seu artigo 39, § 533º de seu artigo 39, § 534º de seu artigo 39, § 535º de seu artigo 39, § 536º de seu artigo 39, § 537º de seu artigo 39, § 538º de seu artigo 39, § 539º de seu artigo 39, § 540º de seu artigo 39, § 541º de seu artigo 39, § 542º de seu artigo 39, § 543º de seu artigo 39, § 544º de seu artigo 39, § 545º de seu artigo 39, § 546º de seu artigo 39, § 547º de seu artigo 39, § 548º de seu artigo 39, § 549º de seu artigo 39, § 550º de seu artigo 39, § 551º de seu artigo 39, § 552º de seu artigo 39, § 553º de seu artigo 39, § 554º de seu artigo 39, § 555º de seu artigo 39, § 556º de seu artigo 39, § 557º de seu artigo 39, § 558º de seu artigo 39, § 559º de seu artigo 39, § 560º de seu artigo 39, § 561º de seu artigo 39, § 562º de seu artigo 39, § 563º de seu artigo 39, § 564º de seu artigo 39, § 565º de seu artigo 39, § 566º de seu artigo 39, § 567º de seu artigo 39, § 568º de seu artigo 39, § 569º de seu artigo 39, § 570º de seu artigo 39, § 571º de seu artigo 39, § 572º de seu artigo 39, § 573º de seu artigo 39, § 574º de seu artigo 39, § 575º de seu artigo 39, § 576º de seu artigo 39, § 577º de seu artigo 39, § 578º de seu artigo 39, § 579º de seu artigo 39, § 580º de seu artigo 39, § 581º de seu artigo 39, § 582º de seu artigo 39, § 583º de seu artigo 39, § 584º de seu artigo 39, § 585º de seu artigo 39, § 586º de seu artigo 39, § 587º de seu artigo 39, § 588º de seu artigo 39, § 589º de seu artigo 39, § 590º de seu artigo 39, § 591º de seu artigo 39, § 592º de seu artigo 39, § 593º de seu artigo 39, § 594º de seu artigo 39, § 595º de seu artigo 39, § 596º de seu artigo 39, § 597º de seu artigo 39, § 598º de seu artigo 39, § 599º de seu artigo 39, § 600º de seu artigo 39, § 601º de seu artigo 39, § 602º de seu artigo 39, § 603º de seu artigo 39, § 604º de seu artigo 39, § 605º de seu artigo 39, § 606º de seu artigo 39, § 607º de seu artigo 39, § 608º de seu artigo 39, § 609º de seu artigo 39, § 610º de seu artigo 39, § 611º de seu artigo 39, § 612º de seu artigo 39, § 613º de seu artigo 39, § 614º de seu artigo 39, § 615º de seu artigo 39, § 616º de seu artigo 39, § 617º de seu artigo 39, § 618º de seu artigo 39, § 619º de seu artigo 39, § 620º de seu artigo 39, § 621º de seu artigo 39, § 622º de seu artigo 39, § 623º de seu artigo 39, § 624º de seu artigo 39, § 625º de seu artigo 39, § 626º de seu artigo 39, § 627º de seu artigo 39, § 628º de seu artigo 39, § 629º de seu artigo 39, § 630º de seu artigo 39, § 631º de seu artigo 39, § 632º de seu artigo 39, § 633º de seu artigo 39, § 634º de seu artigo 39, § 635º de seu artigo 39, § 636º de seu artigo 39, § 637º de seu artigo 39, § 638º de seu artigo 39, § 639º de seu artigo 39, § 640º de seu artigo 39, § 641º de seu artigo 39, § 642º de seu artigo 39, § 643º de seu artigo 39, § 644º de seu artigo 39, § 645º de seu artigo 39, § 646º de seu artigo 39, § 647º de seu artigo 39, § 648º de seu artigo 39, § 649º de seu artigo 39, § 650º de seu artigo 39, § 651º de seu artigo 39, § 652º de seu artigo 39, § 653º de seu artigo 39, § 654º de seu artigo 39, § 655º de seu artigo 39, § 656º de seu artigo 39, § 657º de seu artigo 39, § 658º de seu artigo 39, § 659º de seu artigo 39, § 660º de seu artigo 39, § 661º de seu artigo 39, § 662º de seu artigo 39, § 663º de seu artigo 39, § 664º de seu artigo 39, § 665º de seu artigo 39, § 666º de seu artigo 39, § 667º de seu artigo 39, § 668º de seu artigo 39, § 669º de seu artigo 39, § 670º de seu artigo 39, § 671º de seu artigo 39, § 672º de seu artigo 39, § 673º de seu artigo 39, § 674º de seu artigo 39, § 675º de seu artigo 39, § 676º de seu artigo 39, § 677º de seu artigo 39, § 678º de seu artigo 39, § 679º de seu artigo 39, § 680º de seu artigo 39, § 681º de seu artigo 39, § 682º de seu artigo 39, § 683º de seu artigo 39, § 684º de seu artigo 39, § 685º de seu artigo 39, § 686º de seu artigo 39, § 687º de seu artigo 39, § 688º de seu artigo 39, § 689º de seu artigo 39, § 690º de seu artigo 39, § 691º de seu artigo 39, § 692º de seu artigo 39, § 693º de seu artigo 39, § 694º de seu artigo 39, § 695º de seu artigo 39, § 696º de seu artigo 39, § 697º de seu artigo 39, § 698º de seu artigo 39, § 699º de seu artigo 39, § 700º de seu artigo 39, § 701º de seu artigo 39, § 702º de seu artigo 39, § 703º de seu artigo 39, § 704º de seu artigo 39, § 705º de seu artigo 39, § 706º de seu artigo 39, § 707º de seu artigo 39, § 708º de seu artigo 39, § 709º de seu artigo 39, § 710º de seu artigo 39, § 711º de seu artigo 39, § 712º de seu artigo 39, § 713º de seu artigo 39, § 714º de seu artigo 39, § 715º de seu artigo 39, § 716º de seu artigo 39, § 717º de seu artigo 39, § 718º de seu artigo 39, § 719º de seu artigo 39, § 720º de seu artigo 39, § 721º de seu artigo 39, § 722º de seu artigo 39, § 723º de seu artigo 39, § 724º de seu artigo 39, § 725º de seu artigo 39, § 726º de seu artigo 39, § 727º de seu artigo 39, § 728º de seu artigo 39, § 729º de seu artigo 39, § 730º de seu artigo 39, § 731º de seu artigo 39, § 732º de seu artigo 39, § 733º de seu artigo 39, § 734º de seu artigo 39, § 735º de seu artigo 39, § 736º de seu artigo 39, § 737º de seu artigo 39, § 738º de seu artigo 39, § 739º de seu artigo 39, § 740º de seu artigo 39, § 741º de seu artigo 39, § 742º de seu artigo 39, § 743º de seu artigo 39, § 744º de seu artigo 39, § 745º de seu artigo 39, § 746º de seu artigo 39, § 747º de seu artigo 39, § 748º de seu artigo 39, § 749º de seu artigo 39, § 750º de seu artigo 39, § 751º de seu artigo 39, § 752º de seu artigo 39, § 753º de seu artigo 39, § 754º de seu artigo 39, § 755º de seu artigo 39, § 756º de seu artigo 39, § 757º de seu artigo 39, § 758º de seu artigo 39, § 759º de seu artigo 39, § 760º de seu artigo 39, § 761º de seu artigo 39, § 762º de seu artigo 39, § 763º de seu artigo 39, § 764º de seu artigo 39, § 765º de seu artigo 39, § 766º de seu artigo 39, § 767º de seu artigo 39, § 768º de seu artigo 39, § 769º de seu artigo 39, § 770º de seu artigo 39, § 771º de seu artigo 39, § 772º de seu artigo 39, § 773º de seu artigo 39, § 774º de seu artigo 39, § 775º de seu artigo 39, § 776º de seu artigo 39, § 777º de seu artigo 39, § 778º de seu artigo 39, § 779º de seu artigo 39, § 780º de seu artigo 39, § 781º de seu artigo 39, § 782º de seu artigo 39, § 783º de seu artigo 39, § 784º de seu artigo 39, § 785º de seu artigo 39, § 786º de seu artigo 39, § 787º de seu artigo 39, § 788º de seu artigo 39, § 789º de seu artigo 39, § 790º de seu artigo 39, § 791º de

Prêmio à ineficiência.

Deixa de ser apenas lamentável e absurdo para tornar-se francamente desesperador o comportamento de um Legislativo que, em meio à mais grave crise econômica já vivida pelo país, insiste em acumular decisões reveladoras de um absoluto descompasso com a realidade, de visível inspiração numa política de favorecimentos e paternalismo estatal, de aberto descompromisso com as necessidades de modernização do país e com as tendências da opinião pública.

O projeto de conceder financiamentos altamente subsidiados a empresas do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste reproduz, num quadro de evidente falência do Estado e de desconsideração frente a suas funções essenciais, a prática irracional de favorecer alguns setores econômicos, que dificilmente sobreviveriam em situação normal de concorrência econômica, às expensas de uma população desassistida em suas necessidades mais fundamentais. Sob a aparência de estímulo ao desenvolvimento regional, concedem-se — sabe-se lá segundo que critérios — condições especiais para empreendimentos econômicos que, inviáveis e irracionais na plena vigência dos mecanismos de mercado, sustentam-se graças à máquina infernal de subsídios e favores recebidos de uma camada política voltada, ao que tudo indica, para o desrespeito ao interesse público, para o desperdício de recursos e para a afronta às carências da população.

O projeto de créditos subsidiados recebe críticas de alguns deputados representativos das mais di-

versas correntes ideológicas. De Delfim Netto (PDS-SP) a César Maia (PDT-RJ), passando por José Serra (PSDB-SP) e Paulo Palm (PT-RS), o grupo de parlamentares que considera a idéia um absurdo não parece ter condições, entretanto, de derrotar o vasto lobby fisiológico-regionalista que pretende patrocinar este verdadeiro incêndio de verbas públicas. Ninguém ignora que uma política de desenvolvimento para as regiões mais pobres do país é prioridade básica em qualquer projeto de modernização. Redistribuir regionalmente a renda exige, entretanto, uma presença efetiva do Estado nos âmbitos em que sua contribuição é realmente indispensável, como educação e assistência médica para a população carente.

O modelo utilizado no Brasil até agora, e que este projeto mais uma vez reitera, é o de favorecer empreendimentos inviáveis segundo o jogo do mercado, permitindo apenas formas especialmente perversas de apropriação dos recursos públicos por parte de setores artificiais e ineficientes da iniciativa privada. "Os empréstimos são pedidos em nome da população das regiões pobres, mas acabam nas mãos dos ricos", diz o senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP). Não poderia haver crítica mais contundente e mais exata de uma prática arraigada do Estado brasileiro — de seu descontrole, de seu paternalismo, de sua deturpação funcional, e do Legislativo, tudo faz crer, prepara-se novamente para insistir nesse est-

Nada além de um jogo

Os incidentes ocorridos nas partidas de Brasil e Chile, na disputa de uma vaga para a Copa do Mundo de 1990, surgem do ambiente de desafio nacional que cercou os dois jogos. Paradoxalmente, o ambiente de emocionalismo e irracionalidade que envolveu a disputa revela, ao contrário do que procura afirmar, a fragilidade da construção das nações da América Latina. A falta de uma sociedade organizada, na qual os vínculos entre os indivíduos se manifestem pelas instituições, pela igualdade de direitos e de oportunidades, mobilizam-se ícones para preencher, com a carga passional e de imaginário que os acompanha, o vazio social donde surgiram.

É esta atmosfera entre fantasmas e delírios que transforma uma disputa esportiva em um momento de afirmação de um país; que faz com que um jogo de futebol deixe de ser o embate pacífico entre 22 jogadores que, na busca de fama,

excelência técnica ou valorização profissional, oferecem a um público que pagou ingressos ou assiste pela TV um espetáculo de entretenimento. Na verdade, toda disputa futebolística se resume a isto: diversão, profissionalismo e fascínio pelo próprio jogo. Nada mais.

As tentativas de manipulação da atmosfera emocional que cerca as disputas esportivas — seja para justificar derrotas, para intimidar adversários ou para afirmar as virtudes nacionais — tem tido seus efeitos limitados aos envolvidos no próprio espetáculo. São torcedores que agredem jogadores; são torcidas que conflagram as arquibancadas dos estádios; são times que transformam uma disputa pacífica em batalha campal. Os incidentes do estádio Nacional de Santiago e de domingo, no Maracanã, deixaram como saldo apenas jogadores machucados; e, passado o momento de irracionalidade, uma sensação de constrangimento.

O caso da Cobal

É exemplo suficientemente esclarecedor — não de houvesse à sociedade — da ineficiência e do desgoverno que atingem o Estado brasileiro a situação que se registra na Cobal (Companhia Brasileira de Alimentos). Numa área especialmente sensível, dentro do quadro de miséria vivida pela maior parte da população, a ociosidade e o empreguismo no serviço público manifestam-se com particular vigor. Programas foram desativados — a idéia de conter os gastos públicos teve alguns efeitos —, mas o quadro de funcionários da empresa não sofreu qualquer redução.

Aumento abusivo

Tão abusivos, tão brutais e escandalosos são o aumento que o presidente da Assembleia Legislativa, Tonico Ramos (PMDB), pretende conceder aos deputados estaduais e o mesmo com que faz a defesa da medida que o sentimento de saturação e de desalento predominante na opinião pública — afinal, tantas são as denúncias, tantas são os casos de corrupção e de mau uso dos recursos públicos — dá lugar à indignação e ao repúdio mais veemente. Com efeito, o decreto do deputado Tonico Ramos ultrapassa todos os limites; reatua uma verga que havia sido estavada pelo seu antecessor; incorpora o que era verbo de representação aos salários; promove, com esta mudança, um aumento líquido de quase 100% nos ganhos dos parlamentares.

Não satisfeito com ignorância da medida, Ramos escarnece da miséria da população, afirmando que o salário de NCZ\$ 20 mil que cada deputado passaria a ganhar não é alto; senão os deputados assalariados — que juraram o aumento dos parlamentares com seu impositivo — que ganham muito pouco.



Filme velho

Clóvia Rossi

SÃO PAULO — A história de candidatura Antonio Ermirio de Moraes é a reprodução quase literal da campanha eleitoral de 1986 em São Paulo. "Navegou ano, a candidatura do PMDB (Orléans Quércia) capangos durante meses e foi nas pesquisas de opinião pública e houve um semi-oculto de tentativas de psicodramas de vários calibres de procurar um "bom erro" no qual depositar seu voto para derrotar o fanatismo de turno que, à época, chamava-se Paulo Maluf.

Provocou um racha interno. Quércia, temido como é, resistiu a tudo e a todos, manteve a candidatura e ganhou a eleição. Ulysses Guimarães, o Querência de 89, é tão ou mais temido do que Quércia, o que significa dizer que val a pena não ir para manter a sua candidatura. Se não há que perder se o final será o mesmo, ou seja, se o candidato do PMDB conseguir sair do fundo do poço das pesquisas e chegar em primeiro lugar.

Os candidatos Jânio e Ermirio

Gilberto Dimenstein

BRASÍLIA — Durante conversa no sábado passado com seu amigo Augusto Marzagão, o ex-presidente Jânio Quadros fez uma pergunta que deixava qualquer interlocutor intrigado — ele quis saber até quando era possível ser candidato à Presidência da República. Soube por Marzagão que ainda havia tempo suficiente, desde que algum dos candidatos renunciasse e a Executiva do partido se dispusesse a escolher outro nome.

para comprar e falta de serenidade diante das agressões verbais. A televisão estaria a seu favor se a opinião pública exigir mais consistência dos candidatos. E não um amontoado de frases de efeitos mescladas a pontos metaculosemáticos enfiados.

Da pena de morte

Newton Rodrigues

RIO DE JANEIRO — Todas as Constituições republicanas regularmente votadas excluíram a pena de morte das penalidades aplicáveis, salvo em caso de guerra exterior. As exceções foram a Carta paratense de 1937, baseada por Getúlio Vargas, que no art. 13, a aduziu, mesmo em tempo de paz, para seis crimes, dentre os quais "o homicídio cometido por motivo fútil e em extremo de perversidade". Nem mesmo a Carta castelista de 1967, a restaurou, o que foi, a seguir, feito pelo Junta Militar que publicou a Emenda Constitucional nº 1 (art. 153, parágrafo 11), assinando a alteração do rol dos casos de guerra "psicológica diversa, ou revolucionária ou subversiva nos termos que a lei determinar". Esta, por sua vez, foi prorrogada em determinação, embora jamais tenha sido aplicada legalmente.

um plebiscito sobre o assunto nem tem possibilidades de curso, visto que as emendas constitucionais só podem ser representadas nas condições estabelecidas na própria Lei Básica e qual, em seu art. 60, não contempla para isso forma plebiscitária.

Justiça ou vingança?

José Serra

Na semana passada, durante o mês agradável dos jantares, ouvi, de duas advogatas amigas, uma delas recém-veida de pena de morte no Brasil. Lembrava-me que, na Constituição, eu havia falado de tribuna, o então ministro encarregado da primeira proposta de implantação da referida pena. Vencemos por ampla maioria, não obstante o argumento do autor da proposta de que a maior parte da população brasileira era a favor da extinção dos crimes. O autor tinha razão, e a pesquisa da Folha, publicada dias depois, mostrou isso com clareza. Porém, parece que sua honrada pública precisava manter sua coerência mesmo quando, em certos momentos, suas palavras deveriam contar a contrário das opiniões. Precisava manter o lugar por elas, com o mesmo propósito de justiça e coerência.

Fiquei abismado diante de apertada defesa da pena de morte, pois as duas amigas são juristas inteligentes, sensíveis e raras e habitadas de qualquer racionalismo em matéria de política ou de comportamento social. Sua posição indica que a causa da pena de morte penetra também na elite mais arrojada da nossa sociedade.

Não há argumento novo a favor da pena de morte e os existentes são frágeis. Vejamos.

1) "A morte de delinqüentes perigosos economizaria dinheiro público". Falso. Está comprovado que os custos do processo e da execução são elevadíssimos, muitos milhares de que se não são para manter alguns presos. O dano do preso, nos Estados Unidos.

2) "A pena de morte diminui os crimes". Falso. Evidências disponíveis para outros países (Estados Unidos, Inglaterra) mostram que a implantação da pena de morte não diminuiu, e sua eliminação não aumentou os crimes. Muitos dos que assassinam o fazem sob o impulso de desequilíbrios emocionais e os que assim racionalmente sempre acham que não seria descoberto.

Frases

- De Hujc: "Unde liver um homem morto e habillado sem nenhuma defesa..." (1970 - Carta de Hujc, ministro do PT e Presidente do Brasil)
- "Tem que acabar com o over Uss que dizer capitalista..." (Hujc, ministro, ministro do PT e Presidente do Brasil, no Brasil)
- "Eu não esperava que ele tivesse isso. O velho está batendo para o Brasil..." (Mário de Campos Lacerda, ministro, sobre o processo do candidato do PMDB de maior voto e derrotado, no Brasil)
- "E um telefonista que alcançava qualquer esforço do governo..." (Deodoro Azeite, deputado federal pelo PT no SP, sobre o trabalho e emprego em São Paulo, no Brasil)
- De Ermirio: "A pesquisa do plebiscito é tão boa que a gente não precisa fazer..." (José Serra, candidato do PMDB e derrotado, no Brasil)

Tendências/Debates

Os artigos publicados nesta seção são de responsabilidade dos autores. A Folha não se responsabiliza por opiniões ou fatos expressos pelos autores. Os artigos são publicados sob a responsabilidade da Folha de São Paulo.

Uma nova revolução no bicentenário de outra

OLAVO SETUBAL

O presidente François Mitterrand comemora o segundo centenário da Revolução Francesa com pompa e circunstância.

O momento era extremamente favorável: a 2ª Guerra Mundial, terminada há 44 anos, deu lugar ao mais longo período de paz na história da Europa e permitiu uma extraordinária expansão de sua economia. Esse desenvolvimento foi baseado na economia de mercado, cujo embrião jurídico foi a Lei Le Chapelier promulgada durante a revolução.

Na grandiosidade dos festejos em Paris, intencionalmente ou não, ficou também assinalado o cambio universal dos valores daquela revolução nas três monumentais edificações comemorativas: a Pirâmide do Louvre, de cristal, projetada por I.M. Pei, arquiteto chinês radicado nos Estados Unidos; o Arco da Fraternidade, em La Defense, obra de Von Spreckelsa, arquiteto dinamarquês; e a nova ópera de Bastilha, cujo projeto foi elaborado por Carlos Ott, arquiteto uruguaio estabelecido no Canadá.

Essa sentida universalização das comemorações, fustigada pela presença de dezenas de governantes de todos os continentes, foi o pano de fundo de uma nova revolução reatada em três mundos nos quais se agrupavam as nações após a 2ª Grande Guerra.

O líder Mikhail Gorbachev não foi à França para as festividades do 14 de Julho. Mas lá esteve semanas antes, em entrevista pessoal com o presidente Mitterrand, sem testemunhas e sem intérpretes, conversando em alemão, idioma que ambos dominam. Em carta que entregou ao presidente da França, o líder soviético fez afirmações ineditas que marcam com clareza o início de uma nova união mundial:

a) "A interdependência ajuda a superar as divisões do mundo"; b) "o processo objetivo pelo qual se constitui uma economia mundial única exige características qualitativas novas dos parceiros econômicos multilaterais"; c) "novas perestroika é inseparável de um desenvolvimento visando uma participação plena na economia mundial"; d) "o mundo só pode ganhar com a abertura do mercado da União Soviética à economia mundial".

Com a definição dessa estratégia pelo líder soviético, ficou claro que o confronto militar Leste-Oeste havia se esgotado ante a realidade do empasse do poder nuclear, sendo substituído por uma política de cooperação com objetivos mutuamente econômicos.

A nova postura soviética provocou também novo posicionamento similar dos Estados Unidos. No caminho para as comemorações do bicentenário, o presidente Bush visitou a Polónia e a Hungria, países que, como os demais da Europa do Leste, estavam enfrentando angustiantes crises alimentares. Foi cordialmente recebido tanto pelos governos como pelas populações, e a eles e elas prometeu apoio econômico. Poderia ter repetido a frase de Gorbachev: "A interdependência ajuda a superar as divisões do mundo".

As festividades do bicentenário em Paris se iniciaram sob um protocolo que sancionava o novo ordenamento das nações: de um lado, reuniram-se os sete chefes de Estado dos países mais desenvolvidos, nos quais se agrupou o chefe da Comissão do Mercado Comum Europeu. Em separado, juntaram os governantes do Terceiro Mundo. Nota-se que a separação dos desenvolvidos ocorreu num momento preparatório, realizado entre 24 e 26 de fevereiro, em La Roque Gageac, no qual os "herdeiros" (representantes pessoais dos chefes de Estado) seguiram reunido segregados dos líderes dos sete países mais desenvolvidos, alegando ser essa segregação necessária para que "os países do Terceiro Mundo não ficassem exigindo uma reunião Norte-Sul". Disse um comentarista que a reunião do comitê executivo do mundo capitalista queria continuar-se exclusiva.

Os sete grandes reuniram-se em moderno salão no segmento superior do arco de La Defense e galarearam o espelho de "república do Arco". Da agenda desta reunião não constam nem alguns referências aos problemas dos países do Terceiro Mundo. Analisaram prioritariamente as economias dos países da Europa do Leste, designando Jacques Delors, presidente da Comissão Executiva do Mercado Comum, para coordenar aquilo que se chamou a crise de abastecimento que atinge aqueles países.

Configurou-se, assim, nas comemorações do bicentenário da Revolução Francesa, uma aliança entre os países do Primeiro e Segundo Mundos, assinalando a parte do potencial político do Terceiro Mundo que se nutria dos conflitos entre aqueles. O presidente Mitterrand não chegou a propor a realização de uma conferência Norte-



Sul, mas sem êxito. Qual deve ser, então, a estratégia para o Brasil nesse cenário de marginalização dos países em desenvolvimento? Se quisermos ser realistas, deveremos admitir que a política externa do Brasil deverá ter como objetivo prioritário o desenvolvimento econômico do país, relegando para segundo plano os objetivos de participação política.

Dentro dessa visão, nossa política externa deve priorizar a negociação dos fatores básicos do desenvolvimento: tecnologia, financiamento, mercado. Esses três fatores são ditados exclusivamente pelos países do Primeiro Mundo. Portanto, é lá que teremos que ir buscá-los, procurando pagar os melhores preços possíveis, embora preços de mercado. Da nada subsidiária alianças com países que não dispõem nem de tecnologia, nem de financiamento, nem de mercado. De nada subsidiária argumentações alegando que os preços são espulsoiros, denunciando o monopólio da tecnologia detida pelos países desenvolvidos, reclamando a necessidade de uma ordem mundial mais justa.

As multinacionais que detêm a tecnologia "state of the art" de uso comercial só a transferem com a sua participação direta ou através de "joint ventures" nos mercados dos países em desenvolvimento. Com elas será preciso negociar. Exemplo de negociação inoperante vimos recentemente em Washington, no âmbito da Onpi—Organização da Propriedade Intelectual, realizada de 8 a 26 de maio último. Dessa negociação resultou um tratado definindo a propriedade intelectual com respeito a circuitos integrados e facilitado a possibilidade de acesso à tecnologia desses componentes. Entretanto, os Estados Unidos e o Japão, que produzem 75% dos circuitos integrados do mundo, declaram não aceitar o acordo que, de início, foi subscrito apenas por Gans, Indonésia, Libéria e Zâmbia.

O processo de avanço tecnológico que mais convenceu ao Brasil talvez seja o japonês. O Japão, desde a Revolução Meiji, adotou a estratégia de importar tecnologia industrial. Durante décadas foi o país que mais negociou "royalties" no mundo, que mais contratos tecnológicos fez com as multinacionais. Existem dois exemplos que merecem ser lembrados: o Japão adquiriu da American Telephone and Telegraph, logo no pós guerra, a tecnologia de transmissão que tinha sido desenvolvida no laboratório de AT&T (Bell Laboratories). Essa aquisição foi fundamental para a indústria japonesa de eletrônica, que hoje domina o mundo. Outro exemplo: na década de 20, a Fuji

Electric associou-se à Siemens e criou a Fujitsu, para produção no Japão do equipamento eletrônico alemão. Hoje a Fujitsu é a maior empresa de computadores do Japão e compete no mercado mundial, inclusive no Brasil, com as gigantes americanas e europeias. A Siemens até hoje mantém uma participação de 10% na Fujitsu.

Com relação ao acesso aos mercados, o Brasil precisa resolver prioritariamente os seus "diferenciais" com os Estados Unidos, que é o maior e o mais aberto dos mercados do mundo. Isso exigirá negociações diretas, coordenadas com negociações no Gatt e na rodada do Uruguai.

Recentemente, a Argentina e o México demonstraram que já se aperceberam da necessidade de negociações com realismo. Nosso vizinho do sul debate o problema das Malvinas com a Inglaterra à margem de considerações sobre soberania, objetivando eliminar dificuldades para futuros estabelecimentos econômicos com o Mercado Comum Europeu. O México, por sua vez, se aproxima cada vez mais da integração no bloco dos Estados Unidos e Canadá, dissociando-se dos países da América Latina.

No caso da negociação da dívida externa, o Brasil tem que ter uma avaliação realista da conjuntura. Se há alguns anos atrás era inviável uma negociação que reduzia parcial ou principal ou uma alternativa de redução da taxa de juros, também é irrealista pensar hoje que, poucos meses após a negociação da dívida do México e das Filipinas, o Brasil possa renegociar a sua dívida em condições significativamente diferentes. Essa negociação, além de essencial para a operação da economia brasileira, está intimamente ligada às negociações dos dois fatores anteriores.

Para o Brasil é chegado o momento de definir com realismo a orientação de seu relacionamento externo, objetivando a viabilização rápida do desenvolvimento econômico e social do país. Não se trata de que se festeje o bicentenário da Revolução Francesa, se comemora o centenário da República brasileira e se vive o processo de momentos eleição presidencial, a política externa é pouco central no planejamento econômico nacional e como tal tem que ser tratada pelo futuro governo. Por isso mesmo os candidatos que no momento postulam um mandato presidencial deveriam expressar com clareza suas opções sobre os rumos a objetivos de nossa política externa. Uma política externa adequada alcançará o desenvolvimento econômico de nosso país.

OLAVO SETUBAL, ex-empresário e jornalista, foi ministro do Supremo Tribunal (1964-66) e professor de direito da Universidade de São Paulo (1974-77).

Painel do Leitor

Podem ser de autoria de qualquer leitor. Não são responsáveis por opiniões ou fatos expressos pelos autores. Os artigos são publicados sob a responsabilidade da Folha de São Paulo.

Collor de Mello

"Sou comprador da Folha há 12 anos e tenho me mantido fiel ao jornal pela linha de independência e heterogeneidade ideológica que vinha demonstrando. Infelizmente, a posição assumida em relação às atuais eleições presidenciais ultrapassou, na minha opinião, todas as limites de parcialidade. Lavo os meus olhos sempre ao candidato Collor de Mello, ignorando, conscientemente, os pontos fracos dos outros candidatos, alguns dos quais, em outros tempos, duramente atacados pela Folha."
Paulo Cunha (São Paulo, SP)

"A Folha não é mais a mesma. Não é preciso apontar esse ou aquele artigo, das centenas deles publicados nos últimos meses, onde é evidente a posição contra Collor. O candidato parece ter propostas boas para todo o povo brasileiro. Se é capaz de levá-las à plena execução, ainda não sabemos. Mas pelo menos as propostas existem; e acredito que os eleitores que deverão elegê-lo cobrarão constantemente os compromissos assumidos."
João Carlos de M. Krausche (São Paulo, SP)

"O sr. Fernando Collor de Mello, tem declarado que a realização do 2º turno pode significar a derrogação do Brasil. Tem-se ali um hábil jogo de Collor, embora ele diga que não tem o 2º turno. Tal afirmação procede se se levar em conta as denúncias contra seu gesto quando era governador de Alagoas. Essas denúncias têm contribuído para um reavaliado do "socialismo" do "cavador de marajás".
Sérvio de Lima (São Paulo, SP)

"Na campanha das diretas observei construído a participação de notórios arevistas do meu Estado. Agora os mesmos oportunistas aderem rapidamente à candidatura Collor de Mello. O Brasil não merece mais isso."
Paulo Baccaro Filho (Três Lagoas, MS)

"Volkswagenista."
Fernando Siqueira (Caxias Novas, GO)

Tom Cruise

"Tom Cruise veio ao Brasil a convite do Conselho Mata Atlântica para apoiar a Fundação SOS Mata Atlântica. Desde o início da sua viagem, pediu para as pessoas que o acompanhavam para que não fosse fotografado. Infelizmente, os jornalistas, 29/08, em Ubaituba, os acompanhantes de Tom Cruise permitiram que ele fosse fotografado por uma pessoa da comitiva que, para agravar a situação, é também ligada à Fundação SOS Mata Atlântica. Isso ocorreu enquanto profissionais da imprensa eram impedidos de realizar seu trabalho. Situação que criou mais de um mal-entendido. Esclarecemos que esse quadro também nos surpreendeu, uma vez que não refletia a postura íntima atual de fidelidade em seu comprometimento com a sociedade civil, da qual é mais um agente, e em seu bom relacionamento com a imprensa."
Rodrigo Lara Mesquita, presidente da Fundação SOS Mata Atlântica (São Paulo, SP)

Telefones

"É surrealista o anúncio 'Teleps Alerta', onde a empresa (convém à população) que laborava estudando planos de expansão, desenvolvimento, em seu nome. Não consigo perceber qual a intenção. Afinal, aqueles planos não são para serem executados pelos telefones para a população?"
Luís Cordeiro (São Paulo, SP)

Mensalidades

"O ensino particular está aumentando de atuação se o governo continuar a se instrumentar no que diz respeito às mensalidades escolares."
Antônio Soares de Lacerda (São Paulo, SP)

'Corredor da morte'

"A BR-101, no trecho entre Curitiba e Florianópolis, é chamada de 'corredor da morte'. A estrada é excelente, bem sinalizada e muito bem asfaltada. Mas os fatores que causam tantos acidentes são outros: a irresponsabilidade de muitos dos motoristas, a má qualidade das infra-estruturas, pois muitos trechos do trânsito datam de uma época já bem antiga."
Hermínio Zanetti (Araçatuba, SP)

Pena de morte

"A pena de morte é, atualmente, um dos temas que mais interessam aos cidadãos no Brasil. É, portanto, provável que haja plebiscitos consultando a população sobre a questão. Sugiro, então, que, mediante acordo entre o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Eleitoral, tal consulta seja feita concomitantemente com as eleições do próximo 15 de novembro."
Ary Borges de Campos (São Bernardo do Campo, SP)

Célio Vargas

"Passado 35 anos da sua morte (24/08/54), podemos dizer que o legado de Célio Vargas se situa entre um dos maiores valores da nacionalidade e da história brasileira, por sua pessoa íntima, pela sua mensagem e pela duração de sua obra, com muitos questionamentos. Célio Vargas encarna uma força considerável na vida e na história do Brasil. Uma força quase infalível."
Francisco Emmanuel de Paula (São Carlos, SP)

Banda



"Os críticos e repórteres de música popular usam e abusam da palavra banda para desqualificar grupos de rock. Seria assim, um tipo de guitarra, contrabaixo e bateria, por exemplo, tem sido chamado de banda, o que, além de muita pretensão, é um ultraje aos músicos e músicos das verdadeiras bandas de música."
Edgard Garcia Polito (São Caetano do Sul, SP)

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal e serviço de Brasil 8 x 8

Anúncios - Para anunciar a Folha ligue com S. Paulo para: 227 2410	Discagem Direta Gratuita (exceto cabidos): (011) 843 8111
Classificados - Se você quer anunciar, ligue para: (011) 224 6444	Atendimento ao assinante - Se você tem dúvidas, opiniões ou sugestões, ligue para: (011) 722 1122*
Classificados internacionais - Se você precisa de qualquer tipo de informação e é assinante da Folha, ligue para: (011) 722 1164	Folha Internacional - Se você precisa de qualquer tipo de informação e não é assinante da Folha, ligue para: (011) 226 1622
Folha Internacional - Se você tem conhecimento de algumas empresas e deseja ligar-se às mesmas diretamente, ligue para: (011) 874 2563	2208 / 2425

* Outras cidades, procure representante local

SÃO PAULO Subsídios, Administração, Publicidade e Circulação: Avenida Barão de Limeira, 428 - Conjunto Misto - CEP 01221-000 São Paulo, Telefone Central (011) 814-2222 - FAX (011) 221-3838 - Tel. de Atendimento: (011) 814-2240 - Caixa Postal: 8071, Lacerda, 1117PB, 11222B, Pólis - Jussé 9111-914-5377.	SUBSÍDIOS C.E.S. São Paulo - Caixa 217-38 - CEP 70422 Subsídios Central (011) 226-2566 ASSINANTES Assinante de São Paulo (011) 226-2566 Ass. Fomento Varig, 809 - 6º andar - CEP 2041 Telefone (011) 226-1422	SUBSÍDIOS DE OUTROS ESTADOS C.E.S. São Paulo - Caixa 217-38 - CEP 70422 Subsídios Central (011) 226-2566 ASSINANTES Assinante de São Paulo (011) 226-2566 Ass. Fomento Varig, 809 - 6º andar - CEP 2041 Telefone (011) 226-1422	SUBSÍDIOS DE OUTROS ESTADOS C.E.S. São Paulo - Caixa 217-38 - CEP 70422 Subsídios Central (011) 226-2566 ASSINANTES Assinante de São Paulo (011) 226-2566 Ass. Fomento Varig, 809 - 6º andar - CEP 2041 Telefone (011) 226-1422
---	---	---	---

DIÁRIO ESPECIAL

Personagem

O candidato do PDS à Presidência da República, Paulo Maluf, virou personagem de um livro que acaba de ser lançado em São Paulo pela médica Bônia Goulart Likhava. O livro, um romance intitulado Quando o Primeiro-Ministro Quis Decidir...

Pé na estrada

Paulo Maluf (foto) está fazendo tudo para chegar ao 1.º turno. Em sua aparição na TV, no programa Palanque Eletrônico, abriu muitas estradas no País, pois entendeu, como Washington Luiz, que "governar é abrir estradas".

Declínio

Vítima da infidelidade do próprio partido que criou, sem experiência em eleições majoritárias e forçado a adaptar a linguagem usada na tribuna do Congresso Nacional para a televisão, o candidato Ulisses Guimarães não admite falar em derrota...

Divididos

Nas contas de seus aliados, Ulisses Guimarães não tem hoje o apoio de um terço do seu partido, dividido entre os que não acreditam em sua eleição e cruzam os braços para evitar desgastes, aqueles que nunca o aceitaram como candidato, e os políticos que, permanecendo no partido, estão em campanha a favor de adversários.

Sonho

A menos de duas semanas para a arrancada da propaganda eleitoral gratuita, o PMDB vive duas campanhas: a real e a da fantasia. Os integrantes da Executiva Nacional - sobretudo do grupo Novo PMDB - ainda alimentam o sonho de influir politicamente na campanha para melhorar a situação eleitoral do partido.

Protesto

Com certo atraso, a Federação Paulista de Rádio levra seu protesto contra o candidato Fernando Collor de Mello (PRN) por utilizar quimono e praticar o Catê com fins eleitorais.

Tucanaram

Pelo menos dois bispos rejeitam o nome de candidato de PT, Luís Inácio Lula da Silva. Dom José Maria Pires, de João Pessoa, e Dom Angélio Sá, de São Bernardino, da região episcopal de Vila Rica, não são favoráveis.

Lançamento

O deputado federal Ademar de Barros Filho (SP) praticamente lançou sua candidatura à Presidência da República pelo PRP (Partido Republicano Progressista), durante reunião no fim de semana em Ribeirão Preto (Interior de São Paulo), com políticos e empresários.

Griffe PT

Do 14, do tradicional Cabaré Mineiro, na Capital paulista, o PT lança sua griffe exclusiva, com um design que não deixa nada a desejar à Armani ou Saint Laurent: nada menos do que dez manequins profissionais dirigidas pela estilista mineira Mouta Telesco, estirada na passarela, apresentando biquíni, tangas...

Isonomia

O deputado federal Farnullim Júnior (PTB-SP) informou que o Presidente José Sarney está cumprindo o princípio da isonomia disposto no artigo 241 da nova Constituição, que equipara os vencimentos dos delegados da Polícia e das carreiras jurídicas.

Em paz

Bilhete enviado por Jânio Quadros, a respeito de sua possível candidatura, a um de seus fiéis correligionários: "Não há tensões, por enquanto. Fique em paz e visite os amigos".

Era do jato

A campanha da Aliança Liberal Cristã (PL-PDC) entrará na era do jato nos próximos dias. É que o candidato Guilherme Afif Domingos (foto), decidiu que vai alugar um avião a jato para poder percorrer o Brasil em campanha.

Nova pesquisa

O jornal Diário da Grande ABC, de Santo André, publicou na edição de domingo sua primeira pesquisa eleitoral feita nos sete municípios que compõem o ABC paulista (região com 1,1 milhão de eleitores), onde pesquisados ouviram 11.257 eleitores sobre suas intenções de voto para presidente da República.

Surpresa

A maior surpresa foi o fato de Paulo Maluf, do PDS, ter ficado em terceiro lugar, com 18,8%, exatamente na região conhecida por seu esquadrimo (o PT administra as prefeituras de Santo André, São Bernardo do Campo e Diadema) e onde o movimento sindical, dominado pela CUT, tem sua maior força.

LOR

Moço(s) novela, Desclassificados do Lor, Rapazes, Troca-se, Aceite-se, Moças \$ 600,00, Moca. A LOR is a classified advertisement section with various categories and contact information.

DO LEITOR

Bela matéria

Agradeço à redação do DIÁRIO POPULAR, pela bela matéria publicada, no dia 28 de agosto, sobre a campanha SOS Criança. Não são mostradas algumas barbaridades praticadas contra essas pequenas seres inocentes.

Todas aquelas que participaram desta reportagem, receberam o parabéns em nome dos leitores que, como a mim, se sensibilizaram. É preciso voltar a abordar o assunto para que a sociedade se volte mais para as crianças e se convida a prender esses monstros soltos por aí.

Motel poluidor

O Motel Fantasy, localizado à rua Sobatopol, 47, Vila Inglesa, Capital, coloca diariamente todo o seu lixo no córrego que fica ao lado do mesmo, causando, assim, o maior desperdício à natureza, a população e ao meio ambiente.

Esclarecimento

Do dia 28, do DIÁRIO POPULAR publicou, a página 2, a matéria Ecologia: baleim Wilhelm na Constituição Estadual. Gostaria de fazer algumas observações sobre o texto.

- 1) Teria sido muito importante ouvir o secretário Wilhelm para que ele pudesse esclarecer as dúvidas levantadas pelos ambientalistas. 2) A Secretaria não apresentou emenda com relação à instalação de usinas nucleares...

3) A Secretaria não só após a necessidade de controle e fiscalização de substâncias que apresentam risco à qualidade de vida como prevê assento para o emprego de técnicas e métodos dessas substâncias. Os constituintes acrescentaram à proposta da Secretaria a expressão agrotoxicos.

4) A Secretaria propôs a supressão dos artigos 230 e 231, referentes aos bens patrimoniais do Estado, por entender que se trata de matéria para legislação ordinária, já que a Constituição Federal atribui ao Estado a faculdade de estabelecer normas suplementares sobre o assunto.

5) O Plano Estadual do Meio Ambiente continua no texto. 6) A Secretaria nada propôs sobre concessão e permissão.

7) O projeto da Secretaria foi aprovado pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema), do qual fazem parte representantes de entidades ambientalistas, com uma ressalva em relação à composição e atribuições do conselho.

8) O projeto da Secretaria, Inclusive, era mais abrangente, já que previa a representação paritária do Conselho, integrado por representantes do Governo e da comunidade, ao passo que o texto atual remete a composição para a lei.

Anthony de Christo - Assessoria de Comunicação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Panorama da sucessão

Já não há mais dúvida quanto ao fato da campanha eleitoral para a Presidência da República estar entrando em uma fase de grande intensidade. Os resultados das últimas pesquisas vêm revelando a a posição dos candidatos sem sofrido apenas modificações insignificantes...

Menção especial merece o candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva. Isso porque sua performance não depende somente do seu passado e seu desempenho pessoal, na campanha. As características muito peculiares do PT levam o eleitorado a encarar o desempenho dos presidentes eleitos sob essa ótica...

Embora se trate de um panorama geral que tende a assumir caráter de permanência, não se pode dizer ainda que o quadro sucessório está definido. Ainda prosseguem muitas conjeturas e rumores nos bastidores. E grandes surpresas podem surgir daqui para frente...

Os loteamentos clandestinos

A questão dos loteamentos clandestinos e irregulares na cidade de São Paulo sempre foi relegada a segundo plano. Raros foram os momentos de preocupação com essa questão nas administrações anteriores. Temo que não exista, até hoje, um mapa geográfico dos loteamentos. Em 1973 foi feito um, mas este se perdeu. Na Câmara Municipal foram apresentados seis requerimentos, sendo que dois deles solicitaram a constituição de uma comissão para a apuração do problema...

DIÁRIO POPULAR. Empresa Jornalística DIÁRIO POPULAR S/A. (Fundada em 1884). Arq. Carvalho, Presidente; Ricardo Saboya, Diretor Suplementar. Edição, Administração, Publicidade e Circulação: José de Miranda Jordão, Diretor Responsável. End. Rua Major Queluz, 12.

Quem joga na Sena sabe votar

Ricardo A. Sallí



Quem joga na Sena sabe votar. Quem joga na Sena sabe votar. Quem joga na Sena sabe votar.

chido. Justificar as mudanças na ordem...

Festas suas considerações, é preciso abordar dois aspectos do problema...

O segundo aspecto a ser abordado é a fundo desconfiança na capacidade do povo...

Roberto. Por mais que o Congresso compague, não vai haver grandes mudanças...

Finalmente, essas críticas que comparatizam de doutrina Pêú sobre a incidência popular para o candidato...

Povo que joga na Sena, tem credibilidade política e é capaz de votar...

MILITARES

Desafio de falar em caso de emergência porque o peso caiu no relatório...

Respostas de juristas do MPU: O cidadão deve pagar uma infração que cometeu em terminal rodoviário...

JA' ESTA MULTA AQUI SÓ CONSEGUIMOS SABER COMO PAGAR DEPOIS DE CONSULTAR JÚLIO VERNE E SPIELBERG...

A Casa França-Brasil

José Montello

Quando a Casa França-Brasil estiver funcionando em período, no Rio de Janeiro...

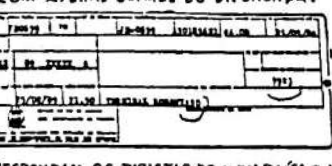
Por isso, não há de queixar-se muito, na Casa de Belas, os Paix, o arquiteto francês...

Se hoje a presença cultural da França, no Brasil, é menor, a prova de que o Brasil, em si, não é um país...

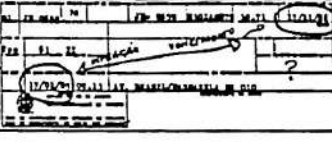
Um curso famoso de Paul Hazard, sobre a crise da consciência europeia, foi oferecido em francês na tribuna da Academia Brasileira...

Assim como aponta todo o programa de difusão da língua francesa no Brasil, a maioria que esse programa...

DUAS MULTAS PARA O MESMO CARRO COM APENAS UM MÊS DE DIFERENÇA



RESPONDAM OS JURISTAS DO MPU: O CIDADÃO DEVE PAGAR UMA INFRAÇÃO QUE COMETEU EM TERMINAL RODVIÁRIO ONDE É QUÊRICA E ONDE ENCONTRAMOS O MUNICÍPIO 5423? NÃO ENCONTRAMOS.



JA' ESTA MULTA AQUI SÓ CONSEGUIMOS SABER COMO PAGAR DEPOIS DE CONSULTAR JÚLIO VERNE E SPIELBERG, ESPECIALISTAS EM VIAGENS NO TEMPO...

O preço do espaço

José Maranhão Filho

O professor de Astronomia faz muitas coisas que se movem no corpo crítico...

Mas quem deveria e deveria é que faz pra e movido? Não é o país...

Em 20 de Junho, no dia em que se comemora o aniversário do homem à Lua...

É muito dinheiro, mesmo para um país rico como o EUA. Tanto que o Ministério das Indústrias...

A Câmara, assim, cortou 10 bilhões dos 49 bilhões por mês para o "Projeto das Lâmpadas" em 1978...

Uma pergunta, pois, de 25 bilhões de dólares. Ainda bem que o "Guerra nas Estrelas" deve permanecer no poder...

Um projeto de lei apresentado ao Senado em 1978, prevê a criação de um fundo de pesquisa...

Um projeto de lei apresentado ao Senado em 1978, prevê a criação de um fundo de pesquisa...

Um projeto de lei apresentado ao Senado em 1978, prevê a criação de um fundo de pesquisa...

Um projeto de lei apresentado ao Senado em 1978, prevê a criação de um fundo de pesquisa...

Um projeto de lei apresentado ao Senado em 1978, prevê a criação de um fundo de pesquisa...

Eleições e democracia

Floreana Fernandes

Em 1978, na esfera da organização de sociedades, tem-se a divulgação do desenvolvimento de países desenvolvidos...

É por isso que se fala e se discute muito sobre o problema das eleições...

produção e produção de bens como instrumento de desenvolvimento...

perdurar nem sempre são capazes de desenvolverem os meios de comunicação...

desempenho com o êxito do desenvolvimento de países desenvolvidos...

Seja como for, uma coisa é certa: a liberdade de expressão e a participação...

Patrocínio da violência

NA análise por criar fatos novos em seu compêndio presidencial, o candidato Luis Inácio Lula da Silva dirigiu-se a Dirceu, agrado uma instituição auxiliar de Justiça, e investiu de uma administração de um conselheiro — a do político José Augusto Silva Ramos, Prefeito de Diamante (SP).

O CANDIDATO não apenas apoiou as que resistiram ao cumprimento de suas obrigações, mas também a Prefeitura de Diamante contra os investidores de um projeto municipal — o "Barragem de Casuzza", terreno já destinado ao assentamento de famílias, devidamente cadastradas pelo Poder municipal. Com o desenvolvimento de um rei nas sociedades estabelecidas sobre o sistema de privilégios, Luis Inácio Lula da Silva definiu "O melhorador tem mais o que ocupar espaços vazios. Onde houver espaços vazios, os melhoradores devem ocupar".

ÉIS é que nos promete o candidato, uma vez na pedreira um distribuidor de espangas, a pretexto de uso de solo, urbano ou rural. O que há de grave, porém, é que ele alimenta tal expectativa sobre uma completa obliteração do Instituto jurí-

dico de propriedade, equiparado monstruosamente a investidor consumer do passivo passivo e de boa fé.

PARÉCI não existir, para o Deputado-candidato, propriedade, pública ou privada, salvo a guardada por alguma forma de presença física de proprietários. Tudo mais seria espaço vazio, a ser apropriado pelo que primeiro o ocupou — o trabalhador, naturalmente. Parece não ignorar o que é de seu dever conhecer, como legislador: que o domínio é presumidamente exclusivo e ilimitado, até prova em contrário, como reza explicitamente nesse Código Civil (art. 527).

O QUE houve em Diamante, e que o Deputado Lula propôs ao repórter da revista nacional, foi o seguinte: o Deputado Lula, em nome do proprietário, com a presença de vários pessoas a consequente criação empregada sobre o proprietário. O que houve, foi o recurso ao fato consumado, para destituição do Direito. O que houve foi, em síntese, violência praticada e publicada: reconhecendo a própria Diretoria Estadual de PT, ao expulso de partido o Vice-Prefeito e os Vereadores que interferiram no investimento e o comendador.

NÃO satisfeito, contudo, com o patrocínio empreitado à violência, Lula avançou contra o instrumento de apoio aos Deputados de Justiça, a Polícia: "Polícia não é solução, é problema. Nunca admiti Polícia em greve e nunca mãos nas fivelas". O que o Estado criou e o que a administração de Justiça criou, Lula não se admite. A fúria política, a fúria política, para dissuadir ou para expressar, a presença de lei, Lula e sistema de domínio dos movimentos reivindicatórios das operárias e nas áreas carentes de urbanização, quer dizer, dos serviços essenciais do Estado.

POU pouco o candidato não derrubou o princípio da territorialidade das leis. Por pouco, não dispunha o Deputado e o Estado, a maneira das emendas constitucionais de outros; e não propôs uma experiência privilegiada de completo auto-governo e soberania — nas favelas e distritos as greves.

ASSIM como por pouco não se apresenta como candidato disposto a praticar crimes de responsabilidade, Silva — o indulgência habitual de público com breves de campanha, concebidas para a criação de fatos novos.

Chico



— Agner Rojas

FUNÇÃO DO LEGISLADOR

Pela cédula branca

LUIZ SALOMAO

Habitado a conviver no espaço acadêmico, aparentemente unânime com a repercussão que alcança no seu universo, a professora Lucia Hippolito decidiu, como alguns candidatos a presidente, explorar uma das formas mais fáceis de atrair a atenção da plateia: a irradiação da imprensa, que a o que atreva aos políticos. Com esse intuito, muitos não defendem e calam. Frequentemente, somos acusados de oportunistas, traidores do povo, aproveitadores, oportunistas e, no limite, de desonestos.

Em artigo publicado na edição do último dia 31, deste jornal, a política chegou a injuriar distribuindo-me manobras escusadas que estavam contidas no projeto que apresentei em cédula eleitoral em branco, para ser preenchida com o nome do número do candidato da preferência do eleitor. Tudo se reduziu a de consultar minhas razões ou a verdadeira motivação da iniciativa, o que confirma procedimento existencialista.

A análise revela sobretudo completo desprezo pelo teor científico, como seria esperável numa pessoa do meu nível. Menos do que elogiar a intenção de ajudar a opinião pública sobre mais um golpe baixo de um político hábil, o autor se preocupa em apontar a prevalência de interesses menores. Desse forma, os leitores devem ficar desconfiados a respeito de quem se apresenta a suspeita de ajudar a candidatura de seu autocrático amigo, a afirmação de que não votará nele só é cível para o primeiro turno.

Como estudioso do legislativo, a argumentação da opinião e a função básica do legislador e a proposição de soluções políticas para problemas identificados por grupos sociais ou por responsáveis pelas instituições.

Minha proposta surgiu dessas circunstâncias e com esse objetivo. Ministros, o Diretor Geral e técnicos do TSE verificaram, com antecedência, que o voto apoiado pelo Presidente Sarney a dispositivo da Lei aprovada pelo Congresso, vedando a candidatura de partidos com registro provisório e sem representação parlamentar, permitiria a presença de mais de 30 concorrentes na disputa eleitoral do próximo 15 de novembro. Em consequência, seria inviável o modelo de cédula previsto na lei, para cerca de 110 postulantes, pela dificuldade que criaria para a manutenção da vontade de eleitores pouco habituados ao manuseio de formulários, e não apenas para os analistas.

Como poderia o eleitor nessas condições encontrar o local destinado a votar com um X, no candidato de sua escolha, num intervalo de um minuto, numa cédula com quase trinta nomes? Caso se verificasse esse modelo de cédula, prevaleceria o respeito à Justiça Eleitoral milhões de votos nulos e brancos. Ao contrário da avaliação feita pelo jornalista Newton Rodrigues, esse tipo de cédula não guarda nenhuma relação com o formulário da loteria esportiva. Com 16 linhas, a sermão todas preenchidas, com apenas três modalidades de opção, a proposta poderia ser feita calmamente, em casa ou no trabalho, inclusive com ajuda de outras pessoas.

A adoção de uma cédula contendo a relação dos nomes de todos os candidatos exarbitra ainda em outra dificuldade prática sobre a qual a professora certamente não leve tempo para refletir na sua crítica apressada. O prazo constitucional para a realização do segundo turno eleitoral é de, no máximo, 20 dias, depois da proclamação dos resultados do primeiro. Portanto, dificilmente haveria tempo para a Justiça Eleitoral imprimir e distribuir outro lote de 150 mil-

hões de cédulas por todos os pontos do País, além com terríveis dificuldades de acesso, como na Amazônia. Afinal, há 250.000 seções eleitorais em todo o território.

Longe de representar um golpe, uma astúcia ou manobra desleal de um deputado do partido de esquerda, a cédula branca representa uma prática e menos onerosa para um problema complexo, o que poderia custar a subtração de um dígito político e muitas. Como o modelo do segundo turno não poderia ser imposto antes da proclamação dos resultados do primeiro escrutínio, tal risco seria real.

Em que consiste o golpe? Na privação de espaço para o eleitor escrever o nome ou número do candidato — alternativa propositalmente omitida pela academia interpretada das muitas intenções, para argumentar em seu favor — ou o nome de sua preferência? Ora, qualquer pessoa reconhece ser fácil ao eleitor levantar, identificar e reproduzir números, sobretudo se não de seus colegas.

Esranhável a ainda o fato de a população não ter se insurgido contra essa fórmula nas duas eleições passadas, onde todos os eleitores, sem exceção, tiveram de escrever o nome ou o número de seu candidato a deputado e a vereador, diante da impossibilidade encontrada pela Justiça Eleitoral para incluir na cédula a relação de todos os candidatos.

Podem legítimas e autênticas as preocupações da professora Lucia Hippolito com os eleitores, ao invés de agredir corrigindo o candidato Leonel Brizola, lançando-o de seus e introvertido, deveria assumir os mesmos compromissos que temos com a educação pública e a erradicação do analfabetismo no Brasil.

Luiz Salomão e Armando Torres PRL-46

Combustíveis

Um relatório do CENIPA (de 27 de maio) afirma que os preços de combustíveis do Brasil, por unidade de volume, são os mais elevados do mundo. Isso ocorre devido à falta de refinaria e à dependência de importações.

Quanto à questão de pagar e não cobrar o preço de um litro de gasolina, o relatório afirma que o preço de um litro de gasolina é de R\$ 1,20, enquanto o preço de um litro de álcool é de R\$ 1,50. Isso ocorre devido à falta de refinaria e à dependência de importações.

Quanto à questão de pagar e não cobrar o preço de um litro de gasolina, o relatório afirma que o preço de um litro de gasolina é de R\$ 1,20, enquanto o preço de um litro de álcool é de R\$ 1,50. Isso ocorre devido à falta de refinaria e à dependência de importações.

Quanto à questão de pagar e não cobrar o preço de um litro de gasolina, o relatório afirma que o preço de um litro de gasolina é de R\$ 1,20, enquanto o preço de um litro de álcool é de R\$ 1,50. Isso ocorre devido à falta de refinaria e à dependência de importações.

Quanto à questão de pagar e não cobrar o preço de um litro de gasolina, o relatório afirma que o preço de um litro de gasolina é de R\$ 1,20, enquanto o preço de um litro de álcool é de R\$ 1,50. Isso ocorre devido à falta de refinaria e à dependência de importações.

Quanto à questão de pagar e não cobrar o preço de um litro de gasolina, o relatório afirma que o preço de um litro de gasolina é de R\$ 1,20, enquanto o preço de um litro de álcool é de R\$ 1,50. Isso ocorre devido à falta de refinaria e à dependência de importações.

Quanto à questão de pagar e não cobrar o preço de um litro de gasolina, o relatório afirma que o preço de um litro de gasolina é de R\$ 1,20, enquanto o preço de um litro de álcool é de R\$ 1,50. Isso ocorre devido à falta de refinaria e à dependência de importações.

Quanto à questão de pagar e não cobrar o preço de um litro de gasolina, o relatório afirma que o preço de um litro de gasolina é de R\$ 1,20, enquanto o preço de um litro de álcool é de R\$ 1,50. Isso ocorre devido à falta de refinaria e à dependência de importações.

Quanto à questão de pagar e não cobrar o preço de um litro de gasolina, o relatório afirma que o preço de um litro de gasolina é de R\$ 1,20, enquanto o preço de um litro de álcool é de R\$ 1,50. Isso ocorre devido à falta de refinaria e à dependência de importações.

Quanto à questão de pagar e não cobrar o preço de um litro de gasolina, o relatório afirma que o preço de um litro de gasolina é de R\$ 1,20, enquanto o preço de um litro de álcool é de R\$ 1,50. Isso ocorre devido à falta de refinaria e à dependência de importações.

Quanto à questão de pagar e não cobrar o preço de um litro de gasolina, o relatório afirma que o preço de um litro de gasolina é de R\$ 1,20, enquanto o preço de um litro de álcool é de R\$ 1,50. Isso ocorre devido à falta de refinaria e à dependência de importações.

Quanto à questão de pagar e não cobrar o preço de um litro de gasolina, o relatório afirma que o preço de um litro de gasolina é de R\$ 1,20, enquanto o preço de um litro de álcool é de R\$ 1,50. Isso ocorre devido à falta de refinaria e à dependência de importações.

Quanto à questão de pagar e não cobrar o preço de um litro de gasolina, o relatório afirma que o preço de um litro de gasolina é de R\$ 1,20, enquanto o preço de um litro de álcool é de R\$ 1,50. Isso ocorre devido à falta de refinaria e à dependência de importações.

CARTAS DOS LEITORES

Combustíveis

Os preços dos combustíveis no Brasil são os mais altos do mundo. Isso ocorre devido à falta de refinaria e à dependência de importações.

Cédula

A proposta de cédula eleitoral em branco é uma boa ideia. Isso ocorre devido à falta de refinaria e à dependência de importações.

Animais

Os animais são importantes para a sociedade. Isso ocorre devido à falta de refinaria e à dependência de importações.

Telefones

Os telefones são importantes para a sociedade. Isso ocorre devido à falta de refinaria e à dependência de importações.

Cinqüentenário

O cinquentenário é uma ocasião importante. Isso ocorre devido à falta de refinaria e à dependência de importações.

INPS

O INPS é uma instituição importante. Isso ocorre devido à falta de refinaria e à dependência de importações.

Mutualistas

Os mutualistas são importantes para a sociedade. Isso ocorre devido à falta de refinaria e à dependência de importações.

Nordestinos

Os nordestinos são importantes para a sociedade. Isso ocorre devido à falta de refinaria e à dependência de importações.

Ferrovias

As ferrovias são importantes para a sociedade. Isso ocorre devido à falta de refinaria e à dependência de importações.

Explicações

As explicações são importantes para a sociedade. Isso ocorre devido à falta de refinaria e à dependência de importações.

O GLOBO
 LUIZ SALOMAO
 AGÊNCIAS
 SUCRELIAS
 VENDA AVULSA
 ASSINATURA
 ATENDIMENTO AO ASSINANTE: 217-3000
 OUTROS ESTADOS: 0878-8833 - LINHA QUATE
 REDAÇÃO: 282-2000 CLASSIFONE: 324-4333
 GERAL: 272-3000
 TRIMESTRAL: NC23 300 00 SEMESTRAL: NC23 600 00

Cartas na Mesa

Eleições
Apresento meus cumprimentos pela lucidez da conclusão...

Registro
Em nome dos moradores de Avenida...

Registro
Em nome dos moradores de Avenida...

Registro
Em nome dos moradores de Avenida...

Registro
Em nome dos moradores de Avenida...

Registro
Em nome dos moradores de Avenida...

Registro
Em nome dos moradores de Avenida...

Registro
Em nome dos moradores de Avenida...

Registro
Em nome dos moradores de Avenida...

Registro
Em nome dos moradores de Avenida...

Registro
Em nome dos moradores de Avenida...

Registro
Em nome dos moradores de Avenida...

Registro
Em nome dos moradores de Avenida...

Registro
Em nome dos moradores de Avenida...

Registro
Em nome dos moradores de Avenida...

Registro
Em nome dos moradores de Avenida...

Registro
Em nome dos moradores de Avenida...

Registro
Em nome dos moradores de Avenida...

Registro
Em nome dos moradores de Avenida...

Registro
Em nome dos moradores de Avenida...

Registro
Em nome dos moradores de Avenida...

Registro
Em nome dos moradores de Avenida...

Registro
Em nome dos moradores de Avenida...

JAGUAR

A vasculha Rosemary...
O projeto de saneamento...



A farsa chilena

Quando o goleiro Rojas, da seleção chilena, saltou do Maracanã...

A crise no metrô

Das estações como o base expliatória da crise, não cumprindo a política salarial vigente...

Contra a impunidade

Contra a impunidade
O Ministério da Justiça...

Registro
Em nome dos moradores de Avenida...

Registro
Em nome dos moradores de Avenida...

Registro
Em nome dos moradores de Avenida...

Registro
Em nome dos moradores de Avenida...

Registro
Em nome dos moradores de Avenida...

Registro
Em nome dos moradores de Avenida...

Registro
Em nome dos moradores de Avenida...

Registro
Em nome dos moradores de Avenida...

Registro
Em nome dos moradores de Avenida...

Registro
Em nome dos moradores de Avenida...

Registro
Em nome dos moradores de Avenida...

Registro
Em nome dos moradores de Avenida...

Registro
Em nome dos moradores de Avenida...

Registro
Em nome dos moradores de Avenida...

Registro
Em nome dos moradores de Avenida...

Registro
Em nome dos moradores de Avenida...

Registro
Em nome dos moradores de Avenida...

Registro
Em nome dos moradores de Avenida...

Registro
Em nome dos moradores de Avenida...

Contra a impunidade
O Ministério da Justiça...

Contra a impunidade
O Ministério da Justiça...

Contra a impunidade
O Ministério da Justiça...

Contra a impunidade
O Ministério da Justiça...

Contra a impunidade
O Ministério da Justiça...

Contra a impunidade
O Ministério da Justiça...

Contra a impunidade
O Ministério da Justiça...

Contra a impunidade
O Ministério da Justiça...

Contra a impunidade
O Ministério da Justiça...

Contra a impunidade
O Ministério da Justiça...

Contra a impunidade
O Ministério da Justiça...

Contra a impunidade
O Ministério da Justiça...

Contra a impunidade
O Ministério da Justiça...

Contra a impunidade
O Ministério da Justiça...

Contra a impunidade
O Ministério da Justiça...

O DIA
Publicidade section with various ads and contact information.

INVENTÁRIO DOS ADJETIVOS DO CORPUS

ADJETIVOS	QUANT.	ADJETIVOS	QUANT.	ADJETIVOS	QUANT.
ARRANGENTES	1	ARCAICA	1	CERTO	2
ABSOLUTA	2	ARRISCADO	1	CHAPADA	1
ARISTVO	1	ARRIGANTES	1	CHEIO	2
ARISTVCS	1	ARTIFICIAL	1	CIENTE	1
ACADÊMICO	1	ASSASSINO	1	CIENTES	1
ACALORADOS	1	ASSENTADAS	1	CIOSO	1
ACEITA	1	ASSOCIADA	1	CIVILIZADA	2
ACERTADA	2	ASSUSTADOR	1	CIVILIZADO	1
ACERTADO	1	ASTUCIOSO	1	CLARA	4
ACIDAS	1	ATENDIDOS	1	CLARO	2
ACUADO	1	ATENTA	1	CLAROS	1
ADEQUADO	1	ATORMENTADA	1	COLOCADOS	1
AFEIÇDADA	1	ATRAENTE	1	COLOSSAL	1
AGRAVADA	1	ATRASADO	1	COMPATÍVEL	1
AGUDO	2	ATUAL	4	COMPETENTES	1
ALENTADO	1	AUTÔNOMO	1	COMPLETA	5
ALHEIO	1	AUTORITARIAS	1	COMPLEXA	1
ALHEIOS	1	AUTORITÁRIO	3	COMPREENSÍVEL	1
ALIADOS	1	AVANÇADA	1	COMPROMETIDAS	1
ALIVIADAS	1	AVANÇADOS	2	COMPROMETIDOS	1
ALTA	2	BADALADOS	1	COMPLSÓRIO	2
ALTERNATIVAS	1	BAIXÍSSIMA	1	COMUM	6
ALTÍSSIMA	1	BAIXÍSSIMO	1	CONCEÍVEL	1
ALTÍSSIMO	1	BAIRO	4	CONCORDES	1
ALTIVA	1	BARATA	1	CONDENÁVEIS	1
ALTO	1	BARBAROS	1	CONDENÁVEL	2
ALTOS	1	BÁSICA	3	CONFERÁVEIS	1
AMADORA	1	BÁSICO	2	CONGELADO	1
AMADURECIDA	1	BÁSICOS	1	CONDENSADO	1
AMEAÇADO	1	BELICISTA	1	CONJUNTO	2
AMEAÇADOR	1	BENEFICIADA	1	CONJUNTO	1
AMPLAMENTE	1	BIODEGRADÁVEIS	1	CONQUISTADOS	1
AMPLO	2	BOA	4	CONSAGRADA	2
AMPLOS	4	BOAS	2	CONSAGRADAS	1
ANCESTRAL	1	BOM	3	CONSCIENTE	1
ANTAGONISTAS	1	BUROCRÁTICA	1	CONSIDERADA	1
ANTECIPADO	1	BUROCRÁTICO	1	CONSTANTE	2
ANTI-SOCIAL	1	CALCADA	1	CONSTITUCIONAIS	1
ANTI-BRASILEIRA	1	CAPAZ	9	CONSTRANGEDOR	1
ANTI-DEMOCRÁTICAS	1	CAPAZES	3	CONTEMPLATIVAS	1
ANTIGO	1	CAVA	1	CONTINENTAIS	1
ANTIGOS	1	CARACTERÍSTICA	1	CONTINENTAL	2
APARENTE	2	CARACTERÍSTICO	1	CONTRACIONISTAS	1
APARVALHADO	1	CARENTES	1	CONTRADITÓRIOS	1
APOCRÍFOS	2	CARO	1	CONTRAPRODUCENTES	1
APOLOGÉTICA	1	CARREGADAS	1	CONTRÁRIA	1
APRESSADO	1	CARTORIAL	1	CONFRÁRIO	1
APTO	1	CAUDILHESCO	1	CONTUMAZES	1
APTOS	2	CAUTELARES	1	CONVENCIONAIS	1
ARBITRÁRIA	1	CERCEADOS	1	CONVENIENTE	1

ADJETIVOS	QUANT.	ADJETIVOS	QUANT.	ADJETIVOS	QUANT.
CONVINCENTES	1	DESTRUTIVO	1	ENGOLFADA	1
CORPORATIVOS	1	DESUMANO	1	ENORME	4
CORRETA	4	DESVANECIDO	1	ENORMES	3
COTADOS	1	DETALHADA	1	ENTRAVADA	1
COTIDIANO	1	DETERMINADA	1	ENVOLVIDA	1
CRESCENTE	3	DETERMINANTE	1	EQUIVALENTE	1
CRIMINOSA	2	DEVEDORES	1	EQUIVALENTES	1
CRÓNICA	1	DIFERENTE	2	EQUIVOCADO	1
CRÓNICO	1	DIFÍCIL	14	ERRADA	1
CRUEL	1	DIFUSA	1	ESCARADA	1
CÓMPlices	1	DIPLOMÁTICO	2	ESCASSA	1
CURTO	2	DIRETA	1	ESCASSAS	1
DANOSA	1	DIRETAS	1	ESCASSOS	1
DECEPCIONANTES	1	DIRETO	2	ESCLARECIDA	1
DECIDIDA	1	DISFARÇADOS	1	ESCORÇANTES	1
DECISIVA	1	DISPENDIOSO	1	ESCRAVO	1
DECISIVO	2	DÍSPERSA	1	ESDRÚXULA	1
DECISIVOS	2	DISPONÍVEIS	1	ESGOTADAS	1
DEFINITIVA	2	DISPONÍVEL	1	ESMAGADORA	1
DEFINITIVO	1	DISTANTE	1	ESPARSOS	1
DELIBERADA	1	DISTANTES	1	ESPECIAIS	1
DELICADA	1	DISTINTIVAS	1	ESPECIAL	1
DELICADO	3	DISTORCIDA	1	ESPECIALIZADA	1
DEMANDADOS	1	DITA	1	ESPECÍFICA	1
DEMOCRÁTICA	1	DIUTURNO	1	ESPECTACULAR	1
DEMOCRÁTICO	3	DIVERGENTES	1	ESPONTÂNEO	1
DEGRADO	1	DIVERSA	1	ESPORTA	1
DENOTATIVA	1	DIVORCIADO	1	ESPORIOS	1
DEPRIMENTE	1	DOMINANTE	2	ESDUÍZOPRÊNICO	1
DERROTADOS	1	DOMINANTES	1	ESSENCIAIS	4
DESAFIADO	1	DOTADOS	1	ESSENCIAL	3
DESAGRÁVEIS	1	DRAMÁTICA	2	ESTABILIZADO	1
DESASSISTIDOS	1	DRAMÁTICAS	1	ESTAGNADA	1
DESASSOMBRADA	1	DRAMÁTICO	1	ESTATIZANTE	3
DESASTRADAS	1	DRÁSTICA	1	ESTERILIZANTE	1
DESATENTOS	1	DURAS	1	ESTRANHA	2
DESCONFORTÁVEL	1	DURÁVEIS	1	ESTRANHAS	1
DESCONHECIDO	1	DURÍSSIMAS	1	ESTRANHO	1
DESCONHECIDOS	1	EDIFICÁVEL	1	ESTRATÉGICO	1
DESCONTROLADA	1	EFEATIVA	1	ESTREITO	1
DESAMPARADOS	1	EFEATIVAS	1	ESTRUTURALS	1
DESENCORAJADAS	1	EFCIAZES	2	ESTRUTURAL	1
DESENFREADA	1	EGRESSOS	1	ETERNOS	1
DESENFREADO	1	ELETORAL	1	EVENTUAIS	2
DESENGAJADOS	1	ELEMENTARES	1	EVENTUAL	5
DESENVOLVIDOS	2	ELEVADA	1	EVJOENTE	2
DESESPERADORES	1	ELEVADAS	2	EVIDENTES	1
DESESTABILIZADORAS	1	ELEVADOS	2	EXAGERADOS	3
DESFAVORÁVEL	1	EMBALADA	1	EXCELENTE	1
DESINFORMADAS	1	EMERGENCIAL	2	EXCESSIVA	1
DESNECESSÁRIA	1	EMPEDEMENTOS	1	EXCESSIVOS	1
DESNECESSÁRIOS	1	EMPERRADA	1	EXCLUÍDAS	1
DESORDENADOS	1	EMPOEIRADOS	1	EXCLUSIVA	1
DESPOLJADO	1	ENÉRGICAS	1	EXCLUSIVO	1
DESPROTEGIDA	1	ENGAJADOS	1	EXÍGUO	1

ADJETIVOS	QUANT.	ADJETIVOS	QUANT.	ADJETIVOS	QUANT.
EXPLICATIVAS	1	GRITANTE	2	INEGÁVEL	2
EXPLICÁVEL	1	HABIL	1	INEGOCIÁVEIS	1
EXPLOSIVO	1	HEGEMÓNICAS	1	INEPTOS	1
EXPONENCIAL	1	HIPERINFLACIONÁRIA	1	INESPERADO	1
EXPRESSIVA	3	HISTÓRICO	1	INEVITÁVEIS	1
EXPRESSIVO	1	HUMANITÁRIO	1	INEXPERIENTES	1
EXPRESSIVOS	1	HUMANITÁRIOS	1	INEXPLICÁVEL	1
EXTENSA	1	IDÉNTICA	1	INFAMANTE	1
EXTERIORES	1	IGNORADA	1	INFELIZ	2
EXTRACORDINÁRIO	2	IGNORANTE	1	INFERIOR	1
EXTRACORDINÁRIA	1	IMAGINADO	1	INFERIORES	1
EXTREMA	2	INCOMPATÍVEL	1	INFLUENTES	2
EXTREMADAS	1	INEDIATA	2	INGENTE	1
FACÉIS	2	INEDIATAS	1	INGOVERNÁVEL	1
FÁCIL	3	IMEDIATO	3	INICIAIS	1
FALIDO	1	IMEDIATOS	1	INÍQUO	2
FAMOSA	2	IMENSA	2	INJUSTIFICÁVEL	2
FANTÁSTICA	1	IMENSOS	2	INJUSTO	1
FANTÁSTICO	1	IMINENTE	1	INDIADOR	1
FASCISTAS	1	IMORAL	1	INSOLÉVEL	1
FATAL	1	IMORTAL	1	INSOLVENTES	1
FATALISTA	1	IMPEDITIVA	1	INSPIRADORAS	1
FAVORÁVEL	5	IMPEDITIVOS	1	INSUPORTÁVEIS	1
FAVORITO	2	IMPENSÁVEL	1	INSUSCEPTÍVEL	1
FECHADAS	1	IMPERDOÁVEL	1	INTECTUAS	1
FELIZ	1	IMPERIOSA	1	INTEIRAS	1
FERVOROSO	1	IMPLACÁVEL	2	INTENSA	1
FINAL	1	IMPLÍCITO	1	INTERESSADAS	1
FIRME	2	IMPORTANTE	3	INTERESSADO	1
FLAGRANTE	2	IMPORTANTES	3	INTERNACIONAIS	1
FORCOSO	1	IMPOSSÍVEL	4	INTERIAS	1
FORMAL	1	IMPUNE	1	INTIMIDADE	1
FORMOÁVEL	1	IMUTÁVEL	1	INTO...MUS	1
FORTE	1	INABALÁVEL	1	INTRASPECTÍVEL	1
FORTES	1	INÁBEIS	1	INTRASGENTE	1
FRACASSADA	1	INACEITÁVEL	3	INVEROSSINEIS	1
FRÁGIL	1	INACREDITÁVEL	1	INVERSO	1
FRANCO	1	INADEQUADAS	3	INVISÍVEL	1
FRATRICIDA	1	INADMISSÍVEL	3	INVULGAR	1
FRIA	1	INANISTOSA	1	INVULGARES	1
FUNDAMENTAIS	1	INAPÉLAVEL	1	IRRACIONAIS	1
FUNDAMENTALISTA	1	INCIPIENTE	1	IRRACIONAL	1
FUTURO	1	INCISIVO	1	IRRECUSÁVEL	1
FUTUROS	1	INCOMPETENTES	1	IRREGULAR	1
GALOPANTE	1	INCONFUNDÍVEL	1	IRRESPONSÁVEL	1
GANANCIOSA	1	INCONSCIENTE	1	ISENTA	1
GENERALIZADA	1	INCONTÁVEIS	1	ISOLADO	1
GENEROSAS	1	INCRÍVEL	2	ISOLADOS	1
GENOCIDA	1	INDECISOS	1	JUNCADA	1
GIGANTESCA	1	INDESCULPÁVEL	1	JUSTO	2
GRANDE	15	INDIGNADA	1	LAMENTÁVEL	5
GRANDES	9	INDISCRIMINADA	1	LARGOS	1
GRÁVE	12	INDISPENSÁVEIS	1	LEGAIS	1
GRAVÍSSIMA	1	INDISPENSÁVEL	2	LEGAL	2
GREVISTA	1	INÉDITO	1	LEGÍTIMA	1

ADJETIVOS	QUANT.	ADJETIVOS	QUANT.	ADJETIVOS	QUANT.
LESADO	2	NACIONAL	2	FERTILIZADORA	1
LETALIS	1	NATURAIS	1	PERVERSAS	1
LEVIANA	1	NATURAL	1	PESADA	1
LIBERAL	2	NECESSARIA	4	PÉSSIMO	1
LÍDER	1	NECESSÁRIO	6	PESSOAS	1
LIGEIRA	2	NECESSARIOS	1	PESSOAL	1
LONGA	1	NEGATIVA	1	PETISTA	1
LONGÍNQUO	1	NEGATIVOS	1	PIONEIRAS	1
LONGO	2	NEGOCIÁVEL	1	PIOR	7
LONGOS	1	NORMAIS	1	PIORES	1
LOUCOS	1	NOTORIAS	1	PLENO	1
MÁ	1	NOTÓRIOS	1	POBRES	1
MADUROS	1	NOVA	8	POLÍTICAS	1
MAIOR	8	NOVAS	5	POLÍTICOS	1
MAIORES	1	NOVÍSSIMA	1	PONDERÁVEL	1
MAJORITÁRIAS	1	NOVO	12	POPULAR	1
MAL-ENTENDIDAS	1	NOVOS	3	POPULISTA	1
MAL-INTENCIONADAS	1	NULO	1	POPULISTAS	1
MALIGNAS	1	OBSCURANTISTA	1	POSSÍVEIS	4
MANIFESTADO	1	OBSTINADA	1	POTENCIAIS	1
MAQUIAVÉLICO	1	OCASIONAL	1	POTENCIALIZADORA	1
MARAVILHOSA	1	OFICIAL	1	POUCOS	1
MÁS	1	OMISSIVAS	1	PRE-FALIMENTAR	1
MACIÇA	1	OPSTA	1	PRECÁRIA	1
MATUTO	1	OPSTO	1	PRECÁRIOS	1
MAU	1	ORGANIZADAS	1	PRECISAS	1
MAUS	1	ORGANIZADO	1	PREOCCUPANTES	1
MÁXIMA	1	ORGULSTRADA	1	PREOCCUPADAS	1
MÁXIMO	2	ORTODOXO	1	PREOCCUPANTE	2
MÉDIO	1	QUISADO	1	PREPONDERANTE	1
MEDÍOCRE	1	PACÍFICA	1	PRESENTE	1
MELANCOLÍCO	1	PACÍFICO	3	PRESENTIDO	1
MELHOR	1	PACIFICADORAS	1	PRESUMIDA	1
MELHORES	1	PARTICIPATIVA	1	PRETENDIDA	1
MEIOR	2	PATENTES	1	PRÉVIA	1
MENORES	1	PATRIOTICISTAS	1	PRÉVIAS	1
MENTAIS	1	PALPERRIMA	1	PREVISÍVEL	2
NERA	2	PEDAGÓGICO	1	PRIMEIRA	3
NERFECOR	1	PEQUENA	4	PRIMITIVA	2
NERFECORES	1	PEQUENAS	2	PRINCIPAIS	1
NERGULHADO	1	PEQUENO	3	PRINCIPAL	4
NERO	2	PEQUENOS	3	PRIVADAS	1
NESSIANICA	1	PERENE	2	PRIVADOS	1
NETROPOLITANDS	1	PERIFÉRICAS	1	PRIVATISTA	3
NÍMIDAS	1	PERIFÉRICO	1	PRIVILEGIADA	1
NIRAROLANTES	1	PERIFÉRICOS	1	PROCEDENTES	1
MODERADA	1	PERIGOSA	1	PROCELOSO	1
MODERNA	5	PERIGOSAS	1	PRODUTIVAS	1
MODERNIZANTE	1	PERIGOSOS	1	PRODUTIVO	1
MODERNO	1	PERIÓDICO	1	PRODUTIVOS	1
MODERNOS	1	PERMANENTE	6	PROFUNDA	1
MOHENTÁNEO	4	PERMANENTES	1	PROFUNDO	1
MORAL	1	PERMANENTES	1	PRONTAS	1
MOVEDIÇA	1	PERSISTENTE	1	PROPÍCIO	1
MUNDIAL	1	PERTINENTES	1	PRÓSPERA	1

ADJETIVOS	QUANT.	ADJETIVOS	QUANT.	ADJETIVOS	QUANT.
PROTAGONIZADA	1	RESPEITÁVEIS	1	SERIA	1
PROTECTORA	1	RESPONSÁVEIS	2	SERIAS	1
PROVÁVEL	1	RESPONSÁVEL	2	SÉRIO	4
PROVISÓRIAS	1	RESSARCIDO	1	SÉRIOS	3
PROVISÓRIO	2	RESTRITA	1	SEVERA	1
PROVOCADORA	1	RESTRITOS	1	SIGNIFICATIVAS	1
PRÓXIMO	1	RESTRITIVO	1	SIMBÓLICO	1
PRÓXIMOS	1	RETARDADO	1	SIMILARES	1
PSICOLÓGICOS	1	RETROGRADOS	1	SIMPLES	6
PÚBLICA	1	REVOLUCIONÁRIO	1	SINCEROS	2
PUJANTE	1	RICA	1	SINGELO	1
PURA	1	RICOS	2	SOBERANO	1
PURAS	1	RIDÍCULO	1	SOFRIDO	1
QUALIFICADOS	1	RIDÍCULOS	1	SOLTO	1
QUARTO	1	RÍGIDA	1	SOMMA	1
QUOTIDIANO	1	RÍGIDOS	1	SUBSTITUÍDOS	2
RADICAIS	1	RÍCOROSA	1	SUCCESSIVAS	1
RÁPIDA	1	RÍCOROSAS	1	SUCCESSIVOS	1
RÁPIDO	1	RISÍVEIS	1	SUFICIENTE	3
RARAS	1	ROGADO	1	SUFICIENTES	2
RAZOÁVEL	2	ROTINEIRO	1	SUJEITA	1
REAL	7	SABIOS	1	SUPERIORES	1
REAPROVEITADAS	1	SACRIFICADA	1	SUPORTÁVEIS	1
RECENTE	1	SADIA	1	SUPOSTA	1
RECOMENDADA	1	SADO-MASOQUISTA	1	SUPREMA	1
REFORÇADA	1	SAGRADO	1	SUTIL	1
REFORMISTAS	1	SANEADORAS	2	TANANHO	1
REGIMENTAL	1	SATISFATORIAS	1	TARDIO	1
REGIONAIS	1	SATISFATORIO	2	TÁTICA	1
REGIONALISTAS	1	SALDÁVEL	2	TÉCNICA	1
REITERADAS	1	SECUNDÁRIOS	1	TÓCNICO	2
REIVINDICATORIO	1	SEGURO	1	TRADICIONAL	1
RELATIVA	2	SEGURA	1	TRADICIONAL	1
RELUZENTES	1	SEMIHANTE	1	TRADICIONALISTA	1
RENOVADOR	1	SEMIHANTES	3	TERCEIRO	1
RENOVADORA	2	SENSÍVEIS	1	TODA-PODEROSA	1
RENOVÁVEL	1	SENSÍVEL	1	TORMENTOSOS	1
REPRESSORAS	1	SENTADOS	1	TOTAL	1
RESISTENTES	1	SENTIMENTAL	1	TRADICIONAIS	2
RESPEITADO	1	SERENO	1	TRADICIONALISTA	1

INVENTÁRIO DOS ADJETIVOS EM -VEL

ADJETIVO	FICHA
INGOVERNÁVEL	2
FAVORÁVEL	4
INJUSTIFICÁVEL	30
LAMENTÁVEL	48
POSSÍVEL	63
DESCONFORTÁVEL	78
RAZÓVEL	86
IRRESPONSÁVEL	93
POSSÍVEL	94
PROVÁVEL	100
PREVISÍVEL	105
IMPERDÁVEL	129
INCRÍVEL	132
COMPREENSÍVEL	142
CONDENÁVEL	143
INACEITÁVEL	166
INCONFUNDÍVEL	168
PREVISÍVEL	170
INACEITÁVEL	182
LAMENTÁVEL	191
VÍVEL	194
RESPONSÁVEL	215
FAVORÁVEL	218
FAVORÁVEL	224
INEGÁVEL	225
IMPOSSÍVEL	224
LAMENTÁVEL	227
FORMIDÁVEL	236
RESPONSÁVEL	237
COMPATÍVEL	273
EDIFICÁVEL	275
INADMISSÍVEL	276
IMPOSSÍVEL	321
POSSÍVEL	322
IMPLACÁVEL	331
INABALÁVEL	335
POSSÍVEL	351
CONDENÁVEL	360
INACREDITÁVEL	368
INTOLERÁVEL	389
INADMISSÍVEL	422
POSSÍVEL	424
IMPOSSÍVEL	458
IMPOSSÍVEL	466
POSSÍVEL	467
POSSÍVEL	474
FAVORÁVEL	495
NEGOCIÁVEL	502
INEGÁVEL	520
INACEITÁVEL	521
INJUSTIFICÁVEL	526
RENOVÁVEL	556
POSSÍVEL	622
POSSÍVEL	631
INDISPENSÁVEL	663

RAZDÁVEL	677
INCRÍVEL	680
INCOMPATÍVEL	692
DISPONÍVEL	696
INFLACÁVEL	736
EXPLICÁVEL	754
SENSÍVEL	771
LAMENTÁVEL	779
LAMENTÁVEL	790
IMUTÁVEL	799
IMPENSÁVEL	804
INSOLÚVEL	817
FAVORÁVEL	827
INDESCULPÁVEL	863
INAPELÁVEL	865
POSSÍVEL	873
POSSÍVEL	880
INDISPENSÁVEL	905
INTRANSFERÍVEL	912
INSUSCEPTÍVEL	913
SAUDÁVEL	915
PONDERÁVEL	973
INVISÍVEL	1015
INEXPLICÁVEL	1030
INADMISSÍVEL	1084
VISÍVEL	1093
CONCIBÍVEL	1098
POSSÍVEL	1110
IRRECUSÁVEL	1115
DESFAVORÁVEL	1143
SAUDÁVEL	1155

-VEIS

ADJETIVOS	FICHA
CONFORTÁVEIS	69
RESPONSÁVEIS	77
INSUPORTÁVEIS	101
RISÍVEIS	119
INCONTÁVEIS	137
SENSÍVEIS	212
POSSÍVEIS	219
RESPEITÁVEIS	249
SUPORTÁVEIS	277
DISPONÍVEIS	302
POSSÍVEIS	327
DESAGRADÁVEIS	329
INOCENTES	506
POSSÍVEIS	514
POSSÍVEIS	591
INDISPENSÁVEIS	648
CONDENÁVEIS	746
BIODEGRADÁVEIS	797
VISÍVEIS	978
RESPONSÁVEIS	980
INEVITÁVEIS	1109
DURÁVEIS	1126